

NELSON DACIO TOMAZI

"NORTE DO PARANÁ" HISTÓRIA E FANTASMAGORIAS

Tese apresentada ao Departamento de História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Roberto Antunes dos Santos.

Universidade Federal do Paraná

Curitiba - Fevereiro de 1997

A meu pai VICENTE JOSÉ
TOMASI que sempre trabalhou,
"deu duro", nas suas palavras, e
que queria ter um filho "doutor".
Morreu tão cedo sem poder ver
isso e tantas outras que sempre
desejou.

À minha mãe, ELIZENA STEDILE
TOMASI, que continua
trabalhando, pois foi isso o que
sempre fez com muita proficiência
e que pode ver agora um filho
"doutor".

A minha esposa Eliana.

A meus filhos

Maurício,

Vicente,

Juliana

e Camila.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	1
RESUMO/ABSTRAC.....	2
INTRODUÇÃO.....	4
PRÓLOGO.....	10
A. O discurso “Norte do Paraná”	12
B. História e fantasmagorias.....	22
 PRIMEIRA PARTE - COLOCANDO A QUESTÃO. O discurso e o silêncio.....	31
 Capítulo UM - Londrina capital do “Norte do Paraná” no final do século XX.....	33
1.1. O tempo de Seo Celso.....	37
1.2. Os sinos da catedral.....	42
1.3. O Shopping Center Catuaí.....	49
1.4. Os Rumos do Norte	54
1.5. Amo você, Londrina.....	57
 Capítulo DOIS - A Terra não está Vazia e a Mata não é Virgem.....	63
2.1. A Arqueologia e os povos ocupantes.....	74
2.2. Os Xetá.....	77
2.3. Os Kaingáng.....	86
2.4. O contato com o “branco”.....	101

SEGUNDA PARTE - A (RE)OCUPAÇÃO E O DISCURSO "NORTE DO PARANÁ": Um confronto de memórias/histórias.....	105
A. A região como objeto de estudo.....	110
B. A possibilidade de uma história regional.....	118
C. Delimitação e subdivisões da região em estudo.....	125
Capítulo TRÊS - Os Primórdios da (Re)Ocupação.....	131
3.1. Os novos ocupantes começam a chegar. Primeiro os mineiros depois os paulistas.....	138
3.2. A violência e a exclusão atingem principalmente o índio	149
Capítulo QUATRO - A (re)ocupação em compasso de espera.....	160
4.1. Fazendeiros e empresas colonizadoras comandam a (reocupação).....	164
4.1.1. O surgimento da Companhia de Terras Norte do Paraná -(CTNP) ou simplesmente "A Companhia"	181
4.2. A (re)ocupação entre a Grande Crise e a Grande Guerra.....	200
4.3. A violência e a exclusão como elementos comuns no cotidiano da região.....	220
Capítulo CINCO - A (re)ocupação dinamiza-se e se completa.....	231
5.1. O discurso "Norte do Paraná consolida-se ao expandir-se a cafeicultura.....	236
5.2. Os críticos e os novos propagadores do discurso "Norte do Paraná".....	259
5.3. A violência e a exclusão na "Nova Canaã".	282
5.4. A questão indígena continua.	290
CONCLUSÃO	293
BIBLIOGRAFIA.....	322

AGRADECIMENTOS

Agradecer a todos aqueles que de alguma forma participaram da elaboração deste trabalho seria uma tarefa difícil, pois foram muitos que dele participaram direta ou indiretamente. Assim, indicarei apenas aqueles que tiveram alguma relação institucional no decorrer deste processo.

Na Universidade Federal do Paraná, agradeço a todos os professores que permitiram o desenvolvimento uma leitura mais adequada das questões históricas. Aos colegas que conheci, devo agradecer as críticas e sugestões, bem como a convivência sempre gostosa e estimulante. À secretária de pós-graduação em História, Ivone, agradeço pela presteza no atendimento e na resolução das questões burocráticas.

A meu orientador, Carlos Roberto Antunes dos Santos, que acolheu o meu projeto e esteve sempre presente no desenvolvimento do mesmo, dando a devida e precisa orientação bem como a liberdade necessária, fundamental para se escrever uma tese.

Na Universidade Estadual de Londrina, devo agradecer a muitas pessoas: aos meus colegas do Departamento de Ciências Sociais que aprovaram a minha licença remunerada e assumiram as minhas atividades; aos funcionários do CDPH (Centro de Documentação e Pesquisa Histórica) do Centro de Ciências Humanas, que sempre me atenderam com a maior presteza e proficiência; aos funcionários da CRH/CPCD, que me orientaram e agilizaram as questões burocráticas referentes à bolsa de estudo; aos funcionários do setor de Artes do NTE (Núcleo de Tecnologia Educacional) que prontamente fizeram os mapas, enfim, a uma série de funcionários que permitiram a agilização na pesquisa e confecção desta tese.

A CAPES agradeço pela concessão da bolsa de estudos, pois sem ela seria quase impossível fazer os cursos e desenvolver este trabalho.

Muitas foram as pessoas que participaram deste trabalho, lendo parte dele, indicando textos, livros, fontes, etc. Outros leram todo ele corrigindo-o e assim contribuíram para o seu acabamento. A todos tenho muita gratidão.

Ao meu filho Vicente sou grato pelo apoio quanto às fotografias. Enfim, agradeço à minha companheira de todas as horas, Eliana, pelo apoio constante, sempre estando ao meu lado e ajudando de todas as maneiras possíveis, inclusive lendo o texto final. Agradeço enfim pela sua compreensão e paciência, o que não é nada fácil, na convivência diária, com alguém que está fazendo uma tese de doutorado.

Apesar deste trabalho ter tido a contribuição de muitos, não significa que o débito pelos erros deva ser creditado a eles. Muito pelo contrário, as deficiências e as falhas existentes só devem ser debitadas ao seu autor.

RESUMO

Neste trabalho procuro fazer uma arqueologia do discurso “Norte do Paraná” e assim demonstrar como ele foi sendo construído ao se processar a (re)ocupação da região situada ao norte do estado do Paraná. A simples enunciação da expressão “Norte do Paraná” faz aflorar um conjunto de idéias e imagens identificadas com: progresso, civilização, modernidade, colonização racional, ocupação planejada e pacífica, riqueza, cafeicultura, terra roxa, pequena propriedade, terra onde se trabalha, pioneirismo, etc... É um discurso construído ao longo de todo o século XX, mas principalmente entre os anos 1930 e 1950, procurando criar uma versão, do ponto de vista de quem domina, para o processo de (re)ocupação desta região. Este conjunto de idéias/imagens aparecem na maior parte dos textos acadêmicos ou não, como se fossem um dado, uma explicação, inquestionáveis.

Procuro, nesta análise, fazer com que os silêncios produzidos por este discurso, voltem à cena da narrativa historiográfica e, assim, estabelecer um contraponto aos discursos hegemônicos. A violência e a exclusão são os processos sociais mais silenciados, na medida em que expressam o sentido da (re)ocupação e os objetivos da ação do capital na busca de novas terras.

Neste sentido, procuro questionar ou pelo menos relativizar algumas fantasmagorias, “verdades” tidas como estabelecidas. Entre elas situam-se estas: que a (re)ocupação das terras situadas ao norte do estado do Paraná é um prolongamento da expansão cafeeira que ocorreu no estado de São Paulo, sendo que ela teria sido efetivada quase toda pela iniciativa privada sem o concurso do governo estadual; que há uma identidade “norte-paranaense” que possibilitaria a existência de uma clivagem Norte/Sul, onde os interesses dos agentes sociais envolvidos nas “regiões” seriam conflitantes; que a região em estudo era um “sertão despovoado” e que foi necessária a presença de valorosos “pioneiros” para fecundar a “civilização” nestas “matas virgens”; que o processo de (re)ocupação ocorreu de forma pacífica, não havendo conflitos violentos, tomando-se a região em estudo, a **Terra da Promissão**, a **Nova Canaã** e o **Novo Eldorado** para todos os que para ela afluíram e, finalmente, que há uma identificação entre o processo de (re)ocupação da região norte do estado do Paraná com as atividades da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP)/Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP).

Ao apresentar estas fantasmagorias e colocar em discussão o discurso “Norte do Paraná” procuro estabelecer um confronto de memórias, onde algumas versões sobre o mesmo fato são apresentadas, de tal forma que aparecem as possibilidades diversas de se escrever a história da região hoje situada ao norte do estado do Paraná.

Palavras Chaves: Memória, Fantasmagoria, Região, Análise Regional, História Regional, História do Paraná, Norte do Paraná.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to establish an archaeology of the discourse "North of Parana" and therefore, demonstrate how it was being built up as the (re)occupation of the region situated in the northern of Parana State was processed. The simple enunciation of the expression "North of Parana" brings up for discussion a set of ideas and images identified with progress, civilization, modernity, rational colonization, planned and peaceful occupation, richness, coffee plantation, purple soil, small property, soil where one works, pioneer settlement, etc... It is a discourse built up along all the 20th century, but mainly between the years of 1930 and 1950, trying to create a version, from the dominant's point of view, for the (re)occupation process in the region. This set of ideas/images shows up in most of the texts, academic or not, as if they are unquestionable.

In the analysis there is an attempt to make that the silences produced by this discourse, return to the scene of the historiographic narrative and, therefore, set up a counterpoint to the hegemonic discourses. The violence and the exclusion are the most silenced processes, as they express the sense of (re)occupation and the purposes of the action of the capital in the search of new lands.

In this sense, I tried to question of at least to relativize some phantasmagories, "truths" that are believed as established. Some of them are: that the (re)occupation of the lands situated at the northern of Parana State is an extension of the coffee expansion that occurred in the State of São Paulo, and that almost all of it would have been accomplished by the private enterprise without the contest made by State government; that there is a "North-Parana" identity which would make the existence of a North/South cleavage possible, where the interests of the social agents involved in the "regions" would be conflicting; that the studied region was an inhabited backland and the presence of brave "pioneers" was necessary to fecundate the "civilization" in these "virgin forests"; that the (re)occupation process happened peacefully, with no violent conflicts, turning this region into the "Promised Land", the "New Canaan" and the "New Eldorado" for all those who converged into it and, finally, that there is an identification between the (re)occupation process of the northern of Parana State and the activities of the North of Parana Lands Company (Companhia de Terras Norte do Paraná -CTNP)/North of Parana Improvements Company (Companhia Melhoramentos Norte do Paraná -CMNP).

As the phantasmagories are presented and the discourse "North of Parana" is discussed, a confrontation of these memories is established where some versions about the same fact are presented, in such a way that the several possibilities of making history of the region, nowadays located in the northern region of Parana State, are shown.

Key words: Memory, Phantasmagorie, Region, Regional Analysis, Regional History, History of Parana, North of Parana.

INTRODUÇÃO

Todo trabalho tem a sua história, que faz parte da própria história de quem o produz. Este não foge a isso, na medida em que a análise aqui desenvolvida perpassa a minha vivência na região em estudo, nos últimos trinta anos.

O meu primeiro contato com a região situada ao norte do estado do Paraná ocorreu em 1966 quando, devido à atividade que exercia, pude conhecê-la andando por quase todos os seus lugares, desde Ibaiti, Santo Antonio da Platina, Jacarezinho até Londrina, Maringá, Paranavaí, Nova Londrina, Cianorte e Umuarama.

O segundo momento, ocorreu, quando recém saído da universidade, participei do Projeto Noroeste, um consórcio financiado pela OEA/SUDESUL/Estado do Paraná, que analisou e propôs medidas para o controle da erosão no Noroeste do estado do Paraná, em 1973.

O terceiro momento aconteceu a partir de 1975 quando fui residir em Londrina e passei a trabalhar na Universidade Estadual de Londrina e se estende até hoje.

Estes três momentos, intermediados com muitas visitas, permitiram conhecer empiricamente a região em seus aspectos econômico, espacial, social e político. Foi uma observação sem método (com exceção do segundo momento) que foi e é ainda importante na medida em que me permitiu uma observação assistemática, sem uma preocupação acadêmica.

Em 1978, quando licenciiei-me para fazer o mestrado tinha como objetivo analisar como o capitalismo penetrou e se desenvolveu nesta região. Entretanto, quanto mais aprofundava-me na leitura teórica e na análise dos documentos e dados, era levado a perceber que a maior parte da literatura existente, destacava e acentuava a ação da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), depois Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). A partir daí, reduzi meu objeto e analisei somente o discurso da CTNP/CMNP e daqueles que falavam e escreviam sobre ela. Concluí a dissertação de mestrado defendendo a tese da existência de um mito: o da CTNP/CMNP, de como se desenvolveu, como se sustentava e qual a função que cumpria.

Quando me candidatei ao doutorado desenvolvi um projeto que pretendia analisar o discurso "Norte do Paraná", em função de algumas inquietações que cotidianamente brotavam ao ler os jornais, revistas, artigos, dissertações de mestrado ou teses de doutorado. Uma dessas inquietações era a quase unanimidade a respeito do processo de "ocupação" da região em estudo. Como dizia Nelson Rodrigues: "toda a unanimidade é burra". Penso que toda a unanimidade deve ser pesquisada e analisada e,

como é muito estranha ao universo das ciências humanas e mais especificamente da História, resolvi enfrentá-la.

Esse enfrentar não foi fácil. Não é fácil para nenhum pesquisador, pois significa navegar contra a corrente da historiografia consagrada. Além do mais, faltavam registros, documentos, isto é, fontes. Foi um trabalho de garimpagem em muitos "lugares de memória", para se conhecer um pouco este outro lado da história e desvendar as fantasmagorias "regionais". Esta história que busca também trazer à tona outros agentes e outros acontecimentos, já publicados e até conhecidos por alguns, mas não muito divulgados e disseminados, é um trabalho que se faz com fragmentos encontrados aqui e ali, como se estivesse fazendo um trabalho arqueológico, catando "cacos da história". Ou como afirma um outro pesquisador¹ que está iniciando o seu caminhar acadêmico com muita proficiência:

"Um dos encantos (e dificuldades) de uma história dos marginais é o seu caráter mesmo de "anti-história", a possibilidade que ela oferece de uma navegação outra nos conteúdos da história, no sentido contrário à tradição imposta pela memória hegemônica. Mas uma questão imediatamente se coloca: como escrever uma história dos marginais quando sabemos que são abundantes os registros indiretos, partidos do "centro", mas faltam registros diretos, partidos deles mesmos, sobre sua experiência vivida? Sem dúvida, a falta de fontes ou a forma como foram registradas já é indicativo da problemática vivida por esses personagens. Isso exige uma leitura nas entrelinhas que ultrapassa a intencionalidade do imediato do registro. Trata-se de estar pensando não só o que está sendo representado, mas porque está sendo representado daquela forma e não de outra. A história dos marginais é necessariamente uma história fragmentada. Ela faz-se pelos indícios que foram deixados principalmente pelos que detinham o monopólio dos discursos, pelo que falavam sobre os marginais, mas não os deixavam falar. Por isso a necessidade de recorrer aos mais variados tipos de fonte (ou mesmo construí-las, quando isso é possível) para, através da multiplicação dos pontos de observação e do confronto de diferentes tipos de testemunho, escrever uma "outra história" ou dar à história do centro uma nova perspectiva." (BENATTI, 1996, p. 4)

Resolvi, então, desenvolver uma análise mais detalhada da documentação e dos trabalhos acadêmicos e pude perceber que aqui e ali havia indícios que colocavam em dúvida aquela pretensa unanimidade. Além disso, encontrei muitos silêncios sobre alguns fenômenos, que ocorriam em estados e regiões circunvizinhas e que, na literatura analisada da região em estudo, apareciam apenas alguns indícios ou não apareciam. Foi procurando esses silêncios, principalmente referentes à violência, que apareceu este trabalho. Colocadas estas questões iniciais, creio que poderei agora indicar como desenvolverei o trabalho.

¹ Refiro-me a Antonio Paulo Benatti que defendeu sua dissertação de mestrado na Universidade Federal do Paraná, em outubro de 1996, analisando a boemia e a prostituição em Londrina no período de 1930-1970, sob o título "O Centro e as Margens".

No PRÓLOGO estarão postas algumas questões teóricas que indicam o que entendo por História, Fantasmagoria e o discurso "Norte do Paraná".

A PRIMEIRA PARTE - COLOCANDO A QUESTÃO - *O discurso e o silêncio* - é composta de dois capítulos. No Capítulo UM - Londrina, capital do "Norte do Paraná" no final do século XX - procuro demonstrar através da exposição de cinco situações ocorridas no início dos anos 90, a continuidade da presença do discurso "Norte do Paraná" e de como ele continua reiterando uma narrativa construída basicamente entre os anos 1930 e 1950, através daqueles que acreditam nela, os seus continuadores. Além disso, coloco esses fatos para que não se pense que a discussão que aqui pretendo desenvolver é uma "invenção" do pesquisador.

Exposto o discurso, como se apresenta nos dias de hoje, com alguns dos seus componentes mais significativos, no Capítulo DOIS - *A terra não está vazia e a mata não é virgem* - a preocupação é a de colocar em cena um dos maiores silêncios sobre o processo de "ocupação" da região, atualmente situada ao norte do estado do Paraná. É o momento de se falar dos primeiros ocupantes da região, isto é, como os indígenas produziam a sua existência, se organizavam em sociedades e as relações que mantinham entre si e com os outros da sociedade envolvente, desde os portugueses/espanhóis até aqueles outros conquistadores/bandeirantes modernos. Partindo das descobertas arqueológicas e da documentação histórica, procuro narrar como se estruturou e se modificou o modo de vida dos Xetá e dos Kaingáng. Assim, a PRIMEIRA PARTE contém a presença do discurso "Norte do Paraná" hoje, e o maior dos silêncios que ela produziu.

Na SEGUNDA PARTE - *A (re)ocupação e o discurso "Norte do Paraná" - Um confronto de memórias/história* - pretendo analisar e demonstrar como, ao ir realizando-se a (re)ocupação, foi construindo-se todo um conjunto de idéias e de imagens que silenciou outros discursos.

Neste sentido, a reafirmação contínua, pela historiografia dominante, é de que a (re)ocupação se efetuou inicialmente de forma "espontânea" e depois de uma forma racional e planejada, fazendo-se uma confusão, entre o processo de (re)ocupação como um todo e a atividade que a Companhia de Terras Norte do Paraná desenvolveu na região, silenciando-se que a (re)ocupação ocorreu de múltiplas formas.

Procuro demonstrar que a (re)ocupação da região em estudo se deu de forma bastante diversificada onde fazendeiros, grileiros, posseiros, sitiantes, trabalhadores sem terra, empresas colonizadoras estrangeiras e nacionais, governo do estado do Paraná, atuaram de forma díspare, oferecendo um panorama com muita diversidade e conflitos, questionando assim a visão linear imposta pela historiografia hegemônica.

Além disso, procuro trazer à tona estes discursos que foram silenciados mas que estão presentes no cotidiano da região. Para tanto, analiso a documentação existente e procuro tirar dela os indícios, em vários momentos, da construção do discurso

"Norte do Paraná", de como ela foi se estruturando e os silêncios que foi produzindo, principalmente no que se refere ao processo de exclusão e de violência.

Portanto, nos capítulos TRÊS, QUATRO e CINCO procuro analisar a (re)ocupação, isto é, a ocupação das terras na ótica do capital. Esta se inicia lentamente, a partir de meados do século XIX e se estende até o final dos anos 60 deste século, quando o território situado ao norte do estado do Paraná foi todo (re)ocupado e estruturado com base nas relações e pressupostos capitalistas.

Aqui se pode apontar uma questão que permite definir um dos elementos da especificidade deste processo: a exclusão e a violência na região foram explícitas, pois não houve nenhuma tentativa de moderação, ou cooptação, dos dominados para a criação de uma sociedade onde a tolerância fosse um padrão. A violência que ocorreu passou a ser algo escamoteado, quando os dominantes procuraram escrever a história da (re)ocupação sob o seu prisma. Mesmo tendo havido algumas tentativas anteriores, é a partir da década de 1930, que se inicia o processo de escrever e reescrever esta história do ponto de vista do dominante.

Ao fazer uma leitura das várias fontes orais ou escritas que existem, no sentido de criticar e de não aceitar passivamente a construção "Norte do Paraná" colocada no Capítulo UM, procurei fazer um contraponto para se estabelecer um confronto de memórias, através da análise da produção histórica, acadêmica ou não, dos relatos e depoimentos daqueles que quase foram esquecidos e silenciados. Como sabemos, estas vozes continuam falando, sempre esperando quem possa ouvi-las; é o que procurei fazer.

Os setores dominantes e os dominados não são entendidos aqui como blocos unos, indivisíveis, sem diferenças e contradições internas. Elas existem e se expressam em vários momentos da trajetória da (re)ocupação de novas terras pelo e para o capital. É óbvio, que no momento em que a questão da propriedade é, por alguma razão questionada, os dominantes se agregam e esquecem as suas divergências para fazer frente a um inimigo comum.

Este trabalho guarda certa especificidade em relação aos outros que procuraram analisar a região em estudo. Por um lado, porque assume uma posição crítica em relação àqueles que o fazem de um ponto de vista apologético, enaltecendo sempre elementos que compõem essencialmente o modo de viver e pensar burguês. Por outro, diferencia-se dos trabalhos críticos, que têm analisado um ou outro aspecto da (re)ocupação, porque nele procurei fazer uma análise mais ampla deste processo, integrando estes outros trabalhos e desenvolvendo uma análise onde estão presentes as contribuições das várias ciências sociais.

Em trabalho anterior (TOMAZI, N. 1989) procurei analisar como se formou e se desenvolveu a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP)/Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), e como foi se estruturando um mito em torno

delas. Analisei como este mito surgiu, sustentou-se e qual a função que cumpriu e cumpre regional e nacionalmente. É meu propósito neste trabalho analisar a constituição do discurso "Norte do Paraná", o que ele contém e o que silencia, bem como o processo político, econômico e social que permitiu a sua emergência e continuidade.

O discurso "Norte do Paraná" traz consigo um conjunto de idéias e imagens, que pretendo, questionar ou pelo menos relativizar. Dentre os elementos que compõem este conjunto pode-se citar os que seguem:

- A (re)ocupação das terras situadas ao norte do estado do Paraná é um prolongamento da expansão cafeeira que ocorreu no estado de São Paulo.
- A figura do "pioneiro" como sendo o personagem por excelência no processo da (re)ocupação.
- A defesa intransigente da atuação da iniciativa privada em detrimento da ação do governo do estado do Paraná, presente na expressão "o estado nada fez".
- A Clivagem Norte/Sul do Paraná e os conflitos existentes entre estas duas "regiões" do estado.
- A idéia de que a região em estudo foi e é a **Terra da promessa, a Nova Canaã e o novo Eldorado**.
- A idéia de que a região em estudo era um sertão despovoado presente na expressão "vazio demográfico".
- O processo de (re)ocupação ocorreu de forma pacífica, não havendo conflitos violentos.
- A identificação da (re)ocupação da região norte-paranaense com as atividades da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) / Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP).
- A existência de uma especificidade, de uma identidade regional, de uma civilização e um cidadão norte-paranaense.

Este conjunto de idéias e imagens permanece até hoje, criando uma versão, do ponto de vista de quem domina, para o processo da (re)ocupação da região em estudo. A simples enunciação, "Norte do Paraná", faz com que venham à tona todas essas idéias/imagens, funcionando assim como uma espécie de "identificação" presumível para todos aqueles que vivem na região em estudo e assumem este discurso.

Para desenvolver este trabalho é importante anotar que as fontes aqui utilizadas não foram hierarquizadas, na medida em que não se fez diferença entre as várias fontes e a bibliografia (teses, dissertações, artigos de revistas especializadas ou não, artigos e cartas de jornais, livros, álbuns comemorativos, depoimentos, poemas, etc.), pois todas elas são discursos produzidos em uma determinada situação histórica e, de alguma forma,

falam dela, expressam uma visão daquele momento. É uma escrita, uma narrativa do acontecido, no momento em que está acontecendo ou uma forma de memória colocada à disposição de quem procura conhecer a realidade em estudo. Neste sentido assumo aqui a posição de Jerzy TOPOLSKY (1982, p. 300)

“... el concepto de fuente histórica abarca todas las fuentes del conocimiento histórico (directas o indirectas), es decir, toda la información (en el sentido de la teoría de la información) sobre el pasado humano, dondequiera que se encuentre esa información, junto con los modos de transmitir esa información (canales de información). El pasado humano se interpreta de forma amplia, y abarca, por tanto, las condiciones naturales en las que vivía la gente. Es decir, el concepto de fuente histórica abarca toda a información sobre la vida humana en el pasado, incluyendo los canales de información”

Além disso, a bibliografia e as fontes não foram tratadas passivamente. A observação e a leitura da documentação teve uma direção *a priori*, um questionamento, na medida que não acredito que os documentos inspirem o historiador por si só, pois conforme Marc BLOCH (1965, p. 61):

“É naturalmente necessário que a escolha reflectida das perguntas seja extremamente maleável, susceptível de se enriquecer pelo caminho de uma quantidade de quesitos novos e aberta a todas as surpresas - de modo a servir, desde o início, de íman às limalhas do documento. O explorador sabe, antecipadamente, que o itinerário que traçou ao partir não será seguido ponto por ponto. Mas sem o traçar, arrisca-se a andar eternamente à aventura.”

Este é o encaminhamento que darei ao trabalho que agora apresento. Espero que ele seja analisado e criticado por todos aqueles que estão interessados em conhecer um pouco mais da história e das fantasmagorias, relativas ao espaço situado ao norte do estado do Paraná.

PRÓLOGO

Discutir novamente a ocupação e a (re)ocupação das terras, hoje situadas ao norte do estado do Paraná, deve ser um desafio, pois para muitas pessoas, todas as coisas já foram ditas sobre este processo e, portanto, não há fato novo para se escrever. Não será minha preocupação procurar coisas novas para mostrar, mas sim analisar o que já foi escrito, falado e divulgado, seja na imprensa, na produção acadêmica ou literária em geral, como também nos depoimentos e entrevistas de ontem e hoje.

Inicialmente faço a distinção entre OCUPAÇÃO - o longo caminho percorrido por povos que ocuparam a região, hoje situada ao norte do estado do Paraná, desde há milhares de anos e que utilizavam todo este território como espaço para o desenvolvimento de suas sociedades - e (RE)OCUPAÇÃO - como o processo que se desenvolveu a partir de meados do século XIX, com a preocupação de integrar estas terras, consideradas "vazias", ao processo de valorização do capital ou ao processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Para o melhor entendimento deste trabalho diferencio a **região situada ao norte do estado do Paraná**, que pode ser cartografável e delimitada através de vários critérios sejam eles geográficos, políticos, econômicos, sociais, históricos, administrativos, pedológicos ou climáticos e o discurso "**Norte do Paraná**", construção ideológica e fantasmagórica, feita por ideólogos vinculados aos dominantes, na região em estudo, e que traz embutida uma visão histórica vinculada à manutenção daquele poder e do *status quo*.

Quando se pensa em uma região que tem uma determinada configuração aceita como tal, sempre se procura algo que a identifique, que a distinga das outras. Procura-se, num primeiro momento, fatos históricos de longa duração como lingüísticos, psíquicos, culturais e também territoriais (fronteiras mais ou menos definidas). Depois, ao analisar-se sua história, procura-se conhecer como ocorreu o seu povoamento, seu desenvolvimento econômico, político, religioso e os elementos que poderiam distingui-la de outras regiões próximas. Após isso, poder-se-ia levar em conta os fatos mais recentes, como a estruturação de classes, seus conflitos internos e externos, bem como as suas práticas, defendendo, atacando, exaltando ou não aquelas características de longa duração.

Deste modo, por exemplo, símbolos e signos referenciados a um passado que identifica as lutas em guerras externas ou revoluções internas, ou ainda, expressões culturais (literatura, música e artesanato), enfim práticas sociais, produção econômica, movimentos políticos e muitos outros fenômenos, poderiam caracterizar as pessoas, grupos e classes sociais que vivem em uma determinada espacialidade cartografável.

O discurso "Norte do Paraná" explicita a idéia de que há uma comunidade imaginária de interesses econômicos e políticos; e assim procura-se constituir uma solidariedade que tem vínculos com a própria terra roxa, que é tida como a base física para o sustento de uma visão triunfalista da (re)ocupação. Esta visão tem por finalidade escamotear uma realidade que foi e é contraditória e conflituosa, pois está estruturada num sistema de classes. Entretanto, é necessário aos olhos de quem domina, que esta realidade pareça una, sem conflitos, procurando assim silenciar outros discursos que demonstram e falam sobre as contradições e os conflitos entre os diversos grupos, frações de classe e classes que viveram e vivem na região situada ao norte do estado do Paraná.

Mas o que é que tornaria a região em estudo, diferente das outras? Onde estaria a unidade pretendida? Onde estaria a sua especificidade? O que haveria nesta região que a tornaria distinta de outras regiões circunvizinhas? Onde estariam os processos de longa duração e os outros que dariam a ela uma caracterização diferente? Algumas pessoas procuram destacar que a especificidade dela estaria no fato de haver ações e processos muito intensos, "rápidos como um meteoro". Ora, a rapidez de um processo é algo que caracteriza o modo de vida capitalista neste século. No livro de Marshall BERMAN(1986) "Tudo o que é sólido desmancha no ar", isso fica claro, quando analisa as transformações que ocorreram em Nova York. É necessário destruir o que havia anteriormente para construir outras coisas que, em um breve espaço de tempo, devem aparecer como "novidade", como algo moderno, mas que serão destruídas também para fazer nascer um outro "novo".

Partindo da necessidade política dominante em demarcar um território de poder, e tendo em vista que não encontrei os elementos clássicos de identificação acima colocados, acredito que aquilo que poderia identificar esta região, é algo muito fluido que se consubstancia no discurso que a funda, o discurso "Norte do Paraná". Por discurso fundador entendo aquele que funciona como referência básica no conjunto de idéias e imagens constitutivo de um país ou de uma região. Este discurso aparece nas festas comemorativas, nos emblemas, monumentos, nos álbuns comemorativos e, é óbvio, nos arquivos e nos museus, bem como na produção literária e acadêmica. Os discursos fundadores, como diz Eni P. ORLANDI (1993, p. 12), são:

"(...) aqueles que vão nos inventando um passado inequívoco e empurrando um futuro pela frente e que nos dão a sensação de estarmos dentro de uma história de um mundo conhecido.

São enunciados que ecoam e reverberam efeitos de nossa história em nosso dia-a-dia, em nossa reconstrução cotidiana de nossos laços sociais...

Ainda que nem sejam exatamente os que repetimos em nosso discurso social, diferentes já do que encontramos nos documentos históricos. Não são os enunciados empíricos, são suas imagens enunciativas que funcionam. O que vale é a versão que "ficou".

A mesma autora, analisando este tipo de discurso nos afirma que ele cria as tradições projetando-se tanto para frente como para trás, instalando-se irrevogavelmente, tomando-se familiar e que só poderia ter sido daquele modo que as coisas aconteceram.

A.. O DISCURSO "NORTE DO PARANÁ"

Com já se viu anteriormente, o discurso "Norte do Paraná", diferentemente da região situada ao norte do estado do Paraná, estará sendo analisado como uma construção feita, por indivíduos vinculados ao poder na região. Este discurso procura dar a idéia de que há uma comunidade² que tem interesses próprios, ideais comuns, um passado glorioso e um porvir melhor, de preferência igual àquele passado construído.

Ao se analisar o discurso "Norte do Paraná", percebe-se a intenção de alguns autores de construir a idéia que, desde os tempos imemoriais, havia uma comunidade de interesses econômicos e políticos, onde todas as pessoas pensavam e agiam de uma mesma forma. Procurou-se, assim, construir uma solidariedade com vínculos com a própria terra roxa. A expressão "**pés vermelhos**", recentemente utilizada para identificar os habitantes da região norte paranaense, talvez possa ser um exemplo, bastante simples, deste processo.

Por outro lado, o discurso "Norte do Paraná" traz consigo um conjunto de idéias e imagens, quase que formando um bloco fundido e refundido onde a sua simples enunciação faz com que se faça uma identificação com algumas idéias basilares: progresso, civilização, modernidade, colonização racional, ocupação planejada e pacífica, riqueza, cafeicultura, pequena propriedade, terra onde se trabalha, pioneirismo, terra roxa, enfim, todo um conjunto de idéias e imagens construído através de vários anos, mas estruturado, principalmente entre os anos 30 e 50, procurando assim criar uma versão, do ponto de vista de quem domina, para o processo da (re)ocupação desta região.

Este conjunto de idéias e imagens, que estão presentes na simples enunciação da expressão "Norte do Paraná" é o que poder-se-ia chamar de uma "identidade".³ Ou seja, a simples menção a esta noção, faz com que venham à tona todas

² Uso o termo comunidade no sentido de uma relação caracterizada por um grau de intimidade pessoal, compromisso moral, profundidade emocional, coesão social e continuidade no tempo. Além disso que tem uma base territorial, instituições mais ou menos fixas, vida econômica que tem base em mútuos interesses, onde seus membros são capazes de atuar coletivamente. Para uma análise mais profunda e pormenorizada do conceito de "comunidade" remeto a discussão à coletânea organizada por Florestan Fernandes **Comunidade e Sociedade: Leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. S. Paulo: Nacional/EDUSP, 1973. 2 vol. Há também o excelente trabalho de NISBET, Robert - **La Formación del Pensamiento Sociológico**. B. Aires: Amorrortu, 1969, Vol.1. p. 71 a 145.

³ O conceito de identidade aqui utilizado está ligado à idéia de permanência, a coisas fixas, à referências físicas constantes que não mudam muito no tempo. É uma noção que assegura como que alguma coisa em separado, diferente, que dá uma unidade, uma coesão indispensável para distinguir entre uma coisa e outra.

elas, como se fossem um dado, uma explicação, inquestionáveis. Analisando este poder diferenciado, baseado nas palavras, pode-se afirmar com BOURDIEU (1989, p. 14) que:

"O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer ignorado como arbitrário".

Ora, nenhuma realidade pode se reduzir a uma simples enunciação, a não ser que se pretenda mitificá-la. Mas é neste sentido que este discurso tem força e aparece de forma hegemônica no imaginário das pessoas, porque ele não é visto como construído por quem domina e, portanto, arbitrário. Ele aparece como se a realidade tivesse sido constituída desta forma, como se a própria história tivesse assim ocorrido, naquele ordenamento cronológico. O grande drama daqueles que procuram continuamente reescrever a história, na perspectiva da manutenção do *status quo*, é que fazem (re)construções que muitas vezes se contradizem, como veremos nos capítulos seguintes.

Ao analisar a bibliografia e a documentação existentes, pode-se perceber que a trajetória da construção "Norte do Paraná", é encontrada desde os últimos anos do século passado. Acredito, entretanto que as construções mais elaboradas sobre a região aparecem na década de 1930 e 1950 e trazem no seu bojo um ideário mais amplo, que é o ideário republicano no Brasil.

Se me detenho um pouco na análise do "projeto republicano" no Brasil, que vai encontrar sua maior expressão, na chamada "Primeira República", é porque ali estão presentes as idéias de ordem, progresso, civilização, racionalidade, etc. que posteriormente serão assumidas por muitos outros discursos e que encontraram ali os germes destas construções.

As análises de José Murilo de Carvalho, Maria Inez Turazzi e de Iraci Galvão Salles, entre outros, permitem visualizar muito bem, esta construção e este projeto, de se definir uma modernidade para o Brasil baseada naqueles pressupostos.

Maria Inez TURAZZI (1989) procura analisar a emergência da engenharia, relacionada com a indústria e a organização do trabalho, num contexto marcado pela euforia, por parte das classes dominantes, com a modernização e o progresso, no mesmo momento em que estava sendo construída no Brasil uma nova ordem social e política: a republicana.

Ao desenvolver sua análise procura demonstrar o que o positivismo e o liberalismo forneceram às classes dominantes no Brasil e ao pensamento republicano. Para ela, o positivismo

"(...) teve uma penetração muito marcante na sociedade brasileira, dada a sua capacidade de conferir coesão e argumentos para a consolidação de determinadas relações sociais no país. Nesse sentido, ele emprestou uma nova qualidade ao paternalismo herdado da sociedade patriarcal, reforçando-lhe a lógica excludente e hierarquizada ao avançar sobre os outros espaços além da casa grande e da senzala, como por exemplo, a grande indústria têxtil.

O liberalismo, em sua vertente econômica clássica, forneceu à burguesia industrial nascente os princípios básicos para o reconhecimento da indústria como uma necessidade e um benefício à sociedade em seu conjunto. Do mesmo modo, ao considerar a divisão social do trabalho, própria do capitalismo, uma condição irrevogável para o "progresso" da humanidade, a economia política clássica subsidiou o discurso da classe dominante com os argumentos que legitimavam a base de sua dominação: a existência da propriedade privada e a consagração do capitalismo. (TURAZZI, 1989, p. 25)

Iraci Galvão SALLES (1986) ao analisar a atuação do Partido Republicano Paulista, principalmente no tocante à questão da mão de obra, deixa claro que a República era vista como a melhor garantia para a manutenção da paz e da ordem e para o desenvolvimento da riqueza e do trabalho, assim como de todos os bens morais e materiais, que em conjunto eram os elementos constituintes de uma nação.

"Essa visão da forma republicana de governo revestiu-se obrigatoriamente da noção de progresso. O conceito de progresso, presente em todo o pensamento da segunda metade do século XIX, é a expressão do desenvolvimento do trabalho cuja noção necessita ser recuperada em decorrência do próprio processo social de produção." (SALLES: 1986, p. 42)

Essa visão de progresso estava consubstanciada em atitudes concretas como o desenvolvimento da vida urbana, a construção de um sistema ferroviário, a intensificação de transações financeiras e comerciais, além de um controle técnico cada vez maior sobre o processo produtivo e sobre a natureza. Tendo isso por base, foi possível à classe dominante construir uma imagem de si mesma como a classe progressista por excelência. Neste sentido Iraci G.SALLES (1986, p. 43) afirma que:

"Daí decorre a elaboração da idéia de evolução histórica como uma lei que determina o caminho da humanidade sempre em direção ao progresso. O arcabouço teórico que sustenta o projeto político republicano tem como princípio que a sociedade como o real conhecido empiricamente, contém as forças embrionárias do desenvolvimento. A classe dominante, como portadora do conhecimento desse real, tem o papel histórico de deflagrar o processo que possibilita o desenvolvimento dessas forças. Fazendo uso do

conjunto de regras e normas fornecidas pela “ciência”, a classe, enquanto agente político, deve aplicá-las à sociedade, conformando-a aos pressupostos teóricos capazes de promover o desenvolvimento histórico do social no sentido do progresso.”

Na seqüência, e ainda procurando esclarecer mais o pensamento republicano, SALLES (1986, p. 63) acrescenta:

“Para o pensamento liberal republicano, progresso é crescimento econômico enquanto expansão da economia capitalista em curso. É a emergência da ordem burguesa, na qual a ampliação da participação política joga um papel fundamental na reelaboração das relações de dominação. A igualdade, a liberdade e a fraternidade tem que se sustentar no aparato jurídico dessa sociedade, mascarando a continuidade do privilégio de classe e da desigualdade inerente ao modo capitalista de produção. Caminhar em direção ao progresso é fundamental para alimentar a crença de que, quanto mais progresso houver mais chances para os **cidadãos** terem de participar na riqueza e na determinação dos desígnios políticos da nação”.

José Murilo de CARVALHO (1990), procurando responder como a República, diante da inexpressiva participação popular, se consolida gradativamente, analisa como foi elaborado um imaginário que justificasse o novo regime. Ele acredita que a elaboração de um imaginário é a melhor forma de legitimar um regime político. Apoiando-se em Raoul Girardet e Bronislaw Baczko, afirma:

“É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias, sem dúvida, mas também - e é o que aqui me interessa - por símbolos, alegorias, rituais, mitos. Símbolos e mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos. Na medida em que tenham êxito em atingir o imaginário, podem também plasmar visões de mundo e modelar condutas.” (CARVALHO, 1990, p. 10)

Apesar de breve, esta incursão permite que se visualize os pontos fundamentais do pensamento que estava presente e que plasmou o processo de (re)ocupação das novas terras para o capital na região em estudo: progresso, modernidade, igualdade de oportunidades, etc.

Mas estas idéias não ficam estagnadas no início do século, elas ganham vigor nos anos 30 e muito mais com o Estado Novo. Os trabalhos de LENHARO (1985 e 1986) permitem visualizar claramente este processo.

LENHARO (1986) ao escrever sua tese de doutoramento em 1985, olha para as duas décadas anteriores, e vê este tempo como farsa, mas que ainda não perdeu o seu conteúdo trágico original⁴. Analisa que a dimensão trágica ampliou-se porque mesmo após a desmontagem da máquina opressora do Estado Novo, muitos daqueles componentes ditatoriais foram reativados na ditadura militar pós-1964. É com esta preocupação que a sua análise volta-se para compreender as relações que a política de colonização e a política de trabalho no campo, mantinham com a questão da dominação sobre os trabalhadores urbanos, procurando esvaziar os conflitos sociais através da orientação de fluxos migratórios para novas terras e também regularizar o abastecimento de alimentos dos grandes centros.

Ao se referir à “Marcha para o Oeste” projeto de colonização do Estado Novo, assim se expressa:

(...) o estudo da colonização facultava enveredar pelas contradições da política de trabalho, “omissa” nos termos de não desdobrar o movimento legislador da cidade para o campo, a colonização e, em especial, a própria proclamação da “Marcha para o Oeste” abriram possibilidades de análise de seu conteúdo mítico, cuja construção imaginária evidencia traços marcantes de conservadorismo romântico, por sua vez detectados nas raízes das experiências nazi-fascistas europeias. A construção da “Marcha” atina para a imagem da nação em movimento à procura de si mesma, de sua integração e acabamento. O movimento é de conquista, de expansão; visa estimular a sensação de participação de todos na política, na qual por sinal, os canais institucionais de participação coletiva se encontravam vedados. O alargamento do território nacional, obra dos trabalhadores, operava com a idéia de conquista do espaço físico, de modo a que todos, simbolicamente, se sentissem co-proprietários do território nacional.” (LENHARO 1986, p. 15)

Ao analisar mais especificamente o projeto de colonização do Estado Novo, LENHARO (1985, p. 14) assim se expressa:

“Uma outra preocupação constante foi a de mostrar como são multiplicadas as estratégias de poder e disciplinamento sobre o trabalhador rural. Segurá-lo na terra, como objeto de ganância dos proprietários; arrancá-lo de seu meio para esvaziar a tensão social, quando isto se fazia necessário; orientar fluxos migratórios, com finalidades políticas; impedir o livre movimento dos sem terra, isto é, dificultar e cercar o posseiro, e acima

⁴ Para uma análise mais aprofundada sobre a idéia de farsa e tragédia relacionadas com a questão da repetição histórica remeto a ASSOUN, Paul-Laurent. *Marx e a repetição histórica*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1979

de tudo, criar o “novo” trabalhador rural brasileiro, ordeiro, produtivo, voltado para o lucro, distante do seu meio natural, da sua tradição e do seu passado.”

Levando-se em conta o que acima está exposto, pode-se afirmar que há uma estreita ligação entre a constituição do discurso “Norte do Paraná” e o processo de (re)ocupação da região situada ao norte do estado do Paraná, pois este imaginário vai se constituindo à medida que o território vai sendo ocupado na ótica do capital, com um caráter nitidamente vinculado à classe dominante. Como bem coloca P.MONBEIG (1977, p. 387):

“(...) o sentimento de pertencer a uma região, o desejo de fixar-se nela, de enraizar nela a família, a emulação que o espírito regional pode desencadear, não passam de noções confusas. O pequeno pioneiro passa da tentação dos grandes espaços ao orgulho municipal. Só para os fazendeiros e comerciantes, cujos interesses materiais os tomam solidários com a ferrovia, são providos de sentidos os nomes de regiões. Estão eles em relações constantes com a estrada de ferro; pedem-lhes melhores tarifas, vagões mais numerosos, horários mais cômodos; seguem com atenção os progressos dela, que são também os deles. Deve-se reconhecer que tudo isso era muito distante para o sitiante. Fica-se inclinado a ver no sentimento regional, tal como se manifesta atualmente a expressão de interesses comuns de classe. Nada há que incita o sitiante à solidariedade regional, pois sua fixação é temporária e os interesses, como as dívidas, são de curto prazo.”

A mais fantasmagórica expressão do discurso “Norte do Paraná” e da idéia/ imagem sobre a região norte-paranaense foi feita por Vicente BARROSO (1956, p. 7), respondendo à questão que ele mesmo formula: O que é o famoso Norte do Paraná ?:

Geograficamente, é toda a região norte deste Estado, compreendida entre os rios Paranapanema, Itararé, Paraná e os baixos: Cinzas, Laranjinha, Tibagi, Ivaí, Piquiri.

Historicamente, é toda a vasta região conhecida pelos Jesuítas, pelos espanhóis e pelos Bandeirantes, sob o célebre nome de **Guaira**, nos tempos dos chefes índios Guairaçá e Taiojá.

Geologicamente, o Norte do Paraná é a continuação das magníficas terras roxas do Estado de São Paulo, prolongando-se pelo sul do Mato Grosso, indo terminar além da foz do Iguassu, em Santa Rosa, Rio Grande do sul.

Etnologicamente falando, é ele a mais viva demonstração do quanto pode o braço nacional, auxiliado, de quando em vez, pelo braço estrangeiro, e orientado por entidades, competentes.

Socialmente, o Norte do Paraná é o “tira-teima” de muita doutrina fazendeira antiquada; o feliz consórcio de muitas e muitas raças, a prova dos nozes fora de um complexo social com o que os governos terão muito que fazer, e cuja solução põe em jogo os mais espertos sociólogos; visto que, semelhante movimento demográfico em nossa Pátria, nunca se deu e

talvez nunca mais se dará. Qualquer teoria, qualquer sistema, qualquer tabela tendente a resolver o problema econômico-social no Norte paranaense, esbarra logo com mil e uma dificuldades desconhecidas noutras regiões. Só mesmo quem vive lá é que poderá ter alguma vaga idéia do que seja esta "Nova Babilônia".

Por fim, o famoso Norte do Paraná é a Nova Terra Prometida, a nova Canaan, onde todo o mundo espera fazer fortuna rápida e facilmente... É a terra onde, em verdade, se pisa sobre o dinheiro... É um presente do Céu às pessoas de boa vontade. É uma chama do Inferno para aqueles que só visam a exploração indébita, anti-humana, anti-nacional, tomando a vida impossível lá onde ela deveria ser a mais fácil em todo o território nacional.

Este texto é o exemplo claro de uma das tantas sínteses que foram construídas no processo de (re)ocupação da região em estudo.

Procurando entender melhor a (re)ocupação do território da região em estudo, é necessário deixar claro que ela não está desvinculada dos processos mais amplos que estão ocorrendo no Brasil e fora dele. Esta região esteve desde o início da (re)ocupação, umbilicalmente ligada e plenamente integrada ao plano nacional. A São Paulo, através do fluxo de pessoas e mercadorias. A Curitiba, pelo fato da ligação político-administrativa, bem como pelas principais ações políticas no sentido de se implementar a (re)ocupação. Desde o século passado, a ligação ao nível internacional está presente e fica clara, quando a preocupação são os caminhos para o Mato Grosso, tendo em vista a Guerra contra o Paraguai e mais tarde, quando companhias estrangeiras se interessam em construir ferrovias e (re)ocupar as terras existentes, na região em estudo, e se propõem a colonizá-las, no contexto de um empreendimento comercial e financeiro. Com os processos imigratórios de estrangeiros, e depois com a sua ligação com o comércio internacional, inicialmente com a madeira, depois com o café e, mais recentemente, com a soja amplia-se a sua ligação com o exterior. Isso também se deve ao fato de que o Brasil ao incorporar-se ao espaço produtivo capitalista internacional, fez com cada uma de suas regiões, sofressem os efeitos desta articulação, resultando daí, sua integração ao mercado nacional e, por intermédio deste, ao mercado mundial.

A (re)ocupação se dá, portanto, no contexto de uma integração ao capitalismo consolidado no exterior e ao lançamento dos seus fundamentos no Brasil. A lógica da acumulação do capital, em seu sentido mais amplo, explica o porquê da (re)ocupação. O acesso à terra, não se dá somente por questões políticas (como a campanha da "Marcha para o Oeste" no período do Estado Novo), mas também por econômicas, que definem as novas relações sociais que estão em andamento. Neste sentido, Francisco de OLIVEIRA (1980, p. 24/25) esclarece esta questão quando analisa que, após a abolição da escravatura, nasce a possibilidade de um modo de produção de mercadorias percorrendo vários caminhos, afirmando que :

"O primeiro passo é fundar um campesinato ou quase-campesinato no Brasil, que vai assumir as tarefas de produzir os bens da cesta de consumo do capital variável, de um lado, e de outro, cumprir, para o nascente modo de produção de mercadorias **interno**, o papel da acumulação primitiva, que a economia colonial havia desempenhado para o modo de produção de mercadorias **externo**. Nasce todas as formas de exploração agrícola e de estrutura agrária tão características ainda hoje do campo brasileiro: as chamadas "culturas de subsistência", produzindo um excedente que vai alimentar o capital variável, e o complexo latifúndio-comercialização-minifúndio, através de mil facetas particulares de cada região e de cada situação - o colonato, o coronelismo - que, vai fazer nascer a renda da terra como forma de valor ao mesmo tempo que **acumula primitivamente**, através das relações sociais, políticas e econômicas típicas daquele complexo que se dão sobretudo ao nível da circulação."

Assim a (re)ocupação vai desenvolvendo-se integrada ao conjunto do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e junto com ela vai constituindo-se o discurso "Norte do Paraná".

Feitas estas considerações, pode-se entrar no âmago da questão deste trabalho, isto é, como a violência e a exclusão são elementos presentes e constitutivos da (re)ocupação das terras situadas ao norte do estado do Paraná, processo muito parecido com o que ocorreu em outras regiões no país e no exterior.

Analisar a violência e a exclusão como processo constitutivo da ocupação de novas terras não é nada original e seria, neste caso, "chover no molhado". Entretanto, isso não é realidade, na medida que poucos são os trabalhos acadêmicos que desenvolvem esta questão no contexto da região norte-paranaense. Muito pelo contrário, a maioria deles, desenvolve um discurso que se refere à (re)ocupação como pacífica, ordenada e sem violência.

A violência aqui enunciada não é uma ilação criada na mente do pesquisador, mas um fenômeno que existe no real e que permeia todo o processo da (re)ocupação das terras situadas ao norte do estado do Paraná. Analisando a ocupação do oeste dos Estados Unidos da América, Claude FOHLEN (1989, p. 20) deixa claro que a violência não se limitava ao contato com os índios, mas impregnava toda a vida cotidiana, pois a existência era um verdadeiro combate onde cada um se preocupava fundamentalmente em sobreviver se possível às custas do vizinho. Neste sentido afirma: "*A violência era também acentuada pela ausência, ineficácia ou cumplicidade do poder político e de seu braço secular, a polícia.*"⁵

Esta mesma constatação fez Maria Sylvia de Carvalho FRANCO (1983) analisando a sociedade brasileira, no contexto da cafeicultura do século XIX, no Rio de

⁵ Esta análise do far-west norte-americano coloca claramente a questão da violência no processo de (re)ocupação daquela região. Nos próximos capítulos aparecerão algumas referências ao **yankee** ou ao **far-west**, indicando apenas o caráter dos pioneiros (pioneers), silenciando sobre a questão da violência no Paraná.

Janeiro e São Paulo, ao afirmar que a violência aparecia em todos os momentos da vida cotidiana sendo um elemento constitutivo desta mesma realidade.

Na região em estudo, a violência recairá inicialmente sobre o indígena e o caboclo. No momento seguinte, atingirá o posseiro, para depois ter como alvo fundamentalmente o trabalhador rural. Entretanto, a violência não é algo que aparece aqui ou ali, ela está presente em todos os momentos da (re)ocupação e permeia o cotidiano da vida urbana e rural. Muitos são os relatos e depoimentos, bem como as notícias dos jornais e os processos criminais, que permitem afirmar, que a violência define as relações fundamentais deste processo. A presença de "jagunços" e "pistoleiros" contratados por famílias de fazendeiros ou pelas companhias de colonização, a ação da corporação militar do governo estadual, a luta dos posseiros para manter a sua terra (casos de Porecatu e Jaguapitã p. ex.), a utilização de armas de fogo como algo corriqueiro no cotidiano das cidades, deixam muito claro que a região em estudo não era uma terra pacífica, conforme se quer fazer acreditar.

A violência, entretanto, não atingia a todos indistintamente de forma generalizada. Ela atingia grupos mais ou menos definidos, ou como se fossem pré-selecionados, principalmente em função da posse/propriedade da terra. A seleção/classificação será o primeiro passo para a exclusão posterior. É necessário que os grupos ou pessoas que serão excluídos do processo, sejam antes assinalados como diferenciados. Esta seleção se fará através de princípios tidos como estabelecidos e naturais, que compõem um ideário, que têm como pressupostos a ideologia do progresso, do moderno, imperante até então.

Não querendo ser maniqueísta que define a realidade em dois campos opostos, o que ocorre no processo de classificação ou de seleção é a nomeação para efeito de identificação e de normatização para não dizer de eliminação. Num primeiro momento, esta seleção estabelece que, de um lado se encontra o "selvagem" (os indígenas) do outro, o "civilizado"; posteriormente, de um lado se encontram o posseiro, o caboclo, o sertanejo e do outro o "bom colono" nacional ou estrangeiro; após isso, de um lado está o não proprietário e do outro o proprietário. Nunca é demais lembrar que este ideário, que procura eliminar o diverso, foi desenvolvido, no Brasil, com muita ênfase desde o início da República, e encontrou sua forma mais medonha, no período do Estado Novo.

O processo de exclusão ocorrerá gradativamente, iniciando-se com a exclusão do indígena, exclusão esta, que já vinha se processando há muito tempo, mas que a partir do século XIX se dá de uma forma sistemática. A "barbárie" e a "selvageria" deveriam ser eliminadas por ações violentas e bárbaras.

O outro personagem a ser eliminado devia ser o sertanejo, o caboclo, pois sobre este também não se tinha nenhum controle, na medida em que não é proprietário, não tem lugar fixo onde possa ser encontrado, não se conduz dentro de uma "normalidade"

presumida, pois no "Norte do Paraná" não se pode permitir algo igual ou mesmo parecido àquele que ocorreu na região do Contestado.

A hipótese, de que se buscou exorcizar o fantasma do Contestado, quando se procurou ordenar de diversas formas a (re)ocupação da região norte paranaense (LOPES, Ana, 1982) é muito rica, pois permite entender porque tanta ênfase na criação de uma legislação tão específica sobre a (re)ocupação destas terras. A legislação governamental vai procurar desde os seus primeiros momentos do século XX, ordenar o espaço a ser ocupado, pois ao se ordenar e controlar o espaço, seja via propriedade, seja através da polícia, na cidade e no campo, seja através da ordenação do trabalho, procurava-se controlar e disciplinar os homens. Pode-se afirmar que a luta dos caboclos do Contestado, pairava sobre o processo de (re)ocupação da região norte paranaense, como se fosse um aviso, e para isso, se tornava necessário, por parte dos governantes do Paraná, tomar as devidas precauções para que nela não ocorresse o que lá aconteceu.

Finalmente, o trabalhador não proprietário deve ser excluído, pois este é a própria negação de tudo o que se pretendia para esta "rica e abençoada" região. Neste caso, vale a pena lembrar o que diz E. P. THOMPSON (1987, p. 64) quando afirma: *"A maior ofensa contra a propriedade era não ter propriedade"*.

A partir das transformações na agricultura e que atingem a região em estudo, iniciando-se em meados dos anos 60, ocorrerá um processo de expulsão gradativa e significativa da população não proprietária e mesmo de pequenos proprietários, onde muitos continuarão em busca do "ouro verde", em direção aos estados de Mato Grosso e Rondônia, e outros voltarão para os centros urbanos da região ou, principalmente, para o estado de São Paulo.

Como se poderá ver no decorrer deste trabalho, a região em estudo já estava ocupada por vários povos indígenas e também por caboclos dispersos, que estruturavam suas vidas longe dos padrões que o capitalismo define como modernos. Assim, pode-se afirmar que, à medida em que o elemento "civilizado" ia penetrando no território, a situação dos indígenas ia complicando-se. Enquanto ele ia entrando na região e conquistando as terras, o índio ia saindo, morrendo e perdendo a sua terra.

É o mesmo momento em que na Europa, principalmente na Inglaterra, procurava-se a estruturação de uma racionalidade que se fizesse universal, demonstrando que a ordem burguesa, no interior das relações capitalistas, em relação à terra e aos homens, passava a ser vista como uma "missão civilizadora".

Parafraseando VESENTINI, a região em estudo cresceu como um fato, à medida em que cresceu como idéia, como uma significação, tendo por base as idéias e imagens presentes no discurso "Norte do Paraná". Isso era importante pois: *"(...) Trata-se de 'criar um acontecimento' para impedir que outros acontecimentos se verifiquem"*. (VESENTINI, 1982, p. 235)

Este pensamento tem muito a ver com a construção que a burguesia faz de si mesma. Neste sentido Jesús IBÁÑEZ (1986, p. 47) afirma:

"A classe burguesa, ao erigir-se em representante do interesse geral da espécie, se nega a si mesma como classe, apagando até os vestígios de seu nome: é uma "classe anônima", que dissolve a história em natureza, a contingência em necessidade; que oculta o fato histórico e contingente de sua dominação fundando-o na necessidade da razão natural (por isso a "classe" é designada com o nome "nação") e as formações ideológicas que justificam o poder burguês - filosofia, religião, direito - se escondem no adjetivo "natural)".

Neste construir de uma história que servisse de anteparo ao desígnios dos colonizadores/conquistadores é que foi sendo constituído o discurso "Norte do Paraná".

B.- HISTÓRIA E FANTASMAGORIAS

Ao procurar entender como foi constituído o discurso "Norte do Paraná" preoquepei-me em analisar como os homens em situações análogas ou diversas, com idéias e interesses parecidos ou divergentes, participaram da ocupação e da (re)ocupação da região em estudo. Ao pensar esta questão contrapus História e Fantasmagoria porque esta diferenciação poderia esclarecer um pouco do processo da ocupação e da (re)ocupação da região hoje situada ao norte da estado do Paraná.

Entendo por História o modo como os homens produzem a sua existência. Produzem o seu corpo, as coisas necessárias para a sua sobrevivência física, os instrumentos e os locais de trabalho, as suas moradias, as suas cidades e campos; produzem as organizações familiares, as instituições educacionais, os modos de se relacionar e de se comunicar enfim uma sociabilidade; produzem ainda as explicações para a sua existência, e para a sociedade em que vivem, através de diversas posturas perante o meio em que vivem.

Na produção de sua existência, produzem um relato, uma narrativa, um discurso sobre a sua própria história. Jeanne Marie GAGNEBIN (1987, p. 7) ao analisar a obra de Walter Benjamin nos remete para este fato.

"Se nos lembrarmos que o termo *Geschichte*, como "história" designa tanto o processo de desenvolvimento da realidade no tempo, como o estudo desse processo ou um relato qualquer, compreenderemos que as teses "Sobre o conceito de história" não são apenas uma especulação sobre o devir histórico "enquanto tal", mas uma reflexão crítica sobre o

nosso discurso a respeito da história (das histórias), discurso esse inseparável de uma certa prática. Assim, a questão da escrita da história remete às questões mais amplas da prática política e da atividade da narração".

Isso significa dizer que a interpretação que se faz de uma dada realidade, tem muito a ver com a prática social e política que se desenvolve, não apenas enquanto indivíduos, mas também enquanto partícipes de uma classe ou fração de classe, no interior da qual desenvolvem suas atividades. É no contexto da trama destas relações, das contingências do cotidiano, que se pode entender a forma como são vividos, analisados e interpretados os fatos históricos.

Quando falo que os homens constróem a sua existência, a sua história e a sociedade em que vivem, estou falando de homens reais, pois como afirmam MARX e ENGELS (1967, p. 159):

"A história não faz nada, não possui uma enorme riqueza, ela não participa de nenhuma luta. Quem faz tudo isso, quem participa das lutas, é o homem, o homem real; não é a história que utiliza o homem como meio para realizar os seus fins como se tratasse de uma pessoa individual - pois a história não é senão a atividade do homem que persegue os seus objetivos."

Reafirmando esta idéia no contexto do trabalho historiográfico Marc Bloch (1965, p. 28), em sua *Introdução à História*, deixa muito claro que o objeto da história são os homens, pois

"Há muito, com efeito, que os nossos grandes precursores, um Michelet, um Fustel de Coulanges, nos tinham ensinado a reconhecer: o objeto da história é por natureza o homem. Melhor: os homens. Mais do que o singular, favorável à abstracção, convém a uma ciência da diversidade o plural, que é o modo gramatical da relatividade. Por detrás dos traços sensíveis da paisagem, dos utensílios ou das máquinas, por detrás dos documentos escritos aparentemente mais glaciais e das instituições aparentemente mais distanciadas dos que as elaboraram, são exactamente os homens que a história pretende apreender. Quem não o conseguir será, quando muito e na melhor das hipóteses, um servente da erudição. O bom historiador, esse, assemelha-se ao monstro da lenda. Onde farejar carne humana é que está a sua caça."

Levando-se em conta a assertiva de Marc Bloch, é importante deixar minha posição clara sobre o que entendo sobre o pensamento histórico e seu objeto. Neste sentido, assumo a posição de Lucien GOLDMANN (1986, p. 17) quando nos diz:

"TODO FATO SOCIAL é um fato histórico e inversamente. Segue-se daí que a história e a sociologia **estudam os mesmos fenômenos** e que, se cada uma delas captura um aspecto real, a imagem que ela dele nos dá não poderia ser senão parcial, na medida em que não for completada pelas contribuições da outra. Ora, a passagem do abstrato ao concreto não se obtém adicionando duas imagens parciais. Não se pode obter um conhecimento real dos fatos humanos reunindo resultados **parciais e deformantes** de uma sociologia coisificante e psicologista com aqueles de uma história política ou bem positivista. O conhecimento concreto não é a **soma mas síntese de abstrações justificadas**. No caso a que nos referimos, as abstrações **não sendo justificadas**, sua síntese era impossível. Não se trata pois de reunir os resultados da sociologia e da história, mas de abandonar toda sociologia e toda história abstratas para chegar a uma ciência concreta dos fatos humanos que não pode ser senão uma **sociologia histórica** ou uma **história sociológica**.

(...)

A sociologia não pode ser **concreta** se não for histórica, do mesmo modo, a história, se pretender ultrapassar o simples registro dos fatos, tomar-se-á necessariamente explicativa, a saber, numa medida maior ou menor, sociológica.

No processo de narrar a história vivida, os homens reais produzem explicações e idéias/imagens as mais variadas, entre elas, fantasmagorias. Por fantasmagoria entendo, num primeiro momento, a arte de fazer aparecer imagens que só existem ilusoriamente no instante de sua projeção, ou seja, a arte de fazer aparecer espectros por efeitos óticos, criando a ilusão de que as coisas projetadas efetivamente existem.

Para uma melhor compreensão creio ser necessário analisar um pouco mais, historicamente, o surgimento da fantasmagoria. Ela é o resultado das pesquisas de Etienne Gaspard Robert (que ficou mais conhecido pelo nome de Robertson) sobre os instrumentos de ótica que eram fabricados em sua cidade natal, Lieja, bem como pela leitura das obras de Nollet e Sigaud de Lafont.

Em 1798, Robertson, fez os primeiros espetáculos que atraíram multidões. Através de uma fonte luminosa e um conjunto de espelhos e lentes, fazia aparecer cenas macabras como esqueletos ambulantes, bruxas dançando, cabeças cortadas e até mesmo Diógenes à procura de um HOMEM. Apareciam também visões mais graciosas, como o nascimento do amor campestre, a história de Laura e Petrarca e a dança de fadas. Além disso, era constante a sátira anti-clerical, muito presente no teatro da época.

Conforme Max MILNER (1990, p. 16), Robertson explorava todo o aparato científico na área da ótica que estava à sua disposição e que havia sido desenvolvido desde Descartes, Newton até os seus dias.

"Técnicamente, su principal innovación consiste en el invento del **fantascopio** o linterna mágica montada sobre rieles. El desplazamiento de la linterna hacia la pantalla, asociada a la rotación del objetivo, permitía agrandar progresivamente un personaje, en tal forma que diese la impresión de que se aproximaba a los espectadores. La ilusión era tan

perfecta que éstos, atemorizados, instintivamente se apartaban. Otro procedimiento de proyectar imágenes animadas consistía en colocar en el interior del fantascopio un espejo en el cual se reflejaba un sujeto vivo, fuertemente iluminado. Con ayuda de dos linternas, fija una, móvil la otra, Robertson proyectaba un decorado, por ejemplo el claustro de un convento, en el cual parecía desplazarse un personaje, por ejemplo una monja ensangrentada. En ese caso, la dificultad que había que evitar era que el fantascopio, destinado a proyectar la imagen del personaje animado, no apareciera en el haz del fantascopio destinado a proyectar el decorado. Robertson la resolvía colocando este último aparato del mismo lado de la pantalla que los espectadores y el primero detrás de la pantalla, y haciendo aparecer así la imagen animada por transparencia. A veces, la pantalla era remplazada por una nube de humo, y entonces la aparición parecía flotar pelos aires."

Para Max Milner, os espetáculos de Robertson estavam a serviço de uma ideologia ambígua. Por um lado, procurava desmascarar as "canalladas de los curas" denunciando os falsos prodígios, as superstições, o fanatismo e os preconceitos, colocando seu invento a serviço da educação da população mais pobre que quase não tinha acesso aos jornais e livros. Por outro lado, procurava colocar em cena a sua imaginação referente ao mundo do imaginário fantasioso a respeito do sobrenatural e do fantástico diabólico, principalmente quanto ao poder e ao encantamento de Lúcifer. Este segundo aspecto tinha uma repercussão muito grande, pois se todo o imaginário sobre o sobrenatural estava sendo questionado pela ciência de então, a fantasmagoria preenchia um vazio afetivo produzido pela concepção racional do mundo que provocava a impossibilidade de se comunicar com o mundo do Além.

Assim, entendo fantasmagoria, conforme Francisco FOOT HARDMANN (1988, p. 25), como o modo de "(...) *designar uma exibição em que se podia fazer aumentar ou diminuir o tamanho das imagens projetadas manipulando a lente*". É esta idéia de manipulação das lentes para alterar as imagens projetadas que me interessa num primeiro momento, pois acredito que as fantasmagorias criadas e presentes no discurso "Norte do Paraná" são manipulações que visam manter a estrutura de dominação, através de um processo hegemônico de criação e disseminação da memória histórica.

Quando procurei referências em um dicionário comum⁶ tive também alguns elementos que reforçam aquela idéia:

Fantasmagoria: Francês: fantasmagorie. S.F. 1.- Arte de fazer aparecer, de fazer ver, figuras luminosas na escuridão. 2.- Fantasma. 3.- Falsa aparência.

⁶ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, São Paulo: Folha de São Paulo, 1995 pág. 290

Fantasmagórico: Adj. 1.- Relativo à, ou próprio de fantasmagoria. 2.- Imaginário, ilusório, irreal, fantástico, fantasmático, fantasmal.

A fantasmagoria, é pois a primeira versão de todos os outros aparatos modernos dela derivados (fotografia, cinema, televisão, holografia, imagem virtual) que possuem a capacidade de jogar com a crença e a descrença, com a certeza e incerteza, com a adesão e a negação, o que explica o papel privilegiado que desempenham na criação das fantasias modernas, utilizados como estratégia de ocultar/mostrar e que dá ao mundo fantástico uma penetração significativa no inconsciente das pessoas.

O segundo sentido de fantasmagoria é aquele que ultrapassa a acepção puramente ótica e se coloca no universo da crítica político-filosófica, ou seja, tem uma perspectiva mais ampla em termos históricos. Partindo, portanto, de uma visão estritamente ótica passo a uma análise mais ampla da construção e da estruturação das fantasmagorias, entendidas como uma forma de mostrar e de **fazer ver**. Este é o outro momento de meu trabalho, quando procurarei demonstrar que não existe somente **uma**, mas pelo menos **algumas** possibilidades de se analisar o processo da ocupação e da (re)ocupação das terras, hoje situadas ao norte do estado do Paraná.

É minha intenção trazer mais uma possibilidade de se analisar a história da ocupação e da (re)ocupação da região em estudo. Há uma memória deste processo que está inscrita em vários lugares e que muito recentemente, vem sendo "lida", "ouvida" e desenterrada, trazida à luz, por vários estudiosos que não querem deixar que esta memória seja esquecida, ao contrário do que fazem muito bem os historiadores vinculados aos dominantes, que desejam mantê-la enterrada, silenciada.

Na expressão muito rica de Walter Benjamin é necessário não apenas guardar e conservar estes fragmentos esquecidos do passado mas, principalmente, libertá-los. É necessário que a história daqueles que foram vencidos não se passe silenciosamente. Procurarei alterar, um pouco, o quadro da transmissão de uma história conformista efetuada pelos dominantes, ou seja, desvendarei algumas das fantasmagorias por eles criadas. Conforme Flávio R. KOTHE (1985, p. 17), para Walter Benjamin:

"(...) a história é uma ciência e uma rememoração; aquilo que a ciência "verifica" pode ser retificado pela rememoração. Isto não no sentido de uma mera manipulação dos dados históricos, mas no sentido de que esses "dados" já são produtos da manipulação da história segundo os interesses de classe subjacentes à historiografia oficial: o sofrimento do presente pode criar ouvidos para que se ouçam gemidos sufocados no passado, sufocados inclusive pela tradição, pela transmissão historiográfica. O historiador materialista precisa, antes de mais nada, **desconfiar de todos os dados que lhe são fornecidos como dados históricos, já que estes tendem a uma visão apologética do passado ou, no máximo, apontam**

problemas do passado para louvar as soluções do bom presente."
(destaque meu)

Levando em conta esta desconfiança como um dos elementos metodológicos importantes e tomando como referência o que Marc BLOCH (1965, p. 3) afirma com referência a pensar o passado, a partir do presente, é que pude melhor posicionar-me neste caminhar:

"Em boa verdade, conscientemente ou não, é sempre às nossas experiências cotidianas que, em última análise, vamos buscar, dando-lhes, onde for necessário, os matizes de novas tintas, os elementos que nos servem para a reconstituição do passado: as próprias palavras de que nos servimos para caracterizar os estados de alma desaparecidos, as formas sociais estioladas, que sentido teriam para nós se não tivéssemos visto primeiro viver os homens? Vale mil vezes mais esta impregnação instintiva que uma observação voluntária e controlada. Um grande matemático não o é menos, creio eu, se passar de olhos fechados pelo mundo em que vive. Mas o erudito que não tenha o gosto de olhar à volta de si mesmo, nem para os homens, nem para as coisas, nem para os acontecimentos, merece talvez, como dizia Pirenne, que lhe chamem um prestimoso antiquário. Mas deveria ter o bom senso de renunciar ao nome de historiador"

Aqui se coloca portanto, a questão da relação entre memória e história no interior do trabalho historiográfico. A posição aqui adotada, é aquela que está presente em Pierre NORA (1984, p. XIX e XX, apud DECCA, 1992, p. 30):

"A memória é a vida, sempre guardada pelos grupos vivos e em seu nome, ela está em evoluções permanente, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todas utilizações e manipulações, suscetível de longas latências e de súbitas revitalizações. **A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta daquilo que já não é mais.** A memória é um fenômeno sempre atual, uma ligação do vivido com o eterno presente; a história é uma representação do passado. Porque ela é afetiva e mágica, a memória se acomoda apenas nos detalhes que a conformam; ela se nutre de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a toda transferência, censura ou projeção. A história, porque operação intelectual e laicizante, exige a análise e o discurso crítico. A memória se enraiza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem e no objeto. A história não se liga a não ser em continuidades temporais, nas evoluções e relações de coisas. A memória é um absoluto, a história não conhece mais do que o relativo. No coração da história trabalha um criticismo destruidor da memória espontânea. A memória é sempre suspeita à história, donde sua verdadeira missão é a de destruí-la e de rechaçá-la" (destaque meu)

Conforme DECCA, a sociedade contemporânea, ao mesmo tempo que desenvolve uma sociabilidade individualizante, destrói gradativamente as bases da memória espontânea bem como os seus vínculos coletivos, cria uma nova percepção histórica, isto é, diante da possibilidade de uma perda definitiva do passado, cria alguns lugares onde a memória possa ficar guardada: os “lugares da memória” de que nos fala P. Nora. A história deste modo se impõe definitivamente à memória, na medida em que define o lugar onde ela pode se instalar. As pessoas e os grupos organizados passam assim a reivindicar um direito à história e, portanto, ao seu passado, que deve ser resguardado, preservado e arquivado, e não mais um direito à conservação de sua memória, como história vivida.

Neste processo há perda tanto para a memória como para a história, porque como diz DECCA (1992, p. 133):

“Do lado da memória, como ela voluntária e intencional no seu esforço de historicizar-se, ela se perde definitivamente como experiência do vivido, aparece como um constrangimento individual que vem do exterior. Do lado da história, perde-se a dimensão crítica que ela deve ter em relação ao passado, pois a ela não está reservado o papel de preservá-lo, tal como ele foi, mas de reescrevê-lo incessantemente, sabendo-se que este retorno ao passado não é mais do que a medida de sua própria perda. Erige-se, portanto, no presente alguma coisa híbrida e bastante ameaçadora, que é a **memória histórica**. Nem memória, porque alheia à experiência do vivido, nem história, porque destituída de seu valor crítico com relação ao passado.” (destaque meu).

A memória histórica, assim entendida, foi sempre utilizada pelos dominantes (vencedores) para silenciar a memória dos vencidos e também qualquer alternativa de surgimento de outro discurso histórico que questione a validade e a legitimidade de sua dominação. O mais importante, entretanto, é que essa memória histórica se constitui a partir do princípio da identificação, servindo muito bem aos discursos que procuram construir perfis nacionais e regionais criando e tomando símbolos do passado que possam dar uma idéia de coesão social com base em uma determinada territorialidade.

Neste sentido, conforme a análise que DECCA faz de Pierre NORA a partir do “*Lieux de Mémoire*”, este é o momento em que a história pode se desvencilhar da memória, deixando de ser um conjunto de lembranças e recordações (que são os signos mais acabados dos ideais de identidade) para ser um discurso crítico sobre o passado e realizar o “inventário das diferenças” (DECCA, 1992, p. 134)

Partindo destes pressupostos pode-se, portanto, pensar que a memória pode ser também um fator de transformação social e não só de manutenção da situação existente, desde que ela seja a expressão da ação e da consciência de indivíduos, grupos e

classes historicamente dados e constituídos, que tiveram uma experiência que está impressa no real, vinculada ao processo de transformação da realidade social.

Não adoto a posição de que a memória é uma noção vaga que se criou a partir do conceito de memória coletiva, onde os sujeitos históricos não existem, esvaziando a ação dos mesmos na história. Ou como afirma Michael POLLAK (1989, p. 3) :

"Na tradição durkheimiana, a ênfase é dada à força quase institucional dessa memória coletiva, à duração, à continuidade e à estabilidade. Assim também Halbwachs, longe de ver nesta memória coletiva uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, donde o termo que utiliza, de "comunidade afetiva".

Nesta linha de pensamento a idéia de sociedade é aquela que, para Durkheim, seria a expressão máxima de uma consciência coletiva que é única, quando na verdade existem muitas memórias coletivas. Esta visão de uma memória coletiva única tem uma relação muito grande com a emergência da idéia de nação e de nacionalismo como o elemento mais acabado de uma sociedade. A memória coletiva seria, como decorrência, a forma mais acabada da memória nacional. Transpondo este raciocínio para a análise regional poder-se-ia afirmar que, nesta perspectiva, há a construção de uma determinada memória histórica que visa a coesão social e basicamente a manutenção da situação vigente.

A história escrita na perspectiva de quem domina é uma construção reescrita várias vezes, uma "camisa de força" para a memória, transformando-a em memória histórica e que se insere naquela categoria que P. BOURDIEU (1989, p. 9) chamou de "poder simbólico", isto é,

"(...) um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem **gnoseológica**: o sentido imediato do mundo (e, em particular do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o **conformismo lógico**, quer dizer uma "concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências".

Assim, para BOURDIEU (1989, p. 11) o poder simbólico é a decorrência lógica dos "sistemas simbólicos" que se constituem em verdadeiros instrumentos de legitimação da dominação.

"É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de **comunicação e de conhecimento** que os "sistemas simbólicos" cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra

(violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a **"domesticação dos dominados"**.

"... é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico e, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem." (destaques meus)

É com a intenção de desvendar como o discurso "Norte do Paraná", este sistema simbólico que contribui para a "domesticação dos dominados", se constituiu e como ele se instalou e se instala no "coração e nas mentes" das pessoas que vivem na região e fora dela, que pretendo desenvolver este trabalho.

PRIMEIRA PARTE

C O L O C A N D O

A

Q U E S T Ã O

Como o objeto deste trabalho é a análise do discurso "Norte do Paraná" e os silêncios que ele provocou e provoca, aqui pretendo colocar as questões que, de alguma forma, estarão presentes em todo o decorrer dele.

No início da década de 1990, preocupado com a reiteração e manutenção do discurso "Norte do Paraná", procurei pesquisar um pouco mais alguns eventos que estavam surgindo na cidade de Londrina e percebi que, apesar de não haver nenhuma programação para tal acontecimento, vários fatos demonstravam a revivescência de um discurso que me parecia anacrônico. Analisando um pouco mais a questão, percebi que estava equivocado pois, muito pelo contrário, era a reiteração de um discurso que procurava (re)colocar elementos discursivos que haviam sido formulados décadas antes.

Como afirma Marc Bloch (1965, p. 39) os homens passam o tempo criando e montando mecanismos e depois tornam-se prisioneiros deles mais ou menos voluntários. São estes mecanismos, estas criações, voluntárias ou não, que pretendo apresentar no Capítulo UM. São acontecimentos carregados de significados que, de uma forma ou de outra, repõem um discurso que tem por base a manutenção do status quo.

No que se refere aos silêncios tomo como referência o mais significativo dos silêncios produzidos pela maioria daqueles que escreveram sobre a região em estudo: o processo de ocupação do território hoje situado ao norte do estado do Paraná por sociedades tribais desde há 7000 anos. Assim, no capítulo DOIS, discutirei os fundamentos das abordagens históricas que construíram estes silêncios e estigmas, bem caracterizados nas expressões "vazio demográfico", "selvagens", bugres... Analisarei ainda o modo de vida dos povos Xetá e Kaingáng que viveram (e vivem) na região e a relação entre eles, bem como com a sociedade ocidental desde o século XVI até meados do século XIX.

CAPÍTULO UM

LONDRINA

CAPITAL DO "NORTE DO PARANÁ"

NO FINAL DO SÉCULO XX

Os modos de se construir algo são múltiplos. Aqui pretendo falar de algumas construções, em ferro, em vidro, em concreto e alumínio, mas também de construções discursivas e imagéticas referenciadas àquelas ou não.

Nestas construções, que analisarei, pode-se perceber que há a preocupação com a construção de um futuro baseado num passado congelado, morto, homogeneizado. Nelas, a preocupação não é construir um futuro novo, e mesmo um novo presente, mas construir um futuro com base num passado "glorioso".

Conforme nos diz J.M. GAGNEBIN (1982), há presente nestas construções, de alguma forma, uma visão do passado de um ponto de vista romântico, de cunho conservador, pois se olha para ele sem crítica nenhuma, com uma vontade de fazê-lo, se possível, retornar. Pretende-se reviver o passado através de uma identificação afetiva com o objeto enfocado. Creio que Walter Benjamin em sua tese nº 9 nos aponta um pouco este caminho:

"Há um quadro de Klee intitulado *Angelus Novus*. Nele está representado um anjo, que parece querer afastar-se de algo a que ele contempla. Seus olhos estão arregalados, sua boca está aberta e suas asas estão prontas para voar. O Anjo da História deve parecer assim. Ele tem o rosto voltado para o passado. Onde diante de nós aparece uma série de eventos, ele vê uma catástrofe única, que sem cessar acumula escombros, arremessando-os diante de seus pés. Ele bem que gostaria de poder parar, de acordar os mortos e reconstruir o destruído. Mas uma tempestade sopra do Paraíso, aninhando-se em suas asas, e ela é tão forte que ele não consegue mais cerrá-las. Essa tempestade impele-o incessantemente para o futuro, ao qual ele dá as costas, enquanto o monte de escombros cresce ante ele até o céu. Aquilo que chamamos de Progresso é essa tempestade." (F.KOTHE, 1985, p. 157)

Acredito que, diferentemente do *Angelus Novus* de Paul Klee, de que nos fala Walter Benjamin, os "construtores" do discurso "Norte do Paraná" estão de costas para o passado, olhando para frente, para um futuro imaginário, pois não querem olhar a pilhagem que foi realizada e os escombros que foram deixados para trás.

É com a intenção de desenvolver um outro olhar sobre este passado, que deixou marcas e sinais indelévels no presente, que procurarei encontrar mais alguns "cartuchos de pólvora", para que este passado possa ser libertado do peso conformista desta tradição.

Para Benjamin é necessário articular historicamente o passado, não no sentido de conhecê-lo "como ele realmente foi", mas fazê-lo aparecer apropriando-se de suas reminiscências num momento de perigo. Este perigo está representado pelas classes dominantes que não tem cessado de se impor como vencedores.

"O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela.(...) O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer". (BENJAMIN 1987, p. 224)

Os eventos que vou apresentar aparecem, para estes elaboradores de uma memória homogeneizada do passado, como a possibilidade de se construir uma "comunidade" que teria existido no passado e que, de alguma forma, querem que ela seja restaurada nos mesmos moldes, enaltecendo assim "um passado glorioso", procurando-se construir fantasmagoricamente um porvir melhor já que, para eles, fica muito difícil olhar o presente como ele está.

O que pode unir estas fantasmagorias? Quero crer que seja a construção da idéia de uma região com "identidade cultural" própria e com um futuro já dado, visando a manutenção da ordem estabelecida bem como a continuidade dos que dominam. Reafirmando a colocação anterior, novamente Walter Benjamin esclarece a questão:

"(...) Os dominantes num certo momento histórico são os herdeiros de todos aqueles que alguma vez já venceram. Portanto, a identificação afetiva com o vencedor beneficia sempre e respectivamente os dominantes do momento. Isso diz o bastante para o materialista histórico. Quem até esta data sempre obteve a vitória participa da grande marcha triunfal que o dominador de hoje celebra por cima daqueles que hoje estão atirados no chão. Como era de costume, a pilhagem é arrastada junto no cortejo triunfal. Costuma-se chamá-la de bens culturais. No materialismo histórico, eles terão que contar com um observador distanciado. Pois tudo o que ele consegue perceber em termos de bens culturais, tudo, sem exceção, tem uma origem que ele não pode rememorar sem horror. Eles devem sua existência não só aos esforços dos grandes gênios que os produziram, mas também à anônima servidão dos seus contemporâneos. Não há documento de cultura que não seja ao mesmo tempo um documento de barbárie. E assim como os próprios bens culturais não estão livres da barbárie, também não o está o processo de transmissão com que eles passam de uns a outros. Por isso o materialista histórico se afasta o máximo possível desta [transmissão] tradição. Ele considera como tarefa sua pentear [escovar] a história a contrapelo." (F.KOTHE, 1985, p. 157) ⁷

⁷Para uma melhor compreensão da citação fizemos aqui a introdução de algumas palavras que podem elucidar melhor o texto, a partir das várias possibilidades de tradução do alemão para o português, conforme fica claro naquelas feitas pôr Sérgio Paulo Rouanet e Jeanne Marie Gagnebin. A citação, entretanto, em sua maior parte é a de Flavio Kothe.

Jeanne Marie GAGNEBIN (1982), ao comentar W. Benjamin, ajuda a explicar o discurso "Norte do Paraná", quando indica que, neste tipo de discurso, não há nenhum questionamento, isto é, de como a história da ocupação e da (re)ocupação foi contada e transmitida e, muito menos, como ela se realizou. Há, sim, a ausência de uma reflexão crítica. Não se procura em nenhum momento perceber outras histórias possíveis. Unem-se, nesta visão, uma "imagem eterna do passado" com uma visão encantadora do futuro. Para eles o passado nada mais tem a dizer. Ora, o que W. Benjamin nos convida a fazer é chamar este passado novamente à cena para que, à luz dos refletores de uma nova posição histórica, possamos "pentear a história a contrapelo" e assim analisar outras vozes que insistentemente continuam a falar.

Creio que esta questão é bem colocada por Rubem C. KEINERT (1978, p. 29) ao analisar a construção das configurações ideológicas:

"A transfiguração de linguagem refere-se à interferência de concepções míticas, utópicas e telúricas no pensamento dos autores e que aparentemente os desvinculam de quaisquer interesses definidos. Desta maneira é proposto como representativo de todos os indivíduos da formação, dando-lhes a cidadania "regional". É a transfiguração, portanto, que por seus efeitos cria uma unidade de referência através da qual todos se sentem iguais. Ela é obtida com a mitificação sobretudo das relações com a natureza (espaço) e das relações com o passado, com o presente e com o futuro (tempo). Vinculam-se assim os indivíduos a determinadas unidades de referência que lhes dão igualdade aparente através de símbolos coletivos carregados de significados que são imputados de acordo com a matriz que não se explicita. A seguir as relações com o espaço e com o tempo aparecem impregnando as relações dos homens entre si."

Na apresentação destes episódios, tomei como referência a estrutura do texto de Walter Benjamin "Paris capital do século XIX", para poder assim pensar a questão proposta. Cabe agora apresentar algumas dessas fantasmagorias presentes ainda no cotidiano de quem vive na região, hoje situada ao norte do estado do Paraná, no final do século XX.

1.1.- O TEMPO DE SEO CELSO ou "Infeliz o povo sem heróis"⁸

"O herói tem sempre uma desfaçatez única: apresenta-se como fosse a própria estátua equestre."

Nelson Rodrigues

Antes de fazer alguns comentários sobre o livro de Domingos Pellegrini⁹ por que não deixar o próprio autor falar sobre a sua obra?

"Na primeira vez em que esta história foi pensada, seria uma série de historietas, um álbum de casos de Seo Celso para a Fazenda Cachoeira. Foi quando Seo Celso começou a agir através de seu arquivo e de seus amigos, fazendo surgir a idéia de um livro."

"As três partes são bastante diferentes. A primeira é uma massa de palavras pontilhadas de pontos e vírgulas, já nisto indicando um avanço difícil, como penetrar na floresta virgem do Norte do Paraná; uma arqueologia do herói."

"Na segunda parte predominam as aspas, indicando os diários de Seo Celso - cujo texto original aí está quase literalmente, apenas com os consertos que faria um revisor. Além disso, os verbos no passado foram trazidos para o presente."

"A terceira parte é marcada pela agilidade: é quando o herói já se compôs inteiro e é quase só ação."

"Para realizar o primeiro pensamento, de mostrar o herói em plena ação, foi preciso penetrar pela floresta e passar por portos e labirintos, enquanto o herói ia se fazendo. E enfim, eis que é vencido pelo tempo." ¹⁰

⁸"O Tempo de Seo Celso" é o nome de um livro escrito por Domingos Pellegrini sobre a vida de Celso Garcia Cid, a pedido e patrocinado pela família Garcia Cid, com o intuito de enaltecer a vida do patriarca da família, a partir de relatos de amigos e de alguns diários e anotações que este deixou. Com este material o autor desenvolve uma narrativa onde procura identificar o personagem central com um herói. Melhor dizendo, ele cria o herói. Como o próprio autor afirma na orelha do livro, é uma obra que contém uma biografia, uma reportagem e um diário. Domingos Pellegrini inclui, como co-autor, o próprio Celso Garcia Cid, na medida que este gostaria de ter escrito um livro e não o fez, deixando apenas os diários, de alguns momentos de sua vida e outras anotações esparsas.

⁹ Domingos Pellegrini é um escritor conhecido nacionalmente, nascido em Londrina, que já publicou vários livros (romances, novelas, contos,...). Quando estudante e mesmo logo depois de graduado em Letras, foi um personagem da intelectualidade "norte-paranaense", considerado de esquerda, isto é, preocupado com as possibilidades de transformação da sociedade capitalista em geral e com a brasileira em particular. Pouco a pouco, foi se distanciando desta postura, questionando-a inclusive. De incendiário tornou-se bombeiro, como ele próprio afirma, o que fica claro na forma como aborda a questão neste livro aqui enfocado. Procurou em determinada época de sua vida desenvolver suas atividades em São Paulo, mas voltou a Londrina, onde trabalha como jornalista e publicitário. Foi alguns anos atrás, Secretário da Cultura do município de Londrina.

¹⁰Estas afirmações foram retiradas da orelha do livro *O tempo de Seo Celso*.

Neste livro o autor cria um herói, o Sr. Celso Garcia Cid, que é apresentado como o cidadão por excelência da **civilização norte-paranaense**.

"Ao entrar em contato com os documentos, fotografias e diários... Ali o repórter descobre que mais que homem de ação fora do comum, Seo Celso foi o cidadão por excelência na civilização ainda bruta, do Norte do Paraná, um pioneiro típico, que mal terminou o curso primário na Espanha, abraçou desafios a serviço de sua gente e sua terra, por conta própria como herói clássico." (pág. 9)

Mas para que se crie uma civilização, é necessário criá-la desde o início, a começar com a configuração física que dá identidade à "civilização norte-paranaense": a terra roxa. Por isso, o autor vai buscar esta configuração física desde o início dos tempos, quando se formou o solo do planeta Terra, quando houve o endurecimento da lava vulcânica e a separação dos continentes. Afirmar, que no "Norte do Paraná" os derrames basálticos foram os maiores do mundo e que estes foram se corrompendo pela umidade durante milênios, liberando óxido de ferro que deu à terra da região em estudo sua cor avermelhada. Esta cor que propiciou hoje, o surgimento da expressão "pés vermelhos" que identifica, estigmatizando, o habitante da região hoje situada ao norte do estado do Paraná.

Continuando a análise da base física deste território, o autor afirma que a umidade constante permitiu que o solo se tornasse fofo, sendo que a sua fertilidade é invejável, aprofundando-se em um centímetro a cada século, encontrando-se áreas onde a terra roxa pode atingir dezenas de metros de profundidade. Estas terras eram cortadas por rios vivos e possuíam uma floresta exuberante, ou "(...) *a mais rica floresta intertropical do planeta, tão fascinante quanto impenetrável* (...)"(pág.18).

Ora isto tudo só poderia aparecer como um Eldorado na cabeça daqueles que chegavam, na região. Designação esta já presente desde o século passado no relato dos viajantes que pela região passaram e que louvavam a fertilidade do solo e a majestade da floresta com seus frutos e com uma fauna fantástica.

Mas saindo do "paraíso" e passando pela presença indígena e pelo contato com o "civilizado", seja ele espanhol, português ou brasileiro, o autor chega ao início do século vinte com a "*novela que decidiria o destino das terras*", já então chamadas Sertão do Tibagi. Reproduzindo integralmente o discurso do vencedor, isto é, de quem enriqueceu, o autor procura deixar claro que a (re)ocupação foi feita por pessoas corajosas, pioneiras e que através do trabalho tudo conseguiram, e assim vai desenvolvendo a saga de outros tantos personagens ou organizações, mas nenhum deles, comparável ao Seo Celso.

A trajetória do "herói" Seo Celso se inicia na Espanha, quando ainda criança, e chega rapidamente ao foco de atenção quando o garçom Garcia, trabalhando

em Cambará, ou dirigindo um hotel em Cornélio Procopio, aprendia mecânica e fazia tudo o que podia, sempre procurando aprender e ouvir o que acontecia ao seu redor. Foi assim, que com as economias que tinha feito até então, comprou um caminhão no final de 1932, passando a fazer transporte de mercadorias, principalmente para a construção da ponte sobre o rio Tibagi, como também para as primeiras casas da cidade de Assaí.

Na visão de Domingos Pellegrini, Celso Garcia Cid sempre observador, e escutando os ingleses que haviam comprado muitas terras do outro lado do Tibagi, resolveu cruzar o rio Tibagi e se estabelecer em Londrina, ou seja, veio trabalhar com seu caminhão do outro lado do rio. Cruzou o Rubicão para vencer.

No ano seguinte já possuía dois caminhões, além de um motorista e um ajudante como empregados. Em 1934 participava como sócio da Companhia Rodoviária Helm & Garcia (hoje conhecida como Viação Garcia) que fazia as linhas Jatay-Londrina e Londrina-Arapongas, passando por Cambé e Rolândia e depois para todas as outras cidades que iam nascendo. Em 1937, a empresa já tinha 8 ônibus e uma nova composição societária: As famílias Garcia Cid e Garcia Villar uniam-se no empreendimento. Em 1940 os ônibus eram 18 e em 1950, elevavam-se para 80. Depois que a empresa cresceu, não precisando mais dedicar-se tanto a ela, Celso Garcia Cid passou a comprar fazendas e a trabalhar nelas todos os fins de semana. Aqui, para o autor, é que o "herói" busca novo desafio, algo que avançasse no tempo, que vencesse o tempo: trazer boi da raça GIR da Índia para melhorar o rebanho de suas fazendas, mas que é visto pelo autor do livro como a salvação para o rebanho bovino nacional¹¹.

Aqui começa a epopéia do "herói". Dois terços do livro narra o que fez, para conseguir trazer bois da Índia para a fazenda Cachoeira. As peripécias, as ações, contra todos os que se colocaram no caminho, mostram como o "herói" faz tudo o que pensa.

As características deste herói são assim assinaladas em várias páginas do livro:

- "A adoção de auxiliares fiéis como amigos e escudeiros, que também seriam seus olhos e ouvidos na empresa e nas fazendas, seria um dos segredos do sucesso de Celso em tudo o que botava a mão. Desde a Grécia e a China antigas, a formação de um grupo seleto de auxiliares é típica do comportamento do herói aquele que é predestinado para as grandes façanhas, aquele que fará coisas que nenhum outro tentará fazer." (pág. 68)

- "O código de conduta é típico do herói, que se vê como exemplo e exige acato." (p.69)

¹¹ Na tentativa de realçar o feito "epopéico" do Seo Celso não levou em conta "façanhas" parecidas que foram realizadas por fazendeiros desde o início do século XX do Triângulo Mineiro. Estas idas e vindas à Índia também foram narradas naquela região como verdadeiras epopéias. Portanto, Domingos Pellegrini contou apenas mais uma delas.

- "A memória era fantástica, condição essencial de todo o herói." (p.72)
- "(...) arriscava sem medo, desdobrava-se (...) zelava antes de tudo pela segurança de seus homens - outra marca essencial do herói." (p.89)
- "(...) o herói deverá sempre contar com o estímulo do próprio inimigo; mesmo que não vença, não poderá deixar de lutar, é da própria essência do herói." (p.125)
- "(...) o êxito dos heróis será julgado pelos deuses minuto a minuto." (p.150)
- " (...) como na clássica situação em que o herói, para fugir aos inimigos, joga-se no rio, mesmo sabendo que a correnteza leva a uma cachoeira logo adiante. Ele joga com a verdade e conta também com a sorte e, ainda com uma presteza militar ..." (p.160)
- "Mas o **quase**, o sucesso ou o fracasso por um fio é próprio do herói em missão. Se não houvesse riscos não haveria prêmios; se não fosse assim, seria fácil para todos." (p.201)
- "É a sina do herói: lutando por causa coletiva, precisa dos outros, mas os outros não têm a mesma capacidade e determinação. Então vê-se o herói, fazedor de fatos, diante do nada a fazer, o tempo perdido, o desânimo que tem de disfarçar, pois sabe que os outros se espelham nele e dependem de seu ânimo." (p.217)
- "O herói leva os outros à aventura, mas o fracasso será mais seu que dos outros, e sua solidão também é maior. Geralmente, nesta hora o herói recorre a alguma mágica, truque ou poder secreto." (p.219)

Domingos Pellegrini comentando o seu livro, em um artigo de jornal¹², no dia do lançamento do mesmo, afirmando que *"infeliz é o povo que não tem heróis"* acrescenta outros elementos que permitem, à exaustão, melhor entender o que ele entende por herói:

- "Os heróis são mais que líderes, são homens de capacidade excepcional, mandados pela própria natureza a realizar tarefas impossíveis para os homens comuns."
- "Os heróis condensam a vontade e os sonhos de um povo, e preservar sua memória - a herança de suas palavras e ações é tarefa dos contadores de História, sejam os historiadores, escritores, jornalistas ou pai que põe o filho a dormir contando casos".
- "O herói é um semideus, com capacidade além do homem normal"
- "As proezas dos heróis só são possíveis através de seus dons que só os amigos conhecem bem."

¹² Folha de Londrina, 14/12/1990, p. 16

- "Para agir o herói precisa de uma causa pública, um sonho seu e de sua gente. Depois colherá o seu prêmio, o reconhecimento público. Mesmo com seus dons, o herói não se arrisca sem apoio coletivo, e o aplauso será também seu prêmio coletivo."

- "Fazer o impossível para o herói é apenas dever, e sua arma é sempre essa mágica, o uso de truques, a confiança cega nos companheiros, a ousadia extrema, além de artimanhas e dons. A previsão contra o imprevisto e, também o uso até do imprevisto. A coragem suicida que recia a esperança. O perigo calculado, a sorte no último minuto. Parece até que as coincidências e acasos agem em favor do herói, mas é só porque ele, ao contrário dos homens comuns, vive se arriscando por todos."

As qualidades do "herói" aqui expressas colocam Seo Celso como uma figura que está acima dos pobres mortais e, diria mais, acima de quase todos os heróis existentes nas mitologias antigas e modernas. Esta pessoa transformada em herói visaria sempre o bem comum, o coletivo, os outros. Este discurso não estaria, por acaso, procurando silenciar os objetivos de Seo Celso de sempre lucrar a qualquer custo e acima de qualquer lei ou pessoas?

Quando se analisa este personagem transformado em herói pode-se perceber que a sua fala é proverbial, como se fosse alguém sagrado que sai por aí fazendo coisas maravilhosas e deixando sempre lições que os outros devem seguir como exemplo. Deste modo, é importante destacar algumas expressões que, colocadas na boca de Seo Celso, caracterizam o "herói" da "civilização norte-paranaense" :

- " O primeiro pensamento é que vale." (p.11)
- "Não coma sem gosto! Trabalhar no que a gente não gosta, é como comer sem apetite, só faz mal." (p.8)
- "Boi ruim e empregado mole, descarto logo !" (p.68)
- "Quem trabalha só para ganhar a vida, nunca vai viver tão bem como quem gosta de trabalhar." (p.70)
- "Máquina é que nem a gente, não gosta de pancada. Se a gente bate, a máquina acaba se vingando." (p.71)
- "Comida é coisa sagrada, mas demais pode te matar. Dinheiro também, se você vive para ele." (p.90)
- "Como amigo tenho meus defeitos mas, como inimigo, sou perfeito." (p.113)

A partir destas formulações se pode entender perfeitamente porque o autor inverte a expressão de B.Brecht : *"Infeliz é o povo que precisa de heróis"* . Um povo, uma civilização não podem viver sem heróis, para Domingos Pellegrini, por isso é necessário criá-los. A "civilização norte-paranaense" já tem o seu, e chama-se Celso Garcia Cid.

A fantasmagoria aqui quase se corporifica, na medida em que Domingos Pellegrini, chama o Sr. Celso Garcia Cid para comparecer à cena, como co-autor do livro. Já não bastam as fantasmagorias criadas em torno do personagem, transformando-o em "herói" da "civilização norte-paranaense", é necessário trazê-lo ao mundo dos vivos para que vejam que ele ainda está presente, agora escrevendo, ou algo como psicografado.

1.2.- OS SINOS DA CATEDRAL ou "Por quem os sinos dobram ?" ¹³

"É a estação da religião em Marselha. Trens com vagões dormitórios com destino à eternidade são, na hora da missa, expedidos daqui."

W. Benjamin

Os sinos vão repicar e a comunidade londrinense vai ouvir, 20 anos depois, o mesmo som que chamava os fiéis para as missas e anunciava os festejos religiosos. Assim, o jornalista se refere ao fato dos sinos da catedral de Londrina estarem novamente em uma torre no final do ano de 1990¹⁴.

Nesta afirmativa, pode-se perceber alguns elementos que estão presentes nas representações que permeiam o cotidiano da cidade. Primeiramente a idéia de uma **comunidade** que permanece no tempo, pois depois de 20 anos ela poderá ouvir o **mesmo** som chamando os **fiéis** para a missa. Por outro lado, há uma identificação entre aqueles que vivem na cidade, vistos como uma comunidade, e a comunidade de fiéis da fé cristã católica. A tentativa de unificar as coisas faz com que desapareçam todas as diferenças, mesmo as de credo, para não falar nas de classe.

Mas, que sinos são estes? Adquiridos em 1949, os quatro sinos foram comprados por um grupo de famílias "pioneiras" e doados à Igreja Matriz, que os instalou

¹³ "Os Sinos da Catedral" tem como referência o fato de que no ano de 1990 houve uma campanha na cidade de Londrina, por parte dos membros da Catedral da Igreja Católica para construir e reinstalar os sinos da Igreja que em 1949 foram instalados na então catedral que foi demolida para a construção da atual. Estes sinos ficaram desde 1970 guardados porque a nova catedral não tinha uma torre para instalá-los.

¹⁴ Folha de Londrina, 21/12/1990, p.5

nas torres construídas, no mesmo ano. Esta Igreja havia sido construída em 1943 sem as torres, (Foto nº 3) em substituição a uma outra de madeira, que existia desde 1934. (Foto nº 2)

Pensar esta nova catedral e seus sinos nos remete aos momentos em que os sinos foram colocados, num primeiro momento, naquela catedral que se pretendia ser para sempre, (Foto nº 4), bem diferente daquela anterior em madeira, que por sua vez nos remete ao dia em que foi rezada a primeira missa em 1934, no local onde hoje se encontra a catedral atual. (Foto nº 1).

Pode-se afirmar que a idéia de uma grande catedral, em uma grande cidade, já estava presente no momento da primeira missa, pois esta significa a chegada da civilização ao local, como a “primeira” missa do descobrimento do Brasil. Assim, quando se iniciou a construção da atual catedral (ainda sem a torre para os sinos) estava se pensando em algo moderno e maior, que pudesse ser um elemento marcante na cidade e que fosse uma referência para a cidade e a região que tinham sido prósperas, mas que já iniciavam um período de estabilização.

Assim, a arquitetura desta nova catedral deveria espelhar a prosperidade e a modernidade que presumidamente deviam estar presentes no imaginário dos habitantes da cidade de Londrina. O ferro, o alumínio, o vidro e o concreto eram materiais que deveriam estar presentes, bem como linhas retas, não mais o gótico da anterior, que já parecia coisa velha e ultrapassada.

Rompendo com o passado, desmanchando tudo o que era de antes, (mas nem tudo, pois uma parte lá ficou), demolindo aquela igreja que se pensava definitiva, construída em 1943, procurou-se construir uma nova catedral, com uma forma arquitetônica que parecesse moderna. Assim foi inaugurada em 1972 a atual catedral. (Foto nº 5).

A nova forma arquitetônica nos remete a uma identificação por semelhança com um grande graneleiro, um grande armazém, onde se guardam as coisas mais valiosas (o café, o soja, o trigo, o arroz, etc.) expressão da riqueza da região, isto é, daqueles que são os proprietários, da mesma forma que a catedral de Marselha parecia aos olhos de W. Benjamin uma grande estação ferroviária.

Mas a modernidade também exigiu a higienização dos espaços laterais, dos contornos da igreja, onde se faziam as quermesses para se arrecadar fundos visando a manutenção das atividades eclesiais (que o Senhor não provê diretamente) e inclusive para a construção da nova catedral. Assim procurou-se um substituto para as quermesses, essas atividades fora de época, tradicionais, que representavam o passado, pois a cidade crescia e se civilizava mais ainda (e esta marca está no número de automóveis existentes na cidade). Portanto, esses objetos significantes da modernidade, devem estar também ligados ao que é espiritual. No subsolo da catedral foi construído um estacionamento, não só para os fiéis que a freqüentam, mas para os que desejam estar no centro da cidade e

Foto nº 1



Foto nº 2

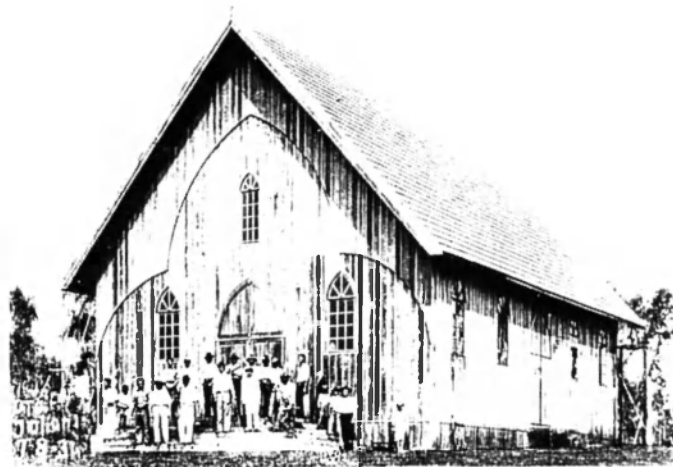


Foto nº 3

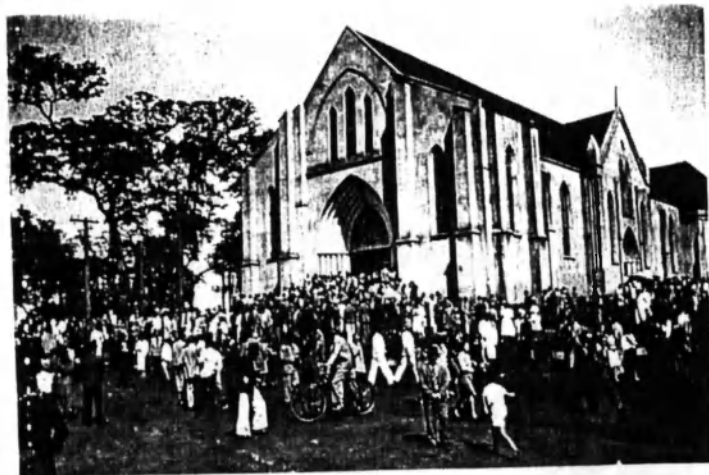


Foto nº 4



Foto nº 5

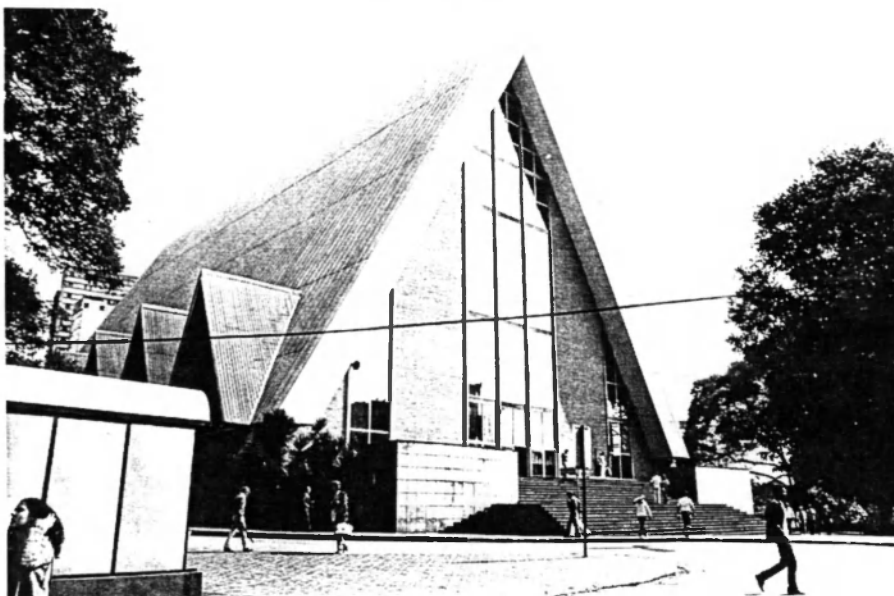


Foto nº 6



precisam estacionar seus carros. Pagam para isso. É bem possível que a maioria das pessoas não freqüente as missas, mas seus carros, objetos de desejo, estarão certamente abençoados e, naturalmente, os cofres da Igreja terão um fluxo de caixa mais significativo, sem o grande esforço das quermesses de antigamente.

Com isso tudo parecia estar completa a nova catedral para a cidade, que aparecia como a capital do "Norte do Paraná". Mas faltava alguma coisa. Eram os sinos, que há vinte anos, guardados no estacionamento da catedral, guardavam silentes o momento de reaparecerem em sua pompa majestática, representantes de um tempo glorioso. Os sinos representavam a possibilidade de se restaurar a comunidade londrinense, que se confunde, aos seus olhos, com a comunidade da fé cristã, e nada melhor, portanto, que recompô-la através da presença dos sinos num momento em que se iniciava o período mais importante da região (o auge da cafeicultura) que significou riqueza para muitos e desespero para a maioria, após alguns anos.

Os sinos aparecem aqui como aquela possibilidade de voltar ao passado, onde havia famílias e pessoas que se preocupavam com a situação da "Casa de Deus". Voltando, podia-se também reverenciar a todos os que contribuíram para que os sinos existissem: as famílias doadoras, que possuem os seus nomes moldados nos próprios sinos, para que fique o testemunho impresso até a eternidade.

Em 1989 iniciou-se uma campanha para colocar os sinos de novo em seu lugar de direito, a torre da Igreja. Entretanto não havia torre. Para tanto se iniciou uma campanha em toda a cidade para arrecadar fundos para a sua construção e a colocação dos sinos.

O primeiro passo foi a realização de um concurso público para as propostas de projeto para a torre. Foi escolhido um projeto que adequava mais ao estilo arquitetônico da catedral. Após isso, várias empresas da cidade, gratuitamente, construíram a torre aliadas à contribuição de fiéis através da venda de camês e outras atividades. Mas a contribuição maior veio do então candidato ao Senado pelo Paraná, José Eduardo Andrade Vieira, presidente do BAMERINDUS.

Em Londrina, desde 1949, a chamada dos fiéis se dava pelos sinos, até o momento em que as torres da antiga catedral foram demolidas em 1968 para a construção da nova catedral, que foi concluída em 1972.

Assim até 1990 os sinos estavam silentes e a catedral, que fica localizada num ponto central da cidade, aparecia como uma majestade dominando sobre todos os outros edifícios e pessoas. Os sinos eram o complemento que faltava, por isso foi construída a torre para instalá-los novamente (Foto n ° 6).

Mas agora os sinos não funcionam com tanta eficiência para os fiéis que residem um pouco longe da catedral, porque a cidade mudou, e os edifícios não só dominam a paisagem como, junto com os ruídos das ruas, não permitem que o som dos

sinos se propague com a mesma liberdade que havia em anos passados. Ademais, a cidade está mais secularizada, ou seja, muitos que vivem no raio de abrangência do som dos sinos, acham que estes até incomodam.

A catedral aparece aqui como templo e santuário da fé cristã, local onde se encontra a felicidade, ao se rememorar tanto o sacrifício de Cristo como o dos santos, deixando de lado o sacrifício daqueles que padeceram para fazer com que a "região se tornasse rica", ou seja, para que alguns se tornassem ricos com base no trabalho dos outros.

Os sinos servem também para relembrar o passado glorioso da região e daqueles que investiram para que eles existissem. Mas estes sinos silenciam a exploração do trabalho que fez com que estes mesmos "doadores" enriquecessem, apesar de sempre alegarem que estavam ajudando os outros a progredir e que jamais os exploravam.

Mais consentâneo com a atual arquitetura, os fiéis poderiam ser chamados por uma sirene, ou quem sabe um raio laser com chamadas inscritas nas nuvens, mas não sinos. Afinal, para quem tocam estes sinos ?

Esta pergunta tem razão de ser, pois um outro fato ocorreu no mesmo dia em que a torre foi inaugurada e coloca bem a questão que aqui levantamos.

Coincidentemente, no mesmo dia da inauguração, no interior da "comunidade" cristã católica, havia sido programada por parte da Pastoral Operária, a **Primeira Romaria do trabalhador de Londrina e região** que tinha por objetivo realizar uma celebração denunciando a exploração de trabalhadores em Londrina, rememorada através de peças teatrais, no ginásio de esportes da cidade, chamado Moringão. Cerca de três mil trabalhadores reuniram-se neste local desde o período matutino, sendo que após as apresentações, no final da tarde, deveriam dirigir-se à catedral da cidade onde haveria a celebração de uma missa encerrando a romaria.

O arcebispo da diocese, D. Geraldo Magela Agnello, deveria estar presente no Moringão, pela manhã, para fazer a abertura do evento, porém não foi. O motivo alegado era a inauguração da nova torre dos sinos, onde estariam presentes os próprios doadores da década de 50, ou seus familiares e o mais importante de todos os doadores para a construção da torre: o candidato ao Senado da República, o Sr. José Eduardo de Andrade Vieira.

A ausência do arcebispo na abertura da romaria e mais do que isso, o motivo de sua ausência: a inauguração da torre dos sinos e a presença dos antigos doadores dos sinos ou de seus familiares, bem como dos doadores mais poderosos para a construção da torre, causou protestos entre os participantes, porque se sentiram preteridos pelo arcebispo que, na visão deles, priorizou a inauguração da recolocação dos sinos em

detrimento dos fiéis trabalhadores da periferia.¹⁵ Os protestos chegaram a tal ponto que os participantes não queriam terminar a romaria na catedral. Após muita conversa decidiu-se que deveriam ir até lá, mas que deveriam protestar junto ao arcebispo. E assim foi feito.

No final da missa de encerramento da romaria o padre João Pires, da periferia de Cambé, cidade vizinha de Londrina, se prontificou a falar em nome das Pastorais Sociais fazendo um pronunciamento onde foram ressaltadas as seguintes idéias:

a) O fato da arquidiocese priorizar a inauguração da torre e recolocação dos sinos em detrimento da organização das comunidades populares, indicava que a arquidiocese não concretizava a opção preferencial pelos pobres, conforme recomendava as conferências de Medellín e Puebla.

b) A ausência do arcebispo na abertura da romaria, devido à inauguração da torre dos sinos, junto com os representantes dos que dominam e exploram, comprovava o seu desprezo para com os trabalhadores bem como pelas pastorais que tinham influência da Teologia da Libertação.

c) Estes fatos "simbólicos" serviriam para comprovar que os fiéis pobres, trabalhadores da periferia, encontram-se sem um "pastor", pois o mesmo os rejeitou e os abandonou, traindo os princípios cristãos.

d) O arcebispo deveria refletir mais sobre os documentos da Campanha da Fraternidade de 1991, que trazia o retrato do mundo do trabalho no país, devendo visitar mais o lado "feio" da "Londres-Londrina" para certificar-se da vida desumana e infeliz que levam os fiéis da Igreja Católica, e o quanto os fiéis ricos (empresários e banqueiros) contribuem para o "progresso" da "capital do café" e da "pequena Londres".

Após a sua fala, houve aplausos entusiasmados e intensivos dos participantes, que sentiram suas, as palavras do Pe. João Pires.

O arcebispo D. Geraldo Magela Agnello, não concordando com o que havia sido falado, respondeu que a Igreja não era só dos pobres porque na Bíblia estava escrito o que Jesus havia afirmado: "pobres sempre os tereis", isto é, sempre existiram e sempre existirão. Além disso afirmou que ele era o pastor de todos os fiéis, ricos e pobres.

A reação dos participantes foi rápida e estrondosa: uma grande vaia que fez o arcebispo retirar-se do cenário sem responder mais nada. A pergunta colocada anteriormente recoloca-se: afinal por quem dobram esses sinos?

¹⁵ No mesmo ano, na quarta-feira de Cinzas, realizou-se a abertura da Campanha da Fraternidade que tinha como lema: "Solidários no mundo do Trabalho", com a participação de fiéis da periferia da cidade e de alguns sindicatos, principalmente o da Construção Civil (que celebrou a morte de trabalhadores na construção do Shopping-Center Catuaí). Na ocasião reuniram-se em torno de 3000 trabalhadores da periferia da cidade, que foram à missa ainda com a roupa de trabalho. Isso chocou um grupo de fiéis, moradores no centro da cidade, que protestaram junto ao arcebispo D. Geraldo Magela Agnello, alegando que aquela celebração ia contra a tradição católica londrinense.

1.3.- O SHOPPING CATUAÍ ou a "Catedral da mercadoria." ¹⁶

"A mercadoria, é antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza destas necessidades, se elas se originam no estômago ou na fantasia, em nada modifica a questão."

K. Marx

No final do ano de 1990, a "capital do norte do Paraná" teve mais uma razão para se considerar como tal. Foi inaugurado um shopping center com 85.000 metros quadrados de área construída, considerado como *"um gigante complexo comercial"*, ou como *"um dos capítulos mais importantes da história comercial e empresarial da região"*, ou então *"a maior obra civil da região e o maior shopping do sul do país"*, reafirmando que se podia *"acreditar no Norte do Paraná"*.

Esse shopping, com suas 171 lojas, 13 lanchonetes, 6 restaurantes, 3 cinemas, 5 lojas âncoras, 6 fontes luminosas, jardineiras, jardins suspensos e várias praças, e um investimento de 60 milhões de dólares, foi inaugurado com toda a pompa que merecia, conforme seus organizadores. Estavam presentes "personalidades" de todo o país, que puderam ouvir a orquestra sinfônica da Universidade Estadual de Londrina, ver um show de raios laser e fogos de artifícios, tudo isso, regado a uísque, champanhe e vinhos estrangeiros.

Este empreendimento passou a ser *"um marco na história norte-paranaense"* pois conforme seus construtores, a região poderia ser *"dividida entre antes e depois do Catuaí"*, configurando-se assim uma nova cronologia para a região, (Antes do Catuaí- A.C./Depois do Catuaí - D.C.). No momento de sua inauguração foi considerado a maior obra civil da região *"e deverá continuar sendo pelo próximos 20 anos"*.

Para os seus idealizadores significava também que o *"Norte do Paraná tem solidez econômica para viabilizar um empreendimento de tal porte"* e sua finalização passava a ser considerada uma vitória, não só do grupo empresarial que o construiu, mas da cidade e da região. *"A inauguração acontece justamente quando os pessimistas insistem em anunciar um futuro negro para o país, e evidencia a confiança do empresariado consciente no futuro do Norte do Paraná e do Brasil."*

¹⁶ O Shopping Catuaí é um shopping center construído em Londrina e concluído no final de 1990. A empresa construtora foi a Construtora Khouri. As expressões e as informações utilizadas entre aspas neste texto constam do jornal Folha de Londrina nos dias posteriores à inauguração do shopping que ocorreu no dia 20 de novembro de 1990, ou seja, dias 21 e 22/11/96.

Templo e santuário da mercadoria, está ali pronto para receber os seus “fiéis” que desejam consumir e se embrenhar nas maravilhosas fantasmagorias que só um templo desta natureza pode lhes conceder.

Diferentemente de viver numa cidade com seus ruídos, sua insegurança, sua sujeira, etc., pode-se passar horas e horas dentro deste shopping sem se dar conta que ele está numa cidade, ou melhor, podendo-se imaginar que se está em qualquer cidade, ou mesmo em nenhuma, pois ali existem todas as coisas gostosas que se pode imaginar, no mundo da mercadoria: lojas as mais diversas com os mais variados produtos; em termos de alimentação há uma praça com os mais saborosos tipos de sanduíches e sucos, além dos 5 restaurantes com seus pratos típicos; 3 cinemas com múltiplos tipos de filmes estão presentes para deliciar os amantes da sétima arte. Tudo isto é complementado com um parque infantil para os pequeninos e praças e avenidas, tudo muito limpo, como se outra realidade não existisse, ou como se houvesse outra história ali dentro. (Fotos 7, 8 9 e 10).

Ademais, o som ambiente, as luzes, as praças sempre limpas, as fontes luminosas nos remetem a um mundo onde não há violência, (apesar de haver uma guarda interna) não há sujeira, seja no chão, nas coisas ou nas pessoas.

O controle da frequência é discreto mas efetivo: menores abandonados, pedintes, bêbados, arruaceiros ou figuras estranhas são eliminados, não podem sequer entrar no recinto. É um espaço higienizado. Granito e vidro são os componentes que identificam este espaço totalmente limpo. Talvez aqui, a idéia de um mundo administrado, de que nos fala Horkheimer, seja muito bem aplicada.

A localização longe da cidade, também num alto, como a outra catedral, indica que as pessoas irão lá para aquele fim específico, isto é, se embrenhar nas luzes e vitrines para beber da fonte da felicidade. Se na catedral do centro os seus visitantes vão rezar para ter uma vida no paraíso após a morte, aqui o paraíso é agora, hoje, pois a vida lá dentro é fantástica, como se o tempo não fluísse.

Para que fosse possível a frequência de todos, foi criada uma linha de ônibus especial para o shopping, que trafega em uma avenida de pista dupla, ambas sob o auspício do poder público municipal, o que significa que a população de baixa renda poderá participar também das funções simbólicas no interior deste templo. Afinal ele também é tão “democrático” quanto o outro, pois aqui qualquer um pode ver as delícias das mercadorias, apesar de nem sempre ter a felicidade de consumi-las.

A localização fora da cidade pressupõe também o acesso fácil de outros consumidores que não da cidade de Londrina, pois afinal o shopping center é do “Norte do Paraná” e não de Londrina. A perspectiva é *“transformar-se num polo catalisador de consumidores da região”*. O que vem explicitar que o capital empregado na construção da catedral do consumo e das mercadorias tem que ser reproduzido em escala compatível com a escala da edificação. É comum encontrar ônibus de outras cidades que também se

Foto nº 7



Foto nº 8



Foto nº 9



Foto nº 10



dirigem para lá, em caravanas, para as romarias frente às nossas senhoras e santos mercadológicos. Se não vão para pedir as bênçãos, vão para extasiar-se e perceber que a felicidade pode existir aqui mesmo. Ela está ali à sua frente, pode-se até tocá-la.

Aqui a arquitetura possui algo bem pós-moderno, procurando desenvolver uma interpretação de um certo estilo clássico, com colunas e arcos passando uma ideia de algo monumental, mas que é apenas algo exterior, pois em termos estruturais nada se assemelha mais que a um grande armazém com uma maquiagem contemporânea. Em determinadas "ruas" é possível imaginarmos estar numa exposição industrial em Londres ou mesmo nas galerias ou passagens parisienses do séc. XIX.

No interior do shopping as relações entre os indivíduos são mediatizados pelas vitrines e mercadorias, mas, tendo em vista a desigualdade na distribuição de renda no país, principalmente nos últimos tempos, a maioria da população pode ir ao shopping para apenas ver as mercadorias que deseja, não podendo comprá-las. Assim desenvolve-se uma frustração crescente e um desejo incontido, mas um desejo que se mantém vivo, pois através de sua realização, poder-se-á ter a felicidade, quem sabe algum dia. O fetiche da mercadoria ainda funciona, mesmo que junto venha a frustração. Silvana Maria PINTAUDI (1992, p. 29) deixa isso bem claro quando afirma:

"Eis-nos diante de um dos paradoxos de nossa sociedade. Melhor dizendo, as mercadorias, para serem vendidas, tem que ser expostas, mas a maioria da população não tem condições de comprá-las. O desejo permanece insatisfeito, e a vitrina se torna assim um elemento de subversão da própria sociedade".

Mas nem tudo é beleza e felicidade. Há também ali a morte, escondida em suas paredes, pisos e colunas, que estabelece a presença da barbárie. No ato mesmo de sua construção morreram alguns trabalhadores, mortes denunciadas pelos sindicatos envolvidos, mas que, noticiadas na imprensa, não tiveram tanta repercussão na cidade, pois afinal, a morte é uma coisa "natural" nas expedições e nas atividades de grande porte e, isso faz parte de todo o processo de construção de coisas majestosas. É óbvio, que falar em exploração da força de trabalho na construção desta catedral, é algo que não se deve mencionar, pois isso não existe para os seus empreendedores. O que eles alegam é que ofereceram a oportunidade a esses pobres famintos de trabalharem na construção da maior catedral da mercadoria do sul do país, que é um orgulho para o "Norte do Paraná".

Assim a utopia regressiva de se tentar criar um futuro mais fantástico ao "Norte do Paraná" se congrega com a fantasmagoria da vida dentro do Shopping Center Catuaí.¹⁷

1.4.- "OS RUMOS DO NORTE" ou "O Eterno Retorno"¹⁸

"Jamais se poderá indenizar a injustiça passada.
Nada jamais compensará o sofrimento das
gerações desaparecidas."

M. Horkheimer

"Nesta década, teremos que reencontrar o nosso rumo, o nosso norte, o norte do Norte, os Rumos do Norte do Paraná.". Assim termina a introdução/apresentação do opúsculo "Rumos do Norte" escrita por Tadeu Felismino. A década a que se refere é a do final deste século.

Esta introdução já coloca o fundamental daquilo que foi um ensaio para se criar a Fundação Rumos do Norte, que visava *"despertar os segmentos políticos, empresariais, científicos, tecnológicos e populares para a necessidade de uma ação conjunta e planejada, visando um desenvolvimento efetivo e integrado e com o bem-estar social para nossa região..."*¹⁹

A frase acima destacada afirma que "teremos que reencontrar o nosso rumo"; isto pressupõe primeiro um **teremos**, ou seja uma vontade coletiva, que na mesma introdução é alcunhada de "vontade regional"; por outro lado, encontra-se ali um **reencontrar**, o que significa afirmar que já houve algo que foi perdido e que agora é necessário procurar para achá-lo; e ainda temos o **nosso rumo**, o que significa dizer que há um alvo a alcançar e que este é de todos. Portanto, **teremos que reencontrar nosso**

¹⁷ Em novembro de 1993, houve uma forte chuva com muito vento e parte da cobertura de vidro e ferro do Shopping Catuaí desabou, ferindo várias pessoas. Como não pôde funcionar por vários dias, a direção do mesmo, encaminhou uma nota onde se afirmava que O shopping, devido a chuva e ao vendaval "incontrolado" (como se fosse possível controlá-lo) comunicava aos clientes e amigos que estaria fechado para os devidos reparos. O curioso no comunicado, além do fato de se referir ao incontrolável vendaval, foi o fato de o Shopping estar comunicando, e não sua direção, a clientes e "amigos". Além de poder comunicar, através da imprensa, o shopping tem amigos. Ou seja, se tornou um ser que fala e se relaciona com as pessoas, tendo inclusive amigos. Ao mesmo tempo que as fantasmagorias relacionadas com o shopping vão aumentando, em sentido inverso, há a deterioração do edifício enquanto uma mercadoria que se desmancha gradativamente. Em meados de setembro de 1995 houve novamente outro desabamento em parte da estrutura metálica, confirmando o que acabamos de afirmar.

¹⁸ "Rumos do Norte" foi o nome dado a um projeto de autoria do então vereador e presidente da Câmara de Vereadores de Londrina,, Tadeu Filismino, em 1990, que tinha por objetivo, discutir as alternativas de desenvolvimento para o "Norte do Paraná" na última década do século. Igual a uma fantasmagoria fez-se presente para desaparecer como surgiu, sem deixar vestígios.

¹⁹ Deixo de indicar as páginas porque o panfleto indicado não foi paginado.

rumo é uma profissão de fé em uma comunidade que já teve algo em comum, que perdeu este alvo, e que agora deve procurar reencontrá-lo.

No item QUESTÕES SOCIAIS com o subtítulo - **Unidade para reverter a crise social** - vários debatedores no intuito de resolver as questões sociais e econômicas que afligem a região, propuseram alternativas para resolvê-las, após afirmar que há uma *"crise geral que se abate sobre a região"*, seja ela na educação, na saúde, na agricultura, no comércio, na indústria, enfim em todos os setores. Algumas destas alternativas aparecem assim formuladas:

"Resgatar o espírito regionalista da população norte paranaense, para fortalecer a representação política junto aos poderes públicos e buscar respostas que as comunidades desta região esperam, é o passo inicial neste percurso, que vem sendo relegado pelas autoridades regionais."

(...)

"O regionalismo expressa a cultura e produção de uma população. Historicamente, a questão regional emerge da sociedade em todos os lugares do mundo e não é diferente no Norte do Paraná. **Temos aqui um caráter regional muito forte.**"

Um regionalismo que tem por base a cultura rural dessa região. Aspecto muitas vezes desprezado mas que teve importância vital na formação da **sociedade norte-paranaense** e na sua forma de vida. Esta base rural tem sido, ainda, o alicerce da vida social da região como também das relações econômicas e políticas no Norte do Paraná. Toda essa atividade rural produziu uma belíssima rede urbana e recursos humanos de alta categoria, com **espírito empreendedor**. A despeito disso, **estamos-nos sentindo praticamente abandonados** na década de 90.

(...)

"Em outras palavras: é hora do Norte do Paraná resgatar a sua **unidade regional e levar sua força à esfera política** - o caminho mais curto para fazer retomar à sua gente as riquezas produzidas por elas."

Como se pode perceber a região aqui atinge o grau da comunidade perfeita formada de várias comunidades, que possuem um espírito comum, uma cultura e um caráter que é necessário resgatar, a fim de que se possa fazer com que a riqueza retorne às pessoas que aqui vivem. É importante notar, que os grupos e as classes sociais são aqui desqualificadas e passam a ser **gente ou população**.

Neste documento entretanto vamos encontrar uma série de outras propostas e conclusões através de pequenos artigos que discorrem sobre a situação da região e das possibilidades de se resolver os seus problemas.

As alternativas que se propõem são a integração entre as diversas atividades, o planejamento e muitas outras que visam sempre a retomada do desenvolvimento e da pujança que um dia existiu na região.

Fala-se nos pobres, nos desvalidos como também em empresários, comerciantes, agricultores pobres e ricos, bóias frias, como se fossem todos membros de uma mesma comunidade, reforçando aquela idéia do **nosso Norte**.

Quando se referem à riqueza e à pobreza falam como se fossem coisas diversas, como se elas não fossem frutos da mesma ação que é a do trabalho e do capital que enquanto enriquece alguns, empobrece muitos.

Até mesmo quando aparece uma idéia que introduz a questão dos dominados, a idéia **Norte do Paraná** continua vigindo em toda a sua forma.

Pensar o "Norte do Paraná" do futuro se torna muito importante, já que fica difícil pensar o do presente, pois as condições de vida da maioria da população, nos últimos vinte anos, são extremamente precárias. Olha-se para o passado glorioso, esquece-se do presente, na medida em que não se pode encará-lo de frente, e projeta-se um futuro baseado naquele passado idílico, construído, homogeneizado, pois lá também existiam aqueles que nada tinham a não ser sua força de trabalho e que foram ficando no meio do caminho, deixando rastros indeléveis, mas que não foram ainda apagados, e que podem vir à luz, para que não esqueçamos que a riqueza de alguns foi construída sobre a pobreza de muitos.

No logotipo utilizado na campanha para a existência do projeto Rumos do Norte há um subtítulo: **A REGIÃO DEBATE A NOVA DÉCADA**. Isto é muito interessante, pois nos remete à presença daquilo que podemos chamar de "geografismos", metáforas onde porções do espaço territorial são transformadas em um ser autônomo dotado de vontade própria, muito freqüente nas construções regionalistas. As pessoas, os conflitos, as contradições desaparecem e a "região" como um ente próprio, orgânico e uno, debate o seu futuro.



A REGIÃO DEBATE A NOVA DÉCADA
Dia 04 de maio de 1990 na Sociedade Rural do Paraná

Que comunidade é esta que se está querendo construir desde o passado? Que comunidade é esta que busca reencontrar o seu rumo, que ouve novamente os sinos da igreja, que tem seu herói e sua nova catedral? Que comunidade é esta que silencia todo o passado de opressão que ocorreu no processo de sua constituição? Aqui, a região tem vida própria e até debate, mas com quem? Quem são os seus interlocutores ?

Os interlocutores destes "construtores" são aquelas vozes que, do passado, continuam a falar insistentemente, mas que não são ouvidas por estes personagens contemporâneos, porque eles não estão dispostos a ouvi-las, na medida em que estão com as costas voltadas para o passado com medo de olhar para o que realmente ocorreu. Preferem ter uma lembrança homogeneizada, sem conflitos, somente de "alegrias" para aqueles que venceram.

1.5.- AMO VOCÊ, LONDRINA ou A sessentona gostosa ²⁰

"A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja mais útil esforçarmo-nos por compreender o passado, se nada sabemos do presente."

Marc Bloch

Em 1994 o prof. Eduardo Afonso escreve um livro que se inicia com um poema. Apesar de longo é significativo, pois consegue fazer como que um resumo de todas as idéias e imagens contidas no discurso "Norte do Paraná" que se procura imprimir, nos corações e mentes das pessoas, ainda neste final de século.

²⁰ Esta expressão "Amo você, Londrina" e "sessentona gostosa" são expressões que constam do livro do Prof. Eduardo Afonso "Londrina 60. Crônicas de ontem hoje". Livro editado em 1994, com o patrocínio da Secretaria Municipal de Cultura da cidade de Londrina, procura, através de crônicas, fixar mais ainda o discurso "Norte do Paraná" com todas seus componentes e objetivos. Eduardo Afonso nasceu em 1918 na cidade de Araxá, Minas Gerais. Foi padre salesiano de 1944 a 1976. Em 1961 chegou a Londrina. Esteve na direção da Radio Alvorada em Londrina durante 13 anos. Foi professor de Língua e Literatura Latina na Universidade de Londrina durante 28 anos.

METAMORFOSE

"O primeiro vagido foi agudo e longo...
 - e a peroba gigante rolou ressupina! -
 Alguém tinha chegado, sobraçando o machado feroz
 de corte destruidor.

Mata virgem soberba - floresta de mil vozes -
 povoa ricamente de aves cantadoras,
 abrigo vasto e quente de caititús bravíos.

Corai, gemei dolente...	É urgente, dirão:
vai ter fim a orgia milenar.	aqui há-de-brotar
Vai tombar arrasada	a civilização
a natureza forte;	Aqui, novo Eldorado,
terrível reboará	bem cedo, vai brilhar.

E o machado bateu, dias a fio,
 e as máquinas roncaram - sem dó nem piedade -
 semeando no pago fascinante
 o sobressalto e a ansiedade.

De manso e a medo nasceu, e foi subindo
 a nova plantação...
 Vinha com alento, crescia na esperança...
 Alguém sonhava alto,
 fitando o horizonte !
 Seria enorme, sim, a árvore chantada
 no topo do espigão, de suores fecundada.

Rareou o arvoredado, estendeu-se o casario
 as ruas se alongaram, ferveu o lufa-lufa.
 E gente foi surgindo de todos os quadrantes;
 do Sul e do Nordeste, da Europa e do Oriente.
 O enxame ferveu. ao ritmo do trabalho,
 ousado e persistente, a colmeia deslumbrou.

Stava escrito, e todos conformavam,
 no êxtase da fé, no arroubo da ambição:
 "Aqui vai-se erguer - espanto do Brasil ! -
 metrópole altiva, cidade colossal.

E foi verdade, sim.

Dia após dia, ao martelar fremente
 de mil hercúleos braços,
 na forja crepitante do lidador ousado,
 surgiu, assustadora, a nova criação.
 Briosas, se alevanta irradiando chispas.
 Fascina os olhos vivos que, a descortinam
 celeiros de mil bagos - perene manancial.
 Arrojo dos avós - fixadores das estacas -
 deleite dos herdeiros que bebem sua pujança.

é sonho ou realidade
 esse jardim florido?
 é gozo ou ilusão
 esse pomar frutoso?

Esta "jóia" do discurso "Norte do Paraná" que encontramos, pretende manter e fixar mais ainda as idéias dominantes na região em estudo. Retomam-se aqui as antigas expressões dos anos trinta e cinquenta que constituem o discurso homogeneizado e hegemônico.

Na sua primeira crônica intitulada "OS PIONEIROS" já se dá o tom, afirmando que o pioneiro

"... corresponde, exatamente, a exploradores de sertões. São os primeiros que invadem uma região desconhecida. Quase sempre por caminhos invios, barrados de cipoais e espinheiros, de mato cerrado, de mata virgem. Argüindo destemor e persistência, exigindo pequenos e enormes sacrifícios. Muitas vezes obrigando-os a pisar cobras e escorpiões. Hábeis e agressivos no manejo do facão e da machadinha. Calçados de botas resistentes e vestidos de panos grossos e luvas de couro. Enquanto investem, defendem-se cautelosos.(p.17)

Os pioneiros novamente são apresentados como os "novos bandeirantes" que abrem o sertão para a civilização, através da luta incessante contra a "mata virgem" e os animais peçonhentos.

Em outra crônica, intitulada: CAFÉ - O OURO NEGRO, procura-se estabelecer uma cronologia tendo por base a presença da cafeicultura:

"antes: a luta do homem face a face com adversários hostis, a dúvida agonia do clima, o lento crescer e tomar corpo da plantinha tenra, os miasmas traiçoeiros do chão tropical, o descaso do braço indolente, a busca sofrida dos implementos e das achegas, e quantas agruras mais !... (idem, p.58)

"depois: o deslumbrante dos olhos, o alvoroço da colheita, o afã da secagem, o esforço do transporte, a meticulosa prova da qualidade, a expectativa do preço, a euforia da exportação, o grito da vitória, o prêmio do repouso, a riqueza e o bem-estar, a determinação de persistir - crescendo e multiplicando - na insaciável e desmedida ambição!...

- O Café, a nova mania, a desvairada obsessão!

- O Paraná, o novo Eldorado Brasileiro! (idem, p.59)

O "café" torna-se um portentoso milagreiro a fazer maravilhas, tornando o Paraná o novo Eldorado brasileiro. A exaltação da rubiácea transforma-a em um agente poderoso de mudança da realidade, silenciando assim quais eram as relações entre os homens que produziram a cafeicultura paranaense.

Quando há a preocupação de colocar a questão do trabalho em foco , o autor o faz, de forma abstrata e ahistórica, através da crônica intitulada FERVET OPUS.

Nela afirma que Londrina parece uma colméia onde há um fervilhar de homens, mulheres, jovens e donzelas, enfim trabalhadores, "desde os pioneiros até os bisnetos", que a transformam na **metrópole do trabalho**.

A partir da idéia de trabalho, o autor homogeneiza a realidade na medida em que todos aparecem como trabalhadores, não havendo diferença entre trabalhadores que só têm a força de trabalho e aqueles que além do trabalho próprio retiram parte do produto do trabalho de outros para enriquecerem.

Conforme o autor, depois de sessenta anos Londrina se levanta como a "cidade do trabalho" deslumbrando e encantando os visitantes e transeuntes. Para que isso ficasse marcado para outras gerações havia no escudo da "Metrópole do Café" a expressão latina: **"Prompte labore progredior"** que quer dizer, com o trabalho progrido rapidamente, ou trabalhando progrido rapidamente.

O cronista indignado, em uma nota de pé de página, informa que em 1981, alteraram o escudo da cidade tirando o dístico que fazia a elegia ao trabalho, por isso ele procura manter a lembrança, a fim de que não esqueçam como foi construída esta "metrópole do trabalho". Novamente a idéia de trabalho é tomada em seu sentido amplo e homogeneizador, procurando silenciar as contradições envolvidas na esfera do trabalho, procurando apenas reforçar a idéia de que quem trabalha progride. Assim, trabalho e progresso formam um casal harmônico. Esquece-se de acrescentar que muitos trabalham, mas poucos são os que recebem os benefícios do progresso.

Na crônica, OS NOSSOS POBRES, o autor, depois de escrever sobre as maravilhas de Londrina, citando o Evangelho de Mateus ("pobres os tereis sempre convosco") afirma:

"Nem era preciso Cristo o dissesse, a história no-lo mostra à saciedade. Antes dele, aos olhos dele, e após Ele - passados 2000 (dois mil) anos. Estão aí enchendo as ruas e os jardins. Deslustrando amargamente as cidades ricas e poderosas. Desafinando, com notas negras, a sinfonia do progresso. Gritando com rudeza a indiferença e, quantas vezes!, a zombaria da civilização." (...)

Londrina 60 não abre exceção. Mui ao contrário. Pulula de miseráveis. Famílias ricas de gente, gente rica de nada. Homens ralados até os ossos, sopesando os fardos prenhes de bugiangas. Mulheres maltrapilhas cujo patrimônio indisfarçável pesa nos braços e no ventre. Filhos e filhas desditosos - frutos ingratos da árvore do infortúnio. enchem as favelas, enxameiam os conjuntos, descolorem e enegrecem o calçadão." (pág.75)

Este excerto nos coloca novamente dentro do fato estabelecido e dado: "pobres sempre os tereis", está nas Sagradas Escrituras. Portanto, não é necessário saber porque eles chegaram a ser o que são. Para o autor a pobreza deslustra, descolore e enegrece as ci-

dades, desafinando a sinfonia do progresso. Aparece aqui a idéia idílica do progresso, onde a pobreza é um substrato "natural" já que "sempre os tereis". Não percebe ele que o progresso traz consigo o espólio dos vencidos.

Além de expressar o seu racismo latente (notas negras, enegrecem) coloca os pobres numa condição em que eles são os responsáveis pelo seu estado de penúria.

O interessante neste livro é que nele também aparece a idéia de comunidade, quando ele se refere aos pobres chamando-os de NOSSOS POBRES. Além disso quando procura indicar como resolver a questão afirma o seguinte:

"... **sugiro:** 1) agir cada um como lhe sussurrar o coração (nem faz mal escutar também a cabeça!); 2) colaborar, de maneira definida, com uma instituição de atendimento à pobreza; 3) evitar, ao extremo, a esmola a vagabundo e aos profissionais da pechincha; 4) por amor de Deus, não dar ouvidos aos pequenos e pequenas que, a mando do pai ou da mãe - maldita escola! - se põem na rua para arrecadar fundos com que se fartarem, eles e elas, às tragadas de fumaças e aos goles da quentinha Londrina 60 deve estudar sua pobreza. Normalizar o socorro, restringir a ação agressiva, delimitar o posicionamento, rarear-lhe a onda volumosa." (p.76)

Londrina passa a ser um ser que "deve estudar, normalizar, restringir e delimitar". Novamente se coloca a questão em abstrato, na medida em que não indica quem deve fazer as coisas indicadas. Londrina é vista como alguém que pode agir para acabar ou minorar a questão da pobreza. Ela é um todo. Os homens concretos, reais e históricos, com desejos e vontades, com suas diferenças e contradições somem da cena para entrar Londrina, um ser que age.

Em uma das últimas crônicas do livro intitulada "AMO VOCÊ, LONDRINA", o autor se desmancha em galanteios para a cidade, como se ela fosse uma amada, a donzela querida....

"! **sessentona gostosa**, transbordando belezas, espargindo doçuras, trescalando odores balsâmicos... Relicário de heroísmos, ostensório de exemplos fúlgidos, cátedra de bondades... Céu coalhado de figuras excelsas, pinacoteca rica de quadros solenes, oficina barulhenta de máquinas quentes!...

"! **amo você**, de ponta a ponta, do nascente ao poente, no grande e no pequeno, - vinte e quatro horas por dia, trezentos e sessenta e cinco dias - ano a ano - desde o primeiro ao **sexagésimo** de sua estupenda existência...
(...)

! amo você, meu torrão encantado, nas avenidas longas e nas ruas buliçosas, nas praças de árvores que embelecem e sombreiam, e nos jardins de flores que perfumam e fascinam - um edílio e um êxtase.

(...)

! amo você, sessentona vistosa, na recordação do barro escoregadio e do poeirão vermelho - patente registrada de um chão generoso - que atraiu aventureiros e fixou batalhadores, que *desafiou obstáculos* e abateu adversários - heroína de cruas porfias e redondos triunfos.

(...)

! LONDRINA, minha sessentona gostosa, meu quente beijo de amor.

Após tantas declarações de amor a uma cidade, ficam algumas perguntas. Por que tantas declarações, por que tantas palavras elogiosas a uma cidade? O que se pretende com isso?

A cidade é reificada e assim se presta a uma variedade de projeções individuais, até inconscientes, produtos exclusivos da mente dos indivíduos. Neste caso específico, as fantasmagorias projetam-se na forma de uma mulher que é considerada gostosa a quem são dirigidos galanteios e beijos. Isso não é um fato isolado. O mesmo governo municipal (tendo como prefeito um filiado ao Partido dos Trabalhadores) que financiou a publicação do livro aqui analisado, criou um projeto de intervenção na cidade denominado "Londrina Linda".

Como afirmamos no início, parece que, em 1994, estas crônicas repõem, novamente, aquele discurso com os seus componentes básicos: terra de trabalho, de progresso, civilização, terra vermelha, roxa, fertilíssima, pioneiros, etc.

Deste modo através de várias formas, sendo que as aqui apresentadas são apenas um exemplo, o discurso "Norte do Paraná" continua presente como se a história tivesse sido congelada. Além disso, ele se presta também a projeções as mais diversas possíveis, atendendo os mais variados interesses econômicos, políticos e no limite, interesses pessoais, como alguns que aqui apresentamos.

CAPÍTULO DOIS

A TERRA NÃO ESTÁ VAZIA
E
A MATA NÃO É VIRGEM

Pode parecer estranho que ao procurar analisar o discurso “Norte do Paraná” e o processo de ocupação e (re)ocupação da região em estudo, inicio com o estudo de como viviam os povos indígenas. Optei por fazer isso, em primeiro lugar, porque acredito que é o maior de todos os silêncios presentes no discurso “Norte do Paraná” e, em segundo lugar, por uma questão puramente cronológica, isto é, os povos indígenas viviam na região em estudo há pelo menos 7000 anos. Portanto, pelo menos por isso, eles devem ter primazia na análise. Além disso, creio ser necessário também pensar os indígenas não somente como povos que fizeram parte de nosso passado, mas que fazem parte de nosso presente, como também de nosso futuro. Afinal, quando se pensa em analisar uma parte da história que se desenvolveu no território que é hoje o estado do Paraná, é necessário colocar em pauta a presença destas sociedades e de como elas foram destruídas/submetidas no processo de (re)ocupação de novas terras para o capital.

Desde que os portugueses iniciaram a conquista do território brasileiro a imagem dos povos que habitavam este espaço vem sendo denegrada, silenciada e deturpada para justificar as atrocidades cometidas durante quase 500 anos. Ao caracterizá-los como “selvagens”, “sujos”, “indolentes”, “preguiçosos”, “obstáculos ao progresso” e “antítese da civilização” buscava-se somente uma justificativa para escravizá-los, exterminá-los, bem como tomar as suas terras.

Apesar que, desde o século passado procurou-se redimensionar a visão que se tinha do índio, para transformá-lo em o “bom selvagem” como José de Alencar com “O Guarani” e “Iracema” até Caetano Veloso, com a letra da música de “Um Índio”, a realidade dos mesmos não se alterou substancialmente: continuaram e continuam a ser massacrados e expropriados de suas terras e é óbvio, considerados, pelo discurso dominante, ainda como “selvagens”, “indolentes”, “atrasados” e “obstáculos à civilização”.

Como considero que o discurso “Norte do Paraná”, como construção ideológica, tem uma vinculação com a (re)ocupação da região situada ao norte do estado do Paraná, procurarei analisar aqui, como se deu a ocupação destas mesmas terras, milhares de anos anteriormente, bem como a organização dos povos indígenas que viviam no território da região em estudo, procurando fugir da fantasmagoria consubstanciada na idéia de “vazio demográfico” tão cara à historiografia consagrada.

Partindo do entendimento que temos, de que a história dos homens em uma determinada espacialidade, é o modo como eles produzem a sua existência, ao analisar o processo de ocupação da região em estudo, há que se levar em conta a história de povos (portanto de homens em sociedade) que viveram e vivem nesta região. Estes povos indígenas devem, portanto, ser integrados nesta análise, para que se tenha uma visão daqueles que já estavam na região quando esta passou a ser (re)ocupada na ótica do capital. Entretanto, nem todos os estudiosos pensam desta maneira. Analisemos um pouco o porquê deste silêncio.

Há uma determinada concepção de história que parte do pressuposto que a história da Humanidade tem uma linha direta com o modo de vida burguês e, portanto, a história inicia-se no momento em que se inicia a estruturação burguesa da sociedade européia, e que tudo o que aconteceu anteriormente só possui sentido se existe alguma ligação com aquela sociedade.

Deste modo estudar a civilização egípcia, mesopotâmica, grega ou romana tem sentido, na medida em que nelas pode-se encontrar os germes e os elementos fundamentais da sociedade burguesa contemporânea. Mas somente é importante estudá-las enquanto elementos geradores da sociedade atual. As outras sociedades que existiam na mesma época em outros lugares, como as que se desenvolveram na China ou na Índia, bem como as sociedades do continente africano, por exemplo, não são importantes.

Esta idéia pressupõe uma visão e um conceito de história muito difundido e que serve largamente ao poder vigente. A história das sociedades do passado só tem importância quando tem uma relação direta com a constituição do que é hoje a sociedade capitalista. As outras, como as sociedades indígenas, que são objeto deste capítulo, são vistas apenas como obstáculos ao seu desenvolvimento.

Para Suzanne CITRON (1990, p. 28) falando da História da França, mas que serve como paradigma para a sociedade burguesa como um todo, o esquema se desenvolve da seguinte forma:

"(...) a história (a civilização) tem sua "origem" na Antigüidade (Oriente e Grécia); o "milagre grego" é a fonte da "civilização"; pela conquista, Roma heleniza-se e transmite a civilização aos povos ainda bárbaros do Ocidente que "entram" deste modo na história. Mas as grandes invasões mergulham a humanidade (ocidental) numa nova barbárie e a Idade Média é uma regressão até ao Renascimento que coincide com a "redescoberta" da civilização antiga, inaugurando os Tempos Modernos. Com a Revolução Francesa de 1789 começa a Época Contemporânea, graças à França, que é o difusor histórico da liberdade e dos direitos do homem. Pela colonização, os benefícios atingem os povos "indígenas" mantidos "bárbaros" ou "primitivos".

A história do Ocidente é assim a narrativa da trajetória das nações e dos povos que atuaram como agentes civilizadores, em direção aos outros povos que não conheciam a "civilização". Neste sentido, a Europa (os europeus) procurou submeter e civilizar o resto do mundo, tomando-se assim os condutores, transportadores da civilização aos povos mais afastados dela, considerados atrasados.

Frantz Fanon tinha razão quando denunciou a idéia de que os povos do continente africano só entravam na história no dia em que a Europa os colonizava. Até então tinham um passado, mas não tinham história. (apud M.FERRO, 1990, p. 31)

Suzanne CITRON (1990, p. 28) ao escrever sobre a elaboração de um sistema historiográfico, que visa antes de mais nada a reprodução de uma elite dirigente, onde a civilização ocidental burguesa é o ponto central, esclarece isso:

“O conjunto ordenava-se em torno do conceito de civilização, produto duma cultura europocêntrica e inseparável da própria noção de história: a “civilização” coincide com a criação das cidades e do Estado, implica a distinção mental entre bárbaros e civilizados, a “história” diferencia os povos “antes” e “depois” da escrita, ela não “existe” sem documentos escritos. Assim se confundem juízos de valor com a definição de uma “ciência” - a história”.

Fazendo a crítica a esta postura, Claude LÉVI-STRAUSS (1986) deixa muito claro que desde a revolução neolítica, as pequenas comunidades, durante milênios, observaram, experimentaram e transmitiram uns aos outros tudo o que sabiam. Neste período, produziram a agricultura, o pastoreio, a tecelagem, a cerâmica e uma infinidade de coisas, fazendo com que ela fosse uma das mais criativas fases da humanidade. Tudo isso quando a escrita era ainda desconhecida. Por que então tomar a escrita como referência da história dos homens? Não eram homens aqueles que viviam o período neolítico?

Esta supremacia da escrita em relação a outras formas de transmissão histórica faz com que se desclassifique as outras. Como nos diz S. CITRON (1990, p. 49):

“A escrita coincidiu, por outro lado, com o aparecimento dos Estados, e a memória [histórica] é também a das Cidades e dos Reis. O corte entre uma memória de letrados e as outras memórias sociais é um facto capital. Detentores do poder e da cultura escrita, os filósofos e os clérigos ignoraram e desprezaram os iletrados, que designaram de bárbaros, vilões, selvagens, segundo as épocas e os lugares. As memórias antigas, as memórias selvagens, as memórias iletradas, subsistiram durante milhares de anos, exteriormente à memória da elite, para milhões de homens e mulheres. A nova atenção, que lhe é prestada pelos investigadores e pesquisadores traduz as incertezas da civilização racionalista e tecnicista. Ela expressa também o fracasso da história na sua pretensão em deter as chaves do passado.”

Essa historiografia nascida da escrita tem por base duas idéias que cabe aqui abordar mesmo que rapidamente, pois eles definem um padrão de comportamento em relação à história e em relação aos povos que ocupavam a região em estudo. Estas idéias são: **civilização e progresso.**

Partindo do que o Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia de André LALANDE (1967, p. 149) podemos ter uma visão ampla e genérica do entendimento da **idéia de civilização:**

A.- Uma civilização é um conjunto complexo de fenômenos sociais, de natureza transmissível, que apresentam um caráter religioso, moral, estético, técnico e científico e que são comuns a todas as partes de uma vasta sociedade, ou a várias sociedades em relação. Ex. A civilização chinesa ou a civilização mediterrânea.

B.- A civilização (oposta ao estado selvagem ou à barbárie) é o conjunto das características comuns às civilizações (no sentido A) consideradas como as mais elevadas, isto é, praticamente a da Europa e dos países que adotaram suas linhas mestras. Civilização assim entendida, implica também em grande parte, a idéia de que a humanidade tende a fazer-se mais una e mais semelhante em suas diferentes partes.

Para Norbert ELIAS (1990, p. 23 e ss.) é muito difícil sumariar em poucas palavras o que significa civilização. Mesmo assim ele afirma que o conceito de “civilização” pode referir-se a uma quantidade muito grande de fatos que vão desde as questões tecnológicas, às idéias religiosas, aos costumes, aos conhecimentos científicos, às formas de sociabilidade, de vestimentas e comidas, ao sistema judiciário, etc. Entretanto, em sentido mais estrito que congrega as características mais comuns se pode dizer que o:

“(...) conceito de civilização expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. Ele resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou as sociedades contemporâneas “mais primitivas”. Com esta palavra a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão de mundo e muito mais”. (ELIAS, N. 1990, p. 23)

Corroborando com esta idéia e especificando um pouco mais na sua relação com a idéia de cultura, Marc FERRO (1989, p. 26) afirma:

“O destino da noção de civilização é significativo da visão europocêntrica da história. Designando originalmente o que era polido, civil, o termo opôs-se, posteriormente, ao que era bárbaro - para os europeus, especialmente os “bons selvagens” da América. Durante muito tempo em competição com o termo Kultur, acabou por designar os aspectos materiais, inferiores da cultura; contudo, no século XX, com o início do questionamento do europocentrismo, ocorreram um novo retorno e uma nova mudança, as civilizações passando para o plural e o termo não sendo mais reservado a uma única sociedade. Hoje em dia o emprego desses dois termos é caótico (fala-se, ao mesmo tempo, de civilização material e cultura primitiva); essas discussões, contudo deram origem a teorias da história (Splenger e Toynbee) que tiveram grande sucesso, pois sua função era afirmar a superioridade da civilização européia.”

A idéia europocêntrica de civilização não se aplica somente aos povos estranhos (africanos, americanos, asiáticos...) mas também aos próprios povos e estados-nações européias que não tiveram a mesma trajetória, mais ou menos clássica, de um clube fechado de nações-Estados. Conforme M. FERRO (1989, p. 27):

“(...) o fio da narrativa da história segue o destino das nações-Estados que asseguraram sua hegemonia sobre a história - da Europa, do resto do mundo: império romano e bizantino, carolíngio, cidades-Estados comerciais da Idade Média, preponderância espanhola, francesa e depois inglesa. Aparentemente, o inventário dos valores que se supõe que eles contenham, e que definem a civilização - unidade nacional, centralização, obediência à lei, industrialização, instrução pública, democracia, fornece uma espécie de código do direito de entrar na história. Assim, quanto mais a Europa amplia seu império no mundo, no século XIX, mais importa glorificar suas atividades contemporâneas - e um pouco menos as do seu passado, que não continha esses valores.”

Deste ponto de vista, a história de uma determinada região ou território, inicia-se quando a sociedade burguesa consegue penetrar e assumir a terra. Tudo o que ocorreu antes é considerado pré-histórico e arcaico e serve, por contraste, apenas para realçar a pujança, a grandiosidade e o progresso da sociedade burguesa. Pelo simples fato dos povos indígenas serem caçadores e coletores, impinge-lhes o estigma de que são irracionais, miseráveis, pré-lógicos, sem conhecimentos significativos e, portanto, necessitam de educação, etc. Neste sentido Neil SMITH (1988, p. 37) explicita a questão:

“O sertão é a antítese da civilização; ele é estéril, terrível, até mesmo sinistro, não tanto por ser a morada do selvagem, mas por ser seu habitat ‘natural’. O natural e o selvagem eram uma coisa só; eles eram obstáculos a serem vencidos na marcha do progresso e da civilização”.

A **idéia de progresso**, esteve desde o século XVIII associada a de evolução e desenvolvimento. Em muitos momentos, muitos chegaram a identificá-la com a própria história ou talvez como sendo a “essência” dela. Questionando esta visão, Marilena CHAUI (1981, p. 29) esclarece:

“Contrariamente ao que poderíamos pensar, essa noção tem em sua base o pressuposto de um desdobramento temporal de algo que já existira desde o início como germe ou larva, de tal modo que a história não é transformação e criação, mas explicitação de algo idêntico que vai apenas crescendo com o correr do tempo. Outra noção que também visa escamotear a história sob a aparência de assumi-la é a noção de **desenvolvimento**. Nesta, pressupõe-se um ponto fixo, idêntico e perfeito, que é o ponto terminal de alguma realidade e ao qual ela deverá chegar **normativamente**. O progresso colocando a larva, e o desenvolvimento

colocando a “boa forma” final, retiram da história aquilo que a constitui como história, isto é o **inédito** e a **criação** necessária de seu próprio tempo e **telos**. Colocando algo **antes** do processo (o germe) ou **depois** do processo (o desenvolvido), a ideologia tem sérios compromissos com os autoritarismos, uma vez que a história de uma sociedade passa a ser regida por algo que ela **deve realizar** a qualquer preço. Passa-se da história ao **destino**.”

Com base nesta idéia muito vaga de progresso, há quase um consenso nas culturas ocidentais, que perpassa o saber antropológico e está presente nos livros didáticos, de que os homens teriam evoluído desde um estado de penúria, de uma situação quase animalesca, pois extremamente vinculados à natureza, onde apenas as necessidades básicas eram satisfeitas, beirando a mínima subsistência física. Como nos diz José Carlos RODRIGUES (1989, p. 89)

“De acordo com esta teoria, o Homem primordial mal se poderia distinguir dos animais, nos quais teria encontrado inimigos cruéis prontos a destruir. Contra estes, conseqüentemente deveria manter incessante combate. “Luta pela vida”, na qual a vitória viria a significar “sobrevivência” e continuidade da espécie. Embate sem fim, do qual iria a sair vitorioso o “mais forte” . Da agressão de tudo e de todos (predadores, chuva, vento, raios...) este quase-animal, entregue à sua fraqueza, despojado, desprotegido, desequipado de garras, presas, venenos, asas ou força física, teria conseguido milagrosamente triunfar e sobreviver. E isto porque teria disposto de uma espécie de força superior, dom que o singulariza, que lhe permite fazer curvar diante de si toda a criação: a inteligência.”

O pensamento ocidental afirma que, pelo fato de serem inteligentes, os homens se consideram racionais e através do uso da Razão acreditam que, inicialmente dominados pela natureza, passaram pouco a pouco a utilizá-la em seu benefício. A história da humanidade, seria então, nada mais que o desenrolar constante da superioridade do homem sobre a natureza, demonstrando o progresso contínuo da humanidade. E ele aparece nos instrumentos de trabalho, como também nas habitações, na construção de cidades, nas formas como se obtém o sustento, nos processos educacionais, etc... Isso faz com que se olhe o passado e se observe outras sociedades considerando-as “primitivas”, “arcaicas”, “atrasadas” É com este viés que se olham as sociedades indígenas, isto é, sociedades que são consideradas “inferiores”, “dominadas pela natureza”, “violentas”, até certo ponto “irracionais”, pois não utilizam os recursos naturais com racionalidade produtiva, que vivem quase na miséria, enfim sociedades que não progrediram. Passa-se assim a idéia de que estas sociedades viviam num estado de miséria absoluta, porque trabalham muito pouco. José Carlos RODRIGUES (1989, p. 95) ao analisar esta questão assim se expressa:

"Seria ingênuo acreditar que o pouco tempo dedicado pelos caçadores às atividades de subsistência fosse nocivo a eles mesmos e responsável pelo seu suposto estado de privação. Nessas sociedades, pelo contrário, as pessoas vivem longe de morrer de fome, sendo quase unânimes os que as conheceram na plenitude de sua organização (ainda intocadas pela influência ocidental) em afirmar a boa saúde das numerosas crianças, em decantar a bela aparência dos adultos, em se impressionar com a hospitalidade generosa, com a abundância e diversidade dos recursos alimentares. Nessas sociedades, tudo se passa como se as relações com a natureza fossem de tal ordem que aquilo que poderia parecer pouco ou escasso a nossos olhos se metamorfoseia subitamente em farto.

Nada há aí, entretanto, que se pareça com o truque de um mágico. O agudo conhecimento do ambiente mineral, botânico e zoológico dessas populações lhes permite comparecer com segurança aos lugares corretos para buscar as coisas almejadas, atribuir utilidade àquilo que para nós poderia em princípio parecer inútil (como gravetos, fezes de animais, folhas de árvores, etc.), extrair algo de onde seríamos capazes de jurar nada existir, reutilizar elementos que tenderíamos a considerar já perecidos... e este conhecimento minucioso do mundo em que vivem lhes permite conceber uma tecnologia apta a fazer a melhor utilização dos materiais disponíveis (pedras, madeiras, fibras, venenos, ossos...) e que em geral existem abundantemente. Assim, escassez ou plenitude materiais não são dimensões objetivas da natureza ou da sociedade, mas função da interação entre ambas."

Estas sociedades indígenas foram e ainda são, em alguns lugares, a antítese da sociedade capitalista. Nesta, a produção está voltada fundamentalmente para o lucro e a acumulação de capital. Naquelas, a produção visa o homem e sua realização. Não trabalhavam para acumular riquezas. Conforme Marshall Sahlins (1978) e Pierre Clastres (1988) estas sociedades viviam com muita abundância. Foram elas, as primeiras sociedades de abundância. Neste sentido, a sociedade burguesa não podia, como não pode até hoje, aceitar esta realidade, na medida que o "progresso" que ela propõe, não conseguiu, pelo menos na sociedade brasileira, distribuir a riqueza gerada para a maioria da população, muito pelo contrário, o que mais desenvolveu foi a pobreza e a miséria.

Esta idéia de progresso, pelo fato de estar tão presente em nossas vidas, consta dos dicionários²¹ mais populares desta forma:

"1. Ato ou efeito de progredir ; progredimento, progressão. 2.- Movimento ou marcha para diante; avanço. 3.- O conjunto de mudanças ocorridas no curso do tempo; evolução. 4.- Desenvolvimento ou alteração em sentido favorável; avanço, melhoria. 5.- Acumulação de aquisições materiais e de conhecimentos objetivos capazes de transformar a vida social e de conferir-lhes maior significação e alcance no contexto da experiência humana; civilização, desenvolvimento."

²¹FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, São Paulo: Folha de São Paulo, 1995 p. 531.

Deste modo a idéia de progresso estaria vinculada à idéia de natural, tanto quanto a sociedade capitalista é considerada natural. Caberia aqui apenas indicar que a idéia de natureza pode servir como elemento ideológico para ordenar aquilo que não possui ordem *a priori*. Se a idéia de progresso procurar ordenar o mundo dos homens a idéia de natural procura ordenar o mundo da *Physis*.²²

Na relação com as outras sociedades e mais especificamente com as sociedades indígenas, Marilena CHAUI (1982, p. 121/122) explicita como elas são vistas na perspectiva burguesa do progresso:

"(...) a ideologia burguesa tem o culto da história entendida como progresso. Para a ideologia burguesa, toda a história é o progresso das nações, dos estados, das ciências, das artes, das técnicas. É que o historiador burguês aceita a imagem progressista que a burguesia tem de si mesma, na medida em que a burguesia considera um progresso seu modo de dominar a Natureza e de dominar os outros homens. Com esse culto do progresso, a burguesia e seus ideólogos justificam o direito do capitalismo de colonizar os povos ditos "primitivos" ou "atrasados" para que se beneficiem dos "progressos da civilização". Assim, quando a Antropologia social explica "cientificamente" as sociedades ditas "selvagens", passa a descrevê-las como sendo pré-lógicas, como fez Lévy-Bruhl. Ou então, quando os antropólogos percebem que tal caracterização é colonialista e passam a descrever os "selvagens" de modo a revelar que são diferentes e não atrasados, ainda assim permanecem sob a hegemonia da ideologia burguesa. Por que? Porque agora mostram que as sociedades primitivas são diferentes da nossa por serem sem escrita, sem mercado, sem Estado e sem história.

Como bem mostrou o antropólogo Pierre Clastres, em seu livro **A Sociedade contra o Estado**, explicar as sociedades primitivas dizendo o que lhes falta (o "sem") é manter, implicitamente, como modelo explicativo a nossa sociedade, e como sociedade plena - isto é, com escrita, com mercado, com Estado e com história. Isto não significa que os antropólogos queiram defender o colonialismo (em geral defendem os interesses das sociedades "primitivas"), mas sim que sua ciência permanece presa a uma racionalidade e a uma cientificidade que conserva, silenciosamente, a idéia burguesa de progresso."

Neste sentido a mesma visão histórica, baseada nas idéias de progresso e civilização, que justificou a mortandade quando não o extermínio dos índios, foi a que embasou a visão do "novo Eldorado" e que possibilitou a construção do discurso "Norte do Paraná".

Não sou contra o progresso mas creio que só se pode entender progresso no sentido que Agnes HELLER (1993, p. 356) nos propõe, isto é "*(...) se houver ganho sem nenhuma perda correspondente, então existe progresso. Em nenhuma outra condição pode*

²² Para uma discussão mais detalhada e aprofundada sobre esta questão remeto ao trabalho de ROSSET, Clement. **A antinatureza**: elementos para uma filosofia trágica. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

haver progresso. Se há alguma perda, torna-se insolúvel o problema da comparação entre perda e ganho.

Na sequência da argumentação, ao desenvolver a questão, Agnes Heller deixa claro que o descaso que as várias teorias do progresso e do retrocesso têm, pelos seres humanos vivos, em geral, pelos seus sofrimentos e alegrias, é algo espantoso, ou melhor, é chocante e assustador. Estas teorias não se preocupam se existem sociedades que viveram e vivem interagindo entre si e criando sociabilidades múltiplas. Preocupam-se muito mais em classificá-las como "selvagens", "primitivas", "atrasadas", etc... Por isso é que elas sempre olham aqueles que não se parecem com o modelo pré-concebido (civilização ocidental cristã) como sendo obstáculos que devem ser removidos para a sua expansão.

Diferentemente da sociedade capitalista, nas sociedades indígenas, a vida é um todo indissociável. Alimentar-se, vestir-se, coletar frutos, caçar, plantar, descansar, brincar, conversar, "rezar", etc... são atividades que estão relacionadas e intrinsecamente unidas pelos ritos e mitos que permeiam toda a sua vida. Não há também separação entre o sujeito que pensa e o meio no qual ele vive. Isso fica muito claro na exposição que nos faz Aylton KRENAK (1992, p. 203) quando procura analisar a diferenciação entre a cultura ocidental-cristã e a dos povos indígenas:

"Alguns anos atrás, quando eu vi o quanto que a ciência dos brancos estava desenvolvida, com seus aviões, máquinas, computadores, mísseis, eu fiquei um pouco assustado. Eu comecei a duvidar que a tradição do meu povo, que a memória ancestral do meu povo, pudesse subsistir num mundo dominado pela tecnologia pesada, concreta. e que talvez a gente fosse um povo como a folha que cai. E que nossa cultura, os nossos valores, fossem muito frágeis para subsistir num mundo preciso, prático, onde os homens organizam seu poder e submetem a natureza, derrubam as montanhas. Onde um homem olha uma montanha e calcula quantos milhões de toneladas de cassiterita, bauxita, ouro ali pode ter. Enquanto meu avô, meus primos, olham aquela montanha e vêem o humor da montanha e vêem se ela está triste, feliz ou ameaçadora, e fazem cerimônia para a montanha, cantam para ela, cantam para o rio... mas o cientista olha o rio e calcula quantos megawatts ele vai produzir construindo uma hidrelétrica, uma barragem.

Nós acampamos no mato, e ficamos esperando o vento nas folhas das árvores, para ver se ele ensina uma cantiga nova, um canto cerimonial novo, se ele ensina, e você ouve, você repete muitas vezes esse canto, até você aprender. e depois você mostra esse canto para os seus parentes, para ver se ele é reconhecido, se ele é verdadeiro. Se ele é verdadeiro ele passa a fazer parte do acervo dos nossos cantos. Mas um engenheiro florestal olha a floresta e calcula quanto milhares de metros cúbicos de madeira ele pode ter. Ali não tem música, a montanha não tem humor, e o rio não tem nome. É tudo coisa. Essa mesma cultura, essa mesma tradição, que transforma a natureza em coisa, ela transforma os eventos em datas, tem antes e depois."

O tempo não é nem homogêneo, nem contínuo, para o homem das sociedades indígenas. Tempo e espaço são inseparáveis da sua vida e permeiam o seu cotidiano. As suas atividades se inserem num continuum entre o presente e as atividades dos seus antepassados totêmicos, fazendo com que a antiguidade e o passado seja o fundamento da legitimidade do presente. Através dos ritos o passado mítico articula-se com o presente, articula os vivos e os mortos..

Para eles existem intervalos entre o tempo sagrado e o tempo profano, a duração cotidiana normal. Entre essas duas espécies de tempo existe uma solução de continuidade mas, por meio dos ritos, o homem “passa “ da duração banal para a do tempo sagrado. Este é um tempo mítico, primordial, tomado presente.²³

Conforme S. CITRON (1990, p. 51) fica difícil apreendermos esta dinâmica e esta concepção de tempo pois:

“(…) a memória pré ou a-escritural, dimensão humana, aparece-nos conjunta com a percepção de um tempo-matriz inassimilável ao tempo do historiador, essa ordenação linear de um passado objecto. A emergência do pensamento racional coincidindo, na alvorada da cultura intelectual ocidental, com a escrita, assinalou a ruptura entre o tempo mítico e um tempo homogêneo.”

Isso fica muito claro quando lemos o que um índio como Aylton KRENAK (1992, p. 202) escreve:

“Quando eu vejo as narrativas chamadas antigas, do Ocidente, as mais antigas, elas sempre são datadas. Nas narrativas tradicionais do nosso povo, das nossas tribos, não tem data, é quando foi criado o fogo, é quando foi criada a Lua, quando nasceram as estrelas, quando nasceram as montanhas, quando nasceram os rios. Antes, antes, já existia uma memória puxando o sentido das coisas, relacionando o sentido dessa fundação do mundo com a vida, com o comportamento nosso, com aquilo que pode ser entendido como o jeito de viver. Esse jeito de viver que informa nossa arquitetura, nossa medicina, a nossa arte, as nossas músicas, nossos cantos.”

Analisando esta visão e este entendimento do passado e de história S. CITRON (1990, p. 40) afirma:

“... a distinção entre um passado e um presente, é uma racionalização do tempo, inseparável de um conjunto de representações, de uma cultura - a

²³ A questão dos ritos nas sociedades indígenas é muito mais complexa. O que é importante destacar é que há uma variedade muito grande de ritos e eles estão presentes no cotidiano destas sociedades. É necessário também assinalar que existe uma hierarquia entre eles, sendo que os ritos com relação aos mortos são mais sofisticados e possuem maior importância no conjunto dessas sociedades.

da elite ocidental - de que os historiadores profissionais são portadores. Como grupo, como corpo especializado, estes últimos não existem, por um lado, sem a divisão acadêmica institucional, do Saber, que continua a distinguir no passado-objeto "a história" (quanto muito 6000 anos) e a pré-história (talvez dois milhões de anos). Pelo filtro dos saberes oficiais, a história não é O passado mas um significante que divide a humanidade em dois grupos de desigual igualdade: antes e depois do seu acesso à história. E esta distinção misteriosa e valorizadora é inseparável da ciência histórica, que assenta em documentos escritos."

Creio que para concluir esta reflexão inicial sobre uma historiografia que tem por base a idéia de civilização e progresso e que despreza todas as histórias de outros povos convém citar Suzanne CITRON (1990, p. 99):

"O dogma da continuidade histórica é, portanto, uma ilusão retórica, que não tem em conta nem a pluralidade dos sujeitos, nem a dos espaços-tempo, nem a complexidade antropológica. Também é um logro pedagógico pois essa pseudocontinuidade, referente racional do fabricante do programa, do autor de manuais e, por ricochete, do professor, esse postulado arbitrário dum determinado tempo que se escoia, não "passam" para a cabeça da criança. Enfim a pretensão dita científica dessa reconstrução veicula uma mistificação ideológica e cultural através da qual se difunde, involuntariamente mas infalivelmente, o racismo latente no triunfalismo etnocêntrico da história ocidental, que nunca reconheceu a igual dignidade das culturas humanas. A manutenção da antiga historiografia cauciona intelectualmente os genocídios culturais e todas as destruições realizadas pelo Ocidente em nome de sua superioridade religiosa ou intelectual: cruzadas, massacre dos índios, tráfico dos negros..."

Partindo do suposto que deu o título a este capítulo: "a terra não está vazia e a mata não é virgem" procuro recolocar a questão da presença indígena na região hoje situada ao norte do estado do Paraná, e demonstrar que esta terra já estava ocupada. Ocupada por sociedades históricas com uma organização social, econômica, política e religiosa complexa, onde os diversos povos se relacionavam entre si de modo amistoso e conflituoso, enfim desenvolvia-se na região em estudo, uma rede de relações societárias bastante complexa. Também procurarei mostrar como estas sociedades relacionaram-se com a chamada sociedade ocidental cristã desde a presença do "branco" no século XVI até meados do século XIX.

2.1.- A ARQUEOLOGIA E OS POVOS OCUPANTES

Os dados arqueológicos de que temos conhecimento afirmam que nesta região, hoje situada ao norte do estado do Paraná, viviam povos há milhares de anos atrás.

Os arqueólogos Francisco Silva Noelli e Fabíola Andréa Silva, de Porto Alegre/RS, em seus estudos arqueológicos sobre a ocupação pré-histórica do Paraná classificam as tradições da seguinte forma:

- Caçadores-coletores não-ceramistas

Tradição Umbú - (Fase Itaguajé) A data mais antiga obtida é de mais de 8 mil anos antes do presente, no norte do Paraná;

Tradição Humaitá - (Sítio José Vieira) A data mais antiga é de 7 mil anos antes do presente, no noroeste do Paraná;

As duas tradições possuem datações recentes que demonstram sua longa duração assim como sua convivência com os ascendentes dos Kaingáng, Xoklêng e Guarani.

Tradição Sambaquiana - a data mais antiga é 6.500 ou 7.000 anos antes do presente, na área litorânea.

- Ceramistas

Tradição Tupiguarani - a data mais antiga no norte do Estado do Paraná alcança quase 2.000 anos antes do presente;

Tradições Casa de Pedra, Itararé e Taquara - são tão antigas quanto a Tupiguarani.²⁴

Este modelo explicativo está respaldado por um enfoque difusionista simplificado, baseado em modelos histórico-culturalistas, cuja aplicação no Brasil foi completamente simplificada. Seriam necessárias muitas outras pesquisas etnográficas, etno-históricas, linguísticas, etnobiológicas e também arqueológicas para se definir perfeitamente a relação destas tradições com os povos que viviam na região em estudo, desde a chegada dos portugueses ao que é hoje o Brasil. Entretanto, as evidências já coletadas permitem afirmar que os Xetá, os Kaingáng e os Guarani têm naquelas tradições os seus antepassados.

Segundo as considerações da lingüista Wanda Hanke a respeito de alguns fragmentos da mitologia Kaingáng, pode-se dizer que se trata duma antiquíssima cultura tendo em vista que:

²⁴ Outros dados podem ser encontrados em SCHMITZ, Pedro Ignácio - Áreas Arqueológicas do litoral e do Planalto do Brasil" *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, da Universidade de São Paulo 1: 3 -20, 1991. Também NOELLI, Francisco Silva - *Os Jê do Brasil Meridional e a Antigüidade da Agricultura: Elementos da Lingüística, Arqueologia e Etnografia*, (mimeo) Texto apresentado na XIX Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, 1994.

“Os Caingangues vêm duma época muito remota e que as raízes da sua cultura alcançam períodos mais além de toda história”.

(...)

Kaikantini deve ser o deus antigo, legítimo dos Caingangues: “este que está no céu” pois **kaika** = “céu” e as sílabas **tini** (**titi**) indicam “estar, achar-se, ficar”. Com a influência guarani, os Caingangues chegaram a conhecer o deus dos Guaranis: **Tupá** - e aceitaram-no, modificando o nome em **Tupé** ou **Topé**. Ele fez esquecer o antigo **Kaikantini**. (HANKE, 1950, p. 140, apud TOMMASINO, 1995, p. 38)

Levando-se em conta os estudos e explorações arqueológicas permitem a Lucio MOTA (1994, p. 66) afirmar que:

“A região compreendida no quadrilátero formado pelos rios Tibagi a leste, Paraná a oeste, Iguaçu ao sul e Paranapanema ao norte é uma grande área de terras férteis cortada por centenas de rios e riachos, rica em animais e árvores frutíferas. Ela já se encontrava habitada por milhares de índios antes da chegada do branco europeu ao continente.

A presença indígena é marcada tanto pelos vestígios de sua cultura lítica lascada e cerâmica como pelos vestígios de sua cultura religiosa através dos restos mortais encontrados em urnas funerárias. Marcada ainda pela língua que denomina grande quantidade de acidentes geográficos, a fauna e a flora, além de seus costumes, mitos, leis, conhecimentos, etc, que chegam até os dias de hoje”

Em todos os relatos que se encontram antes da década de 1840, quando se iniciaram os primeiros movimentos da (re)ocupação na ótica do capital, da região em estudo, que analisaremos na Segunda Parte deste trabalho, sempre aparecem afirmações da existência indígena em todos os seus quadrantes. Sabe-se que existiam os povos, hoje nominados Xetá, Guaraní e Kaingáng.

Minha preocupação aqui é demonstrar que estes povos tinham uma organização social, portanto uma forma de viver, de se relacionar com o meio em que viviam, donde tiravam os meios para a alimentação e para suas habitações, enfim para se reproduzirem. Além disso, tinham uma explicação para o mundo em que viviam, desde a sua origem até a morte.

Descreverei aqui apenas a sociedade dos povos Xetá e Kaingáng. Estes porque foram os últimos a ser “pacificados” e aqueles porque representam a presença mais antiga ainda viva, de povos que ocupavam a região em estudo, e que são a expressão máxima de resistência por ocultação, isto é, resistiram, pelo menos, durante 100 anos ou mais (levando-se em conta as primeiras notícias de sua existência) ao contato com o “civilizado”, sendo “descobertos” somente quando já estavam à beira do extermínio.

Quanto aos Guaraní, que viviam nesta região em grande quantidade e que lutaram inicialmente contra a invasão de portugueses e principalmente de espanhóis no

início do século XVI, pouco a pouco foram sendo subjugados e “pacificados” pela ação dos jesuítas que instalaram 13 reduções, abrigando aproximadamente 200 mil Guarani até a metade do séc. XVII. Além disso, Lúcio MOTA (1995, p. 69) afirma que:

“A partir do século XVII, a região foi palco de intensas lutas entre os Guarani e os bandeirantes paulistas, que a invadiram sistematicamente na busca de índios para preação. Dizimaram desta forma, a Nação Guarani que ocupava o território guairenho, que também foi palco de sangrentas lutas entre os índios e os espanhóis que buscavam mão-de-obra para as “encomiendas”, e ainda palco de confrontos entre jesuítas e as tribos que não estavam dispostas a se sujeitar ao processo de evangelização.”

O que restou das reduções jesuítas foram apenas escombros, que ainda estão presentes em achados aqui e ali, recobertos pelas matas, ou simplesmente destruídos pela ação de agricultores no processo de preparação da terra para o plantio. Os Guarani restantes da ação dos bandeirantes, retiraram-se para o que é hoje o Rio Grande do Sul, reunindo-se com outras tribos, formando os Sete Povos das Missões. Outros foram levados como escravos para São Paulo; outra leva atravessou o rio Paraná e deslocou-se para o Paraguai e o Mato Grosso. Muitos também voltaram às matas e dispersaram-se nelas, fugindo dos ataques de caçadores de índios. Mais tarde, como veremos adiante, voltaram a migrar em direção ao mar e então voltaram às terras que viviam anteriormente, mas já em outras condições.

2.2.- OS XETÁ²⁵

Reconstituir e descrever a sociedade dos Xetá é revelar a realidade da quase extinção²⁶ de um povo, representante de uma cultura lítica, que conseguiu viver durante muito tempo disperso nas terras paranaenses, até que a expansão da (re)ocupação alcançou-os, o que aconteceu no final da década de 1940 e início da de 1950.

Os Xetá são um povo que pertencem à família lingüística Tupi. Hoje, pelo que se sabe, existem somente alguns integrantes desta sociedade de caçadores e

²⁵ A descrição que se fará está baseada no **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Vol.XXXVIII, ano 1981. Edição especial sobre os Xetá em colaboração com a Fundação Nacional do Índio e The Museum of Natural History, de agora em diante indicada pelo nome de KOSAK, Vladimir et al (1981)

²⁶ Afirimo “quase extinção” pelo fato de que apesar de existirem poucos representantes deste povo e na sua maioria do sexo masculino, estes estão casando-se com membros de outros povos, principalmente Guarani e assim estão crescendo. Os filhos destes casamentos são considerados Xetá pelo fato de que a descendência Xetá se dá pela linha paterna.

coletores. As informações existentes indicam que os Xetá podem ter vivido em torno da atual região que vai do município de Apucarana até o rio Paraná. Quando contactados se encontravam na chamada Serra de Dourados, no noroeste do estado do Paraná, no município de Cruzeiro do Oeste. KOZÁK (1981, p. 31), sintetizou muito bem esta tragédia:

“Durante gerações, estes índios viveram dos produtos da floresta primitiva, que também os protegia contra os forasteiros. Liquidada porém a floresta, restaram os índios como o peixe em lagoa seca. Não mais dispunham de meios de sobrevivência e morreram porque o mundo civilizado não foi generoso para com eles”

O primeiro contato com o homem “branco” de que se tem notícia é o do relato de Franz e Joseph Keller (1865)²⁷ enviados pelo presidente da província do Paraná, para explorar a região do Ivaí, Tibagi e Paranapanema, a pedido do Ministro da Agricultura, Jesuíno Marcondes de Sá, que estava interessado numa comunicação mais efetiva com a Província do Mato Grosso. Além disso, foi-lhes recomendado que fizessem uma descrição das “tribos selvagens” que encontrassem, bem como os lugares em que habitavam. No relato que fazem, afirmam que os Coroados (Kaingáng) aprisionavam elementos de um outro grupo que designavam como Curú-tom, expressão que aparecerá em outros relatos e que, hoje sabe-se, era a expressão que designava os Xetá por parte dos Kaingáng.

O segundo “encontro” que se conhece, foi efetuado pelo engenheiro inglês Bigg-Wither (1874) que encontrou e capturou um grupo indígena ao qual chamou de “botocudos” devido o bodoque que utilizavam no lábio inferior. Acredita-se que pelas descrições tenham sido representantes dos Xetá, devido à região onde foram vistos, ou seja, ao sul da cidade onde hoje se encontra Apucarana, isto é, perto da serra dos Dourados, região onde os Xetá foram contactados mais tarde, em meados do séc. XX.

Posteriormente, em 1899, Telêmaco Borba encontrou dois Xetá entre os Kaingáng, na condição de cativos, que eram chamados de “kurotó” (que quer dizer “sem roupa”). Em 1907 o cientista theco A.V.Fric encontrou três outros prisioneiros num acampamento Kaingáng, com as mesmas características dos Xetá. Em 1912 Curt Nimuendaju encontrou dois cativos entre os Kaingáng e observou que também eram chamados de “kurotó” pelos Kaingáng e “Yviparé” pelos Guarani. Conforme KOZÁK (1981, p. 22) :

²⁷ Os relatórios dos Keller sobre a exploração dos rios Ivaí, Tibagi e Paranapanema visando a sua navegabilidade consultar DEPARTAMENTO DE TERRAS DO ESTADO DO PARANÁ - **Exploração da região Noroeste do Estado do Paraná entre os rios Ivaí- Paraná - Paranapanema e Tibagy**, Curitiba, 1933. Estas expedições devem ter sido efetuados antes de 1865, pois os relatórios transcritos nesta publicação são datados de março/junho de 1865. Sobre a descrição de Franz Keller, a respeito dos indígenas na região que percorreram, remeto ao trabalho de Leda A. LOVATO (1974).

“Até a segunda metade do século vinte, ocorrera pequeno desenvolvimento na região noroeste do Estado do Paraná, no sul do país. Diminuta era ali a população brasileira e as quase impenetráveis florestas retardavam a expansão do povoamento. Isso era especialmente quanto à região densamente recoberta de florestas, conhecida como a serra dos Dourados. Grande parte dessa área, contendo a última floresta nativa remanescente no sul do Brasil, fora uma reserva florestal até a última década dos 40.

Após a Segunda Guerra Mundial, o Estado do Paraná começou a vender terra a companhias particulares, a fim de promover o povoamento da área e encorajar a expansão das plantações de café. Por sua vez, essas companhias exploravam extensas áreas de terras para revendê-las a futuros colonos. Enquanto turmas de exploração e de colonizadores penetravam pelas florestas, vagas notícias começaram a circular sobre a existência de índios desconhecidos nas florestas. Temendo que colonizadores não se estabelecessem na região em que se acreditava vivessem livremente índios, essas histórias eram abafadas pelas autoridade.”

Posteriormente, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em 1945, enviou uma expedição e outra em 1949, à procura dos Xetá. A última expedição localizou cerca de 10 acampamentos abandonados, e depois de um mês, retornou sem encontrar nenhum Xetá.

A partir de 1950, com a presença de mais colonos e com o desmatamento concomitante, os contatos foram acontecendo. Em 1952, mateiros capturaram um menino Xetá e no ano seguinte, outro, que foram entregues ao SPI em Curitiba. Em 1954 e 1955 dois grupos de Xetá entraram em contato com a família de Antonio Lustosa de Freitas na Fazenda Santa Rosa.

No final de 1955, o SPI fez algumas expedições e encontrou os últimos grupos Xetá, primeiro na fazenda Santa Rosa e depois no interior da mata. No ano seguinte, os contatos foram mantidos e encontrados em seu habitat natural na floresta. Esta situação não mais aconteceu desde então e o contato e os estudos desenvolveram-se com os Xetá que permaneceram acampados na fazenda Santa Rosa. As informações que se têm é que muitos dos Xetá foram dizimados por uma epidemia de gripe. Os outros foram morrendo nos anos seguintes, ficando apenas dois adultos que se chamavam Ñeango e Kuen além de algumas crianças que, na época, foram “adotadas” por várias famílias que estão dispersas por vários locais do Brasil. Hoje, adultos, alguns deles vivem em reservas Kaingáng: Kuen e Tukanamba no Posto indígena de Rio das Cobras, Hã ou Aã no Posto Mangueirinha, Tikuen Luciano no Posto de São Jerônimo, Rondon Xetá no Posto de Marrecas e os demais fora de áreas indígenas, alguns com paradeiro desconhecido.²⁸

Provavelmente os Xetá teriam sido muito mais numerosos e poderiam até, segundo alguns autores, ter uma vida semi-nômade, com o cultivo de algumas espécies

²⁸ Atualmente há uma pesquisadora elaborando dissertação de mestrado na UFSC sobre a história Xetá. Trata-se de Carmem Lúcia e Silva do Museu Paranaense/UFPR. Creio que com este trabalho poder-se-á entender um pouco mais deste povo ainda tão desconhecido do ponto de vista etnológico.

vegetais, mas o constante perigo representado pelos colonos brancos ou pelos Kaingáng, seus inimigos históricos, fizeram com que se dispersassem gradativamente, vivendo assim em pequenos grupos nômades, subsistindo da coleta, da caça e da pesca, conforme observações de KÓSAK.

A descrição que faremos adiante deve ser relativizada, na medida em que em decorrência dos deslocamentos que sofreram por um século ou mais, a cultura Xetá aparece aqui como mera sombra do que fora outrora. Ademais, há que se ressaltar as poucas informações existentes sobre todo o arcabouço dos mitos e dos rituais que, como em todas as sociedades indígenas permeia o seu cotidiano.

O meio ambiente e as habitações em que viviam os Xetá estava circunscrita à região da serra dos Dourados, situada ao sul do Rio Ivaí, onde eles estavam vivendo quando foram contactados, no final da década de 40 e início da de 50 deste século. Apesar de ser designada como serra, na verdade não passa de uma série de pequenos montes (500 a 700 metros de altitude) cobertos de densa floresta. O clima pode ser considerado semitropical pois mantém-se uma temperatura no verão muito quente sem ser ardente e, no inverno faz frio mas nunca a ponto de congelar as coisas. A vegetação era do tipo floresta tropical mas não tão portentosa e variada como nas circunvizinhanças.

O acampamento dos Xetá (designado por eles *oka*) sempre se situava perto de um córrego ou rio tendo facilidade assim para se obter água para beber e para lavar-se. Ele era construído numa lareira no meio da floresta, pois assim se protegiam do vento. Os abrigos sempre estavam voltados para o oriente tendo em vista receber a ensolação matutina.

Estes acampamentos eram compostos de 3 a 5 abrigos (*tapuy*, na linguagem deles) com uma capacidade de 4 a 6 pessoas. Protegiam muito mais da chuva do que dos ventos pois eram feitos de uma armação simples com cobertura de folhas de palmeiras. Os Xetá ficavam muito pouco dentro destes abrigos quando o tempo era bom, pois dormiam ao relento quando não chovia, ao redor de fogueiras.

Antes de serem forçados a se tornar nômades pelo processo da (re)ocupação, eles eram semi-nômades pois vivam em acampamentos mais ou menos permanentes pois, quando as fontes de alimentação se esgotavam, os Xetá mudavam-se para outro local, que permitisse as mesmas condições de vida que tinham anteriormente. Estes acampamentos eram diferentes pois possuíam uma grande construção para cerimônias (chamada *apoenge*). Ela servia para que fossem celebrados os ritos de passagem, como a furação do lábio ou casamentos, e abrigava uma família bastante numerosa. Acredita-se que a última *apoenge* tenha sido construída entre 1945 e 1950.

A alimentação e os meios de subsistência dos Xetá eram retirados da floresta em que viviam, tendo profundo conhecimento da fauna e flora que os cercava.

Da flora retiravam todo tipo de frutos que amadureciam em épocas diferentes o que propiciava uma dieta razoável durante todo o ano, menos no período de maio a agosto quando rareavam. Comiam alimentos in natura ou preparados.

A coleta de insetos, larvas e mel era uma fonte de alimentos da dieta dos Xetá. Estes eram encontrados em troncos de árvores que apodreciam na floresta. Normalmente, assavam as larvas e as comiam depois de separar a cabeça que jogavam fora. O mel silvestre era muito apreciado. A caça era o outro elemento essencial de sua alimentação.

Os alimentos de origem animal eram sempre utilizados após serem assados em braseiro. Não se observou a prática de cozimento, pois não possuíam recipientes para tal.

A conservação do fogo era uma preocupação constante. Quando se deslocavam pelo território levavam um pedaço de madeira (um tição) aceso para facilitar o reinício de uma outra fogueira. Entretanto, eles conheciam a técnica de obtenção do fogo através da fricção de instrumentos específicos para este fim.

A pesca não era muito utilizada, pois se encontravam longe de rio quando foram localizados, mas é possível que em outros tempos ela tenha sido também utilizada como uma das fontes de alimentação.

Os Xetá tinham algumas restrições alimentares: não comiam rãs, sapos ou caracóis. Apesar de comer alguns insetos deixavam de lado outros tantos: grilos, cigarras, gafanhotos, formigas e ovos de formigas. Mas a maior restrição diz respeito referia ao urubu-caçador que em nenhuma ocasião poderia ser morto e o urubu-rei que poderia ser morto para fazer determinados rituais e para utilização de suas penas, mas sua carne jamais podia ser comida.

A bebida cotidiana (**kukuai** conforme Kosák e **tererê** conforme o Xetá Tikuen) tinha por base a erva-mate. Esta era sapecada ou secada lentamente no fogo, depois socada no pilão. Após isso era misturada com água fria e consumida.

A **organização social Xetá** pode ser assim descrita. Quando foram encontrados, viviam em pequenos grupos nômades muito dispersos. Não existia uma divisão sexual do trabalho muito rígida, de tal forma que homens e mulheres muitas vezes faziam as mesmas tarefas ou até cooperavam entre si, p.ex. na coleta, preparação e cozimento de alimentos. Ambos teciam as tangas (**hamia**) que os homens usavam. Os homens faziam determinadas peneiras trançadas e as mulheres as esteiras para dormir e os cestos para coleta de alimentos.

As atividades exclusivas dos homens eram a caça e a confecção das armas, como o arco e a flecha, a maça, a lança e o machado de pedra, sendo este a principal arma utilizada. As mulheres, no caso das armas, teciam apenas as cordas para os arcos.

Quando se deslocavam de um lugar para outro as mulheres carregavam os alimentos e os utensílios, dentro de cestos que só elas sabiam confeccionar com a folha da palmeira jerivá. Os homens carregavam apenas as armas tendo em vista a possibilidade de alguma caça aparecer no caminho

Viviam em pequenos grupos com poucas famílias nucleares, normalmente até seis. Havia sempre um líder, mas com autoridade limitada. Este, quando falava mansamente, conforme observou Kózak, era obedecido sem discussão. Eram polígamos, sendo que os adultos tinham duas ou mais mulheres. Às vezes quem tinha várias esposas dava uma mais jovem a outro.

O ciclo vital entre os Xetá pode ser assim resumido. O nascimento Xetá ocorria de forma muito simples. Não havia nenhum preparativo anterior. Quando era chegado o momento do parto, a mulher se retirava do acampamento sendo assistida por outra mulher (podia também ser auxiliada pelo marido). Encostada em uma árvore, de cócoras esforçava-se para que a criança nascesse. Cortado o cordão umbilical, sobre a pele da criança passava-se uma grande quantidade de uma seiva verde de uma espécie de aspargo silvestre, que deveria ter a finalidade de fazê-la crescer forte e sadia. Após isso o bebê era lavado em um riacho ou rio e a mãe voltava às suas atividades normais. Poucos dias depois, o lóbulo das crianças era perfurado para depois de cicatrizados serem pendurados pequenos brincos de plumagem do peito de aves ainda presas à pele.

A cerimônia de furação labial (**akuto membé**) acontecia entre sete e dez anos, somente entre os meninos. Ela simbolizava o rito de passagem da criança (**tshikuen**) ao adulto (**kuen**). A cerimônia iniciava-se pela manhã quando os homens na aldeia se reuniam e começavam a cantar em honra a vários espíritos. A mãe pintava o rosto do menino com desenhos negros, enquanto o pai permanecia cantando melodias rituais. Após isso, ele deveria entrar na casa grande (**apoenge**). Sentado num tronco, o menino esperava um parente masculino, após retirarem o colar de sementes iniciava-se a perfuração do lábio inferior com um pedaço de madeira endurecido no fogo e com algum tratamento. Após isso, para estancar o sangue lavava-se o orifício com água quente e colocava-se nele um chumaço de cera.

Logo que estancava o sangue, lhe era colocado um osso de jaguatirica, em forma de T, que ficava ali até a ferida estar curada plenamente. Enquanto isso, o menino deveria ficar no interior da parte superior da *apoenge*. Após a cicatrização plena, ele saía da *apoenge* e passava a utilizar o pino labial de duas peças: Madeira e resina. Tornava-se um adulto

Após a cerimônia iniciava-se uma festa onde se comia e se bebia muito, além de dançar e cantar. A comida e bebida eram oferecidas pela família do menino. Normalmente os homens embriagavam-se.

Pelo pouco que se sabe, o casamento era realizado após um acordo entre os pais da moça e do rapaz. Se houvesse concordância, o casal construía o seu abrigo e estava feita a união. A proposta inicial era sempre do pai da moça. Através do relato de uma criança sabe-se que havia uma festa com danças e bebidas, onde os convidados vestiam-se com pele de onça e pintavam as faces com tinta negra e vermelha.

Quando alguém morria entre os Xetá, no momento em que foram contactados, não era realizado nenhum ritual funerário. Os que morriam longe dos acampamentos permaneciam insepultos na floresta, pois acreditavam que se fossem sepultados poderiam trazer malefícios para todo o grupo. Quando morriam de causas naturais, dentro do acampamento, o funeral era rapidamente providenciado, pois temiam o espírito do falecido (möu). Neste os mais próximos da família não participavam. Entretanto, o grupo inteiro lamentava a morte de um dos membros com choro. Conforme KÓZAK (1991:96), quando havia sepultamento era feito desta forma:

“O corpo do morto era amarrado com cipós, braços e pernas dobrados, de modo que um homem pudesse carregá-lo às costas. O cadáver era levado a uma grande distância do acampamento, onde era cavada uma sepultura de 60 cm (2 pés) de profundidade. O fundo da cova era coberto de folhas, raminhos e capim. Depois de sepultado o morto e coberta a cova em forma de montículo, acendia-se uma fogueira em seu topo, para impedir que animais mexessem nos restos. Após o funeral não se visitava o local da sepultura.

Ocasionalmente, com o morto enterravam seu arco e flecha, que, as mais das vezes, eram oferecidos a seu irmão ou filho. Nenhum pertence pessoal era enterrado com as mulheres. Abandonavam a choça do morto, que algumas vezes, era incendiada.

Se, no espaço de pouco tempo, morria mais de uma pessoa do mesmo grupo, cada um dos mortos era fortemente amarrado com cipós, a fim de evitar mais mortes no acampamento, rapidamente sepultado numa cova rasa e abandonado.”

Alguns aspectos do cotidiano entre os Xetá merecem ser destacados. Os instrumentos utilizados pelos Xetá eram feitos utilizando-se basicamente madeira, ossos e pedras. Todos eles eram muito simples, mas eficientes e com tecnologia da chamada idade da pedra. O machado de pedra (itánepraká), além de ser uma arma era também um instrumento utilizado para muitas outras tarefas como derrubar árvores, quebrar cocos, enfim para esmagar e quebrar coisas, além de ser utilizado para escavar o solo. O arco e a flecha eram os instrumentos mais utilizados para a caça. O arco era também utilizado para derrubar frutos e como apoio em travessia. As flechas eram de diferentes tamanhos dependendo da caça visada. Fabricavam, além disso, uma lança (wua hatimmai) utilizada para a caça de grandes animais e uma maça (aura haimbé) de forma parecida com um remo. Esta arma era utilizada em combates contra os inimigos, para abater grandes animais caídos em

armadilhas, mas era utilizada também para amassar alimentos no pilão, além de ser um instrumento de comunicação quando produzia determinados sons ao se bater com ela em alguns troncos de árvores.

O ornamento mais utilizado, somente pelos homens desde os 7 ou 9 anos, era o tarugo labial (**hametá**) feito de resina de jatobá. Normalmente o retiravam para alimentar-se, e também quando caminhavam na floresta, mas era carregado numa sacola.

Outro adorno que utilizavam, homens e mulheres, era uma espécie de cinta nas pernas (**sidua pi**) e nos braços (**simpei pi**). Os homens também usavam uma espécie de bracelete (**simpei manguá**) nos punhos com a finalidade de protegê-los contra a pancada da corda do arco. Estes adornos eram normalmente confeccionados com fios de caraguatá ou cipós de cascas.

Utilizavam colares (**sipál**) que eram feitos utilizando-se varinhas flexíveis onde prendiam dentes incisivos (cerca de 34 dentes) de pequenos animais, basicamente de irara, mas também de coati e macacos, intercalando-se pequenas sementes. As crianças também usavam colares de sementes onde também prendiam pequenos ossos de animais, além de crânios de aves. Quando chegavam à adolescência, usavam brincos feitos com as plumas de aves (tucanos, papagaios, araras, etc.) ainda presas à pele.

O processo de socialização das crianças possuía uma série de atividades e instrumentos. Apesar dos Xetá não possuírem animais de estimação capturavam pequenos animais e insetos para as crianças brincarem que não eram utilizados para a alimentação. Eram pequenos ratos, aves de emplumação, borboletas, colibris, cigarras, borboletas e besouros. Além disso, utilizavam arco e flechas em miniatura, de tal forma que as crianças iam internalizando determinados saberes e práticas enquanto cresciam. Também confeccionavam, utilizando apenas com as mãos, pequenas imagens com cera de abelha. Elas representavam animais, como cobras, aves, veados, onças, etc. e, uma delas, o espírito mau (**môu**), que materializavam desta forma para as crianças.

Quando estavam longe, uns dos outros, utilizavam alguns instrumentos para transmitir sons que informavam sobre uma caçada bem sucedida. Desta forma os outros podiam vir para participar do alimento. Para cada tamanho de caça havia um som específico. O principal destes instrumentos era uma espécie de flauta formada por três pedaços de bambus paralelos

Quanto aos problemas de saúde, tinham algumas maneiras de resolvê-los. Normalmente todos eles envolviam o uso de partes do corpo de animais bem como a pressão sobre a parte doída do corpo. A pele de onça era a mais utilizada em relação à prática da cura. Para diversas “doenças” abanava-se ou passava-se couro de uma onça sobre ele. Mas havia outras práticas, dentre elas pode-se citar:

- Para curar dor de estômago, friccionava-se o ventre com as patas da onça, ou passava-se uma ave assada, ainda quente, sobre o corpo;
- Para doenças de pele, queimavam-se pedaços de pele de onça e com as cinzas eram passadas nas partes afetadas; As cinzas podiam também ser misturadas com kukuai formando assim uma loção refrescante.
- Para a febre passavam sobre a pessoa dois gaviões pequenos. Os gaviões eram segurados pelos pés e ao baterem as asas produziam uma aragem fresca sobre o corpo;
- Para dor de dente, esfregava-se a área com pé de jacu ou unhas de coruja anã;
- Para dor de cabeça, utilizava-se a pressão sobre a fronte, amarrando faixas ou cipós na testa. Também deitava-se e pedia para alguém pressionar com o pé o lado dolorido da cabeça.
- Para vários males, utilizava-se genericamente, esfregar no corpo da pessoa doente, flores espinhentas de urtiga silvestre, ou com o incisivo de paca ou unhas de onça até a pele sangrar.
- Para os males da garganta, utilizavam um dos raros remédios internos: mistura de palmito quente com mel;
- Para furúnculos, luxações, machucados ou dores musculares, utilizavam solução com folhas de erva-mate e água como loção em massagem das partes afetadas.

Estas práticas denotam, com muita clareza, uma concepção de saúde/doença bem diferente da que nós temos hoje.

Sobre as **crenças e os rituais** pouco se pode falar pois existem apenas algumas evidências coletadas. A principal crença dos Xetá está ligada a espíritos maus que eles designavam por MÖU. Conforme KÓZAK (1991, p. 97):

"Todos os seres vivos, humanos e animais, também possuíam uma alma chamada möu. As almas dos entes humanos falecidos e dos animais liquidados pelos caçadores eram consideradas diabólicas e potencialmente prejudiciais aos vivos, na qualidade de espírito dos mortos. Os Héta [Xetá] temiam muito estes espíritos. O möu vivia na floresta e retomava para perseguir os vivos, quando da morte de um ser humano ou de um animal morto na caça. Seguiam as pessoas que andavam pela floresta. O möu era invisível, mas os Héta [Xetá] acreditavam que sua presença podia ser notada pelo mau cheiro."

Para espantar o espírito möu os Xetá tinham o costume de usar amuletos de crânios de animais. Eles eram pendurados nas árvores dos acampamentos, ou nas choças, dentro ou fora. Normalmente amarravam as mandíbulas destes crânios para que o espírito möu não saísse do crânio e prejudicasse a família ou o próprio caçador.

Além do ritual de furação labial (rito de passagem para a fase adulta) um dos rituais presenciado por Kózak era aquele vinculado ao urubu-rei. Após caçar e matar a ave, ela era pendurada numa armação de tal modo que ficasse com as asas totalmente

abertas. Depois disso, a família do caçador sentava-se à frente da ave e ficava observando. Em seguida, ela era arriada, quando tiravam suas penas para colocar nas flechas. Ato contínuo era colocada novamente na armação e abandonada. Jamais esta ave era utilizada como alimento. Depois deste cerimonial, voltava-se para o acampamento onde, ao redor de uma fogueira cantavam “a canção do urubu”, que era entoada durante o dia e era continuação do mesmo ritual, pois acreditavam que se isso não ocorresse, o caçador ou sua família poderiam adoecer e até morrer.

Além dessa canção, havia outras relacionadas a várias aves, à cosmologia, mas essas eram cantadas à noite. Existiam também alguns rituais vinculados à safra da guavirova bem como para chamar a chuva que beneficiasse a produção do coco de jerivá. Nestas ocasiões entoavam canções, entretanto quase nada se conhece sobre elas.

Mesmo com poucas evidências sobre os mitos, crença e rituais dos Xetá, pode-se afirmar, pelo que se conhece e levando-se em conta que todas as sociedades indígenas possuem uma cosmologia baseada em mitos, que todas as suas atividades deviam estar permeadas de práticas rituais, que ficaram perdidas no passado deste povo.

2.3. OS KAINGÁNG²⁹

Os Kaingáng foram os principais personagens da resistência contra a penetração dos novos ocupantes das terras tanto no Paraná (Campos de Guarapuava e “sertão” do Tibagi/Cinzas) quanto em São Paulo (Oeste Paulista, mas principalmente no “sertão” do Paranapanema) como também em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, desde o final do século XVIII até início do séc. XX. Restringiremos esta descrição aos Kaingáng que viveram na região situada ao norte do estado do Paraná.

O lingüista Greg Urban afirma que, pelo método de reconstrução da lingüística comparada, pode-se saber que:

(...) as línguas Jê do Brasil têm uma origem histórica comum, mas sabemos também que o ramo mais meridional da família, representado atualmente pelo Kaingáng e pelo Xoklêng, separou-se muito antes de ocorrer a diferenciação entre os outros membros da família.

(...) o grupo Jê propriamente dito teria se originado em algum lugar entre as nascentes dos rios São Francisco e Araguaia, possivelmente nas

²⁹ Para uma análise mais profunda e pormenorizada sobre os Kaigáng remeto aos trabalhos de MOTA, Lúcio (1994), VEIGA, Juracilda (1994), TOMMASINO, Kimiye (1995) OLIVEIRA, Maria Conceição (1996), que serão a base para a descrição que faremos a seguir.

proximidades do grupo Jê Central atualmente extinto, conhecido como Xacriabá.

A primeira separação teria ocorrido entre os Jê meridionais (Kaingáng e Xokleng) e o resto. Estes teriam iniciado sua migração em direção ao sul nesse momento, há uns 3 mil anos, mas não se tem idéia de quando teriam chegado à região que atualmente ocupam no sul do Brasil. Tampouco se sabe porque migraram, embora um estudo de relevo geográfico mostre que se dirigiram a uma região de planalto semelhante ao seu habitat originário. (URBAN, 1992, p. 88/90 apud TOMMASINO, 1995, p. 21)

Aqui é necessário salientar que estes grupos, dos quais nos fala Urban, conforme informações reveladas pelos estudos arqueológicos mais recentes, estabeleceram relações históricas com outras populações autóctones que viviam nas terras do Brasil meridional desde os tempos mais remotos.

Na área em estudo, pode-se afirmar que os Kaingáng foram pouco a pouco ocupando todo o espaço que antes era dos Guarani. No século XVIII já estão instalados nas bacias dos rios Tibagi, Paranapanema, Ivaí e Iguaçu.

No Paraná, a conquista das terras Kaingáng iniciou-se no século XVIII, com a expedição de Afonso Botelho em 1768 e terminou em torno de 1930 quando os últimos representantes deste povo foram “pacificados” e alojados em postos (reservas) indígenas.

Pelos dados conhecidos, além dos “brancos”, os inimigos seculares deste povo, encontravam-se os Guarani e os Xetá, sobre os quais mantiveram sempre uma dominação crescente, tomando-os como escravos. Entretanto, conforme Mabilde, eles temiam os chamados Botocudos (Xokleng).

A origem dos Kaingáng pode ser conhecida conforme a narrativa dos brancos, por aquilo que eles puderam estabelecer, e pela dos próprios Kaingáng. Vamos conhecer a deles, conforme o relato de Curt NIMUENDAJU (1986, p. 86):

“A tradição dos Kaingáng afirma que os primeiros da sua nação saíram do solo; por isso têm cor de terra. Numa serra, não sei bem onde, no sudeste do estado do Paraná, dizem eles que ainda hoje podem ser vistos os buracos pelos quais subiram. Uma parte deles permaneceu subterrânea; essa parte se conserva até hoje lá e a ela vão se reunir as almas dos que morrem, aqui em cima. Eles saíram em dois grupos chefiados por dois irmãos, Kanyerú e Kamé, sendo que aquele saiu primeiro. Cada um já trouxe consigo um grupo de gente. Dizem que Kanyerú e toda a sua gente eram de corpo delgado, pés pequenos, ligeiros, tanto nos seus movimentos como nas suas resoluções, cheios de iniciativa, mas de pouca persistência.

A origem dos animais entre os Kaingáng está relacionada com isso e é também relatada por Curt NIMUENDAJU (1986, p. 87)

“Como esses dois irmãos com a sua gente foram os criadores das plantas e dos animais, e povoaram a Terra com seus descendentes, tudo neste mundo pertence ou à metade **Kanyerú** ou à metade **Kamé**, conhecendo-se a sua descendência já pelos traços físicos, já pelo temperamento, já pela pintura: tudo o que pertence a **Kanyerú** é manchado, o que pertence a **Kamé** é riscado. Essas pinturas, o índio vê tanto na pele dos animais como nas cascas, nas folhas ou nas flores das plantas, e para objetivos mágicos e religiosos cada metade emprega material tirado de preferência de animais e vegetais da mesma pintura.”

Há também um outro mito Kaingáng, que demonstra que eles também têm uma versão para o mesmo mito judaico-cristão. É o mito do dilúvio, coletado por Borba no final do século passado, publicado em 1882. Contou-lhe o cacique **Arakshó** que o ouviu da mãe da mãe de sua mãe que por sua vez tinha ouvido de seus antigos progenitores.

“Em tempos idos, houve uma grande inundação que foi submergindo toda a terra habitada pelos nossos antepassados. Só o cume da serra **Crinijimbé** emergia das águas.

Os Caingangues, Cayurucrés e Camés nadavam em direção a ela levando achas de lenha incendiadas. Os Cayurucrés e Camés cansados, afogaram-se; as suas almas foram morar no centro da serra. Os Caingangues e alguns poucos Curutons, alcançaram a custo o cume de **Crinijimbé**, onde ficaram, uns no solo, e outros, por exiguidade de local, seguros nos galhos das árvores; alli passaram muitos dias sem que as águas baixassem e sem comer; já esperavam morrer, quando ouviram o canto das saracuras que vinham carregando terra em cestos, lançando-a à água que se retirava lentamente.

Gritaram elles às saracuras que se apressassem, e estas assim o fizeram, amudando também o canto e convidando os patos a auxiliá-las; em pouco tempo chegaram com a terra ao cume, formando como que um açude, por onde saíram os Caingangues que estavam em terra; os que estavam seguros aos galhos das arvores, transformaram-se em macacos e os Curutons em bugios. As saracuras vieram, com seu trabalho, do lado donde o sol nasce; por isso nossas águas correm todas do Poente e vão todas ao grande Paraná. Depois que as águas secaram, os Caingangues se estabeleceram nas imediações de **Crinijimbé**. Os Cayurucrés e Camés, cujas almas tinham ido morar no centro da serra, principiaram a abrir caminho pelo interior della; depois de muito trabalho chegaram a sahir por duas veredas: pela aberta por Cayurucrê, brotou um lindo arroio, e era toda plana e sem pedras; dahi vem terem elles conservado os pés pequenos; outro tanto não aconteceu a Camé, que abriu sua vereda por terreno pedregoso, machucando elle, e os seus, os pés que incharam na marcha, conservando por isso grandes pés até hoje. Pelo caminho que abriram não brotou água e, pela sede, tiveram de pedi-la a Cayurucrê que consentio que a bebessem quanto necessitassem.

Quando saíram da serra mandaram os Curutons para trazer os cestos e cabaças que tinham deixado em baixo; estes, porém, por preguiça de tomar a subir, ficaram alli e nunca mais se reuniram aos Caingangues: por

esta razão, nós, quando os encontramos, os pegamos como nossos escravos fugidos que são. (...)
 Cazaram primeiro os Cayurucrês com as filhas dos Camés, estes com as daqueles, e como ainda sobrassem homens, cazaram-nos com as filhas dos Caingangues.
 Dahi vem que, Cayurucrês, Camés e Caingangues são parentes e amigos.
 (Borba, 1908, p. 20/22) apud TOMASINNO 1995, p. 38)

Como se pode perceber nestes relatos dos mitos, os Kaingáng possuíam uma explicação para sua origem bem como para o mundo que os rodeava. Aqui só pontuamos estes mitos para demonstrar e romper com a idéia de que eles não tinham uma explicação para a origem das coisas, como nós temos, seja ela mítica (mito do Éden) ou científica (Big-Bang, Teoria da Evolução, etc.) Estas explicações definidas pela mitologia Kaingáng permeavam toda a sua vida até os atos mais simples do cotidiano, como veremos a seguir.

Sobre o **meio ambiente e as habitações** dos Kaingáng, pode-se afirmar que eles se encontravam espalhados nos territórios no Sul do Brasil. Mas o seu território ia muito além, chegando ao que é hoje o norte da Argentina. É importante deixar claro que esta região não era habitada somente pelos Kaingáng mas também por outros povos como, os Kaiapó, os Oti Chavante, os Xokleng e os Caiuás-Guarani. Conforme Ítala BECKER (1988, p. 131):

“A área dos estados sulinos, ocupada pelo Kaingáng e seus ancestrais, de um modo geral está ao redor da floresta atlântica, que se estende pelas vertentes orientais da Serra do mar; acompanhava o curso dos rios que correm para o oeste, como o Rio Grande, o Tietê, o Paranapanema,, o Ivaí, o Iguassu e o Uruguai, da Bacia do Paraná. As matas tropicais e subtropicais desses vales cobriam grandes partes dos estados de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, que durante o período colonial só foram devassadas em sua orla oriental. A maior parte dessas matas se conservara intocada (sic) até o século passado, quando surgiu uma lavoura tropical que as poria abaixo, dando lugar a plantações sem limite.”

Conforme vários autores (MABILDE, 1983 e PINHEIRO, 1992) os Kaingáng viviam em regiões de campos, entretanto, devido às inúmeras guerras com os brancos, foram refugiando-se nas florestas e matas, onde encontravam maiores possibilidades de se esconderem e, conseqüentemente, de sobreviverem. Nas matas a possibilidade de serem encontrados pelos famosos “bugreiros” era menor. Assim, as florestas tomaram-se um espaço de refúgio, onde tinham maior segurança para a sua família e onde podiam fugir com mais facilidade das emboscadas e da ação dos fazendeiros que utilizavam todo o tipo de ações para encontrá-los e matá-los, desde cães, armas de fogo e até mesmo roupas contaminadas pelo sarampo e outras doenças transmissíveis.

No espaço em que viviam havia uma divisão espacial socio-geográfica: o da casa, que se definia pelo lugar da habitação e seus arredores mais próximos, e o da caça, pesca e coleta de alimentos.

A questão do território para os Kaingáng é algo mais complexo que a simples definição de algo cartografável e de onde tiravam o seu sustento. Todo o território deles era recortado por caminhos e vias que eram utilizados durante o ano todo, dependendo do ciclo de cada atividade: caça, pesca, coleta ou plantio. Havia o território da tribo que era repartido pelos vários grupos formando subterritórios dentro do maior. Aqueles eram determinados por serras e grandes rios, estes eram normalmente delimitados pelos rios menores, afluentes daqueles. É importante deixar claro que estes territórios e subterritórios eram muito bem delimitados e não variavam, isto é, eram fixos.

Estes territórios, normalmente, eram também referidos ao local onde teriam vivido e sido enterrados os seus antepassados, havendo aí um vínculo entre os vivos e os mortos, que anualmente são reverenciados por ocasião do ritual dos mortos (cerimônia do Kiki) que analisaremos mais adiante. Assim, como afirma TOMMASINO (1995, p. 62) *a concepção cultural de território para os Kaingáng é, portanto, expressiva e preñe de significações e extrapola em muito a concepção de terra para o branco.*"

Essa disposição territorial definia também as suas habitações. Em cada subterritório havia uma aldeia ou acampamento fixo (*emã*) e vários outros abrigos provisórios (*wäre*), que eram construídos, abandonados ou queimados, quando necessitavam deslocar-se para outros lugares em busca de melhores condições de coleta, caça, pesca ou plantio. Assim viviam no acampamento fixo e quando se deslocavam dentro de seu subterritório, formavam estes acampamentos provisórios onde podiam ficar durante meses.

Isso significava que eles se deslocavam com muita facilidade pelos seus vastos territórios que eram recortados por muitos caminhos que periodicamente percorriam, dependendo do ciclo determinado por um calendário natural sobredeterminado por suas necessidades que geravam todas as atividades econômicas, sociais e rituais.³⁰

A alimentação e os meios de subsistência dos Kaingáng era formada do resultado da caça, pesca, da coleta e de uma agricultura complementar. Sobre a relação com o meio ambiente PINHEIRO (1992, p. 176) afirma:

"Entre os Kaingang não existe oposição entre homem e natureza. A natureza é percebida como um prolongamento do próprio homem. ele é a natureza. A natureza também é a sociedade Kaingang. Da morte de um Kaingang, de seu corpo, é que o milho vem a tornar-se conhecido e daí transformar-se em alimento da comunidade. É da terra que brotaram os

³⁰ Para uma discussão mais detalhada sobre a questão do território Kaingáng e todas as suas implicações remeto ao trabalho de K. TOMMASINO (1995, p. 57 a 71)

primeiros homens Kaingang e vieram povoar a terra. Sociedade, homem, natureza, animal e vegetal, todos brotam da terra como brota a semente. Todos eles são parte integrante de uma natureza única, cósmica e universal.”

A caça, a pesca e a coleta normalmente, era feita em pequenos grupos. A caça tinha por alvo todos os animais disponíveis, grandes e pequenos, encontrados no meio em que viviam (veado, anta, quati, cateto, etc.) e também muitos tipos de aves, algumas das quais, não eram mortas, mas conservadas em cativeiro para se poder utilizar as suas penas para enfeites, rituais, etc. A caça, normalmente assada, era consumida em seguida, quase sempre acompanhada de farinha de pinhão ou de milho. Conforme alguns autores, como Baldus e Ambrossetti, havia alguns tabus alimentícios, que interditavam o consumo da carne de alguns animais e também outros cujo consumo não era costumeiro (tamanduás, jaguatirica, lontra, ariranha, etc)

A coleta incluía uma grande variedade de elementos existentes no meio em que viviam. O pinhão, nas regiões onde existiam as florestas de araucária (principalmente nos atuais estados do extremo sul do país (Santa Catarina e Paraná e parte do Rio Grande do Sul) era um dos frutos mais privilegiados. Coletado nos meses de maio, junho e julho era consumido nesta época ou conservado na forma de farinha ou através de um processo próprio (chamado de *ōkór*) que consistia em deixar os pinhões dentro de um cesto num poço de rio por vários dias até ficarem totalmente encharcados. Uma de suas bebidas fermentadas tinha também por base o pinhão. Além disso consumiam-se palmitos (em forma de farinha) e frutos diversos. Além do pinhão coletavam o palmito, com o qual faziam uma farinha, e frutos silvestres dos mais variados tipos.

Além de frutos, coletavam mel silvestre e uma das mais apreciadas “iguarias” da sua dieta: as larvas de insetos ou os “corós”, sendo que os mais procurados eram aqueles presentes nas palmeiras, mas que também eram encontrados em muitos outros troncos caídos na floresta. Também vegetais faziam parte da dieta alimentar Kaingáng, como a erva moura (*fuá*), folha da mandioca e da urtiga brava, a cambuquira (broto da abóbora ou da moranga - que mais tarde foi adotada pelos caboclos e hoje é consumida em muitas cidades da região, sendo até vendida em feiras livres de várias cidades, incluindo Londrina) e muitas outras.

A pesca também era importante fonte alimentar. Para efetuá-la utilizavam várias técnicas, com arco e flecha, ou com as mãos para pegar cascudos embaixo das pedras, e em pequenos rios utilizavam o “envenenamento”, mergulhando determinados cipós ou cascas de árvores que deixavam os peixes atordoados. Mas a mais conhecida é conhecida pelo nome de *pari* ou *paris*. Este sistema é descrito por BIGG-WITHER (1974, p. 144) quando ele esteve na região em foco entre 1872-1875, da seguinte forma:

"Depois de ficarmos por algum tempo na pequena taba, descemos até o rio para ver uma armadilha de pegar peixes pertencente aos índios e de que já tínhamos ouvido falar. Escolhida a posição para ela, a parte do rio de maior correnteza, acontece que, com a estiagem, o rio ficou encachoeirado, com uma queda de cerca de dois pés e 2 polegadas. Na parte superior dessa corredeira, eles construíram uma barragem de rochas e pedras soltas, deixando duas ou três aberturas, em determinados lugares, para a saída da água e passagem dos peixes. Nos canais assim preparados, colocaram o ponto convergente das varas de uma peneira, em forma de leque, feita de taquaras. Essa peneira, com as varas ligeiramente curvadas para baixo na extremidade superior, tinha comprimento tal que, enquanto o seu ponto de convergência se encontrava mergulhado diversas polegadas, a extremidade oposta ficava, ao contrário, duas ou três polegadas acima da superfície, completamente fora d'água.

Os peixes, procurando passagem por baixo das correnteza, depois de serem impelidos pela represa, eram obrigados a passar por esses canais. A força da água os arremessava à outra extremidade do gradil, ficando eles não só fora do alcance da correnteza que os trouxera, mas também impossibilitados de voltar à água que agora tinham apenas a satisfação de ver passar.

A armadilha é assim muito simples e eficiente, embora tenha de ser freqüentemente arranjada, em virtude do nível instável do rio. Além disso só pode ser usada na estação seca. Na época das enchentes a represa é geralmente carregada pelas águas e, por isso, todos os anos, ela tem de ser trabalhosamente refeita."

Tanto o resultado da caça quanto o da pesca eram consumidos tão logo elas aconteciam e os excedentes podiam ser conservados através de um processo de defumação, possibilitando assim o armazenamento por algum período.

Conforme depoimentos coletados por Kimiye TOMMASINO (1995, p. 255) os antigos Kaingáng utilizavam um tipo de cipó que após macetado e espremido, o seu sumo era colocado sobre os alimentos, o que lhes proporcionava um gosto parecido com o sal que consumimos hoje.

A agricultura era basicamente de milho, um tipo de feijão, abóboras e morangas. Sobre as roças de milho, conforme depoimentos coletados por Kimiye TOMMASINO (1995, p. 60) pode-se afirmar:

"As roças eram feitas nas bordas da mata, em áreas de morros naturais, no espaço de transição entre um ecossistema e outro. Tratava-se de uma agricultura pouco elaborada tecnicamente, embora não tenhamos dados suficiente para saber o quanto eram elaboradas ritual e simbolicamente. Mas o fato de sabermos que boa parte da alimentação provinha do milho, que a bebida ritual era à base de milho e mel, a existência de uma explicação mitológica de sua origem (mito de Nhára) aponta para um sistema de representações e práticas associadas ao milho."

Sabe-se que, com o avanço da (re)ocupação, pouco a pouco, esta prática foi sendo abandonada, à medida em que os Kaingáng foram se internalizando nas matas como forma de refúgio. Entretanto, desde meados do século passado, muitos foram os relatos de saques de roças de milho que os colonos mantinham perto das matas onde os Kaingáng viviam.

Toda a **organização social** Kaingáng está relacionada com o fato deles se dividirem internamente em duas metades exogâmicas referidas ao mito de origem já indicado: **Kamé e Kanyerú**. Elas se opõem e se complementam e determinam um feixe de relações que veremos em seguida. Cada metade comporta duas seções: a metade KAMÉ comporta duas seções a Kamé e Vonhétky e a metade KANYERÚ comporta as Kanyerú e Votor. Conforme VEIGA (1994, p. 59)::

“A filiação a uma metade e seção é definida patrilinearmente: os filhos, de ambos os sexos, pertencem à metade e seção de seu pai, esse procedimento contínuo através de gerações estabelece o caráter patrilinear da sociedade Kaingáng.

(...)

Os Kaingáng, ao contrário dos Kayapó, por exemplo, não admitem a existência de mais de um genitor. Ter a paternidade reconhecida é fundamental para se adquirir um nome Kaingáng e um lugar social. O nominador, antes de dar um nome, perguntará a que metade e seção pertence o pai da criança, de modo a escolher o nome apropriado.³¹

(...)

De modo geral os membros de uma metade são referidos pelos Kaingáng como **kaitkô** (*parente, primo*), em oposição a **iambré** (*cunhado*), como são referidos genericamente os membros da metade oposta”

Estas metades e suas seções informam toda a vida dos Kaingáng, incluindo a classificação dos animais e plantas, sempre referidas ao mito de origem já assinalado. Além disso, há uma complexa e diferenciada participação nos rituais, cerimônias e festas, dependendo da posição dos indivíduos nesta classificação.³²

A divisão do trabalho, era a sexual. Os homens eram responsáveis pela caça e pesca bem como faziam o fogo, recolhiam frutos, cortavam madeira, moqueavam pequenos animais e peixes e carregavam a carga nas marchas. Eram eles que fabricavam os utensílios e adornos com madeira, ossos, dentes, pedras e metais. As mulheres, assavam e coziam os alimentos, conservavam o fogo. Deviam buscar e suprir de lenha a casa, recolher frutos e mel, trazer água, carregar os filhos pequenos, fabricar enfeites de plumas, entrançar cestos e chapéus, além de fabricar cerâmica e um tecido chamado de CURUS (panos grossos que eram confeccionados partir de fibras vegetais, principalmente

³¹ Para uma exposição mais extensa e aprofundada sobre o sistema de nominação entre os Kaingáng consultar o capítulo VII da mesma obra citada.

³² Para uma análise mais aprofundada remeto ao trabalho de VEIGA (1994, p. 60 a 86).

de urtiga brava). Estes panos, serviam para fazer uma espécie de manta e também um tipo de camisa com desenhos lineares, utilizados como agasalho no inverno.

O ciclo vital Kaingáng pode ser assim resumido. O nascimento de um novo membro da tribo é antecipado por alguns preparos. Quando há indicação de um parto, a mulher é isolada e retira-se para um rancho isolado em companhia de uma das mulheres mais velhas. Prepara-se anteriormente uma cama com folhas secas, tanto para a mãe como para a criança. Neste rancho acendem o fogo que é sempre conservado. Nascida a criança, é cortado o cordão umbilical com uma tala de taquara, sendo levada a um curso de água próximo para ser lavada e trazida ao rancho para secar-se perto do fogo, o que também faz a mãe. Alguns dias depois a mãe, o filho e a velha que serviu como parteira, voltam ao rancho antigo, onde as outras mulheres, as mais velhas, tomam conta do bebê, que volta para a mãe apenas para ser amamentado, ou quando esta está livre de obrigações, para ser acariciada. Aqui há que anotar o fato de que os Kaingáng atribuem um grande significado ao destino do cordão umbilical e que aparece na expressão: "lá onde estão enterrados nossos umbigos" referindo-se à uma terra ou espaço ancestral/mítico.

Toda criança ao nascer deve receber um nome³³ três dias depois ou no mesmo dia conforme alguns autores, porque senão ela pode sentir-se indesejada e *querer ir embora*, isto é morrer. O nome deve ser dado por uma pessoa mais velha que conhece os costumes antigos. O pai é quem procura um nominador que conheça o repertório de nomes existentes e disponíveis na seção de nascimento da criança. Horta Barbosa citado por VEIGA (1994, p. 143) assinala que havia uma segunda nominação:

"Aos 7 anos, mais ou menos, se a criança é um menino a mãe esfrega-lhe, em determinados períodos, todo o corpo com a folha de uma certa árvore, derramando-lhe água pela cabeça, com a esperança de, por esse meio, dar-lhe fortaleza de ânimo e disposição para o trabalho; nessa ocasião o menino recebe um sobrenome. Noutras ocasiões ele pode ainda receber ou tomar apelidos, os quais se ligam a acontecimentos notáveis de sua vida."

O casamento Kaingáng incluía a uxorilocalidade que foi assim explicada por Telêmaco Borba no início deste século:

"Os homens não tomam mulher antes dos 18 ou 20 anos; nessa idade, quando encontram mulher ou menina do seu gosto, pedem-na ao pai, fazendo-lhe algum presente; se esse anui ao pedido, o noivo fica agregado à família da noiva, que, se é moça, fica-lhe pretendendo, sem necessidades de cerimônia alguma; se esta é ainda menina, fica o noivo,

³³ A questão da nominação entre os Kaingáng é muito importante e para maior aprofundamento ver capítulo VII - Sistema de Nomenclatura do trabalho de Juracilda VEIGA (1994).

pela mesma forma agregado ao sogro, a quem faz todo o serviço, como seja: caçadas, roças, lenha, etc., até que a noiva atinja dez a doze anos. Desse tempo em diante, ou continua na companhia do sogro, ou procura outra família, levando a mulher; mas isso raras vezes acontece” (apud VEIGA, 1994, p. 93)

Conforme Frei Luiz de CIMITILLE (1882) e Telêmaco BORBA (1908) no passado os Kaingáng habitavam em grandes casas onde morava uma grande família composta por um homem, sua mulher seus filhos e filhas não casados e os genros com suas respectivas famílias (mulher, filhos e filhas). O poder no interior do grupo assim era deste, cabeça da casa, que normalmente era quem fazia a escolha dos rapazes para casa com a(s) filha(s) que possuía. Sobre esta relação entre o poder político e a família escreve VEIGA (1994, p. 95):

“Vários depoimentos confirmam que a escolha era feita pelo pai da moça, que trazia o rapaz para viver com a filha, na sua casa. Niagtâe, uma Kaingáng de 60 anos, conta que casou-se aos 14 anos com o *iambré* [cunhado] de seu pai: “*Decerto estava bom para o pai*” diz ela, que recorda o discurso do marido para o pai dela: “*Vou cuidar de você, você está velho*”. Os Kaingáng consideram que quem deve cuidar de um homem velho é o genro, enquanto que uma mulher viúva seria amparada pelo seu filho. Novamente percebemos que são pessoas de marca (ou metade) diferente os que cuidam de um homem idoso ou de uma mulher. os homens Kaingáng são os chefes políticos de suas casas, tendo ascendência sobre os seus genros enquanto têm esposa; se fica viúvo, o genro torna-se chefe da casa. isso poderia ser uma explicação e, principalmente para o casamento de um homem maduro com uma mulher muito mais jovem (enviada por seu pai): a existência de uma esposa reforça a sua posição de chefe político (se ele ficar sem esposa o poder político passa para o genro)”

Os casamentos de maior prestígio entre os Kaingáng (preferenciais ou mais valorizados) são aqueles que ocorrem entre os membros das seções Kamé e Kanyerú, homônimas das duas metades míticas. Existem outros casamentos que ocorrem entre membros das metades, ou das seções, como também dentro da mesma metade e nas mesmas seções, numa gradação que vai até o nível de inaceitável.³⁴

Quanto aos mortos Kaingáng há toda uma explicação e uma ritualização. Eles acreditam que todo ser humano tem um corpo que morre (*hâ*) e uma “alma” ou “espírito” (*kumbâ*) que é um ser que vive após a morte. Quando alguém morre o *kumbâ* se separa do *hâ* e vai para um outro lugar designado por Numbê que seria um outro mundo,

³⁴ Para um melhor entendimento desta questão remeto ao Cap. VI do trabalho de VEIGA (1994, p. 87 a 127).

o dos “espíritos”. Aqui é interessante deixar claro que o **kumbâ** é o que dá vida ao corpo. Este “espírito” pode, em determinados casos, como no sonho, deixar o corpo e visitar outros lugares, inclusive chegar até o **Numbê**. Conforme a crença dos Kaingáng nas crianças o **kumbâ** é muito irrequieto e se assusta fácil. Assim, às vezes ao cruzar um rio ou andar pela mata com uma criança, o “espírito” pode deixar o corpo da criança, vindo ela a adoecer. Quando isso acontece é necessário sempre após cruzar o rio ou o mato chamar o “espírito” de volta. Algumas doença podiam ser explicadas pela ausência temporária do **kumbâ** que, sendo prolongada, poderia causar a morte.

Entretanto quando alguém morre, o **kumbâ** (“espírito”) vai para o **Numbê** que seria a outra morada, aquela que existe depois da morte. Esta morada, para alguns fica no poente, por isso os mortos devem ser enterrados sempre com a cabeça em direção ao Leste e para alguns Kaingáng ela está em algum lugar em cima mas não muito alto. Outros afirmam que ela está abaixo da terra, num precipício.. Esta talvez seja a mais precisa na medida em que tem uma relação direta com o mito de origem que afirma de Kamé e Kanyerú depois que morreram foram morar no centro de uma serra e depois do dilúvio saíram da terra para povoar a superfície.

Quando alguém morria, o cadáver ficava dentro de casa e logo era chamado o “rezador” do **kiki** (a mais importante festa/cerimônia dos Kaingáng) da metade oposta ao falecido que vinha com seu **xygxy** (chocalho sagrado) e cantava junto ao morto as “orações”. Os seus parentes consangüíneos choravam muito, queixavam-se e recriminavam o próprio morto pelo fato dele tê-los deixado. O cadáver era “velado” por vinte e quatro horas, ocasião em que a família do morto devia providenciar comida e bebida para aqueles que permaneciam no “velório”.

Conforme Curt NIMUENDAJU (1986, p. 88) assim explicavam o caminho da alma de defuntos :

“A alma do defunto (**vaekruprí**) penetra no chão, imediatamente ao lado do cadáver, começando logo a se encaminhar rumo ao Toldo dos Defuntos. O primeiro pedaço do caminho é nas trevas, mas logo sai outra vez ao claro, onde se encontra com algumas outras almas que lhe oferecem comida. Se comer, continuará o caminho; se não, voltará à superfície da terra, entrando novamente no corpo que a alma abandonara. Assim se explicam os casos em que as pessoas aparentemente mortas tomam à vida. Para lá daquele ponto, começam para a alma as dificuldades e perigos do caminho: primeiro encontra uma encruzilhada onde um caminho errado conduz a um lugar onde uma cabra preta gigantesca (**kokfumbágn**) espera as almas para devorá-las. Em outro trilho errado, acha-se armado um laço que colhe a alma, atirando-a dentro de uma panela com água a ferver. Finalmente, tem de atravessar um brejo por uma pinguela estreita e escorregadia. Se escorregar e cai, é devorada por um enorme caranguejo ou, segundo outros, por um cágado.”

Se o espírito do morto passasse por todas estas provas encontraria finalmente o Toldo dos Defuntos onde todos os seus conhecidos estariam esperando-o para beber (uma espécie de cerveja de milho) e dançar.

Quanto ao cadáver, logo após o “velório” era envolto em cascas de árvores ou folhas de palmeiras e enterrados ou às vezes eram colocados em giraus, mas tinham sempre locais específicos para enterrar seus mortos.

O espírito dos mortos (o **vaekrupri** ou **veicupri**) gerou uma série de relações sociais, bem como costumes no interior da sociedade Kaingáng. Este espírito era muito perigosos para as pessoas que tinham convivido com ele para levar os seus queridos com ele. Andava pela aldeia procurando a companhia de parentes e amigos ocasionando medo e horror entre os Kaingáng. Deste modo havia uma série de medidas rituais que deviam ser tomadas (ritos de luto) para que isso não acontecesse.³⁵

Para se entender um pouco do cotidiano Kaingáng só se pode compreendê-lo a partir das referências coletadas por vários autores e pelos depoimentos dos mais velhos que ouviram seus pais contar como se vivia no tempo de seus avós. Neste sentido é importante esclarecer que existem duas concepções de tempo entre eles: o tempo **VĀSY** que indica o tempo dos antigos, dos ancestrais e o tempo **URI**, o tempo atual que foi sendo construído a partir do contato com o branco nos últimos 150 anos.³⁶ Com a presença do branco e a conseqüente alteração do meio em que viviam, principalmente com os desmatamentos, foi se alterando e destruindo um modo de vida que tinha origem ancestral, por isso a criação de um outro tempo. Mas isso não significa que podem ser pensados como dois tempos separados, eles se entrelaçam, sendo que o tempo dos ancestrais informa o tempo presente. Neste sentido é que podemos entender o cotidiano dos Kaingáng desde que houve o contato com os brancos, por eles chamados de **fóg**.

A vida cotidiana Kaingáng, era em sua maior parte ligada ao processo de conseguir os 18 elementos essenciais para a sua sobrevivência, como nós hoje o fazemos, apenas que eles o faziam no contexto de uma visão de mundo completamente diferente da nossa. As atividades cotidianas sempre incluíam determinados rituais, festas sempre levando em conta as metades e seções que lhes conferem a identidade pessoal e grupal, além de estarem sempre ligados a uma cosmologia que obrigatoriamente permeava e explicava as suas ações.

Maria Conceição de OLIVEIRA (1966, p. 20) nos informa alguns detalhes sobre o dia a dia Kaingáng:

³⁵ Para uma explicação mais extensa sobre a questão dos mortos entre os Kaingáng remeto ao capítulo VIII - Os Kaingáng e seus mortos - do trabalho de Juracilda VEIGA (1994).

³⁶ Para uma análise mais aprofundada da questão do tempo na sociedade Kaingáng remeto ao Cap. 4 da tese de TOMMASINO, Kimiye, 1995.

"A riqueza material de águas, flora e fauna, assim como de diferentes espécies de madeira e plantas medicinais, proporcionava um padrão sadio e completamente adaptado às intempéries locais. Segundo depoimentos de Kaingáng idosos, no passado, eles fixavam seus toldos (aldeamentos) em locais próximos de águas, preferencialmente lagos ou lajeados de rios, próximo do mato e de capões abrigados do vento. Antes do sol nascer e ao entardecer banhavam-se. a água por estar protegida "ficava quentinha". O modo de construir as casas com cobertura até o chão, de folhas de palmeira trançadas principalmente de gerivá, ou ainda, de folhas de xaxim - gerava boa proteção e aeração. O fogo aceso todo o dia no inverno aquecia o chão da casa. As camas feitas com folhas de palmeiras ou de xaxim sobrepostas eram colocadas ao sol logo cedo, o que proporcionava higiene das mesmas e da própria casa".

Conforme vários analistas e informantes, os Kaingáng possuíam um sistema de comunicação que ia desde um galho fincado no chão com uma extremidade indicando a posição do sol no momento em que havia passado, a sinais desenhados no chão até a utilização de instrumentos de sopro como flauta de taquara (**coqué**), buzinas de chifres de boi ou de taquara (**oaquire**), maracás (**xií**), um outro instrumento de taquara (**õtörêrê**). Além desses instrumentos havia uma flauta confeccionada de taquara, ou de taquara e cerâmica que era utilizada para comunicação entre os membros de um grupo informando quem era e onde estava. Isso significa que cada pessoa tinha um som que o identificava e pelo qual era conhecido socialmente. Kimiye TOMMASINO (1995, p. 258) analisando estas informações nos diz que elas

"(...) confirmam a existência de um sistema de comunicação que os Kaingáng desenvolveram no passado, quando o espaço da floresta se constituía como arena de guerra entre um grupos Kaingáng com os Guaraní ou com os brancos, e ainda como linguagem intercomunicativa nas expedições de caça e coleta do próprio grupo. Com o desaparecimento das guerras, a alteração dos meios de subsistência e o desaparecimento das florestas, esse sistema de comunicação entrou em colapso.

A "**festa**" mais importante dos Kaingáng é a do **Kikikoi** ou simplesmente **Kiki**. É uma festa que tem uma duração de mais ou menos dois meses e realiza-se entre os meses de abril e junho, época de abundância de alimentos (antigamente pinhão, mel, caça e milho) que antecede o inverno. Assim, se fazia porque a festa deveria ser completa e todos deveriam ter bebida e comida em abundância. Nesta festa também eram convidados os grupos de outras aldeias. Conforme Juracilda Veiga (1994, p. 164/165):

“Essa cerimônia pode ser considerada como o centro da vida ritual Kaingáng. Era a mais importante “festa” que conheciam, sendo ao mesmo tempo festa sagrada e profana.

Como explicam os Kaingáng, a realização desse cerimonial depende do interesse da família do morto: se ela se preocupa com a alma do falecido, deseja que ele vá para o bom destino e não perturbe a vida dos seus parentes vivos³⁷. É também do interesse do espírito dos mortos, porque durante o cerimonial do Kiki eles podem vir festejar junto com os vivos.”

A descrição da cerimônia do Kiki³⁸ é longa demais para se fazer aqui. Apenas é importante destacar que ela é realizada em três momentos, designados por “*primeiro, segundo e terceiro fogo*” onde homens, mulheres e crianças, do grupo, da aldeia e de fora deles vão participando de modo diferenciado, dependendo de suas posições na organização das metades e seções, bem como de seus papéis no cerimonial (rezadores, servidores, cantadores, dançarinos, convidados). Levando-se em conta estes detalhes da cerimônia, pode-se afirmar que todos os membros da aldeia, mais os convidados, incluindo as crianças, participam dele, de tal forma que:

“(…) através dela religam-se continuamente aos seus ancestrais, recuperando elos significativos da cultura, que o tempo costuma apagar, e ao realizá-la atualizam os traços fundamentais de sua organização, refazendo sua identidade pessoal e grupal na revitalização das seções e metades” (VEIGA, 1994, p. 179)

Quanto à vestimenta, normalmente eles andavam nus tanto os homens como as mulheres e crianças. Os homens em algumas ocasiões utilizavam uma espécie de fixa (tanga) formada de cordões de 12 a 15 centímetros, para ocultar os genitais. As mulheres, principalmente as mais jovens, relata Mabilde, no século passado, quando em contato com pessoas diferentes do seu grupo davam a perceber um certo sentido de pudor. No frio utilizavam mantas e camisas já indicadas anteriormente.

A “medicina” Kaingáng³⁹ era toda ela derivada do uso de plantas que eram utilizadas em enorme quantidade e das mais variadas espécies encontradas em seu meio. Conforme Maria C. de OLIVEIRA (1996, p. 96):

³⁷ Aqui a autora insere a seguinte nota: Essa explicação se aplica ao “Kiki” que era realizado no fim do período do luto. Como caiu em desuso o “Kiki” logo após ao final do luto, a cerimônia coletiva (anual, segundo alguns) passa a ter a dupla função: encaminhar o espírito ao seu destino, e recuperar os nomes.”

³⁸ Ver este detalhamento em VEIGA (1994, p. 166-174)

³⁹ Para uma análise mais detalhada e aprofundada desta questão remeto ao trabalho de Maria Conceição de OLIVEIRA (1966), principalmente o Capítulo III - Os “seres da natureza” e o sistema cultural de Saúde.

"Há toda uma série de terapêuticas preventivas e curativas empregadas pelo Kaingáng. O principal ponto comum que permeia as múltiplas terapêuticas é a noção de **Dieta**. Esta pode ou não ser acompanhada de "**remédios do mato**" e os mesmos, quando utilizados, "*pedem a dieta*", que faz parte do tratamento como um todo. A noção de que pode haver uma dieta para cada caso é essencial e há muitas vezes uma terapia específica para cada doente. Neste particular a importância do conhecimento dos especialistas é fundamental.

Os remédios do mato servem a muitos fins e podem ser compostos por folhas, cascas raízes, sementes, tubérculos, resinas, frutos, brotos e cinzas de madeira. A própria terra do mato virgem, onde estão os melhores remédios, pode ser utilizada para fins terapêuticos em compressa ou ingerida (filtrada).

Estas terapias utilizadas estão sempre relacionadas com todo o universo de práticas e explicação do mundo que os Kaingáng possuem. A mesma autora acima citada nos dá uma idéia de como isso se realiza quando afirma que a dieta normalmente refere-se aos cuidados com o corpo sempre envolvendo a idéia de prevenção e proteção. Assim ela se expressa:

"A dieta tem como principais características normas e restrições sobre:

- alimentos e bebidas que devem ou não ser ingeridos ou tocados;
- atividades físicas: esforços e repouso; intercurso sexual;
- atividades especiais: banhos, defumações, bafações (com a utilização de remédios específicos);
- pinturas corporais (a base de água adicionada à cinza de pinheiro para os da metade Kamé e à cinza de sete-sangria, para os Kairu);
- cuidados com a nominação e com o Nome (sendo que este além de fundamental na questão do parentesco e organização social é também essencial no sistema cultural de saúde e ciclos de vida);
- cuidados com o Ar (como força ignea) em contato com os elementos da natureza: água, ventos, relâmpagos, mato, etc.;
- cuidados com os olhos e com o olhar, como: o de não poder olhar ou expor-se ao sol e à lua, especialmente um recém-nascido e uma recém-mãe; o de esquivar-se do olhar de uma recém-viúva; o de evitar o uso de remédios que estão em espaços que possam ser "olhados" pelas pessoas, ou seja, que não estão protegidos;
- posturas e atitudes como, por exemplo, o modo correto de passar caminhando por viúva (o) enlutada (o);
- cuidados com o morto e com tudo que o cerca;
- necessidade de isolamento do restante do grupo no parto e na viuvez, havendo rituais de (re)inserção; " (Maria C. de OLIVEIRA, 1996, p.97)

Este elenco de atos e práticas compõem de maneira complexa uma "medicina" muito diversa daquela que vivenciamos e envolvem um conjunto de relações sociais e rituais que demonstram a complexidade dos atos terapêuticos.

Como se pôde perceber através desta descrição, os Xetá e os Kaingáng, como todos os homens em outras sociedades, tinham uma vida e uma convivência baseada em determinados padrões de regularidade. Tinha seus ritos de iniciação e outros rituais. Tinha uma organização social e política. Construíam suas moradias, alimentavam-se com o que conseguiam encontrar no meio em que viviam, produziam seus instrumentos, seus brinquedos, enfeitavam-se, cantavam, enfim viviam, como qualquer ser humano. Possuíam também explicações para o seu mundo, para o que lhes acontecia, e para o que havia acontecido num passado imemorial. No caso dos Xetá, devido o seu quase aniquilamento, enquanto um povo, não foi possível até o presente momento recuperá-las. Eram pois homens e mulheres que se relacionavam, criando o que era necessário para formar uma sociedade.

Como todos os homens que vivem em sociedade, também eles devem fazer parte da história da região em estudo, mesmo que não tenham utilizado da escrita para deixar a sua história registrada. O seu relato, entretanto, foi e continua sendo feito oralmente. Os seus descendentes são a expressão e a evidência viva da existência destes povos que pertencem à nossa história e que continuarão presentes, tanto quanto nós.

2. 4. O CONTATO COM O "BRANCO CIVILIZADO".

O contato entre os povos que viviam na região pode-se conhecer a partir dos relatos de viajantes e exploradores, bem como através dos mitos indígenas. Na região em estudo, o que se sabe é que os Kaingáng, desde o séc. XVIII mantinham a preponderância no território e eram temidos, tanto pelos Xetá, (designados como **kurotón** pelos Kaingáng) como pelos Guarani, estes inimigos imemoriais.

Os primeiros contatos com o homem branco ocorrem com o início da colonização espanhola iniciando pela viagem de Alvar Nuñez Cabeza de Vaca em torno de 1541-42. Posteriormente, com a presença dos jesuítas e com as reduções, (que talvez tenham sido o mais importante fato histórico nos séculos XVI e XVII), com a efetivação de 13 núcleos (missões), o contato foi mais intenso e deixou marcas profundas na vida destes povos. Conforme relatos da época, pode-se inferir que além dos Guarani havia também a presença de Kaingáng nestas missões.

Posteriormente, a presença dos bandeirantes foi fulminante no sentido de desarticular as missões jesuíticas e escravizar os índios. A preocupação com os indígenas durante o período colonial era a de ocupar as suas terras, subjugar-los e, se não fosse possível, eliminá-los. Sobre isso escreve PINHEIRO (1992, p.: 60):

“Na Colônia havia portanto uma consciência pública ambígua sobre as questões indígenas; de um lado aqueles que admitiam a violação da soberania indígena e, de outro, aqueles que achavam que o índio tinha direito de viver em seus territórios tal como determinavam os princípios de sua cultura.

Apesar de ser o indígena legalmente o soberano em suas terras, a necessidade de novas terras, a busca de riquezas naturais, a impunidade, a distância dos centros metropolitanos e a expansão dos domínios da coroa e dos agentes da conquista lançaram grande parte dos conquistadores no processo de esbulho das terras indígenas. Tal esbulho tomou a forma não só das terras e territórios conquistados mas também das terras dos aldeamentos. Formados em sua maioria nas terras indígenas, eles se transformaram paulatinamente em vilas, povoados e fazendas.”

Mas o mais significativo na esteira do contato, no sentido da conquista dos territórios Kiangáng, aparece através de um documento. Este documento, o mais importante que podemos assinalar no período anterior ao processo de (re)ocupação efetiva das terras da região em estudo, é a Carta Régia de 05 de novembro de 1808⁴⁰, assinada por D. João, e encaminhada a Antonio José da França e Horta, Capitão General da Capitania de São Paulo, que permite esclarecer, sem sombra de dúvida, uma declaração de guerra contra os índios, principalmente aos Xokleng e Kaingáng dos atuais estados do Paraná e Santa Catarina. É aquele momento em que o índio é reconhecido como um povo, uma nação, mesmo que seja em condições de aniquilamento. Esta carta faz vários considerandos interessantes de onde destaco alguns:

- (...) que se acham os Campos Gerais de Curitiba e os de Guarapuava, assim como todos os terrenos que desaguam no Paraná e formam do outro lado as cabeceiras do Uruguai (...) infestados pelos Índios denominados Bugres, que matam cruelmente todos os fazendeiros e proprietários (...)

- (...) que em todo o terreno que fica a oeste da estrada real, desde a Vila Faxina até a Vila das Lages, a maior parte das fazendas (...) se vão despovoando, umas por terem os índios Bugres morto os seus moradores, e outras com o temor que sejam igualmente vítimas (...)

- (...) e constando-me que os sobreditos campos e terrenos, regados por infinitos rios, são susceptíveis não só da cultura de trigos, cevadas, milho e de todas as plantas cereais e de pastos para gados (...) assim como também de muitas preciosas culturas, além de que se acham no mesmo território terras nitrogenadas e muitas minas de metais preciosos e de outros não menos interessantes;

- sendo-me também igualmente presentes os louváveis frutos que têm resultado das providências dadas contra os Botocudos, [em Minas Gerais] e fazendo-se cada dia mais evidente que não há meio algum de civilisar

⁴⁰ A transcrição desta Carta Régia está em SANTOS, Sílvia Coelho dos (1978, p. 19 e ss.)

povos bárbaros, senão ligando-os a uma escola severa, que por alguns annos os force a deixar e esquecer-se de sua natural rudeza e lhes faça conhecer os bens da sociedade e avaliar o maior e mais sólido bem que resulta da do exercício das faculdades moraes do espirito, muito superiores às phisicas e corporaes;

- tendo-se verificado na minha real presença a inutilidade de todos os meios humanos, pelos quaes tenho mandado que se tente a sua civilização e o reduzil-os a aldear-se, e gozarem dos bens permanentes de uma **sociedade pacífica e doce**, debaixo das justas e humanas leis que regem os meus povos, e até mostrando a experiencia quanto inútil é o systema da guerra defensiva; (destaque meu)

Depois destes considerandos, D. João afirma que sendo servido por estes e outros justos motivos, que por si só fazem suspender os efeitos de humanidade que com eles tinha mandado praticar anteriormente, ordena em seu primeiro item que:

“Deveis considerar como principada a guerra contra estes bárbaros índios; que deveis organizar em corpos aqueles Milicianos de Coritiba e do resto da Capitania de São Paulo que voluntariamente quizerem amar-se contra elles, e com a menor despeza possível da minha Real Fazenda, perseguir os mesmos Índios infestadores do meu território; procedendo a declarar que todo Miliciano, ou qualquer morador que segurar algum destes Índios, poderá consideral-o por quinze annos como prisioneiro de guerra, destinando-os ao serviço que mais lhe convier; tendo porém todo o cuidado em fazer conhecer entre os mesmos Índios, que aquelles que quizerem aldear e viver debaixo de suave jugo das minhas Leis, cultivando as terras que se lhes aproximarem, já não só não ficarão sujeitos a serem feitos prisioneiros de guerra, mas serão considerados cidadãos livres e vassallos especialmente protegidos por mim e por minhas Leis, protetoras de sua segurança e de sua propriedade.”

Desta carta podem-se fazer vários comentários que permitem entender o comportamento do poder central, entretanto creio que o texto já é claro o suficiente. Mas em resumo, pode-se afirmar que a política era a seguinte: aceitam as nossas normas e o nosso modo de vida ou então serão escravizados ou aniquilados.

Entretanto, logo em seguida, em uma Carta Régia de 02-12-1808, D. João reconheceu os direitos dos índios sobre os seus territórios, considerando como terras devolutas aquelas que haviam sido tomadas através das “guerras justas”. A guerra, no entanto, já havia sido declarada e uma vez os conflitos iniciados, não era uma nova carta régia que alteraria a situação de conflito entre os índios e os brancos. Afinal o território indígena estava sendo invadido e a violência era o seu elemento fundamental.

É importante também, aqui assinalar a presença de SAINT-HILAIRE (1964, p. 60/62) e o que escreveu sobre os Kaingáng em sua “Viagem à Comarca de Curitiba em 1820”, quando em visita à Fazenda Fortaleza:

"Fortaleza, por ocasião de minha viagem, era a fazenda que se achava mais perto das terras ocupadas pelos **selvagens**.

(...)

Disse-me o Sr. José Félix que entrara numa das casas desses índios e por ele tive confirmação do que me haviam contado na fazenda do coronel Luciano Carneiro: a casa era construída como a dos portugueses e encontrara ali considerável provisão de milho e feijão. Além dos tecidos do gênero (...) tomavam-se freqüentemente aos Coroados de Fortaleza arcos, flechas, machados de pedra, diversos vasos de cerâmica, cestas e colares de dentes de macaco. Mostraram-me uma panela que lhes havia tirado e **que se me afigurou tão bem feita como a dos paulistas**.

(...) segundo até aqui escrevi acerca dos coroados dos Campos Gerais, é evidente que, no seu estado **selvagem**, são eles superiores em inteligência, indústria e previdência a muitos outros povos indígenas, e talvez até em beleza. Dada essa circunstância, dever-se-ia pôr todo o empenho em aproximá-los dos homens de nossa raça e, após, encorajar os casamentos mistos entre eles e os **paulistas pobres**, os quais não poderão envergonhar-se do sangue indígena, uma vez que há longos anos ele corre em suas veias. Devo dizer, porém que é **mais fácil matar e reduzir os Coroados à escravidão**, do que despender tais esforços em seu favor" (destaques meus)

O que Saint-Hilaire demonstra, neste texto, é o pensamento de sua época sobre os indígenas. Pensamento europeu ilustrado, mas conservador como o da elite paulista. Denomina-os de "selvagens" mas reconhece que sabem fazer panelas "tão bem feitas como os paulistas". De que paulistas está falando? Daqueles paulistas pobres (caboclos) que deveriam ser encorajados a casar-se com os indígenas superiores a outros nativos brasileiros ou da elite com a qual conviviam? Demonstra, aí também, um grande desprezo pelos caboclos que já possuíam sangue indígena, para afinal colocar a base da política encetada durante muitos anos no Brasil, durante o Império e talvez até depois: morte ou escravidão e um pouco mais tarde a tutela através dos aldeamentos.

SEGUNDA PARTE

A (RE)OCUPAÇÃO
E O
DISCURSO “NORTE DO PARANÁ”

—

UM CONFRONTO DE MEMÓRIAS/HISTÓRIAS

“Sob a face sedimentada do passado, embaixo de uma máscara que sugere harmonia, estão contradições enterradas, como se fossem cartuchos de pólvora. Benjamin nos incita a acender o estopim de cada um deles.”

Leandro Konder

Como foi construído o discurso "Norte do Paraná"? Foi algo planejado e arquitetado com anterioridade por um grupo de pessoas que tinham esse interesse? Não. Foi-se formando à medida em que ia-se constituindo a sociedade burguesa neste espaço, que não constrói somente coisas, mas também idéias, imagens e representações.

Neste sentido, o que pretendo fazer, a partir de agora, é o *"estudo das mediações e da relação dialética entre, de um lado, as condições objetivas da vida dos homens e, de outro, a maneira como eles a narram e mesmo como vivem."* (VOVELLE (1987, p. 24).

Com a preocupação de discutir a visão presente no capítulo UM, sobre o processo da (re)ocupação das terras situadas ao norte do estado do Paraná, pretendo fazer com que venham à tona, trajetórias de grupos, bem como de personagens, e uma memória, até há pouco excluída e desfocada. Neste processo acredita-se que existem vozes que são *"(...) sombras invisíveis, traços quase apagados, sinais crepusculares dos que morreram para abrir seus caminhos."* (FOOT HARDMAN, 1988, p. 46).

Nesta mesma linha pergunto, utilizando-me de Walter Benjamin: *"Será que não há em vozes a que prestamos atenção, um eco de vozes agora silenciadas?"* (KOTHE, 1985. p. 154).

Existem muitas vozes que permaneceram silentes e que insistentemente continuam a falar. Há aquelas que são o suporte do poder vigente e aquelas que questionam esta versão. Como afirma Marc Ferro é necessário fazer, aqui, um "confronto de memórias" para estabelecer um "inventário dos silêncios", ou seja, colocar no mesmo nível, além das vozes que estão inundando o cotidiano da região em estudo, na ótica do capital, outras que foram sendo quase silenciadas. Como ele próprio afirma, consiste (...) *primeiramente em conhecer e confrontar as narrativas que a memória histórica conservou e compôs, mas sem identificar uma dessas narrativas como a única que secreta a verdade*".(FERRO,1989, p. 123).

Ao discurso de que a (re)ocupação foi pacífica contrapõe-se um outro discurso: o daqueles que sofreram a violência e a exclusão. Ao discurso de que a região situada ao norte do estado do Paraná foi e é um "Novo Canaã", um novo "Eldorado", contrapõe-se o discurso daqueles que chamavam a Av. Higienópolis, em Londrina, de "Lágrimas de Lavrador", pois ali moravam muitos fazendeiros.

Deste modo, o que se procura desvendar é o processo que transformou a (re)ocupação das terras situadas ao norte do estado do Paraná, em uma "história vigiada" no sentido que Marc Ferro utiliza. Para ele não são os políticos e o estado os únicos a vigiarem a história. *"Também o faz a sociedade, que, por sua vez censura e autocensura qualquer análise que possa revelar suas interdições, seus lapsos, que possa comprometer a imagem que uma sociedade pretende dar de si mesma"* (FERRO, 1989, p. 1).

Quais são os mecanismos utilizados para se escrever a história e, ao mesmo tempo, passá-la como única e verdadeira? Quais são as razões que fazem com que se queira vigiar uma memória determinada? Creio que seja a dominação e a manutenção do poder sobre os homens e as coisas. O que procuro apresentar é uma alternativa de análise sobre a (re)ocupação da região em estudo, e demonstrar que existem outras visões e explicações para os processos, que continuam a ser descritos e explicados como verdadeiras "tradições inventadas", no sentido que lhe confere Eric HOBBSBAWN (1984, p. 9), isto é

"(...) um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica automaticamente, uma continuidade em relação ao passado."

Parto do pressuposto de que um tipo de história desta natureza é um instrumento de poder pois "*(...) controlar o passado sempre ajudou a dominar o presente.*" (FERRO 1989, p. 1). Este poder se estabelece na medida em que procura produzir "silêncios" sobre o processo da ocupação e da (re)ocupação das terras hoje situadas ao norte do estado do Paraná. Estes "silêncios" procuram eliminar aquilo que de mais "negativo" aparece no processo desta (re)ocupação. Deste modo, pretende-se fazer esquecer a história das sociedades indígenas bem como a matança dos mesmos, os "coronéis" fazendeiros, os "grilos", os caboclos, os pistoleiros, os posseiros, e o banditismo; enfim, todo um conjunto de fatos que questionam a idéia de uma (re)ocupação racional, pacífica, moderna e progressista.

Para se estabelecer o inventário dos silêncios dessa história vigiada e de suas fantasmagorias, procuro desenvolver um confronto de memórias. Trazer à tona algumas destas vozes, é um trabalho político significativo, pois significa colocar no cenário a história dos excluídos, na medida que eles também devem estar presentes na cena da narrativa histórica, pois a história dos "pioneiros" está preocupada em realçar apenas as dificuldades e os sofrimentos dos que venceram na ótica do capital, isto é, dos que enriqueceram, e não daquela maioria que trabalhou para que tivesse sido gerada esta riqueza.

Quando se fala em história dominante, não se quer afirmar que só é a visão de quem domina, ela é também o olhar de uma parcela significativa da população que a aceita e a reproduz, assumindo-a integralmente, porque ela é preta de valores hegemônicos na sociedade brasileira.

Para uma análise desta realidade parti da preocupação metodológica de Walter Benjamin que é a de explodir o continuum da história, fazendo com que o presente

fique sempre numa posição crítica, querendo fugir da *"eterna repetição do mesmo"* procurando, de todas as formas, acertar as contas com o passado.

Como afirma diz Leandro KONDER (1989, p. 7) procurando esclarecer a posição de W. Benjamin:

"A história, tal como os homens a fazem, não é um movimento contínuo, linear: ela é marcada por rupturas e se realiza através de lances que, em princípio, poderiam ter sido diferentes. Isso não significa que a história seja absurda, que ela não faça sentido algum: significa apenas que seu sentido vem da ação dos homens e não pode ser pensado como se estivesse inteiramente dado antes de os sujeitos humanos agirem, isto é, antes de eles fazerem suas escolhas e tomarem suas decisões. O que tem acontecido até hoje não predetermina o que vai acontecer amanhã. O sujeito dispõe da possibilidade de surpreender .

(...)

O próprio acervo de conhecimentos laboriosamente acumulados pelos seres humanos, ao longo dos séculos, precisa ser constantemente reexaminado: não podemos deixar de nos apoiar nele, é claro, mas devemos olhá-lo com desconfiança e questioná-lo implacavelmente."

A proposta de Benjamin parte do pressuposto de que o passado nunca se entrega a nós facilmente, mas nos envia vozes, nos deixa sinais e pistas que temos que desvendar para poder redimir este passado de sua opressão e procurar realizar as possibilidades não realizadas. Mayakovsky pôde, de algum modo, sintetizar o que pensava Benjamin, quando afirmou que não se pode deixar que pisem nossas flores, matem nosso cão, roubem-nos a lua e arranquem a voz de nossa garganta.

A outra idéia muito cara a W. Benjamin é de que o historiador pode mergulhar em fatos isolados para, a partir deles, apreender o todo, ou em sua própria formulação: *"descobrir nos pequenos elementos o cristal da história total."* Pois, para ele, a história *"consiste em mergulhar tão profundamente num ponto qualquer do real, que ele abra a via a uma interpretação objetiva do mundo"*. Neste sentido, não farei uma análise extensiva da (re)ocupação da região hoje situada ao norte do estado do Paraná, mas tomarei alguns fatos, incidentes e eventos narrados exaustivamente, ou apenas pontuados que permitirão entender como se deu aquele processo de (re)ocupação.

É com a intenção de buscar desenvolver um olhar "desconfiado" sobre este passado, que deixou marcas e sinais no presente, que procurarei encontrar mais alguns "cartuchos de pólvora" possíveis de serem explodidos. Por outro lado, espero que esta seja mais uma contribuição para se conhecer melhor a história presente nesta região e de como as pessoas, os grupos e as classes sociais envolvidos atuaram e atuam nela.

Creio que a análise da ocupação e da (re)ocupação, em bases críticas, está se fazendo lentamente. Gostaria que ela fosse mais rápida, entretanto os poderes instituídos no interior dos organismos do estado (incluindo, aí, as universidades, museus e

os institutos de memória) e os de fora dele, (jornais, revistas, escolas particulares, etc.), possuem muita força no sentido de vigiar a narrativa histórica, expurgando todas as referências que se colocam contra a versão consagrada da historiografia paranaense. Além disso, os seus contingentes são muito mais organizados e maiores, por isso produzem silêncios significativos.

Sobre os silêncios produzidos por estes agentes, Marc FERRO (1989) indica algumas pistas para analisá-los. Numa tentativa de criar uma tipologia dos silêncios ele afirma que existem três grupos. Os do primeiro grupo são aqueles vinculados ao princípio da legitimidade, ou seja, à origem da legitimidade. Assim, quais são os elementos que legitimam diversos personagens em “pioneiros” ou em “heróis” do processo da (re)ocupação da região em estudo. O que é silenciado para que se mantenha este discurso?

O segundo grupo de silêncios é aquele que, envolvendo uma certa cumplicidade, é compartilhado com a sociedade que os interioriza, gradativamente, pelo ensino, pela repetição ou até pelo medo ou repressão. Aqui caberia destacar a violência praticada contra os índios na região, contra os posseiros e contra muitos outros personagens que nela viveram e, pouco a pouco, foram excluídos, silenciados, esquecidos. Escreve-se e divulga-se que o processo de (re)ocupação foi ordenado, planejado e pacífico, e como isto é repetido à exaustão, passa a ser assumido como verdadeiro, em cumplicidade com aqueles que escrevem a história do ponto de vista dos dominantes. Aqueles que viveram nos anos 30, 40 e 50 deste século, na região, têm plena consciência da violência praticada e para os que vivem atualmente, basta ler os jornais daquelas décadas e mesmo os atuais para se saber da existência destes fatos.

O terceiro grupo de silêncios é aquele que recusa lembrar as humilhações, os fracassos e aquilo que não deu certo, na trajetória individual ou grupal, ou empresarial. Este tipo de silêncio é muito significativo pois ele permite que não se utilize o passado para criticar a visão triunfalista de que todos tiveram oportunidades de vencer e só alguns conseguiram vencer na ótica do capital.

Estes silêncios são disseminados, internalizados e mantidos através dos livros escolares, dos meios de comunicação e das festas e comemorações; todos eles, normalmente controlados pelas instituições que constroem e mantêm uma memória histórica vigiada. A universidade tem sido uma das mais significativas “agências” de manutenção do discurso “Norte do Paraná” através de teses, dissertações, monografias e artigos dando uma aparência de cientificidade a este discurso hegemônico.

A. A REGIÃO COMO OBJETO DE ESTUDO

A análise do discurso "Norte do Paraná" remete obrigatoriamente à discussão da questão da região como objeto de estudo. Para analisá-la poder-se-ia inicialmente abordá-la sobre dois ângulos, conforme Paul CLAVAL (1987), ou seja, a região como noção objetiva e como noção subjetiva.

Quanto à concepção objetiva pode-se analisá-la do ponto de vista do solo, do clima, da vegetação, por tipo de exploração agrícola ou pecuária, por volume e características populacionais, ou então por indicadores econômicos, por divisão administrativa, etc. enfim, a partir de variáveis que podem ser cartografadas, isoladamente, ou em conjunto.

Quanto à concepção subjetiva, que se procurará analisar com maior profundidade neste trabalho, pode-se afirmar que é aquela baseada em elementos culturais, com base em idéias e imagens, criados no processo de sua ocupação física. Partindo deste pressuposto, seria importante encontrar expressões literárias, musicais ou, p. ex., uma certa maneira de se comportar, de falar, de proceder frente às diversas situações, enfim procurar algo que possa dar uma certa homogeneidade e uniformidade de atitudes, de maneira de pensar e agir que sejam pelo menos parecidas, e que diferem de outras regiões próximas.

Por outro lado, quando se fala em região, seja em que sentido for, significa afirmar que ela está inserida num sistema maior da qual é uma parte, portanto, deverá haver sempre algum critério que a limite, que a defina enquanto tal, isto é, enquanto uma parte de algo. Assim, poderíamos partir da definição mais geral que nos coloca Armand FRÉMONT (1980, p. 167):

"De uma maneira geral a região apresenta-se como um espaço médio, menos extensa do que a nação (...) mais vasto do que o espaço social de um grupo, e a **fortiori** de um lugar. Integra lugares vividos e espaços sociais com um mínimo de coerência e de especificidade, que fazem dela um conjunto com uma estrutura própria (a combinação regional), e que a distinguem por certas representações na percepção dos habitantes ou dos estranhos (as imagens regionais)".

Creio que aí estão alguns elementos que podem balizar a minha análise: a) a região faz parte de uma organização espacial maior; b) são lugares e uma espacialidade com determinada coerência e especificidade; c) é distinguida por determinadas representações.

A preocupação aqui será a de demonstrar que a região hoje situada ao norte do estado do Paraná, pode ser analisada objetivamente, conforme as variáveis e critérios acima colocados, mas analisá-la do ponto de vista subjetivo, presente no discurso

"Norte do Paraná", ou seja, a partir de um ideário que procura dar-lhe uma identidade, é uma empreitada que nos levará a analisar o que este discurso propõe, elimina e silencia. Neste sentido, é intenção demonstrar que o discurso "Norte do Paraná" foi se constituindo para, fantasmagoricamente, criar a impressão de que há uma unidade e homogeneidade ocasionando, por decorrência, o silêncio sobre a grande diversidade da região em estudo, seja nos aspectos físicos ou históricos.

Com referência aos aspectos físicos, creio ser necessário tecer alguns comentários quanto à constituição do solo. Quando se analisa o discurso "Norte do Paraná" há uma reiterada identificação da região em estudo com a terra roxa, procurando assim passar a idéia de uma homogeneidade do solo. Este é um dos elementos do discurso "Norte do Paraná" que busca unificar aquilo que é diverso.

Ao analisar um mapa com o levantamento de reconhecimento de solos do estado do Paraná pode-se observar que há dois grandes blocos de solos: os argilosos e os arenosos. Estes possuem menor fertilidade que aqueles. Numa escala de 0 a 50 os arenosos ficariam entre 3 e 5 e os argilosos entre 5 e 15. Entre os argilosos, encontram-se os solos derivados do basalto e entre estes há uma variação em uma escala de solos que vai desde aqueles com alta fertilidade até os de baixa fertilidade, com toxidade. Assim, os melhores solos argilosos se situariam, na mesma escala, entre 10 e 15 e os de baixa fertilidade entre 5 e 7.

Esta escala é importante de ser citada para que não se tenha a idéia tão reiterada que, na região em estudo estão "as terras mais férteis do mundo". Estas estariam situadas na escala entre valores 30 e 50. É necessário também afirmar que há uma relação muito intensa entre a fertilidade de um tipo de solo e o clima existente em uma dada região. A mesma constituição de um solo, situada em um clima que seja menos agressivo a ele (por exemplo, um pouco mais frio) pode torná-lo mais fértil do que num clima mais quente.

Quando encontramos no discurso "Norte do Paraná" as expressões que exaltam a fertilidade das terras no início da (re)ocupação, isto se deve ao fato que num ecossistema integrado, quando as matas ainda cobriam a maior parte da região em estudo, havia uma relação muito significativa entre todos os fatores intervenientes, de tal forma que propiciava aquela exuberância. Entretanto, devastada a floresta, o solo não tinha mais a mesma proteção e os mesmos elementos que o definiam como tal. Nas primeiras colheitas ainda se podia usufruir das condições iniciais de fertilidade, mas nas seguintes a produtividade das culturas ia decaindo porque as condições iniciais iam sendo degradadas.

Pelo que tenho conhecimento, estas diferenças de solos já haviam sido anotadas, pelo menos, desde a década de 1930, com Pierre Monbeig, seguidas depois pelos geógrafos e estudiosos especializados da década de 50. Entretanto, o discurso "Norte do Paraná", partindo de uma pretensa uniformidade territorial e pedológica, procura apagar toda a diversidade existente. Como um discurso unificador, parte da questão solo/território

para depois homogeneizar o social, o econômico e o político buscando silenciar, por questões ideológicas, a diversidade do real.

Colocadas estas questões, importa aprofundar mais ainda a análise do conceito de região. Para efeito deste trabalho, parte-se da idéia de Yves Lacoste (1988) que, ao analisar a concepção de Vidal de La Blache, afirma que o conceito de região é um **conceito obstáculo**, na medida em que não contribui, em termos teóricos, para iluminar uma determinada realidade, antes obscurece-a, escamoteando o real significado das relações sociais em um determinado espaço. Ao utilizar o conceito de região e delimitar territórios, La Blache descreve a "individualidade" e a "personalidade" de diversas regiões francesas, com tal ênfase e propriedade, que se tem a impressão de que estas divisões sempre existiram. Estas divisões são utilizadas e reutilizadas sem nenhuma crítica, como se fossem "verdades eternas". A partir daí é que começam a aparecer os obstáculos.

Inicialmente, pode-se constatar que o primeiro obstáculo é aquele que se expressa na construção de **geografismos**, a partir da aceitação da idéia de "região-personalidade", que podem ser entendidos como *"(...) metáforas que transformam em forças políticas, em atores ou heróis da história, porções do espaço terrestre (...)"*(LACOSTE, 1988, p. 65).

Os geografismos são muito comuns no cotidiano de uma dada realidade regional. Assim, pode-se ouvir, com frequência, que uma determinada região "reivindica", "luta", "produz", "debate", etc. A região passa a ter vida própria, e os homens e suas relações sociais desaparecem.

Quando se analisa a região em estudo, encontram-se muitos "geografismos", pois eles existem também reificando outros personagens criados que passam a ter vida própria. Este é o caso do CAFÉ, por exemplo. A idéia da "Marcha do Café", ou os "Caminhos do Café" ou então a "Civilização do Café" são termos usuais e até clássicos. Só que o café não marcha e nem caminha.

Um exemplo do que afirmei acima é o caso do encarte "Documento sobre o Café" intitulado - CAFÉ, O FORTE onde pode-se ler a seguinte afirmação:

"O café povoou o norte do Paraná, levantou cidades e acelerou o desenvolvimento econômico do Estado. Num contexto novo o café desencadeou, no Paraná, o mesmo progresso que promovera em São Paulo."⁴¹

Este enunciado é feito normalmente para tirar as pessoas, seus desejos e conflitos da cena histórica. Assim, pode-se falar de edificações, equipamentos, estradas, da produção, enfim, de quase tudo, mas pouco se fala da vida das pessoas, concretas, históricas e reais, ou seja

⁴¹ Folha de Londrina, 22/05/73

dos homens e das relações sociais que existiram e existem no processo de expansão da cafeicultura e na incorporação destas terras à produção capitalista.

Outra forma pela qual o conceito de região pode criar obstáculos a análise histórica, é quando se incorpora nele a idéia de **comunidade**. Assim, ao falar-se "Norte do Paraná" imprime-se a idéia que, desde o início da (re)ocupação, foi-se constituindo uma comunidade de interesses econômicos e políticos, onde todas as pessoas agem e pensam de uma mesma forma, procurando-se construir uma solidariedade que tem vínculos com a própria terra roxa. A expressão "pés vermelhos", utilizada para identificar os habitantes da região norte paranaense, talvez possa ser um exemplo recente, bastante simples, deste processo.

A construção da idéia de uma comunidade, uma mininação, tem por finalidade escamotear uma realidade que é contraditória e conflituosa, pois estruturada num sistema de classes. Entretanto, aos olhos de quem domina, é fundamental que ela pareça una, sem diversidade, sem conflitos, procurando-se, assim, apagar as contradições entre as diversas classes e frações de classe, presentes em seus projetos de vida e em sua vida cotidiana. O discurso "Norte do Paraná" permite e é utilizado para isso.

O conceito de região obstaculiza a análise crítica, porque também pode conduzir a uma visão parcelária da realidade social. Ou seja, ao não se levar em conta a totalidade na qual está inserida, pode-se cair numa análise restrita de uma determinada espacialidade e, nela procurar encontrar todos os elementos que a expliquem. Ora, esta conduta permite explicar uma determinada região por si só.

Na medida que se entende que, a região situada ao norte do estado do Paraná, é uma região que foi ocupada recentemente pelo capital, dentro de um contexto mais amplo que a define e a explica. Pode-se dizer que ela faz parte de um todo, que é o modo como o capital se desenvolve e se reproduz no Brasil, no processo de sua constituição histórica, em suas relações com o restante dos outros países.

Pensar esta região como parte de uma totalidade não é querer explicá-la por aquilo que lhe é externo, pois como afirma Karel KOSIK (1969, p. 42):

"A compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada acima das partes, visto que o todo cria a si mesmo na interação das partes."

Unindo-se esta questão, com a anterior que é a da homogeneização, através da idéia de comunidade, pode-se entender, com facilidade, porque surgem, desde meados dos anos 30 deste século, propostas separatistas na região situada ao norte do estado do Paraná.

Ao discutir a idéia de região, estou colocando a questão em torno de um eixo: quem tem poder no interior de um determinado território. Neste sentido é importante destacar e analisar a etimologia da palavra "região".⁴² A raiz mais remota de que temos notícia desta palavra é da língua sânscrita: "RAJ" com o significado de ser rei ou chefe, de dirigir, governar. Surge dela o substantivo, também sânscrito, "RAJ" com o sentido de rei, soberano, chefe. De raiz sânscrita, o latim tem o verbo "REGERE" que significa, conservar em linha reta, guiar, conduzir, governar, reger, traçar as fronteiras (sentido físico e moral). Daí também aparecem, entre outras, "RECTIO, RECTIONIS" com o sentido de administração e governo e "REGIO, REGIONIS" com significado de linha reta, direção, limite.

Quando se fala em região, a ênfase está pois no **domínio** de um território, no domínio sobre as coisas e as pessoas, e não simplesmente na delimitação de um espaço. A delimitação só tem sentido enquanto espaço de dominação. Ao se delimitar, pois, um determinado espaço, como a região em estudo, e escrever e falar sobre ele, está-se imprimindo, a partir desta noção, todo um conteúdo que visa definir quem domina e em que espacialidade. Ou seja, estamos colocando a questão no interior da discussão sobre o regionalismo, expressão política da região, pois conforme Antonio Carlos Robert MORAES (1991, p. 103):

"(...) o regionalismo se perpetua como preconceito, como expediente de dominação mais fecundo quanto for o atraso da área de sua aplicação. Os mapas eleitorais podem ilustrar com clareza esta afirmação. A identidade regional dificulta o estabelecimento de laços de solidariedade de maior consistência político-social (por exemplo, de consciência de classe), e assim ajuda na fragmentação dos interesses populares. E ainda age na criação de nexos ilusórios entre os co-habitantes da região, sendo um eficaz veículo de manipulação política das massas. Constata-se a lógica comum do regionalismo e do clientelismo: a parcelização das demandas sociais, a ação sobre a parte (numa afirmação da auto-identidade desta)."

Este saber que se mantém através da manutenção do discurso "Norte do Paraná", é um saber determinado, delimitado e vigiado, que cumpre a função de fazer com que se mantenha o poder nas mesmas bases desde o início da (re)ocupação. Assim temos **um objeto de saber** e **um espaço de poder**: a região situada ao norte do estado do Paraná.

Como a idéia de região antecede a de regionalismo, já traz em si os elementos definidores deste. Assim, é necessário definir claramente, mesmo que seja cartograficamente, a região para que se definam os "territórios" de dominação e de reivindicação. Neste sentido, é importante analisar, mais de perto, a expressão política da

⁴² Para a análise da etimologia da palavra região tive os préstimos do Prof. Dr. João Francisco Gonzalez, na época vinculado ao departamento de Letras da Universidade Estadual de Londrina.

região: o regionalismo. Iná Elias de CASTRO (1992, p. 15) encaminha a questão quando afirma:

"Numa economia de mercado, de competição historicamente imperfeita, o sistema político é visto como o veículo legítimo das aspirações e reivindicações regionais. Sob esta ótica, a presença de uma atividade política regional, mesmo fraca, é percebida como o único meio capaz de obter decisões favoráveis a grupos sociais localizados em regiões específicas."

Para a autora, que se refere ao regionalismo nordestino, este aparece como uma construção intelectual de suas elites conservadoras. Creio que, neste sentido, se pode falar em um regionalismo norte-paranaense como uma construção fantasmagórica que tem expressão no discurso "Norte do Paraná", com uma ressalva: os regionalismos podem ser uma construção intelectual das classes dominantes, entretanto, eles são incorporados pelas outras classes sociais e frações de classes existentes na sociedade, que reproduzem este discurso e desenvolvem uma prática e uma sensibilidade que apoiam e desenvolvem aquela construção.

Corroborando com esta autora, Ann R. MARKUSEN (1981, p. 83) esclarece:

"Mesmo que uma causa regional seja econômica na sua natureza, seu objetivo é político, uma vez que ela se torna regionalizada precisamente através de uma reivindicação frente a uma instituição do Estado para uma mudança no tratamento das questões regionais. Assim, o Estado e suas relações políticas fornecem a chave para uma caracterização do regionalismo."

Ruben George OLIVEN (1993, p. 81) ao discutir a posição de Ann Markussen assinala que:

"O regionalismo estaria associado à emergência do Estado e a uma configuração territorial que este assumiu historicamente. A dimensão política desempenha um papel fundamental na definição do regionalismo, pois embora uma causa regional possa ser somente econômica na sua natureza, seu objetivo é político, já que ela se torna regionalizada justamente por intermédio de uma reivindicação face a uma instituição do Estado visando uma modificação no tratamento das questões territoriais."
 "Temos assim um fenômeno que é essencialmente político em sua definição e que se caracteriza também por desigualdades sociais, mas que se articula mobilizando sentimentos coletivos e veiculando identidades e ideologias associadas a memórias sociais. Passamos, pois, do campo do político e do econômico para o da cultura, no qual a dimensão simbólica desempenha um papel preponderante."

Procurando ampliar a questão colocada acima, Pierre BOURDIEU (1989, p. 124) afirma:

"O regionalismo (ou o nacionalismo) é apenas um caso particular de lutas propriamente simbólicas em que os agentes estão envolvidos quer individualmente, e em estado de dispersão, quer coletivamente e em estado de organização, e em que está em jogo a conservação ou transformação das relações de forças simbólicas e das vantagens correlativas, tanto econômicas como simbólicas; ou, se se prefere a conservação ou a transformação das leis de formação dos preços materiais ou simbólicos ligados às manifestações simbólicas (objetivas ou intencionais) da identidade social."

Se o regionalismo é um dos campos onde se efetivam as lutas políticas, econômicas e simbólicas, pode-se perceber, aí, a questão de como a construção de uma visão histórica sempre está em constante luta para controlar o imaginário contido no discurso "Norte do Paraná".

Antonio Carlos Robert MORAES (1991, p. 101) ao desenvolver a sua análise sobre isso coloca claramente a questão:

"O clientelismo e sua conseqüente lógica provinciana, é a base social objetiva do sucesso das ideologias regionalistas no Brasil. A construção de identidades regionais é uma manifestação plena daquele campo cultural que se está denominando de ideologias geográficas. O estabelecimento de laços entre os indivíduos tendo por referência os locais de origem ou de residência atua no sentido de criar falsas comunidades de interesses, veiculando uma ilusão de identidade sem referência social objetiva. As desigualdades de classe diluem-se na identidade regional. Os valores chauvinistas do nacionalismo são recuperados numa escala mais restrita. Uma mentalidade corporativa de base espacial acaba sendo gerada, e um **corporativismo regional** bastante eficaz na política brasileira."

Região e regionalismo se confundem, na medida que falar de um significa automaticamente remeter ao outro. Neste sentido, ao falarmos sobre região uma das questões que se pode levantar é o "preconceito homogeneizador" conforme utiliza Marcos SILVA (1992, p. 61). Assim quando muitas pessoas referem-se, por exemplo, aos "nordestinos" ou aos "pés-vermelhos" (estes referindo-se aos que vivem na região situada ao norte do estado do Paraná), fazem uma redução da complexidade e diversidade destes personagens. Eles são destituídos de seus quereres particulares, são espoliados de suas experiências, de suas relações individuais ou grupais e incluídos numa "camisa de força" e carimbados como tais.

Por outro lado, ainda segundo o autor acima, este preconceito homogeneizador, pode também servir como efeito aglutinador de pessoas que se reconhecem como tais, principalmente quando estão fora de seu espaço de origem. No caso que estou analisando, isso fica evidente quando as pessoas oriundas da região norte do

estado do Paraná se deslocam para a capital do estado, em função da indicação para cargos públicos, devido a presença de governadores oriundos daquela região. Eles são estigmatizados como "pés vermelhos", encontrando-se numa situação constrangedora. Entretanto, isso os une contra os "coxas brancas" (referência pejorativa aos habitantes de Curitiba). Há aí, o caso típico, de identificação pelo seu contrário.

Antonio Carlos R. MORAES (1991, p. 102) ao analisar esta relação entre lugares esclarece muito bem a quem serve este discurso:

"O discurso regionalista aparece como um daqueles que tomam os processos sociais qualidades do espaço. Seu argumento básico reside em se tomar as relações entre pessoas e classes como relações entre lugares. Avalia-se: São Paulo explora o Nordeste. Esquecendo-se que lugares não são sujeitos. Somente pessoas podem explorar lugares e pessoas. E mais, o capital (que, cabe lembrar, não é uma coisa mas uma relação social) é extremamente móvel e circula velozmente (no espaço e fora dele). Os interesses da burguesia, independente do domicílio de seus agentes que a personificam, migram com a aplicação do capital, espalham-se. E, no processo de concentração e centralização que lhe é inerente, tendem a se desregionalizar."

Como vimos, até o presente momento, são várias as possibilidades de se analisar a questão regional e do regionalismo. Para efeito deste estudo privilegiaremos, conforme Francisco de OLIVEIRA (1977, p. 27)

"(...) um conceito de região que se fundamente na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classe peculiar a essa forma e, portanto, também nas formas de luta de classes e do conflito social em escala mais geral."

Levando em conta o mesmo autor, adoto o seu ponto de vista e aceito que uma região deve ser entendida como

" (...) o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e por conseqüência uma forma especial da luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição". (OLIVEIRA, F., 1977, p. 29).

Assim, a região em estudo, não pode ser delimitada espacialmente, sob a ótica do processo de produção, circulação, consumo e troca de mercadorias, no contexto de uma conformação capitalista pois, como sabemos, o capital, enquanto uma relação social contraditória, não

tem uma espacialidade definida; a produção e o consumo ocorrem em diferentes espaços que se interligam numa trama infinita, impossível de ser reconstituída.

Em outros termos, é necessário compreender que as relações que se desenvolvem em determinado lugar ou região não se esgotam nela, mas produzem como que ondas que penetram outros tantos lugares, como também sofrem a ação de outras ondas que possuem seu epicentro em outros pontos. O café ou a soja produzidos em determinado lugar, no contexto de determinadas relações sociais, já no momento que os indivíduos decidem plantá-los, estão impregnados de informações de outros lugares, e não somente daquele em que será efetivamente plantado. Isto serve para todos os outros momentos da produção.

Para que não haja dúvida, reafirmo que estou diferenciando a **região situada ao norte do estado do Paraná** (que pode ser mapeada, cartografada, delimitada das mais variadas formas e critérios), da construção discursiva **"Norte do Paraná"** que traz em sua enunciação um conjunto de idéias/imagens que expressam uma determinada visão de mundo e de história, como já vimos anteriormente.

B. A POSSIBILIDADE DE UMA HISTÓRIA REGIONAL.

Não se pretende, aqui, fazer uma discussão ampla sobre a possibilidade de uma história regional, pois não é o objeto deste trabalho. A preocupação é apenas colocar algumas questões, a partir das referências até então postas, principalmente depois que se analisou o uso do conceito de região e regionalismo.

Antes de mais nada, é necessário afirmar que todas as ações humanas se realizam numa determinada espacialidade, portanto, não pretendo ficar naquela posição generalizadora, que as atividades humanas contemporâneas se dão, no contexto da sociedade capitalista, sem especificar em que condições e em que espacialidade (que é uma das condições) elas ocorrem. Designar esta espacialidade de "região" e a história dos homens que vivem nela de "história regional" é assumir os riscos e as vantagens aparentes decorrentes.

Pretendo assumir a perspectiva de que a "História Regional" por mais crítica que possa ser, está sempre ligada ao discurso regionalista e aos regionalismos. Ao assumir a idéia de "região", no caso específico do espaço situado ao norte do estado do Paraná, creio que se define um referencial fixo, ahistórico, instituindo um saber e um discurso consubstanciado na "história regional do norte do Paraná". Primeiro cria-se a "região norte do Paraná", com limites fixos e estáticos, depois cria-se uma cronologia, isto é, tem uma origem e um transcurso histórico, mais tarde define-se a identidade com base

numa homogeneidade pretendida. A “história regional do norte do Paraná” assim, é mais um discurso que legitima a construção “Norte do Paraná” e as relações de poder que a instituiu.

A legitimação retrospectiva procura sempre as origens da região: quem foram os primeiros moradores, os “pioneiros”, o que encontraram quando chegaram, quais foram os dissabores e quanto lutaram para se fixar na terra, como construíram as suas habitações etc. Estes elementos definem a “região” com uma territorialidade prévia. E esse recorte espacial fixo, consagrado, muitas vezes imaginário, legitima um recorte historiográfico, como também o lugar dos historiadores que o desenvolvem e o defendem, criando assim verdadeiros nichos de saber e “especialistas” na defesa daquela historiografia “regional”. Isso vale para o “Nordeste”, para o “Oeste Paulista”, para o “Paraná”, para o “Norte do Paraná” e para muitas outras “regiões”.

No estado do Paraná, a construção de uma História Regional, foi uma preocupação deste o início deste século. Os trabalhos de Sebastião Paraná e de Romário Martins, entre outros, são uma evidência disso. Na metade deste século e no interior da produção universitária, esta foi também uma linha desenvolvida por Brasil Pinheiro Machado, sobre quem seria importante tecer alguns comentários.

Em 1951, Brasil Pinheiro Machado, publicou “Esboço de uma Sinopse da História Regional do Paraná” onde procura fazer uma análise da história regional. Parte de certos conceitos weberianos, e com base em Carl F. Philipp von Martius e João Ribeiro, desenvolve toda uma teoria para dar conta da história do Paraná. De Von Martius retira a idéia de que a história de um povo, de uma nação, enquanto história interna, é formada por histórias regionais que, por justaposição, formam a história básica de um país. De João Ribeiro, que aceitava os pressupostos de Martius, assume a idéia da existência de **células fundamentais** que, ao se multiplicarem, formariam o tecido da sociedade brasileira. Como nos diz Brasil Pinheiro MACHADO (1987):

“Aí estão os fundamentos da história interna do Brasil, que é um conjunto de histórias regionais, isto é, que se faz, ao mesmo tempo, em diferentes pontos do território, e por múltiplos estímulos.” (p. 182)

(...)

“A história do Paraná é, pois, um capítulo da história regional do Brasil” (p.183)

(...)

“A história do Paraná é, primeiro, uma continuação natural da história regional de São Paulo, com o centro de comando fora de seu território. Só adquire individualidade, ou melhor só se constitui em história regional, quando o centro de comando passa a agir dentro do seu próprio território” (p. 195)

Partindo destes pressupostos, propõe que a história do Paraná deve ter 22 capítulos, desde o estabelecimento dos primeiros portugueses na costa Sul do Brasil até os anos 50 deste

século, quando escreve o referido trabalho. Assim, a História do Paraná inicia-se no século XVI e continua até hoje. Inicialmente, colocaríamos uma primeira questão: não seria um anacronismo pensar uma história do Paraná mesmo antes que ele tenha existido como tal? Mais adiante retomaremos a este ponto.

Trinta anos depois, em "O Estudo da História Regional (Uma Nota Prévia)", procura aplicar o seu método a uma pesquisa específica. Neste trabalho, Brasil Pinheiro MACHADO (1981), deixa bastante claro que sua proposta teórica abrangeria apenas "*as formações econômicas pré-capitalistas e tradicionalistas*" ou "*a formação histórica do que já se chama de o Paraná tradicional*". Se nos fixarmos nessa temporalidade e espacialidade, pode-se dizer que a proposta teórica pode ser explicativa para alguns desses processos, sem discutirmos os seus fundamentos teóricos e metodológicos. Entretanto, seria muito difícil defendê-la como modelo explicativo e analítico para a (re)ocupação da região, hoje situada ao norte do estado do Paraná, pois a velocidade com que se implantaram as cidades e foi feita a (re)ocupação, ora ordenada, ora e desordenadamente, dependendo dos personagens envolvidos, bem como os interesses em jogo, não permite que o conceito de comunidade explique esta dinâmica.

Cecília Maria Westphalen, ao discutir a questão da História Nacional/História Regional parte da seguinte pergunta: é possível fazer uma História Nacional com amplitude e profundidade sem ter primeiro construído as múltiplas histórias regionais? Para respondê-la recorre a Brasil Pinheiro Machado, para quem o conceito de História Regional no contexto da História do Brasil pode ser entendido

(...) como a história dos grupos humanos regionais, com a adoção, portanto de um regionalismo social, global, e não apenas político-geográfico, e considerando que cada uma das histórias regionais tem uma ambientação que a diferencia das outras, usando-se o termo ambientação no sentido de caracterização do espaço social." (M.C. WESTPHALEN, 1977, p. 30)

História Regional, por ela conceituada, inclui a idéia de **região histórica** que tem, como instrumento fundamental, o conceito de **comunidade**, na medida que a formação da sociedade brasileira não é monolítica, unitária ou indiferenciada, mas um conjunto de formações regionais que se desenvolveram a partir de motivações diversas, muitas vezes auto-suficientes, criando modos de vida diversos.

Para a autora, este é o ponto fundamental de Brasil Pinheiro Machado sendo que as histórias regionais seguem o seguinte modelo:

" 1.- O início do povoamento é assinalado pela formação de um núcleo colonizador, um centro social de irradiação, uma cidade ou uma vila.

2.- A expansão da comunidade, ou seja a expansão dirigida desse centro, de onde resulta a conquista, pela posse de determinado território.

3.- A constante subordinação social e política dos núcleos à resultante da expansão do centro social inicial, de modo a formar um conjunto." (WESTPHALEN, 1977, p. 30)

Deste modo, a história regional nada mais é que a história da comunidade regional, necessitando que se tenha uma compreensão do regionalismo global. Ao mesmo tempo, procura esclarecer que não há nenhuma contradição entre a história total (o todo nacional) e as histórias regionais (as partes-regionais). Assim, a História do Brasil não seria mais nada que o *"eco da história das comunidades regionais, assim a paulista, a mineira, e outras"*. (p.32) Toma-se, assim, o nacional como o todo e o regional como as partes. Isso fica muito claro quando ela reafirma: *"Hoje, porém quando se objetiva uma história total, ela há que considerar as histórias regionais diferenciadas, medir as distâncias entre o todo-nacional e as partes-regionais, e, sobretudo, as suas diferenças de ritmo."* WESTPHALEN (1977, p. 31)

Parece-me, à primeira vista, que esta visão está carregada da idéia de que o território define uma espacialidade e uma historicidade específica para as pessoas, grupos e classes que ali vivem. Além disso, o que se propõe é uma somatória de histórias regionais, que podem ter, no máximo, uma diferença de ritmos.

Para referendar o seu ponto de vista, C.M. WESTPHALEN (1977, p. 32) cita parte de um artigo de Bento Munhoz da Rocha publicado no jornal **Estado do Paraná** em 13 de nov. 1973:

"Nação e região, nacionalismo e regionalismo, não entram necessariamente em conflito. Entram em conflito o regionalismo vesgo, o regionalismo exclusivista, o regionalismo mundo-fechado, e o nacionalismo centralista e igualitário. O regionalismo, como alta expressão de criação cultural e de caracterização, deve ser cultivado, para que o Brasil não perca a autenticidade de sua civilização, feita de legítimas variedades regionais que se integram através do espírito, a um tempo unitário e plástico, de sua cultura"

Esta mesma postura pode ser vista no trabalho de Gilberto de Mello KUJAWSKI (1985, p. 114), onde procura analisar a existência de uma personalidade regional paulista:

"Não há dúvida de que a categoria de Nação toma-se uma idéia vazia e abstrata, quando não se dá conta de que ela é formada pela incorporação de unidades menores já preexistentes. Estes elementos prévios (reinos, condados, principados e outras 'regiões') é que dão corpo à realidade nacional como um todo. Pretender que Nação e região se excluam, significa recair no culto da Nação como entidade mística e impalpável, aquela mesma que a esquerda chama de 'unidade imaginária', e que teria razão de criticar. O certo é que Nação e região não se excluem: as regiões

formam a substância viva da Nação, e esta constitui a forma que possibilita sua coexistência numa unidade superior”

Conforme Sandra J. PESAVENTO (1990), estas propostas desenvolvem a questão analisando a região como uma mininação, onde a idéia de regional e de nacional se confundem desenvolvendo uma análise histórica de cunho extremamente conservador que busca preservar uma estrutura econômica determinada, visando os interesses das classes dominantes, que não pretendem o poder a nível nacional, mas sim, regional e localmente. Além disso:

(...) cada grupo que ocupa o poder procura constituir, para si, um quadro de intelectuais que se encarrega de elaborar e difundir a ideologia, legitimando e solidificando a posição hegemônica daquele grupo e dando coesão ao corpo social. Criadores da ideologia da classe dominante, responsáveis pela produção científica, os intelectuais atuam no seio da sociedade civil (partidos, igreja, sindicatos, sistema educacional, atividades culturais) bem como da sociedade política, como administradores, funcionários, militares, políticos.

(...)

Neste sentido, pode-se dizer que a história foi sempre um dos campos preferidos de recrutamento desta categoria de intelectuais defensores do sistema, uma vez que se desincumbe da tarefa de resgatar para a classe dominante um passado que a enobreça, pleno de atos de bravura e honradez aos quais no presente ela dá continuidade. Como herdeira deste passado, no qual pontificam heróis, personagens das camadas privilegiadas, a classe dominante apresenta, através da história regional, a visão que possui de si mesma: digna, justa, merecedora da posição que ocupa.” (PESAVENTO, 1990, p. 72/73)

As palavras da autora sintetizam a ação de muitos intelectuais nos mais diversos estratos da sociedade civil e dos aparelhos do estado, principalmente professores no interior da academia.

A questão da história nacional/regional só pode ser equacionada se se entende que a história da sociedade brasileira, p. ex., é entremeada de elementos externos e internos, que numa inter-relação constante entre si e, dependendo das condições anteriores de sua ocupação e dos processos e relações sociais (relações entre as classes e as frações de classes em seus vários níveis) que se desenvolveram, geraram determinadas configurações similares ou não, que podem ser olhadas no seu conjunto maior ou enfocadas em detalhes.

Antonio Carlos Robert MORAES (1991, p. 167) referindo-se ao discurso geográfico, mas que se aplica a uma determinada visão histórica que defende os pressupostos de uma história regional aqui criticada, afirma:

"Meio, paisagem, ambiente, território, região, são todos conceitos tomados a outras áreas do conhecimento e recontextualizados no discurso geográfico num sentido que se presta bastante a práticas reificadoras. Mesmo sem acentuação finalista do determinismo (...) apresentam um enfoque, se não diretamente naturalizante, pelo menos altamente coisificador com respeito aos processos sociais. A qualificação das sociedades pela sua espacialidade aparece como expressão clara de tal enfoque, a naturalização das fronteiras e das nacionalidades serve bem como exemplificação histórica."

Existem também muitos trabalhos historiográficos que aparecem como sendo discussões sobre o Brasil, quando na verdade, são estudos e discussões sobre uma realidade que se desenvolveu em São Paulo e no Rio de Janeiro, com validade para aquelas situações, com as peculiaridades devidas, que não podem ser generalizadas para o Brasil como um todo e mesmo assim levam o nome de História do Brasil.⁴³

Outros, no entanto, propõem-se "regionais" e não escondem isso. Alguns estudos sobre o Nordeste e sobre o Rio Grande do Sul procuram delimitar claramente os seus objetos aos contornos geográficos, culturais, etc. e talvez sejam os mais expressivos desta posição.

Há, por outro lado, outros trabalhos, como os de Geraldo MÜLLER (1980) ou José Vicente Tavares dos SANTOS (1978) que procuram desenvolver a análise fazendo sempre uma relação entre o que é "local" ou "regional" e que o que é mais geral, isto é o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, demonstrando as relações intrínsecas entre os diversos níveis da realidade, em seus diversos momentos, sem deixar de fazer parte de uma mesma totalidade extremamente diversa.

Geraldo MÜLLER (1980) ao analisar o processo de estagnação e incorporação da Baixada do Ribeira/SP, afirma que os estudos sobre questões regionais, alguns utilizando a categoria genérica "capitalismo", homogeneizam as diversidades e os conflitos existentes nas relações sociais que essas regiões apresentam; outros, utilizando-se da categoria "subdesenvolvimento regional", contrapõem-se à situação de outras regiões mais desenvolvidas/subdesenvolvidas, creditando este fato às características das próprias regiões. Tendo em vista isso, o autor afirma:

"Enquanto a primeira perspectiva peca pela construção científica mecanicamente dedutiva, de cima para baixo, a segunda padece do que poderíamos chamar de "imanentismo geográfico", expressão do zelo e do zelo para com as "forças internas".

⁴³ Alguns exemplos desta afirmação são os trabalhos de FERREIRA, Maria Nazareth **A Imprensa Operária no Brasil 1880 -1920**. Petrópolis: Vozes, 1978 e o de RODRIGUES, Leôncio **Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1966.

(...) estes estudos tentaram energeticamente vencer a diferença entre o geral e o particular, entre a sociedade e seu modo comunitário de aparecer. A rigor, tanto uma perspectiva como a outra mostraram-se prisioneiras da realidade imediatamente dada, por mais genéricos que fossem seus conceitos iniciais. Mesmo assim, reavivaram um problema fundamental: a divergência entre uma teoria geral da sociedade e a investigação social empírica."

(...) [estes estudos] trazem, inevitavelmente à baila a questão da **relação entre a essência do movimento e sua aparência, ou seja, da existência como uma relação essencial. A essência não só tem que aparecer, como o que aparece mostra o essencial. Mas essa trajetória requer uma construção, uma reflexão, que passa pelo aparecer imediatamente dado, vale dizer, que requer pesquisa para surpreender nele a essência.** (MÜLLER, 1980, p. 12/15) (destaque meu)

Partindo desta última afirmativa Geraldo Müller, analisa como ocorreu o processo de (re)ocupação da área estudada, sua incorporação à economia nacional desde o final do século XVIII até o final do século XIX, quando se inicia o processo de estagnação. Num segundo momento partindo do que acontece (aparência) na região em estudo, procura desvendar a essência deste processo de (re)incorporação, agora sob a ótica da presença hegemônica do capital industrial, demonstrando que o mesmo desenvolve-se de modo contraditório, permitindo a diversidade de relações sociais no seu interior.

José Vicente Tavares dos SANTOS (1978) ao analisar os colonos, imigrantes italianos da serra gaúcha, mais especificamente um núcleo colonial (São Pedro) em Bento Gonçalves/RS, desenvolve um estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. Procura desvendar quais foram as condições históricas que permitiram a produção de uma forma determinada de reprodução da vida social camponesa. Ou como ele afirma:

"A tarefa será complexa na medida em que descarta, desde logo, a caracterização do camponês como uma classe social. O conceito rigoroso de classe social pressupõe uma apropriação do trabalho excedente, gerado por uma classe de produtores diretos, por outra classe de não-produtores, no próprio interior do processo de trabalho. No modo de produção capitalista, constituem-se uma classe de produtores expropriados de seus meios de vida e produção e uma classe de proprietários do capital que vão se apropriar da mais-valia gerada no processo produtivo. No caso do camponês, a apropriação do trabalho excedente do produtor direto não se verifica no interior do processo de trabalho mas é realizada pelo capital, mediante um conjunto de determinações que subordinam o processo de trabalho camponês. Contudo, ainda que o capital domine e determine este processo e dele extraia continuamente o trabalho excedente, nem por isso o desestrutura. Ou seja, tentarei reconstruir a especificidade do processo de trabalho camponês reproduzido historicamente pelo modo de produção capitalista. (SANTOS, 1978, p. 2)

José Vicente T. dos Santos, a partir desta perspectiva analisa como, historicamente o trabalho dos produtores de uva da região serrana gaúcha, foi sendo articulado às grandes produtoras vinícolas do Rio Grande do Sul, que possuíam ligações com o capital industrial a nível nacional e internacional, sem no entanto desestruturar a base produtiva pré-existente.

José Vicente T. dos Santos e Geraldo Müller fazem uma análise restrita a uma espacialidade que se pode chamar de "regional" porque delimitada a uma determinada área territorial, mas não limitam a análise somente ao que aconteceu nelas e como se desenvolveram as relações sociais e econômicas naquele espaço. Vão além, e relacionam o que ali acontece com o processo mais amplo do capital em nível nacional.

Estes autores analisam a questão regional como um processo onde o capital industrial é dominante, mas que não homogeneiza, obrigatoriamente, os espaços econômicos e sociais subordinados, pois é de sua essência desenvolver-se contraditoriamente e de modo desigual. Permitem também evidenciar que é no espaço vivido do dia a dia das pessoas que todas estas coisas acontecem, isto é, no aparecer das relações sociais cotidianas é que podemos pesquisar e apreender a essência dos fenômenos que configuram as relações mais amplas do capital. Eles também mostram um caminho metodológico para analisar os pequenos proprietários em outras regiões, levando-se em conta as especificidades de sua produção e da inserção delas no processo de trabalho e expropriação desenvolvido no interior do capitalismo em épocas e espaços diferenciados.

A perspectiva aqui criticada é de que quando procura-se fazer uma "história regional", define-se primeiro "a região", isto é um território, um espaço *a priori* e, a partir de então, remete-se à origem desta região num anacronismo exacerbado, pois pode-se chegar ao início de todas as coisas, quando o mundo foi constituído, esquecendo que, uma região ou uma época não préexistem aos enunciados que os exprimem e tampouco às ações, processos e estruturas sociais que lhe dão configuração própria.

C. DELIMITAÇÃO E SUBDIVISÕES DA REGIÃO EM ESTUDO.

A primeira questão a se colocar é procurar saber quais os limites do território da região em estudo a que o discurso "Norte do Paraná" se refere. Ao desenvolver os capítulos desta unidade estarei demonstrando a historicidade da construção "Norte do Paraná" bem como das delimitações da região em estudo, pois conforme Sônia M.L.S. ADUM (199, p. 146):

(...) quando se fala em “Região Norte do Paraná”, são necessários cuidados especiais no tratamento das informações, tendo-se sempre a preocupação em delimitá-la no contexto do estado do Paraná, isto por ser matéria problemática e passível de diversas interpretações. Na verdade, inúmeras formas foram encontradas para delimitá-la e caracterizá-la”.

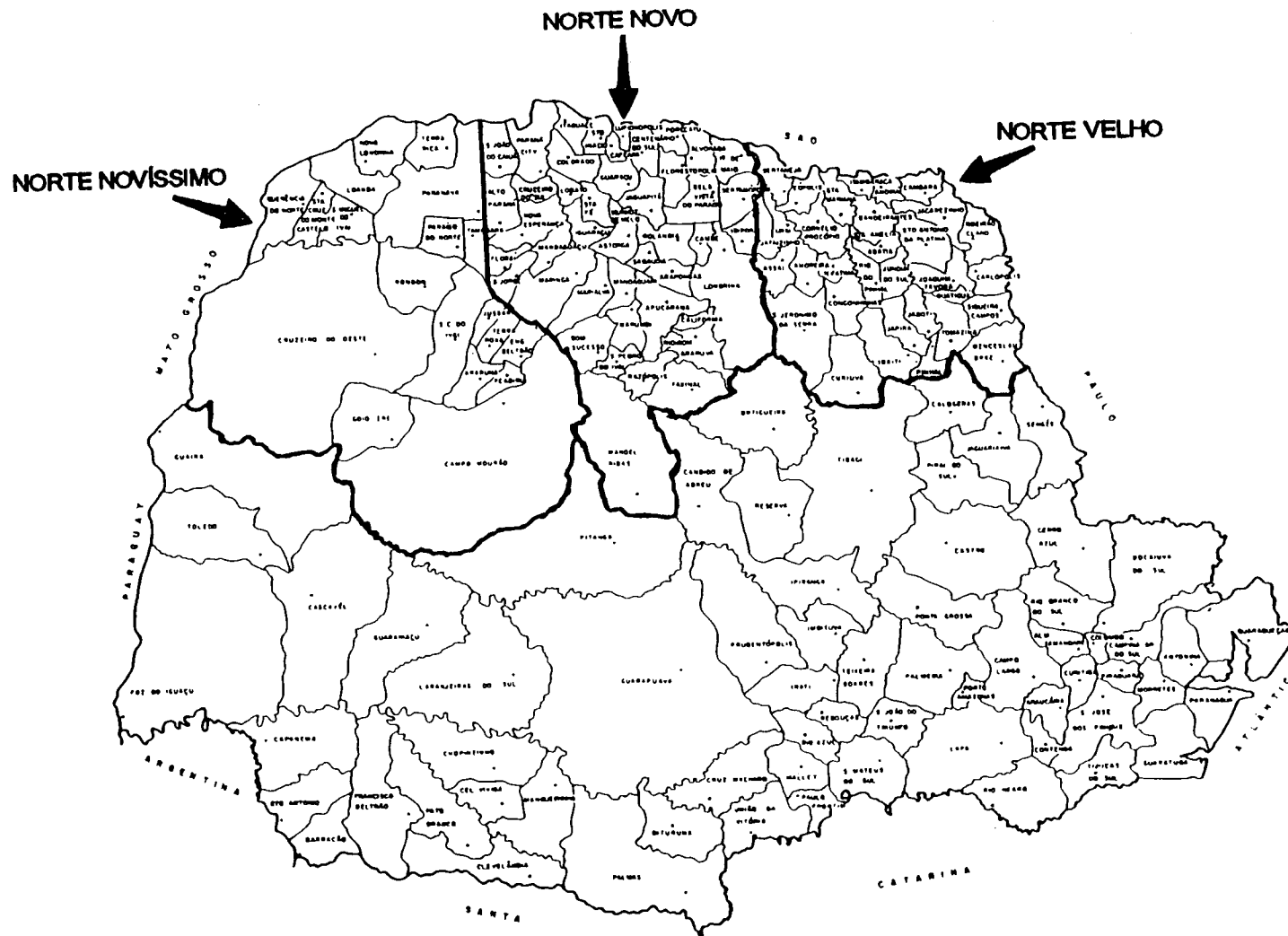
Desde o século, passado o “Norte” foi sendo delimitado, designado de várias formas à medida em que era (re)ocupado. Assim, encontram-se expressões como o “sertão do Tibagi”, o “sertão do Cinzas”, o “extremo norte do Laranjinha”. A subdivisão mais conhecida e consagrada é aquela que divide a região em estudo, em Norte Velho, Norte Novo e Norte Novíssimo, (vide Mapa nº 1). Normalmente a maioria dos autores descreve-as aproximadamente assim:

NORTE VELHO ou NORTE PIONEIRO é a região localizada a nordeste do Estado, sendo que sua ocupação iniciou-se em meados do séc. XIX e desenvolveu-se nas primeiras décadas do século XX. Compreende a região de Tomazina, Ibaiti, Santo Antonio da Platina, Jacarezinho, Cambará, Bândeirantes, Cornélio Procopio, Uraí, etc. Conforme a maioria dos autores, nela era dominante a grande propriedade, como ocorria em São Paulo e Minas Gerais, donde provieram a maioria de seus colonizadores.

NORTE NOVO - Compreenderia as terras colonizadas preferencialmente pela Cia. de Terras Norte do Paraná. Vai do rio Tibagi até as proximidades de Maringá. É aqui que se localizavam a maior parte das manchas de terras roxas, hoje inteiramente cultivadas. Possui dezenas de cidades como Londrina, Apucarana, Arapongas, Mandaguari e muitas outras. Toda esta região foi (re)ocupada entre 1930 e 1947.

NORTE NOVÍSSIMO: Compreenderia o território que se estende das proximidades de Maringá até as barrancas do rio Paraná. Nesta região predominam as colônias organizadas pelo Estado ou pelas imobiliárias particulares. A cidade de Paranavaí tornou-se desde o início o centro da região e hoje é uma cidade em franco desenvolvimento. Nota-se nesta região o surgimento de novos produtos agrícolas de grande importância econômica, além do café, como o algodão, por ex. Seus principais centros urbanos, além de Paranavaí, são Nova Esperança, Nova Londrina, Cianorte, Umuarama, etc.

Esta divisão pressupõe uma idéia de que a (re)ocupação foi linear em etapas bem definidas (CANCIÁN, 1977, p. 42), quando, na realidade, várias foram as formas e as origens deste processo. Pressupõe, também, uma ordenação histórica, a partir de um fenômeno considerado primordial e inovador. Procurei questionar esta cronologia, que traz, no seu bojo, uma determinada construção e visão do processo da (re)ocupação da região, onde a Companhia de Terras Norte do Paraná, aparece como o novo, sendo que o que existia antes de sua presença é o velho e depois dela o novíssimo. (TOMAZI, Nelson, 1989, p. 160)



**MAPA Nº 1
OS "TRÊS NORTES"**

Fonte: Mapa base com a divisão por municípios em 1956 (PADIS, 1991, p. 100)

Outra variante desta subdivisão, aparece num livro didático recente: de Hamilton BETTES Jr. et al (1995, p. 63/64) :

"Norte: os paranaenses de "pés vermelhos"

Abrange toda a parte norte do estado, situada entre os rios Itararé, Paranapanema e Paraná. É a região da terra roxa - solo avermelhado e muito fértil, que estimulou a cafeicultura e deu origem à expressão "pés vermelhos".

Entre o fim do século passado e meados do atual, houve a expansão da cafeicultura paulista no Paraná, com a participação de migrantes vindo de São Paulo e do Nordeste e também de imigrantes estrangeiros. Atualmente, é uma região de policultura, pecuária, usinas de açúcar e de álcool, agroindústrias (óleos comestíveis, fiação de algodão), etc. O Norte paranaense pode ser dividido em Norte Pioneiro, Norte Novo e Noroeste. O Norte Pioneiro abrange, entre outros os municípios de Jacarezinho, Santo Antonio da Platina, Ribeirão Claro e Quatiguá. Foi a primeira porção a ser ocupada pelos grupos de colonização.

O Norte Novo é muito extenso e vai de Londrina a Paranavai. A ocupação dessa área se deu a partir de 1930, com a expansão da cultura cafeeira. Muitas de suas cidades foram planejadas pela Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná.

O Noroeste é a porção que abrange os municípios de Umuarama, Loanda, Cruzeiro do Oeste, entre outros. sua ocupação, iniciada a partir de 1950, é a mais recente do Norte do estado!"

Como se pode observar, aqui já aparece uma nova denominação para aquilo que era chamado "Norte Novíssimo". Agora é o Noroeste. Isso se fez, tendo em vista dissociar uma parcela do território do "Norte" procurando dar-lhe especificidade, ou para que não seja confundido com o "Norte como um todo".

Além destas, há uma série de outras tentativas de subdividir a região, seja por órgãos oficiais, estaduais e federais, seja por geógrafos, historiadores, etc.⁴⁴ Uma das mais difundidas é aquela que a definia pela existência da cafeicultura entretanto, com o declínio desta, perdeu sua funcionalidade.

Até hoje, ainda não há um consenso sobre quais são os limites da região situada ao norte do estado do Paraná e inúmeras são as suas subdivisões. Mesmo com toda a diversidade existente e sem um consenso sobre a definição de sua territorialidade, continua-se a falar na região norte-paranaense como se houvesse uma unidade indissolúvel, elemento essencial do discurso "Norte do Paraná".

No contexto deste trabalho, utilizarei os rios mais conhecidos e as bacias destes como elementos de localização dos processos de (re)ocupação. Assim, indicarei o que ocorre entre o Itararé e o Cinzas, entre o Cinzas e o Tibagi, a leste e a oeste do Tibagi,

⁴⁴ Para conhecer um pouco destas remeto aos trabalho de NAKAGAWARA (1981) e Sonia ADUM (1991, p. 46-52).

no Paranapanema, na região do Ivaí ou do Piquiri e, desta forma, poderei situar determinadas áreas. Quando for necessário maior detalhamento, utilizarei a subdivisão que o IBGE faz atualmente. São 4 (quatro) Meso-regiões e 18 (dezoito) micro-regiões onde são aglutinados todos os municípios que poderão ser citados nominalmente, quando for o caso. (Vide o Mapa nº 2). Assim, a subdivisão adotada é a que segue:

MESO-REGIÃO NOROESTE PARANAENSE

- Micro-Região de Paranavai (1)
- Micro-Região de Umuarama (2)
- Micro-Região de Cianorte (3)

MESO-REGIÃO CENTRO-OCIDENTAL PARANAENSE

- Micro-Região de Goiô-Erê (4)
- Micro-Região de Campo Mourão (5)

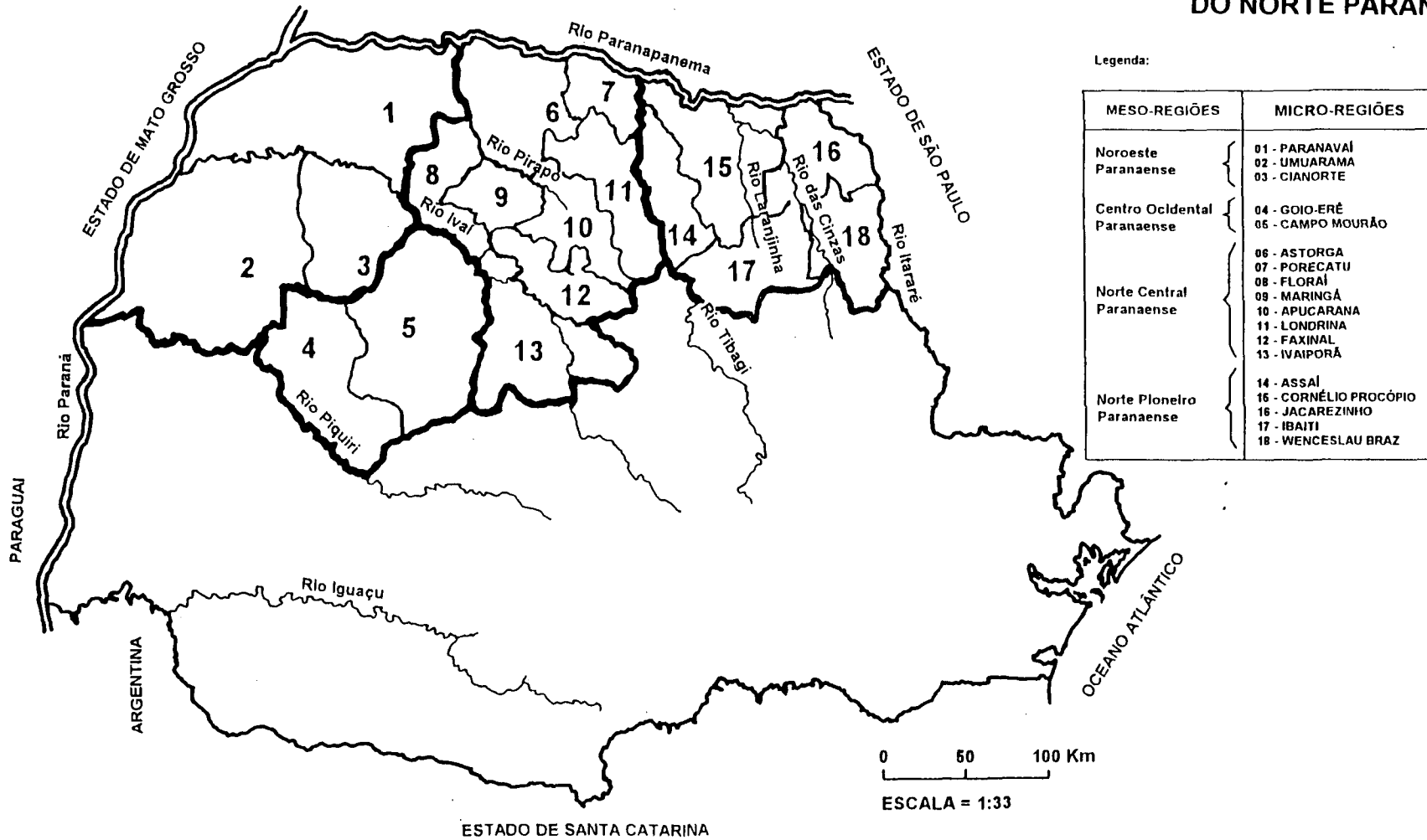
MESO-REGIÃO NORTE CENTRAL PARANAENSE

- Micro-Região de Astorga (6)
- Micro-Região de Porecatu (7)
- Micro-Região de Florai (8)
- Micro-Região de Maringá (9)
- Micro-Região de Apucarana (10)
- Micro-Região de Londrina (11)
- Micro-Região de Faxinal (12)
- Micro-Região de Ivaiporã (13)

MESO-REGIÃO NORTE PIONEIRO

- Micro-Região de Assaí (14)
- Micro-Região de Comélio Procópio (15)
- Micro-Região de Jacarezinho (16)
- Micro-Região de Ibaiti (17)
- Micro-Região de Wenceslau Braz (18)

**MAPA N° 2 - MESO E MICRO REGIÕES
DO NORTE PARANANENSE**



Fonte: IBGE, 1993.

CAPÍTULO TRÊS

OS PRIMÓRDIOS DA (RE)OCUPAÇÃO

A preocupação, neste capítulo, será a de analisar os processos inseridos no que chamo de "(re)ocupação", da região situada ao norte do estado do Paraná, que ocorreram a partir de meados do século XIX e que visavam tornar as novas terras existentes produtivas para o capital.

A partir de meados do século XIX, ocorreram alguns fatos significativos e relacionados entre si, que devem ser abordados aqui, porque definem o encaminhamento para a análise da (re)ocupação: a Lei de Terras de 1850, o fim do tráfico de escravos, a criação da Colônia Militar de Jataí, e a emancipação política do Paraná em 1853.

A **Lei de Terras** de 1850, regulamentada em 1854, definiu que a terra passaria a ter proprietário somente através de compra, ressaltados os casos anteriores de posse. Se não podemos ainda configurar plenamente a situação brasileira como propriamente capitalista, na medida que a força de trabalho era essencialmente escrava, entretanto a terra já passava a se tornar uma mercadoria.

O **fim do tráfico de escravos** e o **início da imigração estrangeira** se relaciona à questão anterior, na medida que era necessário definir o estatuto jurídico da terra, para, depois, iniciar um processo de imigração ou mesmo de libertação de escravos, pois nem estes nem os imigrantes poderiam ter livre acesso à terra.

O fim do tráfico, enquanto abria uma possibilidade maior de se utilizar a força de trabalho imigrante, permitiu outros dois grandes efeitos: a) uma grande massa de capitais investidos no tráfico infiltrou-se na economia produzindo uma elevação das atividades comerciais e industriais; b) uma série de conflitos diplomáticos com a Inglaterra cessaram.

Estes dois fatos (Fim do tráfico e Lei de Terras) tinham uma relação com o contexto mais amplo que era a consolidação da ordem burguesa e do capitalismo a nível mundial e nacional, pois como nos diz Roberto SMITH (1990, p. 237)

"A lei extinguindo o tráfico e a Lei de Terras foram promulgadas num espaço de tempo de duas semanas entre uma e outra. Eram, na verdade, dispositivos complementares, impostos a partir do Conselho de Estado, que ressurgira no Segundo Império, dentro do espectro da relação em que os conservadores e o Legislativo se encontravam subordinados ao Poder Executivo Imperial.

É impossível pensar a trajetória que leva à extinção do tráfico e à regulamentação da legitimidade da propriedade fundiária forma de um contexto mais abrangente e internacional da divisão internacional do trabalho, que o capitalismo ia impondo, E, igualmente impossível, contudo, deixar de vincular as transformações como resultante do quadro do avanço econômico que ocorria com a agricultura no início do século XIX, onde o café tenderia a se firmar, bem como dos conflitos internos perante um quadro estruturalmente desigual, oferecido pela perspectiva da sociedade em formação na nova nação".

As concessões de sesmarias, forma pelo qual o estado distribuía terras, haviam sido suspensas em 1822, porque, desde a transferência da Corte portuguesa, houve um processo descontrolado de concessões de terras. Assim, o estado saía de cena quanto à apropriação legal das terras, ficando um vácuo legal até a aprovação da Lei de Terras de 1850.

Esta lei foi encaminhada pelo Conselho de Estado, em 1843, ao Legislativo e tinha, por base, a idéia da **colonização sistemática** desenvolvida por Edward Gibbon Wakefield⁴⁵ que se afastava dos princípios liberais promovendo uma visão intervencionista. Neste sentido, cabe perceber o papel do estado na formação da propriedade da terra no Brasil.

Wakefield procurava entender a questão colonial a partir da posição que a Inglaterra ocupava no cenário internacional. Colocava-se contra a emigração pura e simples para as colônias. Pensava como o processo de colonização sistemática poderia criar um mercado comprador para os produtos ingleses e assim contribuir para a acumulação de capital na **mother country**. Tinha, como pano de fundo, a situação crítica, quase estagnacionista na Inglaterra, com excesso de capital e baixa geral na taxa de lucros e que buscava novos mercados compradores para valorizar o capital existente. Para isso, era necessária a implantação de relações de trabalho assalariadas em novas áreas coloniais, onde ainda não existia a propriedade da terra.

Para Wakefield, a terra, para ser um fator da colonização, deveria ser propriedade pública com possibilidade de ser convertida em propriedade privada, cabendo, ao estado legitimar esta propriedade através de títulos seguros. Era, portanto, contrário a toda forma de doação de terras que se tomassem privadas e, normalmente, incultas. O estado criava, desde fora dos mecanismos do mercado, a propriedade mercantil da terra.

Havendo preço para a terra, ao chegarem, os imigrantes dificilmente se tornariam proprietários. Seria necessário um período de tempo em que deveriam trabalhar a fim de conseguir uma poupança para comprar uma propriedade.

Wakefield pensava, desde aquela época, na propriedade onde houvesse emprego de capital e trabalho assalariado, isto é, o modelo da agricultura inglesa mais avançada, não importando se a propriedade era grande ou pequena.

Como nos diz Roberto SMITH (1990, p. 283), a visão de Wakefield enquadra-se perfeitamente na ótica expansionista do capital sobre novas fronteiras. E essas idéias estiveram presentes durante toda a discussão da Lei de Terras e do fim do tráfico de escravos. Acredito que elas continuaram presentes, posteriormente, quando se iniciou o processo da (re) ocupação da região em estudo.

⁴⁵Muitas das idéias defendidas e elaboradas por Wakefield já eram esboçadas por José Bonifácio em 1821 no Brasil, conforme Roberto SMITH (1990, p. 285-e ss.)

Há um outro elemento significativo, que se refere à questão indígena, para se entender o processo da (re)ocupação da região norte-paranaense, mas não especificamente, já que atingiu o Brasil como um todo, e que é apontado por Júlio César MELATTI (1989, p. 186):

"Pelo decreto n. 426 de 24/7/1845, o índio foi transformado em trabalhador braçal e seus territórios foram expropriados. Este decreto associado à "Lei de Terras" (Lei 601 de 18/09/1850), legitimou a ocupação das terras indígenas, o governo passou a reservar terras indígenas para colonos, transformando o índio brasileiro em expropriado e dependente da benevolência do Estado para obter algo que já era seu. A partir deste período, setores da população passaram a tratar o indígena como um sujeito preguiçoso, traiçoeiro e anti-social. O indígena passou a ser considerado um empecilho para uma "sociedade sem rebeliões, católica e monárquica".

No Paraná, João da Silva Machado, o Barão de Antonina, como será mais tarde conhecido, é o exemplo específico do que Melatti afirma. Ensaçou o processo de imigração com interesses muito específicos, não visando a substituição de escravos. Como afirma WACHOWICZ (1988, p. 19):

"(...) o envio de colonos alemães para o registro do Rio Negro é uma obra também de João da Silva Machado. Como tropeiro e comerciante, sofria o futuro Barão de Antonina sérios prejuízos na região situada ao sul do rio Negro. Ali era o domínio do indígena xokleng (botocudo). Hostil ao contato com o homem branco, reagiam atacando tropeiros, peões, viajantes e as rezes oriundas do Rio Grande do Sul.

Influente na corte, conseguiu do governo de D. Pedro I autorização para ali localizar imigrantes alemães. Esses teriam como missão principal - na visão de João da Silva Machado, afugentar e espantar os xokleng para o interior das matas, a fim de diminuir os seus constantes prejuízos. Os imigrantes alemães teriam a função de aparar as flechas dos índios com sua presença e natural expansão demográfica."

Além disso, havia outra preocupação com a imigração no Paraná. Os governantes visavam um povoamento e uma ocupação através de pequenos proprietários que deveriam desenvolver uma agricultura de abastecimento interno da província e não uma agricultura vinculada à exportação. Assim, as colônias ficaram nos arredores dos centros urbanos, basicamente Curitiba, onde estavam os consumidores para os produtos.

A **Colônia Militar de Jataí** criada pelo Decreto Imperial nº 751 de 2 de janeiro de 1851 foi instalada somente em 10 de agosto de 1855. Localizou-se em terras apossadas pelo Barão de Antonina. Tinha, como pressuposto, o interesse particular do Barão na busca dos campos de Paiquerê para a criação de gado. Para desenvolver este

desígnio, era necessário que houvesse a pacificação dos índios da região. Para tanto, o Barão de Antonina conseguiu, junto ao Imperador, a criação da Colônia Militar de Jataí. O pretexto era de que seria um posto militar estratégico avançado que poderia ser uma rota de ligação para o Mato Grosso (pelos rios Tibagi - Paranapanema - Paraná e Ivinheima), tendo em vista as preocupações com um possível litígio com o Paraguai. Além disso, conseguiu, também, a instalação de dois aldeamentos indígenas, o de São Pedro de Alcântara, em frente à Colônia Militar, e o de São Jerônimo (em terras posseadas pelo próprio e depois “doadas” aos índios) um pouco mais distante, ambos às margens do rio Tibagi. Conforme José Cezar dos REIS (1988, p. 18):

“Para os interesses particulares do Barão de Antonina, este investimento do Estado representava a valorização das terras de seu latifúndio, no qual casualmente (sic), a colônia veio a ser fundada. A prevalência desse interesse transparece na cópia do ofício de S. M. Imperial, passada às mãos do Barão de Antonina, datada de 19.12.1850. Nela, também se configura a existência de uma prática comercial anterior à fundação, provavelmente ligada à exploração de diamantes no Tibagi. “

(...)

Na qualidade de Diretor dessa nova via, recebe o Barão de Antonina a dotação de 3.000\$000 para cobrir as despesas com a fundação da citada colônia.”

Mas a Colônia Militar não prosperou como o esperado. Conforme José Cezar dos REIS (1988) isso aconteceu porque a população que se deslocou para a colônia não possuía aptidão necessária para desenvolver as tarefas exigidas. Muitos eram velhos demais ou até com defeitos físicos, além da “vadeação e preguiça” tão constantes entre os chamados homens livres, conforme os documentos da época. Também afirma que a falta de idoneidade de vários de seus Diretores foi também outro elemento a considerar.

Além desses fatores e apesar de todos os esforços existiam outros conforme (MUSSALAM, 1974, p.19):

“Os fatores que colaboraram para impedir o desenvolvimento da Colônia Militar de Jataí foram, além de sua localização, no centro de uma **floresta virgem** (sic), os ataques dos índios e as péssimas condições de salubridade do local - surtos periódicos de malária.

Há outra razão ainda que WACHOWICZ (1988, p. 29) aponta e que deve ser considerada:

“No caso do Jataí, tornava-se evidente que as oligarquias dominantes no Paraná, como no Brasil, não estavam interessadas em abrir o acesso à propriedade às populações rurais, marginalizadas no processo rural brasileiro.

Terras devolutas havia na região do Jataí em abundância; faltava a decisão política de atrair os caboclos com essas terras. A oligarquia paranaense não o fazia porque as queria para si, para a classe dominante. Isolada era a voz do presidente Antonio Luiz Affonso de Carvalho, afirmando em seu relatório de 1870 que o governo deveria distribuir a terra gratuitamente ou exigir pagamentos modestos a longos prazos. Argumentava o referido presidente que os agricultores assalariados aspiravam a essas concessões (...) *para se livrarem dos grandes proprietários que, ou lhes negamos estabelecimento em suas fazendas, ou lho permitem, querendo tel-os em tal ou qual dependencia, que lhes não convem.*⁴⁶

Apesar da existência de administradores com tal visão da problemática, em longínquas colônias agro-militares, a terra não era usada como atração ao agricultor. O poder dos segmentos dos dirigentes da sociedade emanava da propriedade da terra e dela não abriam mão nem para colonizarem os sertões longínquos e incultos”

Como se pode notar, Wachovicz deixa muito claro a importância do controle sobre a propriedade da terra por parte da classe dominante no Paraná. Tanto é que em 1890, depois de analisada a situação e tendo em vista os interesses da Província do Paraná, é extinta a Colônia Militar de Jataí, passando o povoado ali existente ao domínio civil.

A **emancipação política do Paraná** dá um novo status aos governantes da antiga Quinta Comarca de São Paulo. Agora, os governantes do Paraná tinham maior autonomia para decidir sobre o seu território, apesar de ainda estarem dependendo das decisões do poder imperial. Mais tarde, com a proclamação da República e com a Constituição de 1891, o Paraná terá plena autonomia para formular uma política independente, incluindo a de terras.

Em termos econômicos, o Paraná recém emancipado tinha, por base, a pecuária, o comércio de tropas muars e a extração do mate e da madeira. Estes setores eram rendosos para seus promotores, mas geravam poucos recursos ao governo do estado do Paraná, além de causar um grande descaso para com a agricultura alimentar paranaense, na medida que pouco se investia neste tipo de produção agrícola, gerando um grande problema para o abastecimento da nova Província.

A erva-mate, ainda sendo explorada precariamente, era encontrada nativa em abundância, portanto, era necessário apenas extraí-la, dar um pequeno tratamento e exportá-la. Esta atividade começou a ampliar-se no último quartel do século XIX e o seu lucro era muito grande.

⁴⁶ PARANÁ. Relatório do presidente da província Antonio Luiz Affonso de Carvalho, apresentado à Assembléia Legislativa no dia 15 fev. 1870. Curitiba: Typ. de Candido Martins Lopes, 1870, p. 37, apud WACHOWICS (1988, p. 29)

O comércio de tropas consistia na compra de animais no extremo sul (RS), na invernagem no Paraná, normalmente em campos arrendados, e depois na venda nas Feiras de Sorocaba. Conforme Carlos A. dos SANTOS (1995, p. 55/57):

"O universo da pecuária sofreu um acentuado declínio quando os campos começaram a ser utilizados em maior escala com as invernadas, para o repouso e engorda do gado. Diversos fazendeiros passaram a reservar as suas terras para as invernadas, alugando-as para os tropeiros. Neste contexto, os recursos arrecadados com o aluguel dos campos são mais fáceis e compensadores que aqueles obtidos com a criação do gado, sendo que 30% dos animais entrados na feira de Sorocaba provinham das invernadas paranaenses.

(...)

A nova forma de utilização da propriedade fundiária foi o reflexo da desagregação do sistema econômico-social estabelecido sobre a economia pecuária. Diversas famílias de fazendeiros passaram a morar nas cidades, movimentando ainda mais o comércio urbano.

O trabalho escravo, que havia sido então o alicerce da sociedade campeira, começou a diminuir sensivelmente. A fazenda Fortaleza, a maior da Província, encerrou suas atividades de criação e agricultura de subsistência, mantendo apenas as atividades de invernada."

Com crescimento da demanda de alimentos e a diminuição de sua produção, o abastecimento complementar era feito através do comércio de alimentos com as outras províncias e das importações externas, ambas, ocorriam basicamente através do Rio de Janeiro.

Para fazer frente a escassez de alimentos e a dependência das outras províncias, o governo paranaense procurou estabelecer uma política de imigração européia e de colonização agrícola. Isso incluía uma política de ocupação das terras devolutas da Província. Muitos foram os núcleos coloniais que se formaram a partir de então, principalmente na região de Curitiba.

As primeiras tentativas, de que se tem notícia, em se ocupar as terras do sertão do Tibagi, estão vinculadas, como já foi posto acima, à ação de João da Silva Machado, o Barão de Antonina⁴⁷, pois

(...) possuía uma verdadeira paixão pela propriedade da terra. Achava **lisonjeiro** ser latifundiário. Por isso possuía terras onde achasse mais convincente. (...) Onde fosse possível, fazia uma posse de terra e depois requeria sua legalização. Tomava-se proprietário mesmo que não tivesse, de imediato, vantagens financeiras. Por isso, foi chamado o primeiro **papa terras** do Paraná e precursor dos grileiros." (WACHOWICZ, 1988, p. 11)

⁴⁷Para uma análise crítica da atuação do Barão de Antonina ver WISSENBACH, Maria Cristina Cortez - "Desbravamento e Catequese na Constituição da Nacionalidade Brasileira: as Expedições do Barão de Antonina no Brasil Meridional" *Revista Brasileira de História*. S. Paulo: v.15, n. 30, pp. 137-155, 1995.

Decorrente desta vontade, conseguiu ter posses em Santa Catarina, Mato Grosso, São Paulo e é óbvio no que seria mais tarde o Paraná. Nesta época, ele procurava os campos de Paiquerê para a criação de gado, como já fizera na região de Rio Negro, pois imaginava estarem situados na região entre os rios Iguaçu e Piquiri, da então 5ª Comarca. Também se propunha a encontrar uma ligação entre o litoral e a Província do Mato Grosso, onde existiam outros tantos campos para pastagens. Como afirma Leda LOVATO (1974, p. 5):

“Em meados do séc. XIX, algumas regiões do Brasil passaram a constituir objeto de interesse prioritário, a exemplo da Amazônia, onde começava a processar-se a exploração comercial da borracha nativa. No sul, o Barão de Antonina organiza uma série de viagens exploradoras, das quais encarrega Joaquim Francisco Lopes (o Guia Lopes) e João Henrique Elliot. Entre os anos de 1844 e 1848, ambos realizaram sete viagens pelos sertões do Paraná e Mato Grosso. Nessas viagens, exploram os rios Verde, Itararé, Paranapanema e seus afluentes, Paraná, Ivaí, Tibagi e outros da bacia do rio Paraná.”

Deste modo, a Lei de Terras, o fim do tráfico de escravos em nível nacional, a emancipação política do Paraná e a criação e implantação da Colônia Militar de Jataí e dos aldeamentos de São Pedro de Alcântara e de São Jerônimo em nível regional, são os marcos do início do processo de (re)ocupação da região em estudo.

3.1.- OS NOVOS OCUPANTES COMEÇAM A CHEGAR. PRIMEIRO OS MINEIROS, DEPOIS OS PAULISTAS.

Na mesma época em que o Barão de Antonina tinha os olhos voltados para a região hoje situada ao norte do estado do Paraná, fazendeiros oriundos de Minas Gerais começaram a (re)ocupá-la, transpondo o rio Itararé, com o intuito de exploração econômica, baseada na agricultura e na pecuária suína. Eles se deslocavam com toda a família e agregados, e os maiores fazendeiros, também com escravos, para plantar milho, fumo, café e outras culturas para o consumo próprio.

A notícia que corria em Minas Gerais, era de que a região do rio Itararé, na ainda 5ª Comarca de São Paulo, era fertilíssima e muito própria para o plantio de café. Os fazendeiros conseguiam terras mediante concessão, junto ao governo Imperial ou se apossavam, como era costume na época. O deslocamento tinha, por fundamento, a crise econômica ocasionada pela decadência das minas de ouro e a conseqüente pobreza, além da guerra contra o Paraguai, que significava a possibilidade de alistamento militar. Conforme MONBEIG (1984, p. 133) e ABREU (1972, p. 15 a 24), os mineiros buscaram, como

alternativa a isso, embrenhar-se nas florestas de São Paulo (Alta Sorocabana) e do Paraná, lutando, inclusive, contra os indígenas, até então, *senhores absolutos do sertão*. Fazendeiros e caboclos fizeram isso.

Os primeiros a se deslocarem para ela, que se tem notícia, foram Joaquim José Senes e Domiciano Corrêa Machado que, provavelmente, compraram posses do sertanista Manoel Lopes. Instalaram-se na região do Itararé por volta de 1842-43 constituindo suas posses e também um patrimônio com o nome São José do Cristianismo. Depois vieram outros.

Sobre este assunto e, referindo-se apenas aos fazendeiros assim se expressa Mário Marcondes de ALBUQUERQUE (1995, p. 111):

“Dentro deste novo contexto que se apresentou para as lavouras de café, uma torrente de mineiros dirige-se para as terras do Norte do Paraná para usufruir o reino da opulência que se descortinava com os primeiros ecos sobre o “país da terra roxa” que ganhava ímpeto nacional. Eles já conheciam a passagem de Itararé pois muitos eram os tropeiros que faziam as viagens para o extremo sul. Os homens de índole progressista e aventureira mexeram-se na cama de suas casas arquitetando a busca do “eldorado” do mesmo modo que já havia acontecido nos Estados Unidos na busca do ouro e das terras do Mississipi.”⁴⁸

Mas a instalação de fazendas não foi tão pacífica quanto se pensava, pois a região já estava habitada por índios que lutaram contra a invasão de seu território. Mesmo assim, foram formados núcleos urbanos, hoje designados: São José da Boa Vista em 1853, Siqueira Campos (ex-Colônia Mineira) em 1862, Tomazina em 1865, Ribeirão Claro (ex-Espírito Santo de Itararé) em 1875, Venceslau Braz em 1867.

A forma de instalação destes núcleos urbano/rurais é descrita por Ana Yara LOPES (1982, p. 40):

“Estes povoados começaram com a eleição de um patrimônio, feita pelo pretenso chefe político local - dono da maioria das terras em torno - dando-lhe geralmente o nome de um santo qualquer. “O doador por esse modo, imitava o gesto de todos os povoadores de sertões brasileiros e fel-o com duplo fim: *atrair para a nova terra, que dizia ser sua, as benções do céu, em uma espécie de aliança com o padroeiro, e congregar gente em um ponto determinado, onde pudesse surgir povoação, servindo de apoio aquele punhado de homens, perdidos na solidão imensa.*”⁴⁹

⁴⁸ É interessante notar que este autor, escrevendo em 1995, repõe ainda o discurso da “terra roxa”, do “eldorado” e da idéia do desbravamento similar ao que ocorreu nos EUA; discurso este que foi sendo elaborado durante todo o período da (re)ocupação como veremos neste e nos próximos capítulos. Além disso, coloca de maneira incorreta a preocupação em plantar café, como a mais significativa, o que é pelos menos duvidoso.

⁴⁹ COBRA, Amador Nogueira - *Em um recanto do sertão paulista*. São Paulo: Typ. Hermes Irmãos, 1923 p.28, apud LOPES, Ana Yara, op. cit.

Analisando este deslocamento, Mário M. de ALBUQUERQUE (1995, p. 114) deixa muito claro quem eram os que estavam chegando àquele território:

“(...) essas pessoas migraram não porque eram pobres fugindo de condições indesejáveis como aconteceu com as imigrações européias, mas para **edificarem um progresso movidos pelo ideal de todas as pessoas**. O cansaço das velhas terras de plantação de café deu início à corrente migratória dos que queriam continuar plantando. Não era bem o caso daqueles que saídos das terras comunais do feudalismo, que de “servos desejavam ser patrões”. **Eram patrões que emigraram para continuarem a ser proprietários de bens e aumentá-los dentro das regras de progresso de uma democracia**. Já vimos anteriormente que Domiciano Corrêa Machado, de família tradicional mineira, veio para a nova terra que comprou, acompanhado da família e de escravos, para fundar São José do Cristianismo. Veremos adiante o mesmo papel desempenhado pelo major Joaquim Tomaz Pereira da Silva que fundou Tomazina e o da família dos Alcântara que edificaram Jacarezinho.”⁵⁰ (destaques meus)

Entretanto, a guerra contra o Paraguai (1864-1870) estava na ordem do dia, e todos os esforços do governo imperial e provincial estavam direcionados para ela. Mesmo assim, em 1865 o governo provincial de André Augusto de Pádua Fleury procurou desenvolver a navegação pelos rios Tibagi e Paranapanema, mandando construir dez canoas para tal evento. No mesmo ano, o engenheiro Hagreville, desenvolveu uma expedição de caráter científico no rio Tibagi, a serviço do governo provincial. Procurava-se conhecer melhor o vasto “sertão do Tibagi”.

Deste modo, a (re)ocupação caminhava lentamente com a presença de fazendeiros e de posseiros, mas como expõe com propriedade Nadir CANCIÁN (1977, p. 208)

(..) não se pode afirmar que esses pioneiros tivessem como objetivo o cultivo do café em grande escala, dado as necessidades do consumo paranaense, que supõem-se eram pequenas. Longe dos portos, e sem caminhos que ligassem satisfatoriamente o Sul ao Norte do Estado, as exportações eram quase proibitivas. Não bastava a presença de “terra roxa”, nem preços favoráveis, faltavam ainda infra-estrutura, mão de obra e mercados capazes de absorver a produção regionalmente, à falta de meios para atingir mercados externos. Por isso, essa produção deve ter-se

⁵⁰ Novamente este autor querendo fazer a apologia da (re)ocupação esclarece quem eram os fazendeiros e o que vieram fazer na região em estudo. Comete, entretanto, um disparate ao falar que os fazendeiros visavam aumentar a sua fortuna dentro “de regras de progresso de uma democracia”, quando traziam consigo além da família, **escravos**. Democracia com escravos, que bela sociedade democrática !!

mantido a níveis irrisórios, até que completasse um quadro satisfatório capaz de motivar a extensão do plantio.”

Nesta época, a maior parte das atividades agrícolas se concentravam em produtos como milho, feijão, trigo e também café. Além dessa produção, era grande a comercialização de madeira e de porcos. Quanto a atividade de criação e engorda de porcos, é significativo assinalar a expressão corrente na época: “*era a melhor forma de transportar o milho*”.

R.C. WACHOWICZ (1987, 6/7) analisando a presença de mineiros neste primeiro momento da (re)ocupação, afirma que a sua característica fundamental era de serem famílias patriarcais e escravocratas.

“Estes patriarcas mineiros eram profundos conhecedores dos problemas fundiários do país. Demonstraram na Província do Paraná, um acentuado interesse em organizar latifúndios. Seu apetite por terra só era comparável ao demonstrado pelo gaúcho João da Silva Machado, futuro Barão de Antonina.

Esta verdadeira **fome por latifúndios** fez com que poucas famílias ocupassem vastíssimos territórios no Norte Pioneiro (...) *tendo se apossado de enormes latifúndios, conservaram-nos como relíquias impedindo manifestamente o seu desenvolvimento (...)*⁵¹

Por outro lado, a elite dirigente paranaense, também desejosa de se apossar de extensos latifúndios, não se preocupava em desenvolver qualquer plano de colonização para populações sertanejas oriundas do próprio Paraná.

Nas fazendas de criatório de Jaguariaíva, Castro e Pirai já havia excesso de mão-de-obra. Essa população tentava organizar posses nas periferias dessas fazendas, algumas delas já situadas em território hoje considerado Norte Pioneiro. Os proprietários procuravam expulsar esses posseiros **manu militari**, utilizando-se da Justiça e das milícias policiais da Província.” (destaques meus)

Em tomo de 1865, o governo paranaense contrata os irmãos José e Francisco Keller para fazer a exploração e determinar a navegabilidade nos rios Ivaí, Paraná, Paranapanema e Tibagi, visando uma rota de comércio com o Mato Grosso e uma ligação com Curitiba, via Ponta Grossa.⁵²

Alguns anos depois, a presença estrangeira também se fazia através de “estudiosos” a mando do governo ou de interesses estrangeiros. Na segunda metade do século passado (1872-1875), a região em estudo já era conhecida pelos ingleses, que estruturaram uma expedição, a **Parana and Mato Grosso Survey Expedition**, que tinha

⁵¹ Paraná. **Thomazina**. Curitiba: Empreza Editora Olivero, 1928, p. 41

⁵² Os relatórios dos irmãos Keller, bem como os comentários dos governantes paranaenses, encontram-se reproduzidos numa publicação do Departamento de Terras do Estado do Paraná de 1933, intitulada **Exploração da região noroeste do Estado do Paraná entre os rios Ivahy - Paraná - Paranapanema e Tibagy**.

como objetivo, entre outros, de fazer trabalhos de reconhecimento para fins de construção de uma ferrovia e de uma estrada de rodagem. Esta expedição estava ligada a um grande projeto: a construção de uma ferrovia transcontinental que cortaria o continente sul-americano, de Santos a Antofagasta no Chile. Este projeto era dirigido por Cristian Palm e por William Lloyd, tendo apoio do governo brasileiro, na figura do Visconde de Mauá. Mesmo não conhecendo todo o projeto, sobre isso nos diz MONBEIG (1984, p. 27):

“O governo da Província do Paraná cuidara de implantar uma estrada em direção dos rios Paranapanema e Paraná, para atrair o comércio do Mato Grosso. Os ingleses tinham pensado em construir uma ferrovia na mesma direção, e um dos engenheiros encarregados dos trabalhos de reconhecimento, Bigg Wither's (sic), deixou interessante descrição da região; em 1874, lá não encontrou senão caboclos completamente perdidos, tão à margem do movimento de colonização de Curitiba, quanto seus irmãos paulistas de Campos Novos e Rio Preto o podiam estar do povoamento de Limeira e São Carlos.”

Sobre esta viagem/expedição Thomas P. Bigg-Witter escreve um livro que é publicado no ano de 1878 em Londres, sendo editado no Brasil, quase 100 anos depois, em 1972. Na sua introdução afirma:

“As características deste livro são as de uma narrativa de viagens e aventuras em regiões até aqui inexploradas. Quase metade destas páginas se ocupa da permanência do autor nas grandes florestas do remoto interior do Brasil, em meio a **cenas ferozes da natureza selvagem, onde nenhum homem civilizado antes penetrara** e onde, durante semanas e meses a condição normal de vida fora a **luta sem tréguas contra o meio natural**” (BIGG-WHITER, 1974, p. XXVII) (destaques meus)

Este tipo de análise demonstra, muito bem, o pensamento de um lídimo representante do capital inglês que, desde esta época, já tinha seus olhos voltados para a região e suas possíveis ligações com o Paraguai e a sua extensão até o Pacífico.

Neste sentido, através das constantes viagens e expedições, particulares ou governamentais, se pode afirmar conforme Jacques REVEL (1989, p. 104): “ (...) *que o conhecimento do território é, indissociavelmente, uma produção do território*”.

Com o fim da crise européia (1882) e norte-americana (1884), os mercados compradores se restabeleceram, os preços do café se elevaram e houve um incremento da produção, principalmente pela agregação de terras novas. Isto ocorreu por poucos anos, pois a partir de 1893 há um declínio nos preços do produto devido aumento excessivo da oferta. Começava-se a pensar em intervenção para garantir o rendimento dos

cafeicultores, entretanto, isso não foi necessário porque, entre 1896-1890, houve uma conjuntura muito favorável ao plantio devido a elevação dos preços em nível internacional. Assim, as terras novas da província do Paraná começavam a ser cobiçadas para o plantio de café.

Enquanto isso, em nível nacional, no final do século, a questão escravista estava definida. Como afirma VIOTTI da COSTA (1966, p. 465)

"Condenada pelas mudanças ocorridas na estrutura econômica brasileira, a escravidão perdera gradativamente seu suporte ideológico. As instituições que outrora funcionavam coerentes com a ordem escravista revelaram-se permeáveis à propaganda abolicionista. As causas pleiteadas em nome de escravos encontravam maior acolhida na Justiça. O parlamento aprovava leis emancipadoras que, embora na prática resultassem pouco eficazes, significavam uma concessão à pressão abolicionista. Em 1887, o exército recusa-se a perseguir escravos fugidos e a Igreja manifestava-se oficialmente em defesa do cativo. No ano seguinte, um simples ato legal extinguiu a escravidão, sem que houvesse convulsão social ou abalos profundos na economia.

Realizada no plano político-parlamentar pelas categorias dominantes, mais interessadas em libertar a sociedade do ônus da escravidão, do que resolver o problema do negro, a Abolição significou uma etapa jurídica na emancipação do escravo que a partir de então foi abandonado à sua própria sorte e se viu obrigado a conquistar por si sua emancipação real."

Em 1889 a República é proclamada e, em 1891, há uma nova Constituição em que o poder de legislar sobre as terras passa para os governos provinciais. Desde logo, os governantes do Paraná procuram tomar algumas medidas. Como afirma Nadir CANCIÁN (1977, p. 115):

"A lei nº 68 de 20 de dezembro de 1892 firmou o princípio de que as terras devolutas só deveriam ser alienadas a quem estivesse em condições de cultivá-las ou torná-las úteis, isto é, *"em troca de serviços que produzam benefício geral, direto ou indireto - imediato em proveito da comunidade paranaense"*⁶³. A situação em nada diferia daquela de 1850 quando se estipulava a compra como única forma de aquisição de terras. Era necessário, para tanto, dispôr de algum capital inicial para a exploração do estabelecimento agrícola, o que excluía grande parte dos possíveis pretendentes."

O *"benefício geral em proveito da comunidade paranaense"*, do ponto de vista dos governantes paranaenses, significava basicamente aumentar a receita estadual via a arrecadação de impostos decorrente da venda de terras e do aumento da produção agrícola.

⁶³ SILVA, Nilton - "A Validade Jurídica do Decreto 3.060 reconhecida pelo nosso tribunal" in **Bol. Dep. Geog. Terras Colonização**. Curitiba, 1 (1): 34. jul. 1953.

No ano seguinte, o governo paranaense edita o Ato nº 35 que institucionaliza a mercantilização das terras devolutas na Província e estabelece os preços em que deveriam ser comercializados. Em 11 de junho de 1907 é editado o Decreto 218 que define as bases para o serviço de colonização no estado, privilegiando o imigrante estrangeiro para a formação de colônias agrícolas. Em 1912, com a Lei nº 1147 elevando os preços das terras devolutas. Como afirma SERRA (1991, p. 60):

“Através da força das leis, o poder público paranaense pretendia, num mesmo plano, barrar o processo de apropriação irregular da terra e punir quem se beneficiasse desse processo; em seguida, pretendia disciplinar o acesso à terra através do mecanismo da compra, o que iria abrir caminho para o desenvolvimento capitalista no contexto do espaço geográfico, particularmente no contexto da estruturação do espaço agrário. Na linha do horizonte, como elemento visado através de todo o aparato jurídico-institucional montado, iria aparecer o imigrante estrangeiro, que do ponto de vista do poder político dominante, era quem deveria de fato ocupar e explorar a terra a ser mercantilizada.”

Neste momento, na região em estudo, as transações comerciais se efetivavam de maneira mais constante com os comerciantes do estado de São Paulo, através de vários pequenos portos situados perto do rio Itararé, principalmente São José do Rio Pardo e Piraju, pelo menos até 1894. Mesmo assim, as dificuldades eram muito grandes e até traziam prejuízos.

No final do século XIX, mesmo com a produção cafeeira paranaense sendo irrisória, o governo do Paraná procurou tomar algumas medidas para incentivar a produção cafeeira, como também taxar a saída dela para São Paulo, pois isso significaria o aumento da arrecadação tributária do estado. Mesmo assim, para CANCIÁN (1977, p. 211):

“(...) são patentes as dificuldades com que o café contava. Certas barreiras eram difíceis de serem vencidas quando a renda da agricultura pouco contribuía aos cofres públicos. O Estado não reconhecia ainda a necessidade da construção de estradas no **sertão despovoado**. Longe e completamente desligado da capital e dos centros mais populosos não havia ainda a consciência da riqueza que o café poderia representar. No mais, a incerteza de investir em benefício de um produto ameaçado de superprodução não encorajava o risco. Também não havia pressão populacional na vasta selva que ainda era o Norte do Paraná, a requerer benefícios do Estado.”⁵⁴ (destaque meu)

⁵⁴ A idéia de despovoamento também está presente em uma autora que procurou pautar a sua análise de maneira a mais científica possível. Entretanto, cometeu deslizes como este.

Entretanto, para os governantes paranaenses, a política econômica ia em outro sentido. No fim do século eles estavam muito mais preocupados com a extração e o processamento da erva-mate e com a incipiente extração da madeira. Como diz CANCIÁN (1977, p. 38):

“Nesse período, a quase totalidade das terras cultivadas situava-se no sul do Estado. Os pequenos cafezais do norte e do litoral tinham pouca importância econômica. São raros os relatórios ou mensagens governamentais que falam do produto. As poucas vezes que o norte é citado refere-se quase sempre a gêneros agrícolas de subsistência.”

No Paraná a situação era um pouco diferente da de São Paulo. Ana Yara LOPES (1982, p. 22) ao analisar a situação paranaense, no final do século, afirma:

“O mundo rural paranaense, quando a escravidão acabou e a República começava, era dominado pela exploração da erva mate e das madeiras a Oeste, pelas lavouras de café no Norte Velho, e de alimentos em geral. Esta última atividade, ao mesmo tempo, existia sozinha e permeava as demais. A ela se dedicavam caboclos dispersos nas matas, pequenos sitiantes, agregados das fazendas, parceiros e colonos de café. Para caboclos e agregados, as culturas de subsistência quase permaneciam como tais; para parceiros e colonos de café, mas principalmente para sitiantes, parte delas se destinava à venda nos mercados próximos. De forma intermitente, caboclos, sitiantes e agregados se assalariavam na exploração da erva-mate e das madeiras; podiam até não receber salário em dinheiro; mas é certo que trocavam congonha e horas de trabalho na derrubada de árvores por produtos que lhes faltavam, num escambo regular. Extrair erva-mate e madeiras ocupavam, então, a maior parte das gentes do Paraná, fossem nacionais, fossem estrangeiros”

Se, anteriormente, os mineiros participavam da (re)ocupação, das terras novas no Paraná, como faziam também em São Paulo, agora os paulistas tinham a preponderância. Nos últimos anos do século eles dominavam o processo de (re)ocupação. Tinham ligações com as casas bancárias paulistas que financiavam a abertura de fazendas ou vendiam suas fazendas com as terras esgotadas e compravam terras novas no Paraná. Assim outros núcleos urbanos continuavam a ser implantados, aparecendo Jacarezinho (ex-Nova Alcântara) em 1888, Santo Antonio da Platina em 1890, Carlópolis (ex-Jaboticabal) em 1900, Cambará em 1904, Ibaiti em 1909, Quatiguá em 1909 e Joaquim Távora em 1915.

No mesmo período, ocorria, na região em estudo, o que estava acontecendo no “sertão do Paranapanema”, em São Paulo: a procura de terras novas para a cafeicultura bem como a dispersão de posseiros, “grileiros” em vastas áreas consideradas como “vazias” pelo capital. O “sertão do Tibagi” e o “sertão do Paranapanema” estavam sendo “esvaziados” da presença indígena e (re)ocupados pelos novos “bandeirantes”.

Em São Paulo, em meados do século dezenove, a cafeicultura iniciava a sua caminhada em direção ao oeste, chegando a Rio Claro. Pouco a pouco, a cafeicultura foi substituindo a cana-de-açúcar de tal modo que o município de Campinas em 1873, quase não produzia o suficiente para o seu consumo. No início do século XX, a cafeicultura expandia-se de maneira significativa em todas as direções e ocupando todo o território possível.⁵⁵

O Paraná estava em uma situação tranqüila quanto ao produto, pois tinha uma participação muito reduzida no conjunto das exportações de café (mesmo que ela fosse muito importante para os cofres públicos) e beneficiava-se ainda das medidas restritivas ao plantio, tomadas pelos maiores estados produtores de café, principalmente São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Nos anos de 1915 e 1916, o governo do Paraná passa a olhar e agir de forma mais efetiva para o que estava ocorrendo em sua região norte. Havia, além disso, também a preocupação colocada pela “guerra do Contestado” quanto à questão das terras.

Em mensagem ao Congresso Legislativo do Paraná, o presidente do estado, Carlos Cavalcanti de Albuquerque, em 1915, assim se expressa:

“O cultivo do café progride de modo verdadeiramente extraordinário no território noroeste do Estado, que incontestavelmente em não afastados dias concorrerá aos mercados estrangeiros com uma avultada parte da exportação geral. Para isso basta que uma linha de estrada de ferro, atravesse aquele território, aproximando-o dos pontos de embarque, principalmente si, como até aqui, quizerdes manter a taxa mínima que é cobrada sobre este produto, a título de animação, aliás bem necessária para maior e mais rápido desenvolvimento da respectiva exportação.” (Apud CANCIÁN, 1977, p. 65)

Mas como o estado não possuía recursos como os de São Paulo, para financiar uma política de imigração estrangeira visando a extensão da produção cafeeira, procurou-se unir colonização e povoamento sem ônus para o poder público. A alternativa que se apresentava era atrair companhias e capitais privados para o processo de (re)ocupação das terras consideradas devolutas. Foi o que aconteceu. Conforme SERRA (1991, p. 64), desta forma:

“(...) o Estado procurou, na mesma época, reativar outra forma de relacionamento com o capital privado, largamente utilizada na época do Império. Trata-se da participação das empresas, mediante pagamento em terras devolutas, na edificação de obras públicas, de muita importância

⁵⁵ É importante assinalar isso para que não fique a idéia linear de que a cafeicultura iniciou-se no Paraná após o declínio da mesma em São Paulo. Muito pelo contrário, é no auge dela em São Paulo que os cafezais estão-se iniciando no Paraná. O auge da cafeicultura paranaense se dará, aí sim, no início da diversificação agrícola paulista, já na década de 1950, como veremos adiante.

para a viabilidade econômica das colônias e das frentes de ocupação e para a construção das bases em que se daria o avanço do capitalismo no contexto do espaço paranaense.

Tanto os contratos para a colonização, quanto os contratos para a construção de obras públicas, se constituíam em alto negócio para o Estado e para a iniciativa. Para o Estado porque, na época sem dinheiro para custear as obras públicas, podia pagar com terras devolutas, utilizadas como se fossem moeda circulante, e ainda por cima podia contar com a experiência colonizadora das empresas para estruturar o espaço agrário. Para as empresas porque recebiam as terras e em alguns casos concessões para a extração de recursos naturais (madeira de lei e erva-mate, por exemplo) em condições altamente facilitadas, o que por si só já garantia a compensação do retorno financeiro."

A construção do discurso "Norte do Paraná" com as características que mais tarde serão ampliadas, já está presente nas preocupações que os governantes tinham com a região em estudo. Conforme Cecília M. WESTPHALEN et al (1968, p. 2):

"Já, em 1892, na Mensagem ao Legislativo Estadual, o Presidente do Estado do Paraná, pedia ao Congresso uma lei de terras que pudesse prevenir a invasão dos fazendeiros paulistas, plantadores de café, em plena expansão no vale do Paranapanema, cujas terras seriam tão ambicionadas pelos mineiros e paulistas e que, por estes últimos eram consideradas, para a cultura do café, como prolongamento do território do seu Estado."

Também Sebastião PARANÁ (1899, p. 227) no final do século passado já escrevia:

"O Tibagi e o Paranapanema oferecem com os rios Ivínheima e Brilhante, de Mato Grosso, uma via fluvial que, partindo do Jatahy, vai ter ao interior daquele estado central da República, para onde há muito já se exporta algum café e diversos produtos da cana de açúcar, cultivados no Jatahy. "As terras marginais do Tibagi e do Paranapanema, bem como as de seus diversos afluentes são de primeira qualidade e só esperam por vias de comunicação fáceis e econômicas e por braços laboriosos para exibirem ao comércio os seus importantes e inúmeros tesouros."

Alcebiades Cezar PLAISANT (1908, p. 9) nos informa que na região, hoje situada ao norte do estado do Paraná, já haviam andado expedições de exploração da região conhecida como sertão do Tibagi:

"A primeira exploração deve-se a Fernão Dias Paes, o caçador de esmeraldas que conseguiu internar-se até a serra do Apucarana, com a bandeira de seu comando, obtendo aí a submissão dos caciques

Guayanas, Tombu, Socu e outros que mais tarde foram habitar as margens do Tietê, pouco abaixo do Parnaíba, como narra Pedro Taques. A segunda exploração do Tibagi, de que temos ciência por documento oficial, teve lugar nos meados do século XVIII pela bandeira dos irmãos Pedroso Leme, obtendo Angelo Pedroso Leme, do Ouvidor de São Paulo a portaria de guarda-mor da descoberta do Tibagi, portaria essa que causou um sério conflito de jurisdição, que Gomes Freire de Andrade teve de resolver.

A terceira exploração, a mais conhecida de todas, foi feita sob as ordens do Capitão-General de São Paulo, D. Luiz Antonio de Souza Botelho e Mourão, morgado de Mourão, que enviou para Paranaguá o seu primo e ajudante de Ordens, Tenente Coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza, com a missão aparente de descobrir a famosa serra do Apucarana, que a lenda transformara em **novo El Dorado**, mas com o oculto designio de conquistar a província castelhana do Paraguai, em represália às forças de Buenos Aires que haviam desalojado do Rio Grande do Sul os portugueses. (destaque meu)

Aparece, já neste relato, a expressão "Eldorado" que tornar-se-á um dos elementos do discurso "Norte do Paraná" nos anos seguintes.

Muito foram os panfletos que apareceram visando atrair imigrantes para o Paraná. Um deles, escrito em francês dizia o seguinte:

"Aqui vai a propaganda de uma terra admirável, quase desconhecida dos estrangeiros, eu espero que minha audácia (de escrever em francês) ilustrará a divulgação do progresso e das belezas naturais do meu Paraná - **nova Chanaan** - do novo país dos sonhos acidentais, onde bando de aves volteiam no ar, onde as florestas são ocultos tesouros onde as montanhas são de ouro e os rios de esmeralda, onde os luars são envolventes e os nasceres do sol tem a cor de rosas frescas."⁵⁶

É significativo perceber que o discurso "Nova Canãa" será também utilizado em seguida para a região norte do estado do Paraná. Discursos únicos para realidades diversas, que procuram dar a idéia de uma unidade e de uma uniformidade de situações.

Nestor VICTOR (1913, p. 66/67), ao escrever a respeito do "sertão do Tibagi", afirma que este já era considerado como o El Dorado do Paraná, não somente pela existência de ouro e diamantes e outros minerais mas também pela fertilidade impressionante de seu solo. Quando se refere ao "sertão do Jataí" escreve da seguinte forma:

"Contam-se maravilhas da fertilidade das terras no Jataí e noutros pontos.

⁵⁶ MUNHOZ, Alcides. *Le Parana pour L'étranger* Curitiba : Econômica . 1907, p. 10/11. Apud Décio SZVARÇA (1993, p. 49)

"O tabaco é silvestre no Jataí. as batatas doces e outros tubérculos alimentícios atingem lá proporções descomunais e nascem em qualquer tempo sem reclamar cuidados do plantador. a região onde se acha o aldeamento de S. Pedro de Alcântara é, segundo as descrições, simplesmente assombrosa, coberta de espessa floresta, rica de caça e de excelentes madeiras de construção."

(...)

"Mais feliz, já nos nossos dias, é o extremo **Norte do Paraná**, o vale do rio das Cinzas, por ser a nossa zona caracteristicamente cafeeira, ou de terra roxa. (destaque meu)

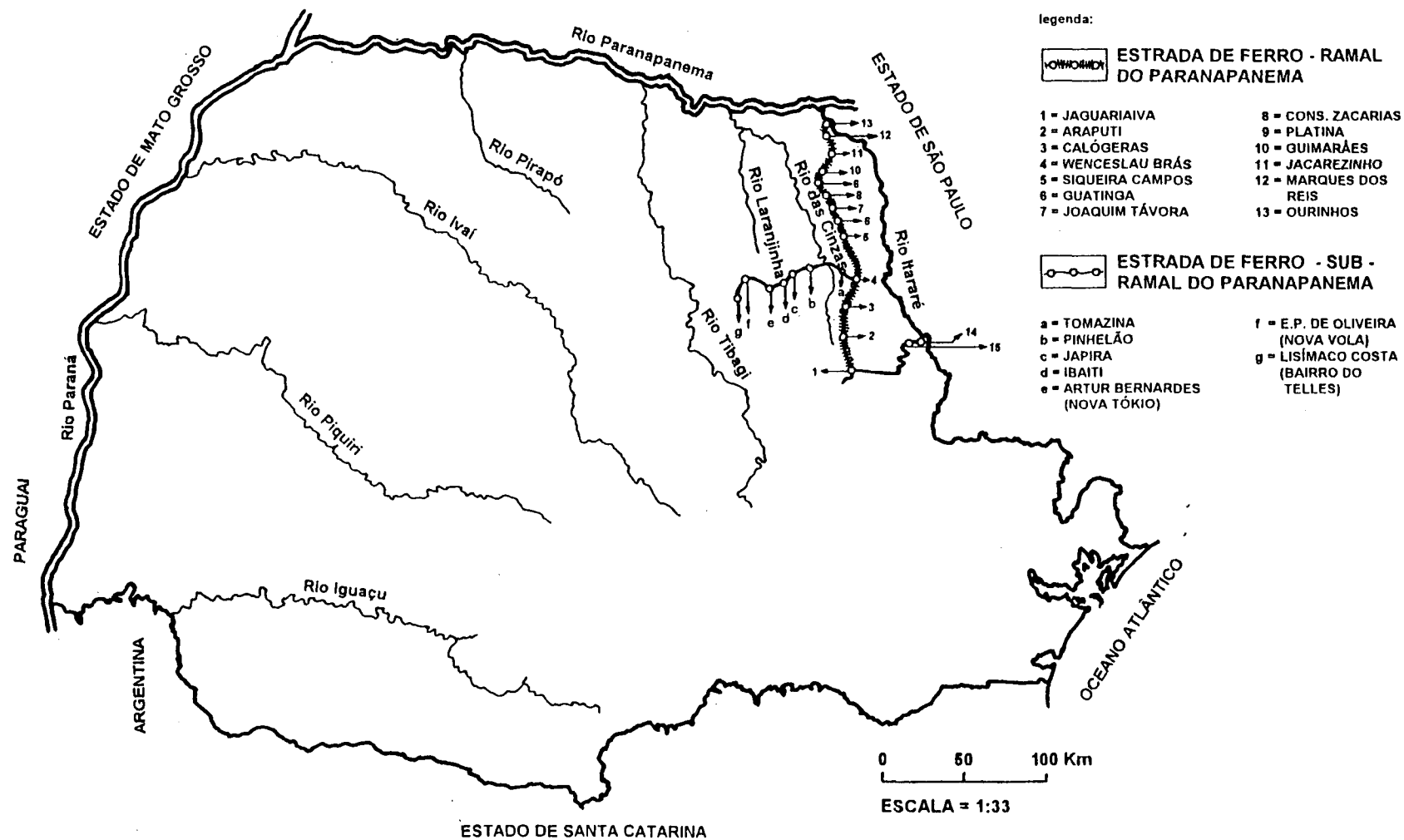
Em minha pesquisa, observei que a expressão "Norte do Paraná" aparece aqui pela primeira vez, configurando-se apenas o que era considerado como tal, isto é, a região nordeste do estado, ocupada até o vale do Rio das Cinzas, com aquelas características que seguirão sendo repetidas incessantemente. No Mapa nº 3, pode-se ter uma idéia do que estava (re)ocupado, bem como os ramais ferroviários existentes, em torno de 1915, no que era chamada de região norte-paranaense.

3.2.- A VIOLÊNCIA E A EXCLUSÃO ATINGEM PRINCIPALMENTE O ÍNDIO.

Em torno de 1840, a presença indígena na região em estudo já havia sido detectada e sabia-se que haviam indígenas Kaingang (a maioria) e também Guarani que viviam dispersos por todo o território conhecido desde então. Assim, no mesmo momento que se iniciava a (re)ocupação das terras situadas hoje ao norte do estado do Paraná, é editado o Regimento das Missões (Decreto nº426 de 24/07/1845) que sintetizou as diretrizes fundamentais para a política indígena naquele momento.

Antes disso, a política indigenista do Império, a partir de 1822, faz-se através de meios "brandos e pacíficos" que eram os indicados por José Bonifácio de Andrada e Silva, isto é: - o comércio como forma de aproximação entre brancos e índios; - os casamentos mistos entre brancos, mulatos e índios para unir as raças e formar a unidade nacional; - catequese dos índios pelos missionários que seriam enviados às aldeias e missões de contato. Este missionário concentraria tanto o poder político quanto religioso, e, para isso, contaria com forças militares que ficariam aquarteladas próximo às aldeias; os índios deveriam se dedicar à agricultura de autossustentação e comercial.

MAPA Nº 3 – NÚCLEOS URBANOS E FERROVIAS – NORTE DO ESTADO DO PARANÁ – 1916



Fonte: KROETZ, Lando R., 1985, p. 76

Essa nova política se inicia com um decreto de 1831, que revogou as cartas régias que legalizaram a guerra aos índios e a sua escravização. Na então Quinta Comarca de São Paulo, futura Província do Paraná, a catequese foi entregue aos missionários capuchinhos que, a partir de 1840, vieram da Itália para ministrar catequese aos indígenas de vários Estados. GAGLIARDI (1989, p. 32), ao analisar a situação, deste momento, no que se relaciona à questão indígena, a nível nacional, afirma:

“Em 24 de julho de 1845 foi promulgado o decreto nº 426, que estabelecia as normas de administração das populações indígenas brasileiras. O decreto, em essência, tinha por finalidade introduzir o indígena num modo de vida tipicamente europeu, transformando-o em trabalhador braçal e liberando, com isso, os imensos territórios que originalmente eram seus. Em 18 de setembro de 1850, foi decretada a Lei 601 - Lei de Terras -, que, associada ao Decreto nº 426, veio legitimar a ocupação das terras indígenas. De acordo com o artigo 12 dessa lei, cabia ao Governo reservar terras "para a colonização dos indígenas.”

Nesta perspectiva é que o aldeamento de S. Pedro de Alcântara foi inaugurado em 1855, para instalar índios Guarani. Entretanto os Guarani (Kayoá) estavam fixados na região desde 1852, oriundos da expedição de Elliot e também da expedição frustrada de Sanches ou ainda que viviam dispersos pelas florestas, conforme documento deixado por frei Timotheo, onde registrava a chegada de pequenos grupos, vindos da região do rio Paraná e Mato Grosso. Assim, em 1854 calculava-se uma população de 200 pessoas; mas havia também, na região em estudo, os índios Kaingáng. Conforme TOMMASINO (1995, p.112):

“Os primeiros contatos entre os Kaingáng com os brancos e Kayoá se deram a partir de dezembro de 1858. Dezenas de Kaingáng apareceram às margens do Tibagi, fato que deixou os Kayoá, os brancos e os escravos africanos apavorados. A fama dos Kaingáng, conhecidos pela sua capacidade de resistência desde o início da colonização, tinha se espalhado por todo o sul do país, ficando a sua imagem repleta de idéias de ferocidade e selvageria. Os Guarani, que já os tinham como inimigos míticos e lendários, colaboraram na consolidação dessa imagem aos brancos e africanos. Esse imaginário branco mais tarde irá compor o próprio imaginário Kaingáng sobre seus antepassados e será um elemento importante na construção de sua identidade nos movimentos sociais contemporâneos.

Nessa primeira "visita" a S. Pedro de Alcântara, os Kaingáng destruíram as roças dos Kayoá e saquearam as casas do aldeamento. A partir de janeiro do ano seguinte, reaparecem em vários pontos: não só na colônia militar e no aldeamento do Jataí, mas também nas fazendas S. Jerônimo, Inhoó, Monte Alegre e Fortaleza, todas elas constituídas dentro do território Kaingáng.”

Para fazer frente à presença Kaingáng, concomitante à instalação da Colônia Militar de Jataí, além da instalação do aldeamento de índios Guarani (São Pedro de Alcântara), em 1859, mais próximo das cabeceiras do rio Tibagi, foi fundado o aldeamento de São Jerônimo com a finalidade de aldear índios Kaingáng. A razão disso, tinha por base o fato de que estes eram muito mais belicosos além de serem inimigos dos Guarani. Entretanto, este fato não foi muito significativo, pois não foi possível manter a separação entre os dois grupos, já que, em 1864, a população indígena do aldeamento de São Jerônimo, era composta de 290 índios Kaingáng e 320 Guarani (Caiuá).⁵⁷

Em 1868, o presidente da Província do Paraná, José Feliciano Horta de Araujo, procurando contornar os problemas nos diversos aldeamentos existentes no Paraná, e também a questão do conflito entre índios e brancos, propõe três medidas para resolver a questão: conquista, catequese e civilização dos índios. Assim se expressa:

“(...) Compreendeis qué me não refiro á conquista, que extermina. Fallo de conquista em virtude da qual o homem civilizado por assim dizer toma posse do selvagem, de modo que este sinta e reconheça a superioridade daquele (...). Enquanto o indígena puder evitar o contacto com o homem civilizado, fal--ha. É preciso pôr obstáculos á satisfação do instinto que o leva a continuar a ser o que é. Dahi a necessidade de aldeamentos, onde tem logar os serviços dos catechistas. Logo apoz cumpre chamar o indígena aos habitos da civilização por meio de trabalho bem dirigido...”⁵⁸

Mas o contato do colonizador com os índios Kaingáng continuava, na esperança de poder haver uma convivência “pacífica” entre eles. Entretanto, este encontro gerava situações não previsíveis:

“Em 1877 uma epidemia de varíola atingiu os aldeamentos de S. Pedro de Alcântara e S. Jerônimo. Wachovicz afirma que numa semana mais de 400 índios foram vitimados no Tibagi. Os que não morreram, apavorados, abandonaram o aldeamento. Despovoada, a sede da paróquia foi transferida para a outra margem, ou seja, para a colônia do Jataí. Mesmo assim, frei Timotheo, o diretor, permaneceu no aldeamento com alguns poucos índios que restaram. Com a sua morte em 1895, não se tem notícias dos fatos posteriores, já que as informações até então existentes provinham dos relatórios escritos pelo frei dirigente. (TOMMASINO, 1995, P. 119)

⁵⁷ Conforme Relatório do Presidente da Província do Paraná, José Feliciano Horta de Araújo, 1868, p. 28-9. Arquivo Público do Paraná. Apud REIS (1988, p. 27)

⁵⁸ Relatório apresentado na abertura da 1ª Sessão da 8ª Legislatura pelo Presidente José Feliciano Horta de Araújo, no dia 15 de fevereiro de 1868, apud HELM, Cecília (1974, p. 61)

A idéia tão disseminada na época e ainda hoje presente, de que o indígena era “preguiçoso e indolente” é questionada em Relatório de 1868 onde ficam demonstrados que eles produziam excedentes consideráveis, além de receberem “salários” no montante de 400\$000 pagos aos Coroados (Kaingáng) e 800\$000 aos Caiuás (Guarani).

59

O discurso sobre os indígenas era o mesmo no estado vizinho. No processo de (re)ocupação em áreas para a cafeicultura em São Paulo muitos foram os momentos de luta entre os índios e os “brancos”. A Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo em 1904 assim expressava-se quanto à exploração do Rio do Peixe :

“O caminho do progresso da cultura d'esta zona está claramente indicado. Os Campos Novos do Paranapanema é o sertão mais fácil de povoar que o do Rio Feio e Aguapehy. Cruzado já por uma estrada de rodagem que se acha construída até a Foz do Rio Santo Anastacio e sendo em via de prolongamento uma importante estrada de ferro que penetra na sua parte central, não pode continuar por muito tempo a estagnação de seu povoamento. **O inimigo perfidioso, sanguinário e vingatório, o corôado selvagem, finalmente terá de aceitar a civilização e emigrar ou succumbir** e o sertão , o admirável sertão abrir-se-ha, sem condições, **aos inteligentes e valentes pioneiros da cultura e da humanidade**” (Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo. “A Exploração do Rio do Peixe” 1904)⁶⁰

Como se pode perceber, a visão dos “colonizadores” no estado de São Paulo sobre os indígenas (Kaingáng) era muito clara e não deixava dúvidas sobre a forma de como deveriam agir para livrarem-se deste “impecilho ao progresso”. Será que os “colonizadores” do outro lado do rio, no Paraná, pensavam diferente daqueles? Conforme Juracilda VEIGA (1994:34):

“Pode-se dizer que, a partir da segunda década do século XIX, com o interesse crescente da sociedade luso-brasileira sobre as terras ocupadas pela população Kaingáng, a conquista dessas terras realizou-se à custa da violência generalizada contra todos os grupos que se opuseram a ela, violência essa freqüentemente praticada por grupos indígenas já submetidos e aliados ao “branco”, armados e subvencionados pelos governos provinciais. Nessa triste história destacaram-se os nomes de alguns caciques Kaingáng que serviram aos interesses lusos-brasileiros como os de Condá, Viry, Doble, Portela, Prudente e Fongue.”

⁵⁹ Informações constantes em ORLEANS, Frei Casemiro Maria de - **Pai dos Coroados**. Curitiba: Max Roesner, 1957, p. 201. Apud REIS (1988, p. 31)

⁶⁰ Esta citação retirada de PINHEIRO, Niminon Suzel (1992, p.74), possui uma imprecisão da datação, pois aparece como sendo em 1904, 1906 e 1907. Mesmo assim como são próximas e para efeito deste trabalho não altera muito a questão.

Em 1906, Edmundo Krug viajando pelas margens paulistas do rio Paranapanema, com o objetivo de coletar informações sobre a origem e os costumes dos indígenas da região

"(...) alguns já mansos, de integração iniciada ao gremio da civilização, outros ainda bravos, de vida errante pelos campos e florestas, mas todos condenados à mais completa e rápida absorção pela onda do progresso que ao desdobrar da via férrea, vai transformando as matas em ridentes cafezais e pontuando o solo de opulentas povoações..." (KRUG, 1924, p. 329)

O mesmo autor, ao encontrar índios Coroados (Kaingáng), oriundos do aldeamento de Jataí, no Paraná, observa que os mesmos andavam com os corpos, roupas e utensílios sujos. Reconhece assim, como foram transformados pela sociedade envolvente:

"É, na verdade, incompreensível o que a cultura produz: lá fora, nas **matas virgens** o Coroados é amante da água, aqui entre homens civilizados adquirem hábitos completamente **contrários** aos que possuíam antes de serem domesticados !! " (idem, p.320)

No Paraná, apesar da existência de aldeamentos na região em estudo, essa não era a única forma de se tratar a questão indígena, pois aconteceram muitas denúncias de chacinas de índios Kaingáng em 1911 em muitos jornais de expressão nacional, como **O Paiz**, **Jornal do Commercio**, **O Estado de São Paulo** e o **Jornal do Brazil**. O jornal **O Estado de São Paulo**, denunciou o massacre dos Kaingáng de Santo Antonio da Platina em 1911, da seguinte forma:

"O inquérito requerido por esta Inspectoria, para apurar a responsabilidade da denúncia do massacre de índios cayuás, [na verdade Kaingáng - o jornal fez confusão] terminou pela denúncia de 14 **bugreiros**, pela promotoria pública. Os ferozes algozes dos silvícolas, há tres mezes, os perseguiram durante cinco dias, sem lograrem encontrá-los. Tendo-se exgotado a provisão de alimentos, regressaram a Santo Antonio da Platina. É gravíssima a situação dos índios caingangues que habitam as florestas compreendidas **entre os rios Cinzas e Laranjinha**. Suas terras passaram a domínio particular, apesar da posse immemorial, como se fossem devolutas. Os felizes proprietários querem a ferro e fogo esbulhar os silvícolas de seus legítimos domínios. ... (apud TOMMASINO, 1995, p. 121/122)

Mesmo assim, a situação nos aldeamentos não era tão tranqüila. Os índios aldeados não cumpriam com as ordenações e exigências do Frei Timotheo. Não deixavam as plantas crescerem em seus quintais, cultivavam o tabaco, além de ocorrerem muitos conflitos violentos entre eles. Em 1895, com a morte de Frei Timotheo extinguiram-se os

aldeamentos. Até 1912, várias tentativas foram feitas para reorganizar os aldeamentos, entretanto todas foram infrutíferas.

A exclusão e a violência andavam juntas desde que o branco "civilizado" resolveu penetrar nos territórios dos "sertão do Tibagi". Isso também aconteceu no "sertão do Paranapanema" do outro lado do rio do mesmo nome. Analisando a situação em São Paulo, mas que serve muito bem para a região em estudo, nos diz claramente PINHEIRO (1992, p. 179):

"O "mundo civilizado" queria se apropriar definitivamente das terras indígenas, mas para isso, teria que travar um longo combate com os grupos indígenas locais. Neste combate, as bases ideológicas da legislação indigenista (idéias de progresso e de atraso por exemplo) auxiliaram e justificaram, perante a maioria da população de então, a utilização da violência contra os irredutíveis Kaingáng. Aldeamentos ineficientes e massacres foram as opções que os civilizados colocaram para o contato aos povos indígenas"

Em 1912, já sob a égide do Serviço de Proteção ao Índio e Localização do Trabalhador Nacional (SPILTN), há um fato muito interessante que demonstra claramente que a (re)ocupação da região em estudo e do extremo oeste paulista processavam-se concomitantemente e que tinham uma mesma atitude para com os indígenas. Na expansão sobre o território Kaingáng do outro lado do Paranapanema, um grupo de Kaingáng das reservas do Paraná, em número de 12, foram deslocados para aquela região com a finalidade de atrair e pacificar os índios. Isso demonstra que havia uma política unificada de como tratar os índios dos dois lados do rio e nos dois estados. Por outro lado, demonstra que a (re)ocupação e a conquista dos territórios se fazia em São Paulo, no mesmo momento que estava ocorrendo na região em estudo.

Em 1910, depois de muitos conflitos entre os indígenas e os empreendedores capitalistas, em várias regiões do Brasil, há a intervenção do governo federal para dar conta da questão, com a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores nacionais (SPILTN). ⁶¹Uma coisa muito interessante de notar é que este órgão governamental, incluía tanto a questão indígena quanto a do caboclo, pois o governo federal estava preocupado com ambos. Isto nos indica SOUZA LIMA (1995, p. 119) quando faz a seguinte citação:

"O Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (*tendo-lhe sido acrescida esta última parte, no momento da*

⁶¹ Para uma análise das origens da política indigenista republicana, seus fundamentos políticos e ideológicos, as condições históricas de sua institucionalização e as práticas desenvolvidas é fundamental ler SOUZA LIMA (1995). Esta obra é um marco divisor nas análises sobre a política do SPILTN. Depois dela devem ser revistas todas as posições sobre a atuação de todos os que participaram deste Serviço e que escreveram sobre ele.

*criação, em razão do engrenamento do problema indígena com o trabalhador sertanejo, pela relação do selvagem, do pacificado e do caboclo já fundido na população) nasceu, como V. Ex. sabe, do êxito dos processos praticados pelo então Tenente-Coronel Cândido Rondon, para pacificação das tribos silvícolas encontradas em seu caminho, ao fazer a travessia do Brasil central estendendo a linha telegráfica de Mato Grosso ao Amazonas, processos já empregados pelo saudoso naturalista Dr. João Barbosa Rodrigues na pacificação dos Crichanás, em 1874; e da denominação de que se poderia conseguir com os mesmos efeitos em todas as regiões do Brasil onde ainda se encontrassem, como infelizmente se encontram, índios selvagens, isto é - *brasileiros reduzidos à condição de brutos, inúteis a si e à coletividade e, o que é mais, entravando, em mais de um ponto, o aproveitamento da terra e das forças naturais, ele inclusive, e sendo exterminados barbaramente, como feras, por pseudocivilizados sem consciência e sem alma, a quem o índio involuntariamente prejudicava na tranquilidade e na cobiça...*". (destaques do autor citado)⁶²*

Creio que a melhor idéia que se pode utilizar para entender a relação do governo dos "brancos" contra os indígenas é o de conquista. Assumo aqui o que Antônio Carlos de SOUZA LIMA (1995, p. 47) afirma:

" A idéia de **conquista** supõe uma certa disposição de linhas de forças entre um eu/nós e um outro radicalmente distinto, ao ponto de se duvidar de sua humanidade, oscilando das relações de violência (características de toda a guerra) às relações de poder, e implica numa certa forma de busca de sentidos alheios nos atos alheios, tarefa essencialmente semiótica. As empresas conquistadoras envolvem uma grande e necessária agilidade frente ao desconhecido humano e seu nicho geográfico de modo a dar as respostas adequadas à obtenção dos fins pretendidos. Por processos essencialmente criativos, ainda que fora do estoque imaginário original do conquistador, age-se, se necessário, encenando aquilo em que não se acredita: o ponto de partida fundamental e o operador da *conquista* é a própria consciência da alteridade e a capacidade de utilizá-la instrumentalmente para prever os passos e manipular o inimigo. Distingue-se, destarte, da descoberta, ato que se dirige à natureza, a espaços desconhecidos, onde o encontro entre seres humanos não é o centro mesmo da empresa."

A outra categoria que pode explicar a ação dos "brancos" sobre as sociedades indígenas em todo o território nacional é a de **poder tutelar** adotada pelo autor acima citado:

"Com a categoria de **poder tutelar** pretendo, pois, descrever uma forma de ação sobre as ações dos povos indígenas e sobre seus territórios, oriunda e guardando continuidades implícitas com as conquistas portuguesas e

⁶² Trecho retirado de Brasil, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio/ SPILTN, Relatório de Diretoria/ 1917, p. 1 Serviço de Documentação do Museu do Índio/FUNAI, m. 380, f. 1239. in SOUZA LIMA (1995, p. 119/120)

sua administração por aparelhos de poder que visavam assegurar a soberania do monarca lusitano sobre terras dispostas em variados continentes. Modalidade de poder de um Estado que se imagina nacional, ou melhor, de uma comunidade política dotada de um Exército profissional, comunidade esta entendida aqui como um conjunto de redes sociais estatizadas, com pretensões a abarcar e submeter a multiplicidade de comunidades étnicas diferenciadas e dispostas num território cuja predefinição face a outras comunidades políticas igualmente heteróclitas é relativa e instável. O **poder tutelar** pode ser pensado como integrando tanto elementos das sociedades de soberania quanto das disciplinares. Mas antes de tudo é um poder estatizado num aparelho de pretensa abrangência nacional, cuja função a um tempo é estratégica e tática, na qual a matriz militar da **guerra de conquista** é sempre presente.” (idem, p.74)

Definido as características do poder tutelar, e tendo, como elemento fundante da (re)ocupação e da “pacificação” dos indígenas, a guerra de conquista, a melhor alternativa que se apresentava, era a criação de um instrumento para isso, assim foram criadas as reservas indígenas. Conforme Antonio Carlos de Souza e Lima:

“O melhor produto da dinâmica tutelar seria, talvez a figura das **reservas indígenas**, i. é., porções de terra reconhecidas pela administração pública através de seus diversos aparelhos como sendo de posse dos **índios** e atribuídas, por meios jurídicos, para o estabelecimento e manutenção de povos indígenas específicos. Territórios definidos às custas de um processo de alienação de dinâmicas internas às comunidades étnicas nativas compõem parte de um sistema de um sistema estatizado de controle e apropriação fundiária que se procura construir como de abrangência nacional. Sua finalidade é disciplinar o acesso e utilização das terras, ao mesmo tempo mediando sua mercantilização, aplicando-lhes sistemas de registro e cadastramento (...) às diversas unidades sociais surgidas historicamente da(s) conquista(s). As **reservas** são também mananciais de riquezas (terras para agricultura, pecuária e extração de minerais, florestas para extração de madeiras, borracha, castanha etc.) mantidas pela administração tutelar para exploração direta ou indireta (através de arrendamento) sempre em suposto benefício dos nativos e utilizando seu trabalho.(idem, p. 76)

Em um Relatório do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio (RMAIC) de 1911 temos de um modo sumariado e muito claro o que o SPILTN se propunha a fazer:

“O desbravamento dos sertões, o surto industrial como assentamento das linhas telegráficas e de estradas de ferro, a apropriação das terras para culturas várias, o aproveitamento das cachoeiras como força hidráulica, tudo isso, que representa em extraordinário movimento benéfico de trabalho e grandeza, patenteou, por outro lado, os malefícios que iam sendo causados aos infelizes índios brasileiros, sempre e cada vez mais vitimados pela ação do invasor de suas terras, sendo também certo que tal

fato movia o ódio e a vingança do aborígene, que assim aparecia como um embaraço, um tropeço, um entrave à civilização.

(...)

A situação se apresentava clara e iniludível. *Ninguém criaria o problema indígena, ninguém o inventara, ele se impunha em meio da nossa vida nacional.* Era um elemento a aproveitar ou a destruir. Ou seguiria com o progresso ou seria esmagado por este. Mas o progresso não é cego, antes se exerce por uma ação consciente formada pela evolução cultural da humanidade.

(...)A questão social e econômica colocou bem claramente os termos do nosso problema nacional. *Trata-se de aproveitar para o progresso do país uma grande força até hoje improdutiva, tirando-se dela tudo quanto de útil possa dar; trata-se de, pela pacificação do selvagem, tornar acessível o sertão brasileiro para a grandiosa obra do trabalho eficaz sobre as terras, cortadas por linhas férreas e cobertas de culturas agrícolas, pecuárias e industriais; trata-se de, pela educação racional, dar à pátria um grande número de filhos capazes de servi-la e engrandecê-la*

(...)

Mas, semelhante ação, que encerra certamente um alto desígnio moral, só pode se exercer agora, no pé a que chegou a questão indígena, por fortes elementos de defesa em face da atitude agressiva do índio desconfiado e esquivo.

É um combate *sui generis*, paciente e longo, calmo feito de energia e firmeza, de coragem e resignação, de devotamento e sacrifício.

(...)

A Comissão Rondon tem o privilégio singular de cair dentro do domínio do dever militar ...

De fato, graças à abnegação de seus membros, ele já tem conquistado largos trechos do território nacional, que até agora se tinham conservado alheios ao nosso incipiente estado de civilização. E, com o território, tem feito igualmente a conquista da população nele mais ou menos localizada.

Verdade é, os novos bandeirantes seguem dos antigos apenas os exemplos de intrepidez e de constância. Ao ataque armado respondem atirando para o ar e, passada a crise aguda, procuram malocas dos selvagens para lhes oferecer presentes. As provas de afeição e de fraternidade lhes tem valido mais do que as poderosas qualidades balísticas das carabinas. Mas (...) a conquista se vai fazendo paulatinamente, porém, seguramente.

Encarando-se a incumbência confiada a esta comissão do ponto de vista do papel atual dos exércitos - defesa da integridade do território nacional e manutenção da ordem interna - ninguém negará que ela esteja desempenhando uma função militar, pois não se pode chamar íntegro um território onde tantos trechos existem fora da ação do Governo do país, e esta é a situação das florestas onde os selvagens dominam. Trazendo-os à obediência ao Governo do país e estabelecendo ordem entre as tribos selvagens, de uma para outra, e entre elas o pseudocivilizado, a comissão cumpre, pois, um dever militar.

A Comissão Rondon (ou o Serviço de Proteção aos Índios) constitui nesse particular uma verdadeira escola de aplicação para uma parte importante do serviço de Estado Maior e para a engenharia de campanha. (Apud SOUZA LIMA (1995, p. 151/1523 - NOTA Nº 40)

Apesar de ser uma longa citação, acredito ser ela necessária para elucidar a ação do SPILT. Poderíamos comentá-la em detalhes, mas creio que é importante apenas indicar

que há, com algumas nuances, uma continuidade entre este pensamento e o de D. João, expresso na carta régia citada. Cem anos após, a política para com os índios é aquela que diz: submetam-se ao poder maior ou serão submetidos ou mortos.

Das conseqüências resultantes da “pacificação”, a mais imediata compreensão para todos os que viveram e sofreram a resistência dos índios “bravos” foi a expansão da (re)ocupação. Conforme PINHEIRO (1992, p. 178):

“Neste amálgama homem/natureza se cristalizou a percepção do mundo Kaingang, bastante distinta do ímpeto “progressista” do desbravador das matas e dos campos do Ocidente paulista. A natureza para o pioneiro, ao contrário do que ela representava para os Kaingang, era algo extemo, inóspito, perigoso, traiçoeiro, algo que, obrigatoriamente, tinha que ser conhecida, dominada e controlada para, no futuro, propiciar um determinado tipo de posse e de lucro.

Mas o “sertão” não era tão despovoado quanto parecia. Além dos povos indígenas, havia a presença de muitos caboclos que viviam na região em estudo. Quase nada aparece registrado em documentos e depoimentos da e sobre a época. Um que encontrei é o de José da Fonseca Lemos que encaminhou a Júlio Estrela MOREIRA (1974) relatando a viagem de Antonio Fonseca Lemos em 1888 rumo ao local que mais tarde seria a cidade de Jacarezinho. Nele relata que encontrou no meio daquela empreitada um caboclo chamado Manoel Brizola Veado e uma menina de 14 a 15 anos, que havia se apossado de três águas: a Prata, a Estiva e a Alambari, caracterizando assim a presença deste personagem pouco citado.

Sobre os caboclos, posseiros ou “trabalhadores nacionais” que durante este período ainda estavam sob o olhar do SPILTIN cabe lembrar o que MARTINS (1990, p. 17) afirma, ao se referir ao caso brasileiro:

“(...) o avanço do capitalismo não dependeu da abertura de um espaço livre à ocupação do capital. O trabalhador já era expropriado. Foi o próprio capital que, com a crise do trabalho escravo, instituiu a expropriação camponesa da terra; uma contradição evidente num momento em que o capital necessitava de força de trabalho, de trabalhadores destituídos de toda a propriedade que não fosse unicamente a de sua própria força de trabalho. Por essa razão, o nosso camponês não é um enraizado. Ao contrário, o camponês brasileiro é um desenraizado, é migrante, é itinerante. A história dos camponeses-posseiros é uma história de perambulação.”

Indígenas e caboclos viviam num vasto território onde a presença daqueles que estavam interessados na terras para a valorização para o capital estava apenas iniciando-se.

CAPÍTULO QUATRO

A (RE)OCUPAÇÃO EM COMPASSO DE ESPERA

Neste capítulo analisarei como a (re)ocupação da região em estudo desenvolveu-se mais lentamente e também como, neste período (1916-1945), foram criadas as condições para que, no seguinte, (1945-1970), ela fosse (re)ocupada completamente.

Se no período anterior (1840-1916), a presença do governo do Paraná aparece como “apenas preocupado”, com o que estava acontecendo na região norte do estado, neste, ele atua de modo mais efetivo.

A cronologia aqui utilizada (1916-1945) foi estabelecida em função de que, através da Lei Estadual 1642 de 5 de abril de 1916, há uma interferência direta do poder público, fazendo com que as terras devolutas pudessem ser ocupadas de modo mais rápido, através de concessões governamentais a empresas particulares. Além disso os trabalhadores nacionais passaram ter as mesmas oportunidades que os estrangeiros de ter acesso à terra no Paraná.

O período termina em 1945, porque também neste momento se alteram as condições internas (regionais e nacionais) e externas (com o fim da Segunda Guerra e do Estado Novo) o que permitirá desdobramentos políticos, sociais e econômicos significativos na região em estudo.

No curto período de 1914 a 1945 o mundo todo transformou-se radicalmente. A eclosão da Primeira Guerra, a Revolução Russa, a emergência do Fascismo na Itália e do Nazismo na Alemanha, a Grande Crise de 1929 e a eclosão da Segunda Guerra em 1939 fizeram com que todas as idéias, as propostas sociais, econômicas e políticas existentes sofressem um impacto significativo. Era necessária uma nova estruturação no mundo, em todos os sentidos, pois como muito bem colocou Eric HOBSEBAWN (1995:59): *O passado estava fora de alcance, o futuro fora adiado, o presente era amargo, a não ser por uns poucos anos passageiros em meados da década de 1920.*⁶³

Tendo, como pano de fundo esta situação externa, na qual o Brasil esteve relacionado, quando não envolvido diretamente, pode-se afirmar sem sombra de dúvida que internamente, este período foi politicamente, um dos mais conturbados possíveis. Somente para citar relaciono alguns fatos: Revolta do forte de Copacabana em 1922, o movimento de 1924 em São Paulo, a “Coluna Prestes (1924-1927)”, a chamada “revolução de trinta”, o movimento constitucionalista de 1932 em São Paulo, em 1935, a insurreição comunista, o movimento Integralista de Plínio Salgado, desembocando na ditadura do Estado Novo (1937-45). Estes fatos todos terão maior ou menor influência no processo de (re)ocupação das terras situadas ao norte do estado do Paraná, como veremos mais adiante.

No nível estadual, o período inicia-se com uma grande preocupação: o fim da “Guerra do Contestado”, que consumiu recursos financeiros e esforços militares por parte do governo paranaense. O resultado é que com seu final, o Paraná perde uma parte

⁶³ Para uma análise sintética sobre este período remeto a Eric HOBSEBAWN (1995, p. 29-219)

significativa de seu território mas, por outro lado, tinha uma definição dos seus limites espaciais.⁶⁴ Até 1930, a política estadual tem o comando dos grandes latifundiários vinculados ao mate e à pecuária e a preocupação com a política de terras estará centrada na possibilidade de se conseguir aumentar a receita do governo através dos impostos da (re)ocupação das novas terras.

De 1930 a 1945, politicamente, o Paraná esteve nas mãos dos interventores nomeados por Getúlio Vargas, general Mário Tourinho e depois Manoel Ribas. Este, no interregno da vigência da constituição de 1934, foi eleito governador do estado, para em 1937, após o golpe que instalou o Estado Novo, voltar a ser interventor. Neste sentido, a política estadual tinha uma nítida configuração: ser apenas uma decorrência dos projetos governamentais em nível nacional. E isto fica patente no que se refere à questão da (re)ocupação das terras.

É necessário destacar que, neste momento, a situação econômico-financeira do estado do Paraná era de déficits crescentes e a postura do governo era a de que não se podiam fazer mais empréstimos externos para pagar os empréstimos antigos. O mate e a madeira, principais produtos de exportação paranaense encontram-se, neste momento em situações opostas: enquanto a exportação da madeira era crescente a do mate era declinante. Entretanto, iniciava-se a consolidação de um parque cafeeiro significativo na região Nordeste, pois em 1938, conforme Francisco MAGALHÃES FILHO (1972, p. 51), *"a produção paranaense alcançou 540.000 sacas, com um valor total de quase 44 mil contos. Isto significava que a cafeicultura paranaense ocupava o 5º lugar no Brasil e que, quanto ao valor da produção, o café ocupava o 2º lugar entre as lavouras paranaenses (abaixo do milho), com 19% do total."*

A política de concessões de terras para empresas colonizadoras foi adotada, pois desta forma, acreditava-se que poderia haver uma maior procura de terras e assim elevar a receita estadual. Sobre isso escreve CANCIÁN (1977, p. 80):

"As grandes concessões de terras feitas pelo Estado a particulares durante a década de 1920 (...) era uma das fontes de renda mais promissoras. Loteadas as terras, os impostos de transferências rendiam tanto quanto a própria produção agrícola."

A questão das concessões colocara-se definitivamente com a lei estadual 1642 de 5 de abril de 1916 e logo depois enfatizada por outra lei a 1845 de 19 de março de 1919. Através delas, empresas consideradas "colonizadoras" poderiam receber concessões do estado do

⁶⁴ A "Guerra do Contestado" trará também saldos significativos para a construção de uma historiografia paranaense que buscava definir uma "identidade" para o Paraná. Sobre este aspecto remeto ao trabalho de Luiz Francisco Lopes PEREIRA (1996, p. 96 e ss.).

Paraná até 50.000 hectares para desenvolver projetos onde se estabeleceriam colonos nacionais e estrangeiros. Os lotes de terras deveriam ser individuais tendo, na média, de 5 a 25 hectares cada.

As empresas colonizadoras poderiam comercializar livremente as terras, mas deveriam implantar um mínimo de infra-estrutura necessária à segurança e à prosperidade do loteamento. Elas teriam oito anos para a demarcação e o loteamento das terras. Se não fizessem isso, no prazo determinado, a área não colonizada voltaria ao domínio do estado do Paraná, sem ônus para o mesmo.

A partir de 1919, muitas foram as concessões efetuadas na região em estudo. Dentre elas podem ser citadas as seguintes: Corain e Cia, Leopoldo Paula Vieira, no então município de São Jerônimo, a Augusto Loureiro, James Cody Terry e Percy James Allen, no então município de Tibagi. Em 1920 e 1921, ainda no município de Tibagi, foram feitas as concessões a Jacob Petry e Cia., José Hauer Junior, Geniplo dos Santos Pacheco, e a Antonio Alves de Almeida.

Em 1922, o governo alterou a legislação anterior. Conforme Maria LIMA (1993, p. 57):

“Em 1922, algumas cláusulas da lei 1642 foram revogadas. Desta data até 1930, novas concessões foram realizadas. Porém, o foram através de vendas, em transações diretas entre o Estado e as Empresas, que se tornaram revendedoras das terras devolutas, e não mais com o pagamento gradativo das concessionárias ao estado de acordo com o assentamento dos colonos. Deste novo sistema de concessões nasce a Companhia de terras Norte do Paraná”.

Mas, conforme Ana Yara LOPES (1982, p. 71), o governo estabeleceu novas normas restringindo a ação dos concessionários querendo fiscalizá-las mais de perto. Para isso:

“Passou a estabelecer prazos para cada etapa da colonização, como, por exemplo, 2 anos para demarcação das terras, ao fim do qual, se esta não tivesse sido realizado, reverteriam as terras ao estado, declarando caduca a concessão.”

De um modo ou de outro, posterior a esta nova lei (nº 2125 de 31/3/1922) foram concedidas no município de São Jerônimo as concessões a João Leite de Paula e Silva e à União Cooperativa Humanitária do Brasil, esta depois transferida a Manoel Firmino de Almeida. No município de Tibagi, a José Carvalho de Oliveira que passou a Casemiro de Souza Lobo; a Hacker e Cia. (decorrente da unificação dos contratos feitos com Loureiro, Terry, Allen e Petry). Além dessas, a maior de todas as concessões foi a da Companhia Marcondes de Colonização, Indústria e Comércio S.A., nos municípios de São Jerônimo e Tibagi. A esta

companhia, foi feita também a concessão para a construção da Estrada de Ferro Central do Paraná, que pretendia fazer a ligação entre o rio Paranapanema e Paranaguá. Em 1923, a concessão dada a Hacker (que já tinha unificada outras) foi transferida a Antonio Alves de Almeida que assim passou a ter sob seu domínio 300.000 ha. no então município de Tibagi.

Esta política de colonização tinha sido pensada pelo governo paranaense para fazer frente à falta de recursos para promover a colonização, pois conforme CANCIÁN (1977, p. 118):

“No século XX, diante do atraso em que permanecera o Paraná, onde encontrar recursos, os capitais necessários? A resposta encontrada, a fórmula de resolução do problema, foi a mudança da política agrária, o favorecimento à formação de empresas colonizadoras. Conceder terras a empresas, para que estas, mediante a especulação com sua venda em condições remuneradoras, compensassem o investimento com a abertura de estradas. O programa político para facilitar a colonização era favorecer quem tivesse capitais, já que o Estado não dispunha. Tratava-se de incentivar a colonização dirigida.”

As novas terras passaram a ser objeto de procura de grandes fazendeiros que não se instalavam nelas de imediato. Compravam-nas a preço muito baixo e as deixavam como reserva para futuros empreendimentos ou simplesmente para especular mais tarde. Uma coisa não excluía a outra.

4.1. FAZENDEIROS E EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS COMANDAM A (RE)OCUPAÇÃO.

A expansão da (re)ocupação, neste momento, se deve a vários fatores. Entre eles, pode-se citar a continuidade do esgotamento das terras ocupadas pela cafeicultura, em algumas áreas de São Paulo e Minas Gerais e a conseqüente queda na produtividade desta cultura, enquanto, no Paraná, havia grande disponibilidade de terras novas possíveis de serem compradas a preços baixos ou possíveis de serem apossados, além do que, havia a ausência de medidas restritivas ao plantio de café, tanto por parte do governo central, como do paranaense.

Como afirma CANCIÁN (1977, p. 251) referindo-se ao crescimento da área de plantio e do número de cafeeiros no que era definido então como a região norte paranaense.

“A ampliação da área de plantio que vinha desde 1920 crescendo entre 4 a 5% ao ano, em 1926 quando os preços do café se firmaram, com a implantação da “defesa permanente”, atingiu a 12%. Da mesma forma, o

número de cafeeiros, cresceu, entre 1920-1926 em cerca de 43%, e até 1930, em 99%.

O crescimento poderia ser maior, contudo foi limitado pelo fato de que São Paulo ainda dispunha de reservas de terras virgens, próprias para o café, ao mesmo tempo que no setor de escoamento da produção, O Paraná nem sequer poderia ser comparado ao seu vizinho, muito melhor organizado.” (destaque meu)

Aqui aparece, de forma clara, a questão que venho defendendo: de que a expansão da cafeicultura e a (re)ocupação de áreas para a exploração agropecuária se dá de modo concomitante na região em estudo e nas regiões consideradas vazias para o capital em São Paulo, questionando assim a idéia tão difundida e reiterada que a *ocupação do norte do Paraná foi uma extensão da cafeicultura paulista*. Analisemos um pouco este elemento do discurso “Norte do Paraná”.

Ao se perguntar porque, nos anos vinte deste século, houve um fluxo migratório oriundo de São Paulo para a região norte-paranaense e de que partes emigraram essas populações PADIS (1991, p. 89) formula a sua explicação:

“A resposta a essas perguntas pode ser encontrada no fato de, a partir da segunda década deste século, terem-se combinado alguns fatores que iriam acarretar a transferências de contingentes populacionais. O rápido aumento dos preços do café no mercado internacional, a partir do fim da Primeira Guerra Mundial, constituiu-se em poderoso estímulo aos nossos produtores, dadas as características da oferta do produto. Ocorria que algumas áreas tradicionalmente produtoras (a região compreendida entre Campinas, Ribeirão Preto e São Carlos) não estavam de atendendo ao crescimento da demanda, quer porque a “broca do café”(1924) destruíra boa parte da produção, quer também porque em **algumas áreas** os solos encontravam-se esgotados, determinando a queda da produtividade dos cafezais. A isto acresce que, do progresso econômico provocado pelo café, em algumas cidades (especialmente me Campinas) decorrerá uma rápida urbanização que, por sua vez induziu a um acréscimo na demanda de alimentos. Como a sua produção, via de regra, era feita em pequenas e médias propriedades, haverá um aumento na procura de terras, o que determinará uma elevação dos seus preços. Desta forma, os proprietários de terras preferirão dividir as suas glebas em lotes menores e, assim, obter maiores vantagens financeiras. Foi por estas razões que, parte considerável da população que deu origem aos primeiros núcleos surgidos até o fim da terceira década deste século no norte do Paraná, proveio da região de Campinas, São Carlos e Ribeirão Preto.”

A análise de PADIS coloca uma série de coisas interessantes: a) algumas áreas estavam esgotadas e não todo o “Oeste Paulista” como muitos autores enfatizam; b) houve uma urbanização significativa, o que originou uma procura de alimentos muito grande, propiciando a produção destes também na região nordeste do Paraná(Meso-região Norte

Pioneiro) ; c) os fazendeiros paulistas, das regiões citadas, dividiram as suas fazendas para lucrar mais, donde pode-se concluir que muitos deles vieram para o Paraná (a leste do Tibagi) para comprar terras com a mesma finalidade. Assim, acreditamos que há uma dose muito grande de ufanismo e alguns equívocos quando se afirma que a região hoje situada ao norte do estado do Paraná foi ocupada pela expansão da cafeicultura paulista.

O que encontramos, nas estatísticas, demonstra que a cafeicultura, neste período, era muito pequena pois conforme PADIS (1981, p. 124) na safra de 1920/21 a produção não ultrapassou a 70.000 sacas, ou seja 0,4% da produção nacional, e assim se manteve até 1924/25 quando foi de 117.000 sacas ou 0,8%, chegando a 2,1% da produção nacional na safra de 1929/30, continuando assim nos anos seguintes com pequenas variações, enquanto que São Paulo, mantinha-se com a produção crescente e variável, entre 10 e quase 20 milhões de sacas entre os anos 1920 e 1930 (entre 62,7% e 69,9% da produção nacional).

Em termos de propaganda, aquele discurso era muito significativo porque a cafeicultura significava a modernização. Ao governo paranaense interessava esta fala porque, por um lado, podia afirmar que o "norte" estava sendo invadido pelos paulistas e, portanto, eram necessárias medidas para frear isso, e por outro lado, o discurso da cafeicultura propiciava uma crescente procura de terras da região o que convinha, economicamente, pois significava aumento da receita. Aos setores dominantes paulistas, significa que eles é que estavam modernizando a região e economicamente significava uma produção cafeeira fora de seu território, mas que beneficiava o estado diretamente, tanto pelo transporte, como pela comercialização, não só deste produto como de outros tantos nela produzidos.

Escrevendo sobre esta questão José Henrique Rollo GONÇALVES (1995, p. 6) toma-a como ponto de partida para sua análise afirmando:

"Uma tópica narrativa muito recente me serviu de ponto de partida: a fórmula, Norte do Paraná, prolongamento de São Paulo. Aparentemente tão óbvia, tão espalhada, ela expressa, no entanto, fortes disputas políticas nos planos semânticos entre segmentos diferenciados das elites regionais, sobretudo quando examinada enquanto objeto de lutas entre agrupamentos intelectuais paulistas e paranaenses pelo domínio dos esquemas de produção de imagens **verdadeiras** das partes setentrionais."

Creio que a perspectiva colocada pelo autor acima, mostrando que do ponto de vista dos paulistas a região em estudo era o *resultado de uma atualização modernizadora da aventura bandeirante* e para o governo paranaense era *um terreno a ser conquistado pelo Poder Público crispado na capital paranaense*, está correta, mas creio que esta disputa

não se resume apenas ao *domínio das imagens verdadeiras*, mas incluem disputas pelo benefícios econômicos da expansão da (re)ocupação da região em foco.

Voltando à situação da região neste momento cabe lembrar Cancián quando afirma que, no Paraná, havia um inconveniente: a inexistência de um sistema de transporte adequado (rodovias e ferrovias) para escoar a produção. A ferrovia Sorocabana, em 1908, já havia chegado a Ourinhos em São Paulo, na divisa com o Paraná. No Paraná já funcionava a ferrovia São Paulo - Rio Grande fazendo a ligação entre a região, então denominada norte do estado (que neste momento significava basicamente a área entre o rio Itararé e o Cinzas, tendo o povoado de Ourinhos numa ponta e Jaguariaíva na outra) e o ramal Paranapanema que, ligada aquela, ia em direção às barrancas do Tibagi. Esse trecho ligava-se com Ponta Grossa, Curitiba, carreando uma parte da produção agropecuária (e também a de mineração, no caso do carvão existente na região de Tomazina) para a capital e os portos de Morretes e Paranaguá.

A questão dos “caminhos”, sejam rodovias ou ferrovias, sempre foi uma tônica nos discursos governistas do Paraná. Havia vários projetos e alguns em andamento. Neste sentido havia um projeto, desde o tempo do Império, estender a via férrea de Ourinhos até as margens do Paranapanema e fazer a continuidade da mesma no interior do Paraná, em direção a Cambará projetando-se até Jataí e daí até às barrancas do rio Paraná, em Guaira.

Neste ponto, é que um grupo de fazendeiros (entre eles destacavam-se Antonio Barbosa Ferraz Júnior, Antonio Ribeiro dos Santos, Willie da Fonseca Brabazon Davids, Leovigildo Barbosa Ferraz, Gabriel Ribeiro dos Santos e Manoel da Silveira Corrêa) estabelecidos no Paraná, resolve, a partir de 1920, fazer a ligação ferroviária entre São Paulo e o Paraná pelo rio Paranapanema. Para tanto, conseguiram as concessões dos governos dos dois estados visando a construção da estrada de ferro. Formaram a Estrada de Ferro Noroeste do Paraná, que mais tarde veio a se chamar Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, como é mais conhecida.

Do governo paranaense, receberam o privilégio exclusivo de exploração (não haveria numa faixa de 15 km de cada lado do eixo da linha nenhuma outra via férrea), direito de desapropriar terrenos, prédios ou qualquer benfeitoria particular no trajeto da ferrovia; isenção de impostos estaduais sobre produtos importados para a construção da via; isenção de todos os impostos estaduais e municipais que viessem a incidir sobre a estrada, as máquinas e benfeitorias e além disso 28:800\$000 em terras que correspondia a 3.600 hectares por quilômetro de estrada construída e em tráfego. Para dirigir a construção foi contratado o engenheiro paulista Gastão de Mesquita Filho, que tão logo pôde iniciou a execução da mesma concluindo o primeiro trecho, chegando perto de Cambará em 1925.

A ferrovia, na história da cafeicultura em São Paulo, foi uma das razões de sua expansão no momento em que havia uma queda na renda gerada. Como afirma Sérgio SILVA (1976, p. 56):

“O desenvolvimento da economia cafeeira não teria sido possível sem as estradas de ferro. As antigas tropas de mulas não podiam escoar uma grande produção espalhada por milhares de quilômetros. Com as estradas de ferro as distâncias deixaram de ser obstáculo importante. Todo o interior de São Paulo estava portanto apto a ser conquistado pelos “pioneiros” do café. As plantações não seriam mais esmagadas sob o peso de colheitas impossíveis de escoar”

Como alguns dos fazendeiros envolvidos na extensão da ferrovia no interior do Paraná tinham fazendas nos dois estados (SP e PR), sabiam muito bem o que estavam fazendo e a perspectiva que tinha o investimento em ferrovias.

Aqui se coloca uma questão até então não devidamente pesquisada. Como foi construída esta ferrovia, quem foram os trabalhadores que dela participaram? Aconteceu o mesmo que na Ferrovia Noroeste, ou na Sorocabana, no estado de São Paulo?⁶⁵ De onde vieram os trabalhadores para construí-la? E os índios presentes na região lutaram contra a expansão sobre os seus territórios? Sabe-se apenas que havia índios, caboclos e posseiros, mas há um silêncio sobre isso. A única referência que encontrei sobre isso é de uma índia que mudou da Serra do Cadeado para Maringá em 1934 e que numa entrevista⁶⁶ afirma o seguinte:

“(…) O meu pai, o primeiro contato que ele teve com gente, que eu falei aquele dia que ele contatô com as gente daqui, foi o Dr. Mesquita, porque meu pai era de uma tribo Guaraní meio ranzinza que tava num lugar onde eles tavam fazendo uma estrada de ferro, eu não sei se era que ia pro estado de São Paulo ou Curitiba, **então eles ponhavam os dormentes e os trilhos, os índios ia lá e arrancava e jogava**, então teve um enguiço lá veio um índio lá porque índio andava muito que nem cigano, eles vão de uma tribo prá outra, longe, aí veio o índio lá conversô com meu pai e meu pai foi prá lá por causa deles...”

Quero crer que esta indicação refere-se à construção da ferrovia São Paulo-Paraná, pois a referência ao Dr. Mesquita indica que seria Gastão de Mesquita Filho, engenheiro responsável pela construção deste trecho daquela ferrovia. Além disso indica como os índios da região reagem àquela construção.

⁶⁵ Quanto a isto ver, entre outros o trabalho de Maria Inez CASTRO (1993).

⁶⁶ Entrevista realizada pelo Projeto memória da Secretaria de Cultura e Turismo de Maringá em 1989.

CANCIÁN (1977, p. 224) ao referir-se ao momento em que estes fazendeiros se propuseram a construir a ferrovia assim se expressa:

“Para empreendimento de tal relevância, era preciso que se tivesse confiança no comportamento do mercado cafeeiro. A política de sustentação de preços até a crise de 1929, mantida desde que a primeira intervenção (1906) obtivera sucesso, era a garantia que os fazendeiros precisavam. Na economia de mercado, o preço é a medida de valor e estes vinham se mantendo em níveis satisfatórios para os produtores das zonas novas. Por outro lado, áreas mais produtivas recebem os rendimentos mais altos e são capazes, por isso, de adquirir mais bens e serviços e de realizar investimentos custosos. É o que explica o fato de um grupo de empresários tomar a si uma tarefa que o Poder Público não podia realizar. No mais, a ligação do Norte do Paraná com a Estrada de Ferro Sorocabana, que permitia atingir o Porto de Santos representa a maximização dos lucros, quer por transportar sua própria mercadoria mais facilmente, quer por fretagem à produção dos demais envolvidos na produção agrícola regional, bem como daqueles que, ocupados no comércio, importavam mercadorias de São Paulo. O empresário agrícola à frente de seus próprios negócios é que tornava possível e rentável investimentos tão rentáveis.”

Além da questão dos transportes havia a questão da força de trabalho necessária às explorações agrícolas. No Paraná, diferentemente de São Paulo, não havia uma imigração subvencionada para a zona cafeeira. Neste período a força de trabalho necessária era composta de colonos oriundos de São Paulo e de Minas Gerais que cuidavam das atividades de formação e cultivo do café e de outras culturas (japoneses e italianos preferencialmente), e de caboclos que eram considerados “especialistas” em derrubar o mato, fazer a queimada, enfim limpar o terreno.

CANCIÁN (1977, p. 232 e ss.) relata um caso que causou conflito entre os proprietários da Companhia Agrícola Barboza, situada na região de Cambará, e alguns colonos italianos, envolvendo inclusive o Consulado daquele país e também as autoridades paranaenses. Resumidamente, o que aconteceu foi o seguinte: Os Barboza Ferraz procuraram trazer imigrantes italianos para sua fazendas no estado de São Paulo, subvencionado por aquele governo. Posteriormente, deslocou-os para trabalhar em outras fazendas do mesmo grupo no Paraná. A polêmica estabeleceu-se porque, conforme o Cônsul, os colonos teriam sido iludidos sobre o local de trabalho previsto e em carta às autoridades paranaenses deixa claro que havia “(...)disciplina de trabalho agrícola já decahidos a muitos annos no Estado de São Paulo (...)”.

Conforme a autora, esta prática podia ser considerada habitual já que os grandes fazendeiros possuíam fazendas nos dois estados. Mas também indica que eles se

apresentam como senhores do capital onde as regras por eles mesmos criadas, podiam não ser respeitadas quando os seus interesses tomavam-se divergentes delas.

Ao referir-se sobre os homens que adentravam o território da região em estudo, naquele momento, assim se expressa Ana Yara LOPES (1982, p. 53-55):

“De forma contraditória, o desenvolvimento do capitalismo no Paraná, em especial na agricultura, até as primeiras décadas do século XX, implicou na diferenciação dos homens em fazendeiros e trabalhadores, sitiantes e sertanejos. Enquanto a distância entre os fazendeiros e os demais era bem marcada, entre os que tudo podem e os que não podem ou podem pouco, o mesmo não acontecia com aquelas categorias, que começavam a constituir a força de trabalho. Os trabalhadores, camaradas, agregados, colonos, formadores de café, empreiteiros de derrubada - englobavam desde aqueles que não tinham (o que era raro) nenhum acesso a explorar algum pedaço de terra, até sitiantes e caboclos, passando por todas as relações de trabalho que implicavam em rendas no total ou em parte não monetárias, que tinham por origem a possibilidade do trabalhador extrair da terra seu próprio sustento. Variavam as formas de cessão das terras pelos fazendeiros (parceria, etc.), ou seja, variavam as formas de acesso transitório à terra pelos trabalhadores.

Já os sitiantes e sertanejos também combinavam o ser empregados temporários com o trabalho na própria terra. Pois se só os sitiantes tinham títulos de propriedade expedidos pelas autoridades competentes, a terra do sertanejo era sua do mesmo jeito, em respeito ao direito dos costumes que legitimava seu modo de se apropriar provisoriamente de uma parte do imenso sertão do Paraná.

O processo que viria a acabar com a integridade deste direito já havia começado com a crescente mercantilização e com o isolamento do modo de vida sertanejo restrito a um espaço físico determinado, modo de ser que não mais se espalhava, mas ao contrário, se acanhava. Enquanto isso, os sitiantes viviam o sonho de muitos, ao possuírem um pedaço de terra. e esta experiência, quando bem sucedida, como acontecia no Norte, era nova e dava forças para lutar e manter a posição conquistada. A distinção inicial entre imigrantes estrangeiros e nacionais mesclou-se nas atividades vinculadas ao mercado, e nas condições através das quais ambos podiam explorar as terras.

O campesinato ou quase campesinato era recriado contraditoriamente nas extensão das fronteiras. Em todas essas frentes o germe da propriedade privada dos meios de produção vicejava, ao mesmo tempo que madurava uma divisão de trabalho baseada na exploração de trabalho dos outros. Pelas cabeças passava um sopro de dominar se puder, de escapar de ser subordinado, de só ser submisso em última instância. Mercado de terras e mercado de força de trabalho davam-se conjuntamente. E o Estado, através de políticas de terras e de colonização, encaminhava as nascentes classes sociais em direção ao respeito à propriedade, ao preço do trabalho e da terra, à possibilidade de cada família possuir de forma ordeira um lote de terra, meio de produção fundamental na agricultura.

Outro dado muito interessante para se entender a forma da (re)ocupação nos anos 20, na região em estudo, é o fato que CANCIÁN (1977, p. 234) indica:

“Grande parte das terras paranaenses, em 1920, ainda se achavam recobertas de matas. Do total ocupado pelos estabelecimentos agropecuários a área mantida em florestas atingia a 46,1%. No norte ia a 47,9%.

A insipiência da agricultura é flagrante. Apenas 4,2% do total da área dos estabelecimentos eram cultivados em todo o Estado. No norte, embora fosse a região agrícola mais nova, essa mesma relação chegava a 13,3%, sendo que os cafeeiros ocupavam 5,7%.

Isso significa que a maior parte das terras, apesar de terem proprietários, não era explorada por culturas agrícolas. Possuía-se a terra mas ela era deixada para ser valorizada. A esta afirmação se pode acrescentar que a terra ainda não tinha o valor esperado, pois não se utilizava na sua extensão e nem procurava-se valorizá-la através de uma atividade produtiva efetiva.

Mas o processo de (re)ocupação continuava incessante, e a procura por novas áreas ainda não exploradas era uma constante, tanto que neste momento quanto no anterior e no seguinte, como veremos, na retaguarda iam ficando porções de terras, não exploradas, fundos de vale cobertos de florestas e sem valor para a cafeicultura, mas que mais tarde foram sendo valorizadas e vendidas como pequenas propriedades. A especulação de terras se desenvolvia na medida em que se desenvolvia a (re)ocupação.

Estas colocações são importantes para que não se tenha a idéia de que a (re)ocupação se fazia de modo intensivo, isto é, a mata era derrubada integralmente e os núcleos urbanos iam sendo implantados e a agricultura e a pecuária se expandindo, para somente posteriormente abrir novas frentes. A ótica que dominava o cenário era a da especulação crescente de terras. Quanto mais à frente se pudesse ir definindo posses melhor. Era uma reserva de mercado muito significativa para os especuladores de terras. Se com a Lei de Terras de 1850, as áreas devolutas tinham sido tomadas mercadorias, estas apenas existiam como tal, virtualmente. Possuíam preço mas tinham poucos compradores. Entretanto a situação começava a modificar-se gradativamente. Ana Yara LOPES (1982, p. 53) esclarece esta questão ao afirmar:

“Por volta de 1920, as terras do Norte do Paraná, já constituíam, então, mercadorias, tinham já preço de mercado, e como tais eram adquiridas. *“No município de Jacarèzinho, como todos sabem, as terras são divididas não em grandes fazendas, como são as propriedades de campos, mas sim em fazendas, as maiores das quais são de dois a três mil alqueires”*⁶⁷. E encontrava-se compradores até para pequenos lotes. Essa era a regra, e como tal, as exceções aconteceram paralelas, com grilagens, ocupações, intrusões, legitimações de posses. O café tornara mercadoria as terras da região.

⁶⁷ Anais do Congresso Legislativo do Paraná, Acta de 19/2/1918, p. 117.

(...)

Alcides Munhoz, secretário geral do Estado assim se expressava ao presidente do Paraná: *“A zona compreendida entre os rios Paraná, Paranapanema e Itararé, com cerca de 50 bilhões de m2 de terras roxas de primeira qualidade, reputadas as melhores no seu gênero, está tendo extraordinária procura e, para isso, muito tem concorrido não só as plantações de vastos cafezaes que majestosamente se ostentam nos municípios de Cambará, Jacarezinho, Ribeirão Claro e Santo Antonio da Platina, como também a intensa e inteligente propaganda que tem sido promovida pelos diversos concessionários de terras para fins de colonização, na região abrangida pelos rios Tibagy, Paranapanema e Pirapó.”*⁶⁸

Corroborando isso, estavam sendo abertas outras frentes de penetração a partir de São Paulo, mas não tendo por origem Ourinhos e, sim, a região de Presidente Prudente. Com base em concessões obtidas junto ao governo paranaense, duas empresas colonizadoras propiciaram o surgimento de dois núcleos de colonização que depois foram chamados de Primeiro de Maio e de Sertanópolis (cidade do sertão), a oeste do rio Tibagi. Por outro lado, como já vimos, desde 1908 também já existiam fazendeiros e posseiros na região onde seria mais tarde instalado o município e a cidade de Londrina.

Para se ter uma idéia de como era fácil conseguir uma concessão do governo neste momento, mas que não era tão fácil de ser regularizada, podemos citar a concessão dada a Leopoldo de Paula Vieira, na qual surgiu depois Sertanópolis.

Baseado na lei 1642 de 05/04/1916, o contrato de concessão foi assinado em 24/10/1919. Em fevereiro de 1920, o concessionário requer a permissão para começar os serviços de demarcação das terras que deveria ser supervisionada por um comissário de terras, que finalmente devia aprová-la. Aí surgiu o primeiro conflito, porque este tinha interesse naquelas glebas. Somente em 1923, com a substituição do antigo comissário iniciou-se a medição e demarcação das mesmas. Em março de 1924, Luis Antonio de Campos Mesquita, solicitou contestação da área medida, afirmando que o concessionário teria invadido terras que a ele pertenciam. O processo estendeu-se até o final de 1924 que deu ganho de causa ao concessionário. Assim, somente em 1925 é que se iniciaram efetivamente, a venda de lotes. Este simples relato, evidencia que não era fácil a colonização de glebas para colonos. Mesmo assim, foi sendo estruturada a concessão onde hoje se situa o município e a cidade de Sertanópolis.

Mais a Noroeste, nas imediações onde mais tarde se situou a cidade de Paranavaí, foi estabelecida uma grande concessão denominada “Gleba Pirapó”. Em 1925, já estava demarcada e tomada posse pela empresa BRAVIACO - Companhia Brasileira de Viação e Commercio - que também tinha preferência e reserva dada pelo governo estadual das terras a oeste daquela gleba limitada pelos rios Paraná, Paranapanema e Ivai.

⁶⁸ Relatório do Secretário Geral do Estado ao Presidente do Paraná. 1924, p. 350-351.

Todos os direitos sobre esta vasta área estavam vinculados à construção de um ramal ferroviário em Guarapuava e seus prolongamentos conforme haviam acordado junto ao governo do estado desde 1920.⁶⁹ Conforme J.C. ALCÂNTARA (1987, p. 36):

“A abertura e povoação das terras da “Gleba Pirapó” que envolve a BRAVIACO, é descrita com os mais fantásticos acontecimentos de crimes e assassinatos; embora o empreendimento tenha dado sinais de elevados investimentos,(...). O local era conhecido por Fazenda Brasileira. O núcleo central da fazenda corresponde hoje ao perímetro urbano da cidade de Paranavaí.”

Desde 1924, iniciam-se os trabalhos de construção de estradas (ligando São Paulo, via o Paranapanema e também em direção ao Ivaí). Montou-se uma grande serraria e iniciou-se a derrubada da mata e preparação da grande fazenda que ficou conhecida como “Fazenda Brasileira”. Conforme Paulo M. S. da SILVA (1988, p. 33), reproduzindo depoimento do engenheiro Joaquim da Rocha Medeiros, que trabalhou neste momento para a BRAVIACO, reforça a afirmativa anterior de J.C. Alcântara:

“Inicialmente, houve séria luta com os grileiros, que tentavam, em grupo armado, tomar posse em diversos pontos da margem do rio Paranapanema. A mim coube, por mais de uma vez, ir até Curitiba e, como subdelegado que era do recém criado distrito de Montoya, requisitar força para desalojar os grileiros invasores”

Os investimentos citados consubstanciavam-se em uma máquina de beneficiar arroz, serraria, frota de 25 caminhões, farmácia, armazém, 60 mulas, além de 1.000 casas cobertas de zinco. A fazenda Brasileira tinha 1800 alqueires, sendo 1000 em café (1.200.000 pés de café) e 200 em invernada para a pecuária. Os trabalhadores eram, em sua maioria, nordestinos (300 famílias) trazidos pela BRAVIACO diretamente de Pirapoara, às margens do rio São Francisco. Em 1930 haviam cerca de 6.000 habitantes e, em torno de 1.400 famílias ali instaladas. O acesso à Fazenda se fazia pelo estado de São Paulo, via o rio Paranapanema e daí a Presidente Prudente. Desta cidade ia-se de trem até Ourinhos e, desta forma, podia-se penetrar no Paraná e chegar até Tibagi onde situava-se a sede da Comarca.

Além disso, havia também um núcleo urbano denominado Campo do Mourão (atualmente Campo Mourão) que foi um ponto de parada da expedição de Afonso

⁶⁹ Para um melhor entendimento de como a BRAVIACO conseguiu aquela gleba consultar ALCÂNTARA, J.C. (1987, p. 31-36) onde pode-se perceber claramente as vantagens que o governo estadual concedia à companhias que construíam estradas de ferro e também colonizavam glebas de terras devolutas, além é obvio das negociatas entre as próprias concessionárias. Também consultar SILVA, Paulo M.S. da (1988) que narra a história de Paranavaí, através de vários depoimentos onde aparecem narrativas, muitas vezes conflitantes sobre estes fatos.

Botelho no século XVIII. Ficou estagnado até o final do séc. XIX, quando, a partir de 1893, foi reanimado com a presença criadores de gado vindos de Guarapuava, abrindo assim uma outra frente de (re)ocupação. No início da década de 1920, em Curitiba, já se encontram notícias de *"exuberante cafezal em Campo Mourão"*.

Como se pode notar, a (re)ocupação até então se deu por diferentes caminhos e em vários pontos do território situado ao norte do estado do Paraná. O primeiro caminho foi o dos tropeiros, que sempre deixavam grupos no caminho, a segunda foi a passagem de mineiros e paulistas, pelo rio Itararé, mais tarde pelo rio Paranapanema, na altura de Ourinhos, criando-se Cambará e outros núcleos urbanos, e depois na altura de Presidente Prudente, que permitiram a fundação de dois pólos depois designados de Sertanópolis e Primeiro de Maio, e também a área da "Fazenda Brasileira", não esquecendo-se da região nucleada por Campo Mourão. Assim, creio que fica clara a diversidade dos caminhos e das formas de (re)ocupação da região em estudo. No Mapa nº 4 pode-se ter a idéia da origem dos fluxos migratórios que atingiram a região em estudo.

Neste período, a política de concessões já propiciara um saldo muito positivo do ponto de vista do governo do Paraná. Já conseguia obter rendimentos significativos para os cofres públicos, o que era seu objetivo.

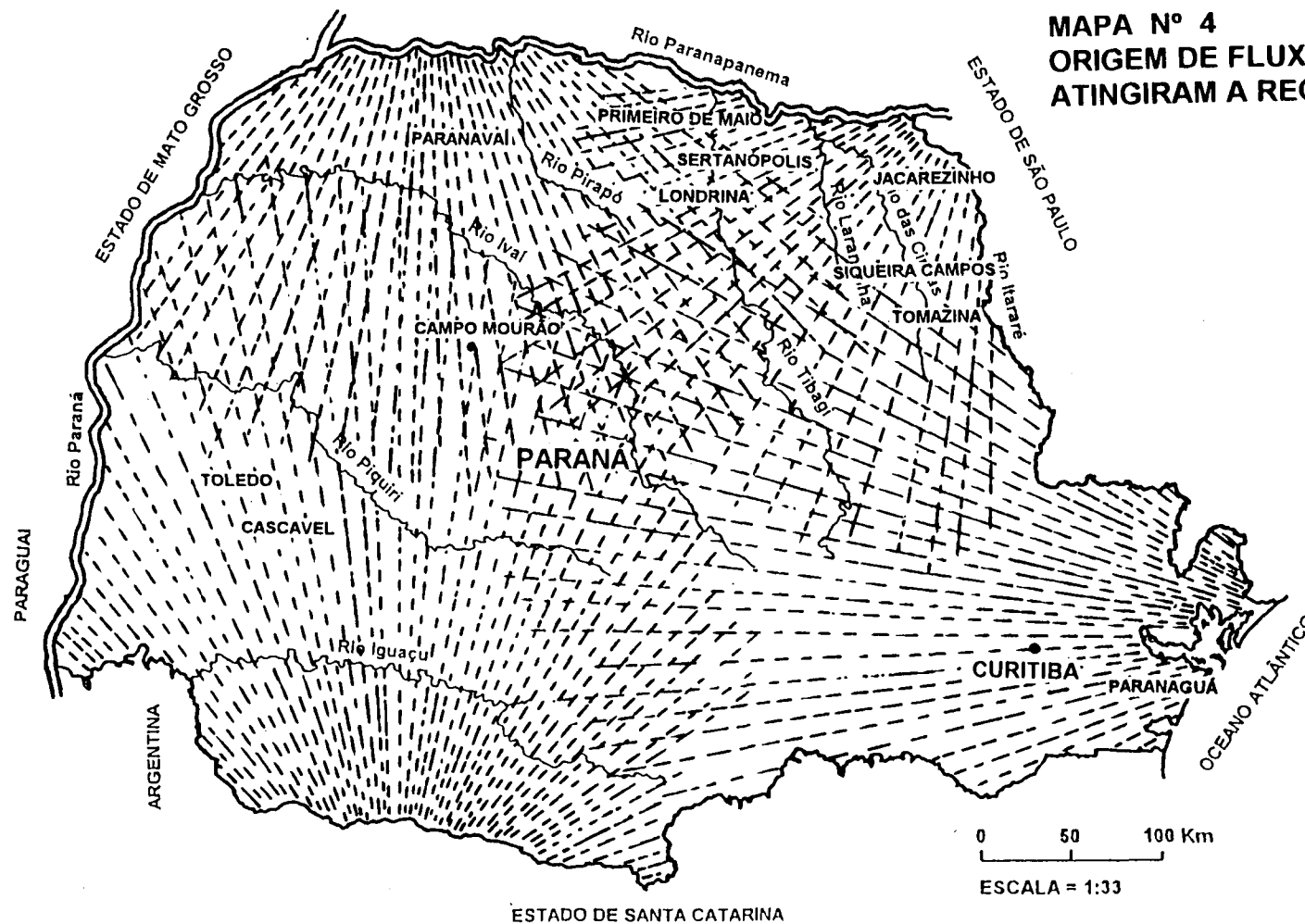
No processo da (re)ocupação a maioria dos autores que estudou este momento (onde referem-se basicamente ao chamado "Norte Velho" ou ao Nordeste do estado do Paraná) afirma que ela se deu através da grande propriedade. Analisando os dados que CANCIÁN (1977, p. 215) e também MUSSALAM (1974) apresentam sobre a região Nordeste, estes permitem perceber algumas coisas diversas deste pensamento. Agrupando os dados do Censo Agrícola de 1920, tem-se a seguinte situação apresentada no quadro abaixo:

QUADRO I

Área e Número de propriedades rurais segundo classe de área - 1920

Classe de Área (ha)	Nº de Estabelec.	%	Área Total	%
Até 41 ha	723	32,14	16.888	4,3
De 41 a 100 ha	742	33,00	50.221	12,5
De 101 a 400 ha	598	26,59	108.037	26,9
De 401 a 1000 ha	129	5,75	78.210	19,5
+ de 1000 ha	57	2,52	147.826	36,8
TOTAL	2.249	100,00	401.182	100,0

FONTE: Censo Agrícola - 1920 - IBGE (Apud MUSSALAM, 1974, p. 106)



Fonte: WESTPHALEN, Cecília M. et al., 1968, p. 7 (com alterações feitas pelo autor deste trabalho)

Além disso, CANCIÁN (1977, p. 216) acrescenta um outro dado a esta questão quando afirma:

"Numa classificação regional norte paranaense, popular, obtida através de fontes orais, foi possível admitir até 6 categorias de propriedades, consideradas como variável única, a área em extensão, sendo ponderado ao estabelecê-las, que não havia, praticamente, terra aproveitável mantida sem cultura ou pastagens, de modo permanente, na atualidade, o que não representava a realidade da década de 1920. São elas com suas respectivas nomenclaturas:

1. Área inferior a 10 ha, ou 4,13 alqueires - chácaras e hortas (minifúndios);
2. Área de 10 ha a menos de 50 ha, ou de 4,13 a menos de 20,66 alqueires - sítios pequenos;
3. Área de 50 ha a menos de 100 ha, ou 20,66 a menos de 41,32 alqueires - sítios;
4. Área entre 100 a menos de 200 ha, ou 41,32 a 82,64 alqueires - grandes sítios ou fazendolas;
5. Área entre 200 a menos de 1.000 ha, ou 82,64 a menos de 413, 2 alqueires - fazendas;
6. Área de mais de 1.000 ha, ou mais de 413, 2 alqueires - grandes fazendas ou grandes domínios, com larga possibilidade de serem latifúndios.

Levando-se em conta estas informações, pode-se, sem sombra de dúvida, estabelecer uma outra análise levando-se em conta o que se pensava na época:

QUADRO II

CLASSIFICAÇÃO	% Nº Estab	% Área.
Pequena Propriedade (Sítios)		
Até 100 ha (de 41,67 alqueires)	65,14	16,80
Média Propriedade I (Fazendolas)		
De 101 a 400 ha (de 42,08 a 166,67 alqueires)	26,59	26,9
Média Propriedade II (Fazendas)		
De 401 a 1000 ha (de 167,08 a 416,67 alqueires)	5,75	19,5
Grande Propriedade (Grandes fazendas)		
+ de 1000 ha (+ de 416,67 alqueires)	2,52	36,8
TOTAL	100,00	100,0

Fica evidente que, até 1920, o número de pequenas propriedades (sítios) era de quase 2/3 do total dos estabelecimentos da região em foco e que elas só detinham 16,8% da área total. Se aceitarmos o critério de média propriedade, nos estratos I e II observamos que 32,34% (quase 1/3) dos estabelecimentos detinham 46,4% (quase a metade) da área. E também, em se aceitando que áreas acima de 1000 ha, possam ser consideradas de grande propriedade, observa-se que somente 2,52% dos estabelecimentos detinham 36,8% (mais de 1/3) de toda a área. Deste modo pode-se afirmar que, até 1920, a (re)ocupação se deu com base na pequena propriedade (devido ao número elevado de estabelecimentos) e com uma brutal concentração da terra: somando os dois últimos estratos totalizam 8,27% dos estabelecimentos detendo 56,3% da área.

Mas isso não significava que estes grandes estabelecimentos estavam sendo ocupados com plantações. Como já vimos, a maioria destes estabelecimentos mantinha a maior parte sem cultivo algum. Eram terras à espera de valorização. A grande propriedade convivia com a pequena de modo significativo.

A indagação que fica é: por que se fala e se escreve continuamente que a (re)ocupação, ou que a "ocupação do Norte Velho" foi baseada na grande propriedade? Creio que isso se deve a um discurso (o da CTNP) que foi desenvolvido após os anos trinta e que visava demonstrar que o processo de comercialização da área que ela tinha comprado era novo e diferente do que havia acontecido anteriormente. Há também um viés que procura valorizar a figura do fazendeiro e assim da grande propriedade, além do fato de que, no contexto da explicação consagrada, era necessário reafirmar que a (re)ocupação da região era uma extensão da cafeicultura paulista.

Aqui aparece um outro silêncio. A historiografia sobre a região em estudo, pouco ou quase nada fala sobre a vida destes pequenos proprietários. Normalmente escreve-se muito sobre a vida nas grandes fazendas, demonstrando um viés marcante, que serviu para que se disseminasse a idéia de que a (re)ocupação no Nordeste do PR foi realizada com base na grande propriedade. Se tomarmos por fundamento que a (re)ocupação de uma região se faz com homens e capitais, seria muito significativo que se desenvolvessem pesquisas que nos permitissem conhecer como viviam estes "outros" que estiveram presentes na (re)ocupação além dos homens detentores do capital.

Neste período, as relações comerciais e financeiras da região em estudo se realizavam muito mais com São Paulo do que com Curitiba devido a várias razões: a ferrovia Sorocabana chegava próximo à divisa com o Paraná; as condições de comercialização no porto de Santos era mais satisfatória e as casas comissárias de café lá estavam instaladas; havia muitos paulistas que tinham adquirido terras no Paraná e tinham ligações com as casas bancárias que financiavam a produção. A partir desta constatação, muitos estudiosos, posteriormente, procuraram construir um antagonismo entre o sul e o

norte do Paraná. Acredito, entretanto, que isso é mais uma das construções presentes no discurso "Norte do Paraná". Senão vejamos.

Romário Martins, considerado o mais ilustre de todos os "paranistas" e, para alguns, o fundador da "História do Paraná", viajando à região norte do estado, em 1924, escreve nove artigos⁷⁰ sobre suas impressões de viagens. Após analisar a pujança das terras e o potencial ali existente, procura conclamar o governo e a todos para olhar para a região visitada:

"Não é a hora propícia dos ciúmes regionais. É a hora da ação - dos distendimentos das vias de acesso aos pontos cardeais dessa **Canaã** que se repete na feracidade das regiões providenciais banhadas pelo estuário grandioso do Paranapanema e seus afluentes, de maneira a captá-las como um rio de ouro em Jaguariaiva e daí a Curitiba por uma linha férrea direta que forme a corda deste arco de aço que hoje obriga o transporte a um longo e desnecessário percurso pelas estações acidentais da São Paulo/Rio Grande." (destaque meu)

Na conclusão de todos os artigos, Romário Martins como que fazendo uma autocrítica, se rende ao "majestoso e fantástico Norte do Paraná" ao afirmar:

"Antes de conhecermos esta região, andamos, com quantos outros, pleiteando as ferrovias transparanaenses do mar oceânico ao mar fluvial encantados com os valores, imensos aliás, dos campos e das florestas ocidentais e das quedas d'água mais formidáveis do mundo - com essas maravilhas do Iguaçu e das Sete Quedas, com a ligação Brasil-Paraguai e outros futurismos poéticos e generosos. Tudo isso é adiável e secundário em comparação com as forças vivas e fecundas do norte, do nordeste e do noroeste, e com as condições de suas riquezas atuais. Uma estrada de ferro do mar às barrancas do Rio Paraná, será um monumento grandioso assinalador da nossa capacidade de realização, num largo e belo cheque contra o futuro. Mas uma estrada de ferro direta do Rio Paranapanema à Curitiba, será a duplicação imediata da nossa economia, a multiplicação incalculável, pelo tempo adiante, dos nossos melhores recursos financeiros: - o caminho mais curto para o **nosso progresso**." (grifo meu)

A região visitada por Romário Martins é vista como a salvação de uma economia estagnada, como se configurava, nos anos 20 deste século, a economia paranaense. Olhar para esta região e criar as condições de escoamento de sua produção era urgente, ou o caminho mais curto para o nosso progresso.

Não será outra a preocupação de Leovigildo Barboza Ferraz, grande fazendeiro, deputado no Congresso Legislativo do Paraná, sócio no empreendimento da

⁷⁰ Estes artigos foram recortados e colados, acredita-se pelo próprio autor, em um pequeno caderno, contendo algumas correções, encontrando-se no Museu Paranaense. Não há nenhuma indicação onde foram publicados.

construção da ferrovia que ligava Ourinhos/SP à Cambará/PR (conhecida como Ferrovia São Paulo/Paraná)⁷¹, quando reúne-se a outros empresários da região e de Curitiba, e funda o jornal "O Estado do Paraná", quase que exclusivamente com capitais do norte do estado.

No primeiro número (10/01/25), em seu editorial, o jornal se propugnava a fazer várias coisas, entre elas, lutar pelo:

"(...) desenvolvimento de todas as forças econômicas do Estado, sobretudo as da portentosa zona compreendida nos vales do Rio das Cinzas, Laranjinha, Tibagi e Paranapanema, onde os cafezais pomeiam na frutificação maravilhosa dos grãos de ouro e que, em breve, constituirão, ao lado da preciosa ilex, a base da **nossa** finança e o maior fator da **nossa** riqueza social". (grifos meu)

A expressão "**nossa riqueza social**" aparece aqui corroborando a expressão de Romário Martins "**nosso progresso**", deixando claro que a preocupação de representantes significativos das classes dominantes, do sul e do norte, pensam a mesma coisa e não possuem nenhuma visão separatista, muito pelo contrário, estão pensando no Paraná como um todo. Há também um destaque, desde então, de um discurso que irá aparecer continuamente em muitos escritos até os dias de hoje. A idéia de uma "comunidade" paranaense, passará a ser utilizada também para se referir à região em estudo.

No mesmo dia (10/01/1925), na página 2, do mesmo diário, há um artigo muito interessante, intitulado "O Norte Paranaense", que reafirmava:

"Até há pouco tempo a larga faixa de terra roxa do norte deste abençoado Estado do Paraná era muito pouco conhecida. Dela apenas se falava como de uma vaga expressão geográfica contida nos compêndios ou assinalada nos mapas. Dela se falava como uma zona de sertão inóspito sem recursos, assolada pela maleita.

O maior castigo que se poderia desejar a um agente do fisco, a um professor ou autoridade judiciária, era a remoção para aquele degredo, para onde só iam os míseros condenados, os reprobos e os deserdados de qualquer bom predicado, mal apadrinhados.

Para comprovação do que se dizia, bastava o fato de não se poder ir diretamente a esse norte renegado sem primeiro voltar pelo território paulista, em dois dias de fatigante viagem e depois fazer a caminhada de seis léguas, após a travessia do rio Paranapanema.

Pouco a pouco, porém, foi se fazendo luz sobre este recanto olvidado e, já agora, os juízos se modificaram ante a verdade explêndida do progresso que a riqueza incomparável da terra trabalhada, vai impulsionando de um modo verdadeiramente surpreendente.

⁷¹ Estes dados a respeito dos Barboza Ferraz permitem visualizar como alguns grandes fazendeiros tinham seus investimentos em várias áreas, desmistificando aquela idéia de que eles não tinham uma visão empresarial do tipo capitalista. Há que acrescentar ainda que os Barboza Ferraz tinham uma companhia de exportação com presença nos principais portos do Brasil e do exterior, onde comercializavam café.

(...) então de todo este norte prodigioso descera uma verdadeira onda de progresso que dará ganha pão a milhares de pessoas, pobres e ricos, impulsionando um comércio de avultados capitais, capaz de nos colocar entre os primeiros Estados do nosso querido Brasil."

Alguns dias depois, em 16/01/25, o mesmo jornal "O Estado do Paraná", publica um editorial com o título: "A Zona Norte-Paraná", onde procura chamar a atenção para as necessidades de mais e melhores estradas para escoar a produção de café. Alguns excertos são significativos:

"A longa faixa de terra roxa que abrange os municípios do norte do Estado, incomparavelmente fértil, esteve por muito tempo, insulada de nossa vida econômica, por falta absoluta de vias de comunicação. Ouvíamos falar dessa região e da sua assombrosa uberdade, como quem houve a narrativa vaga da existência de uma terra fabulosa.

(...)

"Ao lado do desenvolvimento econômico do Norte do Estado, formara-se, como é natural, uma mentalidade nova, sadia e empreendedora com os elementos inteligentes e progressistas, contrastando de modo flagrante com o espírito de rotina e tacaño que tem empedido, de alguma forma, a obra civilizadora dos **pioneiros** do nosso engrandecimento naquela região. "Incontestavelmente, o Norte do Paraná há de ser, em breves dias, o **El Dorado** sonhado por Francisco Orelhana, transmutando em searas de ouro todas as sementes que ali foram plantadas."⁷²

Como se pode perceber, os elementos essenciais daquilo que se continuará a falar, por mais de 70 anos, já estavam presentes nestes excertos: o abandono das terras, a idéia de sertão aonde ninguém quer ir, terras fabulosas e fertilíssimas, riqueza, progresso e a obra civilizadora desenvolvida por pioneiros, além da idéia da construção do futuro, na possibilidade de se encontrar, finalmente, o El Dorado. Aliando-se à formulação anterior de **nosso progresso e nossa riqueza**, desde então, procura-se dar a idéia de que havia algo comum a todos os que viviam no Paraná.

No mesmo ano, em uma publicação intitulada "Álbum do Paraná" publicada em Curitiba há uma matéria sob o título "Norte do Paraná" onde se procura deixar claro que **no norte do Estado está o futuro do Paraná**. Nele apresenta-se o que existe nos municípios de Jacarezinho, Santo Antonio da Platina, Ribeirão Claro, Colônia Mineira, São José da Boa Vista, Tomazina da seguinte forma:

"Damos a seguir as impressões de um nosso companheiro de trabalhos, que recentemente percorreu o norte de nosso Estado.

⁷² O Estado do Paraná, Ano I, nº 6, 6ª feira, 16/01/25, p. 1. Editorial.

Os nossos leitores terão o ensejo de observar através dessa minuciosa notícia que, de fato, o futuro do Paraná está no norte, onde elementos de trabalho e de iniciativa assentaram a sua tenda, enfrentando os maiores obstáculos que, por sua vez, tiveram que ceder para dar lugar aos empreendimentos que foram postos em prática.

Toda a região norte do Estado é nova e agora vai despertando e concorrendo eficazmente para o **nosso progredimento**. Municípios que por situação topográfica vizinham com o grande Estado de S. Paulo, viram crescer em breve a sua população, até então escassa.

Do outro lado, do Estado de Minas, numerosos grupos de homens do trabalho afluíram para o norte e em certas localidades foram eles os primeiros forasteiros que destravaram as matas intensas e edificaram os alicerces para as habitações que se foram construindo. Felizmente para a zona norte do Estado, os seus primitivos habitantes dedicaram-se exclusivamente, ao cultivo de suas terras ubérrimas.” (destaque meu)

O discurso “Norte do Paraná” é construído assim, pelos que vivem fora da região em estudo ou então, por aqueles que, vivendo nela, querem que seja vista como uma alternativa a mais para o Paraná em termos de seu progresso.

4.1.1. O SURGIMENTO DA COMPANHIA DE TERRAS NORTE DO PARANÁ (CTNP) ou simplesmente “A COMPANHIA”.

Como já vimos anteriormente, apesar da lei estadual 1642 de 1916, ter alguns dos seus artigos revogados, alterados ou ampliados, anos seguintes, havia cumprido com os seus desígnios, pois muitas tinham sido as concessões realizadas. Mas foi em 1925 que aconteceu o coroamento de uma política que visava permitir a empresas particulares desenvolverem a (re)ocupação das terras novas da região norte do estado. Um grupo de capitalistas ingleses interessou-se pela compra de uma grande extensão de terras para, conforme eles mesmo dizem, desenvolver um projeto de colonização nos moldes pretendidos pelo governo do estado do Paraná.

O grupo de investidores ingleses, liderados por Simon Joseph Frazer, mais conhecido como Lord Lovat, estava no Brasil como integrante da Missão Inglesa ou Missão Montagu⁷³, que veio ao Brasil tendo em vista um pedido de empréstimo de 25 milhões de libras, solicitado por Arthur Bernardes à Casa Rothschild. Esta casa bancária condicionou o empréstimo à presença e às recomendações de uma missão que ela enviaria ao Brasil. Esta missão, portanto teria como objetivo analisar a situação institucional e operacional de implementação das políticas monetária e fiscal que dessem garantias de pagamento do empréstimo solicitado. A missão inglesa imposta ao governo brasileiro, e não convidada por

⁷³ Para uma análise mais detalhada do caráter desta missão consultar o trabalho que melhor a analisa: FRITSCH, Winston (1980).

ele, como a maioria dos textos afirmam, vasculhou toda a estrutura econômica e financeira do Brasil, como verdadeiros auditores externos, algo parecido com o que fazem os técnicos do Fundo Monetário Internacional (FMI) nos últimos anos.

A Missão Montagu chegou no Brasil em 30 de dezembro de 1923 e voltou à Inglaterra em 4 de março de 1924, deixando um relatório extenso que apontava uma série de medidas que procuravam indicar como o governo brasileiro deveria se portar para, principalmente, ter um orçamento equilibrado. Para conseguir isso, as orientações eram as seguintes: aumento de impostos, corte rigoroso das despesas (redução do funcionalismo e de investimentos públicos), venda ou arrendamento (hoje diríamos, privatização) das propriedades do governo, aumento das exportações, abertura para o capital estrangeiro (com caráter preferencial aos ingleses), entre outros. Como se pode perceber, não é de hoje que se procura fazer com que o governo brasileiro tome estas medidas.

Apesar de tudo isso, o financiamento não foi concedido, pois o governo inglês havia embargado o lançamento de títulos dos governos estrangeiros em Londres. Isso não significava o embargo para o lançamento de títulos de empresas inglesas que procuravam criar empresas em Londres com interesses em explorações no exterior. E foi isso que Lord Lovat implementou.

Conforme os mais variados autores, sempre ancorados no discursos da própria CTNP, Lord Lovat, além das atividades que tinha como membro daquela missão, visitou principalmente regiões de São Paulo e do Paraná, em busca de terras para plantar algodão, já que o grupo do qual participava (Sudan Cotton Plantations Syndicate) instalados no Sudão, estava com dificuldades e pensava em deslocar-se para outras regiões que pudessem suprir a indústria de tecelagem na Inglaterra. Voltando a Londres, reuniu seus sócios e fundou a Brazil Plantations Syndicate Limited (BPSL) em 25 de abril de 1924, com um capital inicial de 200.000 libras esterlinas, visando investir no Brasil, para produzir algodão. O que aconteceu no ano seguinte, quando foram compradas as fazendas Guatambu (em Birigui), Santa Emília e Caiuá (em Salto Grande), bem como uma usina de beneficiamento de algodão em Bernardino de Campos no estado de São Paulo. Entretanto, os resultados não foram aqueles esperados e nem satisfatórios devido à queda dos preços no mercado internacional, à qualidade das sementes e também aos problemas resultantes do movimento paulista de julho de 1924, causando prejuízos além dos esperados. Qual o caminho a seguir depois destas não previstas consequências financeiras? A resposta encontra-se nas palavras de Cássio Vidigal em seu escrito incluído no livro comemorativo dos 50 anos da CTNP/CMNP:

“Para ressarcir dos prejuízos, em 1925 a Brazil Plantations resolveu criar duas outras empresas para executar um plano imobiliário: uma sediada em Londres, a Parana Plantations LTD, que financiaria todas as despesas; a outra, a Companhia de Terras Norte do Paraná, com sede em São Paulo

e instituída em 18 de setembro, que executaria os planos colonizadores e imobiliários, todos cumpridos com rara habilidade. Os primitivos acionistas da Parana Plantations eram os mesmos ingleses da Brazil Plantations; mas, o capital da Companhia de Terras foi quase todo subscrito pela última entidade, titular de 9.986 sobre 10.000 ações. Fica assim caracterizada a origem inglesa da empresa colonizadora, situação mantida até 1944, quando brasileiros compraram a totalidade das ações da Companhia de Terras. (CMNP, 1977, p. 241/2)

Sem sombra de dúvida, a constituição da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) foi realizada para desenvolver um projeto imobiliário e não tinha nenhum interesse em plantar algodão, como a maioria dos autores procura enfatizar. Para comprar as terras no Paraná, os seus idealizadores tiveram a orientação jurídica de João Sampaio e Antonio Moraes de Barros, profundos conhecedores dos “negócios” de terras em São Paulo e no Paraná. Além disso, encontraram em Willie B Davis (filho de ingleses no Brasil), grande fazendeiro em Jacarezinho (da qual havia sido prefeito) e deputado por três legislações em Curitiba, o elo de ligação com o governo paranaense.

Decorrente destas ligações e do interesse do próprio governo estadual, a CTNP, em outubro de 1925, conseguiu comprar 350.000 alqueires de terras junto ao governo do estado do Paraná, ao preço de 8\$000 (oito mil réis) o hectare, totalizando o montante de 6.776.000\$000 (seis mil setecentos e setenta e seis contos de réis) que seriam pagos da seguinte forma: 1.000.000\$000 (hum mil contos de réis) à vista e o restante no prazo de 12 (doze) anos, ou seja, 564.666\$660 (quinhentos e sessenta e quatro contos de réis, seiscentos e sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta réis) por ano. Quantia facilmente arrecada pela venda de lotes rurais e urbanos.

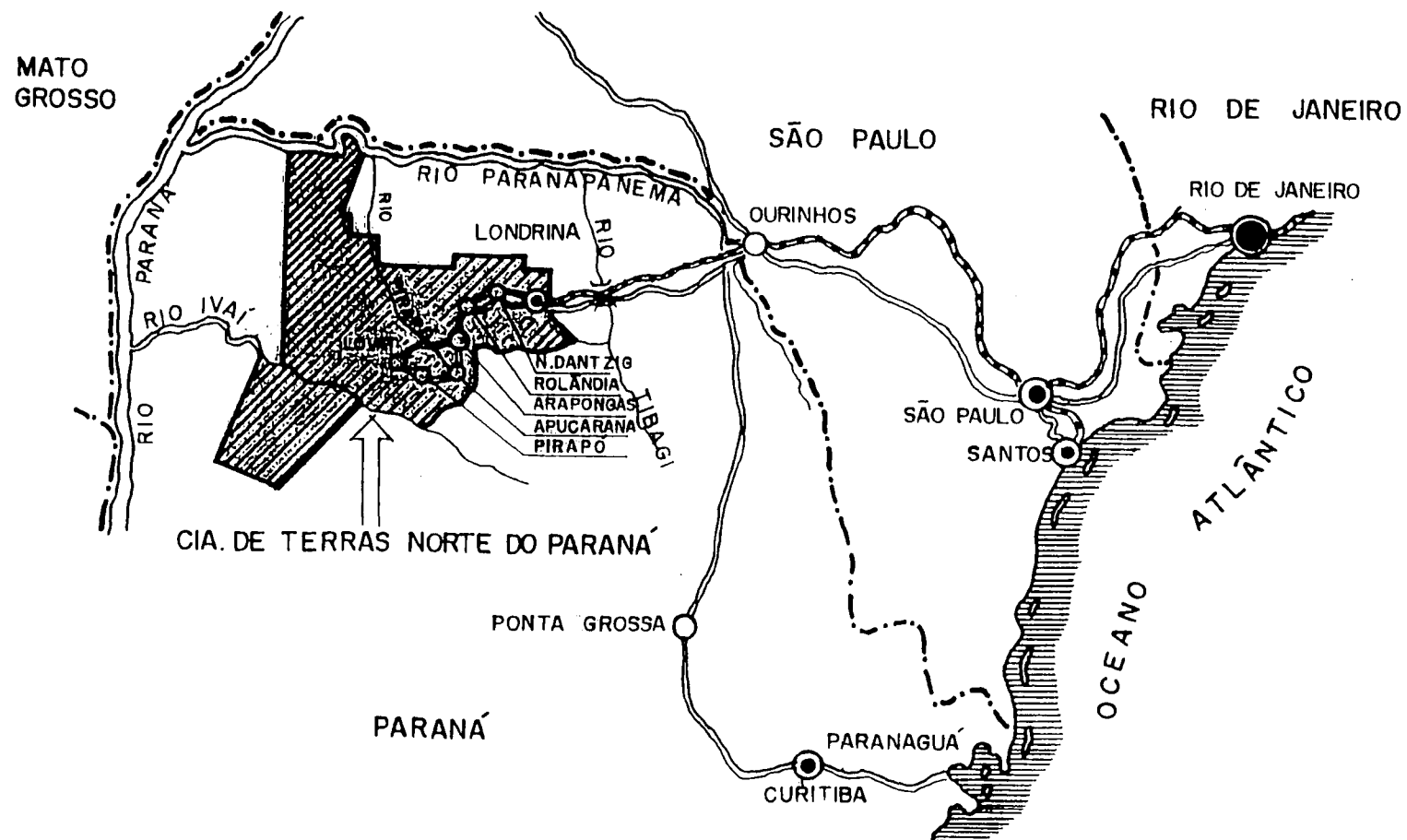
Além desta gleba, no ano seguinte, em 1926, adquire mais 20.000 alqueires do Dr. Custódio José de Almeida, e surpreendentemente, 80.000 alqueires da Brazil Plantations Syndicate Ltd. - empresa do mesmo grupo empresarial - (que os havia adquirido na qualidade de cessionária da BRAVIACO - Companhia Brasileira de Viação e Comércio).

Nos anos seguintes, comprou 30.000 alqueires da antiga concessão dada a Alves de Almeida e 15.017 alqueires da concessão dada a Paula Silva. Em ambos os casos já era cessionária destas glebas. Os títulos de propriedade destas aquisições foram expedidos pelo governo do Paraná em junho de 1930.

A CTNP comprou ainda 20.000 alqueires de Francisco Gutierrez Beltrão, anexas àquela gleba de 350.000 adquiridas da primeira transação com o governo estadual. Ao todo, entre os anos de 1925 e 1927 adquiriu 515.017 alqueires. (Ver Mapa nº 5)⁷⁴

⁷⁴ É importante notar que neste mapa ilustrado o mapa é construído fora de escala de modo propositado para poder realçar a importância bem como a extensão das terras da CTNP.

MAPA Nº 5 – MAPA ILUSTRADO DA LOCALIZAÇÃO DAS TERRAS DA CTNP



FONTE:

O Norte do Paraná. Companhia de Terras Norte do Paraná. Panfleto Publicitário. Londrina [194-]

A compra destas glebas, é um emaranhado de transações entre antigos concessionários/proprietários, governo do estado do Paraná e as empresas inglesas, que caberia um estudo específico para desvendar este *imbroglio* que até o presente momento continua obscuro e indecifrável.

Mas o projeto da CTNP não visava apenas ao projeto imobiliário, que, pelas informações que possuíam, seria bastante lucrativo. Os ingleses também queriam uma ferrovia, pois nesta área, tinham muita experiência em todo o mundo. A Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná estava à sua disposição, pois os fazendeiros que a tinham iniciado não possuíam mais capitais para continuar as obras e ampliá-la em direção ao rio Tibagi. Assim, a CTNP conseguiu “comprar” a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná (CFSP/PR).

Quanto à “compra” da Ferrovia São Paulo-Paraná, parece que não foi algo tão simples. Havia aí todo um interesse dos seus proprietários e também do governo do Paraná em outros ramais. Efetivamente ela não foi comprada, ela foi doada, conforme o que João Sampaio (Diretor-Presidente da CTNP) afirma:

“(...) já existia o ramal Ourinhos-Cambará ... Eu conhecia a sua má situação financeira, decorrente da escassa distância percorrida (29 km). Aliviei a remoção da dificuldade, pela facilidade da compra da Cia. Ferroviária São Paulo-Paraná. Procurei o velho amigo Barboza Ferraz (...). Entrou-lhe pelos olhos a vantagem da minha proposta: A Cia de Terras renovaria o ramal e o prolongaria, para criar a nova zona do estado. **Indaguei o preço. Foi fulminante a resposta: oferecia à Cia. de Terras, de graça, todas as ações e a entrega imediata da Estrada.** (...) Enviou-nos sem demora, o balanço rigorosamente fechado. Verificamos que - se houvesse uma liquidação voluntária da Empresa - o passivo seria integralmente coberto, deixando ao liquidante as concessões. Era o bastante: ele não visava o enriquecimento, nem nós desejávamos causar-lhe prejuízo. Ficávamos com as concessões dos dois estados e com o caminho aberto para prolongar a nossa estrada.” (ZORTÉA, 1975, p.)⁷⁵ (Destaque meu)

Creio que agora pode-se recordar a viagem/expedição de Thomas P. Bigg-Witter relatada em um livro que é publicado no ano de 1875 em Londres, sob o nome “Pioneerering in South Brazil” por um dos mais famosos editores de então, a Albermale Street, obtendo uma grande consagração. Conforme afirma CORRÊA JR (1991, p. 22/23):

“Está fora de dúvida que esse notável trabalho tenha sido o precursor da colonização inglesa no Norte do Paraná, levada a efeito décadas depois e à cuja frente se encontrava o nobre Simon Joseph Frazer, o lorde Lovat.

⁷⁵ Parte do discurso de João Sampaio por ocasião da cerimônia em que lhe foi entregue o título de cidadão honorário de Londrina. O original deste discurso encontra-se arquivado no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina.

(...)

O compêndio mostra o Paraná de mais de cem anos atrás, com suas peculiaridades encantadoras, enquanto discorre sobre o caminhar dos membros da expedição. Tudo indica e se prova no livro terem sido eles os projetistas da Ferrovia, que na década de 20 passou a ser conhecida como Cincinato Braga, atravessando o Norte do Paraná de Ourinhos a Guaíra, como parte da projetada linha férrea ligando pelo continente sul-americano os oceanos Atlântico e Pacífico ! ...

(...) Em junho de 1876 Bigg-Wither profere conferência na Real Sociedade de Geografia de Londres, sobre o Vale do Tibagi. O êxito dessa exposição pode ser aferido pelo acolhimento que lhe deu a austera e tradicional entidade, fazendo-o de imediato seu associado."

Este fato é muito importante para se entender que o território hoje situado ao norte do estado do Paraná já era do conhecimento dos ingleses desde então, pois os mesmos já haviam tido interesse em melhor conhecê-lo. Por outro lado, poder-se-ia inferir que os ingleses que se interessaram pelas terras norte-paranaenses, posteriormente, no ano de 1924, já vinham com os olhos muito bem postos na ferrovia projetada no século anterior, da qual Bigg-Wither participara do projeto. Além do livro e da conferência de Bigg-Wither, Lord Lovat e seus sócios devem ter tido acesso a toda a documentação da "Parana and Mato Grosso Survey Expedition" que incluía levantamentos topográficos minuciosos, potencialidades agrícolas, quantidade de madeira, recursos hídricos, etc. Não estavam vindo para uma terra desconhecida, como querem fazer parecer através de seus discursos.

A hipótese, de que a área adquirida, pela CTNP, já era conhecida antes de 1925, é corroborada pelo depoimento de Benedito Rodrigues dos Santos⁷⁶ onde afirma que os ingleses estavam interessados nas terras situadas ao norte do estado do Paraná desde 1919. Conforme o autor da reportagem:

"A expedição precursora tinha à frente o general George Rosch, J.W. Guindo, um certo Sr. W. Thompson, os irmãos Willie e Roland Davids e Mello Peixoto, entre outros - segundo o depoimento de Santos, que figurava entre os auxiliares.

Numa primeira entrada, partiram de um ponto à margem do rio Cinzas e foram atingir a margem esquerda do rio Laranjinha, tomando por referência os saltos, distantes 20 quilômetros do atual perímetro urbano de Ribeirão do Pinhal. Em princípio seria aquela a área visada, mas acabou preterida pela limitada distribuição dos cursos d'água relativamente às necessidades futuras de abastecimento. E para leste, a vegetação de cerrado, em certa proporção indicava terras menos férteis, ao contrário do que se verificava para o oeste.

Tais indicativos determinaram o direcionamento da expedição mais para o oeste. Santos afirma, contudo ter ouvido o nome Londrina, pela primeira vez no acampamento junto aos saltos do Laranjinha. "

⁷⁶ Publicado no jornal Folha de Londrina em 04/02/82 pág. 22, em uma reportagem de Widson Schwartz sob o título "Ingleses procuravam lugar para Londrina desde 1919".

O depoimento continua com detalhes⁷⁷ que podem tirar qualquer dúvida sobre a existência desta expedição, agora numa segunda tentativa, em 1922:

“Adiante de Cambará não existia quase nada, era tudo mato...” vai rememorando Santos, para chegar especificamente ao relato sobre a chegada da expedição precursora a Londrina, em outubro ou novembro de 1922, isto numa segunda entrada e já sem alguns dos participantes da primeira.

(...)“Em Londrina não existe o bosque? Então perto da figueira grande está enterrada uma garrafa de champanha com documentos da expedição” afirma. Ao que parece, já havia pontos de referência, porque os engenheiros mencionavam, também, coordenadas estritamente locais - segundo ainda as afirmações de Santos, lembrando que o trabalho durou aproximadamente 30 dias.”

Em outra reportagem, Widson Schwartz⁷⁸ repete o depoimento de Benedito Rodrigues dos Santos e acrescenta um outro, o do engenheiro Alexandre Beltrão irmão de Francisco Beltrão, de quem a CTNP adquiriu parte de suas concessões:

“Recentemente em Londrina, o engenheiro Alexandre Beltrão afirmou que, incumbido pelo governo do Estado do Paraná, mediu as terras que seriam vendidas à Companhia de Terras Norte do Paraná, no período de 1920 a 1925, estabelecendo “linhas de 100 quilômetros, sem levar em conta os acidentes, desde que abrangessem terras em melhor qualidade”.

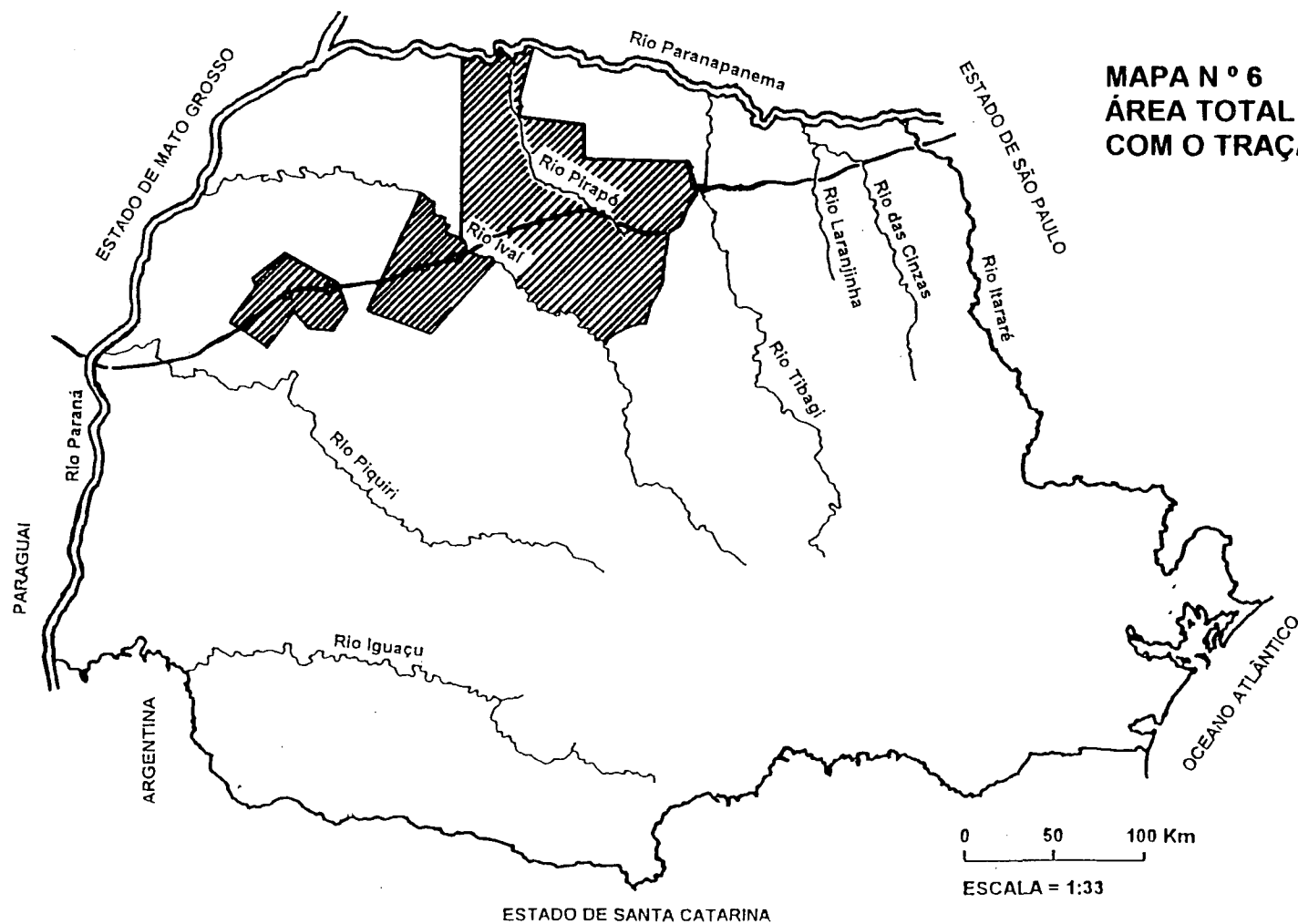
Estes relatos colocam em questão a versão da “primeira expedição” que veio tomar posse das terras, como se elas fossem desconhecidas para o grupo de ingleses que constituíram a CTNP. Caberia, é óbvio uma pesquisa mais detalhada para questionar cabalmente este discurso da vinda de Lord Lovat como o emissário “predestinado” que abriu os horizontes para os novos “bandeirantes”.

Voltando à questão da ferrovia, parece-me claro, que os ingleses estavam muito interessados na construção da ferrovia transcontinental ligando o Atlântico ao Pacífico. Analisando-se o mapa do Paraná onde estão assinaladas as terras compradas pela CTNP e o mapa do projeto da ferrovia transcontinental e mesmo aquela que Cincinato Braga projetara visando a ligação entre Santos e Assunção (que segue o mesmo curso da anterior), tem-se a clara evidência que a definição das terras adquiridas pela CTNP, segue o curso definido anteriormente por onde passaria aquela ferrovia. (Mapa nº 6)⁷⁹.

⁷⁷ Benedito Rodrigues dos Santos afirma que tinha fotografias desta expedição mas elas foram destruídas por um incêndio de uma barraca dentre os muitos acampamentos de que participou posteriormente. Apresentou, ao autor da reportagem, outras fotografias e as armas que utilizava neste período.

⁷⁸ Folha de Londrina, 26/4/84, pág. 26 sob o título “Onde e Quando”

⁷⁹ Neste mapa já se encontra a área que a CTNP comprou mais tarde (30.000 alqueires) completando os 545.000 de sua propriedade.



MAPA N° 6
ÁREA TOTAL DA CTNP/CMNP
COM O TRAÇADO DA FERROVIA

A questão acima mencionada fica mais evidente, como veremos mais adiante, neste mesmo capítulo, quando, em 1939, se inicia o processo de encampação da ferrovia pelo governo brasileiro, e a CTNP passa a pensar em deixar o negócio de terras, quando ainda, a maior parte delas ainda não estavam vendidas. O que se pode inferir é que o negócio inglês que mais interessava era a ferrovia transcontinental. Além disso, como se sabe, poucas foram as tentativas dos ingleses no Brasil de comprar terras para colonizar. Não era do feitio do império inglês e de sua prática no mundo todo, comprar terras para fazer projetos imobiliários.

Num outro depoimento, João Sampaio, um dos advogados dos ingleses, e futuro diretor-presidente da CTNP, quando da definição da criação da Parana Plantations e da CTNP, evidencia que a estrada de ferro era um dos projetos em pauta já em 1925:

“Ficou assentado que ao invés de aumentar o capital da Brazil Plantations - que seria oportunamente liquidada - fosse fundada a Paraná Plantations Company, a fim de levantar fundos de maior vulto, para grandes empreendimentos que se projetassem: de início a compra de terras e **as estradas de ferro** e de rodagem, necessárias à penetração e a colonização, como elemento de desenvolvimento das plantações e da população. E complementando o plano foi resolvido que seria fundada em São Paulo a Companhia de Terras Norte do Paraná, pessoa jurídica brasileira, sob a direção de brasileiros, em maioria, **para ser adquirente e vendedora das terras, em respeito aos melindres dos nativistas.** Sociedade anônima que seria controlada, acionariamente, pela Parana Plantations, de Londres, **de onde viria todo o dinheiro necessário em conta corrente.** (CMNP, 1975, p. 56/57) (destaques meus)

Este excerto, sem sombra de dúvida esclarece os interesses da CTNP, já em 1925, isto é, antes de realizar qualquer atividade: iriam comprar terras, construir estradas de rodagem e ferrovia e criariam uma empresa testa-de-ferro no Brasil, para não ferir suscetibilidades (melindres) nacionalistas sendo que o dinheiro vinha todo do exterior, e é óbvio para lá deveria voltar com muitos lucros.

Analisando a outra parte da transação da ferrovia, agora com o governo paranaense, Ana Yara LOPES (1982, p. 107) aponta alguns itens do contrato assinado :

“(...) concessão de direitos de exploração da ferrovia São Paulo - Paraná, para a Companhia de Terras, por 90 anos; tal estrada de ferro continuaria de Cambará até barrancas do Tibagi, devendo este trecho estar terminado até fins de 1931; alcançando o Tibagi, deveria estender, no prazo máximo de 6 anos, a construção por mais 280 Km. em dois ramais (o primeiro deles, ligando a linha tronco com algum ponto entre Santo Antonio da Platina e Jacarezinho, da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande; o segundo das cabeceiras do Pirapó a algum ponto entre Ponta Grossa e Castro, também da São Paulo - Paraná por mais 90 Km., que deveriam estar prontos em 1940; os preços a serem cobrados para transportes na ferrovia deveriam ser aprovados pelo governo do estado e revistos de 5 em 5 anos; estariam isentos de qualquer taxa, entre outros, as autoridades

governamentais, o pessoal encarregado das linhas telegráficas e telefônicas e os migrantes com destino às colônias marginais à ferrovia (inclusive suas bagagens e ferramentas); a Companhia daria preferência a trabalhadores nacionais. E mais: enquanto a Companhia de Terras Norte do Paraná permanecer proprietária das terras, não pagaria imposto territorial; em compensação, também não cobraria imposto sobre o café, constante de contrato anterior.”

Além disso, cabe lembrar que se mantinham as condições dadas ao grupo de fazendeiros que a haviam iniciado: o privilégio exclusivo de exploração (não haveria nenhuma outra via férrea, numa faixa de 15 km de cada lado do eixo da linha), direito de desapropriar terrenos, prédios ou qualquer benfeitoria particular no trajeto da ferrovia; isenção de impostos estaduais sobre produtos importados para a construção da via; isenção de todos os impostos estaduais e municipais que viessem a incidir sobre a estrada, as máquinas e benfeitorias e, além disso, 28:800\$000 em terras que correspondia a 3.600 hectares, por quilômetro de estrada construída e em tráfego.⁸⁰

As condições continuavam ser vantajosas. Para construir o prolongamento até às margens do rio Tibagi, foi contratada a empresa Macdonald, Gibbs & Co. de Londres sob a direção de Beverly Macdonald. Após isso, a própria CFSP/PR assumiu a continuidade dos trabalhos tendo como superintendente W.H. Morton e J.L. Adamson como engenheiro chefe. As obras foram retomadas em 1928. Enquanto isso estava em andamento, conforme o discurso da CTNP, a delimitação da área comprada por ela.

A relação dos ingleses com o governo estadual ia um pouco além das questões de terras e da ferrovia. Conforme Sandino HOFF (1991, p. 33):

“É valioso o outro fato mencionado pelos jornais que ajudam a entender os negócios da Paraná Plantations. Em maio de 1926, o governo do Paraná conseguiu um empréstimo de bancos ingleses no valor de 7.200.000 dólares para resgate da dívida do Estado e para a construção do porto de Paranaguá.⁸¹ Em abril de 1928, o Presidente Affonso Camargo, que havia assumido pela segunda vez a presidência do estado, vende 2 mil apólices do porto de Paranaguá aos ingleses.

Paralelamente à definição das terras compradas pela CTNP, havia, também grande preocupação, por parte do governo paranaense com a formação de “grilos” no Paraná como um todo, mas especialmente em sua região norte, presentes nas Mensagens do Presidente do Estado do Paraná ao Congresso Legislativo nos anos de

⁸⁰ O volume de terras que passaram às mãos da Companhia Ferroviária São Paulo/Paraná atinge o total de 250.000 alqueires e não há nenhuma pesquisa sobre o que foi feito com elas.

⁸¹ “Folha da Manhã. São Paulo, 1 de abril de 1926, p. 1

1926, 1927 e 1928. Neles são citados os grilos assim designados: Piquiri, Boa Esperança, Ribeirão Vermelho, Jacutinga, Santo Inácio e Pirapó, que procuravam ser mapeados.⁸²

O discurso "Norte do Paraná" continuava sendo construído tanto pelos que visitavam a região como por aqueles que já viviam nela. Affonso G. Correia, em 1928, viajando para divulgar suas idéias por vários municípios do Paraná (Marechal Mallet, Irati, Jacarezinho, Ribeirão Claro e Campo Largo), descreve, num panfleto intitulado "Conferência Paranista" o que sentiu. Escreve sobre o PARANÁ, em letra maiúscula, da TERRA e do POVO e de todas as possibilidades, em termos de recursos naturais que "são as engrenagens deste COLOSSO da natureza (...)". Num outro trecho, o Paraná é visto como o "CANAA que nos toma envaidecidos..." ou "TERRA na qual DEUS projetou a comucópia de todas as riquezas." ou a "TERRA DAS MARAVILHAS" (CORREIA, 1928, p. 13 a 26)

Em outubro (dias 28 -30 e 31) do mesmo ano, 1928, publica no jornal "Gazeta do Povo" suas "impressões de viagens ao Norte do Paraná" sob o título TERRA DE OURO - Ouro Verde - Ouro Branco e Ouro Vermelho. Escreve a respeito das maravilhas que viu, da fertilidade do solo, da pujança das culturas, enfim das riquezas possíveis que aí podem se desenvolver. Num dos trechos afirma:

"Aos municípios do Norte do Paraná levei as saudações dos municípios do Sul de nossa Terra. Eram os saúdes do pinheiro heráldico, da coluna de ouro no Paraná, das imbuías milenares, das nossas adiantadas e possantes indústrias levadas aos habitantes das zonas onde o ouro branco perturba a visão do viajero, onde o ouro vermelho extasia ao viandante pára seu auto de momento a momento para melhor refletir sobre a fertilidade daquelas terras, sobe o valor dos seus exploradores,...) E, fiz da minha viagem um apostolado, - falando a paulistas, falando a mineiros, poucos os paranaenses, - aproximando Norte e Sul que tudo é Paraná, pregando o abraço de irmão para irmão entre filhos de um ou de outro Estado, que tudo é a Brasileira Terra."

Numa publicação intitulada *Álbum do Paraná*, provavelmente publicada em 1928, em Curitiba, há uma matéria com o título: *O Sr. Cel. José Carvalho de Oliveira e o Norte do Paraná* que procura colocar mais alguns elementos na constituição do discurso "Norte do Paraná":

"Espírito culto e de largo descortino de vistas, o Sr. Cel. José Carvalho de Oliveira tem sido senão o maior, um dos maiores baluartes que se hão batido em prol da prosperidade econômica do nosso querido torrão natal, levando-se em conta quanto o nosso distinto homenageado tem feito na opulenta zona do Norte do Paraná.

⁸² Os grilos eram posses baseadas na falsificação de documentos variados, incluindo títulos definitivos de terra. A formação desses grandes grilos num momento em que a terra já era mercadoria, nos anos vinte, era uma forma da classe dominante no estado fazer barganha com os futuros compradores e concessionários e lucrar com isso.

Desde muito moço labutando no commercio, no afã de conseguir meios para dilatar a esphera de sua actividade, tem beneficiado de forma directa o **nosso Estado**, ao desenvolver os dons progressistas do seu espirito. Não medindo sacrificios de nenhuma especie, **enfrentando bravamente os percalços da selva e a ferocidade dos selvagens**, realizando viagens molestas nos sertões do Norte, até então inhospito, por carencia de vias de comunicação e de moradias, o Cel. José Carvalho, num golpe de vista atilado de *yankee* enérgico, sondou, analysou o seio escarpado do sertão, experimentou a agrura das longas caminhadas como arrojado patriota que sempre foi, adquiriu nas orlas dos rios Laranjinha, Cinza e Paranapanema, 45.000 alqueires de **terra virgem**, e deixou toda essa vasta faixa de terra dormir um quarto de século, até que chegasse a hora azada para realizar o que tinha em mente, isto é, de accordo com os poderes públicos desvendar todos os caminhos desse **Thesouro de Aladim**, desbravar toda (sic) este ***El-dorado* maravilhoso e ignoto** que viria, enfim um dia, a surgir para as lides formidáveis da vida agrícola. E a hora azada sôou afinal ! " (destaques meus)

Esta homenagem/depoimento coloca, de forma resumida, vários elementos do discurso "Norte do Paraná": terra virgem, inóspita, a presença do indígena (selvagem), o Eldorado, o empreendedor (a idéia de pioneiro) que luta contra a selva e o selvagem, como o *yankee*, que tem uma visão ampla, pois compra uma grande gleba de terra e só depois de 25 anos é que vai utilizá-la (em outros termos, significa que adquiriu a terra deixou-a valorizar para depois vender, isto é, especulou). Fica claro aqui, que a construção do discurso "pioneiro" está perfeitamente esboçada e delineada. Só faltou classificá-lo como um herói, atitude que Domingos Pellegrini tomará mais de sessenta anos depois ao escrever seu livro sobre Celso Garcia Cid.

Nesta mesma publicação, aparecem outros tantos relatos enaltecendo personagens, fundamentalmente, grandes fazendeiros nas cidades e povoados como Jacarezinho, Santo Antonio da Platina, Colônia Mineira, entre outros.

Com a preocupação de contribuir para a reescrita da história da região enfocada, Américo Machado da LUZ (1973, p. 100) remetendo-se à sua passagem por Jacarezinho em 1929, inicia seu relato com o título: RUMO AO ELDORADO. Reafirma novamente o mesmo discurso já descrito, quando, ao falar do início da cafeicultura naquele município, escreve: *"Era a aurora de um novo "ELDORADO" e o florescimento de um Paraná mais próspero e rico"*.

Com a preocupação de analisar a situação, naquele momento em que se desloca para a cidade de Jacarezinho, e tendo em vista a integração daquela região ao Paraná, afirma:

"Nem o governo, nem as populações do sul e do centro do Estado, se apercebiam dos passos de gigante que dava aquela Região. Ignorava-se, completamente, no resto do Paraná, a **luta titânica** de desbravamento que se vinha travando naquela parte do Estado, **comparável ao "far-west"**

americano, tida como zona só cheia de aventureiros inescrupulosos, inamoldáveis aos foros da civilização e cultura que já vinham alcançando os principais centros do Estado." (idem, pág. 103)

Note-se que a construção do discurso "Norte do Paraná" é também uma construção de fora, ou seja daqueles que olham as terras hoje situadas ao norte do estado do Paraná e a designam como "Norte do Paraná" tendo aí presente uma delimitação territorial variável e outras idéias: fertilidade das terras, chegada da civilização, presença do café.... e as imagens que já estavam presentes antes e que continuaram presentes até hoje: "El Dorado", "Nova Canaã", etc. Percebe-se aqui, como também já haviam escrito antes Romário Martins e Leovegildo Barbosa Ferraz, a preocupação em demonstrar que há um só Paraná.

Creio que aqui cabe uma pequena digressão sobre estes dois discursos, o "Paranista" e o "Norte do Paraná" como dois discursos complementares

A expressão **paranistas**, conforme Romário MARTINS (1948) se deve a Domingos Nascimento que, em viagem ao norte do estado do Paraná, em 1906, percebeu que os habitantes ali instalados chamavam os do Sul do estado de "paranistas". Isso se devia ao fato de que a maioria dos que ali estavam tinham vindo de outros estados, notadamente de São Paulo, e como lá eram chamados de "paulistas" simplesmente transpuseram a mesma nomenclatura para cá, chamando-os de "paranistas".

Aproveitando a expressão, que ali nascera espontaneamente, procurou ver nela, através de seu sufixo "ista" a possibilidade de utilizá-lo com outra significação: a de paranaense devotado e defensor de sua terra, com um sentido nativista paranaense.

O vocábulo foi assim utilizado, desde então, com este significado, até que em 1927, o próprio Romário Martins, na inauguração do **Centro Paranista**, ampliou o seu significado:

"Paranismo é todo aquele que tem pelo Paraná uma afeição sincera, e que notavelmente a demonstra em qualquer manifestação de atividade digna, útil à coletividade paranaense.

(...)

Paranista é simbolicamente aquele que em terras do Paraná lavrou um campo, vadeou uma floresta, lançou uma ponte, construiu uma máquina, dirigiu uma fábrica, compôs uma estrofe, pintou um quadro, esculpiu uma estátua, redigiu uma lei liberal, praticou a bondade, iluminou um cérebro, evitou uma injustiça, educou um sentimento, reformou um perverso, escreveu um livro, plantou uma árvore." (Romário MARTINS, 1948, p. 38)

Não é nosso interesse, aqui, analisar o discurso "paranista" em todas as suas versões, mas é importante estabelecer um vínculo entre os dois discursos, pois as matrizes teóricas são

muito parecidas. Para conhecermos, de um ponto de vista crítico, um pouco o "paranismo"⁸³, tomarei o trabalho de Décio Roberto SZVARÇA (1993) como referência.

Décio Roberto SZVARÇA (1993, p. 5) escreve sua dissertação de mestrado procurando analisar a atuação de Romário Martins no processo de construção do discurso paranista. Procura demonstrar que, desde 1900, Romário Martins inicia uma preocupação com a busca da determinação de uma identidade para o Paraná e sua gente. A disputa de fronteira entre o Paraná e Santa Catarina foi um grande estímulo para ele.

"A questão prática imediata, aliou-se à necessidade de forjar uma história regional, que contribuiria para o estabelecimento de uma história nacional, por justaposição das diversas histórias regionais, num momento em que os regionalismos se opunham com vantagens ao poder central, contrariamente do que acontecera no período imperial. Ao mesmo tempo, esta construção reforçaria os laços de identidade regional entre a elite e a população, em um momento de ameaça à integridade territorial do Estado, bem como forneceria os elementos distintivos da civilização paranaense, em relação às de outras regiões do país."

Romário Martins é apresentado como um autor historicista, que não possui uma armação teórica e que, portanto adiciona fatos para preencher o tempo vazio e homogêneo no sentido benjaminiano. Neste sentido, ao longo do seu trabalho SZVARÇA (1993, p. 11) procura demonstrar que: *"... a construção simbólica realizada por Romário Martins refere-se à elaboração de imagens que representariam o ideal de uma civilização redentora que se realizaria na e pela história."*

Conforme este autor, a intelectualidade paranaense, mais precisamente a curitibana vai acreditar, reproduzir e ampliar a imagem do paraíso terrestre criada por Saint Hilaire quando afirmava que a situação geográfica do Paraná tomava-o um verdadeiro "paraíso do Brasil." Quanto a isso afirma Décio Szvarça:

"Esta descrição do paraíso, não mais restrito aos Campos Gerais, agora estendido para todo o Estado, não é pura propaganda, ou pelo menos não é só. Cria imagens que transformam-se em símbolos e acabam por se introjetar na mentalidade de uma época. Tomam-se elementos ativos não só das construções mentais idealizadas, como amalgama-se no próprio processo de pensamento, constituindo-se em filtros através dos quais o mundo é visto e passa a ser relatado como real e, mais ainda, sendo o real." (idem, p. 20)

Na conclusão de seu trabalho Décio Szvarça, procurando resumir e criticar o pensamento romariano, assim se expressa:

⁸³ Para uma discussão mais ampliada remeto também aos trabalhos de Ruben Cesar KEINERT (1978) e o de Luís Fernando Lopes PEREIRA (1996).

" A história dos dominadores, efetivamente descontínua, é apresentada pela tradição como contínua. Continua em um tempo homogêneo e vazio. Para preenchê-lo o historiador historicista forja um conjunto de símbolos que, partindo da origem, constrói a imagem de uma identidade ideal à qual todos devem integrar-se, pois ela é garantidora das conquistas da civilização até então alcançadas e, possibilitadora de, graças à força do progresso, se atingir um verdadeiro estágio de civilização."(idem, p.116)

(...)

"A eficácia do discurso historiográfico romariano é garantida graças ao exercício de funções míticas que realiza ao forjar um passado inteligível e compreensível dando sentido a aspectos significativos das relações sociais. Assim, é possível a uma parcela ponderável da população se reconhecer como fruto desta história, pois esta lhe dá uma origem auspiciosa, um presente de conquistas civilizacionais e um futuro venturoso."

Esta construção que se apropria de elementos naturais que por si só já representariam as condições de um paraíso na terra, é sustentada pela junção que estabelece entre estes elementos e a história. Desta forma, Romário Martins, ao fundar a história regional do Paraná, dá-lhe um sentido evolutivo cuja força propulsora é o progresso. Estes componentes aliam-se às funções míticas do historicismo na garantia de sua eficácia prática." (idem, p. 118)

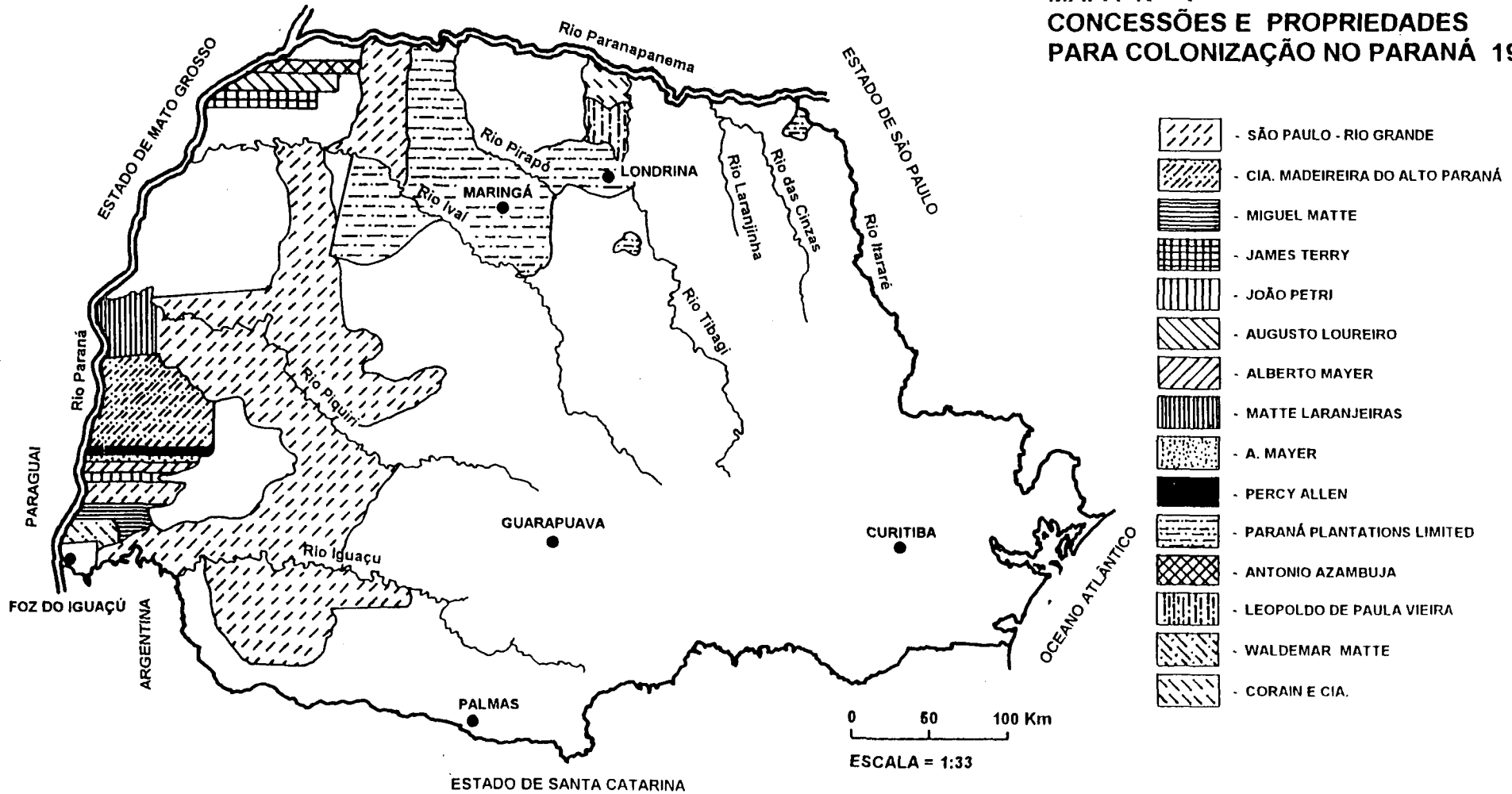
*Pode-se afirmar que a construção discursiva "Norte do Paraná" é concomitante à construção "Paraná", procurando definir uma "cultura" ou "civilização" paranaenses. Ambas baseiam-se nos mesmos pressupostos. São complementares. Ajustam-se perfeitamente.*⁸⁴

Como paranistas, isto é, como pessoas interessadas em exaltar as maravilhas do Paraná, desde cedo, procurou-se olhar o Paraná como um todo e falar de suas virtudes, aparecendo aí as primeiras referências à região, hoje situada ao norte do estado do Paraná, então conhecido como o "sertão do Tibagi".

Neste período, muitos núcleos urbanos foram surgindo ainda a leste do Tibagi, no Nordeste do estado, como Jundiá do Sul em 1917, Bandeirantes em 1921, Santa Mariana em 1922, Cornélio Procopio e Ribeirão do Pinhal em 1924, Andirá em 1927. Antes de eclodir a grande crise do sistema capitalista representada pelo crack da bolsa de valores de Nova York em 1929, a situação das terras no Paraná encontrava-se nas mãos de uma série de concessionários e proprietários (Mapa nº 7) além de imensos grilos (Mapa nº 8). No Mapa nº 9 pode-se visualizar como as concessões e as terras da CTNP (compradas) estavam no interior dos grandes grilos existentes então.

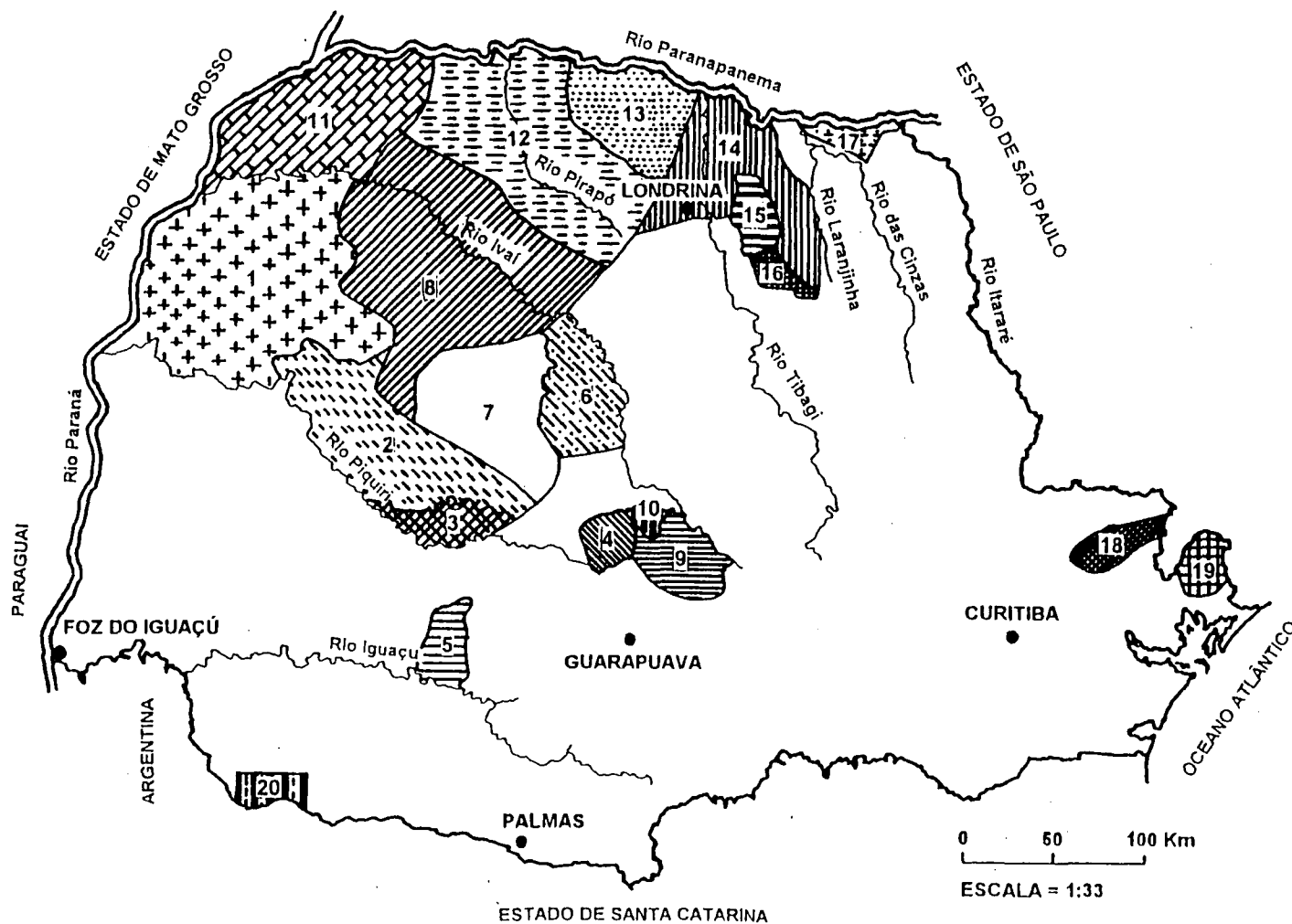
⁸⁴ É importante esclarecer que o "paranismo" foi todo ele elaborado pelas representantes das classes conservadoras em Curitiba, que também foram desde Sebastião Paraná aqueles que formularam as primeiras versões do discurso "Norte do Paraná" como vimos neste e no capítulo anterior.

MAPA N° 7
CONCESSÕES E PROPRIEDADES
PARA COLONIZAÇÃO NO PARANÁ 1930



Fonte: SERRA, E. 1991, p. 66

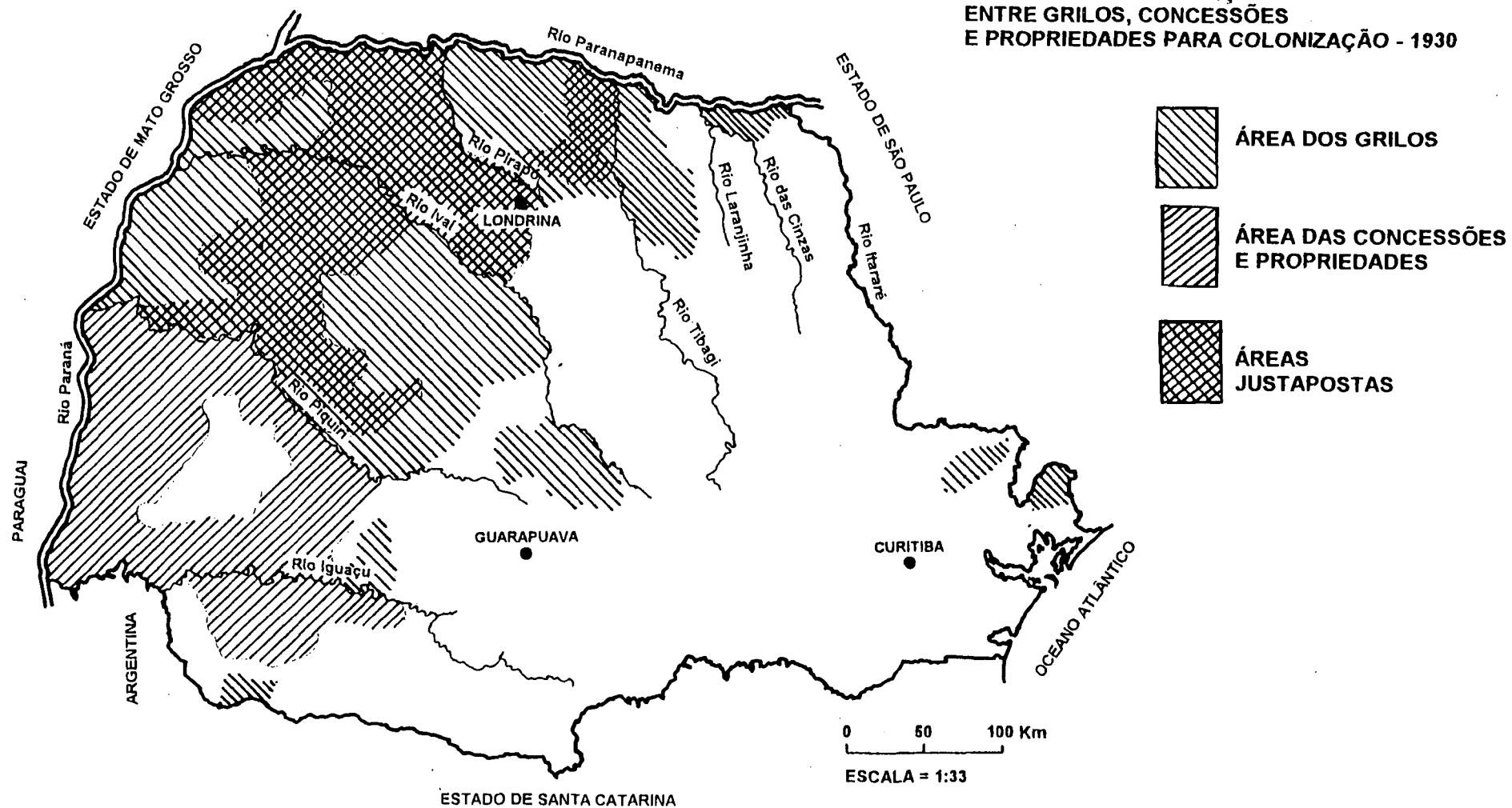
MAPA Nº 8
"GRILOS" NO PARANÁ - 1930



Nº	NOME DO GRILO	EXTENSÃO (em alqueires)
1	Reconquista	446.290
2	Guavirova	171.000
3	São Manuel	71.000
4	Boa Ventura	5.000
5	Laranjeiras	38.000
6	Ubá	100.000
7	Corumbatal	216.300
8	Bandeirantes	403.740
9	S. João do Rio Claro	30.000
10	Colônia de Baixo	5.887
11	Boa Esperança	255.980
12	Pirapó	369.570
13	Ribeirão Vermelho	45.000
14	Barra do Tibagi	148.290
15	Tigre	17.660
16	Barra Bonita	16.270
17	Pontal do Rio Cinzas	13.590
18	S. João do Rio Pardo	38.000
19	Ipiranguinha	21.000
20	Flores da Concelção	22.000
Total		2.434.567

Fonte: SERRA, E., 1991, p. 68

MAPA Nº 9 - JUSTAPOSIÇÃO
ENTRE GRILOS, CONCESSÕES
E PROPRIEDADES PARA COLONIZAÇÃO - 1930



Fonte: SERRA, E., 1991, p. 66

A cafeicultura paranaense, entretanto, até este momento não era tão expressiva quanto parecia, se tomarmos, como referência, a totalidade de pés de café em diversos estados brasileiros. Relativiza-se assim, até este momento, o discurso que a "cafeicultura povoou" o norte do estado do Paraná. Os dados citados por Antonio de Barros de CASTRO (1971: 89) permitem fazer esta afirmação:

QUADRO III
PÉS DE CAFÉ EM DIVERSOS ESTADOS

Estados	1921	1930
São Paulo	843.592.000	1.188.058.000
Minas Gerais	511.252.100	650.691.700
Espírito Santo	122.500.000	271.400.000
Rio de Janeiro	160.239.000	213.818.000
Bahia	49.799.000	94.440.200
Pernambuco	27.886.000	82.073.000
Paraná	15.138.000	30.229.000

Fonte: TAUNAY, Pequena História do Café no Brasil, p. 534.

A situação seria modificada a partir de então mas não seria tão substancial quando poderia aparecer.

4.2.- A (RE)OCUPAÇÃO ENTRE A GRANDE CRISE E A GRANDE GUERRA.

A (re)ocupação, neste período, desenvolve-se sob a sombra da grande crise internacional de 1929 que se alongará por vários anos e, internamente, pelo movimento de outubro de 1930, que muda a situação em nível político, nacional e regional. Quanto a isso CANCIÁN (1977, p. 253), no tocante à cafeicultura, afirma que :

"Esta é uma fase marcada por uma conjuntura recessiva. A crise cafeeira que antecedeu em alguns meses o crack da Bolsa de Nova York, constituiu-se no ponto inicial de estrangulamento do setor, nos moldes como até então estava organizado.

Entretanto, como a cafeicultura no Paraná não era tão expressiva, não afetará em muito a sua dinâmica nesta região. Conforme PADIS (1981, p. 124) a produção de café do Paraná

na safra de 1930/31 foi de 347.000 sacas (sacas de 60 Kg) o que significava apenas 2,1% da produção nacional, elevando-se a 5,8% e reduzindo-se a 1,3% na safra de 1943/44 com apenas 160.000 sacas, decorrente de fenômenos climáticos (geadas) que se abateram sobre a região estudada. Mesmo assim, não se deve pensar que isto não significava que a cafeicultura era algo desprezível em nível estadual. Mesmo com uma participação pequena a nível nacional, para o Paraná significava um ingresso de recursos até nunca visto, principalmente através do imposto de exportação e do aumento de comercialização de produtos que eram produzidos concomitantemente àquela cultura.

A questão das terras no Paraná, após a "revolução de 1930", alterou-se de modo significativo, no nível jurídico por um lado e, por outro, tendo em vista que o processo de colonização em nível nacional procurava atingir prioritariamente os trabalhadores nacionais, sobretudo depois do golpe que implantou o Estado Novo.

Logo após a instalação do Governo Provisório, Getúlio Vargas nomeou interventores em todos os estados. No Paraná, o nomeado foi o general Mário Tourinho que, tão logo assumiu, tomou várias providências quanto às terras no estado.

O decreto estadual nº 300, de 03/11/1930, assinado por Mário Tourinho anulou a maior das concessões feitas pelo estado: aquela da empresa inglesa Brazil Railway Company e de sua subsidiária a BRAVIACO - Companhia Brasileira de Viação e Comércio - que possuía uma enorme concessão que se estendia desde o Rio Iguassu até o Rio Paranapanema. onde estava a "Fazenda Brasileira". (Mapa nº 7)

Nice L. MÜLLER (1956, p. 80) quase trinta anos depois refere-se a esta fazenda da seguinte forma:

"A "Fazenda Brasileira" fora aberta para se tomar uma grande plantação de café, tendo, no entanto, **fracassado**. A fazenda chegou a contar, em 1929, com 1.200.000 pés de café e 1.200 famílias de colonos. A penetração se fizera pelo Paranapanema. Quando a área reverteu para o Governo do Paraná, em 1942, a fazenda contava apenas com três famílias e em seus 200.000 alqueires (ou mais) havia apenas 250 em capim colônio. Estes pastos serviam ao gado que vinha do Mato Grosso pelo Porto São José, utilizando a estrada boiadeira que ia dar em Londrina e que fora terminada em 1937." (destaque meu)

O empreendimento não fracassara, como diz a autora. O que aconteceu, é que, em 1930, no bojo das ações "revolucionárias" do interventor general Mário Tourinho, Chefe do Governo Provisório do estado do Paraná, foi baixado o Decreto nº 300 de 03/11/1930 que considerava nulas todas as disposições e contratos que a BRAVIACO (subsidiária da Brazil Railway Company) tinha em seu poder, porque a mesma não havia cumprido as disposições daqueles documentos. Os títulos de terras expedidos em favor daquela empresa foram anulados. A empresa procurou posicionar-se contra mas não obteve sucesso e, assim,

pouco a pouco, a Fazenda Brasileira foi sendo desocupada, havendo (...) *uma debandada geral, casa e ranchos foram quase todos destruídos e incendiados. Decadência total. Os trabalhadores se evadiram, veículos foram abandonados, casas invadidas pelo mato e plantações perdidas.*⁸⁵

Um outro depoimento coloca a questão em outros termos, com os mesmos resultados:

“Tudo corria a mil maravilhas (...)”

Toda esta organização durou até 1930, quando sobreveio a Revolução. Geraldo Rocha, diz Joaquim da Rocha Medeiros, através de seu jornal “A NOITE” havia combatido a Revolução e defendido com toda a força de seu talento, a candidatura de Julio Prestes. Ao vencer a Revolução, um dos primeiros atos do Governo Revolucionário do Paraná foi cassar o título de propriedade da Gleba Pirapó, quicá de todos os bens da Brasil Railway, disso resultando a suspensão do financiamento aos serviços da Fazenda Ivaí. O cafezal já com três anos, dando portanto a primeira catação teve que ser abandonado, a falta de gasolina para movimentar os carros

Isto demonstra que a questão das cassações das concessões tinha relações políticas mais amplas que a simples questão das terras na região. Fica porém um pergunta: para onde foram as famílias que trabalhavam na Fazenda Brasileira? Mesmo que muitas tenham voltado para São Paulo, é bem possível que outras ficaram na região, transformando-se em posseiros (caboclos), já que a abundância de terras devolutas era uma realidade.

Outros decretos cassavam todas as concessões de terras concedidas até então⁸⁶, como também procurou acabar com a existência de “grilos” em todo o estado. Conforme SERRA, (1991, p. 74 e 75):

“No caso das terras griladas, a ação do Estado produziu como resultado positivo a recuperação de quase 2,5 milhões de alqueires, ou 6 milhões de hectares, isto com a desapropriação apenas dos 20 maiores grilos do Paraná. Alguns grilos desapropriados tinham mais de 200 mil hectares e se constituíam, ao mesmo tempo, em grandes latifúndios e em espaços de violência no campo, tanto que em sua maioria existiam posseiros e indígenas que estavam pouco a pouco sendo massacrados pelos jagunços a mando dos grileiros.

Mas o mais significativo dos decretos foi o nº 800 de 04 de abril de 1931, que regulamentou o que se referia aos ocupantes, aos lotes coloniais, às revalidações de

⁸⁵ Informação retirada de REIS, Sinval - Pequena História de Paranavai, texto mimeografado de 1962. Apud ALCÂNTARA, J.C.(1987, p. 38).

⁸⁶ Houve algumas exceções na aplicação do decreto 800. As terras da CTNP, que tinham sido compradas e as de Francisco G. Beltrão que tinham sido dadas como pagamento pelos eus serviços como agrimensor.

posses, sem ferir direitos legitimamente adquiridos. Além disso, prescrevia, já no 1º artigo, que as terras devolutas só poderiam ser obtidas a título de compra (tendo como limite máximo a área de 200 ha. ao preço mínimo de 18\$000 o hectare), desde que nelas, os compradores, se localizassem em determinado prazo e estabelecessem cultura efetiva e morada habitual. Não constava, em nenhum de seus artigos, a possibilidade de cessão de terras devolutas a particulares. Sendo assim, todas as concessões anteriores já se tomavam ilegais, reforçando os decretos anteriores.⁸⁷

Comentando esta ação do poder público, que mudava completamente em relação à anterior, Ana Yara LOPES (1982, p. 85) afirma:

“Nesta linha, assim se expressava Acrísio L. Marques, diretor do Departamento de Terras e Colonização: Tais concessões resultaram em verdadeiro fracasso para os serviços de colonização havendo prevalecido por parte dos concessionários unicamente o interesse especulativo, a ambição de fazer fortuna rápida muito embora para tal se impusesse o sacrifício do objetivo altruístico da colonização. O governo não obstante interveio ainda a tempo de salvar pequena parte de seu rico patrimônio, por meio de moralizadores decretos de anulação dessas concessões, os quais nos eximimos de reproduzir porque já sobejamente conhecidos e comentados.

O que naqueles primeiros cinco anos tinha ocorrido em relação às terras devolutas, era o redirecionamento da política de colonização, até então muito vinculada às concessões. A crítica das concessões apontou os obstáculos que o Estado enfrentava ao querer facilitar a instalação da propriedade privada. Mas não indicou, de imediato, o rumo. Assim, apesar do discurso oficial paranaense, de 1930 à redemocratização em 1946, insistir em qualificar negativamente a política das concessões, esta ainda perdurou até os anos 50. Já não mais com força total, é bem verdade.”

Esta colocação relativiza, um pouco, as afirmações constantes na maioria dos escritos, acadêmicos ou não, de que havia um tempo “novo” a partir de 1930. Houve mudanças mas não tão substanciais quanto se afirmava. O que aconteceu, de fato, é que as terras que passaram às mãos do governo do estado, foram utilizadas de várias formas pelo interventor seguinte, Manoel Ribas, que as tomou, como se fossem pessoais. Ele fez inclusive doações a amigos e conhecidos, através de um simples pedido protocolado nas instâncias burocráticas do governo.

Em 1929, a CTNP estava constituída, a Ferrovia São Paulo-Paraná estava em suas mãos e as terras também com a área estava demarcada. Era necessário tomar a posse efetiva das terras. Isso aconteceu em 25 de agosto de 1929. A narrativa desta “primeira caravana” ou “primeira jornada” é uma das peças literárias mais repetidas

⁸⁷ Conforme Odah COSTA (1974, p. 43): “Em 1934, já se faziam sentir alguns frutos da política governamental, pois, sendo fixada a quantia proveniente da venda e legitimação de terras em Rs. 200:000\$000, alcançou Rs. 376: 411\$740, sendo mais elevada que a dos anos anteriores ...”

nos escritos da CTNP e depois pela CMNP, sua sucessora, e na maioria dos escritos que se referem à CTNP. Compõe um dos novos elementos do discurso “Norte do Paraná”. Nela diz-se que, saindo de Ourinhos/SP, em 20 de agosto de 1929, uma caravana dirigiu-se às terras adquiridas pela CTNP que se situavam a 22 km do rio Tibagi, no patrimônio Três Bocas, no município de Jataí.

“(…) Ao redor de um caminhão Ford, alguns homens se movimentam arrumando coisas e tomando providências rápidas. Trabalham calados, com a expiração condensando-se ritmicamente em nuvenzinhas tênues de vapor. Sem pressa, mas donos de todos os momentos, aqueles personagens se prepararam para o primeiro ato de mais **uma investida histórica: o reconhecimento pioneiro da região ainda virgem**, balizada pelo curso dos rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí, onde a Companhia de Terras Norte do Paraná **se preparava para plantar a civilização**. George Craig Smith, jovem paulista descendente de ingleses, Alberto Loureiro, o agrimensor russo Alexandre Ruzgulaeff, Ervin Froelich, Kurt Jakowats e **mais alguns peões contratados para trabalho de campo**. Todos **unidos** na empreitada que transcorre em instante comuns, que se desenha em traços locais, que se envolve no cotidiano das coisas simples, mas que na verdade se identifica como **primeiro aceno de uma gloriosa jornada**.” (CMNP, 1975, p. 61) (destaques meus)

Os destaques colocam, de maneira clara, como a CTNP via a sua ação: investida histórica, gloriosa jornada, plantadora de civilização, que passarão a ser repetidos à exaustão posteriormente. Além disso, outros elementos serão acrescentados e que veremos mais adiante.

Sobre este momento, Gustavo BRANCO e F. MIONI (1959, p. 7), em um álbum comemorativo aos 25 anos de Londrina, escrevem:

“Em julho de 1929, quando fora decidido trazer a linha férrea de Cambará até a nova região a ser colonizada, Mr. Thomas e o engenheiro William Reid vieram escolher o berço da futura cidade, seguindo na mata uma picada existente, feita por Mabo Palhano e irmãos, que haviam estado no local, a caminho de suas próprias terras.

Cruzada a linha divisória da área da Companhia, avistaram as primeiras nascentes de água e junto a elas demarcaram, primeiro a chácara onde se centralizaria a administração da empresa, e, após, fincaram na terra o marco assinalando o centro da futura cidade, que é hoje onde se ergue a Catedral.

Chefiada por George Craig Smith parte de Cambará, em 20 de agosto desse mesmo ano, a caravana composta de Alexandre Razgulaeff, Erwin Froelich, Alberto Loureiro, Joaquim Bendito Barbosa, Spartaco Bambi, João Borges, Geraldo Pereira Maia, e outros, contratados pela Companhia de Terras para as primeiras derrubadas e construção, na clareira recém-aberta, do escritório, armazém e da hospedaria.”(destaque meu)

O que a CTNP designa como **alguns peões** que fizeram a derrubada da mata, aqui eles são designados como **outros**, sem nome e sem memória. Ana Yara LOPES (1982, p. 111), analisando esta primeira investida às terras, assim se expressa:

*"Se estivermos atentos, fica claro que a referência ao patrimônio [Três Bocas] já indicava haver populações naquela região; que a inexistência de vias de acesso regular demonstra o isolamento daquelas gentes em relação aos mercados, o que sugere que eram na maioria sertanejos; que bater um marco de propriedade na floresta, entre tantas árvores, simbolizava a presença irreversível do modo de produção capitalista, que marcaria dali por diante com mais força, o destino das terras e das gentes do Norte Novo. Cabe ressaltar o papel do Estado, possibilitando a aquisição de extensões consideráveis de terra por grandes empresas - no caso, uma companhia estrangeira - que podiam fazer "o que quisessem" em seus domínios: *"conforme fizemos sentir nos relatórios anteriores, este sistema de colonização é posto em prática por empresas particulares em terras de domínio privado, sem interferência do Estado de vez que, a não ser as exigências expressas na legislação federal vigente, não estão sujeitas a apresentarem seus planos para aprovação e nem à fiscalização dos serviços, que são executados a critério exclusivo das mesmas e resultante dos atos translativos de propriedade regulado pelo Código civil"*.⁸⁸*

A autora ressalta que já deviam haver populações, principalmente caboclos, que tinham suas posses nas cercanias da área da CTNP. Isso é confirmado por depoimentos que Ana Maria C. ALMEIDA (1995) coletou junto aos moradores do primeiro núcleo rural (Heimtal) na localidade que seria Londrina. Neles, fica muito claro que haviam caboclos que inclusive ajudavam em muitas ocasiões, principalmente quanto a doenças (normalmente diarreias), utilizando métodos da medicina popular.

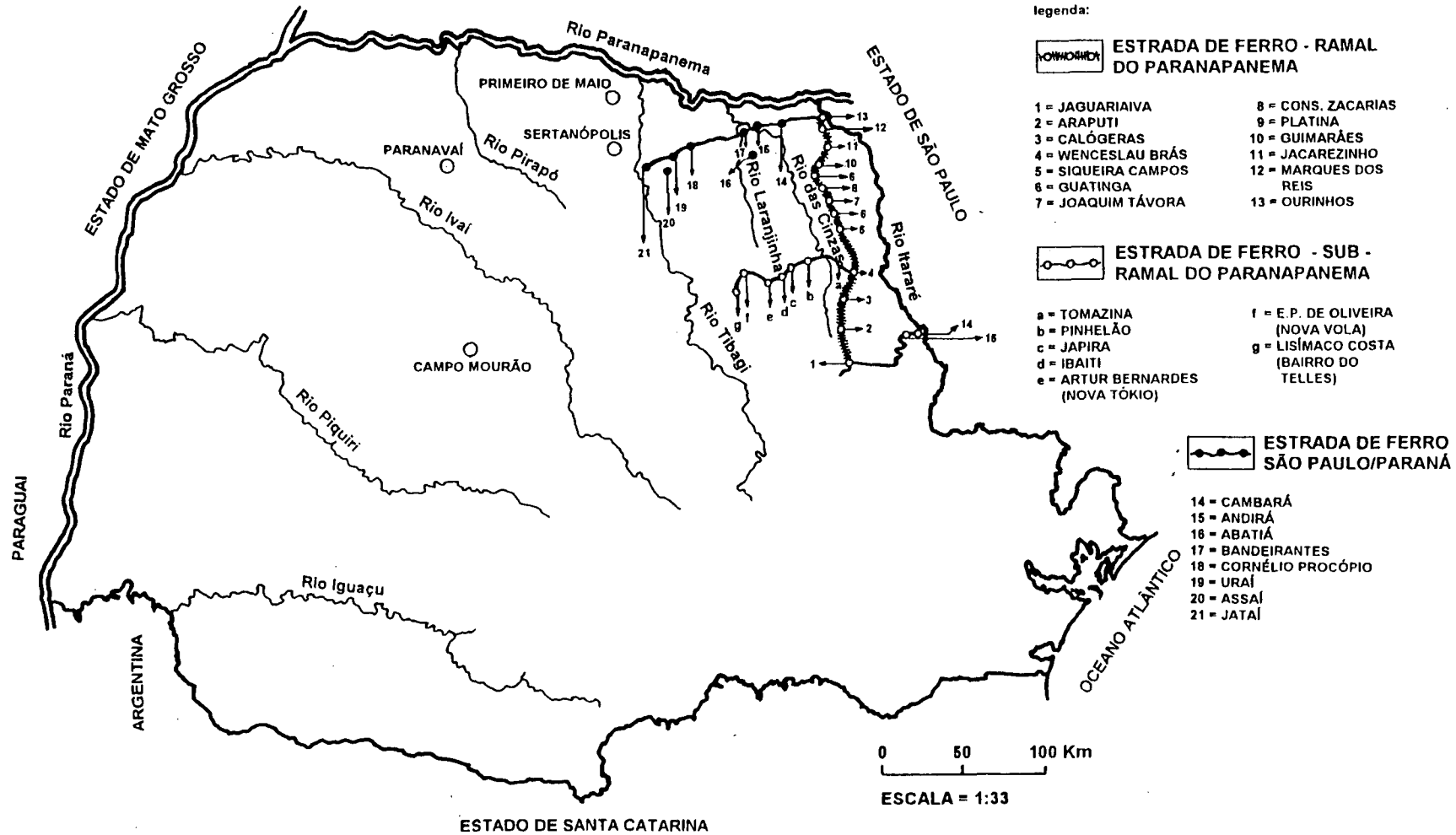
Também se deve levar em conta a existência de duas grandes fazendas (Fazenda Afonso Camargo e Fazenda Palhano nos limites da área da CTNP) e ao sul do que é hoje a cidade de Londrina (em uma área fora dos limites da CTNP)⁸⁹ existiam inúmeras posses onde a principal atividade era a criação de porcos, que conviviam com "grileiros", onde mais tarde houve vários conflitos pela posse da terra. Além disso, é necessário salientar que estavam presentes na região os seus ocupantes anteriores, os indígenas, como já vimos anteriormente.

A situação da (re)ocupação até o início dos anos trinta, antes do início da venda de terras pela CTNP, encontrava-se como pode-se visualizar no Mapa nº 10.

⁸⁸Relatório do Departamento de Terras e Colonização e do Departamento de Geografia, Terras e Colonização de 1941, p. 93.

⁸⁹ É importante destacar que a maior parte do que é hoje o município de Londrina, estava fora dos limites da CTNP. Estes limites iam um pouco além do que é hoje o perímetro urbano de Londrina.

MAPA Nº 10
RAMAIS FERROVIÁRIOS E NÚCLEOS URBANOS
REGIÃO NORTE-PARANAENSE - 1932



Fonte: KROETZ, Lando R. , 1985, p. 116 (com alterações do autor deste trabalho)

A Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP)⁹⁰, desenvolveu suas atividades durante este período (conhecido como fase inglesa) e desde o início fez intensa propaganda no Brasil e no exterior onde elaborou a um discurso que reforça aquele sobre as maravilhas da região, do progresso e da riqueza ali existente, visando antes tudo trazer compradores para as terras que havia adquirido até então. Quanto a isto escreve Antonio Paulo BENATTI (1996, p. 52):

“A intensa propaganda detonada pelo capital colonizador não partiu, portanto, de um grau zero de significação, não partiu de uma pura criação e difusão de imagens novas, sem referentes sociais a lhe servirem de base. Ao contrário, as companhias de terras se apropriaram de representações existentes, redimensionalizando e instrumentalizando imagens que já circulavam, de forma ainda difusa e restrita, sobre aquelas portentosas terras sertanejas. Elas não apenas se apoderaram daquelas imagens correntes, utilizando-as em proveito do grande projeto, como *potencializaram* o conteúdo delas, ao mesmo tempo que inseriram significados novos decorrentes do novo contexto conjuntural em que se deu a efetuação desses empreendimentos.

(...)

Como item de uma prática mercantil que tinha nos loteamentos rurais seu principal objeto de comércio e especulação, a propaganda difundirá alhures o mito de uma terra da promessa, região de prosperidade generalizada, paraíso sócio-econômico da pequena propriedade, onde a igualdade de condições e a amplitude de oportunidades, asseguradas em última instância pela fertilidade inigualável da terra, permitiriam a todos uma ascensão rápida e assegurada.”

Além da propaganda, instrumento eficaz para a disseminação de seu produto e de suas idéias, a CTNP colocou, principalmente, em vários pontos de São Paulo e Minas Gerais, como também no Paraná agentes/vendedores de terras que com material publicitário e com pré-contratos procuravam atrair compradores.

No afã de vender as terras a qualquer custo e lucrar muito e o mais rapidamente possível, o próprio Lord Lovat toma-se o grande agente/vendedor da Parana Plantations/CTNP quando nos anos de 1930/31 visitou vários países europeus, como a Alemanha, Polônia, Áustria e Itália entre outros, onde procurou fazer contatos com órgãos públicos e privados visando a vinda de imigrantes diretamente para as terras que o grupo inglês possuía no Paraná. Um desses contatos aconteceu em 1932 com a “Sociedade para Estudos Econômicos de Além-Mar” da Alemanha, que resultou na vinda de alemães para uma gleba onde instalou-se posteriormente a cidade de Rolândia.⁹¹

⁹⁰ Para uma análise mais pormenorizada da Companhia de Terras Norte do Paraná, sua constituição e principalmente o seu discurso, ver minha dissertação de mestrado: TOMAZI, N. **Direito de Propriedade e Certeza de Lucro**. O mito da Companhia de Terras Norte do Paraná, UNESP-Assis, defendida em 1989.

⁹¹ Para uma análise mais detalhada deste processo ver os trabalhos de KOSMINSKY, Ethel (1984) e OBERDIEK, Hermann (1989).

O contato mais inusitado, que demonstra bem como os interesses da Parana Plantations/CTNP estava vinculado com os interesses britânicos no mundo, foi aquele que Lord Lovat manteve com o comitê Nansen da Liga das Nações. Procurava resolver a questão do deslocamento de 100.000 curdos, expulsos da Turquia e assentados no Iraque desde o fim da Primeira Guerra. Essa massa de curdos estava localizada em terras iraquianas onde as companhias inglesas tinham encontrado petróleo em grande quantidade⁹²

A solução aparentemente estava à mão. Lord Lovat, necessitava vender terras, as empresas petrolíferas necessitavam “limpar” o território iraquiano, o governo inglês se livraria de um problema e os grandes investidores (Casa Rothschild e Lazard Brothers principalmente) estavam interessadíssimos em ter os seus investimentos valorizados, tanto no Brasil quanto no Iraque. Bastava apenas conseguir o aval do governo brasileiro para essa operação. E isso aconteceu durante o ano de 1933, incluindo até a presença no Brasil do ministro de relações exteriores da Inglaterra, Sir John Simon.

Com todas as partes envolvidas concordando com a transferência dos curdos, não se esperava que houvesse uma reação a tal fato. Entretanto isso ocorreu. Apesar do caráter sigiloso das conversações, no final de 1933, o assunto chegou aos jornais e a reação maior surgiu em Curitiba a partir de 1934, quando o Instituto da Ordem dos Advogados do Paraná encabeçou a campanha contra a transferência dos curdos para as terras paranaenses que mais tarde recebeu o apoio de outras entidades paranaenses e nacionais. Perante tanta reação, o governo de Getúlio Vargas que já havia concordado com a transferência, resolveu voltar atrás. Assim, a grande “jogada” dos ingleses não se efetivou.⁹³

Na chamada fase inglesa a CTNP fundou seis núcleos urbanos: Londrina e Cambé (na época designada Nova Dantzig) em 1930, Rolândia em 1932, Arapongas em 1935, Mandaguari em 1937 e Apucarana em 1938.

Entretanto, ela também vendia terras longe dos núcleos urbanos já estabelecidos. Em 1938, na localidade onde mais tarde (1942) seria erigida a cidade de Maringá, um padre de origem alemã, Michael Emil Clement Scherer começou a construir uma igreja, com a ajuda dos moradores (certamente posseiros e caboclos) que por ali viviam. Este padre, como outros alemães fugidos do nazismo, trocou material ferroviário por terras junto à CTNP, adquirindo 400 alqueires naquela localidade. Mesmo sem fundar um outro núcleo urbano, a CTNP já vendia lotes onde seria a futura cidade de Maringá. Além

⁹² Para maiores informações sobre este episódio consultar WACHOWICZ (1987: 145 -148)

⁹³ Este episódio traz à cena mais uma questão: os curdos deveriam ser instalados em terras próximas a Jataí, em terras que, em tese, não estavam nas glebas adquiridas pela CTNP. Acredito que este local de instalação deveria estar entre as terras que a CFSP/PR tinha recebido do governo do estado pela construção da ferrovia até aquela localidade que pelos meus cálculos significavam mais 225.000 alqueires. Sobre isto ver Nelson TOMAZI, 1989, p. 108/109)

destes lotes, muitos outros foram vendidos até a implantação do núcleo “pioneiro” conhecido como “Maringá Velho”.⁹⁴ Isso evidencia que os núcleos urbanos nem sempre antecipavam a venda de lotes e também, que a relação dos ingleses com os governantes alemães (agora nas mãos dos nazistas), continuava, permitindo a compra de material ferroviário em troca de terras e que esta barganha, analisada anteriormente, não se restringiu aos alemães que se instalaram em Rolândia.⁹⁵

A ferrovia já havia atingido a cidade de Jataí em 1932 e ali ficara estagnada esperando a construção da ponte sobre o rio Tibagi, que foi concluída em 1934. A partir de então, ela estendeu-se até Londrina, Cambé, Rolândia, Arapongas, e em 1943 chegava a Apucarana. Na próxima página pode-se ver um exemplo de propaganda que a CTNP utilizava e na fotografia um aspecto da cidade de Londrina, em agosto de 1941.

Enquanto isso, estavam sendo (re)ocupadas outras áreas na região em estudo. A leste do Tibagi entre 1931 e 1936 instalam-se os núcleos urbanos Assaí e Uraí fundados pelas companhias colonizadoras Brazil Tokushoku Kaisha - BRATAC - e a Nambei Tochikubushiri, ambas de capital japones.

Também a Noroeste do estado, naquelas áreas que ficavam esperando maior valorização, foram sendo fundados outros núcleos urbanos depois de 1930 que seguiam de alguma forma o curso da ferrovia. Assim surgiram, Santa Mariana em 1934, Santa Amélia em 1938, entre outros.

A oeste do rio Tibagi, além dos núcleos fundados pela CTNP, foram fundados uma série de outros: Florestópolis e Ibiporã em 1934, Bela Vista do Paraíso em 1939, Porecatu em 1941, Sertaneja em 1945.

Além desses, havia também a ação do governo do Paraná, agora como empreendedor/colonizador direto. E isso ocorreu a partir do decreto nº 8.564 de 17 de maio de 1939 que possibilitou a criação de núcleos coloniais nos então municípios de Clevelândia, Guarapuava, Cambará, Londrina e Paranaguá. Este decreto, conforme Odah COSTA (1974, p. 43):

“(...) foi decorrente da própria situação em que se encontravam as terras pertencentes ao Estado, nas quais predominavam, de um modo geral, a apropriação indébita, a devastação e nenhum atendimento às prescrições legais, exceto nas regiões onde os Comissários de Terras atuavam como defensores do patrimônio estadual. Era comum a utilização de processos ilegais e ardilosos, constando de transações sucessivas, dilatação das linhas divisórias ou incorporações a empresas ou sociedades, fundamentando-se em falsos ou supostos direitos. Por outro lado, os

⁹⁴ LUZ, F. e OMURA Ivani (1976). Além disso, conforme depoimento da Índia Guarani, Maria Conceição Ramos de Alexandre (Saraí) que chegou no que é hoje Maringá em 1934, havia já nesta época uma serraria da CTNP. Este depoimento foi coletado e está depositado na Secretaria de Cultura e Turismo de Maringá.

⁹⁵ Para entender melhor as transações entre a CTNP, e os alemães (passando pelo sistema financeiro inglês e alemão e o governo brasileiro no que concerne a construção da ferrovia São Paulo/Paraná consultar os trabalhos de Ethel KOMINSKY (1984) e de Hermann OBERDIEK (1989).

posseiros não providenciavam ou não possuíam meios de fazer valer, através da legislação competente, a sua posse sobre a terra."

Estas informações demonstram que a questão das terras no Paraná continuava como antes, com muitos problemas de definição, ou seja, ainda existiam "muitos donos sem terra e muita terra sem dono". Assim, o governo do Paraná, criou várias colônias no norte do estado. As mais significativas foram as de Içara, Jaguapitã, Centenário, Interventor, Pagu, todas na antiga concessão Alves de Almeida, e Paranaíba na antiga concessão dada à BRAVIACO, quase todas fazendo divisa com as terras da CTNP ou de outras colônias particulares como aquelas onde já existiam os povoados de Serтанópolis, Primeiro de Maio e Porecatu. Isto antecipava e vinha de encontro com a política de terras do governo federal e depois com a criação das Colônias Agrícolas Nacionais.

Em 1939, foram fundadas as primeiras colônias estaduais, a de Içara e Jaguapitã, e, a partir de então, foram sendo feitas as medições das outras colônias, na região em estudo, que tiveram uma procura muito grande, pelo fato de os preços serem bem mais convidativos que os da CTNP, e porque as terras eram de boa qualidade e ainda não exploradas (novas) em culturas agrícolas extensivas, principalmente o café.

Contrapondo-se a esta ação governamental, construiu-se mais um dos elementos do discurso "Norte do Paraná" alavancado após a presença da CTNP. Ele é aquele que afirma ter sido a (re)ocupação neste período e no seguinte realizada sem a presença dos poderes públicos. Foi a ação da empresa privada em benefício público.

A CTNP e seus acólitos, esqueceram-se de dizer que o governo também foi um colonizador direto, além de não escreverem sobre todos os acertos que a CTNP fez com o governo paranaense na compra das terras, bem como na concessão da ferrovia. Estes fatos por si só demonstram a presença dos poderes públicos nesta empreitada. Além disso, o governo paranaense esteve sempre presente na formulação de uma legislação que beneficiou as empresas/concessionárias e principalmente a CTNP. Além da legislação, que poderia ficar letra morta, procurou agilizar o processo das concessões/vendas para que a região em foco, pudesse ser (re)ocupada o mais rapidamente possível. Se isso não se realizou, neste período, foi devido as condições externas que prejudicaram este projeto.

Entretanto, há mais um fato que pode esclarecer e desmistificar este aspecto do discurso "Norte do Paraná" tão influenciado pela CTNP. É aquele decorrente do decreto-lei federal nº 19.688 de 11 de fevereiro de 1931 do Governo Provisório, que proibia o plantio de café em todo o território nacional. A CTNP, que estava iniciando suas atividades e a CFSP/PR que pretendia ampliar a estrada de ferro até o rio Tibagi, ficaram preocupadas, pois a cafeicultura era o carro-chefe da (re)ocupação das terras.

Aproveitando a estada do interventor Mario Tourinho na região, reuniram-se com ele, em Cambará, Lord Lovat, João Sampaio, Arthur Thomas e João de Oliveira Franco (este era um dos diretores da CFSP/PR e seu advogado). Aí foram discutidas questões visando a defesa dos interesses privados e públicos (das companhias citadas e do estado do Paraná). Após uma série de contatos com outros estados produtores de café (com exceção de São Paulo e Minas Gerais) e também com o alto escalão do governo federal, conseguiu-se que o referido decreto não atingisse o Paraná. É necessário ressaltar que o representante do estado do Paraná nestas discussões foi João de Oliveira Franco, acima citado, demonstrando claramente que os interesses do estado do Paraná e das companhias eram os mesmos durante todo o período que se estendeu até quase o final do governo Vargas, incluindo o período estado-novista.

Esta relação simbiótica do poder público e do privado fica melhor estabelecida quando, em 1938, o interventor estadual Manoel Ribas convidou o Sr. João de Oliveira Franco para ser o Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, Indústria e Comércio, que foi aceito sem, entretanto, deixar de ser consultor jurídico e advogado das referidas companhias.⁹⁶ Ademais, convém lembrar que o interventor Manoel Ribas, logo após o golpe de estado que implantou o Estado Novo no Brasil, em 1937, nomeou como prefeito de Londrina, Willie Davis, diretor da CTNP. Estes dados demonstram que o governo sempre esteve presente no processo de (re)ocupação das terras, principalmente incentivando e dando todas as condições para que a empresa privada agisse livremente. Houve, portanto, sempre uma simbiose entre governo e empresa privada, principalmente no tocante à CTNP.

Mas o interesse da CTNP, além da venda das terras, como já vimos, estava fixado também na construção da ferrovia que deveria atingir o Paraguai muito além de suas glebas. Em 1934 há uma propaganda publicada em um jornal de Londrina,⁹⁷ que, confirma aquela inferência que já fizemos, sobre o interesse primordial da CTNP e dos ingleses na ferrovia ligando outros países da América do Sul. Com o seguinte título "A Caminho do Paraguay!" ela continha o seguinte :

"Não ha exaggero que a E.F.S. Paulo- Paraná, está destinada a ser a via férrea mais importante do Brasil. Ella atravessará a zona mais fértil, mais pujante e mais apropriada para toda espécie de cultura, servida ainda por um clima, cuja amenidade é simplesmente ideal.

Uma vez rompida a matta bruta e portentosa, que nos separa do grande rio que traça a linha divisória deste Estado com Matto Grosso e duas republicas do Prata, a exportação pela citada via férrea de **madeiras, café, cereaes, assucar, algodão** e outros produtos da grande zona, será admirável, de accordo com as magnificas condições de fertilidade do solo.

⁹⁶ Para uma exposição mais detalhada destes fatos consultar COUTINHO, H. Puiggari (1959, p. 118-123).

⁹⁷ Jornal "Paraná Norte" Ano I, nº 6, Londrina 09/10/34

Assim, o hinterland **argentino e paraguayo**, terá sua ligação ferroviária com os portos de **Santos e Paranaguá**, ao passo que, por sua vez a zona atravessada pela São Paulo-Paraná, poderá, com a facilidade de acesso ao Rio Paraná, mandar por este os seus productos, diretamente a Buenos Ayres e Assumpção. Até a nossa ligação com o Rio Grande do Sul, será mais fácil, seguindo-se o trajecto de Londrina -Posadas - Santo Tomé - Rio Grande. “

Esta preocupação com a extensão da ferrovia até o Paraguai, também é acentuada por MONBEIG (1940, p. 31) quando afirma que os ingleses possuíam uma companhia ferroviária que *“deverá um dia atingir o Paraguai, onde não são pequenos os interesses britânicos”*. Neste sentido cabe ressaltar que a presença da CTNP não visava apenas aos interesses na região em estudo, mas se inseria na política britânica de expansão de seus negócios para a América do Sul.⁹⁸

A venda de terras continuava incessante e o (re)povoamento seguia o mesmo sentido. Mas possuir a terra não significava, para os pequenos proprietários, que se tinha o capital suficiente para abrir e cultivar a área. Os depoimentos coletados e relatados por Ana Yara LOPES (1982), Ana Maria ALMEIDA (1995) e muitos outros esparsos em várias publicações, deixam muito claro que os sitiantes que compravam lotes da CTNP tinham que combinar trabalho em sua própria terra e em outras atividades, seja para a própria companhia colonizadora (abertura de estradas, construção de casas, etc.) ou para outros, principalmente fazendeiros e empreiteiros.

Isso significava que existiam fazendeiros na região da empresa inglesa, incluindo aí os próprios dirigentes dela, como Arthur Thomas, Willie Davis e outros. Isso acontecia, pois conforme Ana Yara LOPES (1982, p. 128):

“Muitas vezes os sitiantes desistiram, antes de terminar o pagamento da propriedade: seja porque as geadas acabaram com as colheitas, seja porque comerciantes urbanos enriquecidos ou médios e grandes fazendeiros vizinhos ofereciam preços irresistíveis para eles, que viviam de crédito. Com aqueles lojistas, cerealistas, beneficiadores de café, agentes de transporte, foram se formando médias propriedades de 50 a 100 alqueires no máximo. A própria Companhia de Terras nunca limitou o número de lotes, contínuos ou não, para cada comprador, desde que este se compromettesse a pagar o preço estipulado.”

Deise MAIA (1993, p. 39) analisando a formação de um bairro em Londrina (Vila Casoni) através da compra de nove alqueires e meio por uma família oriunda de Piraju/SP, onde

⁹⁸ Para uma análise mais detalhada deste processo ver o trabalho de Hermann Y. OBERDIEK (1989)

eram pequenos sitiantes, nos indica como agiram diante da situação difícil frente às dificuldades financeiras:

"A exemplo da grande empresa colonizadora, a CTNP, a família Casoni, teve que lançar-se à especulação imobiliária. Esta situação, vivenciada pela citada família, pode indicar a transgressão das regras na modificação de um código oficial instaurado pela companhia colonizadora. No dizer do pioneiro: *A Vila Casoni nasceu da necessidade. Loteei a chácara em 1937 (...) porque eu estava em situação crítica. Eu estava querendo vender o lote e voltar para Piraju. Isto tudo em função da situação financeira. Mas então, resolvi procurar os administradores da Companhia. (...) com a orientação deles, loteei uma parte e passei a vender os lotes mais baratos. Porque a Companhia vendia a 500 mil réis cada data e eu passei a vender a 375. Fiz concorrência com a Companhia de terras. Assim, fui tomando fôlego (...) Então comecei a firmar aqui...*"

Conforme a autora, outros membros da família também começaram a lotear seus lotes e transformá-los em datas urbanas. A família também passou a construir casas de madeira para os futuros compradores e para alugar também. Muitas eram as formas de se manter na região. Isso significa que as dificuldades dos compradores para se manterem nas terras compradas eram inúmeras e cada um procurava resolvê-las das formas mais variadas.

Alguns depoimentos coletados por Ethel KOSMINSKY (1984, p. 90-91) entre os alemães que foram assentados no que é hoje o município de Rolândia, também indicam as dificuldades iniciais:

"Os imigrantes tinham terras, mas não tinham dinheiro; de modo que abriam pequenas roças para a subsistência e criavam porcos para vender. Muitos revendiam uma parte da terra para ter um capital para começar, para sobreviver até a colheita."(Senhor D)"

"Uma das formas de obtenção de capital por parte daqueles que tinham terra, mas não tinham recursos para tocar a fazenda, era administrar outras fazendas cujos proprietários desconheciam, por serem profissionais liberais, o novo método de vida. A outra forma de obterem capital era a venda de parcelas da fazenda. Minha fazenda que no início tinha 220 alqueires, atualmente {na época da entrevista}, tem 50 alqueires."(Senhor L)

"Alguns tinham mais recursos, como aqueles (referência a três fazendeiros), que ganharam muito dinheiro vendendo as terras (eram agentes da Companhia). No primeiro ano comemos arroz, feijão, banha e mel. Minha mulher que tinha sido médica atendia algumas pessoas e recebia um repolho ou outra verdura qualquer como pagamento"(Senhor P)

"A construção da estrada de ferro absorveu os trabalhadores brasileiros; então, quem precisava de dinheiro podia trabalhar um pouco no seu sítio e

um pouco para os grandes (fazendeiros). Assim, esses pequenos puderam pagar suas prestações mais rápido". (Senhor U)

"Como não tínhamos dinheiro para contratar trabalhadores, cedemos um pedaço do mato para o caboclo usar durante seis anos, a fim de derrubar o mato e plantar."(Senhor P). Também os imigrantes fazendeiros ricos exploravam os imigrantes pobres". (Senhor E)

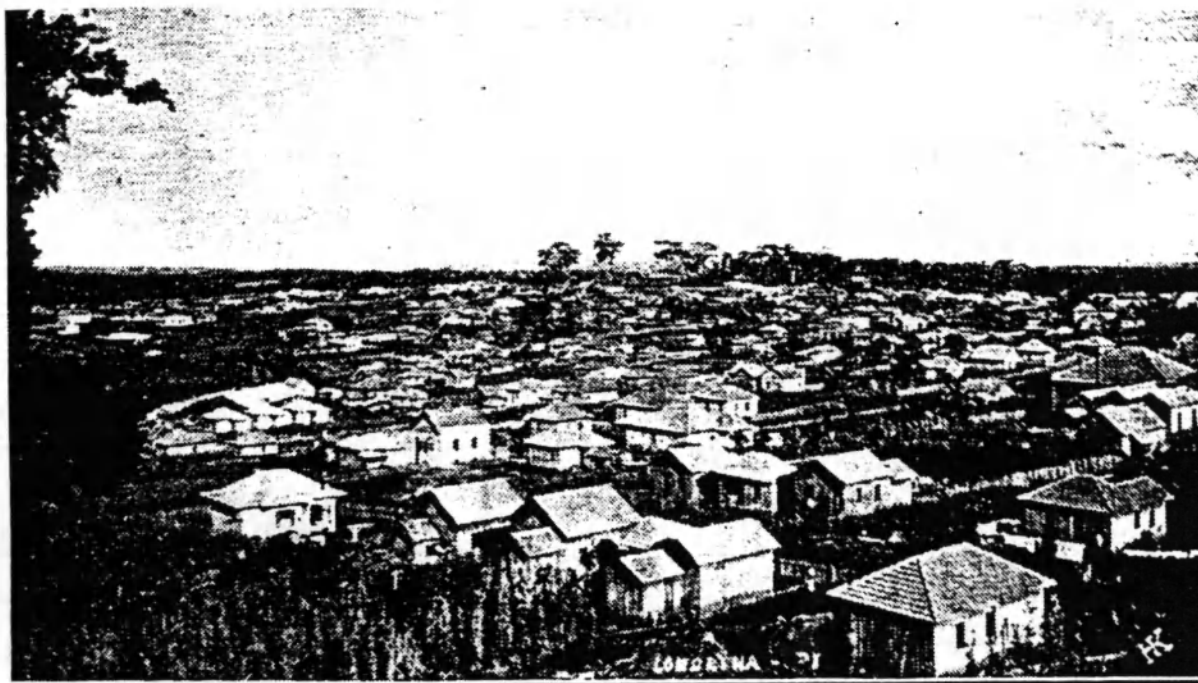
Na continuidade da construção do discurso "Norte do Paraná", a partir de então, há um componente expressivo, pois ocorre pela primeira vez a presença do discurso acadêmico. Na década de 1930, Pierre Monbeig escreverá dois artigos, depois reunidos em uma publicação única (MONBEIG, 1940), onde estabelecerá as bases da identificação da região em estudo com a ação da CTNP.

No primeiro artigo "A Zona Pioneira do Norte do Paraná"⁹⁹ apesar de fazer algumas referências a outros núcleos urbanos, Monbeig identifica a "zona pioneira do norte do Paraná" com a área da CTNP e com a cidades que ela, até então, havia fundado (Londrina, Nova Dantzig, Rolândia e Arapongas), afirmando que Londrina é a *verdadeira capital da região*. Ora, em 1935, Londrina era apenas um núcleo urbano no interior da mata, como os outros tantos citados. Basta ver uma fotografia da época, na página seguinte, para se ter a idéia disso¹⁰⁰. Esqueceu-se Monbeig de olhar para as cidades a leste do Tibagi, como Jacarezinho ou Cambará. por exemplo, que neste momento tinham uma atividade urbana muito mais significativa que Londrina. Fazendo a mesma identificação, em outro momento afirma que *o povoamento do Norte do Paraná, ainda estava em vias de gestação*. Isso fugia da verdade, pois o (re)povoamento da região em estudo teve o seu início no século anterior e acreditamos que Monbeig tinha informações suficientes para não afirmar isso.

Ao desenvolver a análise sobre a ferrovia que é construída desde 1928 pelos ingleses e que em 1932 atingia o rio Tibagi e somente em 1934 Londrina, MONBEIG (1940, p. 69) apresenta os seguintes dados sobre a utilização da estrada de ferro:

⁹⁹ Publicado originalmente na revista "Geografia". Ano I, n.3, p. 221-236, 1935.

¹⁰⁰ Na página seguinte há a reprodução de uma propaganda da CTNP com uma fotografia. Pode-se avaliar o tamanho da cidade e o que afirma a propaganda.



Vista parcial da cidade de LONDRINA

SINTA A ALEGRIA DE VIVER E PROSPERE NO NORTE DO PARANÁ

PARA que se possa bem ajuisar das possibilidades incomensuráveis do Norte do Paraná, à presente data (Agosto, 1941) é preciso "ver para crer" ou, então, ter conhecido outras terras e confronta-las. Na realidade terras tão produtivas, dificilmente se encontram. Daí o êxito da Companhia de Terras Norte do Paraná, a maior empresa colonizadora da América do Sul, cujas vendas, atingiram 76.000 alqueires! Proprietária de uma área de 500.000 alqueires (1.200.000 hectares) de terras fertilíssimas, adequadas para qualquer cultura, situadas nas bacias dos rios Paranapanema, Tibagi, Pirapó e Ivai, no Norte do Estado do Paraná, judicialmente divididas e todas adquiridas diretamente do Estado do Paraná, a Companhia de Terras Norte do Paraná oferece, por todas as razões, as melhores vantagens, tais como:

- 1.º TÍTULOS DE DOMÍNIO ABSOLUTAMENTE SEGUROS;
- 2.º FERTILIDADE E SALUBRIDADE;
- 3.º ESTRADA DE FERRO E BOAS ESTRADAS DE RODAGEM;
- 4.º ÁGUA DE UMA PUREZA INVULGAR.

O testemunho insuspeito e entusiasta dos ditos compradores de nossas terras, constituem a comprovação incontestável das nossas afirmações.

Cia. de Terras Norte do Paraná

Sociedade Anônima, com sede em LONDRINA, Estado do Paraná, Brasil.

Capital realizado Rs. 18.500:000\$000.

Solicitem informações no seu escritório em São Paulo à

RUA SÃO BENTO N.º 329 — 8.º andar — Caixa Postal 2771.

Nota-Nenhum agente de vendas está autorizado a receber dinheiro em nome da Cia.

Fonte: O Norte do Paraná. Companhia de Terras Norte do Paraná. Panfleto Publicitário. Londrina: [194-]

“Apesar da suspensão do tráfego por três meses em 1932, durante a Revolução, o número de viajantes foi o seguinte: 68.086 em 1931; 50.958 em 1932; 99.401 em 1933 e 111.707 em 1934. O tráfego de mercadorias progredia no mesmo ritmo; sua discriminação em diversos elementos permite distinguir a orientação da produção na zona “pioneira”.

Produção (em toneladas)	1931	1932	1933	1934
Arroz	732	632	929	733
Trigo	820	582	945	1.352
Açúcar	755	558	664	983
Algodão	5	10	270	1.798
Milho	9.593	6.634	15.439	14.548
Café	1.946	1.543	3.480	6.899
Feijão	2.039	1.371	1.365	3.236
Madeira	432	867	6.903	10.745
Porcos	940	3.498	8.590	15.435 “

Estes dados, confrontados com a realidade que constituía a (re)ocupação da região, permitem questionar o próprio Monbeig e inferir outras coisas mais. Considerando que a ferrovia somente havia chegado a Londrina no ano de 1934 e que, até este ano, a CTNP havia vendido 1.658 lotes rurais¹⁰¹ e pouco mais de 1000 lotes urbanos, pode-se afirmar que a maior parte do volume de passageiros e de mercadorias transportados pela CFSP/PR decorriam da (re)ocupação e das atividades realizadas em áreas fora dos limites das glebas que a CTNP possuía e, principalmente a leste do rio Tibagi, área quase desconsiderada por Monbeig. Há também uma outra evidência nestes dados: a produção de milho e feijão competia, quando não era superior a do café, sem levar em conta o que era consumido na própria região produtora. Além disso, o transporte de porcos e de madeira deixa claro que a (re)ocupação até então, produzia outras coisas além do café, que tinha ainda um destino certo, São Paulo e o porto de Santos.

A cafeicultura era extremamente importante, mas não era só ela que definia a região em estudo nesse momento. A tese de que a (re)ocupação do norte paranaense foi resultado da cafeicultura (extensão da paulista) deve ser pelo menos um pouco relativizada.

Um outro elemento do discurso da CTNP, que Monbeig irá aparecer desde então, é aquele que afirma ser um empreendimento planejado meticulosamente. Em suas palavras:

“Não há que admirar na colonização do Norte do Paraná uma concepção nova dos colonizadores. Estes não utilizaram senão o que uma experiência

¹⁰¹ Conforme CANCIÁN (1977)

secular ensinou aos Paulistas. e por isso mesmo, não se deve ficar surpreso de achar de novo em Londrina o que se pode observar em outros pontos da faixa paulista. Muito empirismo aplicado em grande escala e aplicado racionalmente eis o que caracteriza a colonização do Norte do Paraná e a toma interessante é uma colonização “planificada” para se usar um termo em voga. É também uma colonização - não mais de francos atiradores ou de associação familiar - mas do tipo de economia capitalista moderna.” (MONBEIG 1940, p. 71/72)

Na literatura que a CTNP produziu, até este momento, o discurso da planificação ainda não estava presente, o que me leva a pensar que quem criou esta idéia foi o próprio Monbeig e que a partir daí, a CTNP passou a integrá-lo, o que demonstra como o discurso acadêmico pode criar os elementos para fazer com que se oculte e silencie outros discursos.

Em seu segundo artigo “As Zonas Pioneiras do Estado de São Paulo”¹⁰² procura analisar as zonas pioneiras de Marília e Presidente Prudente e a do Paraná. No início de seu artigo afirma que a esses dois núcleos “*é necessário acrescentar as terras percorridas pela Estrada de Ferro São Paulo-Paraná, que administrativamente pertencem ao Estado do Paraná, mas cujo povoamento e valorização estão intimamente ligados à economia paulista. A capital deste terceiro foco de colonização é Londrina*” (MONBEIG, 1940, p. 23). O autor, repete aqui, o que já havia dito em 1935, sem levar em conta toda a complexidade do processo da (re)ocupação da região em estudo até este momento.

Na seqüência, historiando o que ocorreu na região de Marília/SP desde 1923, afirma que a colonização das zonas pioneiras tem sempre na sua origem a especulação da venda de terras. Estes empreendimentos, tendo por base um grande fazendeiro ou um grupo familiar que comprou grandes extensões de matas e as mantém à espera de um momento favorável. Mais tarde abrem algumas fazendas e, mais tarde, começam a fazer pequenos loteamentos e vendem os lotes, pouco a pouco, para que eles se valorizem com o povoamento gradativo de novos ocupantes. Assim, quanto mais ia-se (re)ocupando a área mais valorizava-se os lotes e suas próprias fazendas, que posteriormente serão loteadas também. Levando-se em conta este processo nos diz MONBEIG (1940, p. 28):

“A zona pioneira é essencialmente o domínio da pequena propriedade e da valorização direta, o que já não constitui exceção no Estado de São Paulo, mas que revela, no entanto, uma verdadeira revolução agrária que se faz sem barulho. [Neste ponto é indicada uma nota de rodapé onde consta o que segue] *O recenseamento agrícola de 1934 dá sobre este ponto dados característicos: no município de Marília, num total de 3.313 propriedades agrícolas, constata-se que 1.987 têm superfície inferior a 10*

¹⁰² Publicado originalmente nos Annales d'Histoire Economique e Sociale, Tomo IX, 1937, p.343-365.

alqueires, 608 de 10 a 20, 454 entre 20 e 50, 120 de 50 a 100 e somente 144 ultrapassam 100 alqueires. Quasi sempre as parcelas postas à venda medem dez alqueires e o imigrante limita a compra a uma somente, ao menos a princípio; possuir 30 ou 40 alqueires já é indicio de pequeno capital."

Monbeig afirma, também, que havia grandes fazendas na região de Marília, ficando claro que elas conviviam com as pequenas. Os dados acima demonstram que somente 144 estabelecimentos (4,35% do total) eram superiores a 100 alqueires e que os até 10 alqueires (1987) correspondiam a 59,87% do total. Poucas grandes propriedades ao lado de milhares de pequenas, situação muito parecida com a que já vimos nos anos vinte, a leste do Tibagi no Paraná.

O que Monbeig coloca é extremamente importante para o nosso propósito, pois deixa claro que o processo de (re)ocupação naquela área, tinha uma imensidão de pequenos estabelecimentos agrícolas e que este processo havia começado desde 1923. Assim, podemos voltar a assinalar que a (re)ocupação em São Paulo ocorria no mesmo momento em que ela se dava na região norte-paranaense. O processo de (re)ocupação da região em estudo foi concomitante e não uma extensão da de São Paulo.

Na sequência de seu artigo, Monbeig vai fazer uma comparação entre a região de Marília e de Londrina, demonstrando que elas são muito parecidas, apenas que na última não existem grandes propriedades, com apenas algumas exceções. Nestas comparações ele refere-se várias vezes a Londrina e às terras da CTNP como sendo o Norte do Paraná. Creio que a matriz da identificação da (re)ocupação da região situada ao norte do estado do Paraná, com a ação da CTNP, tem nestes artigos a sua matriz. Este elemento do discurso "Norte do Paraná" vai ser reiterado incessantemente a partir de então.

Uma questão que intriga é por que Monbeig escreverá estes artigos enaltecendo as maravilhas da CTNP e identificando a ação dela com a (re)ocupação da região em estudo, quando aquela companhia tinha desenvolvido apenas inicialmente seu projeto. Não haveria aí algum favorecimento a Monbeig por parte da CTNP, e também uma tentativa de agradar à burguesia paulista que - além de ter criado a Universidade de São Paulo, da qual ele era um dos convidados estrangeiros - nesta época, tinha seus olhos voltados para a região em estudo. Monbeig tinha condições de analisar o processo de (re)ocupação da região norte-paranaense como um todo. Por que preocupou-se, neste momento, em analisar somente a área da CTNP? São questões que ficam em aberto para um futuro trabalho.¹⁰³

¹⁰³ Quanto aos geógrafos que vieram ao Brasil nos anos 30 é significativo ler a discussão que faz Jo'se Henrique R. GONÇALVES (1995, p. 77 a 110) com um destaque para a nota de rodapé nº 123.

Um outro componente do discurso "Norte do Paraná", quase não questionado e muito repetido, é aquele que se afirma que no período, 1930/1945 esfaceleava-se e decrescia a produção cafeeira no "Norte Velho" (a leste do Tibagi) e expandia-se no "Norte Novo" (a oeste do Tibagi). Vejamos estes dados coletados por MUSSALAM (1974).

QUADRO IV
DISTRIBUIÇÃO DE CAFEEIROS
SEGUNDO REGIÃO E TAMANHO DOS CAFEZAIS

I "Norte Velho"			II Outras regiões - Paraná			Total
Cafezais	Nº Propriedades	%	Nº Propriedades	%		
Até 1.000	525	16,5	149	7,2		674
De 1.001 a 10.000	1841	57,4	1505	72,8		3 346
De 10.001 a 50.000	674	21,0	401	19,4		1 075
De 50.001 a 100.000	93	2,9	8	0,4		101
De 100.001 a 500.000	68	2,1	4	0,2		72
Mais de 500.000	5	0,1	1	-		6
TOTAL	3 206	100,0	2 068	100,0		5.274

FONTE: Departamento Nacional do Café - 1940. Apud MUSSALAM (1974, p.107)

Os dados acima permitem observar que, a leste do Tibagi, ainda se encontravam a maioria dos cafezais existentes no Paraná. Além disso, é importante assinalar que a maior parte da produção de outras culturas temporárias também se realizava na região Nordeste do estado.

Em 1944, termina o período da presença inglesa na região. A venda/transferência das duas empresas se deu inicialmente devido à ação nacionalista do governo Vargas, que vetava a propriedade de terras a estrangeiros e onerava, com impostos, capitais estrangeiros aplicados no Brasil. Em 1939 através de um decreto, era encampada a Ferrovia São Paulo-Paraná, entretanto ele só foi efetivado no momento em que houve um acordo geral para a transferência das terras a um grupo nacional em 1944. Além disso, é necessário colocar que a venda de terras, pela CTNP, não havia sido o que se

esperava. Ela havia vendido apenas 10.061 propriedade rurais (28,66% do total de propriedades rurais) compreendendo 110.481 alqueires (19,70% da área total da área da CTNP). Houve, também, outro fator, aquele mais indicado pelo próprio discurso da CTNP: a Segunda Guerra em andamento na Europa, exigia a repatriação de capitais ingleses para fazer frente aos gastos bélicos. Esta conjunção de fatores fez com que a ferrovia passasse às mãos do governo federal e as terras a um grupo de capitalistas paulistas que já tinha ligação estreita com a CTNP.

A hipótese que defendemos é que o decreto da encampação da ferrovia foi o sinal para os ingleses começarem a se desfazer de todo o projeto imobiliário/comercial que haviam montado, pois afinal, a ferrovia era o grande "filão de ouro" que poderia continuar rendendo por muitos anos e interessava aos ingleses em termos de uma política mais geral para a América do Sul.

A ferrovia, não estando mais em suas mãos e a venda das terras não tendo sido o que eles esperavam, procuravam desfazer-se de todo o complexo. Mesmo assim os capitais investidos tinham rendido o suficiente para alegrar os investidores ingleses. O quadro abaixo permitem avaliar quantos lotes rurais foram vendidos e a receita obtida pela CTNP.

QUADRO V
FORMA DE COMPRA DE PROPRIEDADES JUNTO À CTNP (1930-1943)

Períodos	Nº Propriedades vendidas	Compras à vista	%	Compras a prazo	%
1930/31	221	216	97,74	05	2,26
1932/33/34	1.434	1.401	97,49	36	2,51
1935/36/37	2.203	2.106	95,60	97	4,40
1938/39/40	1.386	1.265	91,70	121	8,30
1940/41/43	4.814	4.134	85,87	680	14,13
TOTAL	10.061	9.122	90,67	939	9,33

Fonte: CANCIÁN (1977) Anexos: Tabela nº 7 p.484/485 (Dados agrupados pelo autor)

Estes dados demonstram que a CTNP recebeu, na sua quase totalidade, à vista, os lotes rurais que vendia, ficando claro que nesta fase (inglesa) os seus compradores eram indivíduos que tinham algum pecúlio acumulado e que estavam-se deslocando à procura de terras para adquiri-las. A receita gerada por estas vendas pode ser avaliada pelo quadro abaixo:

QUADRO VI
Receita da CTNP referente à venda de lotes rurais

Período	Área vendida (em alqueires)	Preço Médio (por alqueire)	Receita total
1930/31	2.536	400\$000	1.014.400\$000
1932/33/34	18.327	500\$000	9.163.500\$000
1935/36/37	24.030	600\$000	14.418.000\$000
1938/39/40	12.924	700\$000	9.046.000\$000
1941/42/43	52.664	800\$000	42.131.200\$000
TOTAL	110.491	-----	75.773.900\$000

Fonte: CANCIÁN (1977) Anexos: Tabela 7 p. 484/485 (Os preços médios foram estimados pelo autor a partir de referências esparsas encontradas em vários textos)

Além disso, havia a venda de lotes urbanos e os lucros obtidos pela empresa ferroviária associada, que conforme informações da própria CMNP (1975, p. 99) “(...) em 1944 seu balanço registrou um lucro de 52 mil contos.”. Quanto ao lotes urbanos cabe apenas indicar o que P. Monbeig registrou :

“Em julho de 1935, o único habitante da vila Arapongas que era então apenas uma longa faixa desbravada com quatro “ruas” cortando a estrada, era um francês; ele havia pago 1:500\$000 por uma “data” de ângulo [10x40]...” (MONBEIG, 1940, p. 43)

Se levarmos em conta que a CTNP já havia vendido milhares de “datas” urbanas em vários núcleos urbanos que havia fundado, pode-se ter uma idéia de quanto a CTNP conseguiu lucrar no conjunto de suas atividades.

4.3.- A VIOLÊNCIA E A EXCLUSÃO COMO ELEMENTOS COMUNS NO COTIDIANO DA REGIÃO.

A questão das terras no Paraná, e mais especificamente na sua região norte, estava eivada de problemas vinculados à posse/propriedade efetiva da terra. Neste período, existiam muitos posseiros com suas roças e ranchos que lutavam pelo domínio pleno da terra que ocupavam, desde há anos, contra terceiros, geralmente pessoas e famílias ricas que viviam nas cidades. Mas a questão mais preocupante para o governo era a existência de grandes **grilos**, principalmente na região norte do estado, como já vimos no Mapa nº 9. WESTPHALEN (1968, p. 24 a 26) que analisa esta questão afirma que :

"Outros aspectos devem, ainda, ser considerados em relação à posse e ao domínio da terra, no Paraná moderno, decorrentes da colonização recente e da sua extraordinária valorização. Entre estes sobressai, pela perturbação da ordem dos negócios de terras, da efetiva ocupação e reconhecimento dos direitos dos legítimos proprietários, mesmo que simples posseiros, a prática organizada da **grilagem** de terras, ou seja da formação de **grilos**, por espertos aventureiros, hábeis no apossamento de terras alheias, com base em títulos falsos de propriedade. Falsificando documentos, como escrituras de transferências de propriedades, recibos e outros, apossavam-se de vastas áreas, gerando não apenas conflitos de ordem jurídica, mas sobretudo a inquietação no meio rural paranaense.

(...)

Intrusos e grileiros, via de regra, com o concurso de **jagunços**, pistoleiros de ofício, intranquilizavam posseiros e sitiantes, obrigados também, muitas vezes, a reagir à bala, de sorte que muitos capítulos da história da ocupação da terra do Paraná moderno, foram escritos com fogo e sangue.

A questão das terras na região norte do estado do Paraná, portanto, não é uma questão pacífica como muitos querem afirmar, nem mesmo no interior das terras da CTNP pois as suas terras estavam no interior de grandes grilos.

Os interventores, vinculados à chamada "revolução de trinta", que se propunham legalizar a situação das terras no Paraná, e como já se viu, ficou mais no discurso do que na prática, produziram, entre outras coisas conflitos, entre famílias que já se rivalizavam nos núcleos urbanos. O caso de Jataí é exemplar e se relaciona com duas famílias oponentes, a de Mábio Gonçalves Palhano e a de Oswaldo Ramalho. Conforme REIS (1988), em 1929, Mábio G. Palhano (que desde 1919 era o comissário de Terras do Primeiro Comissariado de Terras do Paraná) assinou um contrato com a Prefeitura de São Jerônimo para a urbanização do então distrito de Jatahy.

"Pela concessão, o Sr. Mábio Gonçalves Palhano dispunha do direito de venda de áreas destinada ao patrimônio do distrito, de acordo com a planta organizada. Em pouco mais de um ano, elevou-se para cem o número de casas, nas quais foram instaladas casas comerciais: bares, açougues, barbearias e oficinas entre outros. À suas expensas foram abertas ruas e avenidas, bem como dependências para a administração. (REIS, 1988, p. 58)

Não aceitando esta situação e aproveitando a eclosão do movimento de 1930, vários chefes políticos de Jatahy acusam os membros da família Palhano de reacionários e organizadores de "Batalhões Patrióticos" contrários à nova ordem vigente. E, em nome dela, apropriam-se dos bens daquela família, conseguindo, inclusive a anulação do contrato da concessão de 1929. Conforme REIS (1988, p. 58) :

"As dependências do Sr. Mábio Gonçalves Palhano foram invadidas por ordem do chefe político local, Sr. Oswaldo Ramalho, cujos **jagunços**, à

mão armada, obrigaram Jotto Casadio de Riollo a entregar documentos referentes ao domínio das terras, ocasião em que alguns colonos foram violentamente expulsos a mando do “pequeno coronel” Sr. Oswaldo Ramalho.”

Esta pendência estendeu-se nas diversas instâncias públicas até o ano de 1934 quando o processo foi arquivado, beneficiando Oswaldo Ramalho. Este, no entanto, não contente com a solução dada, em 1936 entra com uma nova ação solicitando maiores direitos que os concedidos anteriormente, no que foi atendido.

Este fato demonstra que as lutas entre os “chefes locais” não eram apenas uma questão de oratória, mas que se resolviam através da utilização de “jagunços” e pela violência contra todos os adversários.

Átila Silveira BRASIL (S/D, p. 53), ao escrever sobre a história de Comélio Procópio, cidade situada a leste do Tibagi, informa como a violência fazia parte do cotidiano da cidade:

“Quando Comélio Procópio passou a Distrito de Bandeirantes, Antonio Marques Júnior era uma espécie de fiscal federal. Tinha um poder muito grande e gozava de alto conceito com o interventor Manoel Ribas, que se hospedou várias ocasiões em sua casa. Em virtude desse poder, Antonio Marques teve que agir até como delegado de polícia. Contou-nos o velho agente que havia muitos desordeiros na região. **Esses valentões trocavam muitos tiros e provocavam muitas mortes impunemente.** Quando veio o primeiro destacamento de soldados de Curitiba, os valentões passaram a fazer judiações com eles. Os soldados queixavam-se ao agente. Este, ao defender os soldados, caiu em desgraça com os valentões, que lhe prometeram uma surra.”

O mesmo autor já falando de outro momento do município acrescenta:

“Naquela época áurea de nossa economia cafeeira, era muito grande o número de aventureiros que chegavam. Entre eles, muito desordeiros. Como nem distrito ainda era, Comélio Procópio não tinha praticamente policiamento. **Então era comum encontrarem mortos espalhados pela ruas.** Ficaram conhecidos como desordeiros o Para-Bala, encontrado morto junto à linha férrea, um tal Laranjeira, que recebeu uma carga de chumbo disparada de dentro de um velho casarão, quando descia a rua Benjamin Constant. Também ficou famoso o Andradão, que possuía uma chácara para os lados da rua Amazonas. Esse último desapareceu sem que ninguém soubesse como explicar.” (idem, p.67)

Um detalhe sobre a violência oficial na maior cidade da região, tida como o cartão postal da (re)ocupação planejada, pode ser exemplificada pelo relato de Widson Schwartz ¹⁰⁴:

¹⁰⁴ Folha de Londrina 30/10/82, p.26

"De uma tradicional família de Palmas, o Capitão Aquiles Ferreira Pimpão marcou época como delegado de Londrina, por seus métodos. Verdade ou exagero, a ele é atribuída a prática de despejar ocupados e marginais no rio Tibagi - e isso até parentes dele costumam comentar. Dizem que saía com um caminhão e ia parando pelos bares, pedindo documentos aos freqüentadores, colocando imediatamente sobre a carroceria aqueles que não tinham. Na Delegacia, mandava dar uma dose de óleo de rícino a cada um e novamente fazia-os subir para a carroceria, onde ficavam segurando as calças, porque as cintas eram tiradas.

Já com arranjos intestinais causados pelo purgante, eram levados a um ponto da margem do Tibagi e empurrados para a água. E só tinham uma alternativa: sair na margem oposta, em Jataizinho, sob a ameaça de levarem uns tiros de policiais, caso resolvessem o contrário".

Entretanto, a violência acontecia também e de forma explícita na região da antiga "Fazenda Brasileira". Após a cassação da concessão dada à BRAVIACO, no noroeste do estado do Paraná, como já vimos, houve o abandono da antiga fazenda, e toda aquela área transformou-se em uma área onde as mortes eram lugar comum. Conforme uma série de reportagens de Widson Schwartz.¹⁰⁵

"Em 1931, a Fazenda Brasileira foi retomada pelo Governo e o segundo interventor federal do Paraná, Manoel Ribas, projetou a colonização da área em 1933, mudando o nome para Colônia Paranavaí (...)

Entram na história duas figuras lendárias, até certo ponto, os tenentes Telmo Ribeiro e Aquiles Pimpão, homens reconhecidamente duros, autoritários, escudados que eram na confiança do célebre interventor [Manoel Ribas] "Mané Facão", tido por austero e dado a vigiar a conduta dos prefeitos e outras autoridades nomeadas pelo Estado à época.

Eram "a lei" na colônia Paranavaí, Telmo tomando conta diretamente e Pimpão influenciando desde Londrina e Curitiba, tendo sido delegado e chefe da Casa Militar num período da interventoria de Manoel Ribas."

O "tenente" Telmo Ribeiro, considerado representante de Manoel Ribas, chegou à Colônia Paranavaí em torno de 1938, e teve, desde logo, a função de limpar a área da antiga concessão dada à BRAVIACO, da qual muitos posseiros e grileiros haviam posseado parte dela. Feita a limpeza de todos os posseiros e "grileiros", ficaram muitas cruzes pelos caminhos como evidência de seus métodos nada legais, mas comuns, quando a lei significava o "cumprimento do artigo 45 da constituição Winchester", conforme se falava na época.

O "tenente", depois promovido a "capitão" pela "vontade" local, Telmo Ribeiro era o homem que mandava na região. Ligado ao PSD (Partido Social Democrático)

¹⁰⁵ As reportagens que citaremos foram publicada no jornal "Folha de Londrina" de 29/02/82 a 10/11/82.

tratou sempre os seus adversários políticos da mesma forma que havia tratado os “grileiros”, à bala.¹⁰⁶

E as terras que estavam sob a jurisdição da CTNP? Houve o uso da violência para retirar os posseiros, caboclos e grileiros que, por ventura estavam presentes nela? Sabedora de que as terras adquiridas possuíam outros ocupantes, a CTNP estabeleceu o seguinte discurso, sobre o momento das transações com o governo paranaense em 1925, que vem sendo repetido como verdade estabelecida e indiscutível:

“(...) Se o governo nos vender essas mesmas terras pelos preços estabelecidos em Lei, rasgaremos estes papéis discutíveis [referindo-se às concessões] e acabaremos com o litígio que está retardando o desenvolvimento do Estado. Assim, embora pagando duas e até três vezes pelas terras, a Companhia assegurou a si e aos seus sucessores o direito líquido e inquestionável sobre a terra negociada.” (CMNP, 1975, p. 59)

No afã de demonstrar que a ação da CTNP foi exemplar, Jorge Cernev, talvez o maior dos apologistas da CTNP, demonstra que ela fez determinadas coisas que ela própria afirma o contrário. Ao se reescrever a história do ponto de vista apologético, os autores, como é o caso deste, se “traem” e passam informações, sem querer, para se entender melhor este processo. Assim se expressa CERNEV (1988, p. 118):

“Quando a CTNP adquiriu do Estado as terras devolutas, ela se comprometeu a indenizar todos aqueles que apresentassem títulos de propriedade, o que foi realmente feito. Alguns poucos posseiros encontrados foram removidos, sendo reassentados em outras áreas, sob a responsabilidade da própria Companhia. Face a esse saneamento, não houve conflitos de terras nos domínios da Companhia. Os conflitos que houve - como o de Porecatu por volta de 1950 - estavam fora dos seus limites” (destaques meus)

Ao afirmar que a CTNP reembolsaria aqueles que apresentassem títulos de propriedade, estava fazendo uma pilhéria, pois sabe-se a dificuldade que os pobres posseiros tinham, naquela época de conseguir estes títulos; ademais, posseiro ou caboclo não se preocupava com isto. Mas o autor afirma que a CTNP “realmente” fez isso. Mas na sequência parece contradizer-se. Na tentativa de relativizar a ação contra os posseiros afirma que houve “alguns poucos posseiros” que “foram removidos”. Pergunta-se para onde? Em terras de quem? E após essa “remoção” e este “saneamento” acabaram-se os conflitos de terras na área da CTNP? Quanto tempo durou a “remoção e o saneamento”? Como ocorreu este

¹⁰⁶ Para uma análise de um fato que corrobora esta assertiva, ver o relato que ALCÂNTARA, J.C. (1987, p. 62 e ss.) sobre o assassinato de Alcides De Sordi por Telmo Ribeiro.

processo? Estas são algumas questões que procurei desvendar, mas ainda não consegui pois os indícios são muito raros.

O que se sabe é que a CTNP/CMNP, como também outras companhias colonizadoras, possuíam uma “guarda particular”¹⁰⁷, bem como utilizavam-se de “jagunços”, também chamados de “limpa trilhos” ou “quebra milho” para **remover** e **sanear** as terras compradas.

Este fato permite demonstrar que as questões eram resolvidas de forma violenta e que a questão da propriedade privada era um valor que não se questionava. Por outro lado, permite-se também avaliar um pouco a questão da memória sobre a violência na região, já que há uma diversidade na rememoração destes fatos, a maioria querendo que eles sejam esquecidos.

A presença de caboclos muitas vezes esquecida na maioria dos trabalhos, aparece aqui e ali em pequenos excertos de trabalhos que tratam do processo de (re)ocupação neste período. Assim se reporta Sandino HOFF (1991, p. 27):

“Cancián, Monteiro e Monbeig assinalam a presença de caboclos criadores de porcos na região, na época anterior à colonização, localizados ao sul do espigão de Londrina-Apucarana e à margem direita do Ivaí. Um vestígio de sua presença, também no Norte do Estado, é o *Cemitério dos Caboclos*, localizado a cinco quilômetros da atual cidade de Maringá. Recoberto pela plantação de soja, mesmo assim sua existência consta da maioria dos pioneiros, que declaram terem encontrado cerca de 25 cruzeiros. A CTNP confirma a presença desses caboclos, dizendo que todos foram indenizados para saírem das terras, havendo alguns cuja decisão em abandonar as terras custou-lhes a dupla indenização. Pioneiros entrevistados destacam do seu contato com o caboclos da região sua extrema reserva: as crianças e as mulheres corriam para dentro dos ranchos enquanto o homem, desconfiado, vinha atender; enfim, lembram que eles abandonavam os ranchos à medida que a colonização avançava.”

Outro relato é o de Samuel Guimarães da COSTA (1980, p. 39), lembrando suas atividades como recenseador no Noroeste do estado do Paraná, em 1940:

“Perdíamos, em média, quase um dia de viagem para encontrar um pequeno núcleo de caboclos, vivendo em pequenos ranchos de palmito, à beira de pequenos riachos. Homens barbudos, maltrapilhos, muitas crianças sujinhas, um odor quase insuportável. Um pouco ressabiados, nos recebiam com brandura. O guia Joaquim falava com eles vagarosamente. Uns, eram conhecidos; mas um conhecimento vago e discreto. Só à noite, quando a caneca de pinga corria a roda, alguns se animavam. Até as mulheres chegavam a falar. Uma delas que tinha quarenta anos, mas

¹⁰⁷ Em uma pequena indicação Ana Yara LOPES (1982, p. 110) afirma que “(...) entrevistas com funcionários do Departamento de Terras [do governo do Paraná] indicam que a Companhia [CTNP] possuía uma força policial particular, que frustrava qualquer tentativa de permanência nas suas terras”

parecia ter quase 90, contou que era de Minas Gerais, de Varginha, e até citou o nome de um antigo político importante de que não me recordo.”

(...)

No rancho de alguns moradores da região, saboreamos uma carne de paca, assada na brasa, como jamais voltei a comer em todos estes anos. Talvez fosse a escassez que tomava as iguarias tão saborosas. Mas manda a verdade que diga que nunca passei fome em toda aquela jornada. Todos os moradores da região, um misto de caboclo e de bugre, não tinham nada, nenhum tipo de conforto, mas sabiam se alimentar, embora com reduzida variedade. Recenseamos menos de duas mil pessoas numa região onde vivem dois milhões.

O autor continua a fazer um relato, que apesar de longo, é importante colocar porque é um dos poucos existentes com tanta clareza:

“Que tipo de gente era essa, perdida na escuridão das matas, vivendo como bichos longe da civilização? Eram de um modo geral, antigos posseiros tangidos para o interior dos sertões pelas novas “frentes” de colonização do Norte Velho, descendentes de índios mansos da histórica Colônia Militar do Jataí, catequizados por Frei Thimóteo, os remanescentes dessas populações sertanejas desenraizadas, a se deslocarem como ciganos cada vez mais para dentro da floresta até que um dia, quando ela acabar, terão que refluir e ser absorvidos pelas fazendas e povoados como resíduos de um passado colonial.

O mesmo autor, no mesmo artigo, na sua parte final (p.40), coletou um poema (literatura de cordel), que nas suas palavras:

“Trata-se de um protesto pacífico sob a forma de requerimento em versos, de autoria de Júlio Alves Machado, enviado às autoridades da República, no qual os posseiros que o assinaram contam os seus problemas como sertanejos errantes e continuamente expulsos das terras que ocupam, não obstante várias vezes terem procurado legalizá-las; mas há sempre alguém influente se apresentando como seu legítimo proprietário, que permite a posse precária, mas não titula nem vende. (...) Eis como a história deles é contada no ABC que recolhemos:

A

A.B.C. do povo pobre
que reside no sertão
procurando um meio nobre sem ofício, sem ensino
de exclaimar sua razão

B

Brademos humildemente
ao Governo Brasileiro
- um pobre povo obediente
seus patrícios verdadeiros

C

Compadecei-vos de nós
nosso ilustre Presidente,
por que recorrer a vós
um pobre povo obediente ?

D

Diremos todos contentes
sendo de vós protegidos
Viva o nosso Presidente!
Viva os Estados Unidos!

E

Este é povo do sertão
que fala neste papel
e que pede proteção
neste momento cruel

F

Fomos nós os que fizemos
nesta mata um picadão
e do Governo requeremos
da Bufadeira ao Rio Bom

G

Garantindo a nós o mapa
uma zona nacional
este assunto não escapa
de uma razão especial

H

Houve vários requerimentos
dos primeiros habitantes
- que prova ser bom intento
o mateiro vigilante

I

Intimados pelo juiz
a tomar a requerer
todos fazem o que ele diz
sem palavras lhe dizer

J

Jamais nós vamos pensar
que pertence a uma fazenda
que um juiz não pode enganar
quanto mais fazer contenda

K

Ker o povo ver o certo
seu estado reclamar
todos assinam a descoberto
sem a ninguém ameaçar

L

Lá assim temos feito
humilde e também ordeiro
cumprindo o nosso dever
de bons filhos brasileiros

M

Muitos estão sem destino
sem saber para onde vão
sem ofício, sem ensino
e sem apoio do sertão

N

Nossa Pátria é brasileira
ninguém nos pode negar
portanto, em nossa bandeira
devemos ter um lugar

O

Ó Pátria ! Ó Brasil querido !
não siga errado teu trilho
sendo o pobre desvalido
desprezas teu próprio filho?

P

Pobreza não é defeito
nem todos podem ser nobres
e o calo é o mais lindo enfeito
que existe na mão do pobre

Q

Quem jamais viu o progresso
em qualquer modo de empresa
que possa ter bom sucesso
sem os braços da pobreza?

R

Rico não vem do sertão
se o sertão virar tapera
a de ser casa do leão
ou de qualquer outra fera

S

Saudosa Pátria querida!
não me negues teu torrão
que eu por ti dou minha vida
e o meu próprio coração

T

Todos nós queremos esperanças
que havemos de ser valido
das mais saudosas lembranças
de um homem de bom sentido

U

Um homem querendo ser
De Deus e todo valido
faizei por favorecer
que a de ser favorecido

V

Vitorioso será o filho
que for humilde e obediente
e que seguir certo no trilho
que traçar seu Presidente

X

Xorando o pobre mateiro
humilde vem reclamar
ao seu chefe brasileiro
quem lhe pode consolar

Z

Zombar da lei não queremos
bem tão pouco repelir
conceda-nos onde moremos
com prazo de restituir."

Creio que estas referências são suficientes para demonstrar a existência de caboclos e da forma como viviam, além de que tornam visíveis as preocupações em ter alguma garantia para o pequeno espaço que ocupavam, tendo em vista que já percebiam a ação das empresas colonizadoras e de seus “funcionários armados” aproximando-se de onde estavam.

Quanto aos indígenas, neste período, havia a ação do SPI, procurando localizá-los e aldeá-los o mais rapidamente possível, pois as “frentes de expansão” continuavam, nas bacias do rio Cinzas e Laranjinha em direção ao oeste e encontravam resistência dos índios por onde passavam.

Referindo-se aos problemas da cafeicultura, na primeira fase deste período, Francisco de O. OLIVEIRA (1977, p. 21) afirma que:

“Além das grandes dificuldades de transporte também ocorreram problemas com os índios que habitavam a região, surgindo inclusive alguns conflitos sérios. Foram feitas chacinas muito grande dos silvícolas, que pelas informações que existem nunca foram impedidas ou levantadas para verificar-se sua extensão. Fazendeiros contam que vários pioneiros tornaram-se muito conhecidos pelas chacinas que realizaram.”

A partir de 1920, ocorreram muitos encontros com combates entre “brancos” e índios, o que levou o deputado Arthur M. Franco, pronunciar um discurso na Assembléia Legislativa do Paraná onde dizia:

É sabido por todos os moradores de S. Jeronymo e do Jatahy que, entre os rios Tibagy e Laranjinha, vagueia uma tribo de índios bravios; os signaes de sua existencia, nessa zona, são frequentes, e o Posto de Atracção do Laranjinha já esteve, ha mais de dous annos, em contacto com esse grupo de índios.

Negar, portanto, a presença delles naquella região, seria uma rematada sandice.

(...)

Em meados do mesmo anno, foi frechado, no lugar Carvalhopolis, margem direita do Laranjinha, o pequeno Manoel, filho de João Alves, alli residente.

Em maio do corrente, João Augusto Garcia, residente no Jatahy, e diversos companheiros seus, viram, por cima da corredeira do Cerne, no rio Tibagy, a 2 1/2 leguas abaixo do Jatahy, vestigios evidentes de um grupo desses Indios, junto de um barreiro alli existente.

Entretanto, em 10 annos de serviço naquella região, apenas um contacto inesperado se registra com o pessoal encarregado de attrahil-os! (FRANCO, Arthur 1925, p. 53/54)

O deputado Franco contestava as informações prestadas pelo SPI de que os Kaingáng estavam pacificados, na medida que, conforme informações que ele possuía, na região citada havia muitos índios (Kaingáng) que eram uma ameaça permanente para os novos

ocupantes. Na verdade, o que o “nobre” deputado pretendia era acabar com o SPI para poder, então, tomar posse das terras indígenas, o que com a presença daquele órgão oficial, não se tornava tão fácil.

Os índios que resistiam nas matas, pouco a pouco foram “confinados” nas reservas e/ou morriam, de várias doenças (sarampo, malária e gripe) principalmente os Kaingáng que, naquele momento, não aceitavam os remédios dos brancos. Assim, pode-se afirmar que, em torno de 1930, todos os grupos indígenas encontrados, até então, estavam sob a tutela do Estado. Sobre estes últimos movimentos no sentido de “pacificar” e controlar os indígenas, Kimiye Tommasino conseguiu novas informações que permitiram, através de entrevistas, trazer um pouco mais de luz a esta situação. Diz ela:

Ao longo de nossa pesquisa conseguimos entrevistar várias pessoas que nos permitiram resgatar a história da pacificação e destino dos últimos **Coroados bravos** da região assinalada. O primeiro deles foi Antonio Pedro Juvêncio, Kaingáng que participou de uma expedição do SPI com a finalidade de localizar e fazer a atração dos **Coroados**. Entrevistamos também Júlio Brito, branco, ex-funcionário da CTNP, a maior empresa colonizadora da época. A reconstituição sobre a pacificação desses últimos Kaingáng livres se baseia nas entrevistas que fizemos com esse Kaingáng contratado pelo SPI e com o branco contratado pela colonizadora. Informações sobre a vida dos Kaingáng depois de aldeados foram fornecidas pelas mulheres Guaraní do P.I. Laranjinha que com eles tiveram contato. Recentemente contatamos o Kaingáng Pan Tanh (Cobra Verde), filho do capitão Isaltino Cândido que participou da expedição do SPI, provavelmente a mesma da qual falou Antonio Pedro Juvêncio. Em fevereiro de 1995 conseguimos informações complementares de Rute Lourenço, mestiça de pai Kaingáng (Pedro Coroadado) e mãe Guaraní (Joaquina, natural de Bananal/SP), residente no Posto Laranjinha. (TOMMASINO, 1995, p. 126)

Através de outros informantes (aqueles que normalmente não tem voz e nem são incluídos na memória histórica consagrada) sabe-se que o SPI formou várias expedições objetivando atrair e “pacificar” os Kaingáng (ou “Coroados bravos” como eram designados então) que ainda viviam entre os rios Cinzas e Laranjinha. Normalmente, essas expedições continham em seu cointingente índios pacificados que serviam de intérpretes. Assim, em torno de 1927/28, o SPI organizou uma expedição da qual participaram 18 famílias Kaingáng trazidas de São Jerônimo. O contato efetivado foi um fracasso para o SPI pois dois brancos foram mortos pelos índios “bravios”.

Além dessa expedição, há o relato de uma outra que foi realizada em dois momentos: no primeiro o sentido era de “pacificar” os Kaingáng, e o segundo depois de, cerca de um ano, visou a transferência de 25 famílias que viviam na bacia do rio Laranjinha. Esta expedição, num consórcio entre a CTNP e o SPI transferiu famílias indígenas inteiras

para Manoel Ribas. Sobre estes últimos grupos, tanto os que ficaram perto do Laranjinha, quanto os que foram “transferidos”, Kimiye Tommasino revela:

“Sabemos de fonte primária (fornecida por um ex-bugreiro da CTNP)[Júlio Brito] que algumas famílias Kaingáng que viviam na região dos rios Cinzas e Laranjinha, provavelmente o último grupo livre da região do Tibagi, foram transferidas para o P.I. Ivaí, por decisão da CTNP. Outro informante (Fabiano Gomes, irmão de um “amansador” de índios do SPI) nos acrescentou que, além do P.I. Ivaí, alguns foram para o P.I. Cândido de Abreu. Não se teve notícias dessas famílias, e mesmo numa rápida entrevista que fizemos com o chefe daquele posto e antigo funcionário da FUNAI, este afirmou ser esta notícia uma surpresa para ele. Mas um depoimento de uma mulher Kaingáng do P.I. Apucarana faz uma referência às famílias que foram para o Ivaí: “Aqueles que foram para o Ivaí não voltaram mais. De lá, eles morreram todos”.

Pelas informações dos Guarani sobre a epidemia de gripe espanhola que dizimou a família-grande Kaingáng que permaneceu em Santa Amélia, é bastante provável que a maioria dos que foram ao Ivaí também tenham sido vitimados.” (TOMMASINO, 1995, p. 69/70)

Este “deslocamento” de grupos indígenas revela, novamente, um indício de que a CTNP (mais precisamente a companhia ferroviária) possuía terras a leste do Tibagi, que eram aquelas recebidas como forma de pagamento pela construção de quilômetro de trilhos em condições de uso, e que eles procuraram “limpá-las”, para não ter problemas na continuidade do projeto colonizador, pois deviam estar sendo um empecilho para a “marcha da civilização”. Como já afirmei anteriormente, aquelas terras constituíam um total de 225.000 alqueires de que quase nada se sabe o que com elas foi feito. Há aí mais um grande silêncio.

CAPÍTULO CINCO

**A (RE)OCUPAÇÃO DINAMIZA-SE E SE
COMPLETA**

Auge e Declínio da Cafeicultura Paranaense

Neste capítulo, a preocupação será a de demonstrar como a (re)ocupação completou-se com base na expansão da cafeicultura, gerando uma busca indiscriminada de novas terras para o plantio de novos cafezais. Neste processo, estiveram presentes, todos os setores interessados na venda/compra de terras. Como vendedores as antigas e novas companhias privadas de colonização, o governo estadual, como colonizador, e os grandes fazendeiros parcelando suas propriedades. Como compradores colonos, “formadores de cafezais” e até profissionais liberais e comerciantes de fora e da própria região.

Entretanto, é necessário salientar que havia, ainda, muitos posseiros que foram sendo empurrados cada vez mais para a fronteira (neste processo surgiram vários enfrentamentos violentos) além de trabalhadores rurais, colonos, assalariados ou volantes que eram contratados em condições precárias. No final do período, em torno do final da década de 1960 foram expulsos, aos milhares, para outros lugares. Quanto aos índios continuavam sendo espoliados de suas terras, mesmo que elas estivessem sob a jurisdição pública.

Nossa análise neste capítulo tem, como ponto de partida, o fim da Segunda Guerra. As condições internacionais que reprimiam o processo de (re)ocupação das terras ao norte do estado do Paraná se desfazem. No nível internacional, no contexto do sistema capitalista, inicia-se a era de ouro que, para Eric HOBSEBAWN (1995), compreende o período que se estende do fim da Segunda Guerra ao início dos anos setenta, quando se mergulha em uma crise mundial na qual estamos até os dias de hoje.

No Brasil, do ponto de vista econômico de 1945 a 1955, com Gaspar Dutra e novamente com Getúlio Vargas como presidentes, o país procura industrializar-se, mas ainda mantém uma base agrária muito forte, pois a produção agropecuária ainda mantém sua supremacia no valor do Produto Interno Bruto.

No período 1955 a 1965, há uma mudança significativa na economia com base no tripé: Estado, capitais nacionais e internacionais. Esta conjunção de interesses e de políticas, que resultaram, num primeiro momento, a instalação de várias indústrias de bens de consumo duráveis, tendo como carro chefe a indústria automobilística. Modifica-se a preponderância dos setores, sendo que o industrial passa a ser hegemônico na geração da renda interna. A partir de então, o capital industrial passava, gradativamente, a definir os rumos da política econômica como um todo.

Se nos períodos anteriores, o setor econômico de maior presença e importância, em nível nacional, se encontrava na agropecuária, a partir de meados da década de 1950, a produção industrial passa ter uma importância cada vez maior. É neste contexto que se desenvolve toda uma política de racionalização da cafeicultura e da expansão da base da economia nacional. Assim, desde 1961, o governo federal passa a tomar algumas medidas, visando eliminar a produção de excedentes. A medida mais rápida foi o início de um programa de erradicação de cafezais antieconômicos (velhos). Juntamente

com esta medida outras foram planejadas, antecipando uma política que seria a tônica da metade dos anos sessenta em diante, procurando diversificar a agricultura, no sentido determinado pelo novo momento.

No Paraná, após o fim do Estado Novo, em termos políticos a situação não mudara muito, pois Moisés Lupión governou o estado durante dois mandatos (1947-1951 e 1955-1961), intermediado por um de Bento Munhoz da Rocha (1951-1955). Nestes mandatos, houve uma continuação da política fundiária e agrícola anterior. Somente com a eleição de Ney Braga para o governo estadual (1961-1965), houve uma tentativa de reorientar um pouco a política de investimentos no estado. Procurou-se incentivar a industrialização, entretanto, o estado tinha, ainda, uma dependência muito grande dos recursos oriundos da agropecuária, e este setor exigia investimentos significativos para se manter, principalmente em estradas. Deste modo, como a cafeicultura ainda representava os maiores índices de produção no Paraná e significava uma receita enorme para o governo, os cafeicultores, que tinham um peso muito grande na política de investimentos do governo, exigiam uma atenção especial para manter os seus lucros.

Este é um período em que o estado do Paraná terá um crescimento significativo, ainda baseado nos rendimentos do setor agrário, o que propiciará a modernização da cidade de Curitiba, além da construção da chamada Rodovia do Café que tornou mais efetiva a ligação da região norte com Curitiba e principalmente com o porto de Paranaguá.

Coincidentemente, com a euforia pelo crescimento/desenvolvimento em nível mundial e nacional, este é o período que a (re)ocupação se efetivará e todo o território norte-paranaense se integrará definitivamente à produção na ótica do capital. É neste período, também, que o discurso "Norte do Paraná" se estruturará integralmente onde se pode encontrar as mais lídimas narrativas sobre o "progresso" a "riqueza" existente na região.

Os preços altos no mercado internacional e os incentivos para novos plantios de cafezais que, no Paraná, já haviam começado em meados da década de 1940, criaram, nos anos seguintes, e, principalmente, no final da década de 50 e início da 60, as grandes safras de café que nos anos de 1959/60 a 1962/3, produziram um total de aproximadamente 70 milhões de sacas de 60 kg e colocaram o estado como o maior produtor de café do Brasil.

Mas este crescimento vertiginoso foi também o seu "calcanhar de Aquiles". Se até meados da década de sessenta, a cafeicultura reinou absoluta na região em estudo, a partir de então foi declinante, tanto em produção como em valor. Analisar o auge e o declínio da cafeicultura na região significa situar algumas questões. Entre elas pode-se afirmar que a busca incessante e desenfreada de lucros rápidos com a expansão da cafeicultura criaram uma situação contraditória: a cafeicultura que propiciaria uma

(re)ocupação extremamente rápida, trazendo a riqueza e a prosperidade para alguns, em pouco tempo, significou também a saturação do mercado, a lotação de cafés de baixa qualidade nos armazéns, a baixa dos preços internacionais e a pobreza para muitos.

Fazendo uma análise espacial do deslocamento da cafeicultura na região em estudo CANCIÁN (1977, p. 291) afirma que:

“Até 1950 o Norte Pioneiro liderou a produção do café no Paraná, porém vinha em declínio desde 1940 e embora se refizesse consideravelmente pouco depois, não chegou mais a atingir o nível daquele ano, nem acompanhou o dinamismo de outras regiões. Tudo indica que, dado a menor disponibilidade de terras próprias ao cafeeiro por essa época, a expansão se fez, principalmente no Norte Novo, até então com uma cafeicultura ainda incipiente. O longo período de baixa dos preços durante a depressão que se seguiu à crise de 1929 desestimulou uma expansão mais rápida até o após guerra, e os dados disponíveis apontam mesmo erradicação.”

Assim, até os anos 50, a cafeicultura foi preponderante na região a leste do rio Tibagi, (MESO-REGIÃO Norte Pioneiro), na década de 50, ela predominou nas terras novas da MESO-REGIÃO Norte Central Paranaense (a oeste do Tibagi) e na década de 60, o centro dinâmico deslocou-se para as Meso-regiões Noroeste e Centro-ocidental Paranaenses, sendo que, nessa década, a cafeicultura norte-paranaense alcançou seu auge, suplantando São Paulo e, ao mesmo tempo, teve início o seu declínio.

Com a política de diversificação da agricultura e o incentivo para a utilização de implementos e insumos agrícolas de base industrial (máquinas, adubos e sementes), expandia-se, significativamente, o processo de industrialização da agricultura, transformando-a, gradativamente, em um ramo daquela. Modificava-se a base da acumulação do capital no Brasil como um todo, e a agricultura foi-se alterando para fazer frente aos novos desafios que o capital lhe impunha. Além do mais, era necessário ampliar a oferta de alimentos nos grandes centros urbano-industriais brasileiros, para rebaixar o custo da força de trabalho, e a cafeicultura não permitia isso. Esta era mais uma razão para que ocorressem as transformações na agricultura ocorridas a partir dos anos sessenta.

No contexto da política de colonização em termos nacionais, a partir dos anos cinquenta, há uma clara preocupação em desenvolvê-la como uma resposta do poder público às lutas sociais que se desenvolverão no campo, sendo que a região norte-paranaense não será exceção à regra.

É neste contexto que, a partir do início dos anos sessenta, além da erradicação de cafeeiros com apoio do governo federal, outras medidas foram sendo implementadas: renovação racional das lavouras cafeeiras, diversificação da agricultura nessas regiões, financiamento para melhoria das condições de rendimentos das

explorações agropecuárias, visando a aquisição de máquinas e implementos agrícolas e programas de instalação de usinas de açúcar em regiões cafeeiras.¹⁰⁸

WESTPHALEN, C.M. e BALHAMA, A. P. (1977, p. 23) analisando este momento assim se expressam:

“Embora fosse o Paraná, em 1960, o maior produtor de café do Brasil, com cerca de 1.800.000 hectares de área cultivada, metade da produção brasileira e quase um terço da produção mundial, *“as enormes safras paranaenses, oriundas de lavouras pouco equipadas, são constituídas de café de qualidade inferior aos de São Paulo, com elevada percentagem de bebida Rio, cuja colocação é mais difícil no mercado internacional”*¹⁰⁹, acumulando-se os estoques nacionais disponíveis, e passando o Brasil a detentor dos maiores excedentes acumulados de café.”

A saturação dos mercados e a produção de cafés inferiores tiveram por resultado a efetivação de uma política econômica de erradicação de cafeeiros, cansados, improdutivos ou localizados em áreas inadequadas para o cultivo, e sua substituição por pastagens, ou pela diversificação agrícola, com culturas de subsistência e abastecimento, como o milho, o arroz e o feijão.”

Em termos mais gerais, pode-se afirmar com PADIS (1981), que a cafeicultura no Paraná, ao mesmo tempo em que foi a mola propulsora para a rápida transformação econômica e social do estado, foi também a que criou os obstáculos para uma diversificação maior das atividades econômicas. Os investimentos no período tiveram apenas uma orientação: os setores ligados direta ou indiretamente à cafeicultura. Em suas próprias palavras:

“Como se vê, o café para o Paraná ganhou significado diferente do que teve em São Paulo, pois enquanto neste Estado as poupanças excedentes desnecessárias para os reinvestimentos na própria agricultura (ou especialmente, cafeicultura) dirigiram-se para os investimentos industriais dentro do próprio Estado, no Paraná, isso não ocorreu, pois, à época em que ali se desenvolveu a cafeicultura, a demanda de produtos industrializados já era plenamente satisfeita pela produção paulista. E como, de certa forma, não se tinha consciência da situação do mercado internacional do café, apenas se expandiu a sua produção no Estado, dando margem à criação de fluxos de renda voltados para São Paulo.” (idem, p.194)

A passagem meteórica da cafeicultura, produziu muita riqueza e também deixou para trás muita pobreza, pois com a decadência desta cultura e com os programas governamentais já

¹⁰⁸ Para uma análise mais detalhada de como o programa de erradicação de cafeeiros atingiu o Paraná e como foram utilizadas as áreas liberadas consultar CENCIAN (1977, p. 106 a 109).

¹⁰⁹ Citação retirada de PARANÁ - Governo do Estado - Secretaria da Agricultura, SPL - Serviços de Planejamento - *O Paraná e a Economia Cafeeira*, p. 1 a 15.

citados, houve a expulsão de milhares de trabalhadores rurais, que se deslocaram para as cidades ou foram para outras regiões em busca de trabalho.

5.1.- O DISCURSO “NORTE DO PARANÁ” CONSOLIDA-SE AO EXPANDIR-SE A CAFEICULTURA .

A intensidade da (re)ocupação, neste período, se deve à ação das várias companhias colonizadoras particulares e do governo do Paraná, tendo como pano de fundo a expansão da cafeicultura como motor fundamental. O discurso “Norte do Paraná” será reelaborado e tomará a sua forma definitiva, integrando todos os elementos até aqui apontados e acrescentando um elemento novo: o da “reforma agrária”. Assim, (re)ocupação da região e o discurso “Norte do Paraná” expandem-se e completam-se.

Se a presença do governo paranaense até o início dos anos 40 se fazia através de uma legislação quanto à questão das terras, e na instalação de algumas colônias estaduais (Içara, Jaguapitã e Paranavaí), neste período, vai continuá-la, atuando mais diretamente no processo de colonização. Neste sentido, em 1949, iniciam-se as demarcações das colônias estaduais criadas anteriormente: na margem direita do rio Piquiri, as colônias Cantu, Piquiri, Goiô-Erê e Goiô-Bang e na do rio Ivaí, as colônias Manoel Ribas, Muqilão e Mourão. Em todas estas colônias, já havia um (re)povoamento esparsa desde o início do século, como já indicamos, pelo menos no caso de Campo Mourão conforme Lysia BERNARDES (1953, p. 349-357).

A atuação da CTNP no período de 1944 a 1950, agora sob nova direção avançava, agora com maior velocidade. Ela vendeu, aproximadamente 260.000 alqueires de terras (lotes rurais), ou seja, em apenas sete anos, vendeu mais que o dobro que na fase inglesa (1929-1943 : 110.481 alqueires) e mais da metade de toda a área que havia comprado e que foi destinada a lotes rurais. Nas décadas seguintes, foram vendidos 98.588 alqueires (De 1951 a 1960: 78.963 alqueires e de 1961 a 1970: 19.625 alqueires) demonstrando que as terras à sua disposição já estavam rareando.

Paralelamente à CTNP que, após 8 de fevereiro de 1951, transformou-se na Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, (CMNP), muitas outras empresas imobiliárias menores, se formaram e começaram a desenvolver programas de colonização em áreas, principalmente na região noroeste do estado. Entre outras, pode-se indicar: Boralli e Held (Alto do Paraná), Cobrinco (Santa Cruz do Monte Castelo), Leôncio de Oliveira Cunha (Paraíso do Norte), Armando Chiamulera e sócios (Nova Londrina), Tarquinio Ferreira e outros (Santa Izabel do Ivaí), Spinardi e Sebastião Delfino (Loanda), Gutierrez Beltrão (Tamboara), Organizações Ademir de Barros (Terra Rica), Imobiliária São Paulo-

Paraná (Querência do Norte), Sivas Pioli (São Carlos do Paraná), Almeida Prado (Itaúna do Sul e Diamante do Norte). Sobre estas companhias Ana Yara Lopes (1982, p. 131) afirma:

“Estas pequenas companhias colonizadoras levariam a frente pioneira aos seus limites físicos no Norte Novo - o rio Paraná - e foram objeto de grande favoritismo político. Em vários momentos o Departamento de Terras denunciou sua existência e a falta de poderes, por parte daquele Departamento, de fazer alguma coisa, chegando mesmo a denominá-las de “concessões novas para colonização”. Ao que o poder Executivo do Paraná sempre respondia estarem estas empresas sob o seu beneplácito, pois, na verdade, na maior parte das vezes era ele que passava terras a seus protegidos. Sobre essas companhias colonizadoras privadas, assim se pronunciava Moisés Lupion, governador do Paraná, no seu segundo mandato: “A revolução de 30, sem dúvida alguma, marca um ponto importante de transição na evolução nacional, quando fica definitivamente para trás o ambiente econômico, social e político que possibilitava aquelas alienações e propriedades imensas, sem nenhum benefício social. A segunda etapa dessa evolução, já muito complexa, acusa, entre várias modalidades do esforço de aproveitamento do imenso sertão paranaense, a presença de empresas particulares que, obtendo concessões ou adquirindo áreas ponderáveis, tomavam a iniciativa da colonização, realizando obras em suas áreas, vendendo-as em pequenas propriedades, atraindo colonos, disciplinando as contas, etc., naturalmente tendo em vista os seus interesses, mas servindo ao desenvolvimento do Paraná, de modo que ninguém lhes pode recusar”¹¹⁰

A venda, doação, cessão de terras às companhias privadas e a amigos foi a forma que Moisés Lupión em seus mandatos (1947-51 e 1956-1960)) utilizou para fazer as maiores barganhas de terras no Paraná de tal sorte que, já no final da década de 1950, quase todas as terras já estavam em mãos particulares. Era uma espécie de continuador das atitudes do interventor Manoel Ribas. Nadir CANCIÁN (1977, p. 129 e 131), ao analisar esta corrida às terras ainda não (re)ocupadas afirma:

“Na década de 1950 praticamente elas [as terras] estavam quase todas nas mãos de particulares. Em vista disso o governo se viu obrigado a promulgar o Decreto nº 3060 de 26 de outubro de 1951, reduzindo a 250 hectares a área máxima a ser marcada, em favor de cada representante, com exceção apenas dos pedidos de compra protocolados em data anterior a 2 de maio de 1947. (Os pedidos posteriores a esta data estavam incursos em caducidade por terem sido realizados em data posterior à interrupção dos trabalhos de demarcação pelo Departamento de Geografia, Terras e Colonização (D.G.T.C.) para novos estudos de distribuição de terras)”

(...)

Na década de 1960 já não haviam terras devolutas na área de eleição do cafeeiro. Companhias particulares de colonização eram fundadas

¹¹⁰ Mensagem do Governador do Estado do Paraná à Assembléia Legislativa, 1958 p. 109

regularmente, revendendo grandes glebas adquiridas anteriormente, loteadas quase sempre em pequenas propriedades.”

Quanto ao processo de (re)ocupação promovido desta forma é fundamental dizer quem efetivamente arcou com os seus custos. Quem explica isso com muita clareza é José César GNACARINI (1980, P.67/68) quando afirma:

“O ciclo percorrido pela colonização evidencia que o colono é quem arca do começo ao fim com os custos de todos os investimentos da empresa, pondo nela tanto a poupança que acumulara anteriormente quanto o valor de seu trabalho vivo; ele custeia a abertura da frente pioneira; ele se encarrega de ampliá-la às suas custas; ele produz as mercadorias que a empresa colonizadora ou outras empresas dele exigem; e ele, finalmente, depois de pauperizado nas relações de intercâmbio com essas empresas, é transformado em assalariado ou semi-assalariado, ou então expulso dali para diante, para recomençar a sua aventura sob o comando do grande capital.

Na mesma linha de raciocínio, ao analisar este período, e mais preocupada com as relações de trabalho que se estabeleceram na região, Maria Cristina ROSA (1990, p. 110) afirma:

“A “penetração” do capital no espaço regional ocorria através do cultivo de um produto destinado ao mercado de exportação e a obtenção dos valores de uso, ou seja, de meios de vida, se mercantilizava na medida em que diminuía o tempo de trabalho, nos “sítios” e fazendas, dedicados à produção doméstica de alimentos.

A forma de obtenção dos excedentes (mais valia) estava baseada na extensão da jornada de trabalho e o aumento da produção na expansão da área plantada e do número de braços na lavoura. Nas fazendas explorava-se o trabalho de empreiteiros, colonos e diaristas. Nos “sítios” explorava-se o trabalho familiar de proprietários e parceiros.

Durante a colonização, pode-se afirmar que o trabalho subordinava-se formalmente ao capital, no sentido genérico de inserção no processo de produção capitalista, mantendo, do ponto de vista técnico, formas não propriamente capitalistas de produção.

Os pequenos produtores, com ou sem terras, dedicavam-se ao cultivo do café e à produção de alimentos. Nessas relações o capital entrava, efetivamente, apenas na comercialização. O comerciante, freqüentemente desempenhava o papel de fornecedor de financiamentos, de natureza especulativa, vinculando os pequenos produtores à economia de mercado.”

Os mapas nº 11 e 12 permitem visualizar a expansão da (re)ocupação em 1948 e 1965, através da formação dos municípios na região em estudo.

13

Este mapa detalha a divisão municipal do Estado do Rio de Janeiro. Os municípios são representados por polígonos contornos, cada um rotulado com seu nome. A região norte do estado é destacada por um contorno mais espesso e rotulada como 'REGIÃO NORTE'. O mapa também mostra as fronteiras com os estados vizinhos: São Paulo ao norte, Minas Gerais ao leste, Espírito Santo ao sudeste e Bahia ao sul. A cidade de Rio de Janeiro é claramente visível no centro-sul do estado. A fonte da informação é citada como PADIS, Pedro.

Fonte: PADIS, Pedro C., 1981, p. 148

A partir do final da década de 1940 e início da década de 1950, muitos são os escritos publicados em revistas e poucas são as publicações no interior da academia, no que se refere ao processo de (re)ocupação da região em estudo. Procurarei, aqui, relacionar e comentar os mais significativos, no sentido de demonstrar a tensão existente entre estas narrativas, pois creio que elas evidenciam, claramente, uma luta pela hegemonia de narrativas históricas e um confronto claro entre diversas visões do processo de (re)ocupação das terras, situadas ao norte do estado do Paraná.

O primeiro grande movimento na continuidade da construção do discurso "Norte do Paraná" se dá no interior do discurso tido como científico. A trajetória que havia se iniciado com Pierre Monbeig na década de 1930, como já vimos anteriormente, vai ampliar-se, por ele mesmo e por seus alunos na década de 50, com as análises de geógrafos¹¹¹, principalmente paulistas. Salete M. CAMBIAGHI (1952), apesar de mostrar que a (re)ocupação após 1929, que ela denomina de "colonização moderna" se deu com base na especulação planejada de terras, reproduz quase que integralmente o que Monbeig havia colocado anteriormente, isto é, reafirma o caráter planejado da (re)ocupação, faz a diferenciação entre a (re)ocupação, no mesmo momento em São Paulo e a que desenvolve a CTNP.

Por outro lado, Lysia M.C. BERNARDES (1953) e Nice MÜLLER (1956) farão uma descrição dos múltiplos aspectos da expansão das "zonas pioneiras" ou "frentes pioneiras" no Paraná, reafirmando, tanto a continuidade do processo de (re)ocupação pela cafeicultura, quanto a maneira ordenada/desordenada que ela teria se desenvolvido. Detalhando mais, os trabalhos de Monbeig mostrarão como foi diverso o processo de (re)ocupação das terras do Paraná e de sua região norte, além de demonstrar a diversidade do solo e clima ali existentes. É importante afirmar isto, porque a maioria dos trabalhos posteriores ou até mesmo os da época, irão identificar o processo de (re)ocupação das terras norte-paranaenses com a ação da CTNP e da região como um todo com a terra roxa, como veremos mais adiante.

O trabalho de Lysia BERNARDES (1953) talvez seja o primeiro a colocar, de maneira muito clara, a diversidade do processo de (re)ocupação da região norte paranaense, mesmo assim, reafirmando parte do discurso "Norte do Paraná" estruturado até então. Assim ela afirma de modo resumido:

"Entre 1900 e 1920 a zona pioneira progrediu pouco no norte do estado em comparação com o que se verificou no oeste que então apresenta sua expansão máxima."

¹¹¹ Alguns desses geógrafos haviam tido visitado a região em estudo desde os anos quarenta deste século. Os fundamentos do pensamento geográfico que será um dos pilares do discurso "Norte do Paraná" e que teve por base os trabalhos de Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig é analisado no trabalho de GONÇALVES (1995, p. 58-72)

(...) no norte do estado a **penetração se fazia em função do avanço da cultura cafeeira** e esta dependia como depende até hoje, das comunicações fáceis com os grandes mercados.

(...)

Ao período que se seguiu, de 1920 a 1940, corresponde um progresso extraordinário da zona pioneira do norte do estado. **Ao êxito da colonização promovida pela Companhia de Terras**, estreitamente ligado à penetração da ferrovia e à construção de estradas de rodagem, aliaram-se as iniciativas de outras firmas particulares e, também, mais recentemente ao do estado. À C.T.N.P. deve-se a penetração em ponta de lança ao longo do grande espigão Ivaí-Paranapanema, continuada depois de 1945 pelo estado, na zona de Paranavaí, dirigindo-se, assim à confluência Paranapanema-Paraná.

Em seus flancos laterais esta grande frente foi atingida por penetrações isoladas oriundas do vale do Paranapanema e, também recentemente, da zona de colonização oficial de Campo Mourão. **Aí encontramos, atualmente, frentes pioneiras dinâmicas, que representam a expansão da grande zona pioneira do Estado.**”(BERNARDES, 1953: p.374). (destaques meus).

Os destaques demonstram que se continuava a reiterar que a cafeicultura é o carro-chefe da penetração em 1920-40, a oeste do Tibagi, quando, como já demonstrei, ela era mais significativa a leste do Tibagi, na meso-região Norte Pioneiro. Ademais, o êxito da CTNP, neste momento, foi apenas relativo quando à expansão de suas atividades. Continuava-se a reafirmar os elementos de um discurso antes formulado como é o caso da seguinte citação:

“Do ponto de vista econômico e paisagístico, o Norte do Paraná - criado pelo extravasamento da cultura cafeeira paulista - tem pontos de contato com o Estado de São Paulo. Por outro lado, no que se refere aos fisiográficos, tem íntimas relações com o conjunto do Estado do Paraná, uma vez que reúne porções que fazem parte de regiões naturais que a ele pertencem. Desse jogo de afinidades deriva a originalidade do Norte do Paraná: **é um capítulo da vida paulista, mas em território paranaense.** Embora com traços fisionômicos bastante marcados, para ser reconhecido com facilidade, o Norte do Paraná não teve, até hoje, suas fronteiras demarcadas de maneira satisfatória.” (N.L. MÜLLER, 1956, p. 55) (destaque meu)

Complementando isso, e tendo por base os dados referente à (re)ocupação e à importância econômica a autora afirma que: *“Os resultados obtidos por sua ocupação demonstram que os recursos publicitários usados nos primórdios da colonização não foram ilusórios: o Norte do Paraná é mesmo a “Canaan do Brasil”.* (idem, p.94).

Pode-se dizer que os geógrafos “pedagogizaram” a ótica da identidade regional pela localização espacial (MORAES, 1991, p. 167) vulgarizando-a, no interior da academia, de tal modo que a maioria dos pesquisadores posteriores tomaram o discurso “Norte do Paraná” como um dado, sem a necessidade de fazer qualquer discussão crítica.

Parafraseando MORAES (1991) pode-se afirmar que o aparelho escolar utilizou esta concepção de modo preciso e reiterado, fazendo uma relação direta entre as escalas de dominação regional e de auto-identificação dos sujeitos. Tendo uma espacialidade definida e aos indivíduos um referencial que os coloca numa comunidade de interesses, repõe-se continuamente a mesma idéia. Nas palavras do próprio autor:

"Deste modo, tem-se a formação da visão de mundo dos indivíduos construída numa espacialização que reifica a forma de dominação estatal. Neste processo o nacional [regional, diríamos], através do discurso geográfico, torna-se natural. Assim, entre acidentes geográficos da superfície da Terra, destacando-se as fronteiras e estas qualificam povos, cujo caráter vai sendo moldado num ininterrupto intercâmbio com seus torrões natais." (MORAES, 1991, p. 167)

Em um livro didático de História do Paraná, Cecília Maria WESTPHALEN (1953, p. 85), reproduz e reafirma aquele discurso, exemplificando o que o autor acima coloca:

"O DESBRAVAMENTO DO NORTE DO PARANÁ"

"No começo do século, remotamente se cogitava da exploração e aproveitamento econômico da imensa e fértil região Norte do Paraná".

"Ela estava como abandonada e esquecida pela nossa gente.

"Foi revelada ao Paraná quando chegou a cultura do café e a cada safra cresceu o Norte do Estado. Primeiro, ao Norte Velho, chegaram mineiros e surgiram cidades, Jacarezinho, Ribeirão Claro, Santo Antonio da Platina. Depois vieram os homens da Companhia de Terras Colonizadora do Norte do Paraná que, em acordo com o governo de Caetano Munhoz da Rocha, realizaram o desbravamento do verdadeiro sertão, levando consigo o povoamento efetivo.

"O sertão foi recuando e apareceram novas plantações, fazendas e vilas. Vilas que depressa cresciam e eram cidades. Cidades de intenso movimento. logo por outras suplantadas.

"É o desenvolver vertiginoso do chamado Norte Novo".

"Londrina foi, e é, centro irradiador do progresso do Norte do Paraná, rodeada de cidades que viu surgir, de cafezais que se espraiam ao longe.

"Arapongas, o maior centro cerealista da América do sul, Apucarana, Maringá e continuando a seguir, outras cidades novas, o café, a civilização paranaense, até as barrancas do grande rio Paraná.

"A sua produção em ascendência, o dinheiro circulando ligeiro correu pelo Paraná todo, revitalizando as forças econômicas do Estado que refletem o esplêndido fenômeno das terras do Norte paranaense."

Apesar de longo, este excerto é muito importante pois coloca uma série de questões: a) reafirma a fertilidade da terra e o "abandono" por parte dos paranaenses; b) reproduz a idéia vigente de que a CTNP foi a grande promotora do desenvolvimento da região; c) reafirma que Londrina foi e é o centro irradiador do progresso do Norte do Paraná. Esqueceu-se de

que a região em estudo havia se constituído bem antes de Londrina surgir e que esta cidade teve seu grande crescimento somente depois do fim da Segunda Guerra.

A utilização do tempo do verbo no passado (**foi**) é uma forma muito utilizada pelos analistas "regionais", quando tomam uma realidade em dado momento e a transportam ao passado, colocando ali o que não teria ocorrido efetivamente. Valorizam uma situação criando assim um anacronismo histórico.

Além dos trabalhos acadêmicos, desde o final da década de 40 e início da década de 50, há uma enxurrada de textos jornalísticos que procuram falar das maravilhas e do esplendor da região em foco. A mais expressiva destas publicações é uma revista editada em Londrina: "A PIONEIRA" - O Retrato do Norte do Paraná - , financiada pela CTNP, dirigida por B.Barbosa Pupo.

O primeiro número desta revista surgiu em maio de 1948 e no seu primeiro editorial intitulado. "O Retrato do Norte do Paraná" afirmava o seguinte:

"Nós fazemos parte de uma **Civilização ímpar** no Brasil. O que acontece neste maravilhoso Norte do Paraná, integrado na economia nacional, nestes últimos 20 anos é qualquer coisa de surpreendente e empolgante.

Ao geógrafo, ao historiador, ao economista, ao sociólogo, enfim a todos aqueles que se dedicam a estudos, esta região do Brasil meridional oferece campo vastíssimo para pesquisas. Não é, entretanto, nossa intenção fazer de A PIONEIRA uma revista científica, erudita, pesada. Queremos antes de tudo que ela seja a fotografia desta civilização. Será antes de mais nada uma revista de **divulgação de tudo quanto há de grande neste abençoado Norte do Paraná.**

Procurando ser objetiva, o mais possível, A PIONEIRA registrará em suas páginas os acontecimentos tais quais se dão, sem interpretá-los.

(...)

Cremos que desta forma, realizaremos o nosso ideal que é bem servir a região, para melhor servir o Brasil

(...)

Registrando, fixando, retratando, enfim as cousas na sua verdadeira expressão, a fotografia está sempre a serviço da comunidade. Graças a ela, pode-se documentar, com precisão, tudo o que nos interessa. A objetiva fotográfica que não se deixa iludir, dá-nos sempre a imagem real dos objetos.

(...)

Isenta de vícios, ela "vê objetivamente" tudo aquilo que está dentro de seu foco. ela não interpreta; reproduz fotografa, retrata... " Isenta de vícios (destaques meus)

Este editorial coloca de modo muito claro o objetivo da revista e sua postura perante a realidade em que estava inserida. Algumas considerações podem ser feitas: a) cria a idéia de que, na região em foco, há uma civilização ímpar, algo que será repetido por muitos outros e que Domingos Pellegrini reiterará nos anos 90, como já vimos; b) divulgará o que há de grande e fabuloso no "Norte do Paraná" deixando de lado as coisas pequenas e "não

grandiosas" ; c) tem uma idéia muito específica do que significa ser OBJETIVO, bem como o que entende por OBJETIVIDADE, partindo da idéia de que a fotografia por si só permite desvendar a verdade dos fatos e assim ser objetivo. Trabalhos que tratam desta questão¹¹² demonstram muito bem a falácia desta proposição.

Partindo desta proposta, a revista irá, durante muitos anos, enaltecer as figuras da CTNP, depois CMNP, bem como dos ocupantes de cargos públicos. Fará a apologia da colonização desta empresa, procurando demonstrar como todos que afluem à região tem oportunidades e podem enriquecer, pois o progresso é um bem que atinge a todos, que as cidades se modernizam rapidamente, que a modernidade definitivamente instalou-se na região, etc.

A propaganda da CTNP aparecia, em vários jornais e revistas do Brasil, desde a década de 30, mas depois da Segunda Grande Guerra, aumentou de forma significativa e reiterativa. O discurso era sempre o mesmo e assemelha-se a este, realizado por José Amadio¹¹³, comentando uma viagem a Maringá em 1948:

"(...) saibam os leitores que até 1930 o Norte do Paraná era um **vasto sertão desabitado** - ideal para a caçada de onça, espécie de rainha, de Dorothy Lamour das nossas selvas. De toda aquela **extensa região** conhecia-se apenas uma estreita faixa perto da fronteira com o Estado de São Paulo. Foi então que **surgiu, como caído do céu, como uma dádiva excepcional**, certo inglês vetusto, dinâmico, quase visionário. Ele veio da África, onde estivera envolvido em **aventuras de colonização**. Chamava-se Mister Artur Thomas e era em tudo um personagem de Somerset Maugham (...)

No Norte do Paraná não se diz terreno - diz-se data. Vende-se esta data; compra-se aquela data. Todos vivem em função das datas. Não falem em belas mulheres, não falem em ciência, não falem em literatura ou música - falem em datas e verão fisionomias risonhas, olhares interessados, gente puxando talão de cheques." (destaques meus)

Este texto é muito interessante porque reitera o discurso "vazio demográfico" e transforma Arthur Thomas, funcionário e diretor da CTNP, em uma forma de anjo, herói iluminado, "*caído do céu*", como se tivesse havido um milagre, mas que ao mesmo tempo tem um pouco de humano, pois estivera envolvido em *aventuras de colonização*, quem sabe igual a aventura de uma caçada de onça ou anta tão apreciada pelos ingleses.

Em nível estadual, a revista mensal, "PANORAMA", também será um veículo de disseminação deste discurso. O exemplo mais claro, dentre muitos outros, são os artigos publicados sob o nome: "O Outro Paraná: Entusiasmo e Realidade". Conjunto de três

¹¹² As análises de DUBOIS, Philippe - *O Acto Fotográfico* e de KOSSOY, Boris - *Fotografia e História*, entre outros, deixam isso bem claro.

¹¹³ Artigo publicado sob o nome *O Ouro é a própria terra*, na *Revista do Globo*. Porto Alegre: 25/09/48, p. 39-41 (apud GONÇALVES, 1995.)

artigos assinados por H.P. ZIMMERMANN (1955) , publicados nos meses de janeiro, fevereiro e março de 1955.

No primeiro artigo, de janeiro de 1955, o autor analisa como o Paraná sempre foi visto como um produtor de alimentos para exportação atendendo os mercados interno e externo. Ao falar da região norte do estado escreve que a conheceu em 1932:

" Londrina resumia-se, naquela época, em um barracão para os serviços de administração da Companhia de Terras Norte do Paraná, um outro barracão para a hospedagem dos compradores de terras, um hotel construído de madeira e mais ou menos trinta ranchos primitivos. Entretanto nesta época, já havia-se espalhado por toda a parte a notícia da descoberta da **nova Canaan**, das fabulosas terras do Norte do Paraná e já estava em plena evolução o formidável "rush" de uma onda humana procedente de todo o Brasil e do exterior que para lá demandava, a fim de fixar-se na **terra da promessa**." (p..22) (destaques meus)

Na sequência analisa a ação da CTNP:

"As terras foram demarcadas, traçaram-se em pleno sertão as plantas para as futuras cidades, construiu-se uma estrada de ferro de penetração sertão a dentro e as estradas de rodagem rasgaram a **mata virgem**. Somente depois de terminados estes serviços, sempre obedecendo a uma **planificação altamente técnica**, é que se entregavam os lotes de terras aos colonos. Estes, quando ocupavam os seus lotes, já não se sentiam separados do mundo porque viam-se integrados num **plano de ação vivo de trabalho, de ordem e de progresso**." (p. 22) (destaques meus)

Como se pode observar, é sempre um olhar com admiração para trás, para aquilo que foi a (re)ocupação das terras hoje situadas ao norte do estado do Paraná, recolocando elementos de um discurso já estabelecido. Entretanto, a expansão da (re)ocupação continuava, bem como a da cafeicultura. A criação das cidades se tornava uma exigência, na visão do autor.

"A marcha deste progresso rolou sobre o Norte do Paraná com a impetuosidade de uma torrente caudalosa ganhando tanto em extensão como em profundidade. No sentido da extensão avançava sempre mais sertão adentro assinalando o seu rumo com marcos em formas de sítios, fazendas e cidades; enquanto em profundidade ganhava terreno com a fixação do homem, que de nômade, de desbravador e bandeirante, se transformava em elemento sedentário e fixador do progresso." (24)

Zimmermann, neste artigo, coloca elementos extremamente importantes para efeito da análise que se pretende desenvolver, pois resume, de modo surpreendente, o pensamento de toda uma época e de um grupo de pessoas que mantém este discurso até

os dias de hoje, pois ele acreditava que era uma "sociedade" nova sem os preconceitos das outras e muito diferente delas.

Procurando fazer uma crítica ao que estava acontecendo, sucumbe à tentação do elogio, ou então aponta a questão sem aprofundar a crítica.

"Entretanto, nem tudo ali é luz e nem somente elementos favoráveis se encontram. Como nos célebres quadros de Rembrandt também lá se misturam a luz e a sombra. se de um lado deparamos com um progresso sem paralelo, o Norte do Paraná tem as suas dificuldades, como todas as outras regiões novas que o homem se apodera. Nunca uma Canaan foi doada aos homens para ser possuída sem esforços e sem sacrifícios; assim também o Setentrião paranaense com todas as características de região privilegiada sob todos os pontos de vista pela generosidade do Criador, mas também contém espinhos e abrolhos a se anteporem ao avanço do homem. Mas todas as dificuldades não são capazes de empanar o brilho de uma realidade esplêndida, consolidada pelo esforço que cresce e se desenvolve cada vez mais." (jan. 1955, p. 24)

Pretende afirmar que existem questões (sombras) mas não diz quais são elas. Depois afirma que estas sombras são dificuldades, mas também não afirma quais são; sucumbem ao brilho e ao esforço da empreitada.

No segundo artigo, de fevereiro de 1955, levanta uma questão a respeito da massa humana que se dirigia à região:

"Como não podia deixar de acontecer em tais circunstâncias, elementos aventureiros de toda a espécie se infiltravam em toda a região, aventurando toda a sorte de "negócios" e constituindo sério perigo para os incautos de boa fé. Infelizmente foram muitas as vítimas de tais "homens de negócios" e a notícia desses sucessos não somente enchia os noticiários policiais como também exercia certa influência repressiva no entusiasmo de homens simples, que pretendiam radicar-se naquela zona, fazendo com que muitos desistissem de seus propósitos de adquirir terras ali. Nestas condições, o Norte do Paraná, nos primeiros anos de sua colonização, apresentava ao observador um colorido bizarro e tumultuoso, com a sua mescla dos mais diversos tipos humanos, onde se exerciam todas as profissões e onde se confundiam a rudeza primitiva com a mais avançada civilização. Não tardou, porém, o surgimento de um denominador comum, para nivelar num só plano toda aquela massa humana, e que se denomina êxito, progresso e riqueza" (p. 17) (destaque meu)

No destaque feito, fica claro, que o autor, ao referir-se ao "Norte do Paraná", está enfocando apenas a realidade existente, nos anos 50, em Londrina e área próxima. Além disso, aparece a estigmatização do aventureiro, do "homem de negócios" e os problemas que ele

pode causar. Faz também a diferenciação entre o homem simples de boa fé dos outros. Há a separação entre rudeza primitiva e a mais avançada civilização para igualar a todos e nivelá-los no êxito, no progresso e na riqueza. Aí as diferenças e as contradições desaparecem. A crítica que se esboça no início do parágrafo também sucumbe novamente ao nivelamento dado pelo progresso e a riqueza.

"Era uma sociedade fadada a vencer e a dominar, e a evolução dos grandes centros de colonização e comerciais, no Norte do Paraná, constituem prova cabal de lá se ajustou uma sociedade perfeitamente adaptada ao meio, e na qual os conhecimentos teóricos que fecundavam a experiência e prática de outros, do que resultou uma **evolução salutar nos métodos do trabalho, para gerar um progresso que dificilmente encontrará paralelo em todo o mundo.**" (p. 18)

(...) Tudo ali parece tumultuado, agressivo até certo ponto, revolucionário e diferente daquilo que conheciam até então, porque nesta nova parte aberta à civilização todos tem pressa, todos vivem correndo, todos falam em negócios e ninguém se lembra de descansar enquanto não realizou a tarefa que se propôs a realizar." (p. 19)

(...) mas esta sociedade soube ser em tudo mais prática e objetiva, sabendo cercar-se de tudo o que é agradável, **sem contudo, sobrecarregar-se com acervos do passado e que nenhuma utilidade prática tem para a vida do homem.** Quer nos parecer, **que a sociedade do Norte do Paraná está para a sociedade do resto do Brasil, assim como a sociedade da América do Norte está para a sociedade da Europa antiga.** No Norte do Paraná se constata em tudo uma vitalidade fascinante e contagiosa e isto é a mais segura garantia para a sobrevivência daquela região, mesmo que se verifiquem modificações profundas nos fatores e nas conjunturas econômicas, porque os homens no Norte do Paraná aprenderam a dominar os reveses e tem um senso muito prático, o que lhes facilita a adaptar-se a todas as modificações que surgirem." (p. 19/20). (destaques meus)

Aqui, o autor projeta o futuro da região baseado nas fantasmagorias que ele mesmo criou. Falar em evolução dos métodos de trabalho, quando sabe-se que o que sempre houve foi uma exploração crescente. Comparar a região com o resto do Brasil e afirmar que o acervo do passado serve para sobrecarregar o presente e é inútil para o cotidiano dos homens, significa, efetivamente, construir um futuro a partir de um marco zero que seria o próprio "Norte do Paraná".

O terceiro artigo de Zimmermann, de março de 1955, após elogiar a mata, de incomparável beleza, dos gigantes florestais bem como a terra conhecida como uma das melhores do mundo, e uma dádiva da natureza, vai desenvolver uma crítica ao desmatamento indiscriminado e ao avanço da erosão:

"O homem na sua ânsia de progresso abusou de sua força destruidora. Na prática das derrubadas desenfreadas da mata virgem não respeitou nenhum imperativo da razão e da própria natureza. Devastando a mata até

as cabeceiras nascentes e ao longo dos cursos d'água, produziu com esta sua ação destruidora uma alteração nas próprias condições climáticas da região. Expôs a terra à ação causticante e inexorável do sol ardente que suga a seiva vital da terra e favorece a erosão nas épocas de chuvas. Ninguém de boa fé poderá negar a existência destes fatos, tais como estiagens prolongadas, extinção de pequenos e diminuição do volume dos maiores curso d'água, alterações bruscas na temperatura e a ocorrência de geadas mais fortes numa zona onde elas quase não se faziam sentir."(p. 14)

(...)

"Se continuarmos a ser tão egoístas e materialistas para pensarmos somente em nós, esquecendo-nos por completo da sorte de nossos filhos e dos nossos netos, se continuarmos a destruir sem reconstruir, se continuarmos a usufruir riquezas sem procurar preservá-las de esgotamento porque as possuímos para gozá-las com todos os seus benefícios mas não para esbanjá-las, então poderá bem acontecer que as gerações futuras maldigam e se lastimem profundamente de serem descendentes de bárbaros, que destruíram uma das maiores riquezas com que o Criador aquinhoou o Paraná." (p. 17)

Na mesma revista, um outro articulista, Sérgio MATULEVICUS (1959, p. 43-48), no artigo "Norte do Paraná: El Dorado do Brasil", referindo-se aquela "primeira jornada" pelos membros da CTNP, já analisada anteriormente e reiterando aquele discurso, escreve:

"No dia 22 de agosto de 1929 os primeiros golpes de machado dos derrubadores de mato soaram no local onde hoje se ergue a cidade de Londrina. Desde então uma obra gigantesca de desbravamento e colonização se empreendeu no Norte do Paraná transformando uma área dilatada de **sertão bruto** num dos maiores centros de civilização agrícola deste país.

(...)

"Evidentemente os que empreenderam essa obra formidável de **conquista** do Norte do Paraná não o fizeram por simples patriotismo, mas porque viram no negócio uma **oportunidade de ganhar dinheiro**, e principalmente, porque o café comportava e compensava todos os riscos."

O mérito de Lord Lovat e dos capitais ingleses atraídos para a região consiste no haver tido um olho clínico para ver as possibilidades da região no exato momento de conquistá-la. O resto é **fruto anônimo de mais de um milhão de braços**, sem que o respeitável bandeirantismo paulista tenha uma absoluta primazia. (...)

"Todos os adjetivos já foram gastos para qualificar Londrina. Ela tem sido cantada em versos, em números estatísticos e, principalmente, em cifras. Porque em verdade o que melhor rima com a história vertiginosa de Londrina é mesmo a libra esterlina. É que coube aos capitais ingleses dar-lhe o impulso inicial. Hoje, dos ingleses ficou apenas a lembrança no nome da estupenda cidade do setentrão paranaense, cujo progresso nestes trinta anos resulta do esforço conjugado de meio mundo. Mas o **cifrão continua emoldurando sua paisagem como o sinal que melhor a define.**" (destaques meus)

As expressões utilizadas como sertão bruto, conquista; as afirmações de que as pessoas não vieram por patriotismo, mas para ganhar dinheiro; o destaque para olho clínico dos ingleses e o trabalho de milhões de homens anônimos, colocam, de maneira simples, a confusão na figuração pretendida, para, finalmente, afirmar que o que define uma cidade é o dinheiro, transformando toda a diversidade do social em um único objeto: os cifrões.

Um aspecto interessante nestes artigos é o fato de estarem escrevendo sobre a região situada ao norte do estado do Paraná, mas referem-se somente à região colonizada pela CTNP/CMNP. Isso passará, então, a ser uma constante e fica evidente com J. TESTA (1950) em seu artigo “Os cafezais no norte do Paraná”. Ele apenas refere-se às cidades de Londrina até às barrancas do rio Paraná. Apresenta estatísticas sobre a produção cafeeira da região, dando a entender que ela é plantada apenas aí. Esquece-se de afirmar que uma grande parcela da cafeicultura ainda estava sendo plantada e colhida na região Nordeste do estado.

Em uma outra revista chamada “Realizações Brasileiras” em 1958, portanto no auge da cafeicultura paranaense, Aristides de MORAES (1958, p. 92) um grande defensor da cafeicultura, publica o artigo “O maior cafeicultor” onde procura dar a idéia de que a cafeicultura beneficia a todos:

“Não tenho um só pé de café. (...) no entanto, considero-me o maior cafeicultor do Paraná, quicá do Brasil. Pois tenho aqui no setentrião um bilhão de cafeeiros. Cultivados a duras penas, enfrentando secas, chuvas demasiadas, ventos, geadas ... e o Governo. Sim, com o Governo, sem o Governo e apesar do Governo tenho um bilhão de cafeeiros no Norte do Paraná ...

Sou, portanto, o rei absoluto do café. Nem Lunardelli, nem Vitoreli, nem nada! Todos esses são “fichinhas” perto de mim.

Sou, de fato, a parte mais legítima em toda essa luta; aquele que maior interesse tem pela consolidação da economia cafeeira, como base de qualquer caminho do progresso.

Ninguém duvide disso. Porque eu sou o povo. Compreendem?

Sim, caros leitores. Sou este povo anônimo e desesperado, mas cheio de esperanças, paradoxal que pareça (...) Sou esse modesto engraxate que levanta o nariz para o ar, cheirando geada e medroso que alguma catástrofe caia sobre o bilhão de cafeeiros, porque cada pé de café queimado pela mortalha branca significa algumas engraxadelas a menos por dia, muitas por mês (...) Sou essa balconista que ganha comissão nas vendas e vê que a crise cafeeira precipitará a queda vertical do movimento do patrão. Sou aquele humilde charreteiro que ainda não pôde pagar totalmente o custo do veículo. Sou o modesto operário das serrarias, das fábricas ou das oficinas. Sou o comerciante e o comerciante, o bancário e o banqueiro; o patrão e o empregado.

(...)

Eu sou o povo, meus amigos, o maior cafeicultor do Paraná. Por isso não posso ficar indiferente à sorte da cafeicultura.”

Essa principal e talvez única razão porque nós do Povo, que não temos um só pé de café mas possuímos um bilhão de cafeeiros, temos de nos

lançar à luta em prol das reivindicações da lavoura, de peito aberto, com armas e bagagens.” (...)

Creio que aqui fica patente o intento de se criar uma comunidade de interesses comuns, baseado na cafeicultura, procurando, assim, escamotear o conflito das classes que compunham aquela sociedade. É claro que, no momento da bonança, muitos podem beneficiar-se, e a crise os atinge também; entretanto, é necessário deixar claro que os lucros e as perdas atingem, de modo muito diferente, os mais diversos segmentos e classes que compõem a sociedade.

Ao discurso sobre a riqueza das cidades e as maravilhas da (re)ocupação, principalmente em Londrina, contrapõe-se a realidade que ocorria com os outros segmentos da sociedade que não usufruíam das riquezas geradas, ou melhor, eram o resultado negativo dela, o seu contraponto. Como afirma Rivail ROLIM (1996, p. 10) referindo-se à Londrina, então festejada como a “capital mundial do café”:

“(...) a cidade pretensamente moderna era habitada por uma gama variada de grupos sociais, que passaram a ocupar o espaço urbano com papéis inusitados, usando toda a criatividade e até mesmo aguçando a sensibilidade na disputa pela sobrevivência. Nesse sentido, constituía-se numa sociedade atravessada por tensões sociais que, apesar de não serem diferentes das de ordem rural, eram mais intensas, mais problemáticas devido a concentração na área urbana que crescia rapidamente.

Devido à potencialização dos conflitos, havia uma certa perplexidade diante das experiências de vida que pululavam no cotidiano citadino, consideradas pelas elites como indesejáveis e ameaçadoras, porém inevitáveis. Nesse momento de definição de uma política de segurança pública, aumentou a convicção da necessidade de tomar medidas para vigiar e controlar essa leva de pessoas que insistiam em permanecer no espaço urbano de forma “perigosa”.

Além das medidas de segurança pública tomadas eram também viabilizadas outras, as assistenciais.

“No universo citadino, o padrão social dos grupos populares manchava a imagem de uma sociedade próspera e moderna que os fomentadores das reformas urbanísticas procuravam forjar. Afinal, Londrina, apesar de ter um crescimento econômico substancial, recebeu um fluxo enorme de migrantes que viviam numa situação de carência generalizada.

Diante do quadro de tensão social, surgiram algumas medidas benéficas que, segundo um periódico local, iriam “suavizar a dor dos que sofrem”. Com o agravamento da situação, foram realizadas várias

campanhas, arrecadando desde agasalhos para a proteção do frio no período do inverno, até roupas e alimentos em outras épocas do ano.

As atitudes assistencialistas não se limitaram às campanhas esporádicas. Formaram-se várias instituições beneficentes devido ao avanço generalizado da pobreza e da miséria. Para exemplificarmos, em meados da década estavam internadas no orfanato Lar Batista Paranaense 38 crianças, sendo 15 meninas e 23 meninos, com idades que variavam de 10 meses a 15 anos.

Os membros dessas instituições beneficentes procuravam justificar o assistencialismo. Oreste M. Pulin, membro da Conferência Vicentina, ao se posicionar com relação à desigualdade presente na cidade, dizia em palestra que as diferenças eram naturais em qualquer sociedade, por isso muitos que vieram à região se enriqueceram, enquanto outros não tiveram a mesma "sorte", pois *"Sempre haverá os mais inteligentes, os mais honestos, os mais ativos, os mais trabalhadores, como também haverá os menos inteligentes, os menos honestos, os mais retardados, os mais aproveitadores"*. (idem, p. 51-52)

Na década de 50, a cidade, que era o exemplo de prosperidade, já criara instituições para aqueles que "apesar de terem as mesmas oportunidades" não tinham conseguido aproveitá-las por diversos motivos. Rivail Rolim, na sequência de seu trabalho, demonstra, claramente, que a cidade estava repleta de indivíduos que viviam à margem das "benesses" do progresso. Eram trabalhadores rurais que haviam saído da zona rural porque não conseguiam viver em condições precárias com baixos salários e maus tratos. Na cidade, procuravam viver do que lhes aparecia, sendo o comércio ambulante uma das alternativas.

Creio ser necessário pontuar, aqui, duas questões, que considero importantes para fazer um contraponto a todos estes discursos: a primeira delas é a que se refere ao limites da região que se está falando. A maioria dos textos da década de 1950 procuram passar a idéia de que a região toda já estava (re)ocupada, quando, na realidade, isso era falacioso, pois havia ainda muita mata para ser derrubada e muitas cidades para serem construídas. Escrevem sobre a região norte-paranaense mas referem-se basicamente à área compreendida nos limites da CTNP.

A segunda questão presente no discurso "Norte do Paraná", constante na maioria dos escritos é aquele que afirma que a Companhia de Terras Norte do Paraná construiu cidades, estradas e fez muitas maravilhas na região. A esta visão contrapõe-se o que pensa Lincoln B. e Silva:

"(...) não existe até hoje nenhuma fotografia de um inglês pitando cigarrinho de fumo tietê, chapéu de palha, foice e picuá, com a bóia fria, sofrendo no calorão, labutando na barriga desta terra roxa assombrosa. Eles não ficaram com calos, nem bicho-de-pé. Gostavam de jantar à luz de velas, em belos candelabros.... gente finíssima.
(...)"

todos aqueles milhares que a maleita levou, a centenas a quem a úlcera de Bauru roubou narizes e lábios, os incontáveis que tombaram nas picadas de cobras, as mães que não pariam direito e por isso foram sem recurso médico, estes foram, com tranqüila certeza, os meus irmãos brasileiros que chegaram a abrir isto aqui para nós (...)¹¹⁴

Isso não significa afirmar que a CTNP não teve um papel importante no processo de (re)ocupação da região em estudo. O que procuramos fazer é relativizar este discurso, na medida que foram muitos os agentes que participaram deste processo, o que normalmente é esquecido e silenciado para realçar o papel de uma empresa, como se ela, por si só, tivesse realizado todas as coisas. É o mesmo discurso que aparece em placas de inauguração de praças, edifícios, avenidas, onde normalmente aparecem o nome do prefeito e dos secretários e até das empresas envolvidas e desaparecem os trabalhadores, aqueles que efetivamente construíram estas obras.

Na década de 1960, em plena ebulição dos movimentos sociais urbanos e rurais no Brasil, são publicados três artigos, referindo-se à realidade norte-paranaense, na Revista Brasiliense, que procurava, entre outras, desenvolver uma visão crítica sobre a realidade brasileira.

Elias Chaves Neto em seu artigo "O Café - Uma civilização e um Problema" ao referir-se ao processo de (re)ocupação das terras do norte do estado do Paraná, e mais especificamente em relação ao "Norte Novíssimo", isto é, nas Meso-regiões Noroeste e Centro-Occidental do Paraná, assim se expressa:

"Esta, porém, vai sendo nos dias de hoje marcada pelo choque violento entre posseiros e as companhias de terras, choque no qual se registram verdadeiras batalhas entre posseiros e a Força Pública do Estado, empregada para expulsá-los das terras. As piores violências, que vão até o assassinato, são praticadas contra os que resistem, e contra a própria moralidade de suas famílias, por jagunços armados, com o fito de afugentar os primeiros desbravadores da região, os quais pela sua coragem, pelo seu trabalho já haviam conseguido um certo grau de bem-estar. Este banditismo organizado pelos poderosos, e amparado pelo próprio governo do Estado é um dos aspectos mais revoltantes do atual processo de desbravamento do Norte do Paraná (...)

Os maiores escândalos são cometidos à sombra da lei de terras do Paraná. Através de testas-de-ferro e de outros artifícios, grandes glebas são concedidas a pessoas que se organizam em companhias, e revendidas em amplas extensões a capitalistas abridores de fazendas. Os posseiros, mesmo em favor dos quais foram expedidos títulos de propriedade, quando não são assassinados, são expulsos de suas terras, voltando a ser o que eram, pobres trabalhadores sem terra que se afundam no sertão, enquanto as grandes fazendas prosperam. (...) O

¹¹⁴ Jornal Folha de Londrina, 13/07/1985, seção de cartas.

desbravamento do sertão continua, mas a colonização propriamente dita acabou. O que dela subsiste é a história dramática do trabalhador, vencido na sua luta pela terra; e esta magnífica civilização que, em alguns anos surgiu de dentro da floresta virgem, pelo milagre da pequena propriedade.” (CHAVES NETO, 1961, p. 45 -47)

A luta contra os posseiros desloca-se para as novas terras entre o Ivaí e o Piquiri, mas a forma de tratá-los continuava sendo a mesma. Apesar de fazer uma crítica feroz, o autor ainda assim reproduz a idéia que uma civilização surgiu no interior da floresta “virgem”.

No mesmo ano e na mesma revista, Manoel Silva escreve o artigo sobre o primeiro congresso dos trabalhadores rurais do Paraná. Nele, escreve que, desde 1956, os trabalhadores rurais da região norte do estado do Paraná, haviam fundado sindicatos em Londrina, Maringá, Centenário do Sul e Nova Fátima. As razões porque eles procuraram se organizar:

“(...) se devia ao seu estado de miséria e servidão em que sempre viveram, resultante dos salários de fome e dos contratos leoninos que lhes eram impostos, quando se tornava conhecido que a Consolidação das Leis do Trabalho assegurava ao trabalhador rural direito ao salário mínimo, aviso prévio e férias remuneradas.” (Manoel SILVA, 1961, p. 57)

Entretanto, estes sindicatos sofriam todo o tipo de pressão, sendo invadidos e até fechados, em nome da manutenção da ordem e da segurança nacional, e seus organizadores presos e processados. Continuando Manoel SILVA, 1961, p. 58) destaca:

“O colono é o que podemos chamar de protótipo do escravo branco, do agregado à terra, sempre condenado a viver na miséria, na submissão, no sofrimento. Vive sob um regime de trabalho antiquado de exploração rural em que, submetido à mais severa subordinação, ainda se obriga a prestar serviço gratuito, e a trabalhar por preço inferior ao justo e legal. Seu salário não atinge sequer 50% do mínimo legal, e ainda está sujeito à multa, vale, “barracão”. Se o colono não suporta a rigidez deste regime de trabalho é demitido sem aviso prévio, sem paga alguma; se é o colono que se demite à procura de melhor contrato (coisa rara), então sua “mudança” ou seus misérrimos mantimentos são apreendidos pela fazenda para pagamento de multa imposta pelo descumprimento de contrato, ou para pagamento de dívidas que, em complemento ao salário de fome, foi obrigado a contrair. Salário mínimo, férias, assistência médica, higiênica são direitos proibidos para o colono; reivindicá-los sempre representou malandragem, subversão, comunismo”

Tendo em vista estas duas situações colocadas aqui, é que se realizou o referido congresso dos trabalhadores rurais do Paraná. Esta análise demonstra que a “Terra da Promissão”, a

“Nova Canãa” ou o “Eldorado” eram bem diferentes dependendo de como os agentes sociais situavam-se no processo produtivo.

Outro articulista, na mesma revista, no início de um artigo intitulado “O camponês no Norte do Paraná”, já colocava a questão:

“Região agrícola das mais férteis do mundo é o Norte do Paraná. Tem sido decantada como Canãa e Eldorado, mas com toda a sua fabulosa produção, constitui um exemplo de como, no regime capitalista, o camponês é sempre um explorado.” (NASCIMENTO, 1962, p.123)

A partir desta colocação vai criticar como o governo do Paraná entregou as terras à CTNP e como foi desenvolvendo suas atividades, sempre com o dinheiro dos próprios lavradores. Critica, também, o que fizeram os governadores do Paraná e de como a questão das terras era tratada por eles:

“Segundo a lei, somente o lavrador tinha direito às terras devolutas; porém a requeriam indivíduos de todas as profissões, a maioria para terceiros, os quais obtinham informações falsas dos inspetores, informações essas referentes à posse dos lotes, morada habitual, etc., tudo com o pleno conhecimento das autoridades, acabando por conseguirem os títulos de domínio. Caetano Munhoz da Rocha realizara um negócio, Lupion inaugurava a época das negociatas. À custa das terras do Estado, o suborno tomou-se política oficial; a compra de apoio ao Governo vinha noticiada nos editais do diário Oficial, que publicava os nomes dos contemplados, sempre parentes e amigos de deputados, prefeitos, vereadores e dirigentes partidários. O Departamento de Terras, em Curitiba, regurgitava de aventureiros de toda a sorte a acompanhar requerimentos e despachos, distribuindo “bolas” aos funcionários corrompidos, enriquecendo os diretores perdulários. Nos corredores daquela repartição tramavam-se os maiores estelionatos da história do Paraná. Lá se constituíam as companhias colonizadoras, quadrilhas de salteadores e vendedores de terras.” (idem, p.124/125)

Creio que este relato esclarece bem como a questão das terras era administrada no governo de Moisés Lupion. Aliando-se ao que Manoel Silva colocou acima, tem-se uma situação terrível para o trabalhador rural, seja ele assalariado ou colono. Entretanto, Noel Nascimento aponta alguns outros grandes negócios lucrativos nas cidades:

“O melhor negócio do mundo é a indústria do beneficiamento do café, no Norte do Paraná. O maquinista compra o produto com o dinheiro dos bancos, trabalha durante três meses por ano, e auferir lucros astronômicos. Furtando na pesagem e qualificação de tipo adquire o café pela metade do preço que realmente vale. Depois de beneficiado, vende-o pelo dobro. mas as grandes firmas exportadoras têm maiores lucros ainda, e assim o fruto do trabalho de centenas de milhares de camponeses se escoa nas mãos de grandes firmas nacionais e estrangeiras: American

Coffee, Anderson Clayton, Este Asiático Comércio e Navegação, Neumann Gepp, SANBRA, Almeida Prado, Leon Israel, Toledo Arruda, Bley Canet e outras.”

(...)

A exploração do campo pela cidade aumenta dia a dia, é ilimitada. O comércio cada vez mais escorchantes. Os hospitais, quase todos particulares, são prósperas empresas, como também as farmácias, os laboratórios, os gabinetes dentários, os escritórios de advocacia, etc.” (idem, p. 127)

Estes dados fazem, claramente, um contraponto ao discurso “Norte do Paraná” ao colocar alguns aspectos do lado de quem sofre o “progresso” e a “modernidade”

Valfrido PILOTO (1961, p. 10 -11), jornalista e intelectual de Curitiba, escrevendo sobre a reforma agrária no Brasil e mais preocupado com a questão das terras no Paraná, escreve a respeito do I Congresso de Trabalhadores Rurais:

“Mesmo a cidade usada para o revolucionário debate, fora escolhida a dedo. Será Londrina, sempre, o marco histórico de um fenômeno tipicamente agrário, no sentido das possibilidades do governo e do homem do Brasil, para o desfrute da incrível, da atordoante riqueza de alguma das regiões nacionais. É cidade que simboliza, aqui no Sul, em cima do próprio chão onde a obsessão dos bandeirantes vislumbrava o Eldorado, aquilo acontecido com a imensidade virgem, a fecundidade desafiante, caída em mãos do descobridor português. Não agüentando, este, com a dádiva ciclópica, não possuindo recursos para a efetiva posse, sendo demais tanta riqueza, entregou-a, cedeu-a, fê-la propriedade de outros. Com o vasto mundo das florestas semi-tropicais situadas entre as bacias do Paranapanema, do Tibagi e do Ivaí, ocorreu a repetição intransponível. Bastou que as libras e a perspicácia dos *misters* acenassem ao dono do elefante, e este foi, logo negociado... Lord Lovat e *mr.* Thomaz, encarnando o poderio do dinheiro que se quer multiplicar na terra, assinavam, com as suas demarches e aquisições, mais um atentado, ao Brasil, quanto à sua destinação colonial que o tem perseguido, e que parece ainda o acompanhará longe. Erigida a **Parana Plantation Limited**, com as moedas até da família real inglesa, mas depois, como sempre, com o rótulo traduzido para Cia. de Terras Norte do Paraná, viu-se o alienamento, por um quase nada, de 515.000 alqueires de terras, de imediato, as mais férteis do globo.

(...)

Os 23.562 kms. (sic) quadrados do município de Londrina, o espantoso adensamento de suas possibilidades econômicas e o afluxo de migrações e imigrações, deram nascimento, no decorrer de todos esses anos, a cerca de trinta outros municípios. Sobre aqueles 1.250.000 hectares desovaram bilhões que tilintam em centenas de bancos, à disposição de milhares de privilegiados.

Sim, de privilegiados. Porque, como no passado do Brasil, também não fugiram as glebas do Norte do Paraná à fatalidade da instituição de uma, embora improvisada, aristocracia rural, por sobre a fartura maior e mais cômoda do que a da terra: a fartura advinda do braço necessitado, ou melhor do braço escravo”.

Mesmo um autor de fora da região, com viés conservador, como Piloto, já colocava a questão de quem efetivamente e como foi que lucraram.

Duglas T. MONTEIRO (1963), apoiando-se nos geógrafos já citados anteriormente, afirma que existia na região em foco, uma “individualidade socio-cultural” *que se exprime através de um complexo conjunto de relações sociais de símbolos, de valores e de idéias*”(p.1) que afinal, não fica esclarecida no decorrer do trabalho. Quando refere-se ao processo de (re)povoamento apenas reproduz o que aqueles geógrafos da década de 1950 já afirmaram, nada acrescentando. Quando se refere à ação da CTNP, apenas reitera o discurso que a empresa fazia de si mesma, confundindo a ação desta com o que aconteceu em toda a região a oeste do Tibagi¹¹⁵.

Mesmo assim, Monteiro levanta um elemento já assinalado pelos analistas anteriores, só que relativizando um pouco:

“Seria de todo inverídico caracterizar a condição do trabalhador não proprietário do Norte do Paraná como de servidão. No entanto, sua própria ignorância, a repressão sempre presente aos movimento reivindicatórios, por parte das autoridades estimuladas pelos proprietários, os obstáculos opostos às tentativas de organização sindical ou para-sindical, a inexistência de uma legislação trabalhista efetivamente atuante, tornam esse trabalhador uma vítima quase inerme de diferentes modalidades de exploração.

Se, sob este aspecto, a situação não difere grandemente do que se passa nas demais zonas rurais do País, sob outros ela se apresenta bastante atenuada. No Norte do Paraná o trabalhador não-proprietário encontra válvulas de escape, recursos para aliviar as tensões acumuladas, nas chances de deslocamento de uma para outra fazenda, “caçando melhora”, de uma região já “velha” para outra recém-aberta nas perspectivas de ascensão social constantemente anunciadas pelos pregões ideológicos da área. Tais fatores contribuem para tornar menos evidente (...) a exploração do trabalhador rural do Norte do Paraná.” (idem, p. 27)

Em 1965, a CTNP/CMNP reaparece no cenário discursivo com um encarte no jornal “O Estado de São Paulo” (15/01/1965) em comemoração aos quarenta anos de existência. No título do encarte, já se percebe o que ela pretendia: “Certeza de lucro e garantia do direito de propriedade colonizaram o Norte do Paraná”. Este encarte talvez seja a primeira tentativa de procurar resumir todo o discurso da CTNP/CMNP, no sentido mostrar o que ela fez, na ótica de seus proprietários. Creio que ele foi lançado para fazer frente às constantes denúncias sobre a questão das terras e a necessidade de uma reforma agrária na região em estudo que, de alguma forma, poderiam denegrir a sua obra.

¹¹⁵ Creio que isso talvez se deva ao fato que a CTNP financiou uma pesquisa e a sua estada na região em 1957 quando, juntamente com Henrique Rattner, Fábio Barbosa da Silva, João Batista Borges Pereira e Gabriel Bolaffi, estiveram na região para realizar levantamento de dados e conhecer de perto a obra da companhia financiadora (Folha de Londrina, dias 18 e 20 de julho de 1957)

No mesmo ano, Samuel Guimarães da COSTA (1965) em seu artigo “Norte do Paraná: o outro lado do Eldorado”, após afirmar as maravilhas da região, cometendo a mesma redução que muitos outros (ao restringi-la ao chamado “Norte Novo” esquecendo-se que a leste do rio Tibagi, havia muitas cidades e muita atividade produtiva) coloca o seguinte:

“(...) a região é realmente milagrosa, verdadeiramente bíblica, Eldorado, Terra da Promissão, Canaan, onde o maná é o café, ela tem também as suas pragas, que são sete, como as do Egito: o pó, a lama, o calor, a erosão, a estiagem, as endemias e a geada.”

(...)

“O Norte do Paraná pode não ser - e certamente não é - o inferno do produtor mas ninguém duvida que seja o paraíso do intermediário e do aventureiro. Este último é atraído em massa pela fama da região e especialmente pela rústica ingenuidade de muitos pioneiros, pitorescamente identificados na figura de um homem de botas e chapéu largo, chamado de *jacu*, que vinha comprar terras.

(...)

O vigarista, o picareta, o falso corretor, o chantagista, enfim, todo esse enxame de parasitas que gira em torno de centros com fama de ganho fácil, encontrou no Norte do Paraná um quase impune campo de manobras. Londrina é o quartel-general de onde partem os *comandos* para toda a região. Eles corrompem todos, não raro orientados por *bacharéis* que deixaram a ética profissional na última estação ferroviária. O contrabando e a sonegação estão organizadíssimos. Possuem aviões, campos de pouso, influentes proteções políticas, envolvendo juizes, coletores, policiais, escrivões, etc. em suas malhas invisíveis. na região o fisco é tão odiado quanto o comunismo, a reforma agrária e outras teses anti-proprietaristas.

O meretrício é fonte de renda e até sintoma ou fator de progresso, levando o comércio local a reivindicar veladamente a tolerância, a convivência e não raro a proteção das autoridades para negócio de reflexo sempre rendoso, que dá movimento a hotéis, lojas, restaurante e bares noturnos, casas de jogos, pontos de táxi, e outras atividades menores “(destaques meus)

Por este relato, sabe-se que os “aventureiros” agem a qualquer momento e os “de bem” também se locupletam de várias formas. A cidade e a região encontravam-se mescladas de indivíduos cujo único objetivo era lucrar. A forma como isso acontecia não importava. O “Eldorado” não era tão maravilhoso quanto divulgava-se.

Demonstrando que a (re)ocupação das terras paranaenses e, especialmente as do norte do estado, não tinha sido realizada pacificamente, Cecília M. WESTPHALEN et al. (1968) trarão uma grande contribuição ao entendimento deste processo. Demonstram a existência de “grilos” em grande quantidade, bem como os diversos focos de conflitos existentes. Em suas palavras:

“Adquirindo o seu lote agrícola, o lavrador, logo e seguramente, tomava-se o proprietário de seu pequeno sítio, amparado pelo poderio financeiro e

político da companhia que o vendera e lho tinha como cliente. Se eram duros os tempos da abertura da mata e das primeiras roças, trabalhava terra sua e não era molestado por questões de terras.

Mas, se esta foi a regra que fez povoar densamente as regiões do Paraná moderno, pontos e momentos houveram em que as questões de terra assumiram graves aspectos conflitantes, por vezes, dramáticos. **Não faltou a especulação nos negócios de terras, como não faltou o ludíbrio de muitos lavradores, nem tão pouco a exploração dos trabalhadores rurais.**

Se, de um lado, a segurança do direito de propriedade, atraiu milhares de lavradores honestos, desejosos de legítimo acesso à terra, a exuberância e a riqueza das glebas, atraíram também aventureiros em busca de toda a sorte de facilidades. Acresce, ainda, o fato de que além da colonização particular, espontânea ou dirigida, e da oficial, houve, muitas vezes, a ocupação pura e simples de terras devolutas ou pertencentes a particulares que não se encontravam presentes” (idem, p. 22)

Este excerto resume a situação que já analisei nos capítulos anteriores, e demonstra, claramente, a diversidade do processo de (re)ocupação. O mais significativo, entretanto, é que, nele, os conflitos e a violência com relação à posse das terras, aparecem de forma clara, sem nenhum subterfúgio. Apenas para exemplificar, quando se referem aos conflitos entre os litigiosos na região de Apucarana, afirmam:

“Correrias, ataques, espalham o terror pelo sertão. A luta armada entre os homens de Firmino Rodrigues, cerca de 200 caboclos, e os 150 **guascas** de Gaspar Negreiros, fez da pequena região pioneira de Queimadas, o **far-west** paranaense.” (idem, p. 31)

O **far-west** aparece, aqui, com sua outra face, aquela eivada de violência, e não com aquela idílica, dos pioneiros chegando à nova terra e convivendo pacificamente com os índios e outros colonos.

5.2. OS CRÍTICOS E OS NOVOS PROPAGADORES DO DISCURSO “NORTE DO PARANÁ”.

Do mesmo modo que a cafeicultura se expandiu, ela declinou, deixando atrás de si, riqueza e pobreza em todos os cantos da região em estudo. A década de 1970 inicia-se já sob a “sombra” do fantasma rondando a cafeicultura. O *boom* cafeeiro estava em decadência desde os meados dos anos 60, mas mesmo assim ainda era muito importante para o estado e região. Isso não significava o fim do discurso “Norte do Paraná” com todos aqueles elementos que o caracterizavam nos anos cinquentas.

A geada de 1975 definiria de vez o processo de diversificação da agricultura, processo que já iniciara-se uma década antes. Conforme OLIVEIRA, F de O. (1977, p. 36):

“Dos 915 milhões de pés de café que havia no Estado, não conseguiram salvar-se, mesmo que parcialmente, mais de um milhão de pés (na região de Jacarezinho, Cambará, Ribeirão Claro, no norte velho; e em Diamante do Norte, Terra Rica e Nova Londrina, às margens do Rio Paraná, no noroeste do Estado). Mas as estatísticas oficiais consideraram danos totais.”

Esta geada significou, simbolicamente, a “pá de cal” na cafeicultura paranaense, que mesmo assim continuou sendo uma das fontes de renda significativa para o estado do Paraná, mas agora não mais com aquela pujança anterior, pois já disputava o espaço com a pecuária bovina, a soja, o algodão e o trigo. Mesmo assim, o discurso “Norte do Paraná” continuou a ser reiterado, como se fosse necessário, na crise, reforçá-lo e divulgá-lo para que não viesse a sucumbir perante a realidade dos fatos.

Na década de 1970 e nas seguintes, com algumas exceções, o confronto entre as várias posições a respeito da (re)ocupação, dar-se-á, fundamentalmente, no interior das universidades, através dos inúmeros trabalhos acadêmicos. Estes serão objeto de análise a partir de agora.¹¹⁶

O trabalho de doutorado de Pedro Calil PADIS (1981) defendido em 1970, é um dos primeiros esforços para repensar a economia paranaense como um todo e a cafeicultura em particular. Possui dados e informações importantes para se entender como a região situada ao norte do estado do Paraná foi sendo (re)ocupada no contexto da economia paranaense. Entretanto, ao fazer a análise histórica deste processo, com poucas exceções, reproduz todos os elementos do discurso “Norte do Paraná”.

Com a preocupação de manter este discurso, que procura enaltecer a figura do “pioneiro”, da ação individual e de todo aquele conjunto de noções, já indicado anteriormente, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (sucessora da Companhia de Terras Norte do Paraná) publica, por ocasião de seu cinquentenário, um livro (CMNP, 1975). Este passa a ser citado na maioria dos trabalhos universitários, sem nenhuma crítica, tomando-se, quase que um documento “sagrado”, que conteria toda a “verdade” sobre a região em estudo. Se até este momento os textos dos geógrafos já citados, eram a principal referência, a partir de então este livro passou a ser a “biblia” sobre a região.

¹¹⁶ Os trabalhos que serão analisados são aqueles que têm como objeto o processo de (re)ocupação da região, como um todo (que são poucos) ou então que tomaram uma cidade, uma micro-região ou mesmo uma cidade como tema, até os anos setenta quando toda a região norte paranaense estava completamente (re)ocupada na ótica do capital. Deixarei de analisar aqui os trabalhos que procuraram explicar o que aconteceu a partir da chamada modernização agrícola que tomou impulso depois dos anos setenta.

Neste livro, a CMNP descreve toda a sua ação e recoloca em evidência, agora de modo bem mais preciso, aquilo que ela mesma e muitos outros emissores, da academia e de fora dela, vinham defendendo. No início do livro já fica clara a intenção de quem o escreve:

“Este trabalho não resultou do esforço de um só homem, mas sim do empenho e dedicação de muitos amigos da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, que desta forma pretendem testemunhar o quanto admiram os métodos de atuação e o espírito público mantidos pela empresa ao longo de seus cinquenta anos de atividades.” (CMNP, 1975, p. 5)

A forma apologética da narrativa procura demonstrar que a atuação da CTNP/CMNP foi fantástica, sempre visando o interesse público, tendo sido dirigida por homens que tinham uma visão ampla e descortinavam o futuro para os outros. Além disso, afirma que a sua atuação foi um exemplo de reforma agrária que deveria ser utilizado por todos os governos¹¹⁷.

No ano seguinte France LUZ e Ivani OMURA (1976), antecipando seus trabalhos posteriores, escrevem um artigo que se apresenta quase como um resumo de todo o discurso “Norte do Paraná”, o que vai ocorrer desde então, em todos os trabalhos que analisam o processo da (re)ocupação de modo apologético. Em poucas páginas conseguem reiterar todo um discurso que aqui estamos questionando. Eis aqui alguns destes elementos:

- Confundem a estrutura agrária da região com a colonização feita pela CTNP/CMNP.
- Fazem a divisão da região em Norte Velho, Novo e Novíssimo, como se fossem etapas progressivas de (re)ocupação.
- Afirmam, categoricamente, que o povoamento da região se deu através da expansão da cafeicultura paulista.
- A região até o último quartel do séc. XIX era um sertão desconhecido e desabitado,
- Não havia interesse por parte do governo em ocupar a região.
- A ocupação a leste do Tibagi (área entre o Itararé e o Tibagi) ocorreu com base na grande propriedade.

Nadir A. CANCIÁN (1977), em sua tese de doutorado, escreveu o trabalho mais completo sobre a cafeicultura paranaense e que é base para muitos outros, inclusive este. Soube esta pesquisadora aliar uma extensa pesquisa de fontes e dados, propiciando assim, um amplo panorama do que aconteceu na região entre 1900 -1970. Apesar de, em alguns poucos momentos, reproduzir elementos discursivos que aqui estamos

¹¹⁷ A temática “reforma agrária” é assumida pela CMNP a partir dos anos 60, quando o movimento de trabalhadores começa a lutar por esta bandeira. Como aquela companhia sempre colocou-se contra a reforma agrária, ela procurava escamotear a questão discutindo a questão da colonização e não da reforma agrária. Para uma melhor análise desta questão, remeto ao meu trabalho (TOMAZI, N. 1989, p.65 a 79 e 184 a 193) e principalmente o trabalho de José Henrique R. GONÇALVES (1995, p. 112 a 202), no qual apresenta uma discussão mais precisa sobre esta questão, inclusive questionando a leitura que eu mesmo fiz naquele trabalho.

questionando, pode-se dizer que este trabalho é uma linha divisória em termos de produção acadêmica até então. O mais importante em seu trabalho é que procurou demonstrar como cada Micro-Região homogênea (IBGE) foi transformando-se, à medida em que iam alterando-se as condições econômicas do país, ou seja, como cada Micro-Região respondeu, às transformações mais gerais do país e do estado, em termos demográficos bem como no tocante à produção agropecuária.

Nos anos seguintes, as dissertações de mestrado de Aparecida VAZ PRIMO (1977), Maria Adenir PERARO (1978), Iolanda CASAGRANDE (1979), France LUZ (1980), Ivani A.R. OMURA (1981) Ana Maria C. ALMEIDA (1981), Ana Cleide C. CHIAROTTI (1981), José Garcia GONZALES NETO (1987), Rosa Maria Gallo TIRANDELLI (1988), apesar de acrescentaram alguns dados específicos para o entendimento do processo de (re)ocupação da região em estudo, como tantos outros, ao se referirem ao mesmo, somente reproduzem o discurso da CTNP, citando os seus mais expressivos documentos. Nada de novo acrescentam, apenas reiteram o já aqui enunciado sem nenhuma crítica.

Na mesma direção, Jorge CERNEV (1988), aparece como o mais eloqüente defensor da ação da CTNP, pois além de reproduzir textualmente o discurso daquela companhia, ainda a coloca como um exemplo de atuação liberal, partindo do pressuposto contido nos livros e artigos dela. Não levanta sequer uma linha de dúvida sobre este discurso. Parece um religioso (o que o autor efetivamente é) falando de um texto bíblico. Se os outros autores apenas reproduzem o discurso hegemônico ele vai além. Ao analisar a atuação da CTNP procura mostrar a herança deixada por ela, afirmando que os seus interesses particulares ultrapassam os limites dos interesses e vantagens individuais para se colocarem no nível da responsabilidade e dos benefícios do bem estar social.

Entretanto, outros trabalhos procuram continuar o esforço de se analisar criticamente o que havia acontecido na região em estudo. Entre estes encontramos aqueles que analisam a **história dos colonos, sitiantes e posseiros em suas trajetórias na região**. Ana Yara D.P. LOPES (1982) procurou analisar o surgimento e as transformações dos pequenos produtores agrícolas situados no chamado Norte Novo. Este talvez tenha sido o primeiro trabalho acadêmico que introduz um viés marxiano na análise do processo da (re)ocupação da região em foco. Neste sentido, merece destaque, pois são poucos aqueles que analisam o processo da (re)ocupação a partir de uma ótica das classes sociais em conflito.

Angela Duarte Damasceno FERREIRA (1984) analisou a dinâmica da ocupação da terra e da organização agrícola na região de Porecatu, procurando destacar a luta pela posse da terra entre posseiros e fazendeiros, que ocorreu no início dos anos 50. Através da análise de processos judiciais e utilizando referenciais marxistas, demonstra como o capital, no processo de seu desenvolvimento na região, subjuga os trabalhadores e

pequenos proprietários (e posseiros), além de esclarecer como agiam os fazendeiros e pretensos proprietários, com a ajuda da força militar do estado conjugada com contingentes de “jagunços” na expulsão dos posseiros daquela área.

Ethel V. KOSMINSKY (1984), desenvolve o seu trabalho com a preocupação de analisar o processo que permitiu a formação de uma colônia de alemães na atual cidade de Rolândia e todos os percalços que os diversos grupos tiveram para assentar-se ali. A composição de classe, as preferências políticas, o processo entre a CTNP e a Sociedade para Estudos Econômicos para Além-Mar da Alemanha. Hermann Yark OBERDIEK (1989) retomará esta mesma temática, só que detalhando mais os interesses da CTNP nesta implantação bem como os meandros da trama entre esta empresa, o governo alemão e os banqueiros ingleses.

Leda LOVATO (1992), com a preocupação básica de analisar “o processo de inserção das diferentes gerações no mercado de trabalho, ao longo das transformações na estrutura produtiva brasileira, com ênfase na consideração das transformações na estrutura da produção agrícola”(p.2) reconstruiu a trajetória de várias famílias que se deslocaram para a região na década de 30, que se tornaram pequenos sítiantes, e na década de 50, passaram a residir na cidade de Rolândia até o final dos anos 80. Ao analisar a trajetória de cada família, pôde perceber como foram se diferenciando as trajetórias da segunda e da terceira geração de cada uma delas a partir das decisões que foram tomando, tendo em vista o que ocorreu em diversos momentos na política econômica e agrícola nacional.

Ana Maria C. de ALMEIDA (1995), toma como referência empírica um grupo de migrantes, composto de famílias alemãs e também por mineiros e paulistas que se localizaram em um núcleo rural - o primeiro que a CTNP implantou - situado a 8 km do centro da cidade de Londrina, o Heimtal. Os desejos, as esperanças e os projetos deles são analisados de forma mais precisa quando afirma que os trabalhadores que chegaram na região nas primeiras décadas vinham:

“(...) orientados pelas imagens da “Terra da Promissão” e do “Eldorado”, pela possibilidade de ascensão, via transformação de sua condição de assalariados ou semi-assalariados para pequenos proprietários rurais, bem como pela construção de uma utopia comunitária, baseada na crença do enriquecimento fácil e na preservação da unidade do grupo.”(idem p. 18)

“Ao se dedicarem, no passado, às atividades agrícolas de produção de alimentos e de um produto de exportação - o café - os migrantes que se fixaram no Heimtal acompanharam as transformações regionais, nacionais e internacionais, assim como as crises do Brasil agrário. Apesar de, atualmente, manterem algum vínculo com a agricultura, observa-se a existência de um hiato entre o que almejavam e o que são hoje. Além de poucos terem conseguido a ascensão sócio-econômica, também não

concretizaram a utopia comunitária. O Heimtal não foi a “Terra da Promissão” e muito menos transformou-se no “Eldorado”. (idem p.19)

Mais adiante, esclarecendo o comportamento destes trabalhadores e sua visão do processo de (re)ocupação, afirma:

“No caso específico em estudo, o papel que os migrantes estrangeiros e nacionais têm ocupado nos relatos fornecidos pela História regional é o de meros coadjuvantes do processo. Hoje condenados ao esquecimento e ao silêncio, morando nas vilas e bairros da periferia londrinense, suas vidas evidenciam o sentido verdadeiro dos processos sociais e das mudanças ocorridas na região norteparanaense. Ao se apropriarem daquelas imagens míticas do pioneiro como sendo o primeiro a chegar e o fundador, tentam transformar o passado de pequenos atos em fatos históricos dotados de significados históricos e capazes de lhes conferirem uma identidade e um lugar na História.”

São, portanto, os pequenos agricultores que chegaram à região atraídos pelas imagens da “Terra da Promissão” e do “Eldorado” e pela promessa de lucros fáceis e rápidos, mas que tiveram suas trajetórias de vida marcadas por grandes dificuldades sócio-econômicas que são designados, aqui, como os **pioneiros autênticos** (...).(idem, p. 38)

A autora, no entanto, comete, ao meu ver, alguns deslizes quando refere-se ao processo de (re)ocupação da região. Em uma nota (nº 3, p. 57), a autora reafirma o discurso institucional tão repetido:

“Cabe ressaltar que, ao contrário do Norte Pioneiro do Estado, que teve nas grandes fazendas a base de todo o seu desenvolvimento econômico, fruto de uma ocupação espontânea, pela expansão da fronteira agrícola paulista, o projeto colonizador da CTNP para o Norte Novo do Paraná se assenta no predomínio das pequenas e médias propriedades (3 a 20 alqueires).

Aqui, ela não só aceita o discurso vigente, mas ainda identifica o Norte Novo com a CTNP. Menos mal do que identificar com toda a região como fazem outros autores já citados. Em alguns momentos faz a crítica da imagem que a CTNP difundiu, em outros, assume, integralmente, o discurso do projeto e de sua ação (p. 89/90) quanto ao financiamento, construção de estradas, prestação de serviços necessários à produção e comercialização de produtos agrícolas, bem como à oferta de bens de consumo para servir às necessidades da população. Assim, aceita o discurso da CTNP e o de Monbeig sobre a região, o que lhe conferia um status de cientificidade, já que o geógrafo era muito influente na academia. Mesmo assim, ao referir-se ao cotidiano dos imigrantes ressalta, novamente, que a vida dos mesmos não era uma maravilha:

“Entretanto, o imigrante era obrigado a conviver com a falta de infraestrutura e saneamento básico: estradas e habitações precárias, águas de rio e poços artesanais, dificuldades de assistência médica, etc. Esses fatores resultavam em um elevado índice de mortalidade, especialmente entre as crianças.”

(...)

É importante notar que a falta de assistência médica, assim como o número de infecções intestinais dão informações importantes para o entendimento das causas de alta incidência de natimortos e de óbitos infantis, naquela época, o que justificou, logo nos primeiros anos de ocupação (1930), de um cemitério dentro do patrimônio, a fim de atender esta situação vivenciada pelos migrantes da localidade e de todo o meio rural da Gleba Jacutinga” (idem p. 101)

Para se ter uma idéia deste fato, em um quadro apresentado pela autora, no período de 1931-1947, dos 194 óbitos ocorridos, 106 ocorreram por falta de assistência médica, 34 por gastroenterites ou desinteria bacilar. Em torno de 1945 e depois, no núcleo primeiro da CTNP, que deveria ser o cartão de visita, tornou-se local de êxodo, pois

“Apesar da maioria desses agricultores possuir cafeeiros produtivos, ainda não havia conseguido os lucros esperados com o café. Assim, diante de todos esses fatores e dificuldades, muitos desistiram do projeto e mudaram do Heimtal. Segundo informações, muitos preferiram vender suas terras e investir em outras, situadas mais á frente da fronteira agrícola em expansão, mais propriamente nas regiões de Maringá, Cianorte e Umuarama. (...) O dinheiro da venda do lote do Heimtal, valorizado por conter cafezais produtivos, dava condições para a compra de uma quantidade maior de terras. Outros preferiram abandonar definitivamente o campo, partido para São Paulo ou para as cidades mais próximas da própria região e em crescimento, abrindo pequenas casas comerciais (padarias, quitandas, lojas, etc.)”(idem, p. 163)

Existem outros trabalhos que analisaram situações e questões que ocorreram **fora do âmbito da área da CTNP**. Estes estudos a seguir dão uma conotação da diversidade de situações existente no “Norte”.

Kimmiye TOMMASINO (1985) desenvolveu seu trabalho de mestrado procurando entender como posseiros, ocupando as terras de um Parque Nacional, no caso a Ilha Grande do Rio Paraná, se refugiam nela, na categoria de expulsos ou excluídos do processo de (re)ocupação da região no continente. Ali procuram plantar para comer e viviam em condições muito precárias quando, no continente, havia uma economia de mercado muito dinâmica composta de muitas empresas agropecuárias organizadas. Analisa a trajetória dos ilhéus, donde vieram, por onde passaram até chegar ali. Analisa a sua produção e o modo de subsistência na ilha.

Na última parte do trabalho, analisa o projeto de vida dos ilhéus (o desejo de terem terra própria, trabalharem para si, serem autônomos, por conta própria e assim não trabalhar mais para os outros) e o fim desta utopia, que se inicia com a grande enchente de 1976 e as que ocorreram nos anos seguintes, até a maior de todas que se iniciou em novembro de 1982 e estendeu-se até agosto de 1983.

“Portanto, desde 77, quando da primeira pesquisa, até 83, quando da última, a Ilha Grande, de paraíso de fartura, liberdade, sossego, saúde, paz e tranquilidade, foi se transformado em um inferno de destruição, doença, miséria, fome, medo e morte que vieram junto com o dilúvio.” (TOMMASINO, 1985, p.180)

Essas enchentes, entretanto, não eram só ocasionadas pelas chuvas na região, eram fundamentalmente oriundas do sistemas de barragens que existiam no estado de São Paulo, e o sistema utilizado por elas para dar vazão às águas quando das grandes chuvas. Assim, os ilhéus da Ilha Grande sofriam com as decisões de um projeto muito mais amplo (Programa energético nacional). Procuravam fugir do sistema por uma ponta e eram alcançados pelo mesmo na outra.

O trabalho de José Carlos ALCÂNTARA (1987) procura estudar a questão política na cidade de Paranavaí no período 1952 a 1982. Para a finalidade deste trabalho, José Alcântara coloca elementos essenciais quando analisa o processo pelo qual a Fazenda Brasileira, na década de 1920, instalou-se na região, porque ela foi desativada e quais as conseqüências docorrentes. Além disso, esclarece o que ocorreu quando o “tenente” Telmo Ribeiro tornou-se preposto do governador-interventor Manoel Ribas na cidade e região. No âmago de seu trabalho detalha o processo de manutenção do poder no município por determinados grupos que tudo faziam para manter o “mandonismo” local.

No mesmo ano, Ruy Christovan WACHOWICZ (1987) publica o seu livro “Norte Velho, Norte Pioneiro” onde analisa todo o processo de (re)ocupação da hoje meso-região Norte Pioneiro. Com informações retiradas de documentos oficiais, jornais, mapas e complementando com depoimentos orais, traça o mais detalhado quadro deste processo, desde meados do século passado até meados deste século, quando a meso-região estava totalmente (re)ocupada. O mais significativo deste trabalho é que inclui nesta trajetória, até o início do século a presença indígena, como um dos seus componentes demográficos essenciais, o que poderia ter feito até a década de 1950. Mesmo assim, é o trabalho acadêmico mais importante para se entender o que aconteceu naquela área.

José Cesar dos REIS (1988) estudou a relação entre trabalhadores e empresários, principalmente da indústria oleira de Jataizinho, o mais antigo assentamento urbano da região norte do estado do Paraná, entre 1950 e 1985 e suas implicações

políticas. Antes de analisar o objeto específico, desenvolve a mais bem detalhada história deste município trazendo informações significativas para entender o seu contexto, que foi de grande valia para o meu estudo.¹¹⁸

Miguel Arturo C. OLIVEIRA (1989) analisou as transformações que ocorreram no período 1945 -1985 na estrutura da força de trabalho vinculada à produção canavieira em Porecatu, mais especialmente à Usina Central do Paraná. Analisou o processo pelo qual os trabalhadores se organizam de diferentes formas e como se formou, quotidianamente, uma consciência a respeito de sua condição de classe. Procurou também apreender como a “luta de classes” e a “consciência de classe” são instâncias do cotidiano destes homens que vivem relativamente isolados dos centros urbanos e quase fora dos grandes movimentos sociais e políticos.

Neste trabalho, Miguel A. de Oliveira, traz à luz uma série de informações sobre a constituição do grande império de Geremia Lunardelli na região. Quando este morreu, em 1962, deixou um patrimônio de 450.000 ha. distribuídos em 52 fazendas, sendo que a maioria delas estava localizada em três municípios (Porecatu e mais dois ao lado). A forma como essas propriedades foram conseguidas e as relações de trabalho ali existentes são o objeto deste trabalho que muito esclarece sobre as ações deste grande fazendeiro e de seus sucessores.

Maria Cristina ROSA (1991), ao analisar o assentamento de bóias-frias e as relações de produção, em Querência do Norte, na década de 80, procura mostrar a diversidade de agentes sociais que se relacionam neste processo: Banco do Brasil, governo estadual, EMATER, Grupo Atalla, trabalhadores bóias-frias e volantes. Aí, terras em litígio, retenção de mão de obra, produção familiar e de subsistência, ação governamental, interesses privados, orientação técnica, se mesclam, para, no entender da autora, demonstrar como o capital tudo utiliza para se valorizar.

Ao fazer a reconstituição histórica da (re)ocupação da meso-região Noroeste Paranaense, ela demonstra como o governo paranaense desde os anos 30, juntamente com as empresas colonizadoras, grileiros e posseiros, não esquecendo-se dos jagunços e pistoleiros sempre presentes nestas relações deram uma configuração diferente para aquela meso-região. Além do mais analisa como após a decadência da cafeicultura foram geradas formas novas de relações de trabalho que identifica todo um período após os anos setenta, bem como quase toda a região norte-paranaense. O trabalho desta autora é apenas um entre muitos outros que analisa as transformações que ocorreram após a década de 1970.

¹¹⁸ Este município (Jataizinho) já havia sido objeto de estudo de STIER (1980), que também oferece uma série de informações para o entendimento de sua (re)ocupação e das transformações porque passou, principalmente a zona rural. O trabalho de REIS (1988), entretanto, traz informações mais vinculadas à tese que aqui defendemos.

Voltando às análises sobre a CTNP cabe destacar dois trabalhos: o de José Joffily e o do autor desta tese.

A crítica mais severa à CTNP será feita por alguém de fora da academia. José JOFFILY (1984), talvez tenha sido o primeiro escritor a se colocar de frente contra o discurso da CTNP/CMNP com seu livro "Londres-Londrina". Nele procura levantar algumas questões de extrema importância para a crítica do discurso "Norte do Paraná" e mais especificamente da CTNP. Na introdução de seu trabalho afirma :

"A autêntica versão estava bloqueada pelo silêncio ou pela raridade de fontes idôneas. Assim, nas páginas da história do Paraná difundiu-se uma simpática imagem do imperialismo inglês. Seus agentes são saudados como salvadores do Brasil. Na retórica dos colonizadores a cobiça - por mais desenfreada que seja - está invariavelmente mascarada pela abnegação, pela benemerência e pela filantropia."

(...)

Mais difícil do que superar o tabu ou a superstição é extinguir o mito da historiografia. Os tabus alimentares vão sendo abolidos pela carência da nutrição, ao passo que para restabelecer a verdade histórica é preciso demolir aparelhos ideológicos protegidos quase sempre pelas forças da terra, mar e ar."

(...)

Está na hora de contermos a propagação de equívocos evitando simplificações, conclusões generalizantes e detectando fatores preponderantes. Para desfazer mitos, os fatos aqui arrolados e documentados dependem menos de discussões do que a mera constatação. Reconheço, porém, que não é fácil desmanchar um nó-górdio de 50 anos de enganos involuntários e confusões deliberadas. (p. 31a 34).

Neste enfrentamento direto, Joffily coloca como a presença de Lord Lovat ocorre no contexto das relações entre o Brasil e a Inglaterra, tendo, como pano de fundo, os empréstimos e a dívida externa. Demonstra como essas relações deixavam o Brasil numa condição de subaltermidade. Neste contexto, a constituição da CTNP e a compra das terras ocorre de uma forma privilegiada, permitida pelo governo paranaense. A ação da CTNP é vista, por este autor, como uma das formas muito específicas do colonialismo inglês em território brasileiro. Ao final de seu livro afirma:

"Eis aí a **verdade histórica**, sem aspás, sem facciosismo e sem receio e levá-la à Universidade.

Superar mitos do subdesenvolvimento tem sido um dos nossos constantes objetivos. Educar é, antes de tudo, preservar a verdade.

Se, pelo menos, estas páginas servirem para abrir o livre debate em alguma sala de aula do Paraná, terei cumprido o meu dever."

Creio que Joffily conseguiu o que pretendia. Tão logo o livro foi lançado, houve uma polêmica que ocupou por vários dias as páginas do jornal Folha de Londrina. Apareceram os defensores da CTNP, bem como alguns poucos que concordavam apenas em parte com o que afirmara Joffily, o que demonstrava um certo receio em participar da polêmica.

Procurando retomar o trabalho de José Joffily, o autor deste trabalho, TOMAZI (1989), preocupou-se em analisar, de modo detalhado, o discurso da CTNP/CMNP, através dos documentos que ela produziu, e de sua propaganda, procurando demonstrar como, gradativamente, foi sendo construído o "mito da Companhia" que vem sendo disseminado e sustentado das mais diversas formas em toda a região em estudo. Neste trabalho, o autor apontou e criticou os principais eixos do discurso da CTNP/CMNP, ou seja:

- a) Se a CTNP não tivesse intervindo no processo de (re)ocupação das terras situadas ao norte do estado do Paraná trazendo o "progresso e a civilização", esta região estaria *"desabitada, improdutiva e sem condições de segurança"*.
- b) A CTNP, como empresa privada, tinha uma *"missão de elevado interesse público"* que tinha por objetivo *"o bem-estar e a prosperidade"* dos que viriam viver naquela região e o seu projeto foi desenvolvido de *"forma planejada, racional e pacífica"*.
- c) A ação dos "pioneiros" (homens decididos, desbravadores, com espírito empreendedor, audaciosos, despojados de todo espírito egoísta) foi o fato fundamental para que a Ação da CTNP/CMNP conseguisse atingir seus objetivos, pois eles conseguiram *"dilataram fronteiras e abrir novos caminhos"*.
- d) A ação da CTNP/CMNP foi o *"exemplo pioneiro de reforma agrária"*.

Foi minha preocupação, naquele momento, demonstrar como o discurso da CTNP imprimia uma visão triunfalista de sua ação, silenciando outras formas de atuação que ocorreram na região em estudo. Além disso, procurei fazer com que viessem à tona alguns discursos divergentes daquele emitido pela CTNP, com a intenção de colocar outra possibilidade de se escrever a história daquela companhia.

Alguns anos depois, foram publicados dois artigos que merecem análise pelo fato de escamotear determinadas questões e ao final reiterarem o discurso que pretensamente procuraram criticar. O primeiro deles, cujo autor, Sandino HOFF (1991, p. 28), ao procurar explicar, entre outras coisas, o que a CTNP fez com os caboclos e índios que habitavam as matas, isto é, como ela fez a *limpeza da área*, que tinha comprado do estado, questiona JOFFILY (1984), ao afirmar que a hipótese de expulsão e genocídio de caboclos e índios carece de comprovação. Assim se expressa:

"Ficam ainda sem respostas: quem colaborou com a CTNP? A Colônia Militar? A polícia do estado? Que instrumentos foram empregados? A palavra sobre a indenização que se tem da companhia responde por todas as formas de persuasão para a *limpeza da área*? E os índios? Saíram

espontaneamente à medida que a colonização avançava? Procuramos respostas para estas questões em jornais da época com o fim de desentranhar esta parte da história, mas nada conseguimos. O problema ainda fica sem solução.” (destaque meu)

O segundo artigo no mesmo livro, é de Ana Cleide CESÁRIO (1991, p.45) que coloca as mesmas questões, entre outras:

“A existência de moradores e populações rarefeitas em antigas concessões de terras feitas pelo governo central à época do Império e a descontinuidade entre uma e outra tentativa do governo paranaense provocaram sérios conflitos em relação à posse das terras e à legalização definitiva das mesmas.

Ao sul de Londrina - em Faxinal, Tibagi e Queimadas - já nas décadas de vinte e trinta, eclodiram conflitos entre posseiros e grandes proprietários.

(...)

A área de colonização da CTNP não esteve sujeita a tais conflitos, uma vez que a empresa **teve o cuidado de, antes de iniciar seu projeto imobiliário, acabar com qualquer dúvida sobre a posse e o domínio de terras**, pagando, se necessário, até três vezes pelo mesmo pedaço de terra quando sobre ele persistia dúvida em relação à propriedade e ao direito de domínio.”(destaque meu)

Sandino HOFF, ingenuamente, faz perguntas para as quais não quer encontrar respostas. Que haviam caboclos e índios na área que a CTNP *comprou* do estado não há sombra de dúvida, pois como já vimos anteriormente a própria CTNP participou, junto com o SPI no "remanejamento" deles para outras áreas.

A CTNP afirmou, na época, e continuou afirmando, que pagou duas e até três vezes pela área, indenizando, assim, todos os possíveis posseiros e proprietários para deixar, sem sombra de dúvida, a legalidade da propriedade sobre a terra. Esqueceu-se de que os índios não tinham a posse nem a propriedade no sentido capitalista do termo. Assim, pelo menos, quanto aos indígenas a questão fica em aberto. Perguntar se eles saíram espontaneamente é desconhecer a luta que empreenderam para proteger o seu território e, por outro lado, é não levar em conta as evidências de como os índios foram tratados desde o início da (re)ocupação. Desde D.João VI, a proposta foi a subjugação ou a matança deles.

Quanto aos caboclos, muitas foram as formas de expulsá-los. Uma das mais conhecidas foi utilizando uma *polícia particular* para não dizer “jagunços”, mais conhecidos como “limpa-trilhos” ou “quebra-milho” que se utilizavam de todos os meios para expulsar os caboclos e posseiros que, porventura estivessem nas terras da CTNP. Um dos expedientes mais conhecidos era aquele que seguia o seguinte ritual: num primeiro contato conversava-se com o posseiro, caboclo ou pretenso proprietário. Se este aceitasse que as terras eram propriedade da CTNP, ajustava-se um acordo e resolvia-se a questão. Do

contrário se faziam as ameaças iniciais. Da ameaça inicial, passava-se a prática de demonstrações, como a morte de parte da criação. Após isso, se não houvesse acordo, queimava-se a plantação existente. Se ainda persistisse o contencioso, podia-se utilizar o último *argumento*: a morte do posseiro, caboclo ou possível proprietário.

Este ritual foi descrito por um antigo morador de Londrina que ao falar destas coisas, pedia anonimato para não sofrer represálias. Além disso, afirmou, em seu depoimento, que havia, em Londrina, muitas famílias, hoje consideradas *da sociedade, da elite da cidade*, que alguns de seus membros tinham sido “limpa trilhos” e que trabalhavam para a CTNP, recebendo terras em pagamento pelos seus serviços. Também deixou muito claro a presença de “jagunços” conhecidos na cidade de Londrina, contratados por grandes proprietários, “grileiros” ou não, que circulavam livremente. Dentre aqueles que ele lembrou citava os seguintes nomes: Pires¹¹⁹, Pernambuco e Pimenta.

Além disso, quando Sandino Hoff afirma que procurou, nos jornais da época, algo que pudesse esclarecer esta questão, esqueceu-se quem eram os proprietários de jornais.

Se Sandino Hoff fez perguntas, Ana Cleide Cezário assume integralmente o discurso dominante, repetindo-o simplesmente. Quanto a isso, cabe, pelo menos, uma pergunta: em volta das terras da CTNP havia conflitos, ao Sul e ao Norte, e porque não haveria nelas? Acredito que *o cuidado em acabar com qualquer dúvida sobre a posse das terras* tenha tido mais que alguns componentes além do pagamento. A violência era uma tônica na região como um todo. A idéia de que a área da CTNP era uma “ilha de prosperidade e sem violência” só é possível de se acreditar se houvesse, ali, uma forma diferente de viver em uma região de fronteira.

A partir da década de 80, **Londrina é objeto de estudos acadêmicos**, que estabelecerão também um confronto entre narrativas, alguns ainda mantendo e reiterando o discurso dominante e hegemônico.

JOÃO BATISTA FILHO (1985) em sua tese de doutorado analisou a implantação do Projeto CURA,¹²⁰ em uma área na cidade de Londrina, a partir de 1974. Nele demonstra como o Estado, em seus vários níveis (federal, estadual e, principalmente, municipal) através de várias ações (leis, decretos, impostos, ação administrativa e de planejamento), fazem com que os habitantes de um bairro se desloquem (sejam expulsos) para outras áreas menos valorizadas, permitindo, assim, que outros com maior poder aquisitivo possam comprar terrenos e casa em um local que posteriormente será valorizado. Os poderes públicos entrelaçados com especuladores, fazem, assim, a “higienização” de um

¹¹⁹ Pires teria sido um ex-guarda pessoal do presidente Getúlio Vargas e proprietário de uma casa de jogo em Londrina (em cima do Bar Líder).

¹²⁰ O Projeto CURA (Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada) foi um dos programas da política de renovação urbana criado e instituído em 1972 pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) integrado ao Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU)

bairro (o Guanabara) visando torná-lo mais “renovado” e menos “feio”. Entretanto, ao referir-se ao processo de constituição da região norte-paranaense e basicamente da CTNP, não acrescenta nada de novo ao entendimento deste, muito pelo contrário, reproduz o discurso hegemônico e consagrado.

Zelma F. T. TOMAZI (1985) descobriu e analisou o Movimento da Livre Escolha do Médico pelo Paciente, que ocorreu em Londrina durante quase toda a década de 60, e que contrapunha os interesses dos médicos, reunidos na Associação Médica de Londrina, e os dos trabalhadores, representados pelos IAP's. Demonstra, claramente, o fato de como uma categoria profissional, organizada na Associação Médica de Londrina e liderada por “pioneiros” se colocou frente aos interesses dos trabalhadores, utilizando de todos os expedientes possíveis, incluindo a delação política. Mesmo procurando analisar criticamente o objeto específico de seu trabalho, ao se referir ao processo de (re)ocupação reproduziu o discurso “Norte do Paraná”, sem maiores críticas.

Dois outros trabalhos tendo por objeto a cidade de Londrina, extrapolam os seus objetos específicos e, ao se referirem à região em estudo, defendem e reiteram determinados elementos do discurso “Norte do Paraná”.

O primeiro deles é o Ana Cleide C. CHIAROTTI (1986) que em sua tese de doutorado, se propôs como tarefa principal *entender os “diferentes grupos oposicionistas” que surgiram ao longo da história do município e desvendar “os diferentes tipos de política oposicionista” que nele surgiram*. Além disso, *“um dos objetivos é investigar os momentos em que os comportamentos e as instituições políticas podem ser apreendidos e explicados a partir de uma certa autonomia em relação aos acontecimentos sócio-econômicos”*. Procurou, também, perseguir *“mais um objetivo, que foi o de captar através das representações (figurações) destes políticos - que foram ou são atores do processo em análise - como eles constroem um quadro explicativo para a política londrinense, com base nas ligações das suas próprias biografias com a história do município e região”* visando, assim, fazer uma reconstrução da história política do município de Londrina. (p.20/21/22/23)

A autora, ao escrever sobre a região em estudo, privilegia, novamente, o “Norte Novo”, ou seja o processo de (re)ocupação que ocorreu a oeste do rio Tibagi, como sendo o que aconteceu na região como um todo, fazendo uma redução tão comum e já vista anteriormente. Faz, também, uma reconstrução do ponto de vista dos dominantes pois discute a questão política no sentido institucional, não levando em conta os outros aspectos políticos existentes. Só analisa o sistema partidário e os políticos no sentido vulgar do termo, pois conforme a autora, *“(...) havia a necessidade de delimitar o “campo” de investigação em face de determinados caminhos que os dados empíricos apontavam”* (idem, p.82).¹²¹

¹²¹ Ao fazer esta opção reduz em muito a questão do poder local, já que o reduz às questões institucionais. Se estivesse um pouco mais atenta perceberia que os dados empíricos existentes não se reduzem aos que ela coletou e por outro lado, é necessário esclarecer que a delimitação de um objeto é que definem os caminhos da pesquisa e não são “conduzidos” pelos dados empíricos.

Utiliza, constantemente, a expressão “pioneiros norte-paranaenses” sem definir o que entende por isso. Além disso, os depoimentos coletados são colocados como dados e verdades, não são problematizados ou questionados. Escreve sobre região mas toma somente elementos constantes em Londrina, generalizando por outra via aquilo que a CTNP já havia feito.

Sem nenhuma crítica, reproduz integralmente o discurso da CTNP¹²², bem como, aponta para a construção de um discurso épico sobre o processo de (re)ocupação. Sinaliza a questão mas não diz a quem serve este discurso. Em suas palavras:

“Não se trata aqui de empreender uma simples revisão dos fatos que a história oral e oficial já registraram sobre o município e a região, nem tampouco de querer substituir as informações empíricas, já suficientemente comprovadas por um conjunto de “representações” (figurações) verbalizadas e passadas pelos autores que estivessem a negar as interpretações aceitas até o momento. O que se pretende é indicar que, paralelamente à penetração de um núcleo capitalista na área em questão, desenvolveu-se uma leitura a respeito do próprio processo, geralmente efetuada pelos seus promotores e que passou a ter significado épico, servindo, atualmente, de referencial sobretudo para o londrinense. Hoje, compreendendo desde a socialização da criança na escola até o discurso político, existe, em Londrina, um campo simbólico sujeito à influência dessa leitura” (idem, p. 128)

A tentativa de se buscar uma identidade do “norte-paranaense” leva a autora a afirmar que há uma identidade “paranaense do sul”:

“Além de a população local ter encontrado dificuldades de conquistar influência junto aos centros decisórios da política do Estado, especialmente nos primeiros anos de ocupação, **as pessoas que para lá acorriam se sentiam sem uma identidade comum pregressa, o que não ocorria com o paranaense do sul, que contava com uma origem comum**, com os seus feitos e conquistas históricas desde a fase colonial, e que poderiam ser evocados quando necessário”

(...)

“Portanto, **houve o imperativo de construção dessa identidade** e, se possível, de transformação do capital econômico conquistado em capital social, cultural e político.

Assim, o londrinense e o norteparanaense se viam num processo fascinante como desbravadores de uma região e, ao mesmo tempo como produtores de um “conjunto de representações” cuja função era legitimar o processo e consequentemente servir de referencial para os que se interessassem pela busca dessa identidade comum” (idem, p. 130/131) (destaques meus)

¹²² Ver especialmente as páginas 114 a 124

A autora nestes excertos, recoloca a questão da identidade dos “paranaenses”. Num primeiro momento aponta para uma “origem comum” dos “paranaenses do sul”. Sobre isso, caberia perguntar quem seriam os “paranaenses do sul” já que não há nenhuma indicação da autora e, também, como seria possível demonstrar a “origem comum” desta população, já que ela possui uma diversidade espantosa, seja aquela que tem origem européia (dos mais variados países e de diferentes classes sociais) seja a dos vários componentes populacionais nacionais que lá se estabeleceram. Cria uma “identidade para os paranaenses do sul” da mesma forma que os “paranistas” procuraram fazê-lo nos anos vinte, sem, no entanto, demonstrar como isso aconteceu.

Quanto aos “norte-paranaenses” ela estabelece mais um anacronismo na análise histórica da região. Baseado no que a autora afirma: “as *peessoas se sentiam sem uma identidade comum pregressa*”, não estaria ela querendo imprimir um idéia que apenas está na sua mente, procurando minimizar as diversidades sociais e culturais daqueles que acorreram para a região em estudo? Ademais, seria possível haver uma identidade comum quando todos os novos ocupantes, na verdade, eram “estrangeiros” na nova terra? Creio que a autora pressupõe a idéia de uma comunidade de interesses e que aqueles que viviam na região, desejavam e até eram pressionados (“houve o imperativo”) a ter uma identidade comum. Não conseguiu perceber que esta “história comum” é apenas mais uma construção da qual ela mesma era uma continuadora. Ademais, caberia perguntar: que imperativo é este? Qual a força que estaria impulsionando ou exigindo a existência desta identidade? Seria alguma força estranha e externa à sociedade?

Em outra parte do trabalho, escrevendo sobre uma caravana (denominada na época de “Marcha para o Oeste) que, saindo de Londrina em 1942, se dirige até a localidade que seria mais tarde a cidade de Maringá, afirma:

“Este evento (...) indica que o movimento da fronteira com os seus significados de marcha da civilização corporificado na ação pioneiro era não apenas uma elaboração daqueles que dirigiam o processo (diretores da Companhia e prefeito nomeado pela interventoria) mas encontrava ressonância naqueles que, como **agentes sociais de menos importância** (pequena burguesia), se via também como construtores de um novo projeto pelo qual os seus interesses individuais de enriquecimento eram justificados para a coletividade através da **conquista de áreas desabitadas** do Paraná, **até então improdutivas**. “(idem, p. 136) (destaques meus)

Creio que a autora aqui assume, definitivamente, o discurso consagrado, ao afirmar que existem agentes sociais de menor importância, identificando quem são “os de maior importância”, além de reproduzir a idéia de “vazio demográfico” e de “terras improdutivas”.

O segundo trabalho que inclui fontes e informações que propiciariam um trabalho crítico mas que reitera uma série dos elementos do discurso “Norte do Paraná” é o José Miguel ARIAS NETO (1993).

O autor afirma que existem reatualizações das narrativas e que elas são promovidas visando legitimar novos mecanismos de dominação. Aceitamos a conclusão sem aceitar a premissa. Isso porque o autor em seu trabalho procura criar uma cronologia quando escreve que existe, na cidade de Londrina e na região norte do estado do Paraná, no final dos anos 20 e durante os anos 30, a idéia de **Terra da Promissão**, e depois nos anos 40 desenvolvem-se as idéias de **Eldorado** e de **Pioneiro**, sob o *impulso do desenvolvimento da cafeicultura*” e no final dos anos 50 iniciam-se as representações do fim do **Eldorado**. Em suas palavras:

“Assim, pode-se supor legitimamente que a representação do **Eldorado** e a do **Pioneiro** constituem-se no **discurso público** das elites das cidades e do norte do Paraná nos anos cinquenta e sessenta. Um detalhe lingüístico extremamente importante - deliberadamente ocultado até aqui - e que reforça nossa suposição, reside no fato de que em toda a documentação por nós manuseada, os termos Eldorado e Pioneiro não são utilizadas. De fato, como já explicitou-se no capítulo anterior, a idéia de **Terra da Promissão** traz no seu bojo uma determinada caracterização do homem **norte-paranaense**, sempre apresentado como desbravador. Quando o termo pioneiro emerge no conjunto das representações do norte do Paraná e da cidade de Londrina - de meados dos anos quarenta em diante - possui ele conteúdo político claramente explícito, e por isso mesmo, **acredita-se ser legítimo supor que atribuir a formulação da idéia de pioneirismo no norte do Paraná, aos homens dos anos trinta, mais do que imprecisão analítica, é cair na armadilha de um discurso ideológico construído a-posteriori.**” (ARIAS NETO, p.119/120) (destaques meus).

O autor, no afã de ver sua suposição referendada pelos documentos, fia-se apenas na documentação existente em Londrina, não se preocupando em ir um pouco mais além, para perceber que não tinha fundamento a sua assertiva e que tampouco se está fazendo um “discurso ideológico” *a posteriori*. Se houvesse pesquisado um pouco mais, além dos limites da cidade e das representações que pretensamente critica, teria encontrado a indicação de que o discurso “pioneiro” e “Eldorado” foi utilizado anteriormente aos anos 40 e também depois dele, como já vimos neste e nos capítulos anteriores.

Apenas para lembrar, Nestor VICTOR (1913, p. 64) falando sobre os sertões do Tibagi referia-se à comarca do Tibagi como sendo o Eldorado do Paraná. Romário MARTINS (1924) em sua coletânea de artigos “Cafelândia, Terra das Glebas de Ouro” já deixava claro a idéia de “Eldorado” além disso intitula um dos seus artigos, o primeiro, de “Os Pioneiros”. Não bastasse isso, qualifica estes pioneiros como “audazes” ,

“yankees brasileiros”, além de afirmar que houve uma verdadeira luta de titãs entre os pioneiros e a floresta com as seguintes palavras:

“(...) a portentosa selva dantesca de um lado, afirmando sua força, e do outro lado, o **pioneiro** afirmando a sua energia e persistência, a potência de seu braço e o descortino de sua visão. Essa luta durou 40 anos e ainda não terminou. O homem venceu a floresta, sem dúvida, mas para vencê-la, nesta luta empregou toda uma tal resistência, que equívale a verdadeira heroicidade”

Também o jornal “O Estado do Paraná” em 16/01/25, tendo como proprietário principal, entre outros, grande fazendeiro na região norte-paranaense, publica um editorial com o título: “A Zona Norte-Paraná” onde procura chamar a atenção para as necessidades de mais e melhores estradas para escoar a produção de café. Eis alguns excertos:

(...)

“Ao lado do desenvolvimento econômico do Norte do Estado, formara-se, como é natural, uma mentalidade nova, sadia e empreendedora com os elementos inteligentes e progressistas, contrastando de modo flagrante com o espírito de rotina e tacaño que tem impedido, de alguma forma, a obra civilizadora dos **pioneiros** do nosso engrandecimento naquela região. “Incontestavelmente, o Norte do Paraná há de ser, em breves dias, o **El Dorado** sonhado por Francisco Orelhana, transmutando em searas de ouro todas as sementes que ali foram plantadas.” (Jornal “O Estado do Paraná” em 16/01/25 - Editorial)

Fica, assim, evidente que as premissas das quais ele parte para desenvolver todo o seu trabalho estão equivocadas, na medida que os discursos apontados estão presentes em toda a trajetória da (re)ocupação da região norte-paranaense.

Na conclusão de seu trabalho, Miguel Arias Neto volta a afirmar o já dito e coloca a questão da identidade “norte paranaense” :

“De fato, ao longo da pesquisa verificou-se que as noções de Terra da Promissão e Eldorado designam tempos e espaços distintos que se definem por um conjunto específico de relações sócio-políticas a partir das quais os homens do período concebiam a cidade e a região .

“Esta constatação fundamenta-se no fato de que os discursos sobre Londrina e o norte do Paraná apesar de sua aparente linearidade, portam sinais de rupturas e transformações na ordem regional e local” (idem, p. 318).

(...)

“Este conjunto de relações encontra sua legitimidade na representação do Norte do Paraná como **Terra da Promissão**, que contrapondo-se ao Paranismo, constrói uma identidade regional, decorrendo daí a noção do **norte-paranaense**. Essa identidade ganha uma conotação positiva através da **ação desbravadora** do norte-paranaense que transformou a potencialidade virtual do setentrão - vislumbrada pelos paranistas - em riquezas de fato.” (p. 319)

Aqui o autor cria uma contraposição entre o “Paranismo” e o discurso “Norte do Paraná” ao mesmo tempo que afirma haver uma identidade “norte-paranaense”. Creio que equivocou-se, novamente, ao contrapor os dois discursos (o “Paranista” e o “Norte Paraná”), pois vejo uma continuidade neles como já analisamos anteriormente. Os dois discursos procuram construir uma identidade e uma história homogênea com seus heróis e suas fantasmagorias.

Quando procura antepor a idéia/imagem Terra da Promissão a de Eldorado novamente está criando falsos confrontos, pois Terra da Promissão ou Nova Canaã evoca um local onde se tem a felicidade e o bem estar para todos, e Eldorado evoca o local onde há riquezas e ouro. Estes são “locais imaginários onde a felicidade e a riqueza estariam ao alcance de todos”. Não creio que haja alguma diferença entre essas figurações.

Se havia alguma dúvida sobre a posição que assumimos em relação ao trabalho de Miguel Arias Neto, elas ficam melhor esclarecidas quando no ano seguinte, em 1994, não levando em conta os trabalhos críticos já existentes, reafirma suas colocações anteriores repondo, agora de modo mais explícito, alguns elementos do discurso. “Norte do Paraná”.¹²³

Inicia este artigo afirmando que *“as transformações de Londrina e do Norte do Paraná tão brutais quanto vertiginosas, tornaram seu passado (recente) longínquo. A nossa memória está em perigo”*.

Ao escrever isso, coloca de modo muito claro a sua posição no interior de um discurso hegemônico e unificado. As perguntas iniciais que coloco são essas: Nossa, de quem? E qual memória? A dominante e hegemônica? E porque em perigo? Quem ameaçaria esta memória? Fica muito difícil saber, porque no decorrer do artigo, são elencados vários depoimentos de pessoas de diferentes classes sociais e posições políticas¹²⁴, entre outros, o de carroceiro, ex-sitiante, advogado e ex-prefeito, dona de casa, fazendeiro, pequena proprietária, dentista aposentada, oficial mecânico, jornalista, fotógrafo ambulante, operário tomeiro e da construção civil entre outros. A pergunta que se coloca é: seria possível unir estas memórias e chamá-las de nossa?

Mas o mais significativo neste artigo é que demonstra a confusão do autor, está presente nos dois últimos subtítulos do artigo: **A Marcha para o Oeste e o Nascimento do Eldorado** e **O Fim do Eldorado**. Aquilo que era uma idéia/imagem (Eldorado) transforma-se em realidade e serve para estabelecer uma cronologia para a história da cidade de Londrina e para a região situada ao norte do estado do Paraná. A

¹²³ Artigo “O pioneirismo: discurso político e identidade regional” na *Revista Brasileira de História da ANPUH*, vol.14, n. 28, 1994 (p. 194 a 208). sendo que uma versão semelhante (reduzida) foi publicada na revista *História e Ensino*, Ano 1, vol. 1, 1995. Revista do Laboratório de Ensino de História da Universidade Estadual de Londrina.

¹²⁴ Na identificação dos depoentes são indicadas as suas ocupações principais mas apenas os militantes comunistas tem a sua posição política indicada. Por que o autor não indicou a posição política dos outros?

minha posição é radicalmente contrária pois o EL DORADO é apenas uma fantasmagoria, um discurso que procura silenciar elementos essenciais da (re)ocupação: como p. ex. a violência e a exclusão. Além disso, a idéia/imagem EL DORADO enquanto elemento discursivo, não terminou como já demonstramos em várias partes deste trabalho, continua viva e presente nos mais variados discursos.

Mas os trabalhos que procuram mostrar o outro lado do processo de (re)ocupação e da vida na cidade de Londrina continuavam a ser escritos e, assim, o confronto de narrativas estabelecia-se.

O mais significativo deles, onde o contraponto estabelece-se novamente, foi o trabalho de Sonia Maria Sperandio Lopes ADUM (1991), que procurou resgatar a memória dos excluídos da história da cidade de Londrina. Procurou desvendar um cotidiano permeado de conflitos e confrontos onde se multiplicam formas de resistência e de luta destes agentes sociais "esquecidos".

Questionando as imagens até então difundidas na cidade de Londrina e na região em estudo Sonia ADUM (1991, p.9) assim se expressa:

"Apesar da visão idealizada, ou do "discurso de felicidade" que se tem produzido e reproduzido, pensamos ser o movimento do capital algo que ocorre sempre de forma violenta. A instituição desta nova ordem tem como eixo a expropriação de terras e homens, levando à construção de novo comportamento e novas formas de vida que sempre se tentam impor aos dominados.

Dentro desta ótica, procuramos demonstrar como se comportou a vida dos homens em uma região em que todos se vangloriam de ser pacífica e ordenada; se foi diferente daquela que em todos os cantos se processou, onde camponeses viram-se ameaçados ou expulsos de suas terras, muitas vezes, sob grande violência onde, "vadios", "aventureiros", "mendigos", "caftens", "jogadores" e "prostitutas", isto é, aqueles que não se submeteram a lógica férrea do trabalho então construída, foram, por vários mecanismos, afastados em nome do tripé: "ordem/progresso/civilização". Esta perspectiva é relevante, principalmente se levarmos em consideração que análises sobre o espaço em questão, não raro, trazem no bojo as idéias de uma ocupação e construção pacíficas do território, onde o capital e seus agentes foram naturalmente preenchendo os espaços, como se estes estivessem ansiando e esperando por aqueles."

Na seqüência, procurando esclarecer porque optou por recuperar as lutas populares, no cotidiano da cidade de Londrina, que demonstravam a face amarga do progresso, Sonia ADUM (1991, p. 12-13) afirma que foi a:

"(...) constatação de que a historiografia consagrada sobre a "Região Norte do Paraná" se consolidou, glorificadora de seu passado, exaltadora das virtudes do povo norte-paranaense e, principalmente, dignificadora de seus

heróis. Esta visão difundida nas escolas, representa uma forma não crítica de estudar o passado, resultando em reforço constante dos aparatos ideológicos de sustentação da classe dominante no poder. Até hoje persistem estas representações resistentes às transformações, sendo constantemente reproduzidos velhos "clichês" de 30, 50 anos atrás... A solução para o resgate da história desta sua tendência passa pela possibilidade de constantes revisões de seus conteúdos."

(...)

Finalmente, esta temática traz a oportunidade de fazer a história de muitos homens e não de apenas de alguns - os heróis - neste caso específico, os pioneiros. Aqueles que enfrentaram terras estranhas e inóspitas e lutaram contra "jagunços e desordeiros". Aqueles que lutaram, progrediram, e "construíram uma região" na mais clara opção pela ideologia burguesa do progresso. Pensamos que esta ideologia, ao fazer a sua história, dissimula outras dimensões do real, excluindo dela seus outros agentes, os vencidos. Nesta concepção progressista de história, os perdedores são escondidos no contexto do alargamento territorial e do progresso; são controlados a pretexto da desordem, da anarquia. Acabam por não participar da história, não tem memória.

Retomando a perspectiva de Sônia ADUM, Rosemeire A. Angelini CASTRO (1994) analisou o cotidiano das mulheres em Londrina (1930 -1960) já que a

"(...) a produção historiográfica - relatos, crônicas, índices, álbuns - e trabalhos científicos silenciaram, fragmentaram, estereotiparam ou excluíram as mulheres, suas experiências concretas, seus discursos, assim como seus diversos papéis sociais. Ao acreditarmos que a reconstituição da historicidade das mulheres é o "locum" para a apreensão do cotidiano e da reconstrução dos processos sociais, privilegiamos este sujeito concreto para capturarmos seu lugar, suas representações modelos e, conseqüentemente sua trajetória real (idem, p.10)

Através de depoimentos, análise de processos criminais, jornais e revistas, a autora consegue trazer à cena um dos aspectos silenciados pelo discurso "Norte do Paraná". A sua contribuição é significativa na medida que, de modo crítico, situa a ação de outros personagens que não aqueles até então chamados de "pioneiros". De um lugar de subalternidade, neste trabalho, as mulheres aparecem na cena histórica como co-participes no processo de (re)ocupação da região em estudo.

"As categorias de "progresso", "civilização" e "modernidade", eixo dos múltiplos discursos e narrativas, fundamentaram um padrão de identidade e memória para os diversos sujeitos que as assumiram. Estas iniciativas, em parte deliberadas e em parte extasiadas, destinaram-se a legitimar estratégias de dominação e, por outro lado, procuraram mediar e encobrir os confrontos sociais que atingiam momentos críticos. A recriação destes discursos e narrativas, impregnaram as três décadas objeto deste estudo e visaram reordenar e racionalizar os sistemas simbólicos dos grupos e da

coletividade, em função do movimento, escala e intensidade da vida e das transformações urbanas e rurais.” (CASTRO, 1994: 9)

Mais adiante, coloca de maneira muito clara quem efetivamente construiu alguns elementos presentes no discurso “Norte do Paraná” quando afirma:

“A documentação, pródiga em anunciar os sinais de progresso que impelem inexoravelmente a “*urbs*” para o futuro a tempestade de construções arquitetônicas erigidas nos anos quarenta e cinquenta [e] (...) denota o poderio das fortunas individuais e o ocultamento da trajetória da população comum. Não se pode ignorar as diversas imagens do progresso, a concretude da modernização, mas deve-se salientar que as representações construídas e que buscaram legitimar este processo, excluíram os sujeitos construtores dessa realidade possível - homens e mulheres - e suas respectivas memórias. Criaram a aparência de uma temporalidade linear, sem rupturas e descontinuidades.” (idem, p. 42)

Continuando a perspectiva crítica, recentemente, em 1996, foram escritos dois trabalhos que colocam mais elementos para se repensar a vida na cidade de Londrina. Rivail Carvalho ROLIM (1996) analisou a questão do controle social e a repressão policial em Londrina nas décadas de 50 e 60 e Antonio Paulo BENATTI (1996) procurou descrever e analisar a história dos marginais e mais especificamente dos *territórios e personagens da prostituição* em Londrina nas décadas de 1940 e 1950. Tanto um como outro analisam aspectos da vida urbana londrinense que são conhecidos e até comentados ainda hoje, mas sempre folclorizados, pois dificilmente são assumidos como elementos constitutivos da vida urbana da “capital mundial do café”.

Estes trabalhos demonstram que há uma tendência a repensar a trajetória da constituição das cidades e da (re)ocupação desde um ponto de vista crítico em relação ao discurso “Norte do Paraná”.

É necessário, entretanto, afirmar que, na luta pelo poder simbólico e no confronto de memórias, no interior das narrativas historiográficas, a partir da década de 90, os trabalhos mais significativos possuem uma visão crítica do processo de (re)ocupação e da sociabilidade que se desenvolveu na região em estudo. Um dos últimos trabalhos que procuram fazer uma análise das fabulações discursivas sobre a região em estudo e que merece um destaque é o de José Henrique Rollo GONÇALVES (1995). Nele, o autor procura analisar as *formulações conceptuais acerca do Norte do Paraná, a partir dos anos 30* e suas relações com as *diferentes conjunturas políticas e lutas ideológicas experienciadas pelo país* no mesmo período. O segundo aspecto abordado refere-se aos constructos que se ligam à “verdadeira reforma agrária” ou em paralelo ao tema da

“democracia rural” onde procura discutir, com muita lucidez, os vários discursos sobre a “reforma agrária” na região, dentro e fora da academia. Através destes dois temas básicos, vai delineando como foram-se constituindo formas discursivas que estruturaram vários elementos do que chamo discurso “Norte do Paraná”.

Em um momento de seu trabalho, ele caracteriza muito bem a visão dominante na região no sentido de considerá-la autônoma em relação ao contexto brasileiro:

“Um traço marcante na bibliografia, fatalmente decorrente do empilhamento de aspectos idílicos, reside na tendência à autonomização ôntica da região. Uma vez que ela foi transformada em *alter-espço* nacional, somente poderia ser caracterizada enquanto *locus*-fator de atração e, logo em seguida, como uma sociedade em estado estacionário. Do contrário, seria difícil evitar menções a evidências potencialmente desestabilizadoras dos constructos semiológicos que sustentam a imagem dominante daquele território. Eles não poderiam escapar das contaminações feitas pelos constructos vizinhos e parentes discursivos próximos ou distantes. Deste modo, tanto pelo entusiasmo políticos quanto pela entronização de um método indutivista de investigação/comunicação dos resultados, desligou-se o desenvolvimento regional de todos os contextos estruturais e, portanto, sua dinâmica real foi subtraída por uma mecânica fantasmática. (idem, p. 205)

Com isto, o autor deixa claro que as construções fantasmagóricas procuram dar a idéia de uma virtualidade própria à região norte-paranaense, de tal forma que ela aparece, por seus atributos intrínsecos, como autogeradora de todas as suas transformações.

Mesmo com uma produção crítica que procurou colocar novos dados e visões sobre o processo de (re)ocupação das terras norte-paranaenses a manutenção do discurso “Norte do Paraná” continua presente cotidianamente nos jomais, desde a década de trinta até os dias de hoje. Além das matérias e notícias publicadas semanalmente, existem também os museus públicos e privados, as casas de cultura e organizações particulares, que têm, por objetivo, conservar o “patrimônio cultural”, que se esforçam para manter e disseminar aquele discurso. Creio, entretanto, que a análise crítica destes “lugares da memória” consagrada e vigiada poderá ser objeto de um trabalho específico.

5.3. A VIOLÊNCIA E A EXCLUSÃO NA “NOVA CANÃÃ”.

Ao lado destes discursos e de uma realidade que se pretende representar, existem outros discursos e outra realidade. Estes referem-se aos movimentos sociais rurais que estavam acontecendo na região. São os movimentos de posseiros que foram expropriados de suas terras por “jagunços” ou mesmo por policiais, a mando de fazendeiros, “papa terras” ou do governo do estado do Paraná, que queria “manter a ordem”.

Como nos diz Ana Yara LOPES (1982, p. 140) sobre estes movimentos:

“Lembramos que em 1946, com a redemocratização no Brasil e logo após o fim da 2ª Guerra Mundial, muitas mudanças favoreciam o desenvolvimento da frente pioneira do Norte do Paraná: o preço do café subia no mercado internacional, as terras do Norte Novo estavam definitivamente integradas no mercado, e o governo paranaense, através de colônias estaduais, acelerava a retalhação das terras novamente devolutas, nas áreas sobrando das antigas concessões. E não poucas vezes, vendo-se favorecidos os cabos eleitorais do partido que subira ao poder. Sobrepujam-se, em cada pedaço de terra, vários donos legítimos e ilegítimos, posseiros, interessados virtuais em tirar partido da confusão reinante.

Note-se que, no Paraná, a expropriação dos pequenos produtores vinha ocorrendo há décadas. Excetuando a rebelião do Contestado, que se desenvolveu de forma messiânica, somente em torno dos anos 50 é que novamente aparecem movimentos organizados de resistência dos expropriados, agora não só posseiros, mas também parceiros e colonos, denunciando as arbitrariedades que viviam nas fazendas.”

Nesta mesma linha de raciocínio, Vicente Ferreira (1976(b), p.21), referindo-se ao primeiro governo de Moysés Lupión e sua política de terras, afirma:

“Só no primeiro quinquênio de governo, Moysés Lupion fez voltar ao domínio particular 792.151 hectares, a maior parte dos quais em benefício de pessoas que obtiveram vastas glebas, não para fins de cultivo, mas para revenda. A cobiça dos grupos que viviam à sombra do governo levou-os a vender não apenas uma vez, mas quando possível duas outras. Para isso subverteram todos os princípios, modificaram as leis, os mapas e os documentos. Inverteram o curso de rios, mudaram a localização de acidentes geográficos, criaram outros. Se tinham poderes para transformar a geografia, imaginem os poderes que tinham contra os posseiros, legítimos proprietários que não queriam se sujeitar aos preços extorsivos que eles próprios valorizavam. O policiamento foi utilizado para expulsar famílias, queimar plantações, limpar o terreno da gente que ali trabalhava há anos e tinham direitos que deixaram de ser reconhecidos”.

Assim, surgiram movimentos sociais vinculados a uma forma de ocupação muito comum, a **posse**, que consistia no fato de famílias de colonos que se estabeleciam em terras do Estado ou abandonadas, e aí faziam a sua moradia e passavam a plantar, normalmente com o consentimento do próprio governo. Como, a maioria delas eram terras devolutas ou abandonadas, quando o governo estadual pretendia fazer algum favor aos amigos, vendê-las, colonizá-las ou dar concessões, muitas dessas glebas já estavam ocupadas por **posseiros** que aí viviam há muitos anos tendo benfeitorias bem como plantações regulares.

Dentre os movimentos mais conhecidos está o de Jaguapitã em 1946-47, e o de Porecatu em 1947/51, muito citados e pouco analisados, que envolveu milhares de famílias que viviam em terras devolutas, acreditando nas promessas de colonização do governo. Foi este mesmo governo que as expulsou, pois aquelas terras tinham sido doadas a grandes proprietários com ligações políticas no estado.

Todas estas revoltas estavam ligadas à existência dos antigos “grilos”, à cassação de concessões após 1930, à retomada de um projeto de colonização do governo do Paraná, nos tempos de Manoel Ribas e depois de Moisés Lupion, onde ocorreram doações, revalidações, enfim uma verdadeira batalha jurídico-político-militar, onde os ocupantes, posseiros eram a parte mais fraca neste processo.

Entretanto, havia também uma outra forma de se “construir” o conflito, que é a analisada por Miguel A. de OLIVEIRA (1989, p. 67) quando afirma que, durante a década de 1940, vários fazendeiros, entre eles, os Lunardelli, tendo comprado grandes extensões de terras cobertas de matas, “toleravam” a invasão de posseiros que derrubavam a mata dentro das suas propriedades, em áreas previamente definidas, onde cultivavam café. Conforme o autor, esta era uma forma de tornar as terras produtivas. Não só toleravam, mas até induziam as **ocupações** (dando mudas de café), sendo que, mais tarde, quando a mata estava derrubada e o café formado, passavam a ser consideradas **invasões** e tratadas como tal.¹²⁵

Um exemplo muito preciso sobre como eram “resolvidas” determinadas questões envolvendo posseiros, fazendeiros e força policial, aparece no depoimento¹²⁶ de Antonia Billar, esposa de um dos líderes da revolta de Porecatu:

“Vou lhe contar a nossa história, que é mais ou menos a história de todos os posseiros. Verão que não somos bandidos, nem assassinos, nem políticos. que apenas lutamos pelos nossos direitos, pela nossa terra. Nós chegamos aqui há mais de dez anos. **Tudo era virgem**. Para buscar mantimentos, tínhamos que montar em lombo de burro e cavalgar mais de 100 quilômetros até Presidente Prudente. Derrubamos o mato, erguemos nossas casas, fizemos nossos roçados. **A civilização chegou depois. E**

¹²⁵ Com esta indicação fica claro que a “Guerra de Porecatu” não foi apenas resultado da política de terras governamental que se desenvolveu no Paraná nos anos 40, mas também resultante da ação deliberada de grandes fazendeiros, além é claro dos conhecidos “grileiros” que serviam, normalmente a grandes proprietários.

¹²⁶ Depoimento publicado na revista “O Cruzeiro” em 14/07/1951, p. 102, apud LOPES, 1982, p. 140.

vinhamos também com uma situação legalizada, pois antes fomos buscar informações no Dep. de Terras de Londrina, onde o Dr. Odilon disse que estes matos eram do governo, e que o governo venderia aos colonos os lotes que eles ocupassem e plantassem. Tínhamos o protocolo, tínhamos recibo de 25 contos que pagamos ao governo, tínhamos recibo de impostos que durante dois anos nos cobraram.

Ninguém pode imaginar como éramos felizes, como vivemos despreocupados esses oito anos. Formamos cafezais, milharais, plantamos feijão, arroz, criamos porcos, galinhas e tínhamos o nosso gado. (...) **Estávamos no mundo de Deus.** Até que um dia - foi em 1947 - a polícia chegou. (...) Os soldados apareceram chefiados pelo Major Euzébio. Eram 12 homens. Bateram em nossa filhas, surraram os nossos filhos - e os levaram presos para Porecatu. O meu velho foi chamado dias depois pelo Juiz Carlos Valente, e seguiu também para aquela cidade. Lá lhe disseram que se quisesse ver os filhos soltos - e isso foi dito sob ameaça de fuzil - deveria assinar a renúncia de suas terras mediante a quantia de 18.000 cruzeiros. e dos dezoito mil, lhe dariam só oito mil. O resto era negócio de custas, coisa que não entendo. As terras seriam entregues ao Jerônimo (Jerônimo Inácio de Souza, fazendeiro, com cerca de 1500 alqueires na região). O velho ficou aturdido, e assinou para não morrer.¹²⁷ (destaques meus)

Este depoimento é muito importante porque demonstra como os posseiros, mesmo tendo tomado todas as providências legais para ter a posse definitiva de suas terras, foram expropriados posteriormente. Por outro lado, aparece aí, também, elementos daquele discurso hegemônico desde então: tudo era virgem, a civilização chegou depois (eles não se incluíam nela) e a idéia de Terra da Promissão presente na expressão: "Estávamos no mundo de Deus".

Mais de trinta anos depois, uma série de 15 artigos¹²⁸ publicados no jornal "Folha de Londrina" sob o nome "Dias de Medo" recolocava a questão da "Guerra de Porecatu na ordem do dia. Trazendo relatos e dados novos à questão, apenas reafirmava o que outros trabalhos já haviam denunciado. Falando da situação da família Billar em 1985, o jornalista afirma:

"Hoje a família Billar está esparramada, mas como no passado, parte de seus integrantes continua lutando pela vida num cenário que conhecem muito bem: a própria terra. Os irmãos João e André Billar estão agora na localidade de Guia Lopes da Laguna no interior do Mato Grosso do Sul, desbravando terras virgens. José Billar - que carrega o nome do pai por ser o primogênito - está em Iporã, no Oeste do Paraná onde vive como assalariado de um pequeno sitiante e Mário está em Umuarama, enfermo e vivendo da ajuda de seus amigos ..."

¹²⁷ Parte da matéria publicada em O Cruzeiro, 14/07/1951 p. 102 apud LOPES, Ana Yara (1982:140)

¹²⁸ O autor das matérias foi Pedro Paulo Felismino e elas foram publicadas entre 14 e 28 de julho de 1985.

A trajetória dos posseiros que procuraram trabalhar e tornar produtivas terras consideradas “devolutas” foi a que se descreve acima: continuar em busca de uma terra para plantar, assalariar-se como trabalhador rural e no limite, ficar doente e viver da ajuda de amigos.

A **organização dos trabalhadores e as suas lutas** foi objeto de alguns trabalhos que devem ser indicados, sendo que a maioria deles enfocou a questão das lutas dos trabalhadores rurais.

Elpídio SERRA (1991) estudou os processos de ocupação e a luta pela terra no Paraná. Neste trabalho, que procura abarcar todo o século XX relata e detalha várias formas de organização e de luta que os trabalhadores rurais no Paraná produziram e quais foram os seus resultados.

Osvaldo Heller da SILVA (1993), em sua tese de doutorado, analisa o surgimento do sindicalismo agrário no estado do Paraná, no período de 1945 a 1970 e a questão dos comunistas e anticomunistas neste contexto. O objeto de seu trabalho pode ser entendido pelas suas próprias palavras:

“L’objet de cette thèse concerne l’espace social formé par des organisations soucieuses de représenter, sous forme syndicale, les couches paysannes du Paraná. Pour rendre compte de la complexité de cet univers social et sa dynamique, on aura recours à la théorie du champ, qui va permettre à la fois de spécifier de domaine d’action de ce syndicalisme tout en analysant ses corrélations avec le champ politique dans son ensemble. Elle devra, en outre, rendre compte des rapports existant entre la place occupée par les différentes couches composant la paysannerie et les modalités de représentation syndicale qu’elles se donnent ou qui leur sont attribuées.” (idem, p. 6)

Angelo A. PRIORI (1994) desenvolveu um estudo sobre as lutas e a organização dos trabalhadores rurais da região norte-paranaense no período de 1950 e 1960. Procurou evidenciar o processo de constituição dos seus sindicatos, como se desenrolaram as suas reivindicações e os conflitos com os portadores do capital. Demonstra como o surgimento do sindicalismo rural nas décadas de 50 e 60 foi significativo e revelador em relação ao grau de insatisfação e miserabilidade dos trabalhadores rurais.

Ao analisar 60 processos trabalhistas e inúmeras fontes jornalísticas, deixa bem claro como a Justiça do Trabalho agiu quanto às reivindicações dos trabalhadores rurais, isto é, quase sempre dando ganho de causa aos proprietários das terras. Além disso, demonstra a campanha desenvolvida por todos os órgãos de imprensa contra a formação de sindicatos de trabalhadores rurais sob o pretexto que eles “promoviam a discórdia entre patrões e empregados”.

Angelo Priori analisa também como a organização dos trabalhadores teve o seu contraponto na organização da Frente Agrária Paranaense (FAP) efetuada pela Igreja Católica (basicamente os bispos de Londrina, Maringá, Jacarezinho e Campo Mourão) que se colocavam radicalmente contra a reforma agrária e contra a infiltração de “elementos perturbadores da ordem” no interior do movimento dos trabalhadores. A FAP congregava proprietários de terras de todos os tamanhos, (arrendatários ou parceiros, só se apresentassem contratos assinados pelos proprietários) excluindo os trabalhadores temporários ou permanentes que mantinham uma relação assalariada com os proprietários¹²⁹

Além da violência já apontada no contexto das lutas sociais, havia também aquela que aparecia disseminada no cotidiano das cidades, das fazendas e nas terras “livres”. Apenas para apontar algumas situações, indico as que seguem.

A primeira delas baseia-se no depoimento de um trabalhador cearense que saiu do Nordeste, passou muitos anos em São Paulo e, na década de 50, chegou no Paraná:

“(...) Peguei imigração para Presidente Prudente e fui morrê nos tubarões, plantá café pros fazendero no Paraná. (...) No Paraná cheguei com 30.000,00 : a muié guardava na cinta. Mas lá era um grilo danado. Os fazendeiro era os primeiro a ser grilo. Era um quebra milho, e os nordestino pensava que quebrá milho era o que eles fazia no Norte, quebrá o milho, mas no Paraná eles pegava os ingênuo e quebrá milho queria dizer tomá terra armado. Lá eu ganhava 30,00 por dia em comida, que comprava no armazém do patrão e ele que punha o preço. Paraná é terra de grilo. (A mulher repete). Banquei o jacu e num comprei terra de medo dos jagunço. E o preço era bom, 10,00. Se tinha saldo na fazenda ou me tomava ou me dava fim. Num podia dormi de tanto tiro. Aí fui bancá o gato. Pegá 200 alq. e derrubá por minha conta, e plantava café. Comprava no armazém com o preço que ele quisesse. Se pagava o dinheiro que me devesse, tinha até recibo, me matava. Sai da fazenda corrido. Tinha 35 dias de serviço a recebê de adulto a 30,00 fora as crianças e devia 900,00 à fazenda, das compra no armazém. E me aburreci e resolvi ir embora.”

O depoimento segue explicando as razões por que ele resolveu ir embora. Inicialmente porque o administrador da fazenda exigia que só ficasse em casa uma mulher para fazer o almoço. Como ele tinha, além da esposa, uma filha que tinha estudado até o 1º do ginásio (hoje 5ª série), não queria que ela trabalhasse na roça. Poderia até trabalhar na casa do patrão em serviços domésticos, mas na roça não aceitava. Além disso, o frio era muito e a roupa era pouca. Outra razão foi um fato que aconteceu em determinado dia, quando o patrão mandou chamá-lo para conversar com ele em torno da meia noite para resolver a

¹²⁹ Além destes trabalhos convém consultar WESTPHALEN et al (1968), CHAVES NETO (1961), NASCIMENTO (1962), FERREIRA, Angela D. (1984), OLIVEIRA, Miguel (1989).

questão do trabalho das mulheres. O patrão estava o esperando com dois capangas armados. Ele relata a discussão que houve. O depoimento segue:

“Ficou muito tempo me provocando mas eu disse que num queria briga. Se eu brigasse eles me matava.
 Passo uns dias nós fugiu da fazenda de noite, sem recebê nada. Escapemo.
 Dali fui prá muitas fazenda. Bento M. da Rocha. Centenário do Sul na Fazenda Rincão. (Mostrou o contrato e disse): Isso aqui é prova de sofrimento, tenho comigo prá mostrá prá famia o que eu passei. Era 1,00 por cova de café, com 4 pé. Tinha 25.000 covas. o café do 4º ano era do formador, mas o café não deu por causa da geada. e tinha uma meada de 0,25 por cova que el nunca pagou. fiquei os 6 anos e não deu um tostão pra nada. Aí eu fui prá Jandaia do Sul, trabaiá de agregado. Fui tocar café a meia. Em Jandaia, município de Marumbi, fiquei um ano e meio. Depois voltei para Pirauana, plantando café a %, a 40%. Depois Barboza Ferraz. Aí me aprumei, depois de trabaiá 12 anos prá tubarão sem saldar nada. Aí a famia cresceu e fui caminhando. Vamos viver de emprego que é meiô. Vamos prá São Paulo. Viemo todo mundo.”¹³⁰

A violência aparece aqui em todos os seus momentos, sendo uma forma habitual de relação social.

A segunda situação está presente no Código de Posturas de Londrina de 1953¹³¹ em seu Título II - Da Polícia de Ordem Pública, Capítulo I :

“Art.62 - É expressamente proibido, sob pena de multa:

I - perturbar o sossego público com ruídos ou sons excessivos, evitáveis tais como:

- a) os de motores de explosão desprovidos de abafadores ou com estes em mau estado de funcionamento;
- b) os de buzina, clarins, tímpanos, campainhas, rádios ou quaisquer outros aparelhos;
- c) a propaganda realizada com bandas de música, tambores, cornetas, fanfarras, etc., sem prévia licença da Prefeitura;
- d) os morteiros, bombas, bombinhas e demais fogos ruidosos, sem licença da Prefeitura, salvo nos dias de festas juninas;
- e) **os produzidos por arma de fogo;**
- f) apitos ou silvos de sereias de fábricas, máquinas, cinemas etc., por mais de trinta segundos ou depois das vinte e duas horas;
- II - promover batuques, congados e outros divertimentos congêneres na cidade, vilas e povoados, sem licença das autoridades, não se compreendendo nesta vedação os bailes e reuniões familiares;” (destaque meu)

¹³⁰ Depoimento colhido, entre 30 outros no final de 1971 e início de 1972 em São Paulo e transcrito em BERLINK, Manoel T. - **Marginalidade Social e Relações de classes em São Paulo**, Petrópolis: RJ, 1975 p.91-95.

¹³¹ Publicado na Folha de Londrina em 15 de janeiro de 1954.

Note-se que os ruídos produzidos por armas de fogo deviam ser muitos, como a existência de armas também, pois até foi necessário que fosse coibido pela legislação. Além disso, é significativo que este tipo de ruído fosse comparado a outros tantos, comuns numa cidade, demonstrando que a existência e a posse de armas de fogo era algo corriqueiro. Se isso acontecia na maior cidade da região, considerada a mais “moderna e civilizada”, pode-se imaginar o que acontecia em outras cidades e povoados.

Os infratores daquela norma poderiam ser multados em Cr\$50,00 até Cr\$ 500,00 . Seriam multados se fizessem, entre outros, barulho produzido com armas de fogo. Pode-se pressupor que as armas de fogo eram aceitas normalmente.

A terceira situação a destacar, tendo como protagonista Telmo Ribeiro, aquele que tinha sido preposto do governador Manoel Ribas e depois de Moysés Lupion, na região de Paranaíba. O seu declínio econômico e político iniciara-se com o fim do primeiro mandato do governo Moisés Lupion, mas:

“Para suprir sua vida de luxo e extravagâncias, Telmo Ribeiro vai vendendo suas terras, que eram quase 800 alqueires. Área que hoje corresponde aos bairros Vila Operária, Jardim Ypê e Jardim São Jorge, da cidade de Paranaíba. Muda para a cidade paranaense de Cornélio Procopio e em 1964 transfere-se para Maringá, também neste Estado. Em 1967, ao tentar cobrar uma dívida na cidade de Cornélio Procopio, foi assassinado. O devedor sabendo que Telmo Ribeiro era famoso por ser “rápido no gatilho”, num gesto duvidoso deste, “sacou a arma e atirou”. O primeiro e único caudilho, que dominou por 10 anos (1938 a 1948) o Noroeste do Paraná, acabou sendo “vítima de sua própria fama” (ALCÂNTARA 1987, p. 65)

Conforme este relato, em 1967, ainda era possível encontrar “cenas de farwest” na região. A violência continuava a ser uma das formas comuns para se dirimir questões de terras ou dívidas pessoais.

A quarta situação é relatada por J. F. Duque ESTRADA (1961, p. 28-30) escrevendo sobre Maringá *quando ainda não era nem distrito*, e referindo-se às “rivalidades” entre membros dos partidos UDN e PSD ali instalados, mas também sobre o que acontecia nas terras que iam até as barrancas do rio Paraná. Assim, descreve:

“Formavam, assim, dois poderosos grupos, contando com vastos recursos financeiros e com largo prestígio no eleitorado. O P.S.D., que Mário Jardim dirigia, apagou suas luzes. É que sofria o ataque constante de seus adversários, por abrigar, como seus adeptos, o famoso Aníbal Goulart Maia, protagonista de vários dramas de morte e que, com “gente grossa” do partido, “grilara” a gleba 19 em Paranaíba, enriquecendo da noite para o dia. O outro, Alberto Ribeiro de Andrade, conhecido pelas alcunhas de “Galo Cego”, no norte, e “Paulista” no sul.

Este era protegido do deputado João Chede, de Palmeiras, e também ostenta uma folha de “serviços” marcada por muitas sepulturas.

(...)

Naquele tempo, o “avanço” nas terras devolutas do setentrião paranaense, transformara aquelas bandas em campos de luta violenta e, a mentalidade dos homens que ali se metiam era avaliada em alqueires.

(...)

A ordem e a posse, e porque não dizê-lo, a tranquilidade, eram mantidas por uma austera senhora chamada Winchester 44, amparada pelos Colts e W.S. 38.

Anibal comandava cerca de 80 jagunços que não eram “flor de se cheirar” e, os outros, não ficavam atrás, principalmente o turco Abbud.

(...)

As barrancas do Rio Paraná, no Porto São José, eram o ponto de reunião de toda a malta, que ali promovia ruidosas “peixadas”, com muita profusão de “pinga” e tiros a granel. Nestas “festas”, notava-se uma das melhores “coleções” de bandidos, facínoras e assassinos, egressos das cadeias e da justiça de todos os Estados

(...)

Foi uma luta terrível levar um pouco de “civilização” aquele mundo perdido, “povoado” por onças, veados, antas e sucuris. E, alguns “intrusos” - “gente” que entra na terra “sem ordem do governo”- e que, por isso não era considerada “humana”. Podia ser caçada à vontade.

A jagunçada tinha lá suas “leis” e suas maneiras de executá-las. Uma delas - as porungas - consistia num modo esquisito de se livrar dos outros, sem gastar munição. Amarravam os braços do “cabra” para trás, colocando, em seguida, as “porungas” (cabaças do mato) bem presas nos joelhos ou nos pés que também são amarrados. Jogado n’água, a cabeça do “bicho” vai ao fundo, enquanto as “porungas”, muito leves, flutuam juntamente com os pés, descrevendo, no começo, uma dança desesperada, macabros revoltos. Depois lânguida e vagarosamente, vão descendo pelo rio, dando adeus à terra, que vai ficando para trás. Por seu lado, submisso ao seu destino, o “cabra” deixou de respirar...

Às vezes, essa “justiça” tem aplicação quando um jagunço de um “grilo” rio abaixo invade um “grilo” rio acima. Colocam-no nesse original “veículo”, com um jocoso bilhete ou “mensagem”, dentro de uma das “purungas”, para os “colegas” de rio abaixo.

A degola não era rara, resquícios das gauchadas do tempo dos maragatos, sendo a velha adaga substituída pelo moderno facão “collin”.¹³²

Apesar de longa, esta citação coloca muito bem como “funcionavam” os jagunços, que estavam a mando de políticos locais, regionais ou do governo estadual. Estas práticas, entretanto, não ficaram restritas à região de Paranaíba. Pelo que se sabe à “boca miúda”, elas eram uma constante também na década de 50 e 60 na região do rio Piquiri.

¹³² Referindo-se a Anibal Goulart Maia diz que ele (...) “tem um passado violento. No dia 3 de fevereiro de 1939 matou em Santo Antonio da Platina; tentativas de morte em Londrina; identificado por homicídio em Jacarezinho; art. 208 e seus parágrafos em Mandaguari” (idem, p.30) demonstrando claramente a trajetória pessoal de um assassino que tinha seus “feitos” assinalados em toda a região norte-paranaense, de ponta a ponta, demonstrando que a violência era um elemento comum.

Estes depoimentos, relatos, situações, entre muitos outros, desnudam o discurso que afirma que a região norte-paranaense foi (re)ocupada de forma pacífica e ordenada.

A exclusão caminhou junto com a violência, sua companheira inseparável. Como já vimos anteriormente, os posseiros, os caboclos, os trabalhadores não proprietários e mesmo os pequenos proprietários foram, pouco a pouco, sendo “empurrados” para a fronteira das terras novas. Enquanto havia mata à frente, eles se instalavam aqui e ali, onde havia algum tipo de trabalho. Entretanto, a “fronteira” paranaense esgotara-se no fim dos anos sessenta. Muitos deles foram para as cidades e outros tantos foram procurar “novas terras”.

5.4. A QUESTÃO INDÍGENA CONTINUA.

Neste período em que a (re)ocupação iniciava sua fase final, ainda os indígenas eram considerados “preguiçosos”, “cachaceiros”, “ladrões” e “inimigos do progresso e da civilização”, mesmo que a maioria deles já estivessem alocados em reservas indígenas. Entretanto, ainda, na perspectiva dos governantes, era necessário que novamente fossem tomadas medidas legais para que as terras indígenas pudessem ser reduzidas e deixassem maior espaço para os “colonizadores” já que estes continuavam ocupando-as simplesmente e matando os índios, se fosse necessário.

Através do decreto nº 7.692 de 30/06/1945, Getúlio Vargas cedeu ao estado do Paraná as terras da fazenda São Jerônimo, que haviam sido “doada” aos índios pelo Barão de Antonina, no século passado, mas que estavam sob a jurisdição do governo federal. Em 1949, no governo de Moisés Lupion, efetivou-se a redução da área da reserva de São Jerônimo. Assim, dos 14.000 alqueires originalmente “doados” restaram apenas 2.000 alqueires, em duas glebas separadas - Gleba Barão de Antonina e gleba São Jerônimo, sendo que a primeira estava totalmente invadida por posseiros.

No mesmo ano de 1949, a área da reserva do Apucarantina que possuía aproximadamente 50.000 ha., foi reduzida para 6.300 ha. sendo também dividida em duas glebas - uma de 5.300 ha e outra de 1.000 ha. Esta última, os índios nunca tomaram posse, desapareceu nos meandros da burocracia e dos poderes governamentais.

Além destas duas reservas os Kaingáng também foram assentados na reserva de Ortigueira, mais ao sul desta última. Os outros indígenas dispersaram-se por muitas cidades, trabalhando em muitas atividades subalternas, e na zona rural como empregados nas fazendas.

Voltava-se, desta forma, a fazer "legalmente" o que já havia sido realizado há mais de um século antes com o decreto nº 426 de 24 de julho de 1845 que procurava transformar o indígena em trabalhador braçal, liberando os seus territórios para "fins de colonização e assentamento de trabalhadores nacionais".

Mas os indígenas continuaram lutando, a seu modo, para a retirada dos posseiros. Os conflitos com estes, desde então, tomou-se uma constante, com maior ou menor tensão. Entretanto, durante 30 anos, os índios foram subjugados, mas não vencidos totalmente, pois, em 1979, e, depois, em 1985, houve uma reação organizada e articulada entre vários postos e grupos Indígenas e desta forma conseguiram que, aquela gleba invadida por posseiros fosse liberada.¹³³

A questão indígena foi objeto de análise somente nos anos setenta com os trabalhos de Cecília M. V. HELM (1974 e 1978), que no interior da academia abrem, novamente, a trilha da preocupação em analisar a questão dos "excluídos", no caso os povos indígenas, com a preocupação de situá-la no interior da produção agrária capitalista. Estes dois trabalhos procuraram olhar os indígenas desde fora, da perspectiva da sociedade nacional, não explorando como os próprios índios percebiam e vivenciavam o que estava acontecendo. Mesmo assim, são importantes para marcar este momento em que os descendentes dos primeiros habitantes voltam a ser objeto de estudo da academia e denunciar o estado em que se encontravam.

Somente muitos anos depois, surgiu outro trabalho significativo sobre a questão indígena, incluindo os indígenas que habitaram as terras situadas ao norte do estado do Paraná. Este é o trabalho de Lucio Tadeu MOTA (1994) que procurou, em primeiro lugar, analisar e denunciar a construção da idéia do "vazio demográfico", presente na historiografia paranaense, para depois analisar a presença e a resistência dos Kaigáng no Paraná, recuperando a memória de luta deste povo.

Kimiye TOMMASINO (1995), já citada neste trabalho, escreveu sua tese de doutorado, procurando reconstituir a história dos Kaingáng da bacia do rio Tibagi desde a metade do século passado até os dias atuais, ressaltando as relações que estabeleceram com os outros povos indígenas da região e com os colonizadores, demonstrando como conseguiram continuamente desenvolver o seu modo de ser. Para tanto, fez uma análise que permitiu compreender melhor a história paranaense na medida que processo de (re)ocupação ocorreu sobre os territórios indígenas. Além disso demonstrou como os indígenas sempre lutaram tanto para manter seu território, e as práticas de seus ancestrais, perpassadas pela presença da sociedade nacional envolvente.

¹³³ Sobre estes movimentos consultar o trabalho de doutorado de TOMMASINO, K. (1995) que analisa de modo detalhado estes movimentos e os explica com muita proficiência.

A (re)ocupação durante a década de 1960 completara-se. Poucas eram as terras disponíveis para a instalação de novos ocupantes. A cafeicultura, que havia sido o carro chefe da (re)ocupação, neste período, iniciava seu declínio e as transformações ocorridas em nível nacional, no plano econômico já atingiam a região em estudo, provocando transformações brutais em termos de reordenamento da propriedade (concentração), das culturas agrícolas, diversificação maior e alterações demográficas significativas nas décadas seguintes. A violência e a exclusão continuarão presentes nos anos seguintes, mas isso é assunto para outro trabalho, além, é claro, daqueles que já existem.

CONCLUSÃO

"Verdade é algo em que se crê, se previamente se aceitam como verdadeiros os critérios que a definem como verdade"

José Carlos Rodrigues

A análise do discurso “Norte do Paraná”, o processo de sua constituição, bem como a sua permanência até os dias de hoje foi o objeto deste trabalho. Muitos foram aqueles que participaram desta trajetória discursiva. Acredito, entretanto, que os geógrafos, historiadores, sociólogos, antropólogos e economistas entre outros, como membros da academia, tiveram uma posição diferenciada neste processo, pois agregaram a este discurso um caráter de “cientificidade”. Assim, nesta conclusão, se torna importante refletir novamente sobre a posição do pesquisador perante os fatos históricos. Para tal reflexão tomo, como ponto de partida, as palavras de Jean CHESNEAUX (1995, p. 67):

“Os fatos históricos são cognoscíveis cientificamente, mas essa exigência deve levar em conta seus caracteres específicos. Por um lado, os fatos históricos são contraditórios como o próprio decorrer da história; eles são percebidos diferentemente (porque diferentemente ocultados) segundo o tempo, o lugar, a classe, a ideologia. Por outro lado, escapam à experiência direta por sua natureza passada, são suscetíveis apenas de aproximações progressivas, sempre mais próximas do real, **nunca acabadas nem completas**. A exigência de rigor científico, indispensável para proteger-se de mitos e fabulações, deve visar a “liberá-los” de tudo aquilo que deforma e oculta: tornam-se mais precisos os conhecimentos, dá-se a eles uma substância sempre mais rica e objetiva. Tudo isso, longe de reclamar qualquer “objetividade” da parte do historiador, só pode se realizar através das exigências da luta política. É preciso denunciar em suas raízes políticas as interpretações errôneas e as lacunas voluntárias: elas estão ligadas a práticas de opressão e alienação em benefício do poder e das classes dirigentes. O real-objetivo é sempre aperfeiçoável à medida que novos problemas políticos colocados pelo presente permitem interrogar o passado sempre com mais acuidade e precisão.”(destaque meu)

Estas palavras de Chesneaux são indicativas para (re)pensar o trabalho que aqui finalizo. Foi um caminhar em busca de algumas evidências, procurando desmitificar determinados discursos tidos até então como verdadeiros. Muitas e constantes são as reiteraões que se encontram no discurso “Norte do Paraná”, não só na academia, mas também nos vários meios de comunicação e nas instituições que segregam a memória histórica, como os museus e centros de documentação. Procurarei aqui pontuar aquelas fantasmagorias mais reiteradas nas narrativas presentes no discurso “Norte do Paraná” e que possuem maior força no sentido de silenciar outros discursos.

A. O vazio demográfico e a mata virgem

Muitos estudiosos que contribuíram para o conhecimento da região norte paranaense, e mesmo aqueles que apenas se referem a ela, entregaram-se ao discurso

dominante. Além das citações já destacadas no corpo deste trabalho e da análise sobre o assunto presente no trabalho de Lucio MOTA (1994), aqui apresento outras:

MUSSALAM (1974, p.19) ao se referir aos primeiros momentos da presença do Estado na região afirma:

Portanto, apesar da Fundação da Colônia Militar de Jataí, e dos aldeamentos de São Pedro de Alcântara e São Jerônimo, permaneceu o Norte do Paraná, até o último quarto do século passado, como **sertão praticamente desconhecido e desabitado.**” (destaque meu)

Creio que, durante o desenvolvimento deste trabalho, consegui pontuar que o território que se situa ao norte do estado do Paraná já era conhecido e esquadrihado por engenheiros, agrimensores, viajantes e que ademais viviam índios e caboclos que **conheciam e habitavam** este espaço.

CANCIÁN (1977, p. 47) em seu significativo trabalho, também deixou passar a mesma idéia:

“O café nem sempre esteve associado à terra roxa pura, e sim, muito mais, às terras **virgens**, recobertas de matas. Até a introdução da empresa agrícola de exportação toda a área que compõem o Planalto Ocidental Paranaense, isto é, o Paraná Novo, permaneceu em **mata virgem quase impenetrada**” (destaques meus)

A expressão “terras virgens” remete, obrigatoriamente, à alegoria da mata enquanto uma mulher. Ela é virgem enquanto não for “penetrada”.

Creio que com Elpídio SERRA (1991, p. 27 /28) tem-se a expressão mais cabal deste discurso :

“Os **primeiros indícios de povoamento** do Norte do Paraná remontam ao século XVII através das missões religiosas instaladas por jesuítas.

(...)

Outro registro de **ocupação humana**, antes do avanço efetivo da frente pioneira, data da segunda metade do século XIX e teve objetivos militares.

Estes dois pequenos excertos dizem muito da perspectiva adotada pelo autor, no que se refere à (re)ocupação. Apesar de se referir às missões indígenas, não considera que a região já estava ocupada e que esta só se efetiva quando a “cultura ocidental cristã” ocupa determinado território. No segundo, os indígenas sequer são considerados como humanos. Além do mais, comete um anacronismo muito comum quando coloca o “Norte do Paraná” já constituído no século XVII.

Mas esta perspectiva não é exclusividade daqueles que escrevem sobre a região em estudo. Em trabalho recente, Luiz Fernando L. PEREIRA (1996, p. 16), referindo-se ao Paraná recoloca esta questão, deixando claro que, mesmo os autores críticos, reiteram esta postura:

“Embora criada pelo Império para ser seu ponto de apoio na região, a Província do Paraná não recebia deste qualquer privilégio (...) era o 18º em população, ficando à frente somente do Espírito Santo, Mato Grosso e Amazonas, e 2/3 de seu território ainda se encontrava desocupado e mesmo suas fronteiras não eram bem definidas. Talvez por estes fatores a tese de que o Paraná era um mero local de ligação e passagem, uma estância para tropeiros tenha se consolidado, esquecendo que neste período praticamente todo o país vivia em condições precárias e encontrava-se com a maior parte do seu território desabitado.” (destaques meus).

É interessante notar que um autor que pretende fazer uma análise crítica do “paranismo” no início do séc. XX, assumia tão enfaticamente uma parte de seu discurso, que é o do “vazio demográfico”. No afã de criticar alguns elementos, esquece de outros que também são fundamentais para manter aquele discurso.¹³⁴ Homogeneizando a situação demográfica (território desocupado e desabitado), homogeneiza a sociedade (o país vivia em condições precárias).

MONBEIG (1984, p. 132) ao referir-se à presença indígena na região em estudo assim se expressa:

“Portanto a marcha pioneira moderna acabou a obra de destruição dos índios, encetada na época colonial. Nada subsiste dos antigos habitantes, a não ser de modo muito indireto.

(...)

Ademais, tornou-se moda, no Brasil, batizar com nomes tupis as cidades novas, fazendas recentes e riachos até então anônimos. Na zona pioneira, os nomes de consonância tupi, dados a municípios, são todos de formação moderna: no norte do Paraná, por causa de razões administrativas e políticas, foi preciso mudar as denominações de Nova Dantzig, Rolândia, Lovat, para chamá-las Caviúna, Cambé, Mandaguari. Essa ressurreição erudita da língua indígena comprova o que vem a ser o índio para o habitante da língua pioneira: **uma recordação que entrou no domínio da lenda.”** (destaques meus)

¹³⁴ Este autor ao analisar a emergência do discurso “paranista” no início do séc. XX, em Curitiba e toda a produção literária e artística do mesmo, no decorrer de seu trabalho, muitas vezes assume o mesmo discurso ao se referir continuamente a um “imaginário paranaense” ou “os paranaenses”, quando fica muito difícil, neste encontrar qualquer possibilidade de uma unidade que permita falar daquela forma. Esta era na verdade a preocupação do discurso “Paranista”.

Visão estranha para um cientista que devia conhecer mais profundamente a realidade que analisava. Apesar dos massacres particulares e da ação dos governos, os índios ainda viviam na região que ele estudou e ainda vivem, com uma presença cada dia mais marcante. Por outro lado, o que o índio é mais que uma “legenda ou uma recordação” para o “habitante da língua pioneira”. Foi e é um empecilho para a “marcha da civilização e do progresso”. Neste sentido, cabe muito bem citar novamente Suzanne CITRON(1990, p. 49):

“A escrita engendrou uma nova memória humana. E essa memória cultural venerou os textos antigos como raízes da sabedoria e do conhecimento, conservou a marca das representações originais do pensamento escrito. A concepção do tempo, do espaço, da natureza e dos homens, formulada pelos primeiros filósofos gregos, foi transmitida ao Ocidente de geração em geração de letrados.

(...)

O corte entre uma memória de letrados e as outras memórias sociais é um facto capital. Detentores do poder e da cultura escrita, os filósofos e os clérigos ignoraram e desprezaram os iletrados, que designaram de bárbaros, vilões, selvagens, segundo as épocas e os lugares. As memórias antigas, as memórias selvagens, as memórias iletradas, subsistiram durante milhares de anos, exteriormente à memória da elite, para milhões de homens e mulheres. A nova atenção, que lhe é prestada pelos investigadores e pesquisadores, traduz as incertezas da civilização racionalista e tecnicista. Ela expressa também o fracasso da história na sua pretensão de deter as chaves do passado.”

Esta reflexão faz com que se pergunte como estão vivendo hoje aqueles que foram os primeiros povoadores das terras da região que enfocamos ?. Eles são o testemunho vivo da “ação civilizatória” ocidental, ou de como o progresso é a própria barbárie para aqueles que sofreram suas conseqüências.

Sobre a questão indígena toma-se fundamental assumir a posição de K. TOMMASINO (1995, p. 10 e 11), quando refere-se aos índios ainda existentes na região em estudo:

“(...) Tiveram de adotar padrões de subsistência alienígenas e se subordinaram ao mercado regional. Mesmo adotando padrões ocidentais, estes foram reinterpretados segundo seus objetivos e necessidades.

Nos conflitos sociais, ficou claro que o passado continua um elemento ativo na produção cultural do presente. No processo permanente de produção de novos significados e valores, os Kaingáng, conscientemente, recriaram o passado para afirmarem a sua **identidade indígena** e assim reivindicarem os seus direitos constitucionais.

Por outro lado, o próprio imaginário do branco forneceu os elementos diacríticos para a afirmação de sua diferença. Aqui os fatores exógenos ganham uma nova dimensão quando apropriados pelos indígenas. Manipulando imagens estereotipadas sobre si mesmos que os brancos

construíram ao longo do tempo para justificarem a conquista, as rebeliões sociais se caracterizaram como verdadeiro teatro de representações.

A luta dos índios, hoje, tanto se caracteriza como de resistência étnica quanto de cidadania. Ambas são dimensões distintas do mesmo processo e não podem ser dissociadas, pois são faces de uma única realidade. A garantia de uma depende, necessariamente, da conquista da outra.

Nas rebeliões os índios de todas as etnias se uniram, fossem as razões da rebelião de interesse particular ou coletiva. Em todas as ocasiões vestiram-se e pintaram-se **"como índios"**: rostos pintados, braceletes no antebraço, diademas na testa, bordunas nas mãos e outras armas **"de índios"**. Apropriando-se dos elementos constitutivos do imaginário do branco sobre os índios, uniram-se os Kaingáng, Guarani e Xetá."

(...)

Tão significativo quanto o estabelecimento das relações índios-brancos em novas bases, as rebeliões sociais mostraram o momento da fundação de novas relações entre as etnias indígenas: de inimigos míticos, se tornaram amigos e aliados históricos. Essa experiência coletiva permite aos atores sociais um redimensionamento da luta pela cidadania no contexto da sociedade nacional.

A produção da identidade social que os unifica como **índios** não significou abdicação de suas identidades específicas como Kaingáng, Guarani ou Xetá. Ao contrário, significou a ampliação de categorias que poderão ser acionadas e manipuladas de acordo com as necessidades de cada momento histórico."

Esta nova realidade assumida pelos índios é significativa porque, sem perderem a sua condição de índio, redefinem a sua identidade no interior da sociedade nacional, não deixando de ser Kaingáng, Guarani ou Xetá. Unem-se em vista de seus interesses e na defesa de seus territórios (o que lhes sobrou), procurando fazer valer seus direitos, utilizando-se agora, também dos expedientes do mundo dos brancos, isto é, os acordos assinados pelos governos, a presença de advogados, etc. Utilizam-se dos documentos que os brancos lhes deram para fazer valer seus direitos.

Para que se tenha uma pequena idéia de como a questão das terras indígenas não é uma questão simples, é importante lembrar que as terras do aldeamento/reserva de São Jerônimo da Serra haviam sido "doadas" aos índios, pelo Barão de Antonina ainda em meados do século passado (14 mil alqueires das terras que nelas já viviam há muitos anos, que eram suas). Em 1945/49 através de acordos com o governo federal e estadual elas tinham sido expropriadas dos indígenas, restando apenas 2.000 alqueires em duas áreas descontinuas, sendo que elas já estavam ocupadas também por posseiros. Quase trinta anos após, encontramos uma matéria jornalística¹³⁵ onde há o relato que o médico londrinense Salvador Santaella e o fazendeiro João Batista Bueno, entre outros, ocupavam 300 alqueires cada um das terras indígenas. Conforme o jornalista Joel Santos:

¹³⁵ Jornal "Folha de Londrina" 18/7/1978, p. 28. Título da matéria "Os brancos poderão ser retirados da reserva indígena de São Jerônimo. Autor da reportagem: Joel Santos.

“Nas áreas ocupadas pelo médico e o fazendeiro vivem 50 famílias, cujos chefes se queixam contra o desrespeito ao contrato firmado: “A gente entrou aqui sob o trato de pagar 25 por cento da produção; agora nos obrigam a entregar bem mais do que isso” declara um dos queixosos. Acusam o médico Santaella de usar jagunço na fazenda, encarregado de receber a renda e de amedrontar aqueles que se recusam a pagar quanto estipula arbitrariamente. No momento Santaella estaria procurando contratar um jagunço, porque “Zezão” que até dois meses atrás lá se encontrava, foi morto pelos irmãos Jaime e Aécio Rodrigues, ao tentar invadir a casa de ambos, para obrigá-los a pagar a renda.”

(...)

“Há afirmações, em São Jerônimo, de que Santaella e Bueno contam com a proteção de políticos influentes nas esferas estadual e federal.

(...)

“Quanto à acusação de exploração de seus arrendatários, Santaella diz que não é verdade, porém admite que “Zezão”, o jagunço, era seu empregado, e se andava armado era “para impor respeito, uma vez que em São Jerônimo todo mundo anda armado e o clima ali sempre foi violento”. Segundo Santaella, o Governo não deve tirar o lavrador da terra, porque “o índio não gosta de trabalhar e jamais fará o que o branco está fazendo na área.”

Como se vê, a questão da violência e da expropriação das terras indígenas, bem como a presença de “jagunços”. não é uma coisa do passado, Apesar de toda a “modernidade” presente na região, os métodos do “passado” continuam atuais e cumprindo com a mesma função. As práticas continuam as mesmas. Afinal, o “índio é preguiçoso e não faz o que o branco pode fazer”.

Conforme Antonio Pedro Juvêncio, na época cacique da tribo, na mesma reportagem, dizia o que fariam quando os brancos fossem embora, demonstrando o que foi colocado acima:

“(...) a primeira providência (...) será a de reflorestar a área para que os “índios possam voltar a caçar e pescar”, prevendo que poderão ter grandes lavouras na reserva, para que todos possam melhorar suas condições de vida.”

(...)

“Nasci aqui, e desde menino lembro que os brancos entravam em nossas terras, matavam os índios, tomavam as nossas terras e ainda nos exploravam nos trabalhos que nos forçavam a fazer. Agora o índio vai ficar livre de novo, não haverá branco aqui na nossa terra. O índio voltará a viver do jeito que ele gosta”

(...)

“Faremos nossos rituais, enterraremos nossos mortos em nossas terras e não nos cemitérios dos brancos como estamos fazendo”.

Nesta reportagem, parecia que os brancos saíam das reservas, entretanto isso não aconteceu, o que gerou os conflitos de 1979 e depois de 1985, quando então as terras indígenas de São Jerônimo voltaram às suas mãos. Aparentemente, a questão estava resolvida, entretanto, em 1996, através de outra notícia¹³⁶ tomei conhecimento de que a Justiça Federal em Londrina concedeu liminar de reintegração de posse à FUNAI pela invasão das terras indígenas em São Jerônimo, devido a invasão de 12 famílias de ex-posseiros da reserva. Esta seria a quarta invasão realizada naquela área somente neste ano. Como pode-se observar a posse/propriedade das terras indígenas não tem o mesmo estatuto jurídico que aquelas que possuem escrituras passadas em cartório, aos olhos dos fazendeiros/posseiros que vivem na região. O direito de propriedade só vale para as suas terras; para a dos indígenas não. A lei, assim só serviria para os brancos. Entretanto, os índios estão demonstrando que sabem também utilizar os mesmos instrumentos jurídicos daqueles que há mais de cem anos vêm invadindo suas terras.

B. A clivagem norte/sul no Paraná.

Esta fantasmagoria vem sendo desenvolvida e alimentada por vários segmentos sociais bem como pelos autores da academia desde a década de 1920. Procura-se nela afirmar a existência de um Sul e de um Norte que possuem "identidades" diferentes. Durante este trabalho já coloquei diversas posições a respeito, mas cabe aqui recolocar mais algumas.

Apesar de haver muitas indicações discursivas a respeito de uma diferenciação e de uma clivagem entre o norte e o sul do Paraná, o que se encontra, no plano das ações concretas, é que os interesses do capital não se conformam desta forma. Continuo a afirmar que esta clivagem só tem sentido se for vista na ótica da definição de "territórios de poder", para alguns setores das classes dominantes, instalados neste ou naquele polo.

Esta fantasmagoria tem um desdobramento que se consubstanciou nas várias propostas de se criar um estado à parte na região norte-paranaense. Estas tentativas aparecem desde 1939, com a aprovação de uma moção pela Associação Comercial de Londrina encaminhada ao presidente da República solicitando a criação do estado do Norte do Paraná. Na década seguinte, em 1949 e depois em 1956 apareceram outras propostas, quando um grupo de cafeicultores e de prefeitos procuram agilizar a separação e conseqüentemente a criação de um novo estado. Em 1979, novamente vem à tona a mesma proposta, tendo como arauto, Dalton Paranaguá, ex-prefeito de Londrina e ex-

¹³⁶ Jornal "Folhas de Londrina" de 17/10/1996 (caderno Folha do Paraná, p. 2) assinada por Alexandre Sanches.

secretário da Saúde do estado do Paraná. Enfim, a fundamentação sempre foi a mesma: o governo instalado na capital, Curitiba, não dedicava a devida atenção ao “Norte”. Por isso, era necessário criar um estado só do “Norte”, pois assim o território teria “donos” da própria região.

Apesar de todas estas tentativas e sendo que nenhuma delas surtiu o efeito pretendido, parecia que a questão estava enterrada, pois não houvera nenhuma ação prática de se fazer concretizar as idéias de separatismo. Ledo engano !

Em outubro de 1995, Carlos Kita, vereador de Londrina pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) inconformado, conforme sua visão, com o tratamento que o governo do estado estaria dando para a região norte-paranaense, coloca em foco novamente a questão da criação de um “estado do Norte do Paraná”. Alguns aderem; entretanto, a maioria dos “políticos regionais” coloca-se contra. O editorial do jornal Folha de Londrina¹³⁷ de 25 de outubro de 1995, é exemplar da crítica quando afirma que este tipo de proposta é absurda e ademais:

“(...) é esquecer como certas propostas, consideradas em si mesmas estúpidas ou inconsistentes, podem se tornar uma força terrível.

(...)

O separatismo no Norte do Paraná chegou a ser, no passado remoto, uma bandeira. Mesmo que o sentimento dos pioneiros fosse justificável, pois o Norte estava abandonado pelo governo central do Estado, ainda assim a idéia não representava a solução verdadeira para os problemas regionais. Há muito tempo, porém, a realidade é totalmente diferente daquela. A impressão era de, passados tantos anos, tais conjecturas jamais voltassem a ocorrer. A partir do trabalho de integração, que começou no Governo Ney Braga, na década de 60, qualquer tipo de cogitação separatista perdeu o sentido.

(...)

Para coroar essa mudança, o Interior do Paraná acabou até conseguindo ver seus políticos no Palácio Iguaçu. Foram vários. Paulo Pimentel, paulista que começou sua carreira política em Porecatu, sucedeu a Ney Braga. Durante o período totalitário, quando os governadores eram eleitos por via indireta, Jayme Canet Júnior, paulista de Bela Vista do Paraíso, ascendeu ao Iguaçu. José Hosken de Novaes, ex-prefeito de Londrina, também assumiu o governo, substituindo a Ney Braga durante quase um ano. E, depois, com a volta das eleições diretas, José Richa e Álvaro Dias se elegeram para o cargo.”

Após este editorial, poderia se pensar que a questão estaria definitivamente encerrada entretanto, em outubro de 1996, um ano depois do “movimento” encetado pelo Vereador Carlos Kita, três articulista escreveram discutindo o projeto de integração do Paraná desenvolvido pelo governo de Jaime Lerner.¹³⁸ Um deles, José Antonio Pedriali¹³⁹ em um artigo intitulado “Um ressentimento histórico” escreve:

¹³⁷ Dia 29 de outubro de 1995, p.3

¹³⁸ Os três artigos foram publicados na Folha de Londrina de 23/10/96, 1º caderno, pág. 3.

"Curitiba é Curitiba, o Paraná é o Paraná e o Norte do Paraná é outra coisa. Esse é o pensamento comum aqui do Norte. Colonizados por mineiros e paulistas e italianos e alemães e espanhóis e japoneses, entre tantos outros povos, **temos** - é preciso admitir - um pouquinho de ressentimento em relação ao Sul. E esse ressentimento é histórico, já que **prosperamos** quase que da noite para o dia, sobre o que foi uma imensa floresta, por muitos séculos e talvez milênios, passando ao largo - e bote largo nisso - das atenções do governo. e **nossa** existência se deve principalmente a um continente enorme de homens e mulheres que fizeram da esperança o motivo de suas vidas e do trabalho a razão de sua existência.

O Norte do Paraná se concretizou devido a esses homens e mulheres laboriosos que combateram a pobreza com o trabalho sem tréguas e se fizeram a si próprios, aos filhos e aos netos e agora aos bisnetos sozinhos, sem ajuda de ninguém, sem despertar a mínima compaixão das nossas autoridades estaduais. E nossas autoridades estaduais sempre estiveram no Sul, mais exatamente em Curitiba, daí o **nosso**, digamos pequeno, ressentimento.

Nossa região foi tão próspera até há pouco tempo que estávamos na iminência de deixar o sul para trás. Mas um acidente, aquela histórica geada de 1975, **nos desviou** do caminho e congelou nossa prosperidade." (destaques meus)

É significativo que as expressões destacadas, sempre na primeira pessoa do plural, evidenciam que haveria, na região em estudo, um **nós**, que pressuporia a idéia de uma comunidade, de interesses comuns. Silencia-se, novamente, a questão da diversidade do social e reafirma a existência de um "norte" diferente de um "sul".

Ruben George OLIVEN (1993, p. 79) ao discutir esta questão coloca muito bem o que quero aqui criticar:

"Um dos usos que pode ser feito da reivindicação regionalista é o de procurar opor regiões entre si, pressupondo que cada uma delas é internamente homogênea e portanto portadora de interesses comuns, e escamoteando assim suas clivagens de natureza social, econômica e cultural. O regionalismo aponta para as diferenças que existem entre as regiões e utiliza essas diferenças na construção de identidades próprias."

Um último fato demonstra claramente que há um interesse político na afirmação desta clivagem fantasmagórica. Na última campanha para prefeito da cidade de Londrina em outubro/novembro de 1996, concorreram Antonio Belinati, aliado ao governador Jayme Lerner e Luiz Carlos Haully, aliado ao governador anterior Álvaro Dias. Mesmo mantendo quase a mesma plataforma eleitoral, com promessas as mais variadas, houve um fato que polarizou o segundo turno. Haully colocou em cena o discurso da clivagem Norte/Sul, procurando afirmar que o governo só olha para o "norte" em época de eleição, que há uma

¹³⁹ Jornalista e editor-responsável por Política, Economia e Opinião da Folha de Londrina.

diferença entre os dois pólos, etc., etc. Belinati, que tem sua esposa como vice-governadora, fato que, por si só mostra que há um interesse de se manter os dois polos integrados, defendeu a união entre governo estadual e municipal. Belinati venceu as eleições com uma vantagem de 11.004 votos (apenas 5% do total), demonstrando que este discurso ainda tem força e que serve politicamente para definir “territórios de domínio”, além servir muito bem para vender jornais.

C. A “identidade” (“civilização” e cidadão) norte-paranaense”.

Concomitante com a construção da clivagem Norte/Sul, há a construção da “identidade” do “norte-paranaense”. Existe alguma especificidade no processo de (re)ocupação da região norte-paranaense para que venha constituir uma identidade específica para seus habitantes? Creio que não, em um sentido mais genérico, pois, se tomarmos todas as (re)ocupações de novas terras no Brasil, pode-se perceber que sempre foram realizadas através da violência e exclusão.

Enfim, o que se pretende mostrar com esta fantasmagoria, é que há uma especificidade no processo da (re)ocupação, que é falado como apenas “ocupação”. Esta especificidade foi designada, inicialmente, tendo, por base, a “floresta exuberante” e a fertilidade da terra, bem como a presença da terra roxa, sendo designada como a “Terra da Promissão”, o “Novo Eldorado”, a “Nova Canãa”... , expressões que estarão presente nas diversas narrativas desde o início deste século, até os dias de hoje.

Outro elemento utilizado para definir esta “identidade” presumida foi a presença da cafeicultura, presente nas expressões “A Marcha do café” ou “Os caminhos do café”, incluindo aí a já pressuposta idéia de que a (re)ocupação da região situada ao norte do estado do Paraná nada mais foi que uma “extensão da cafeicultura paulista”. No decorrer deste trabalho já demonstramos que a (re)ocupação da região em estudo se deu concomitantemente ao processo de (re)ocupação das terras paulistas no vale do Paranapanema. Quanto à cafeicultura também já demonstramos que ela desenvolveu-se, no Paraná, lentamente, tomando impulso significativo após a Segunda Guerra.

Entretanto, cabe perguntar se a cafeicultura (ou como se afirma, O CAFÉ) é o principal elemento definidor desta identidade regional, o que a define a partir dos anos 1970 quando a cafeicultura entrou em declínio. Como defini-la quando a soja, o trigo, a pecuária bovina, o milho, o feijão, o algodão e outras tantas culturas e atividades agrárias passam a dominar a produção agrária da região em estudo? Como não há mais elementos que a diferencie das outras regiões circunvizinhas, procura-se fazê-lo através de um discurso que olha para trás, evidenciando uma espécie de culto ao passado. Utilizando-se

de duas citações, talvez se possa encontrar aí alguma especificidade. Conforme J. TESTA (1950:9):

“Aliás, todas as cifras relativas ao Norte do Paraná são apenas provisórias. Elas não mudam em anos, mas em meses. Tem-se a impressão de que uma nuvem de gafanhotos humanos se abateu sobre a região: baianos, mineiros, paulistas, mato-grossenses, cearenses, italianos, japoneses, poloneses, alemães, gente de todos os quadrantes, empunhando machados e foices, segurando volantes de caminhões e de automóveis, derrubando, queimando, plantando, comprando, vendendo, lutando, dão um **ar de frenesi** a toda a região”

Talvez este “ar de frenesi” possa dar uma identificação à região. Entretanto creio que outro autor indicará com muita clareza o que defendo e que pode efetivamente ser considerado uma característica marcante do processo de (re)ocupação que se desenvolveu na região:

“O ser humano preparava-se para invasão da densa floresta Atlântica, dizimando seus índios, massacrando os caboclos das posses e dos grilos, em nome da Civilização com a hediondez da luta insensata contra a natureza, que leva milhares de anos para formar um cm.2 de solo fértil ! ”
CORRÊA JR (1991, p. 4):

Como se sabe a região situada ao norte do estado do Paraná, foi (re)ocupada por milhares de pessoas de mais de 30 nacionalidades, e de tantas outras regiões e estados nacionais. Assim, quando muitos autores se arvoram em definir como “norte-paranaenses” os habitantes desta região, eu gostaria de saber em nome de quem eles estão falando. Quem são os “norte paranaenses” ? O que os define como tal ? Quais são as suas características específicas? Será que o simples fato de residirem na região em estudo os transformou em tal personagem? E o que eram antes de chegarem nela? Mineiros, paulistas, nordestinos, japoneses, italianos, alemães, espanhóis, etc. ? Qual foi o passe de mágica que os transformou em “norte-paranaenses”? E o que são quando foram expulsos e passaram a residir em outras “terras novas”?

Estes autores ao criarem o “norte-paranaense” ou “o cidadão norte-paranaense” como um indivíduo diferente e especial e que é um dos elementos essenciais do discurso “Norte do Paraná”, o fizeram afirmando que a terra está vazia (vazio demográfico) e a mata está virgem (intocada) silenciando e excluindo a presença de indígenas e caboclos como povos e pessoas presentes neste espaço.

Creio que a melhor formulação sobre esta fantasmagoria encontra-se em Ana Cleide CEZÁRIO (1991, p. 49 e 54) quando a refere-se aos habitantes da região em estudo:

"Assim, os primeiros norte-paranaenses se viam numa situação fascinante como desbravadores de uma região e ao mesmo tempo como produtores de um "conjunto de representações", cuja função seria a de legitimar o processo. Logo tratava-se não apenas de enaltecer a obra econômica pelos lucros individuais e particulares que gerava, mas também de ressaltar o significado de uma *fronteira* que avançava, povoando o Paraná e integrando pessoas de origens diferentes do Brasil e do exterior."

(...)

"... os norte-paranaenses elaboram um conjunto de representações simbólicas no qual a *atuação dos ingleses e paulistas, a repartição eqüitativa das terras, a igualdade de oportunidades*, entre outros fatores notáveis, fornecem um referencial de um acontecimento histórico que, embora recente, se reveste de um sentido épico e grandioso, capaz de conferir uma identidade comum para os primeiros moradores, realçando o sentido democrático da *fronteira*." (destaques meus)

Nesta formulação, existem tantos (pré)-supostos que se torna necessário comentar. Inicialmente perguntaria quem são os "primeiros norte-paranaenses"? São os índios, os caboclos, os posseiros? É evidente que para a autora não são eles. Acredito que ela está se referindo àqueles que lucraram e "venceram" na ótica do capital e que elaboraram todo um conjunto de representações (caráter épico e grandioso). Procurei demonstrar durante todo este trabalho que este tipo de discurso procurou silenciar outros aspectos nem tão grandiosos. Afirmar que estas representações "conferiam uma identidade comum para os primeiros moradores" é assumir integralmente o discurso de quem domina, bem como silenciar sobre a diversidade existente dos "primeiros moradores", além de apagar a presença dos índios e posseiros na região.

D. A violência e a exclusão na/da "Terra da Promissão".

Analisei o processo de (re)ocupação até o final dos anos sessenta e início dos anos setenta deste século, porque neste momento ele estava concluído, isto é, a região em estudo, já estava totalmente (re)ocupada pelo capital. Entretanto, a questão das terras no Paraná e, mais especificamente, na sua região norte ainda estavam em discussão. Sobre isso Ana Yara LOPES (1982, p. 156) afirma que:

"Até hoje, nos anos de 1980, perduram questões de terra no Norte Novo. Ainda se encontram em processo de "regularização fundiária", segundo o INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, as glebas Pontal e Gleba 29 (em Querência do Norte), Tigre (em Santa Cruz do Monte Castelo), Apertados (em Paranavaí, Amaporã, Terra Rica e Santo Antonio do Caiuá) e a Fazenda Curitiba (em Terra Rica e Querência do Norte).

São todas questões que duram 30, 15, 10 anos, no mínimo.

Olhando-se melhor ainda persistem outras menores, oriundas dos grilos? Ribeirão Vermelho (em Alvorada do Sul e Florestópolis) e Barra do Tibagi (em Porecatu e Centenário do Sul). E o problema de terras não é exclusivo do Norte Novo. No Norte Velho, continua na justiça um processo referente a 7200 ha em Sertaneja, enquanto em São Jerônimo da Serra persistem os conflitos entre os índios da reserva e posseiros em suas terras. Em Arapongas, Astorga, Primeiro de Maio e Colorado, municípios parcialmente "colonizados" pela Companhia de Terras Norte do Paraná, há posseiros em busca de direitos de propriedade, agora encaminhando suas reivindicações através da FETAESP - Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná. Além das questões que "rolam" na Justiça para legitimação de posses antigas, superposição de imóveis etc., as questões mais importantes no Norte Novo se referem a posses oriundas de praticamente abandono de terras por seus proprietários. Lá permanecem parceiros trabalhando, sob contratos escritos e verbais, que adquiriram direito de posse sobre aquelas terras. Em 1980, o INCRA, em documento interno, estimava que em torno de 25% das propriedades do Paraná precisavam ser regularizadas. Destas 1/3 dos casos dependiam de decisão judiciária, sendo que quase todos se referiam aos grilos do Tigre e Boa Esperança, ambos no Norte Novo."

A questão de terras no Paraná, como já colocamos em todos os capítulos, incluía sempre a presença da violência. Elas andavam juntas, pois eram parceiras. Ana Yara LOPES (1982, p. 175) novamente sintetiza muito bem quando escreve:

"A violência acompanhara todas as fases de apropriação privada das terras do Norte do Paraná. Os que primeiro para ali se dirigiram, ao Norte Velho, conquistaram a terra dos índios, matando-os, destruindo as aldeias, expulsando para mais longe os remanescentes. Depois, títulos de propriedade foram falsificados e adulterados. Pouco mais tarde, no Norte Novo e Novíssimo, pequenos produtores estabelecidos - proprietários e posseiros - eram expropriados à força. Finalmente, aí também a violência se manifestou na superexploração do trabalho familiar dos sitiantes de café e de algodão. O direito à renda fundiária que ele pagava com seu trabalho, em troca da propriedade do sítio, não ficava com ele. em seguida, aquela, com renda fundiária capitalizada, passava às mãos dos particulares, das companhias, do Estado"

Na década de 1970, é importante também lembrar um outro episódio no qual a família Alves esteve envolvida na região de Umuarama. Esta família Alves, comandada por Darly Alves¹⁴⁰, teve participação ativa, como pistoleiros ligados à questão de terras, na região citada. Em uma reportagem de Regina Menezes sob o título: "Lei do silêncio protege os Alves"¹⁴¹ há o relato da trama da passagem dos Alves naquela localidade. Nela são narrados os problemas e o saldo (de mortos e de medo) deixado por aquela família, bem como o silêncio que se impôs aos que conviveram com eles, sempre preocupados com a

¹⁴⁰ Darly Alves e seu filho Darci foram acusados e depois condenados como mandante e assassino, respectivamente, de Chico Mendes no Acre.

¹⁴¹ Folha de Londrina, 21/02/93, Caderno PARANÁ, p. 6

possibilidades de sua volta ou de seus comparsas. Sobre um processo existente em Umuarama a reportagem afirma:

“Os autos do processo pela emboscada em que foi morto Acir Uruzzi são recheados de denúncias sobre pistoleiros de aluguel e mortes contratadas na região, acobertados pelo descaso da polícia ou pela ajuda de autoridades locais. Darly é acusado pela morte de Acir e apontado como mandante do assassinato de Angelo Urizzi, pai de Acir, em 69 (denúncia já prescrita), entre outros crimes atribuídos à família Alves da Silva”

Alguém, entretanto, poderia imaginar que a violência era alguma coisa do passado, entretanto ela continua presente nas relações sociais, inclusive nas fazendas de um grande “pioneiro”, agora também atingido por ela. Isto está expresso na denúncia da promotoria de Londrina conforme reportagem de Paulo Ubiratan:

“Os promotores Antonio Winkert de Souza, Carla Moretto Maccarini e Paulo Cesar Tavares solicitaram ontem à tarde a abertura de inquérito policial contra Josyê Rose Godoy, administradora da fazenda Santa Helena, localizada no patrimônio Regina (zona sul). A principal acusação é o descaso dela para com a saúde do proprietário da fazenda, o pioneiro **Olavo Godoy**, 84 anos, e trabalhadores acidentados e doentes.

(...)

Entre as denúncias contra a administradora, destacam-se: obrigar os empregados a assinar recibos em branco, pagando salários inferiores ao mínimo; impedir e limitar visitas de filhos e parentes aos empregados que moram na fazenda; obrigar empregados a trabalhar contra a vontade, mesmo já tendo cumprido aviso prévio; violar o domicílio dos trabalhadores; truculência no trato com os trabalhadores, impondo-lhes clima de terror com armas de fogo; e impedir que empregados demitidos façam mudança.”¹⁴²

A denúncia de hoje, contra os trabalhadores, nos remete às denúncias que foram feitas na década de 1960 por Noel Nascimento e Manoel Silva, na Revista Brasiliense, até parecendo que são do mesmo momento.

Quanto ao processo de exclusão, pode-se dizer que o posseiro, o caboclo, o colono, os trabalhadores volantes e até o pequeno proprietário tinham sido importantes no processo de (re)ocupação, mas, na década de 1970, eles já podiam ser dispensados em massa, o capital não necessitava mais deles em tão grande proporção nesta região; podiam ir agora atrás do ouro verde em outro lugar e desenvolver a acumulação primitiva tão necessária ao capital em outras fronteiras. Iniciava-se, assim, o processo de exclusão,

¹⁴² A reportagem foi publicada no jornal Folha de Londrina de 15/11/1996, Caderno LONDRINA p. 3 sob o título: “Inquérito vai apurar supostos maus-tratos contra pioneiro”.

principalmente daqueles que acreditaram que a região poderia ter sido um "Eldorado", mas que, na realidade, tinha sido apenas um outro momento desta caminhada interminável em busca de um lugar para se viver dignamente. Foram expulsos da "Nova Canãa" e do "Novo Eldorado" da década de 50, e atraídos por outro discurso que afirmava que a "Terra da Promissão" encontrava-se um pouco mais além, quem sabe no Paraguai, em Rondônia ou no Mato Grosso.

Se a análise desenvolvida estanca-se na década de 1970, isso não significa afirmar que o discurso "Norte do Paraná" também deixou de ser reiterado. Muito pelo contrário, como já vimos, a sua revivescência ocorreu e com mais vigor após este período, como que procurando restabelecer uma realidade anterior pela simples narrativa. Além disso, procurava silenciar as transformações na agricultura regional que expulsou milhares e milhares de pessoas todos os anos, deixando atrás de si verdadeiras cidades fantasmas.

Alguns dados demográficos permitem que fique evidenciado o que aconteceu na região no período de 1940 - 1980. No quadro abaixo pode-se observar como o auge e o declínio populacional na zona rural da região, em função do incremento da (re)ocupação e das alterações no comportamento da exploração agropecuária.

QUADRO VII

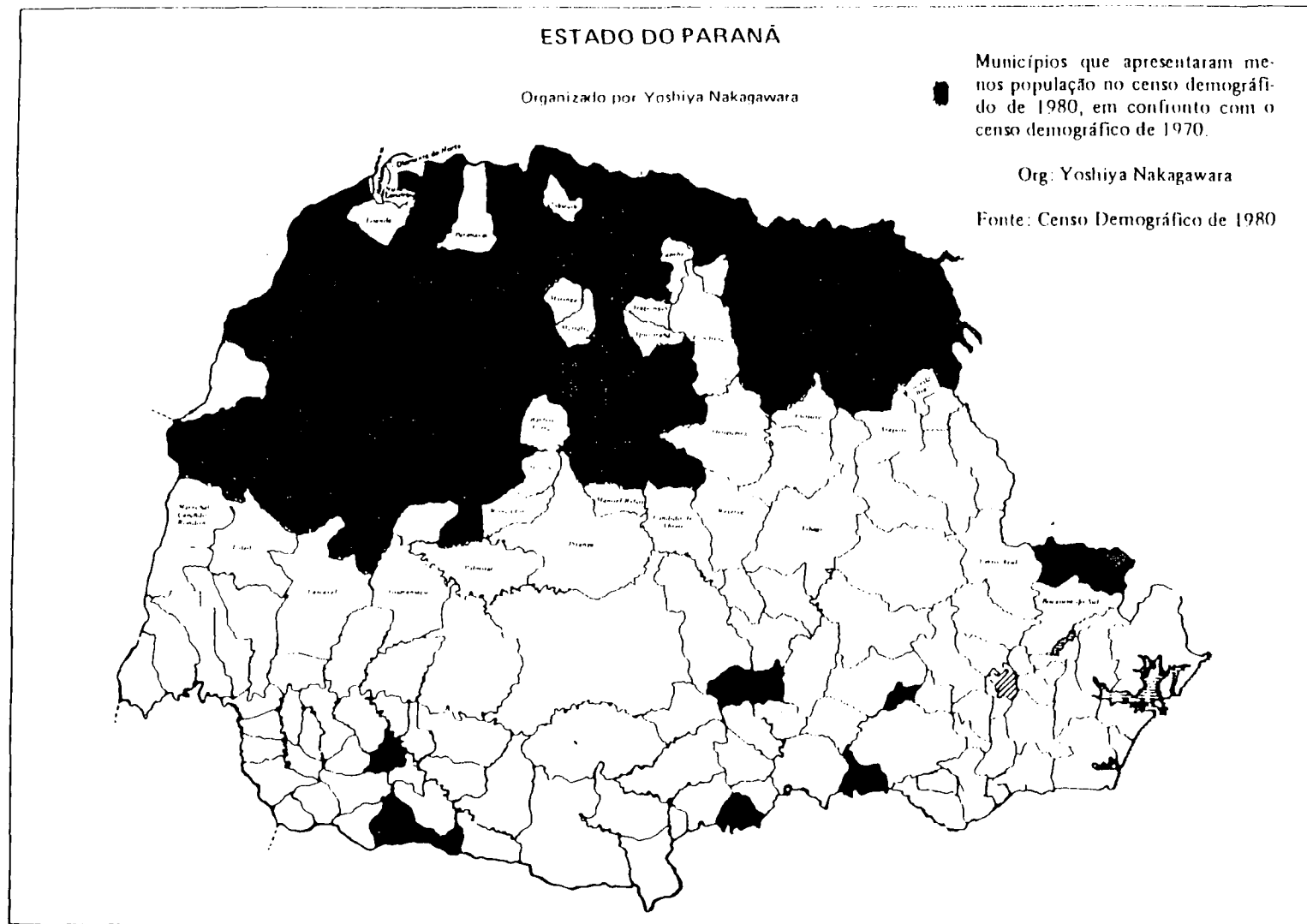
NORTE DO PARANÁ - POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL
VARIAÇÃO (1940- 1980)

Ano	Pop. Urbana	Pop. Rural	Pop. Total	Variação
1940	64.524	275.929	340.449	-
1950	99.696	774.591	974.287	633.838
1960	597.615	1.830.153	2.427.768	1.453.481
1970	1.168.703	2.523.327	3.691.940	1.264.172
1980	1.760.896	1.388.715	3.149.611	- 542.329

Fonte: Censo Demográfico IBGE - 1940/1950/1960/1970/1980.

No final da década de 70 a região perdeu 1.134.522 pessoas da sua zona rural, sendo que houve um incremento na população urbana de 592.193 pessoas. O saldo de 542.329 pessoas significa que, pelo menos essas foram expulsas da região. População igual às duas maiores cidades da região. O Mapa n° 13 permite visualizar que a maior parte destes excluídos/expulsos das terras do Paraná, foram aqueles que estavam em sua região norte, aquela que tinha sido a mais rica nas décadas anteriores.

MAPA N° 13



Fonte: NAKAGAWARA, 1981, 9.107

A pergunta que fica: onde estão os milhares de trabalhadores que se deslocaram nas décadas anteriores para a região norteparanaense em busca do 'Eldorado', da "Terra da Promissão", da "Nova Canãa", figuras tão apregoadas e disseminadas e que ainda estão presentes no discurso "Norte do Paraná", tão repetido nos dias de hoje? Que lógica absurda (não para o capital) que atrai pessoas para depois expulsá-las !!!

Dentre os milhares de trabalhadores rurais que foram expulsos da região analisada, muitos foram aqueles que se deslocaram para o Mato Grosso em busca deste mesmo lugar imaginário, construído pela propaganda de outras companhias colonizadoras que vendiam a mesma "mercadoria": a felicidade, a riqueza e a possibilidade de lá se ter uma vida melhor. Regina Beatriz GUIMARÃES NETO (1986, p. 31) analisa a trajetória e a vida destes "novos pioneiros e desbravadores" agora em Alta Floresta (MT).

"Perseguindo a lenda do *ouro verde*, que ao longo dos tempos assinalou a epopéia dos pioneiros e desbravadores de sertões - Vale do Paraíba, Oeste Paulista, Norte paranaense - , um verdadeiro vagalhão de homens ocorreu, aos magotes, do sul para as matas amazônicas. Dos tempos de hoje, é da imensidão da Amazônia que ressoa o clamor da lenda, resposta com força renovada. Uma "nova riqueza" passa a ser aventada para as tão propaladas manchas de terras agriculturáveis da Amazônia: no *ouro verde* estava o mais importante estímulo capaz de levar agricultores de regiões tradicionalmente dedicadas às lavouras de café a ocupar produtivamente a *nova fronteira agrícola*." (...)

Quando lemos o seu trabalho e encontramos ali a fala de Ariosto da Riva, proprietário da Companhia (INDECO - Integração, Desenvolvimento e Colonização), o que os jornais falam dele, a propaganda da empresa visando atrair contingentes populacionais para as novas terras, temos uma leve sensação de já ter visto esta cena: os Barboza Ferraz, Lord Lovat, Arthur Thomas e etc., a CTNP e outras companhias, a propaganda, a venda de uma ilusão, e assim por diante.

Outro trabalho, o de José Vicente Tavares dos SANTOS (1993) demonstrará como foram utilizadas estratégias para resolver os problemas dos expulsos das terras no Sul do país, agora com a presença efetiva do governo federal, através de projetos de colonização que se desenvolveram a partir de 1970, particularmente para a Amazônia legal. Analisando este processo e a presença tanto de companhia privadas como das ações governamentais, assim se expressa:

"O segundo momento foi o da abertura da rodovia Cuiabá-Santarém, durante os anos 1971-1976, desta vez através do Governo Federal, em consequência da política de ocupação da Amazônia, quando novas concessões de terras foram feitas a particulares ou a companhias, inclusive empresas de colonização particulares. Este foi o caso do

proprietário da SINOP, no km. 500 da estrada Cuiabá-Santarém, e o de Alta Floresta, a 300 km. a oeste de Terranova, bem como a Agropecuária Cachimbo que fez, em 1984, um novo loteamento em Matupá, 200 km. ao norte de Terranova, na mesma rodovia. Os fazendeiros se confrontavam com os posseiros em toda a região: já em 1975, houve conflitos entre os proprietários da INDECO, a Alta Floresta e os posseiros; desde 1981 houve confrontos na região próxima a Terranova, com um clima de violência que se tomava cotidiano. Os “posseiros do Sul” também não escaparam dos conflitos para garantir a ocupação de suas parcelas e, de modo geral, sofreram expulsões. Como arremate de tudo, sofreram ainda a presença de “grileiros”, falsificadores de títulos de propriedade fundiária que os ameaçavam...” (idem, p. 157)

Note-se que as questões vinculadas à (re)ocupação das terras na Amazônia repetem, como farsa, aquilo que foi tragédia década antes na região norte-paranaense: concessões a empresas colonizadoras, agora por parte do governo federal, posseiros, “grileiros”, violência cotidiana, atração e expulsão de enormes contingentes humanos, etc.

Para os trabalhadores que ficaram na região em estudo e que sofreram o processo de “modernização” da agricultura, a partir do início dos anos setenta, a alternativa que se apresentou foi a de se tornarem em “bóias-frias”. Antigos colonos, peões e volantes, como também pequenos proprietários que perderam suas terras tornaram-se esses trabalhadores volantes, que se deslocavam para onde houvesse trabalho. A região que havia sido, até o início da década de setenta, pólo de atração de milhares de trabalhadores, tornava-se nesta mesma década, como já vimos, pólo de expulsão daqueles mesmos que acreditaram nas potencialidades propaladas e presente no discurso “Norte do Paraná”. Muitos deles que ficaram na região e continuaram trabalhando nas fazendas, pouco a pouco foram também perdendo as possibilidades de trabalho e passaram a procurar trabalho em outras regiões que, décadas antes, expulsavam esta mesma força de trabalho.

No início dos anos 90, o jornal *Folha de Londrina*¹⁴³ publicou algumas reportagens onde denunciava que os “bóias-frias”, principalmente da cidade de Bela Vista do Paraíso, mas não só dela, partem para algumas cidades de São Paulo, mas principalmente para Minas Gerais, em busca de trabalho temporário na colheita de café durante os meses de junho a setembro.

As condições de trabalho são as mais precárias possíveis, constatadas pela Delegacia Regional do Trabalho de Minas Gerais e da Comissão Pastoral da Terra: falta de registro em carteira, não pagamento de férias, 13º salário correspondente, repouso semanal não há, assinatura de recibos em branco, exploração no preço dos alimentos fornecidos às famílias (muitas vezes comprometendo quase todo o salário), grande número de mulheres e crianças que recebem quase nada pelo que produzem. Os alojamentos em

¹⁴³ *Folha de Londrina*: 7 de julho de 1991, 20 de junho e 17 de outubro de 1993.

que são instaladas as famílias são de uma precariedade incrível, pois são construídos de pedaços de paus, cobertos com lona plástica, onde a família dorme toda junta. A cozinha e os banheiros são todos improvisados. Além disso, há a presença do “gato” que controla o que os trabalhadores fazem e compram, ganhando por esta atividade, e pela de agenciador de 3 a 7% do que é produzido pelos “bóias-frias”.

“Final de setembro e meados do outubro marcam o retorno dos milhares de trabalhadores do Paraná que foram para Minas, São Paulo e outros Estados em busca da sobrevivência.(...) a decepção foi a mesma dos anos anteriores.

Sobre a comprovação dos abusos durante vistoria da DRT e da Pastoral da Terra, o sindicalista [Arnaldo Nascimento de Jesus, presidente do Sindicato dos trabalhadores rurais de Bela vista do Paraíso] diz que essas denúncias já eram do seu conhecimento há muitos anos. *“Infelizmente o Norte do Paraná não tem dado condições de sobrevivência para esses milhares de trabalhadores. Mesmo sabendo do sofrimento, eles não tem alternativa”*- lamenta. (Folha de Londrina, 17/10/93 p.3)

As fantasmagorias mais amplas, pouco a pouco, vão se esvaindo quando confrontam-se com a realidade presente hoje na região; por isso foi necessário encontrar, novamente, os “rumos do norte” conforme alguns dos elaboradores do discurso “Norte do Paraná”. Assim, foram retomadas outras fantasmagorias, que são a reafirmação do passado e, neste sentido, é necessário mantê-las, para assim, reiterar os elementos essenciais do capital e de seu apostado, o pensamento liberal, isto é, a ação individual, a ação empresarial privada e a postura em silenciar, quando não denegrir, a presença do poder público.

E. O pioneiro como figura por excelência.

Desde o início do processo de (re)ocupação são apresentados, como já vimos, nos mais diversos quadrantes da região em estudo, uma “galeria” de personagens que são intitulados “pioneiros”, procurando assim, enaltecer a figura de determinadas pessoas e colocar na ação de alguns indivíduos a força da “pujança regional”. A definição mais clara e precisa dada a este personagem foi formulada por um dos mais conhecidos “pioneiros” de Londrina, o Sr. Álvaro L. de Godoy:

“Pioneiros são os homens que vêm na frente, descobrindo e destruindo os obstáculos, e preparando o caminho para a implantação da civilização. A chegada do pioneiro nos sertões invios, representa o início do progresso. O pioneiro vem para ficar quando se desloca, já traz a família e os haveres, quando os possui.

Costumam também chamar de bandeirantes, porém, existe muita diferença. O bandeirante é nômade, viajam só homens e quando se detêm

é porque encontraram algum obstáculo, e logo que transposto continuam a marcha, atrás de tesouros, ou seja, fortunas rápidas.

O pioneiro vem à procura de terra fértil, encontrando-a, planta sabendo que seu destino será chumbado àquela gleba, que com o passar dos dias se transforma em lugar sagrado para ele e sua família. Quanto mais ele sofre na sua gleba, mais amor ele lhe dedica, chegando ao ponto de ter ciúmes de seu rebanho, de sua rocinha e até das caças que povoam sua terra, e não raro, só a morte o arranca da gleba por ele desbravada". (ZORTÉA, 1975, p. 52/53)

Para demonstrar como este personagem foi fantasmagoricamente idealizado, tomei como referência a biografia¹⁴⁴ daquele que talvez tenha sido o mais laureado dos pioneiros da região, o Sr. George Craig Smith.

George Craig Smith, nasceu em São Paulo em 15 de abril de 1909, filho de pai inglês e mãe brasileira descendente de ingleses. Ainda jovem foi para Inglaterra para estudar na Clayesmore School durante quatro anos (1920 - 1924).

Em 5/01/1925, chegou à Fazenda Cayuá em Salto Grande/SP, de propriedade da Brazil Plantations Syndicate Ltd. Logo no dia seguinte começou a carpir algodão. Mais tarde tomou-se fiscal de turma de trabalhadores alemães e russos, muito rebeldes, na sua visão.

Em 5/01/1926 foi devidamente registrado pela Brazil Plantations Syndicate Ltd. como guarda livros, ficando ali até o final de 1928.

Em 5/1/1929 fez o Tiro de Guerra em São Paulo até 14/08/29. Neste período trabalhou no escritório da Brazil Plantations Syndicate em São Paulo como auxiliar de Gordon Fox Rule.

Em 20/8/29 sob o comando imediato de William Reid participou da caravana que tomou posse das terras a oeste do Tibagi para a CTNP.

Em julho de 1932 alistou-se como voluntário paulista para participar na chamada revolução Constitucionalista. Em outubro do mesmo ano já estava de volta à Londrina, trabalhando para a CTNP.

Em 30/11/37 deixou o serviço na CTNP e voltou para São Paulo com problemas de saúde. Lá trabalhou como vendedor e chefe de vendas da empresa Individual Kendrick Van Palt Comércio e Representações até o início de 1953. Neste período casou-se (em 18/10/44) e também desquitou-se (em 29/1/53).

No início de 1954 viaja para os Estados Unidos da América para fazer um curso de missionário evangélico, onde ficou até o início de 1954. No início de 1956 desloca-se a Goiás para trabalhar na missão menonita denominada "Amazon Valley Indian Mission" na qual ficou até o final de 1956.

Voltando a São Paulo, em 1957, passou a trabalhar na mesma empresa de Comércio e representações até 1958

De 1958 a 1972 não há indicações sobre o que ele fez.

No período de 1972 a 1975, ainda em São Paulo, trabalhou como vendedor e representante comercial autônomo, representando diversas empresas estrangeiras da Inglaterra, Estados Unidos, França e Itália.

Em julho de 1975, retorna a Londrina depois de 38 anos e passa a dedicar-se às atividades religiosas.

Faleceu em 16 de junho de 1992

¹⁴⁴ Estes dados biográficos foram retirados de anotações do próprio biografado que estão depositadas no Museu Carlos Weiss em Londrina.

Este resumo biográfico demonstra que George Criag Smith, chegou a Londrina em 1929 e retirou-se em 1937. Veio com a chamada "primeira caravana" sob o comando imediato de William Reid, conforme ele próprio afirma. Neste período foi um funcionário da CTNP e, aqui, simplesmente cumpriu as suas obrigações como tal. Retirando-se da cidade, voltou 38 anos depois para nela desenvolver suas atividades religiosas. Este personagem é colocado como o exemplo maior dentre os "pioneiros", pois foi ele o mais "venerado" até os dias de hoje.

Em 08 de agosto de 1984, através da lei municipal nº 3.708 foi lhe conferido o título de "Cidadão Honorário de Londrina" decorrente de uma solicitação da bancada do PMDB da Câmara Municipal. No processo de solicitação não há nenhuma justificativa para tal ato, apenas há, anexo, o curriculum vitae do homenageado, semelhante ao que aqui colocamos.

Em 1991, o então vereador José Antonio Tadeu Felismino apresentou um projeto de Lei nº 236/91 que autorizava o Prefeito conceder auxílio financeiro ao pioneiro George Craig Smith. Em 14 de novembro de 1991, o Prefeito Antonio Casemiro Belinati, sancionou a lei que concedia mensalmente a quantia de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) para a manutenção do citado senhor em caráter vitalício, retroagindo a 1º de setembro do mesmo ano.

Em 25 de novembro de 1991 foi concedido o título de "Cidadão Honorário do Estado do Paraná" através da lei nº 9815, decorrente de uma solicitação da então deputada Emília Belinati, atual vice-governadora do Paraná. Na justificativa para a concessão do título assim se expressa a deputada:

"Justificar o presente Projeto de Lei, que visa conceder o Título de Cidadão Honorário ao Senhor **GEORGE CRAIG SMITH**, deixa-nos feliz, tendo em vista que objetiva homenagear o desbravador da cidade de Londrina."

(...)

Enumerar seus benefícios que o Senhor GEORG CRAIG SMITH (sic) trouxe ao Estado é desnecessário. Basta verificarmos o que Londrina é para o Paraná"

O homenageado aqui aparece como o desbravador e fez tantas coisas e trouxe tantos benefícios que é desnecessário elencar. Liga-se aqui o personagem com a "pujança" de Londrina como se ele tivesse sido o inoculador da "prosperidade" e do "progresso" à cidade e à região, silenciando-se sobre todos os outros partícipes do processo de crescimento e constituição da cidade e região. Aqui cabe, pelo menos, uma pergunta: Quais foram mesmo estes benefícios? Creio que a resposta está na homenagem seguinte quando é alçado a membro do "Império Britânico".

Em 26 de março de 1992 recebe, em Londrina, nas dependências do Museu Pe. Carlos Weiss, em Londrina, o título de Membro do Império Britânico pelo serviços prestados à comunidade londrinense. A sua designação como membro do **Império Britânico** esclarece a quem efetivamente serviu.

Retomando a definição que Álvaro Godoy colocou acima perguntaria: será que se pode nomear o tão homenageado “pioneiro” como sendo um deles? Ou será que não se enquadrando nela, criou-se mais uma fantasmagoria para silenciar e se fazer esquecer todos aqueles que realmente derrubaram a mata e construíram a cidade de Londrina, enquanto G.Craig Smith encontrava-se fora dela? O que ele efetivamente deixou na cidade, senão a sua visão de um passado idílico, do qual ele mesmo distanciou-se durante 38 anos, para depois voltar e retomar aquele discurso já tão reiterado e que serve apenas para manter uma memória histórica prisioneira deste passado fantasmagórico?

A fantasmagoria que se criou em torno deste personagem é a mesma que continua sendo desenvolvida por muitos autores e por tantos outros que só olham o passado da perspectiva da manutenção da ordem, como fez Domingos Pellegrini ao criar o “herói norte-paranaense”.

Para poder aquilatar a importância que o discurso “pioneiro” tem no interior do discurso “Norte do Paraná”, acrescento o que Dom Albano Cavallin, arcebispo de Londrina, escreveu por ocasião do jubileu de prata da arquidiocese de Londrina¹⁴⁵, em 1995:

“Para viver e narrar sua história, o povo judeu usava este estribilho:
“Nossos pais nos contaram”

(...)

Nossos pais nos contaram querendo recordar o que os pioneiros nos contam sobre esta terra.

Nossos pais nos contaram que esta terra é fértil que todos a chamavam de *“Eldorado do Norte”*.

Nossos pais nos contaram que o primeiro pioneiro que passou por aqui foi o próprio Deus, quando há milhões de anos, formou a terra roxa do Paraná, considerada entre as melhores do mundo.

Nossos pais nos contaram que logo no início, foi feito uma capelinha de madeira e os pioneiros exigiram da Companhia de Terras este espaço para Deus e para o exercício de sua religião.

(...)

Nossos pais nos contaram que foi a fé dos pioneiros que construíram em poucos anos três Igrejas, da qual a última é a nossa Catedral.

(...)

Nossos pais nos contaram que os primeiros sofreram muito, a solidão, o barro vermelho, a poeira, as mais variadas necessidades, mas a sua fé em Cristo, em Maria e a presença constante dos Missionários(as) foi a página gloriosa de suas vidas.

Nossos pais nos contaram que a geada matou os cafezais, mas a sua fé não foi morta e a religião católica foi a esperança que os animou no passado e no futuro.

¹⁴⁵ Publicado na coluna “Voz do Pastor” no Jornal da Comunidade da Arquidiocese de Londrina Ano 7, nº83, nov/1995, pág. 3.

Por isso que nossos pais nos contaram, vamos fazer do Jubileu da Arquidiocese a ocasião privilegiada(Sc) para agradecer, como o povo judeu, as maravilhas que Deus fez e faz com nosso povo do Norte do Paraná”

Nestes excertos, aparecem elementos que já estavam presentes anteriormente. Quando o arcebispo escreve que *o primeiro pioneiro foi o próprio Deus* porque formou a terra roxa, ele nos remete ao discurso presente no livro de Domingos Pellegrini (O Tempo de Seo Celso) onde afirma que “*quando se formou a terra...*”; quando escreve em *nosso povo* reproduz o que se disse na inauguração da torre dos sinos da catedral “*a comunidade londrinense vai ouvir...*”; quando se refere que apesar da geada *a sua fé não foi morta e a religião católica foi a esperança*, deve estar excluindo George Craig Smith que era protestante da igreja Batista.

Ao analisar esta questão é importante citar GONÇALVES (1995, p. 7) quando demonstra que há a criação de uma etno-tipologia regional:

“Nesta, a figura idealizada dos **pioneiros** contrasta com todo um conjunto de categorizações sociais negativas, voltadas contra as figurações de **grileiros, aventureiros de todos os matizes, vagabundos, tecno-burocratas estatais, caboclos, indígenas** e, muitas vezes, **militantes de esquerda**. Todos esses categoremas aparecem, via-de-regra, como negatividades absolutas, expressões bem acabadas das diversas taras que atralhariam o livre curso da história do mundo agrário”.

F. Identificação do processo de (re)ocupação com a ação da CTNP

Outro elemento do discurso “Norte do Paraná” é a ênfase colocada na ação de uma empresa específica, que teria um “elevado interesse público”. Além disso deve-se acrescentar que esta ênfase na empresa privada normalmente tem o sentido de silenciar e até negar, quando não denegrir a presença do poder público no processo de (re)ocupação.

BRANCO e MIONI (1959, p. 21), analisando a história da região em estudo, assim escrevem:

“(...) A região Norte-do-Paraná foi varrida mais algumas vezes por bandeiras escravagistas e depois tudo novamente caiu em calma no grande sertão de terras roxas, tão preferidas pelos **selvagens**! A vegetação cobriu as clareiras, os roçados voltaram a ser florestas. trezentos anos foram passados. Os bandeirantes asseguraram as

fronteiras da Pátria. Expulsaram os espanhóis. A história se escreveu com sangue. Não fora o bandeirante, isto tudo seria Paraguai. Mas, continuemos. O **Norte dormiu o sono do silêncio e do abandono** durante 3 séculos e só foi despertado em 1929 com a colonização inglesa de Lord Lovat.”

Estes senhores, apologistas por excelência da CTNP e muitas vezes financiados por ela para manter seus escritos, recolocam, de maneira clara, como a região era vista, ainda no final da década de 1950, como uma terra onde viviam “selvagens”, abandonada e que foi despertada pelos ingleses de Lord Lovat, como se este fora um príncipe encantado que viera acordá-la para o “novo mundo”.

Mas a mais radical expressão disto encontra-se em LUZ, France e OMURA, I.A. Rogatti (1976, p. 26): quando analisam o processo de colonização efetivado em Maringá:

“A Companhia de Terras Norte do Paraná teve, assim, um papel destacado no desbravamento inicial, no povoamento, na organização da vida rural e valorização socio-econômica da região. **Estudar a propriedade rural no norte do do Paraná é, em última instância, estudar a estrutura agrária que aquela empresa privada de colonização ali implantou.**” (destaque meu)

Esta companhia apenas participou da (re)ocupação de 20% do território da região em estudo, e as autoras acima ampliam a ação da CTNP para toda ela. E este discurso é repetido à exaustão por muitos outros estudos acadêmicos que, ao pesquisarem, procuram assumir o discurso dominante sem ter nenhuma preocupação em questioná-lo.

Existe um discurso que também afirma que a colonização praticada pelo governo do Paraná foi semelhante ao da CTNP. Entre outros pode-se citar José Carlos ALCÂNTARA (1987, p. 26):

“O sistema de colonização praticado pelo governo do Estado foi semelhante ao da Companhia de Terras Norte do Paraná, vendendo suas terras em pequenos lotes agrícolas, excerto nos casos da Colônia Centenário que foi loteada em fazendas e em Paranavaí (...) onde as propriedades rurais eram de dimensões variadas, conforme a sua localização em relação à sede da Colônia.

O autor inverte a equação pois, desde 1916 (através de várias leis) as terras colocadas à disposição para colonização e dadas em concessão pelo governo paranaense já determinavam que estas terras deviam ser repartidas em pequenas propriedades. Outras empresas antes da CTNP já haviam feito este tipo de loteamento, no estado e fora dele.

Não foi a CTNP que criou esta forma de (re)ocupação. Ademais, cabe aqui acrescentar que a idéia inicial dos ingleses era de vender as terras para fazendeiros e não em pequenas propriedades. Esta idéia teria sido de Oswald Nixdorf:¹⁴⁶

“(...) consegui uma completa alteração da política de vendas da CTNP. Até agora ela destinada a vender grandes áreas para fazendeiros, o que naturalmente seria bem mais fácil do que vendas em pequenas. Aleguei que, se fossem as terras da CTNP cobertas com fazendas, a EFSPP [Estrada de Ferro São Paulo - Paraná] nunca daria lucro, teria só carga para São Paulo para escoar as colheitas, porém não carga de volta porque o trabalhador das fazendas nunca teria necessidades. Mas com a venda em lotes pequenos criavam-se povoados com negócios, escolas, hospitais, etc., etc., em outras palavras surgiriam mercados e assim muita carga para a EFSPP de São Paulo para cá e também passageiros.”

Acredito que a maior ênfase no sentido de descaracterizar a presença do governo estadual esteja nos escritos da própria CTNP/CMNP. Um exemplo disso está em um dos seus escritos em 1965:

“Evidentemente, as terras no Norte do Paraná são de excepcional qualidade e a cultura do café proporciona renda apreciável. Mas é preciso reconhecer que esse exemplo de colonização racional, que tão bons resultados proporcionaram ao Paraná e ao Brasil é fruto exclusivo da iniciativa privada. Ao empreendimento sempre faltou o apoio oficial, mas assim mesmo conseguiu-se demonstrar o que deveriam fazer os poderes públicos para tornar produtivas tantas outras áreas abandonadas do nosso imenso território” (Encarte em O Estado de São Paulo, 15/01/1965, p. 6)

Este tipo de afirmação, além de tentar impor uma visão do processo de (re)ocupação da região, falta com a verdade, conforme já demonstrei neste trabalho, principalmente no que se refere à CTNP/CMNP. Sem o apoio, sem as facilidades e as condições que o governo estadual concedeu a esta empresa, com certeza ela não teria realizado a sua tão propalada obra de colonização. Neste sentido, Ana Yara LOPES (1982, p. 173) analisando o processo da (re)ocupação das terras no norte do estado do Paraná afirma:

“O governo do Paraná não esteve nada omissos neste processo. Foi fundamental o papel do Estado como dirigente a um fim determinado: nas concessões, nas companhias colonizadoras, nos particulares, na colonização que o próprio governo empreendeu. O Estado não criou a propriedade privada; mas da mesma forma que é difícil se imaginar o desenvolvimento “espontâneo” do capitalismo, poderíamos dizer que o

¹⁴⁶ Oswald Nixdorf foi o idealizador e promotor da colônia de alemães de Rolândia. Este excerto foi retirado de depoimento gravado, transcrito e depositado no Centro de Documentação e Pesquisa em História do Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina.

Estado, se não quase a criou, deu as condições básicas para que ela ocorresse.”

Entretanto, é necessário salientar que a maioria dos trabalhos acadêmicos (principalmente o de PAYES, 1984), e com algumas poucas exceções, reproduzem o discurso da CTNP/CMNP. Sobre estes trabalhos apologéticos cabe citar José Henrique GONÇALVES (1995, p. 17) com quem concordo integralmente neste aspecto:

“O que mais me causou espécie desde que comecei a ler a respeito do processo de colonização do Norte-Novo do Paraná foi o descaso da maioria dos pesquisadores conquanto aos objetivos políticos mais mezinhos dos escritos divulgados pela CMNP. Dos anos 50 em diante, seus dirigentes estiveram fazendo, todo o tempo, campanhas contra a ação do Poder Público em matéria de colonização e reforma agrária. Hermann Moraes Barros, um dos seus diretores mais atuante na vida política, sempre deixou claro que tinha participado assiduamente nas conspirações que derrubaram o Governo Constitucional de João Goulart. No entanto é surpreendente o fato de que mesmo investigadores mais argutos e críticos tenham deixado de lado as práticas daqueles empresários, resumindo-se a denunciar suas manipulações retóricas. Em suma, eles não somente ajudaram a ocultar o que se costuma chamar de história dos vencidos... como foram, em todos os aspectos, os vencedores. Até mesmo porque foram capazes de sair imediatamente da cena política quando, a partir de finais dos anos 70, com as mudanças sócio-espaciais radicais desencadeadas na região e com a abertura de uma época de maior circulação de informações, iniciou-se uma longa revisão crítica da história regional”

Acredito que se pode concluir este trabalho com a reflexão de S.CITRON (1990, p.93, 101, 115)) quando afirma:

“A história, no século XIX, é a expressão de uma cultura ao mesmo tempo racional e literária. Ela não tem sentido senão para uma elite. É, por outro lado, o suporte do discurso político.

(...) a história é o passado de que a classe política (sic) tem a necessidade para assegurar a sua legitimidade ou para contestar a dos outros. A ideologia e a história tomaram-se inseparáveis.

(...)

O olhar “científico” duma história nova é humilde perante a complexidade e perante os limites do conhecer. O que dá, sobre o presente, a mesma humildade de olhar não mais um demiurgo a entregar-nos o passado na totalidade das suas “leis”, o presente por uma análise infalível, o futuro no conforto duma certeza. Não mais a ilusão lírica ou romântica que decifraría o movimento do Progresso numa história teleológica ou na imagem mítica de uma nação, duma classe ou dum partido predeterminados.”

Qualquer racionalização do passado ou do presente está codificada por um sistema de referências, quer seja implícito ou formulado. Hoje em dia, os historiadores deveriam ser os primeiros a analisar e detectar a multiplicidade de grelhas subjacentes aos discursos históricos. Eles devem dizer e compreender que a cronologia herdada através dos programas e

dos manuais escolares é uma abordagem parcelar, parcial e relativa do passado. Há várias maneiras de abordar o real, uma grelha histórica e uma grelha psicanalítica podem, separada ou conjuntamente, apreender as mesmas coisas. O real só existe pela intercepção de vários discursos. Assim que se procura delimitar o homem e seus problemas o VERDADEIRO desliza para a fronteira, limite indizível das linguagens que se encontram algures se não forem dogmáticas mas sim rigorosas e abertas.”

(...)

“A ciência contemporânea, a ciência metamorfoseada é modesta e quase pudica nas suas afirmações. Só pensa no interior do desconhecido. E reencontra o problema da relação entre o ser e o dever, entre a permanência e a mudança. Coincide com o fim das ideologias como sistemas de verdades absolutas”.

Neste trabalho, não foi minha intenção reescrever a história que se desenvolveu na região hoje situada ao norte do estado do Paraná, mas de colocar algumas alternativas (explodir alguns cartuchos de pólvora enterrados) de análise do processo de ocupação e (re)ocupação de uma região, demonstrando as possibilidades historiográficas na análise de um processo histórico. As fantasmagorias e os silêncios produzidos foram o tema central deste trabalho. Afirmar isso não significa fazer manipulações, nem propor uma nova esquematização, pois o que importa é conhecer melhor o passado para que se possa ter uma melhor orientação para a participação/atuação política no presente.

Neste sentido, procurei demonstrar a necessidade de se romper com esta continuidade discursiva que buscou construir e reiterar o discurso “Norte do Paraná”, uma memória histórica que tem como pressuposto a manutenção daqueles que sempre venceram e de seus descendentes, que continuam a vencer sobre os escombros de milhares de trabalhadores que criaram a riqueza desta e de outras regiões e que nunca puderam usufruir dela.

Até aqui cheguei, na esperança que outros trabalhos com mais profundidade e com mais informações possam analisar o que aconteceu na região, no Brasil e no mundo a partir de então. É neste caminhar que me situo e situo este trabalho, como um dos seus momentos.

Neste final de século em que estamos vivendo num mundo cada dia mais “globalizado”, contraditoriamente ressurgem as diversidades culturais, étnicas e religiosas, possibilitando a emergências de questões regionais significativas, e também muitas outras fictícias, que pretendem construir uma regionalização fantasmagórica como esta presente no discurso “Norte do Paraná” Creio que é necessário manter uma visão crítica constante sobre estas fantasmagorias que cotidianamente procuram silenciar o que tem acontecido com a maioria dos povos explorados e subjugados.

Até aqui cheguei na minha pesquisa. Acredito que outros poderão ampliá-la, aprofundá-la, criticá-la e superá-la.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Dióres Santos. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente**. Presidente Prudente : Faculdade de Filosofia, Ciências Letras 1972.
- ADUM, Sonia Maria S.Lopes. **Imagens do progresso: civilização e barbárie em Londrina, 1930 -1960**. Assis, 1991. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História, UNESP.
- ALBUQUERQUE, Mário Marcondes de. **Grandes regiões e grandes pioneiros**, Curitiba : Lítero-Técnica, 1995.
- ALCÂNTARA, José Carlos. **Política local : um estudo de caso: Paranavaí 1952-1982**. Campinas, 1987. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- ALMEIDA, Ana Maria C. de. **Participação social dos operários de origem rural em uma área urbana: Londrina**. Curitiba : Grafipar, 1981.
- _____. **A Morada do Vale: sociabilidade e representações, um estudo sobre famílias pioneiras do Heimtal**. São Paulo, 1995. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo.
- ALVES, Cláudia Lima ESTEVES. **Dinâmica espacial de produção e reprodução da força de trabalho em Londrina: os conjuntos habitacionais**. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo.
- ANDRADE, João Correa de. **A Colônia Esperança: o japonês na frente pioneira norte paranaense**. Curitiba, 1975. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História, Universidade Federal do Paraná.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Espaço, polarização e desenvolvimento**. 2.ed. São Paulo : Brasiliense, 1970.
- ARAÚJO, Sílvia Maria Pereira de. **Eles - a cooperativa: um estudo sobre a ideologia da participação**. Curitiba : Projeto, 1982.
- ARENDT, Hanna. **Entre o passado e o futuro**. 2.ed. São Paulo : Perspectiva, 1988.
- ARIAS NETO, J.Miguel. **O Eldorado: Londrina e o Norte do Paraná. 1930-1975**. São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Universidade de São Paulo.
- _____. Pioneirismo: discurso político e identidade regional. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.14, n.28, p. 194-207, 1994.
- ASCOLI, Haroldo Renato. **Terras da promessa no sul do Brasil**. Rio de Janeiro : Jornal do Commercio, 1950.
- ASSOUN, Paul-Laurent. **Marx e a repetição histórica**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1979.
- AUGUSTO, Maria Helena Oliva. **Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista: estudo sobre a CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná)**. São Paulo : Símbolo, 1978.

- BALDI, P.F. La colonizzazione agricola del Brasile e l'opera della Compagnia de Terras Norte do Paraná. **Rivista di Agricoltura Subtropicale e Tropicale**. v. 42, n. 4-6, p.109-116, abr./jun., 1948.
- BALHANA, Altiva Pilatti et al. **História do Paraná**. Curitiba : Grafipar, 1969, v.1.
- BARROSO, Vicente. **Famoso norte do Paraná: terra onde se anda sobre dinheiro**. Caxias do Sul : Ed. São Miguel, 1956.
- BARTHELMESS, Heloísa. Uso da terra no Estado do Paraná em 1920. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, v.9, p. 50-55, 1967.
- BATISTA FILHO, João. **O projeto CURA no Parque Guanabara: uma política programa de renovação urbana em Londrina**. São Paulo, 1985. Tese (Doutorado) - Departamento de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo.
- BECKER, Bertha B. et al. **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro : UFRJ, 1983. (Programa de Pós-Graduação do Departamento de GeoCiências).
- BECKER, Ítala Irene Basile. **Arqueologia do Rio Grande do Sul**. São Leopoldo : UNISINOS (Instituto Anchieta de Pesquisas), 1988. O Kaingang histórico e seus antepassados. (Documento 02).
- BENATTI, Antonio Paulo. **O Centro e as Margens: boemia e prostituição na "capital mundial do café" (Londrina:1930-1970)**. Curitiba, 1996. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História, Universidade Federal do Paraná.
- BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas I: magia e técnica, arte e política, ensaios sobre literatura e história da cultura**. 3.ed. São Paulo : Brasiliense, 1987.
- _____. **Obras Escolhidas II: rua de mão única**. São Paulo : Brasiliense, 1987.
- _____. **Obras Escolhidas III: Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo : Brasiliense, 1989.
- BERLINCK, Manuel T. **Marginalidade social e relações de classe em São Paulo**. Petrópolis : Vozes, 1975.
- BERNARDES, Lysia M. Cavalcanti. Excursão ao Paraná e Santa Catarina: Londrina e a zona pioneira do norte do Paraná. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v. 3, n.28, p. 603-609, jun./1945.
- _____. O problema das frentes pioneiras no estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.15, n.3, p. 3-53, jul./set. 1953.
- BERNARDES, Nilo. Expansão do povoamento no estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.14, n.4, p. 53-82, out./dez.1952.
- BETTANINI, Tonino. **Espaço e ciências humanas**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982.
- BETTES JR., Hamilton et al. **Paraná: estudos sociais: livro do professor**. São Paulo : Scipione, 1995.
- BIGG-WITHER, Thomas P. **Novos caminhos no Brasil meridional: a província do Paraná, três anos de vida em suas florestas e campos (1872/75)**. Rio de Janeiro : J. Olympio, 1974.

- BLOCH, Marc. **Introdução à história**, Lisboa : Europa América, 1965.
- BORBA, Telêmaco. **Atualidade indígena**. Curitiba : Imprensa Paranaense, 1908.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Lisboa : DIFEL , 1989.
- BOUTIN, Leônidas. Colônias militares na província do Paraná. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnológico Paranaense**, v.23, p. 13-67, 1977.
- BRAGA, Rubem ; D'HORTA, Amaldo Pedroso. **Dois repórteres no Paraná**. Curitiba : Câmara de Expansão Econômica do Paraná, 1953.
- BRANCO, Joaquim. **Sugestões ao Paraná**. São Paulo : Diário Oficial, 1919.
- BRANCO, G. ; MIONI, F. **Londrina no seu jubileu de prata**: documentário histórico. Londrina : Realizações Brasileiras, 1959.
- BRANDÃO, Ignácio Loyola. **Olhos de banco**: Avelino A. Vieira. [s.l.] : DBA Artes Gráficas, 1993.
- BRANT, Vinicius C. Do colono ao bóia-fria: transformações na agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana de Assis. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.9, p.37- 91, jan./mar. 1977.
- BRASIL, Átila Silveira. **Das origens e da emancipação do município**: Cornélio Procópio - 50 anos (1938-1988). Cornélio Procópio : [s.n., 19 -]
- BRAUDEL, Fernand. **A Identidade da França**. Rio de Janeiro : Globo, 1989. 3 v.
- BREITBACH, Áurea Correa de Miranda. **Estudo sobre o conceito de região**. Porto Alegre : Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1988.
- BREPHOL, Marionilde Dias. Acerca do modelo Pinheiro Machado: uma leitura sobre a história regional, **História: Questões e Debates**, Curitiba: v..2, n.2, p.15-22, jun.1981.
- BRUIT, Héctor H. Região, estado e capitalismo in **História regional: uma discussão**. Campinas : EDUNICAMP, 1987.
- BUESCU, Mircea. A Missão Inglesa de 1924. **Revista de Informação**, v.21, n.82, p.173-186, abr./jun., 1984.
- CAINELLI, Marlene Rosa. **Entre a roça e o ditado**: a campanha nacional de educação rural, Londrina 1952-1963. Curitiba, 1994. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Universidade Federal do Paraná.
- CAMBIAGHI, Salette M. O povoamento no norte do Paraná, **Anais da Associação dos Geógrafos do Brasil**, São Paulo: v. 6, n. 1, p. 1951/52.
- CANCIÁN, Nadir Aparecida. **Conjuntura econômica da madeira no norte do Paraná**. Curitiba, 1974. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História, Universidade Federal do Paraná.
- _____. **Cafeicultura paranaense (1900 -1970)** : estudo de conjuntura. São Paulo, 1977. Tese (Doutorado) - Departamento de História, Universidade de São Paulo.
- CÂNDIDO, Antonio. **Os parceiros do rio Bonito**. Rio de Janeiro : J. Olympio, 1964.

- CARDOSO, Jayme Antonio. O modelo de explicação histórica proposto por Brasil Pinheiro Machado. **História: Questões e Debates**, Curitiba : v. 2, n. 2, p. 5-13, jun. 1981.
- CARVALHO, José Murilo de. **Teatro de sombras: a política imperial**. São Paulo : Vértice, 1988.
- _____. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo : Companhia das Letras, 1990.
- CASAGRANDE, Iolanda. **Trabalhador rural volante ("bóia-fria") no Paraná: características históricas e demográficas**. Curitiba, 1979. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História, Universidade Federal do Paraná.
- CASTRO, Antonio Barros de. **7 ensaios sobre a economia brasileira**. Rio de Janeiro : Forense, 1971. v.2
- CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro : Bertrand do Brasil, 1992.
- CASTRO, Rosimeire A. Angelini. **O cotidiano e a cidade: práticas, papéis e representações femininas em Londrina (1930 -1960)**. Curitiba, 1994. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História, Universidade Federal do Paraná.
- CAVALCANTI, Lysia Maria. Londrina e a zona pioneira do Norte do Paraná. **Boletim Geográfico**. (Tertúlias Geográficas Semanais) Rio de Janeiro : 19/jun/1945.
- CERNEV, Jorge. **Liberalismo e colonização: o caso do Norte do Paraná**. Rio de Janeiro, 1988. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Filosofia, Universidade Gama Filho.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1982
- CESÁRIO, Ana Cleide C. **Industrialização e pequenos proprietários em Londrina**. Curitiba : Grafipar, 1981.
- _____. **Poder e partidos políticos em uma cidade média brasileira : um estudo de poder local, Londrina 1934-1979**. São Paulo, 1986. Tese (Doutorado) - Departamento de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo.
- _____. Norte novo: a expansão da fronteira e seu conteúdo simbólico. in PAZ, Francisco M. (org.) **Cenários de economia e política: Paraná**. Curitiba : Prephacio, 1991.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa : DIFEL, 1987.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo : Moderna, 1981.
- CHAVES NETO, Elias. O café: uma civilização e um problema. **Revista Brasileira**, São Paulo, n.33, p.45-55, jan./fev. 1961,.
- CHESNAEUX, Jean. **Devemos fazer tábula rasa do passado?**. Sobre a história e os historiadores, São Paulo : Ática, 1995.
- CIMITILLE, Frei Luiz de. Memória dos costumes e religião dos índios Camés ou Coroados que habitam a província do Paraná". **Revista Paranaense**, Curitiba : p. 274-287, 1882.

- CITRON, Suzanne. **Ensinar a história hoje: a memória perdida e reencontrada**. Lisboa : Livros Horizonte, 1990.
- CLASTRES, Pierre. **A Sociedade contra o estado: pesquisa de antropologia política**. 4.ed. Rio de Janeiro : F.Alves, 1988.
- CLAVAL, Paul. **Espaço e poder**. Rio de Janeiro : Zahar , 1979.
- _____. La région: concept géographique, économique et culturel. **Revue Internationale de Sciences Sociales**. v. 39, n. 112, p.179-192, Mai. 1987,.
- COLOMBO, Eduardo. **El Imaginario Social**. Buenos Aires : Tupac, 1989.
- COMPANHIA DE TERRAS NORTE DO PARANÁ. **O Norte do Paraná**. Londrina : s.e., 1942.
- COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. Publicação comemorativa do quinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). São Paulo : 1977.
- CORRÊA, Anna Maria Martinez. **Poder local e representatividade político-partidária no vale do Paranapanema (1920-1930)**. Assis, 1988. Tese (Livre-Docência) - Departamento de História, UNESP.
- CORRÊA JR., João Antonio. **O Trem de ferro**. Maringá : Ed. 5 de abril, 1991.
- CORREA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo : Ática, 1987.
- CORREIA, Affonso G. **Conferência Paranista**. Curitiba : 1928.
- COSTA, Odah Regina G. **O Preço da terra na colônia Içara (1939 -1969)**. Curitiba, 1974. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História, Universidade Federal do Paraná.
- _____. **A Reforma Agrária no Paraná**. Curitiba, 1977. Tese (Professor Titular em História Contemporânea) - Departamento de História, Universidade Federal do Paraná.
- COSTA, Samuel Guimarães da. Norte do Paraná: o outro lado do Eldorado **Panorama**, n. 15, jan. 1965.
- _____. Memórias de um recenseador: ABC dos posseiros. **Panorama**. v. 20, n. 293, p. 38-40, set. 1980.
- COUTINHO, H. Puigari. **Londrina: 25 anos de sua história**. São Paulo : [s.n.], 1959.
- DECCA, Edgar S. de. Memória e Cidadania. In SÃO PAULO , Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico . **O Direito à Memória : Patrimônio histórico e cidadania/ DPH**. São Paulo : DPH, 1992. p. 129-136.
- DECCA, Edgar S. de ; VESSENTINI, Carlos A. A revolução do vencedor. **Contraponto**. v.1, p.60-71, nov.1976.
- DELFIN NETTO, Antonio. **O problema do café no Brasil**. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1979.
- DENIS, Pierre. A colonização do Paraná. **Boletim Geográfico**. n.100, 1951.

- DI CREDDO, Maria do Carmo Sampaio. **A propriedade da terra no vale do Paranapanema: A fazenda Taquaral (1850-1910)**. São Paulo, 1987. Tese (Doutorado) -Departamento de História, Universidade de São Paulo.
- DIEGUES JR., Manuel. **Regiões culturais brasileiras**. Rio de Janeiro : CBPE/INEP, 1960.
- ESTRADA, José Ferreira Duque. **Terra crua**. Curitiba : [s.n.], 1961.
- FERNANDES, José Loureiro. Os índios da serra dos Dourados. III **Reunião Brasileira de Antropologia**. p.27-47 [19--].
- FERREIRA, Angela D. Damaceno. **Agricultura capitalista e campesinato no norte do Paraná: (1940 -1952)**. Curitiba, 1984. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História, Universidade Federal do Paraná.
- FERREIRA, Antonio C. e SIMON, Cristiano G.B. Tensões da modernidade em Londrina: a ferrovia e a nave. **História: Questões & Debates**, n.17, dez. 1988.
- FERREIRA, Vicente. (a) A história do Paraná é a história do norte. **Panorana**. v.26, n. 240, p.19-20, set.1976.
- _____. (b) Posseiros, grileiros e jagunços: personagens da década de 50. **Panorama**. v. 26, n.240, p. 20-21, set. 1976.
- FERRO, Marc. **A História vigiada**. São Paulo : Martins Fontes, 1989.
- FOHLEN, Claude. **O faroeste: (1860 -1890)**. São Paulo : Companhia das Letras,1989.
- FONSECA, Vinicius. O norte do Paraná. **O observador econômico e financeiro**. v. 18, n.211, p. 35-42. set. 1953.
- FOOT-HARDMAN, Francisco. **Trem fantasma: a modernidade na selva**. São Paulo : Companhia das Letras, 1988.
- FOREWAKER, Joe W. **A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais**. Rio de Janeiro : Zahar, 1982.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 6.ed. Rio de Janeiro : Graal, 1986.
- FRANÇA, Ary. **A marcha do café e as frentes pioneiras**. Rio de Janeiro : Conselho Nacional de Geografia/UGI, 1960.
- FRANCO, Arthur Martins. **Em defesa do índio e do sertanejo contra o "Serviço de proteção aos índios e localização de trabalhadores nacionais" no estado do Paraná**. Curitiba : Ed. O Estado do Paraná, 1925.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo : Kairós, 1983.
- FREMONT, Armand. **A região, espaço vivido**. Coimbra : Almedina, 1980.
- FRITSCH, Winston. "1924" **Pesquisa e planejamento econômico**, v.10, n.3, p.713-774, dez.1980.
- GAGLIARDI, José Mauro. **O indígena e a república**, São Paulo : Hucitec, 1989.

- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Walter Benjamin: os cacos da história**. São Paulo : Brasiliense, 1982. (Col. Encanto Radical).
- _____. Prefácio In BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política, ensaios sobre literatura e história da cultura**. 3. ed. São Paulo : Brasiliense, 1987. v.1
- GEIGER, Pedro. Excursão ao Paraná e Santa Catarina: Londrina - Ourinhos. **Boletim Geográfico**. v. 3, n.28, 1945.
- GOLDMANN, Lucien. **Ciências humanas e filosofia: o que é a sociologia?** 10 ed. São Paulo : DIFEL, 1986.
- GNACCARINI, José Cesar. **Latifúndio e proletariado: formação da empresa e relações de trabalho no Brasil rural**. São Paulo : Pólis, 1980.
- GOMES, Raul. Aspectos gerais e econômicos do Paraná. In Primeiro centenário da emancipação política do Paraná. Curitiba : Paraná. Governo do Estado. Câmara de Expansão Econômica do Paraná, 1953.
- GONÇALVES, David. **Terra braba**. 10 ed. Curitiba : HDV, 1982.
- GONÇALVES, José Henrique Rollo. **História regional & ideologias: em tomo de algumas corografias políticas do nordeste paranaense, 1930-1980**. Curitiba, 1995. Dissertação (Mestrado em História Social) - Departamento de História, Universidade Federal do Paraná.
- GONZALES NETO, José Garcia. **Cambé: confronto, composição política e relação de poder no município de Cambé de 1947 a 1968**. Curitiba : Ghignone, 1987.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo : Hucitec, 1980.
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A lenda do ouro verde**. Campinas, 1986. Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo : Loyola, 1992.
- HELLER, Agnes. **Uma teoria da história**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1993.
- HELM, Cecília M. V. **A integração do índio na estrutura agrária do Paraná: o caso Kaigáng**. Curitiba, 1974. Tese (Livre Docência). Universidade Federal do Paraná.
- _____. **O índio camponês assalariado em Londrina: relações de trabalho e identidade étnica**. Curitiba : Universidade Federal do Paraná, 1977.
- HOBSBAWN, Eric. **Era dos extremos: o breve séc. XX (1914-1991)**. São Paulo : Companhia das Letras, 1991.
- HOBSBAWN, Eric ; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1984.
- HOFF, Sandino. A ocupação do Norte In PAZ, Francisco Moraes. (org.) **Cenários de economia e política: Paraná**. Curitiba : Prephacio, 1991.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. 5.ed., São Paulo : Brasiliense, 1992.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo : Vértice, 1990.
- HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo : M. Fontes, 1992.
- IANNI, Octavio. **Origens agrárias do estado brasileiro**. São Paulo : Brasiliense, 1984.
- IBÁÑEZ, Jesús. **Más allá de la sociología: el grupo de discusión, técnica y crítica**. Madrid : Siglo Veintuno, 1979.
- IPARDES - Fundação Edison Vieira. **O Paraná reinventado: política e governo**. Curitiba, 1989.
- JAMIL, Elias. **Livro histórico e geográfico do norte do Paraná**. Londrina : [s.n.], 1965.
- JOFFILY, José. **Londres-Londrina**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985.
- JUNIOR, Coelho. **Pelas selvas e rios do Paraná**. Curitiba : Guaíra, 1946.
- KEINERT, Ruben Cezar. **Regionalismo e anti-regionalismo no Paraná**. São Paulo, 1978. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo.
- KOSMINSKY, Ethel Volfzon. **Rolândia, a terra prometida: judeus refugiados do nazismo no norte do Paraná**. São Paulo, 1984. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2.ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1976.
- KOTHE, Flávio R. (org.). **Walter Benjamin**. São Paulo : Ática, 1985.
- KOSAK, Vladimir et al. Os índios Héta: peixe em lagoa seca. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná**, vol. 37, p. 3-120, 1981.
- KRUG, Edmundo. Os índios da margem do Paranapanema. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 21, p. 319-347, 1924. (Abrangendo os anos de 1916 a 1921).
- KUJAWSKI, Gilberto de Mello. A personalidade regional paulista. **Ciência e Trópico**, v.13, n.1, p. 111-129, jan./jun. 1985.
- LACOSTE, Yves. **A geografia - Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas : Papirus, 1988.
- LAINS e SILVA, Hélder. Cafeicultura no Brasil. **Revista do Café Português**, v. 5, n.13, p.12-32, mar./1957.
- LALANDE, André. **Vocabulário técnico y crítico de la filosofía**. Barcelona : El Ateneo, 1966.
- LENHARO, Alcir. **Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste, os anos 30**. Campinas : EDUNICAMP, 1985.
- _____. **Sacralização da política**. Campinas : Papirus, 1986.

- LEVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. Lisboa : Edições 70, 1986.
- SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, Indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis : Vozes, 1995.
- LIMA, João Francisco Tidei. **A ocupação da terra e a destruição dos índios na região de Bauru**. São Paulo, 1978. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História, Universidade de São Paulo.
- LIMA, Maria das Graças. **A sobrevivência dos sítios rurais em Moreira Salles: PR**. São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo.
- LINHARES, Temístocles. **Paraná vivo: sua vida, sua gente, sua cultura**. 2. ed. aumentada e atualizada. Rio de Janeiro : J. Olympio, 1985.
- LIPIETZ, Alain, **O Capital e seu espaço**. São Paulo : Nobel, 1988.
- LOPES, Ana Yara D. Paulino. **Pioneiros do capital: a colonização do norte do Paraná**. São Paulo, 1982. Dissertação (Mestrado) -.Departamento de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo.
- LOVATO, Leda. A contribuição de Franz Keller à etnografia do Paraná. **Boletim do Museu do Índio**, [Antropologia] n. 1, nov.1974, Rio de Janeiro : Fundação Nacional do Índio [separata]
- _____. **De como o que o café deu o café tomou: a trajetória de sitiantes do norte do Paraná**. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo.
- LOUREIRO, Maria Rita Garcia. **Parceria e capitalismo**. Rio de Janeiro : Zahar, 1977.
- LUZ, Américo Machado da. O Norte Pioneiro: um pouco da sua história. **Boletim do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Paraná**, vol. 17, p. 98-111, 1973.
- LUZ, France. **O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá**. São Paulo, 1980. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História, Universidade de São Paulo.
- _____. **As migrações internas no contexto do capitalismo no Brasil: a micro-região "Norte Novo de Maringá", 1950-1980**. São Paulo, 1988. Tese (Doutorado) Departamento de História, Universidade de São Paulo.
- LUZ, France ; OMURA, I.A. Rogatti. A propriedade rural no sistema de colonização da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná: município de Maringá. SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 8 , Aracaju, 1975. Anais. São Paulo, 1976.
- MABILDE, Affonso P.T. Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação Coroados dos matos da província do Rio Grande do Sul. São Paulo : IBRSA/INL, 1983.
- MACHADO, Brasil Pinheiro. O estudo da história regional: uma nota prévia. **História: Questões & Debates**, v.. 2 , n.3 p. 103-108, dez. 1981.
- _____. Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná. **História: Questões & Debates**, v.8, n.14/15, p. 177-205, jun./dez.1987. (Este artigo foi publicado

originalmente no Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense em 1951).

- MACHADO, Brasil ; BALHANA, Altiva P. Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**, n.3, p. 1-52, jun/1963.
- MAGALHÃES FILHO, Francisco. Evolução histórica da economia paranaense. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 28, p. 31-52, jan./fev. 1972.
- MAIA, Deise. **Abaixo da linha**: Casoni, uma vila da cidade de Londrina. São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo.
- MARKUSSEN, Ann R. Região e regionalismo: um enfoque marxista. **Espaço & Debates**, v.11, n.2, p. 61-99, mai. 1981.
- MARSON, Isabel Andrade. Trabalho Livre e Progresso. **Revista Brasileira de História**, v. 4, n.7, p. 81-93, mar. 1984.
- MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo : Ciências Humanas, 1975.
- _____. **O cativo da terra**. São Paulo : Ciências Humanas, 1979.
- _____. **Expropriação e violência: A questão política no campo**. São Paulo : Hucitec, 1980.
- _____. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 4. ed. Petrópolis : Vozes, 1990.
- _____. **O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira**. **Tempo Social**, vol. 8, n. 1, p. 25-70, mai.1996.
- MARTINS, Romário. **Cafelândia**: terras das glebas de ouro, impressão de viagens. 1924. (Reunião de Artigos publicados em jornal de Curitiba - Pr, com anotações do próprio autor). Biblioteca do Museu Paranaense. s/d.
- _____. **História do Paraná**. Curitiba : Gráfica Paranaense, 1937.
- _____. **Paranística In A Divulgação**. Curitiba, pág.37-41, Mar. 1948.
- MARTINS, Wilson. **Um Brasil diferente**: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná. 2. ed. São Paulo : T.A. Queiroz, 1989.
- MARX, K. e ENGELS F. **La sagrada família**. México : Grijalbo, 1967.
- MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e ferrovias**: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. São Paulo : Alfa ômega, 1974.
- MATOS, Olgária C.F. **Os arcanos do inteiramente outro**: a escola de Frankfurt, a melancolia e a revolução. São Paulo : Brasiliense, 1989.
- MATULEVICIUS, Sérgio. Norte do Paraná: Eldorado do Brasil. **Panorama**, v. 9, n. 90, p. 43-48, nov. 1959.
- MELLO, João Manoel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. São Paulo : Brasiliense, 1982.

- MENENZES, Maria José. A arqueologia pré-histórica no Paraná: histórico. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, v. 9, p. 56-105, 1967.
- MILNER, Max. **La fantasmagoria**. México : Fondo de Cultura Económica, 1990.
- MONBEIG, Pierre. **Ensaio de geografia humana brasileira**. São Paulo : Livr. Martins, 1940.
- _____. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo : Hucitec, 1984.
- MONTEIRO, Duglas Teixeira. Estrutura social e vida econômica em uma área de pequena propriedade e de monocultura. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, n.12, out. 1961.
- _____. **O norte do Paraná: elementos para uma interpretação**. São Paulo : [1963]. mimeo
- MORAES, Antonio Carlos Robert. Notas sobre Identidade nacional e Institucionalização da geografia no Brasil. **Estudos Históricos**, v.4, n.8, p. 166 -176, 1991.
- _____. **Ideologias geográficas**. São Paulo : Hucitec, 1991.
- MORAES, Aristides. O maior cafeicultor. **Realizações Brasileiras**, v. 8, n. 9, p. 92, 1958.
- MOREIRA, Júlio Estrela. Fundação de Jacarezinho. **Boletim do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Paraná**, vol. 22, p. 139-145, 1974.
- MOTA, Lucio Tadeu. **As guerras dos índios Kaigáng: a história épica dos índios Kaigang no Paraná (1769-1924)**. Maringá : EDUEM, 1994.
- MÜLLER, Geraldo. **Estado, estrutura agrária e população**. Petrópolis : Vozes, 1980.
- MÜLLER, Nice L. Contribuição ao estudo do norte do Paraná. **Boletim Paulista de Geografia**, n.22, p.55-97, mar.1956.
- MUSSALAM, René. **Norte pioneiro do Paraná: formação e crescimento através dos censos**. Curitiba, 1974. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História, Universidade Federal do Paraná.
- NAKAGAWARA, Yoshiya. **As Funções Regionais de Londrina e sua Área de Influência**. São Paulo, 1972. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo. 3 v.
- _____. Questões agrárias e urbanas. interdependência e subordinação: o caso norte-paranaense. **Terra e Cultura**, v. 1, n.1, p.93 -115, jan. 1981.
- NASCIMENTO, Noel. O camponês no norte do Paraná. **Revista Brasiliense**, n.41, p.123-128, 1962.
- NIMUENDAJU, Curt . 104 mitos indígenas nunca publicados. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 21, p. 64 -111, 1986
- NISBET, Robert. **História da idéia de progresso**. Brasília : Ed. Universidade de Brasília, 1985.

OLIVEIRA, Francisco. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. São Paulo : Brasiliense, 1975.

_____. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro : Graal, 1977.

_____. **Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977.

_____. A questão regional: a hegemonia inacabada. **Estudos Avançados**, ano 7, n. 18, p. 43 -63, 1993.

OLIVEIRA, Francisco de O. **Ensaio sobre o aspecto sociológico da participação do café na vida brasileira: o caso do norte do Paraná**. Curitiba, 1977 (mimeo)

OLIVEIRA, Maria Conceição de. **Os curadores Kaingáng e a recriação de suas práticas: estudo de caso na aldeia Xapecó, (Oeste de S.C.)**. Florianópolis, 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Departamento de Antropologia , Universidade Federal de Santa Catarina.

OLIVEIRA, Miguel Arturo C. **De trabalhador volante a morador de periferia: o cortador de cana de Porectu - PR (1945 - 1985)**. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

OLIVEN, Ruben George. Nação e tradição na virada do milênio. **Resgate**, n.5. p.77-87, 1993.

OMURA, Ivani Aparecida Rogatti. **Eleitores e eleitos: composição e comportamento, Maringá 1956 -1964**. Curitiba, 1981. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História, Universidade Federal do Paraná.

ORLANDI, Eni P. **Terra à vista: discurso do confronto, velho e novo mundo**. São Paulo : Cortez, 1990.

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas : EDUNICAMP, 1992.

_____. **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas : Pontes, 1993.

ORTIZ, Renato (org.) **Pierre Bourdieu**. São Paulo : Ática, 1983.

PACHER, Dimas Florian. **Les agriculteurs modernises au Parana-Brasil: trajectoires sociales et visions de classe**. Louvain, 1991. Tese (Doutorado) - Departamento de Ciências Políticas e Sociais, Universidade Católica de Louvain.

PADIS, Pedro Calil . **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo : Hucitec, 1981.

PARANÁ, Sebastião. **Chorographia do Paraná**. Curitiba : Typ. da Livraria Economica, 1899.

PESAVENTO, Sandra J. História regional e transformação social In SILVA, Marcos A. da. (coord.) **República em migalhas: história regional e local**. São Paulo : Marco Zero, 1990. p. 67-79.

- PAYES, Manuel Antonio Munguia. **O norte do Paraná: expansão cafeeira e a apropriação de renda fundiária desde fins do séc. XIX até 1960.** Rio de Janeiro, 1984. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- PELLEGRINI, Domingos ; GARCIA CID, Celso. **O tempo de seo Celso.** Londrina : Gráfica Ipê, 1990.
- PEREIRA, Luiz Fernando Lopes. **Paranismo: cultura e imaginário no Paraná da 1ª república.** Curitiba, 1996. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História, Universidade Federal do Paraná.
- PEREIRA, Luiz . Notas para o estudo do sistema de classes sociais regional. In **Estudos sobre o Brasil Contemporâneo.** São Paulo : Pioneira, 1971. p.121-133.
- PERARO, Maria Adenir. **Estudo do povoamento, crescimento e composição da população do norte Novo do Paraná de 1940 - 1970.** Curitiba, 1978. Dissertação (Mestrado). Departamento de História, Universidade Federal do Paraná.
- PILOTO, Valfrido. **Reforma agrária: uma etapa de justiça social.** Curitiba : Gráfica Mundial, 1961.
- PINHEIRO, Niminon Suzel. **Os nômades: etnohistória Kaigáng e seu contexto, São Paulo 1850-1912.** Assis, 1992. Dissertação (Mestrado em História e Sociedade) - Departamento de História. UNESP.
- PINTAUDI, Silvana Maria. O Shopping Center no Brasil: condições de surgimento e estratégias de localização. In PINTAUDI, Silvana M.; FRÁGOLI JR., Heitor (orgs.). **Shopping Centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras.** São Paulo : Editora da UNESP, 1992.
- PLEISANT, Alcibíades Cezar. **Scenário parananense: descrição geográfica, política e histórica do Estado do Paraná.** Coritiba : Typ. d'a República, 1908.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos [Memória],** v.2, n.3, p.3-15, 1989.
- _____. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos,** v.5, n. 10, p.200-212, 1992.
- POULANTZAS, Nicos. **O estado, o poder, o socialismo.** Rio de Janeiro : Graal, 1980.
- PRIORI, Angelo Aparecido. **Legislação social e sindicalismo: um estudo sobre os trabalhadores rurais do norte do Paraná (1956-1963).** Assis, 1994. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História. UNESP - Campus de Assis.
- RAGGIO, Nádia Zaiczuk . **Norte novo do Paraná: transformações no campo e a questão do acesso à terra.** Campinas, 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas.
- RAZENTE, Nestor. **Ocupação do espaço urbano de Londrina.** Recife, [198 -] Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano e Regional) - Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco.

- REIS, José Cezar dos. **Estudo de uma comunidade pioneira no norte do Paraná: Jataizinho, 1950-1985.** Assis, 1988. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História, UNESP, Campus de Assis.
- REVEL, Jacques. **A invenção da sociedade.** Lisboa : DIFEL, 1989.
- RODRIGUES, José Carlos. **Antropologia e comunicação: princípios radicais.** Rio de Janeiro : Espaço e Tempo, 1989.
- _____. **Somos as águas puras.** Campinas : Papirus, 1994
- ROLIM, Rivail de Carvalho. **Progresso e Destruição.** *História & Ensino*, v.1, p. 23-32, 1995.
- _____. **O policiamento e a ordem: repressão e violência, Londrina 1948-62.** Assis, 1995. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História. UNESP, campus de Assis.
- ROSA, Maria Cristina. **Semeando os fios, (re)colhendo a trama: estudo da produção de algodão no assentamento de bóias frias de Querência do Norte, 1983-1988.** Araraquara, 1990. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação da UNESP.
- ROSSET, Clement. **A antinatureza : elementos para uma filosofia trágica.** Rio de Janeiro : Espaço e Tempo, 1989.
- ROUANET, Sérgio Paulo. **As razões do iluminismo.** São Paulo : Companhia das Letras, 1987.
- SAHLINS, Marshall. **A Primeira Sociedade da Afluência.** In CARVALHO, Edgar Assis (org). **Antropologia econômica.** São Paulo : Ciências Humanas, 1978.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à comarca de Curitiba (1820).** São Paulo : Cia. Ed. Nacional, 1964.
- SALLES, Iraci Galvão. **Trabalho, progresso e a sociedade civilizada.** São Paulo : Hucitec, 1986.
- SALLUM JR., Brasília. **Capitalismo e cafeicultura no oeste Paulista: 1870 -1940.** São Paulo : Duas Cidades, 1982.
- SANDRONI, Paulo. **Questão agrária e campesinato: a "funcionalidade" da pequena produção mercantil.** São Paulo : Polis, 1980.
- SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **História da alimentação do Paraná.** Curitiba : Fundação Cultural, 1995.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital.** São Paulo : Hucitec, 1978.
- _____. **As Novas Terras como Forma de Dominação.** *Lua Nova*, n.23, p.67-8, mar. 91.
- _____. **O Processo de Colonização Agrícola no Brasil Contemporâneo.** *Sociedade e Estado*, v. 4, n.2, p. 103-115, jul./dez. 1989.
- _____. **Matuchos: exclusão e luta. Do Sul para a Amazônia.** Petrópolis : Vozes, 1993.

- SANTOS, Silvio Coelho dos. **O homem índio sobrevivente do Sul: antropologia visual**. Porto Alegre : Guaratujá, 1978.
- SCHADEN, Egon. **A mitologia heróica de tribos indígenas do Brasil**. Rio de Janeiro : Departamento de Imprensa Nacional, 1959.
- SCHMIDT, Alfred. **El concepto de naturaleza en Marx**. México : Siglo XXI, 1983.
- SERRA, Elpídio. **Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná**. Rio Claro, 1991. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas da UNESP, campus de Rio Claro.
- SIGAUD, Lígia Maria. **A nação dos homens: um estudo regional da ideologia**. Rio de Janeiro, 1971. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional.
- SILVA, José Gomes da. **A reforma agrária no Brasil: frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento**. Rio de Janeiro : Zahar, 1971.
- _____. **Caindo por terra: crises da reforma agrária na Nova República**. São Paulo : Busca Vida, 1987.
- SILVA, Lenira. **A natureza contraditória do espaço geográfico**. São Paulo : Contexto, 1991.
- SILVA, Manoel. I Congresso do trabalhadores rurais do Paraná. **Revista Brasiliense**, n.33, p. 56-67, jan./fev.1961.
- SILVA, Marcos A. da. A história e seus limites. **História & Perspectivas**, v. 6, p..59-65, jan./jun. 1992.
- SILVA, Osvaldo Heller da. **Communistes et anticommunistes: lénjeu du syndicalisme agricole dans l'état du Paraná de 1945 a la fins des annes 70**. Paris, 1993. Tese (Doutorado em Sociologia) - Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales. 2 v.
- SILVA, Paulo Marcelo Soares. **História de Paranavaí**. Paranavaí : [s.n.] 1988.
- SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo : Alfa Ômega, 1978.
- SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 6.ed. São Paulo : Brasiliense, 1979.
- SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro : Bertrand, 1981.
- SMITH, Roberto. **Propriedade da terra e transição: estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil**. São Paulo : Brasiliense, 1990.
- SPINDEL, Cheiwa. **Homens e máquinas na transição de uma economia cafeeira**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1979.
- STIER, Kumagae K. **Contribuição ao estudos das transformações agrárias ocorridas na ocupação do espaço em Jataizinho**. São Paulo, 1980. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo.
- STOLCKE, Verena. **Cafeicultura: homens, mulheres e capital, (1850 1980)**. São Paulo : Brasiliense, 1986.

- STRACHAN, Lloyd W. **Capitalism and the peasant: Northwest Parana, Brazil**. Madison, 1981. PhD Thesis (Agricultural Economics) - University of Wisconsin.
- SUPERINTENDÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL **Estudo para o desenvolvimento regional do noroeste do estado do Paraná**. Curitiba : 1973 . Em convênio com a OEA (Organização dos Estados Americanos). Versão Preliminar. Circulação Restrita. 3 v.
- SZVARÇA, Décio Roberto. **O forjador: ruínas de um mito, Romário Martins (1893 - 1944)**. Curitiba, 1993. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História, Universidade Federal do Paraná.
- TESTA, J. Os cafezais no norte do Paraná. **Digesto Econômico**, v.6, n.76, set.1950.
- THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987. (A Árvore da Liberdade).v.1
- TIRANDELLI, Rosa Maria Gallo . **A colônia bratislava: a unidade familiar e o bairro rural em mudança, Cambé/ PR**. Porto Alegre, 1988. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- TOMMASINO, Kimiye. **Fugindo do sistema: começo e fim da utopia dos ilhéus do rio Paraná**. São Paulo, 1985. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Departamento de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo.
- _____. **A história dos Kaigáng da bacia do Tibagi: uma sociedade Jê meridional em movimento**. São Paulo, 1995. Tese (Doutorado) - Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo.
- TOMAZI, Nelson Dacio. **Certeza de lucro e direito de propriedade: o mito da Companhia de Terras Norte do Paraná**. Assis, 1989. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História, UNESP.
- TOMAZI, Zelma F.T. **Da medicina liberal à medicina previdenciária: movimento da livre escolha do médico pelo paciente, Londrin 1960 -1968**. São paulo, 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo.
- TOPOLSKY, Jerzy. **Metodología de la historia**. Madrid : Cátedra, 1982.
- TURAZZI, Maria Inez. **A euforia do progresso e a imposição da ordem: a engenharia, a Indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX ao XX**. São Paulo : Marco Zero, 1989..
- VAZ PRIMO, Aparecida. **Influência do rural e do urbano na educação e cultura de Londrina**. Bauru, 1977. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do "Sagrado Coração de Jesus".
- VEIGA, Juracilda. **Organização social e cosmovisão Kaigáng: uma introdução ao parentesco, casamento e nomeação em uma sociedade Jê meridional**. Campinas, 1994. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas.
- VELHO, Octávio Guilherme. **Sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro : Zahar, 1982.
- _____. **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento**. São Paulo : DIFEL, 1976.

- VESENTINI, Carlos Alberto. **A teia do fato**: uma proposta de estudo sobre a memória histórica. São Paulo, 1992. Tese (Doutorado) - Departamento de História, Universidade de São Paulo.
- VICTOR, Nestor. **A terra do futuro**: impressões do Paraná. Rio de Janeiro : Jornal do Comércio, 1913.
- VILLANUEVA, Orion. **Rolândia**: terra de pioneiros. Londrina : Gráfica Ipê, 1974.
- VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades**. São Paulo : Brasiliense, 1987.
- WACHOVICZ, Rui C. **História do Paraná**. Curitiba : Editora dos Professores, 1967.
- _____. **Norte velho, norte pioneiro**. Curitiba : Gráfica Vicentina, 1987.
- WAIBEL, Leo H. As zonas pioneiras do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 18, n.4, p.3-36, out./dez. 1955.
- WESTPHALEN, Cecília M. **Pequena história do Paraná**. São Paulo : Melhoramentos, 1953.
- _____. História nacional, história regional. **Estudos Brasileiros**, v. 3, p. 29-34, jun.1977.
- WESTPHALEN, Cecília M. et al. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**, n.7, p. 1-52, 1968.
- WESTPHALEN, C.M. ; BALHANA, A. P. Nota prévia ao estudo da expansão agrícola no Paraná moderno. **Boletim do Departamento de História**, Universidade Federal do Paraná, n. 25, 1977.
- WISSENBACH, Maria Cristina Cortez . Desbravamento e catequese na constituição da nacionalidade brasileira: as expedições do barão de Antonina no Brasil Meridional. **Revista Brasileira de História**, v.15, n. 30, pp. 137-155, 1995.
- ZIMMERMANN, H.P. Entusiasmo e Realidade - I. **Panorama**, v. 4, n.35, p. 21-24, jan.1955
- _____. Entusiasmo e Realidade - II. **Panorama**, v. 5, n.36, p.15-20, fev. 1955.
- _____. Entusiasmo e Realidade - II. **Ipanorama**, v. 5, n.37, p. 13-17, mar. 1955.
- ZORTÉA, Alberto João. **Londrina através dos tempos e crônicas da vida**: homenagem aos pioneiros. São Paulo : Juriscredi, 1975